ELCIO ALVARES
GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

# MENSAGEM

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

—1977—

Com os cumprimentos de

Elcio Alvares

Governador do Estado

ELCIO AL

GOVERNADOR DO ESTADO D

Est. Espírito Santo
ARQUIVO PUBLICO
Sec. de Administração

# MENSAGEM

## ENVIADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 15 DE MARÇO DE 1978

—1977—

M
353.98152
E77m
1978
ex.1

Est. Espírito Santo
ARQUIVO PUBLICO
Secretaria de Administração

ARQUIVO PUBLICO DO ESP. SANTO
BIBLIOTECA
N.º 3976
DATA 24-08-82

## Senhor Presidente

Após três anos de Governo, é dever indeclinável a prestação de contas da gestão dos negócios públicos, o que é feito a seguir, através de um trabalho que é preliminar do quatriênio administrativo compreendido no período de 15 de março de 1975 a igual data de 1979.

A filosofia do meu Governo está pràticamente definida — busquei a valorização dos aspectos sociais, na mesma intensidade do desenvolvimento econômico, que alcançou números superlativos nos últimos tempos, colocando o Espírito Santo em situação invejável no concerto nacional. Segui, com obstinação, a determinante administrativa do Presidente Ernesto Geisel, que considera o homem como objetivo supremo do desenvolvimento nacional.

Os projetos de grande importância para a economia brasileira, aqui implantados, estão definidos e alguns realizados. A usina de "pellets" da SAMARCO, em Ubú, Anchieta. O complexo paraquímico da Aracruz. Os investimentos da Companhia Vale do Rio Doce ao redor do Porto de Tubarão. O terminal do corredor de exportação Goiás-Minas-Espírito Santo, em Capuaba, bem como a montagem do complexo portuário, que será o maior do hemistério Sul. A Companhia Siderúrgica do Tubarão (cuja primeira etapa está orçada em 2,6 bilhões de dólares) inicia os primeiros passos de forma efetiva, saíndo das pranchetas para a realidade física. Obras que ascendem a mais de 7 bilhões de dólares.

O estremecimento da grandeza estadual envolve a iniciativa privada; surgem novas fábricas, com força fecundadora para o futuro da nossa terra.

A situação financeira do Estado, cujos números eram desanimadores no início do meu mandato, com os compromissos da dívida histórica alcançando cifras impressionantes (conforme relatório da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, diagnosticando insolvência iminente), hoje, após três anos de lutas ingentes, está saneada e a perspectiva econômica é uma das mais otimistas do contexto brasileiro. O pagamento ao funcionalismo público encontra-se rigorosamente em dia, com reajustamentos e aumentos que alcançaram os maiores percentuais dos últimos 25 anos. Esta afirmativa cresce de importância quando é sabido que ao assumir o Governo encontrei o pagamento com atraso de cerca de três meses, além da vultosa dívida com empreiteiros, fornecedores e credores diversos. Transcorridos 60 dias de Governo, o funcionalismo estatutário recebia em dia, posição que vem sendo mantida até hoje. Ainda na área do funcionalismo registraram-se várias conquistas, principalmente em favor do Magistério, Polícia Militar, Magistratura, Fisco, enfim, todas as classes que contribuem para o êxito da Administração, desde o mais humilde ao mais graduado servidor.

Algumas críticas impenitentes tentaram e ainda tentam, debalde, criar uma imagem negativa do Governo, pretendendo obscurecer um esforço administrativo que é feito com ideal e obstinação. Por certo não querem enxergar. São os derrotistas de sempre. A obra governamental aí está. Implantação do sistema hidroviário, verdadeira redenção no transporte de massa. Sistema de abastecimento d'água da Grande Vitória, obra cujo investimento ultrapassará 1 bilhão de cruzeiros. Ordenamento urbano das cidades mais importantes do Estado. Terminal rodoviário da Ilha do Príncipe, cujas obras prosseguem em ritmo incomum. Participação ativa na aceleração das obras da segunda ponte, que deverá ser entregue ao povo antes do término do meu Governo. Obtenção de recursos para construção da rodovia Baixo Guandu — Colatina (BR 259). Moderno sistema de abastecimento (CEASA) de hortifrutigranjeiros, beneficiando a Grande Vitória, o Estado e principais centros consumidores do País. Projeto já concluído da localização do novo Aeroporto, que deverá ser construído ao lado da Ponta da Fruta, em Vila Velha. Projeto concluído da terceira ponte, ligando o aterro da COMDUSA a Vila Velha, que, ao meu sentir, é a obra fundamental e necessária ao ordenamento urbano da Grande Vitória. Esse importante trabalho foi totalmente concluído, a custo de hoje no valor de vinte milhões de cruzeiros.

No setor viário, quando este Governo encerrar o seu quatriênio, terão sido construídos mais quilômetros de asfalto do que toda a soma verificada na história do Espírito Santo. O programa habitacional também ultrapassará em dobro o número de casas construídas até 15 de março de 1975. A energia rural apresentará uma média de três quilômetros de linha por dia.

De igual forma, são auspiciosos os números da educação com uma nova rede física, reconstrução de escolas, milhares de carteiras novas (mais de 60.000) e ainda oferta de 100.000 vagas à altura do crescimento vertiginoso da população capixaba. A saúde apresenta índices positivos e a rede hospitalar amplia-se de forma altamente satisfatória.

O apoio ao homem do campo é permanente. Técnicas modernas levam à melhor produtividade. Estradas vicinais e energia abrem perspectivas novas. O plantio do café, a principal riqueza agrícola, foi incrementado e estimulado para uma colheia recorde.

No campo da cultura e da arte, o Governo esmerou-se no amparo ao artista capixaba. Investiu-se nesse setor, com a criação de frentes de atividade cultural.

Aqui me permito uma confissão: a política social foi a meta síntese. As populações carentes levei a sonfarjedade cristã. Estendi as mãos até onde foi possível alcançar a angústia dos humildes.

Os Centros Sociais Urbanos. Defensoria Pública, uma avançada dimensão de assistência judiciária gratuita em benefício da pobreza. A efetiva instalação da Fundação de Esportes Amadores e Recreação do Espírito Santo, voltada para o incentivo do esporte e prática do lazer. O programa de lotes urbanizados (Boa Vista, ex-favela do Salamim, em Vila Velha) hoje é modelo nacional, sendo que os técnicos do Banco Mundial reconheram essa experiência para estudos mais amplos. Recentemente, naquela localidade, inaugurei a escola "Prof. Geraldo Costa Alves", prédio amplo e adequado para o ensino do 1º grau. Nos próximos dias será inau-

gurado o Centro Social Urbano de Boa Vista, devendo ser iniciada a construção de uma creche.

Conforme palavras de um morador do local, eles estão "saíndo da lama para ganhar expressão dentro da dignidade humana".

Completo assim esse projeto, que abriu horizontes amplos no relacionamento casa popular-comunidade integrada. Em Vila Velha prosseguem aceleradas as obras do Centro de Recuperação Físico-Motora, cuja magnitude transcende a qualquer relatório.

E aqui abro um parênteses para dizer que criaturas que vêm de outros Estados, doentes, sem papéis, desempregadas, aqui são recicladas e não existe um caso sequer em que o cidadão que tivesse chegado ao Espírito Santo e não encontrasse do Governo a mão estendida para incorporá-lo ao novo processo de desenvolvimento do Estado.

Adotando o sistema penitenciário brasileiro, em boa hora exercitado através do Ministério da Justiça, até junho entregarei a nova Penitenciária de Viana, com 20 pavilhões, acabando o pesadelo dos encarcerados da Casa de Detenção. Programas de emprego, centro de triagem para adaptação dos desajustados à mecânica social, elevação do homem com suportes básicos e definidos, convocando-o à dignidade e participação. Visitas permanentes às favelas, morros e bairros para sentir de perto os anseios dos humildes. Paisagem humana, viva, acesa, que jamais apagarei dos meus olhos. Lembrança que devo levar ao longo da vida, na crença de que a humildade é fundamental na instrumentação do Poder.

Quero fazer meu registro especial para a Unidade Comunitária de Integração Social, presidida pela Primeira Dama do Estado e contando com a abnegada colaboração de pessoas admiráveis, que ajudaram muito, conscientizando as comunidades, de forma anônima e cristã, obtendo resultados que ficam gravados aos milhares, nos arquivos da sensibilidade humana. A Feira dos Municípios, anualmente, vem se constituindo numa festa popular e filantrópica com a participação efetiva de todas as classes sociais do Estado.

Centenas de obras, na Capital e no interior, numa estatística que virá ao término do meu mandato. Luta indormida em favor do Espírito Santo e do povo capixaba, buscando o tempo perdido, vivendo o presente com intensidade e planejando com visão larga para o futuro. Respondi com o trabalho e humildade à crítica de negativistas. Não pretendo o elogio do hoje.

O julgamento de um Governo somente pode ser feito livre das paixões pessoais, na serenidade do futuro.

A minha equipe, que, até aqui tem compreendido a responsabilidade da obra que vem sendo realizada, a palavra de agradecimento mais comovida.

Aos ilustres integrantes da Assembléia Legislativa, representantes do povo, plenos de amor à causa pública, e aos anseios desenvolvimentistas da nossa terra, a homenagem àqueles que, principalmente, entenderam as superiores diretrizes de meu Governo.

Devo estender o tributo deste preito à conspícua magistratura espírito-santense com a qual o Executivo convive num clima de recíproco entendimento respeitoso, sob o princípio basilar constitucional da harmonia e independência dos Poderes.

Ao Governo Federal e ao Presidente Ernesto Geisel especialmente este estadista e brasileiro notável, a minha gratidão e do povo capixaba pelo decidido apoio às idéias, projetos e inaudita vontade de fazer do Espírito Santo um fator positivo do desenvolvimento nacional.

Hei de sonhar sempre, com os olhos voltados para a realidade. O sentimento condoreiro não prejudica. Ao contrário, leva no porte de suas asas a esperança bendita de um povo que, na afirmação do trabalho, cada vez mais confia no seu destino e em Deus.

Sem descer aos detalhes que seriam impróprios a um documento desta ordem, mas expondo-os até quanto o exigem a clareza necessária à fiel interpretação, os atos e fatos da administração referentes a 1977, na apreciação das páginas seguintes, mostrarão a VV. Exªs o verdadeiro dimensionamento da obra realizada no terceiro ano deste quatriênio.

Atenciosamente,

**ELCIO ALVARES**
GOVERNADOR DO ESTADO

CASA CIVIL

Após a reforma administrativa que a Lei nº 3043-75 operou, modernizando métodos de trabalho, simplificando e racionalizando os processos de execução de serviços, pôde a Casa Civil, em 1977, acionando os implementos de que agora está dotada, desenvolver suas atividades com maior desenvoltura, no sentido de prestar ao Chefe do Poder Executivo assessoramento e assistência eficientes e ininterruptos.

Conquanto, em geral, os projetos de leis sejam elaborados nos órgãos onde se apresenta a necessidade de ordenamento legal, competem à Casa Civil não só a revisão final da redação do texto da proposição e a elaboração da respectiva mensagem, mas, ainda, o acompanhamento de sua tramitação legislativa, a fim de que, antecipadamente, possa ter o Executivo ciência das emendas apresentadas, inclusive dos projetos iniciados na Assembléia Legislativa, apresentando-se, assim, em tempo hábil, para, elaborar razões de veto, se a tanto o interesse público ou a ordem constitucional o exigir

No decorrer do ano passado, foram apresentados à Casa Legislativa Estadual, de iniciativa do Governador do Estado, dois projetos de Emenda Constitucional e quarenta e três projetos de Leis, acerca das seguintes matérias:

I — Autorização para alienar à COMDUSA, o domínio útil sobre terreno de marinha e seus acrescidos, na cidade de Guarapari.

2 — Autorização para alienar ao BANESTES ou a SEGES imóvel situado na Av. Paulista, na cidade de São Paulo.

3 — Modificação do Art. 54 da Constituição Estadual.

4 — Modificação do Art. 59 da lei de Organização Municipal.

5 — Autorização para abertura de crédito especial de Cr$ 3.801.440,00 destinado ao projeto de expansão do Sistema Energético do Estado.

6 — Reestruturação do Tribunal de Contas do Estado.

7 — Autorização para subscrever e integralizar ações representativas do capital social da ESCELSA.

8 — Elevação de vencimento do pessoal fazendário do Grupo FISCO.

9 — Elevação de vencimento de cargos do Poder Judiciário.

10 — Elevação de vencimento de cargos do Quadro do Pessoal Civil do Poder Executivo e extinção da gratificação da carga horária.

11 — Autorização para abertura de crédito especial de Cr$ 6.570.000,00.

12 — Modifica Tabela I e II, anexas ao art. III, da Lei nº 2964-74.

13 — Elevação de vencimento dos cargos efetivos e em comissão dos Poderes Executivo e Judiciário.

14 — Reforma da Procuradoria Geral do Estado e elevação de vencimento dos Procuradores.

15 — Criação da 2ª Vara Cível da comarca de Cachoeiro de Itapemirim e respectivos cargos.

16 — Elevação de vencimento de cargos dos Poderes Executivo e Judiciário e criação de gratificação de representação a alguns cargos.

17 — Autorização para doar à EMCAPA área de terra situada em Alfredo Chaves.

18 — Autorização para abrir crédito especial de Cr$ 1.730.402,00 destinado à aquisição do 2º pavimento do edifício Banco Mineiro da Produção, nesta Capital.

19 — Autorização para abertura de crédito especial de Cr$ 1.782.000,00.

20 — Pensão à viúva do pintor Homero Massena.

21 — Efetivo da Polícia Militar.

22 — Estatuto dos Policiais-Militares.

23 — Autorização para abertura de crédito especial de Cr$ 15.631.000,00 destinado à construção do acesso da segunda ponte, na Ilha do Príncipe.

24 — Criação da 3ª Vara da comarca de Linhares e respectivos cargos.

25 — Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1978.

26 — Estabelecimento da Região de Desenvolvimento Prioritário e criação do Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória.

27 — Dispondo sobre a Unidade Padrão Fiscal do Estado.

28 — Autorização para contratar com a Caixa Econômica Federal financiamentos de até Cr$ 155.680.370,00 e 10.476.2049 ORTNs e a prestar garantia em operações de crédito que a COMDUSA vier a contratar até o limite de 50.000.000,00.

29 — Criação de 3 (três) cargos de Procurador da Justiça.

30 — Dispondo sobre a Magistério Público Estadual.

31 — Autorização para participar de Sociedade de Economia Mista a ser constituída pela PORTOBRAS.

32 — Autorização para abrir crédito especial de Cr$ 1.431.610,00.

33 — Autorização para doar à Fundação Hospitalar e de Assistência Social de Fundão, área de terra situada no Município de Fundão.

34 — Dispondo sobre o critério de fixação do limite máximo de remuneração dos Servidores Públicos Estaduais.

35 — Criando cargos de médico, farmacêutico e cirurgião-dentista.

36 — Dispondo sobre a autorização de venda de bens imóveis do patrimônio estadual à Cia. de Fomento Agro-Industrial.

37 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis.

38 — Criação da Taxa de Segurança Contra Incêndio.

39 — Autorização para abertura de crédito especial de Cr$ 500.000,00 destinado à aquisição de imóvel na cidade de Itarana, de propriedade da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

40 — Autorização para abertura de crédito especial de Cr$ 15.457.000,00 para o DER legalizar pagamento de sua dívida externa.

41 — Extinção da Taxa de Defesa do Café.

42 — Criação da Vara de Viana e respectivos cargos.

43 — Emenda Constitucional que cria o Conselho de Contas dos Municípios e altera a redação do item IV do Art. 130 da Constituição Estadual.

44 — Autorização para abertura de crédito especial de Cr$ 14.464.685,00 destinado à construção da rede de esgoto sanitário, pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais nos conjuntos residenciais localizados em Cariacica e Vila Velha.

45 — Eleva contribuição financeira do Estado para o Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais.

Conveniente e oportunamente fundamentados, foram apostos treze vetos totais e dois parciais a proposição de iniciativa legislativa.

Por transcurso do prazo de 15 dias úteis, nos termos dos §§ 1º e 2º do Art. 47 da Constituição Estadual, foram sancionadas por preclusão e promulgadas, com apoio no § 5º daquele dispositivo constitucional, pelo Presidente da Assembléia Legislativa, catorze proposições, todas de autoria dos Srs. Deputados.

As sessenta e sete mensagens dirigidas pelo Governador à Assembléia Legislativa durante a sessão legislativa ordinária de 1977 justificaram quarenta e três projetos de leis, duas emendas constitucionais, dois vetos parciais, cinco emendas a projetos de leis, um convênio, treze vetos totais. Uma delas encaminhou as contas governamentais referentes ao exrecício financeiro de 1976, aprovadas pelo Decreto Legislativo nº 1, de 1º de novembro de 1977.

Adequadamente aparelhada de recursos humanos e obediente a normas de trabalho sistematizadas, a Casa Civil se acha, presentemente, em condições de desincumbir-se diligentemente de suas múltiplas e complexas tarefas, fato sobejamente aferido na amiude participação cotidiana de suas atividades junto ao Chefe do Executivo Estadual.

## CASA MILITAR

Deve ser, também, destacada, no conjunto das atividades desenvolvidas na área da assistência direta e indireta ao Governador do Estado, a ação exercida pela Casa Militar.

Quer no desempenho de atribuições peculiares, tradicionalmente cometidas a esse setor administrativo tais como os de representação em solenidades oficiais ou atos sociais de caráter privado; no acompanhamento a viagens, no território do Estado ou além de seus limites; nas recepções a autoridades públicas, a Casa Militar tem agido com inexcedível zelo.

Além da prestação desses serviços, incumbe, ainda àquele órgão da Governadoria, o funcionamento do seguinte instrumental de comunicações:

PABX instalado em excelentes acomodações, dispondo de 120 (cento e vinte) ramais e com possibilidade de duplicação, se necessário.

Rádio em VHF. Embora se pretendesse substituí-lo, em 1977, por outro sistema exclusivamente no circuito da Governadoria, o projeto não foi concretizado por impedimento oriundo de normas adotadas pelo Ministério das Comunicações.

Dentre as várias providências efetivadas no decorrer do ano findo, com a finalidade de fazer executar mais prontamente as tarefas sob sua responsabilidade, deve ser ressaltada a instalação do alojamento da Guarda Militar na parte térrea do Palácio Anchieta, onde, durante muitos anos, funcionaram a Contadoria Geral do Estado e o Arquivo da Secretaria da Fazenda.

Conquanto ainda não concluídas de todo, as acomodações já vem sendo utilizadas com a finalidade para que foram adaptadas.

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Pode-se asseverar, sem receio de incidir me exagero, que a Lei nº 3143, de 22 de julho de 1977, complementar à Constituição Estadual, posicionou no nível adequado, dentro do contexto estrutural administrativo estadual, a Procuradoria Geral do Estado, dando-lhe organização e pessoal com possibilidades de assumir os múltiplos e pesados encargos que lhe estão atribuídos, nesta nova fase da Administração Estadual, tão acentuadamente marcada pelos grandes projetos industriais e suas significativas implicações em todos os setores da vida capixaba.

Reorganizada racionalmente em termos compatíveis com as exigências não apenas do estágio desenvolvimentista deste quatriênio mas, ainda, de atender a demanda dos próximos anos, considerados os índices de crescimento previsto, está a Procuradoria Geral do Estado, órgão dotado de "status" de Secretaria de Estado, presentemente, com a competência de:

a) representar judicialmente e extrajudicialmente o Estado;

b) representar a Fazenda Pública junto ao Tribunal de Contas;

c) promover, privativamente, a cobrança da dívida ativa e outros créditos do Estado;

d) exercer as funções de Consultoria Jurídica centralizada do Governador e das Secretarias de Estado;

e) guardar o patrimônio imobiliário do Estado;

f) prestar assistência judiciária gratuita aos necessitados.

O organismo técnico-funcional da Procuradoria Geral do Estado compe-se de seis Procuradorias especializadas, na direção das quais se encontram profissionais do melhor nível cultural: Administrativa, Judicial, Fiscal, de Representação da Fazenda junto ao Tribunal de Contas (redimensionada), do Patrimônio Imobiliário e de Assistência-Judiciária (Defensória Pública).

Como se vê, novos campos de responsabilidade passaram ao domínio de atividades do órgão, cabendo-lhe, agora, entre outras atribuições, o ordenamento do pensamento jurídico-administrativo do Governo, a defesa permanente dos interesses da Fazenda Estadual em todas as esferas, o levantamento das terras devolutas e incorporação ao patrimônio público das áreas que se encontram livres de posse legítima e, com inegável destaque, pelo muito que exprime como medida de elevado alcance social, a prestação de assistência judiciária gratuita aos necessitados.

Merece, sem dúvida, ressaltada a notável conquista em que se constituiu para o povo do Espírito Santo a instituição da assistência judiciária gratuita aos carentes de recursos financeiros. Antiga reivindicação da classe dos advogados capixabas, e Procuradoria de Assistência Judiciária foi solenemente instalada, em ato público realizado no salão nobre do Palácio Anchieta, em 22 de dezembro último, tal o realce que o Governo concedeu a sua nobre missão de prestar auxílio às classes menos favorecidas.

Aliás, fácil é compreender a manifesta importância desse órgão. Se olharmos, por exemplo, em torno dos mais populosos centros urbanos do Espírito Santo — Grande Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina — observaremos a existência de perigosos bolsões de pobreza em razão de processos vários estimulantes de constantes migrações. São constituídos por centenas de milhares de pessoas de baixo nível cultural, sem qualquer acesso aos fundamentais bens de consumo criados pela tecnologia moderna, geralmente desabilitadas para o trabalho especializado e muito comumente postas em conflito com a lei e a ordem.

Nesse contexto, a Procuradoria de Assistência Judiciária, assistindo judicialmeste os necessitados, procura reduzir a intensidade daqueles conflitos sociais pela abertura de portas de esperança que substituem a violência irracional, estimulando, daí, uma maior crença no regime democrático e uma necessária confiança do povo mais humilde nas instituições judiciárias do País. Para o exercício de 1978 está prevista a extensão da assistência judiciária a todas as entrâncias, quer dizer, a todas as comarcas do Estado.

Outras inovações saudáveis que também cumpre ressaltar no bojo da reestruturação deste organismo foram:

a) a restauração do Colegiado, com caráter normativo para apreciação das matérias de alta indagação jurídica e uniformização da atuação jurídico-administrativa do Estado;

b) a introdução do Conselho de Procuradores, para exercer as atividades de controle e fiscalização dos serviços afetos aos Procuradores, organizar e dirigir os concursos de ingresso na carreira, instaurar e instruir os procedimentos administrativos relacionados com os deveres e obrigações dos Procuradores do Estado.

Na apresentação estatística dos dados que se seguiu pode-se bem avaliar a volumosa tarefa a cargo da Procuradoria Geral do Estado.

01 — Processos administrativos em trâmite — 7.686

02 — Pareceres emitidos — 5.596

03 — Mandatos de segurança informados — 41

04 — Participação em Congressos — 02

05 — Representação do Estado em Assembléias Gerais de Empresas públicas e de Sociedade de economia mista — 32

06 — Executivos fiscais ajuizados — 226

07 — Ações ordinárias contestadas — 18

08 — Ações em andamento — 2.027

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

## MINISTÉRIO PÚBLICO

Compondo a administração direta e nivelado a Secretaria de Estado, o Ministério Público Estadual se constitui, hoje, de 90 (noventa) integrantes assim classificados:

1 Procurador Geral

10 Procuradores da Justiça

66 Promotores de Justiça

13 Promotores Substituto

Além de 3 (tres) cargos de Promotor de Justiça exigidos com a criação de novas varas, foram, também criados mais 3 (tres) cargos de Procurador da Justiça com a Lei nº 3174-77, em atenção às judiciosas ponderações do Chefe do Ministério Público, sempre atento a que o órgão sob sua direção, posicionado na mais alta categoria técnico — administrativa do Estado e ao qual incumbe o exercício de atos da maior transcendência, dado seu último relacionamento com o Poder Judiciário, continue a desfrutar do justo conceito que mercê de sua atenção, logrou alcançar no seio da sociedade espírito-santense.

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão de deliberação coletiva e tem por finalidade a administração da instituição. É constituido pelo Procurador Geral da Justiça, que exerce as funções de Presidente do colegiado; dos Procuradores da Justiça, atualmente, em número de oito (8), já que dois deles, afastados de seus cargos, à disposição da Subcomissão Geral de Investigações e exercendo, em comissão, o cargo de Procurador Geral da Justiça e dos quatros (4) Promotores de Justiça mais antigos da Capital, todos exercendo as funções de Conselheiros.

No decorrer do ano foram realizadas, ao todo vinte e nove (29) sessões, tendo sido estudado e apreciado grande número de processos e solucionados assuntos de relevante interesse da Classe.

Foram baixadas cinquenta (50) resoluções, dentre as quais destacam-se: apreciação de relatórios de correições, 4; apreciação de antiguidade, na classe, 7: votação de listas de promoção, por merecimento, 5; assuntos re-

ferentes ao Concurso de Promotor Substituto, 22 e outras, 12.

**CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Vários foram os atendimentos da Corregedoria aos membros do Ministério Público, bem como em grande número o seu expediente sobre assuntos diversos.

Foi num total de 15 (quinze) o número de processos da Corregodoria, sendo 7 (sete) já decididos e arquivados e 8 (oito) em fase de tramitação e conclusão.

Foram procedidas duas sindicâncias: uma em Aracruz, outra em Mucurici.

Também fez a Corregedoria duas visitas, uma à Comarca de Aracruz e outra à de Santa Teresa.

**SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

No decurso de 1977 foram instaladas:

a) — 4ª Vara Criminal, em Vitória, criada pela Lei nº 3037, de 31.12.75.

b) — 2ª Vara Cível na Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, criada pela Lei nº 3141, de 21.07.77.

c) — 3ª Vara na Comarca de Linhares, criada pela Lei nº 3173 de 21.11.77.

d) — Comarca de Pinheiro, de 1ª entrância, criada pela Lei nº 2814 de 5.11.73.

É a seguinte a distribuição dos setenta e nove membros do Ministério Público:

I — vinte e nove (29) Promotores de Justiça de 3ª entrância;

II — dezoito (18) Promotores de Justiça de 2ª entrância;

III — dezenove (19) Promotores de Justiça de 1ª entrância;

IV — treze (13) Promotores Substituto, estendo os do ítem I, à exceção de três (3) Promotores de Justiça Substitutos da Capital, com exercício:

a) — doze (12) nas Varas de Vitória, Comarca da Capital.

b) — quatro (4) em Vila Velha — Comarca da Capital.

c) — três (3) em Cariacica — Comarca da Capital.

d) — um (1) na Serra Comarca da Capital.

e) — três (3) na Comarca de Colatina.

f) — três (3) na Comarca de Cachoeiro de Itapemirim.

g) — três (3) Promotores de Justiça Substitutos da Capital.

Os do ítem II, com exercício nas Comarcas de:

Afonso Cláudio — vaga em decorrência da remoção do titular para a Comarca de Castelo;

Alegre — afastado, exercendo o cargo de Presidente da FESBEM;

Baixo Guandu —

Barra de São Francisco — 1ª Vara Cível (licenciado);

Barra de São Francisco — 2ª Vara Criminal — afastado, exercendo o mandato de Deputado Estadual;

Castelo — à disposição do Gabinete do Procurador Geral;

Ecoporanga —

Guaçui —

Guarapari — afastado, exercendo em comissão, o cargo de Subsecretário de Segurança;

Itapemirim — 1ª Vara Cível — afastado, à disposição SCGI;

Itapemirim — 2ª Vara Criminal;

Iúna —

Linhares — 1ª Vara Cível;

Linhares — 2ª Vara Criminal

Linhares — 3ª Vara — afastado, à disposição da SCGI;

Mimoso do Sul — à disposição do Gabinete do Procurador Geral;

Nova Venécia —

São Mateus —

Os do ítem III com exercício nas Comarcas de:

Alfredo Chaves, Anchieta, Aracruz, Conceição da Barra, Domingos Martins, Ibiraçu, Iconha, Itaguaçu, Mantenópolis, Montanha, Mucurici, Muniz Freire, Muqui, Pancas, Pinheiro, Santa Leopoldina, Santa Teresa, São Gabriel da Pelha, São José do Calçado.

Os do ítem IV com exercício dependendo de designação da Chefia, de acordo com as necessidades dos serviços inerentes à função, exceto um (1) que se acha vago.

**PARTE ADMINISTRATIVA — PROCESSOS RECEBIDOS E DEVOLVIDOS**

Deram entrada na Procuradoria Geral da Justiça, no curso do exercício de 1977, 2397 (dois mil, trezentos e noventa e sete) processos, conforme discriminados que se segue:

Recebidos — Devolvidos

Apelação Criminal — 277 — 259
Apelação Cível — 225 — 108
Habeas Corpus — 390 — 390
Recurso de Habeas Corpus — 82 — 78
Recurso em Sentido Estrito — 65 — 62
Agravo de Instrumento — 24 — 22
Remessa Ex-Offício (art. 475 do CPC) — 17 — 17
Mandado de Segurança — 58 — 54

Revisão Criminal — 42 — 42
Processos Administrativos — 751 — 729
Ação Recisória — 20 — 20
Processos do Conselho Penitenciário — 29 — 29
Processos de Dívida Ativa — 395 — 395
Apelação (Mandado de Segurança) — 32 — 20
Exceção de Suspeição — 12 — 12
Recurso Ordinário (habeas corpus) — 33 — 33
Embargos Infringentes de Nulidade na Apelação Cível — 08 — 08

Cessação de Periculosidade — 03 — 03
Recurso Extraordinário no H. Corpus — 01 — 01
Conflito Negativo de Jurisdição — 15 — 15
Inquérito Policial — 07 — 05
Apelação Criminal no Rec. Extraordinário — 30 — 29

Agravo de Instrumento Extraordinário na Apelação Criminal — 08 — 08
Ação Criminal — 01 — 01
Recurso Extr. na Apelação Criminal — 02 — 02
Ação de Indenização — 02 — 02
Agravo de Petição — 01 — 01
Conflito de Competência — 01 — 01
Ação de Reintegração de Posse — 02 — 02
Queixas-crime — 04 — 04
Ação de Usucapião — 02 — 02
Rec. Rev. na Apelação Cível — 03 — 03
Agravo de Instrumento Extr. no Recurso de Sentido Estrito — 02 — 02
Agravo Infringente de Nulidade na Apelação Criminal — 04 — 04

TOTAIS — 2397 — 2312

**CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA**

COMARCA — Nº CERT. — VALOR

Cr$

Alegre — 9 — 446.079,92
Baixo Guandu — 3 — 13.643,16
Nova Venécia — 4 — 488.344,86
Guarapari — 13 — 54.055,73
Linhares — 46 — 1.415.565,64
Cach. de Itapemirim — 32 — 1.449.084,46
Conceição da Barra — 6 — 517.659,46
São Mateus — 8 — 564.340,94
Ibiraçu — 4 — 884.694,14
Ecoporanga — 18 — 395.248,01
Itaguaçu — 2 — 960.342,80
Afonso Cláudio — 1 — 5.002,20
Barra de S. Francisco — 5 — 52.559,95
Muniz Freire — —
Montanha — 2 — 3.053,20
São Gabriel da Palha — 5 — 28.940,00
Itapemirim — 18 — 37.247,10
Aracruz — 19 — 530.500,16
Guaçuí — 2 — 107.144,60
Domingos Martins — 1 — 9.217,15
Castelo — 2 — 17.211,34
Pancas — 1 — 4.159,00
Mimoso do Sul — 1 — 10.894,82
Colatina — 11 — 538.817,17
Mucurici — 2 — 46.919,73
Mantenópolis — 2 — 8.401,25
Anchieta — 1 — 47.731,64
Iconha — 6 — 16.506,28
São José do Calçado — 2 — 20.076,52
Iúna — 1 — 1.236,64
Santa Teresa — —
Muqui — —
Santa Leopoldina — —
Alfredo Chaves — —

TOTAIS 227 — 8.674.767,87

Total de Fichas de Dívida Ativa Ajuizadas — 103
Total de Fichas de Dívida Ativa sem ajuizar — 91

TOTAL — 194

**CONCURSOS PARA INGRESSO NO QUADRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Para preenchimento de dez (10) vagas de Promotor Substituto, existente no Quadro do Ministério Público, foram, pelo Conselho Superior do Ministério Público baixados os editais nº 1 e 2 (Regulamento e Programa), publicado no "Diário Oficial" de 9.12.76. Dos centos e sessenta e um (161) PEDIDOS DE INSCRIÇÃO, quarenta e um (41) foram deferidos, sendo que trinta e nove (39) candidatos compareceram às provas, mas somente vinte e seis (26) lograram Classificação. O concurso foi realizado nos dias 14, 17, 18 e 19 do mês de outubro passado, no Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo.

Até encerrar-se o ano, onze dos aprovados foram nomeados e já assumiram o exercício dos seus cargos, estando atualmente no pleno desempenho de suas funções.

**ASSOCIAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**SÍNTESE DAS ATIVIDADES RELATIVAS AO ANO DE 1977**

No ano de 1977, a Associação Espírito-Santense do Ministério Público procurou manter o mesmo ritmo em suas atividades, tentando aprimorar ainda mais o atendimento a seus associados.

Também neste período, ou mais precisamente em 1º de abril, realizou-se a eleição para escolha dos novos dirigentes para nossa Entidade de Classe, quando se apresentou somente a "Chapa Consolidação", obteve votação únânime de todos os 79 (setenta e nove) associados que compareceram.

Na área Federal, a Associação participou de todos os encontros e reuniões realizados no Rio de Janeiro e Brasília, visando à elaboração de um esboço para a futura Lei complementar, que irá abordar e definir o posicionamento do Ministério Público em termos Constitucionais, no qual foram inseridas as principais aspirações do Ministério Público Brasileiro.

Em setembro, no período de 25 a 29, realizou-se em Recife (PE), o V Congresso Nacional do Ministério Público tendo o "parquet" capixaba comparecido com um total de 41 pessoas, das quais 21 eram Procuradores e Promotores de Justiça de nosso Estado.

Visando dar uma visão geral da estrutura do Ministério Público, dos deveres, da posição, da atuação, do relacionamento e da conduta do Promotor da Justiça na Comarca, com orientações de caráter prático do desempenho que o Promotor deve ter nos setores em que atua, fornecendo um mínimo de elementos para que possa começar a exercer suas funções, sem comprometer os interesses confiados ao Ministério Público, nem se expor a situações embaraçosas, a Associação, confeccionou uma "Pasta" contendo um sem número de informações, formulários, legislações, portarias, etc. e a enviou a todos os Promotores Substitutos recém-nomeados, oriundos do meçar a exercer suas funções, sem comprometer os in-Justiça.

## SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

## SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

## CENTRO ESTADUAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Secretaria Extraordinária da Comunicação Social realizou em 1977 a execução de um programa que previu, inicialmente, a correção de algumas distorções funcionais, que impediam pela estrutura arredia à realidade de sua atuação, um desempenho rápido e eficiente.

Seu quadro funcional por proposta do titular da Pasta, sofreu completa reformulação, objetivando-se identificar os cargos com as responsabilidades profissionais de imprensa e comunicação, eliminando-se uma pletora de funções de assessoria, com elevados salários e, criando-se um quadro dinâmico e atuante, preenchendo-se funções intermediárias mais úteis às tarefas do setor.

Ao mesmo tempo, para corrigir prática que vinha sendo alvo de permanentes exigências do Tribunal de Contas, quebrou-se o sistema de pagamento contra recibo, pela remuneração de terceiros, criando-se um quadro regido pela Legislação Trabalhista e que veio emprestar correção e melhor desempenho às atividades de inúmeros funcionários oferecendo-se, humanamente, garantias sociais e obrigações definidas.

As modificações propostas na estrutura do quadro de servidores do Centro Estadual da Comunicação Social, que interpreta a filosofia-suporte das atividades da Secretaria, releva destacar, não trouxeram despesa adicional, pois foram realizadas em respeito à dotação global anteriormente fixada pelo orçamento da Secretaria.

### DIRETRIZES

Observou-se no comportamento da divulgação oficial no período, uma profunda modificação, utilizando-se a Secretaria, de uma dinâmica de comando que permitiu maior e mais eficiente unidade das mensagens oficiais, afastando-se o critério dos textos redigidos, como matéria paga para ingressar o Governo numa política efetiva de divulgação impessoal, buscando-se ênfase nas mensagens de suporte, com a caracterização de fatos e aspectos diretamente vinculados aos interesses maiores de ordem administrativa e, com maior assiduidade, em termos institucionais.

Esta filosofia de atuação, que recebeu absoluta prioridade espraio — se pelos órgãos da administração direta e indireta, representando, dentro das disponibilidades financeiras, um objeto aproveitamento de recursos.

A Secretaria exerceu uma função de coordenadora e orientadora das mensagens oficiais, inclusive executando, pela primeira vez um efetivo policiamento de gastos, o que lhe permite hoje uma visão globalizada dos investimentos governamentais em divulgação e publicidade, conforme se poderá depreender dos anexos.

Participando ativamente do assessoramento governamental, a Secretaria foi porta-voz dos pronunciamentos mais importantes do Governo, dentro de um clima de entendimento e respeito profissional podendo mesmo registrar um perfeito relacionamento com todos os veículos de divulgação.

### ENTREVISTAS

Perseguindo a filosofia da unidade de afirmação oficial criou a Secretaria o critério de presidir e realizar na sua própria sede, uma proveitosa série de entrevistas de Secretários de Estado e outras autoridades, reunindo os mais expressivos setores de imprensa, rádio e TV.

Os momentos mais controversos da ação de Governo encontraram nesta prática uma forma direta de comunicação, eliminando-se julgamentos apressados com a colocação aberta e oficial do debate em termos elevados.

### ORÇAMENTO

O comportamento das transferências orçamentárias, ao término do exercício, ficaram muito abaixo das dotações fixadas. As despesas efetivamente empenhadas atingiram o montante de CR$ 7.631.754,00 (sete milhões, seiscentos e trinta e um mil setecentos e cinquenta e quatro cruzeiros), inferior, portanto, em 30% (trinta por cento) ao orçamento inicialmente previsto para a Secretaria e o Centro Estadual de Comunicação Social.

Efetivamente, no que concerne à execução financeira da despesa a Secretaria Extraordinária da Comunicação Social recebeu recursos através de repasses da Secretaria da Fazenda, no exercício de CR$ 6.584.513,76 (seis milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e treze cruzeiros e setenta e seis centavos) o que exigiu a inscrição em "Restos a Pagar" da ordem, em termos arredondados de CR$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil cruzeiros).

O saldo bancário da Secretaria, em 31 de dezembro de 1977, foi de CR$ 191.786,91 (cento e noventa e um mil, setecentos e citenta e seis cruzeiros e noventa e um centavos).

### SERVIÇOS DE TERCEIROS

O maior volume de recursos financeiros e orçamentários da Secretaria e do Centro Estadual da Comunicação Social estão alocados no código 3.1.3.2.00 — Serviços de Terceiros — correspondendo a 65% do orçamento global da Pasta.

Releva destacar que a verba orçamentária em 1977, dentro do referido código foi de CR$ 7.200.000 00 (sete milhões e duzentos mil cruzeiros), para um orçamento global de CR$ 11.032.000,00 (onze milhões, trinta e dois mil cruzeiros).

Em termos financeiros, consoante já foi explicitado acima a Secretaria e o Centro Estadual da Comunicação Social receberam recursos da Secretaria da Fazenda da ordem de CR$ 6.584.513,76 (seis milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e treze cruzeiros e setenta e seis centavos). Em consequência, procurou a Secretaria compatibilizar o seu fluxo de desempenho promocional e publicitário com as disponibilidades reais de seu caixa.

Assim, no exercício foram realizados empenhos prévios no total de CR$ 5.605.993,00 (cinco milhões, seiscentos e cinco mil novecentos e noventa e três cruzeiros) sobre a dotação orçamentária Serviços de Terceiros — código 3.1.3.2.00.

Deste total empenho a Secretaria destinou à veiculação, produção e impressão a importância de CR$ 3.324.221,00 (três milhões trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e um cruzeros), correspondendo a 59% (cinquenta e nove por cento), correspondendo a Despesa. A parcela restante, dentro deste mesmo Elemento de Despesa, correspondeu à importância de CR$ 2.281.712 00 (Dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, setecentos e doze cruzeiros).

Vale destacar, finalmente, com referência ao comportamento deste código orçamentário, que nele se incluem ainda, as seguintes despesas administrativas e de manutenção: Correios e Telégrafos, assinatura de telefones, locação de imóveis, conservação, manuten-

ção e reparos de veículos locação de equipamentos, conservação e limpeza de máquinas e aparelhos, aquisição de passagens, aquisição de revistas e jornais, entre outras.

## DIVULGAÇÃO

Em função da realidade financeira, buscaram a Secretaria e o Centro ativar, com maior índice de impessoalidade, o seu sistema próprio e diário de "releases", dentro do seu Boletim Informativo, visando ao aproveitamento de noticiários pela imprensa, rádio e TV sem contrapartida financeira.

Neste particular cabe um registro que atesta a compreensão e a colaboração da imprensa de todo o Estado, que não negou nas oportunidades solicitadas as coberturas eventualmente recomendadas pelo espírito objetivo dos textos elaborados pela equipe da Secretaria.

Ganha expressão, que traduz efetivamente o nosso reconhecimento, o fato de ter a Secretaria, em termos da imprensa de todo o Estado, aproveitado no curso de 1977 o expressivo total de 87.158 (oitenta e sete mil cento e cinquenta e oito) centímetros = coluna, inteiramente graciosos.

Em termos comparativos e, tomando-se por base a tabela média de preços — CR$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por centímetros coluna — dos veículos no exercício, esta volumosa centimetragem representaria um investimento de CR$ 4.357.900,00 (quatro milhões trezentos e cinquenta e sete mil e novecentos cruzeiros), ou seja mais do que a Secretaria gastou no mesmo período em veiculação remunerada.

## REDAÇÃO

O setor redatorial da Secretaria e do Centro Estadual da Comunicação Social é aquele que mais ativamente participa do lador diário do setor.

Responde pela elaboração dos "releases" diários, a montagem final, também diária, do Boletim Informativo distribuído a todos os jornais emissoras e televisões do Estado e aos principais veículos do País, mantendo, ainda, pela sua Chefia de Núcleo, o atendimento direto aos profissionais de imprensa que habitualmente cobrem setores públicos para suas empresas.

É neste setor que repousa a responsabilidade de atendimento das solicitações de fotos oficiais e fotos que documentam inaugurações, obras e visitas complenameando com oportunidade o próprio trabalho da imprensa, principalmente dos jornais de menor porte.

A redação oferece cobertura às atividades de toda a administração estadual, direta e indireta, mantendo diàriamente, uma escala de serviço para cobertura de cada Secretaria, além de cobrir, fotograficamente, os atos e solenidades realizados e que tenham importância para a estrutura do Governo.

Especialmente no que se refere ao programa de visitas do Governador ao interior do Estado, para a inauguração de obras, a Secretaria cobriu relatorial e fotograficamente, no exercício, 171 viagens oficiais.

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Uma das grandes ausências da Secretaria era o seu completo alheamento aos programas e planos de divulgação dos setores da administração, tanto diretos, representados pelas demais Secretarias como indiretos representados pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como as fundações.

Hoje a Secretaria da Comunicação Social tem presença, em todas as fases do processo de divulgação e publicidade do Estado.

Por força desta política de inter-relacionamento, manteve o setor, além de uma perfeita identidade de mensagens, completo acompanhamento de gastos na administração indireta, mês a mês.

É oportuno registrar, para que não se faça uma idéia distorcida destes gastos, que no volume das despesas efetuadas pela administração indireta, e, ainda as fundações, estão incluídas todas as despesas com publicação de editais, avisos, relatórios, balanços, comunicações convocações e outras exigidas por lei e que, sem dúvida, reduzem em pelo menos 50% (cinquenta por cento) os recursos investidos em publicidade propriamente dita. (Anexo 2)

A filosofia da Secretaria, fruto também das experiências conquistadas, principalmente, durante o Encontro de Brasília, em junho de 1977, sob o comando da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, lograram encontrar a melhor acolhida nos demais Secretários de Estado e em dirigentes de empresas, dando-se maior objetividade e um sentido mais racional ao aproveitamento dos recursos que o setor movimentou quer na área da administração direta, quer na área da administração indireta.

Pela primeira vez na história da publicidade oficial são divulgadas as despesas realizadas na administração direta e, indireta, cobrindo todos os veículos utilizados.

### SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

### CENTRO ESTADUAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

### DESPESAS DE DIVULGAÇÃO

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

| MESES | VALORES |
|---|---|
| Janeiro | 151.400,00 |
| Fevereiro | 49.000,00 |
| Março | 151.938 00 |
| Abril | 23.200,00 |
| Maio | 155.365,00 |
| Junho | 525.080,00 |
| Julho | 177.690,00 |
| Agosto | 377.365,00 |
| Setembro | 650.186 00 |
| Outubro | 306.582,00 |
| Novembro | 484.321,60 |
| Dezembro | 312.058,00 |
| T O T A L | 3.324.221,00 |
| Média Mensal em 1977 | 111.600,00 |

### SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

### CENTRO ESTADUAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

### DESPESAS DE DIVULGAÇÃO

### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

| MESES | VALORES |
|---|---|
| Janeiro | 652.893,00 |
| Fevereiro | 480.158,00 |
| Março | 646.417,00 |
| Abril | 581.356,00 |
| Maio | 550.818,00 |
| Junho | 507.255 00 |
| Julho | 421.449,00 |
| Agosto | 626.758,00 |
| Setembro | 447.891,00 |

| | |
|---|---|
| Outubro ..... .. ..... | 453.040,00 |
| Novembro ..... .. .... ..... | 414.228,00 |
| Dezembro .... . . ..... .. ..... | 468.198 50 |
| T O T A L .. ..... | 6.280.474,50 |
| Média Mensal em 1977 ..... | 523.372,83 |

## SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE EXECUÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS

SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE EXECUÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS

Criada pelo Decreto nº 1445, de 15 de março, com base no que dispõe o art. 11 da Lei 3043, de 31/12/75, as atividades desta Secretaria Extraordinária tem por finalidade:

"Apoiar supletivamente a ação governamental no planejamento, coordenação execução e acompanhamento dos projetos e programas nas áreas de turismo, cultura e lazer, cuja implementação lhe tenha sido expressamente atribuida pelo Governador do Estado, ou qualquer outra área ou projeto explicitamente determinado"

Em termos de projeto esta Secretaria, através os trabalhos desenvolvidos pela Fundação Jones dos Santos Neves, obteve dois documentos de real importância:

O intitulado "Algumas Prioridades Imediatas para o Desenvolvimento do Turismo do Espírito Santo", que "pretende consubstanciar um pequeno programa de Ação Imediata para o setor, procurando soluções imediatas que não apaguem e que até auxiliem à preparação do Plano maior. Visa colocar medidas de aplicabilidade emergencial, a fim de agilizar o turismo capixaba sem perder de conta as ações de médio e longo prazo".

O projeto de ocupação espacial de 200.000,00 m2 em Camburí, para o desenvolvimento de uma área de lazer, de atividades múltiplas, em convênio a ser assinado com a INFRAERO, administradora do terreno.

A par de tais documentos a participação da Secretaria se desdobrou em uma ação paralela àquelas entidades do Estado que necessitassem de apoio do Gabinete do Governador, via Secretaria, para aceleração de alguns projetos.

Assim aconteceu, principalmente, com a Fundação Cultural do Espírito Santo, onde a ação da Secretaria Extraordinária mais se fez sentir, atuando:

Na Galeria de Artes Homero Massena, inaugurada no dia 31/03/77;

No Teatro Estúdio, inaugurado na mesma data;

Na implantação da TV Educativa do Espírito Santo, em fase final de obras do espaço físico.

Na área da Secretaria do Interior e dos Transportes, a Secretaria Extraordinária teve significativa atuação no encaminhamento do processo de saneamento de suas finanças.

Ligada fisicamente ao Gabinete do Governador, a Secretaria Extraordinária desenvolve um trabalho de intermediação entre o Chefe do Executivo e as áreas administrativas federal, estadual e municipal, no sentido de agilizar todo e qualquer interesse que aquela autoridade julgue de prioritário atendimento.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Ao iniciar-se o quatriênio fluente, era das mais difíceis a situação do Tesouro Estadual, que, na verdade, começou a agravar-se com a implantação do sistema tributário nacional. Vigorava, então o Imposto de Vendas e Consignações, incidente, na alíquota de 7,16% sobre o valor de cada operação mercantil. O novo tributivo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, sucedâneo do IVC, incide, apenas, sobre o valor agregado, ou seja, sobre a diferença de preço a maior entre a compra e a venda.

Levando-se em conta o atual estágio da economia do Estado, a maior incidência passou a efetivar-se sobre o valor agregado por tratar-se de mercadorias importadas de outras Unidades da Federação mais desenvolvidas.

O crescente e volumoso déficit verificado desde 1963, tem sido coberto com operações de crédito, que vêm aumentando, sensivelmente, o endividamento do Estado.

Em 15 de março de 1975, data da posse do atual Governo o endividamento do Estado atingia a Cr$ ... 1 239 454 326,00, assim discriminado:

| | | |
|---|---|---|
| Dívida consolidada .. ..... | Cr$ | 912 109 219,00 |
| Dívida flutuante .. .. ..... | Cr$ | 327 345 107,00 |

Por órgãos devedores, a posição era a seguinte em 15/03/75:

| | | |
|---|---|---|
| Administração direta .. .. .. | Cr$ | 531 629 778 00 |
| Administração indireta .. .. | Cr$ | 707 824 548,00 |

A dívida externa, em 15/03/75, segundo o tipo de moeda, era constituída de:

| | |
|---|---|
| Dollars .. .. .. ..... | 25 495 000 |
| Deutch Mark (Euro-dollar) .. | 10 373 142 |

Convertida em cruzeiros a câmbio de 15/03/75, a dívida externa assim correspondia:

| | | |
|---|---|---|
| Em dollars .. .. .. ..... | Cr$ | 196 184 025,00 |
| Em Deutch Mark (Euro-dolar) | Cr$ | 34 003 159,00 |

Resumindo, a dívida do Estado, interna e externa, era a seguinte em 15/03/75:

| | | |
|---|---|---|
| Dívida interna (consolidada e flutuante) .. .. ..... | Cr$ | 1 239 454 326,00 |
| Dívida externa .. .. ..... | Cr$ | 120 187 184,00 |
| Total .... .. .. ..... | Cr$ | 1 469 641 610,00 |

**Situação Financeira**

(em 31 de dezembro de 1977)

Em 31 de dezembro de 1977, a posição da dívida consolidada do Estado, em confronto com a posição em 15 de março de 1975, assim se apresenta:

DÍVIDA INTERNA CONSOLIDADA:

| | | |
|---|---|---|
| Administração direta .. | 204.284,671 | 1.050.548,075 |
| Administração indireta . | 707.824 548 | 983.030,231 |
| Total .... .. .. ..... | 912.109,219 | 2.033.578,306 |
| Aumento .. .. .. .. . . ..... | | 122,96 |

No montante de Cr$ 2 033 578 306,00 representativo da dívida interna consolidada não estão computados Cr$ 416.426.739,00 valor dos empréstimos contraídos pela COHAB-ES com o BNH para a construção de casas populares. Por essa dívida respondem os próprios hipotecados e mais o respectivo seguro.

Por outro lado, deve-se levar em consideração que no montante da dívida estão computados Cr$ ..... 482.641,660,00 que representam empréstimos contraídos com o BNH para serviços de abastecimento d'água, não só de Vitória como de todo o interior do Estado. Os respectivos contratos, além de baixos juros, são a longo prazo que variam de 18 a 21 anos, com que os ônus do resgate se diluem ao longo do tempo, não comprometendo em muito o orçamento do Estado. Comprovando isso temos o fato de que os encargos de amortização e juros relativos ao exercício de 1977 montaram, apenas a Cr$ 13.054.512,00, o que correspondeu a 2,70% do valor dos empréstimos contraídos pela CESAN.

Relativamente aos empréstimos obtidos pela COHAB, não houve qualqure desembolso do Tesouro do Estado, em 1977, com amortização e encargos, o que vem comprovar que o Tesouro do Estado não é afetado pelo resgate de empréstimos, feito unicamente, com o retorno dos financiamentos concedidos aos adquirintes de casas populares.

Vale esclarecer, ainda, que no total da dívida relativa ao ano de 1977, não estão computadas as responsabilidades do Estado pelo empréstimo por antecipação de receita e por parcelas de empréstimos, da administração direta e administração indireta vencidas e não pagas no respectivo vencimento. Em 31|12|77 montabam a Cr$ 245.955.285 00.

No total de Cr$ 2.033.578.306,00 da dívida interna consolidada estão incluídos Cr$ 653.430.180.00 de juros, correção monetária e outros encargos, o que comprova o alto custo do dinheiro. O principal efetivamente entrado em caixa no atual período governamental, foi o seguinte:

| | | |
|---|---|---|
| Administração direta .. .. .. | Cr$ | 671 624.211,00 |
| Administração indireta . .... | Cr$ | 708.513.915,00 |
| Total .. .... .... .. ..... | Cr$ | 1.380.138 126 00 |

Deve-se considerar, entanto, que o aumento do endividamento, no atual período de governo, terá efeito altamente positivos na economia do Estado, refletindo-se, consequentemente, no aumento da arrecadação. Foram asfaltados 239 quilômetros de rodovias, contra 41 quilômetros no anterior período de govêrno, o que correspondeu segundo informações do DER, ao aumento de 56,10% de toda a rede asfaltada há mais de 25 anos, disse resultando economia de combustível, maior rapidez na circulação de riquezas, menor custo de manutenção de veículos e, em decorrência redução do tempo de viagem e menor custo de transporte. Completando o programa rodoviário, foram abertos e reabertos 2.461 quilômetros de estradas vicinais, do que resultou a incorporação de extensa área cultivável ao setor da produção agro-pecuária.

Os recursos dos empréstimos destinaram-se, ainda, ao desenvolvimento do ensino pois que cerca de 1.000 prédios escolares foram reformados e recuperados e dezenas de outros, construídos.

Dos 45 núcleos de população beneficiados com serviço de água tratada, 20 foram construídos no atual período de governo. Nesse serviço foram investidos mais de 500 milhões de cruzeiros.

A rede de energia elétrica na zona rural foi aumentada em 800 quilômetros de extensão, havendo sido contratados mais 800 quilômetros, cujo custo importou em Cr$ 171.000.000,00. Todas essas obras e muitas outras apontadas nos capítulos próprios desta exposição eram indispensáveis não só ao conforto e ao bem estar das comunidades, mas, sobretudo da maior importância para o desenvolvimento da economia do Estado. Não poderiam, certamente, pelo seu vulto, ser custeadas exclusivamente com recursos orçamentários. Ter-se-ia de sacar sobre o futuro através de empréstimos que iriam aumentar o endividamento. São investimentos com retorno garantido num futuro não remoto e cujo custo se distribuirá a longo prazo em futuros períodos governamentais, levando-se em conta que boa parte da dívida foi contraída a prazo de 18 anos.

O atual governo, como já foi dito, também recebeu forte acervo de dívidas contraídas com os mesmos objetivos.

## COMPORTAMENTO DA RECEITA

Os dados a seguir divulgados se limitam à arrecadação da receita tributária, constituída do ICM, Imposto de Transmissão e Taxas e mais a proveniente do "Fundo de Participação dos Estados" e "Fundo Especial". Vale esclarecer ainda, que os resultados são apurados pela Coordenação da Administração Tributária, com base em mapas mensais recebidos das exatorias, estando, portanto, sujeitos a retificações quando da conclusão do Balanço do exercício.

### Receita Tributária

A receita tributária arrecadada durante o triênio 1975/77, assim se apresentou:

| Exercícios | Previsão Orçamentária | Arrecadação | Diferença % |
|---|---|---|---|
| 1975 | 660 519 746 | 480 154 419 | — 37,60% |
| 1976 | 793 980 000 | 799 294 057 | + 0 07% |
| 1977 | 1 050 000 000 | 1 225 511 166 | + 16,71% |

| Exercícios | Previsão | Arrecadação | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1975 | 8 100 000 | 12 472 536 | + 53,98% |
| 1976 | 12 400 000 | 22 927 006 | + 84,89% |
| 1977 | 30 000 000 | 37 669 556 | + 25,56% |

No triênio a arrecadação do imposto acima apresentou os seguintes aumentos:

1 975 .. .. .. .. ..... 74,46%
1 976.. .. .. .. ..... 83 83%
1 977 .. .. .. ..... 64,30%

### T a x a s

Quanto às taxas, a arrecadação, comparada com a previsão orçamentária, foi a seguinte:

| Exercícios | Previsão | Arrecadação | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1975 | 8 419 746 | 9 860 190 | + 17,11% |
| 1976 | 31 500 000 | 15 824 441 | = 99,57% |
| 1977 | 20 000 000 | 22 421 610 | + 12,10% |

A arrecadação das taxas apresentou os seguintes aumentos no triênio:

1 975 .. .. .. .. ..... 33,88%
1 976 .. .... .... .. ..... 60,49%
1 977 .. .. .. ..... 41,69%

### Fundos de Participação
F.P.E e F.E.)

A arrecadação pelo "Fundo de Participação dos Estados" e "Fundo Especial", durante o triênio, foi a seguinte:

1 975 .. .. .. .. ..... Cr$ 209 558 399
1 976 .... .. .. ..... Cr$ 220 483 416
1 977 ..... .. .. ..... Cr$ 366 652 832

A execução orçamentária registra os seguintes resultados em termos globais, sujeitos a retificação, quanto à despesa, no encerramento do balanço:

| | Cr$ 1 00 |
|---|---|
| Receita arrecadada .. .. .. | 2.085.782.794 |
| Despesa realizada .. .. .... | 2.404.524.018 |
| Deficit verificado .. .. ..... | 318.741.244 |

A receita se decompõe nas seguintes categorias econômicas:

| | Cr$ 1,00 | |
|---|---|---|
| **Receitas Correntes** | 1.657.111.491 | 79,4% |
| Tributária .. .. .. | 1.225.511.233 | |
| Patrimonial . . . | 28.150.559 | |
| Transferências Correntes .. .. .. .. | 372.593.833 | |
| Receitas Diversas | 30.855.867 | |
| **Receitas de Capital** | 428.671.303 | 20,6% |
| Operações de Crédito .. .. ..... | 91.482.541 | |
| Alienação de Bens | 3.531.136 | |
| Transferência de Capital .. .. .... | 325.373.657 | |
| Outras Receitas de Capital .. .. .. .. | 9.281.969 | |
| Total .. .. .. .. .... ..... | 2.085.782.794 | 100,% |

O montante da arrecadação segundo as fontes se desdobra em:

| | | |
|---|---|---|
| Recursos ordinários do Tesouro | 1.296.332.764 | 62,1% |
| Participação em Tributos Fed. .. | 613.704.766 | 29,5% |
| Cotas de Salário Educação .... | 44.365.825 | 2,1% |
| Auxílio Financeiro da União .... | 20.000.000 | 0,9% |
| Aux. e Contrib. Diversas .... | 19.896.899 | 1 0% |
| Operações de Crédito .. ..... | 91.482.541 | 4,4% |

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias contribuiu com Cr$ 1.165.420.067,34, representando 00% dos recursos ordinários do Tesouro e 56% da receita geral, tendo superado em cerca de 53% o montante de ICM do exercício anterior.

As operações de crédito, no valor de Cr$ ..... 91.482.541 17, destinaram-se integralmente a financiamento de despesas de capital a saber:

| | |
|---|---|
| Construção e equipamento da escolas .... | 48.947.732,00 |
| Construção de estradas .. ..... | 32.500.000,00 |
| Obras de infreestrutura para beneficiamento de conjuntos habitacionais e construção de Centros Sociais .. .. ..... | 8.034.809,17 |
| Eletrificação rural .. .. .. ..... | 2.000.000,00 |

A despesa realizada, inclusive empenhos para obras, equipamentos e serviços a serem concluidos no atual exercício, importaram em Cr$ 2.404.524.018 cruzeiros, cabendo a:

| | | |
|---|---|---|
| Despesas Correntes .. ..... | 1.676.709.560 | 69,7% |
| Despesa de Capital .. .. .. .... | 727.814.458 | 30,3% |

A distribuição da despesa segundo os órgãos administrativos registra os seguintes totais:

Cr$ 1,00 — %
Assembléia Legislativa — 27.505.678 — 1,14
Tribunal de Contas — 16.506.567 — 0,68
Tribunal de Justiça e unidades subordinadas — 45.945.634 — 1,92
Governadoria do Estado e Vice-Governadoria — 57.895.587 — 2,41

Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos — 214.455.223 — 8,92

Secretaria de Estado da Agricultura — 78.365.747 — 3,26

Secretaria de Estado da Cultura e Bem-Estar Social — 79.624.253 — 3.31

Secretaria de Estado da Educação — 559.454.055 — 23,27

Secretaria de Estado da Fazenda — 290.789.327 — 12,09

Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio — 31.460.908 — 1,32

Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes — 464.096.775 — 19,30

Secretaria de Estado da Justiça — 12.603.133 — 0,52

Secretaria de Estado do Planejamento — 204.148.683 — 8,49

Secretaria de Estado da Saúde — 120.073.280 — 4 09

Secretaria de Estado da Segurança Pública — 201.599.161 — 8,39

TOTAL — 2.404.524.018 — 100,00

O dispêndio com pessoal ativo e inativo da administração direta e dos órgãos autárquicos, inclusive contribuições de previdência social sobre salários dos servidores regidos pela C.L.T., totaliza Cr$ 1.226.323.859,00 (hum bilhão duzentos e vinte e seis milhões, trezentos e vinte e três mil e oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros) correndo à conta de recursos próprios do Estado Cr$ 1.030.894.859,00 (hum bilhão, trinta milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros) e à Conta de Costas do Fundo de Participação Cr$ 195.429.000,00 (cento e noventa e cinco milhões, quatrocentos e vinte e nove mil cruzeiros). Esse montante corresponde a 73% do total de Despesas Correntes e a 94 5% dos recursos ordinários do tesouro.

Nas aplicações em despesas de capital destacam-se as seguintes:

Obras rodoviárias — 140.000.000,00

Contribuição ao Fundo de Água e Esgotos — 50.000.000,00

Programas de Eletrificação Rural — 37.707.999,00

Amortização da dívida pública da Administração Direta e Indireta — 96.026.221,00

Financiamento pelo "Sistema F u n d a p" — 162.500.000 00

Obras e Equipamentos Escolares — 75.931.000,00

Construção e Aparelhamentos de Centros Sociais e Esportivos — 24.780.000,00

## R E S U M O

A Receita proveniente da "Receita Tributária" e dos Fundos Federais, arrecadada no triênio, foi esta:

| | 1 975 | 1 976 | 1 977 |
|---|---|---|---|
| ICM | 457.821.698 | 760.542.610 | 1.165.420.000 |
| Imposto de Transmissão | 12.472.536 | 22.927.006 | 37.669.556 |
| Taxas | 9.860.190 | 15.824.441 | 22.421.610 |
| Fundos de Participação | 139.848.809 | 211.149.798 | 366.885.381 |
| Total | 620.003.233 | 1.010.443.855 | 1.592.396.547 |

Vê-se, pelos resultados acima, que a arrecadação, pelas rubricas orçamentárias relacionadas, cresceu 62,97% em 1976 e 57,67% em 1977, ou seja, acima dos índices da inflação.

## QUOTA DE ICM DEVIDA AOS MUNICIPIOS

Por força de preceito constitucional 20% do ICM arrecadado pelo Estado deve ser distribuido aos municípios. Essa distribuição se processa com base em índices fixados com observância do Decreto-lei 1.216, de 09 de maio de 1972, os quais resultam da apuração do valor agregado do movimento comercial do universo de contribuintes de cada município.

O Estado não tem qualquer participação na distribuição da quota. Ela é processada diretamente pelo BANESTES, onde se concentra o recolhimento de todos os tributos devidos ao Estado. Do ICM arrecadado, o BANESTES credita 80% ao Estado e transfere os 20% para uma conta global, da qual tomando por base os índices de distribuição, destaca a parcela devida a cada Município.

No triênio 1975-1977, o BANESTES fez a seguinte distribuição da quota de ICM:

| | | |
|---|---|---|
| 1 975 | Cr$ | 106.862.982,00 |
| 1 976 | Cr$ | 181.663.595,00 |
| 1 977 | Cr$ | 281.004.138 00 |
| T O T A L | Cr$ | 569.530.715,00 |

Em comparação com o ano anterior, os municípios que obtiveram maior índice de crescimento foram os seguintes:

| Municípios | 1 976 | 1 977 | Aumento |
|---|---|---|---|
| Muniz Freire | 566.790 00 | 2.000.749,00 | 252,99% |
| Viana | 2.986.549,00 | 8.848.820,00 | 196,26% |
| Guaçuí | 1.954.700,00 | 5.106.665,00 | 161 35% |
| Bom Jesus do Norte | 230.712,00 | 562.008,28 | 143,59% |
| Serra | 6.489.023 00 | 13.954.665.00 | 115,05% |
| Vila Velha | 8.676.253,00 | 17.596.379,00 | 102,81% |
| Colatina | 14.046.229,00 | 27.605.846.00 | 96 53% |
| Mantenópolis | 230.712,00 | 432.746,00 | 87,56% |
| Mimoso do Sul | 1.360.660 00 | 2.450.356,00 | 80,08% |

O município de Vitória foi contemplado, em 1976, com Cr$ 40.296.618,00 e com Cr$ 67.511.224,00 em 1977. o que correspondeu a um acréscimo da ordem de 67 53%.

O critério previsto no Decreto-lei 1.216 para a distribuição do ICM prejudica, sensivelmente os municípios onde predominam as atividades agro-pecuárias, como Santa Leopoldina, Afonso Cláudio e outros. Comparada a participação desses municípios na quota do ICM, no ano de 1977, temos os seguintes resultados:

| | | |
|---|---|---|
| Cariacica | Cr$ | 22.542.152,00 |
| Afonso Cláudio | Cr$ | 1.978.269,00 |
| Santa Leopoldina | Cr$ | 404.646,00 |

Num confronto com a quota recebida por Cariacica, a quota dos referidos municipios correspondeu:

| | |
|---|---|
| Afonso Cláudio | 8 77% |
| Santa Leopoldina | 1,80% |

Outro muunicípio bastante prejudicado é o de Vila Velha. Com suas atividades industriais de porte limitadas à fábrica de Chocolates Garoto e com grande parte de sua população exercendo atividades profissionais em Vitória, Vila Velha transformou-se, praticamente, num "município-dormitório". Já Cariacica conta com várias indústrias, sendo que somente a Fábrica de Ferro e Aço Vitória tem faturamento que supera, em muito, todo o movimento comercial de Vila Velha. Daí o fato de, no triênio 1975/77, Cariacica ter recebido Cr$ 53.480.849,00, enquanto Vila Velha recebeu apenas, Cr$ 32.204.696,00.

## Sistema FUNDAP

O Sistema FUNDAP foi criado pela Lei nº 2.508, de 22 de maio de 1970, complementada pelas Leis 2 592 2.696 e 2.735, respectivamente, de 22|06|71, 26|05|72 e 24|12|72.

O benefício fiscal consiste na concessão de empréstimo que corresponde, atualmente a 8% do valor da fatura de importação ou de exportação, sendo custeado com recursos provenientes do pagamento do ICM correspondente. O importador recolhe integralmente o ICM e sobre 80% desse valor é calculado o financiamento pertencendo os 20% restantes aos Municípios.

O financiamento é concedido a prazo de 25 anos, inclusive 5 de carência, com os seguintes encargos financeiros: 3% ao ano durante a carência e 6% sobre o saldo devedor durante a amortização.

O mutuário é obrigado até o último dia do exercício seguinte ao da contratação do empréstimo, a investir 50% do seu valor em projeto de indústria, agro-pecuária, pesca ou turismo. No ato da operação, caucionará 10% do respectivo valor em títulos de renda fixa.

Findo o prazo e não feito o investimento, o mutuário é obrigado a recolher ao BANDES títulos de renda fixa de valor correspondente aos 40% do capital ainda em seu poder caso em que, até o último dia do exercício seguinte ao desse novo recolhimento, poderá proceder o investimento. Se, mesmo assim, não investir, o BANDES cuidará disso diretamente.

É de ver-se que, nos dois primeiros anos o mutuário dispõe de 90% do financiamento para operar um capital de giro. Daí em diante, contará, apenas, com 50% até decorrido o prazo final de resgate, ou sejam 25 anos. Vale esclarecer que os rendimentos dos títulos de renda fixa caucionados pertencem ao mutuário.

Compete ao BANDES a gestão dos recursos financeiros do FUNDAP e bem assim o registro das firmas mutuárias. A análise e aprovação dos projetos são da competência da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

O FUNDAP é um sistema inteligentemente criado. Até então era extremamente reduzida a importação do Estado. Além de carrear substanciais recursos para investimentos em projetos relacionados com o desenvolvimento, cujo volume excede, até mesmo, os recursos do GERES, ainda contribuiu com importantes recursos para os Municípios de vez que 20% do ICM devido são integralmente distribuidos às Municipalidades.

Durante o triênio 1975/77, o ICM gerado pelo FUNDAP atingiu a Cr$ 476.323.518,00. Desse total, os municípios foram contemplados com Cr$ 90.881.467,00. Ao "Fundo de Recuperação Econômica", que corresponde à participação do Estado na formação dos recursos do Decreto-lei 880 coube a parcela de Cr$ 23.916.175,00.

Segundo dados do BANDES os empréstimos contratados com os mutuários do FUNDAP, no período compreendido entre janeiro de 1975 a dezembro de 1976, montaram a Cr$ 405.568.155,00. Levando-se em consideração que 50% desse montante deve ser empregado em projetos de desenvolvimento, conclui-se que, em tais projetos foram ou estarão sendo aplicados Cr$ ..... 202.784.078 00.

Atentando-se que os fatos econômicos são essencialmente dinâmicos, as leis e atos normativos a eles atinentes precisam acompanhar sua evolução, sem o que haverá retrocesso ao invés de progresso. A legislação do FUNDAP carece, portanto, de uma revisão e nesse sentido estão se processando estudos tomando como ponto de partida os subsídios oferecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, com vistas à melhoria do SISTEMA FUNDAP.

## Dívida Ativa

Um dos mais sérios problemas enfrentados pelas Secretarias da Fazenda de todas as Unidades da Federação é o relativo à Dívida Ativa

Neste Estado a cobrança judicial é deficiente devido a vários fatores, a saber:

a) as custas cartorárias somente são devidas na fase de liquidação da sentença. Com isso, há desinteresse por parte dos serventuários no trato dos processos;

b) as diligências são excessivamente morosas e, em muitos casos limita-se o oficial de justiça a declarar o clássico "não encontrado no endereço".

c) não participação do promotor, oficial de justiça e titular do Cartório na cobrança da dívida. Anteriormente à vigência da Constituição de 1969, o débito era acrescido de 20% que se destinavam a gratificar esses funcionários. O pagamento fora vedado pela Constituição. Todavia a Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977, dando nova redação ao art. 196 da Constituição suprimiu a parte final "inclusive a dívida ativa", o que induz à conclusão de que já é permitida a partição antes vedada.

Acerca do assunto se processam estudos que por certo, serão objeto de projeto de lei.

Até 31 de dezembro último o montante da dívida ativa elevava-se a 103.136.873,00. Durante o ano foram cobrados por via judicial e administrativa, apens Cr$ .. 3.461.782 00, o que correspondeu a 2,93% do total.

Procurando agilizar a cobrança, o Secretário de Estado da Fazenda baixou a Portaria N, nº 32, de 29 de janeiro de 1978, com apoio no Decreto nº 1 104-N, de 12 de janeiro de 1978 elevando de 18 para 60 meses, pelo prazo de 120 dias, o parcelamento do débito dos contribuintes.

## FUNDO DE PARTICIPAÇAO DOS ESTADOS

A distribuição do "Fundo de Participação dos Estados" é feita com base em índices fixados pelo Tribunal de Contas da União, com elementos fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, baseados na Renda Nacional de 1970.

Segundo a Resolução 184/77, para o exercício de 1977 a participação do Estado do Espírito Santo seria calculada à base do índice 3,995. Para o exercício de 1978 o Tribunal de Contas da União baixou a Resolução 188/77, adotado o mesmo critério observado quando da aprovação da Resolução 184, isto é: dados da Fundação Getúlio Vargas com base na Renda Nacional de 1970.

Os índices constantes das Resoluções acima do TCU relativos ao Espírito Santo, são os seguintes:

| | |
|---|---|
| Para 1977 .. ..... | 3.3995 |
| Para 1978 .. .. .. .. .. ..... | 1,9745 |

O parâmetro adotado para determinação dos índices de 1978 foi o mesmo adotado para o ano de 1977.

Estranhando pois, a redução de 50% do índice do Estado, dirigi expediente ao Ministro do Planejamento, solicitando o reexame do assunto, pois que, se prevalecer o índice fixado o Estado terá reduzida sua participação em quase 200 milhões de cruzeiros, ao que me parece, injustamente.

Embora em 1977 a arrecadação do F.P.E. tivesse atingido a CR$ 264.232.544,00, para 1978 a prefixação foi reduzida para CR$ 219.000.000,00. O Espírito Santo será assim, este ano, o Estado da Federação menos aquinhoado na distribuição do FPE, pois NENHUM outro receberá menos, nem mesmo importância igual.

Dada a receptividade da reivindicação que dirigi ao Ministro do Planejamento alimento a esperança de uma solução justa para o problema.

## APREFEIÇOAMENTO DA MÁQUINA FISCAL

O aprimoramento da máquina fiscal foi uma das nossas maiores preocupações.

A divisão territorial fazendária foi acrescida de mais duas regiões: Barra de São Francisco e Mimoso do Sul.

Sofreram reformas os prédios das Delegacias Regionais de Alegre e São Mateus e as Agências da Fazenda Estadual de Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Itaguaçu, Linhares Montanha e Nova Venécia.

Visando a maior eficiência da fiscalização, foram fechados vários Postos Fiscais do interoir, sendo substituídos pelo sistema de fiscalização volante, na qual, são empregados 56 veículos, dos quais, 22 adquiridos em 1977. Os resultados foram os mais promissores. Em 5.350 autuações efetuadas, foram apurados CR$ ..... 9.960.043,36.

Os veículos utilizados na fiscalização volante são equipados com sistema de rádio-comunicação, controlados por uma central instalada na sede da Secretaria. Na ação fiscalizadora, o fisco estadual vem contando com integral e eficiente colaboração do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Com a ajuda do Ministério da Fazenda foi substituído todo equipamento das Delegacias Regionais e Agências da Fazenda Estadual, tendo sido de CR$ .... 4.450.000 00 o montante despendido em 1977. Com os equipamentos adquiridos, tais como, máquinas de escrever e de calcular, arquivos armários e mesas de aço, cadeiras, ventiladores e aparelho de ar condicionado num total de 2.494 unidades.

Os Manuais de Rotina muito estão contribuindo para o treinamento do pessoal responsável pela fiscalização orientando em todos os casos que se fizerem necessários.

Algumas exatorias passaram a contar com espaço físico adequado para seu funcionamento, a saber:

— reforma dos prédios das Delegacias Regionais de Alegre e São Mateus;

— reforma das Agências da Fazenda Estadual de Afonso Cláudio, Baixo Guandu Itaguaçu. Linhares, Montanha e Nova Venécia.

— as Agências de Linhares, Afonso Cláudio e Nova Venécia tiveram o prédio ampliado, reservada a parte superior para residência do Exator e de sua família.

Levando em consideração as dificuldades encontradas para locação de imóvel, pelo Exator transferido, para sua residência, a Secretaria vem executando um programa visando a construção de prédios de dois pavimentos, reservado o pavimento superior para residência do Exator, com o que aquelas dificuldades ficarão eliminadas e o serviço público beneficiado. Para o corrente ano, contando com a ajuda financeira do Ministério da Fazenda, está programada a construção de 14 novos prédios com base no programa aprovado.

A Delegacia Regional de Vitória e a Agência da Fazenda Estadual da Capital, que vinham funcionando precariamente na sede da Secretaria foram trnsferidas para a Avenida Beira Mar, ocupando uma loja com mais de 500 metros quadrados.

O edifício sede da Secretaria da Fazenda sofreu adaptações para receber a Coordenação de Pagamentos e a Coordenação Geral de Finanças, que funcionavam na parte térrea dos fundos do Palácio Anchieta.

## PROJETO CIATA

O CIATA, Convênios de Incentivos ao Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo das Municipalidades, é um projeto da iniciativa do Ministério da Fazenda, com o objetivo primordial de aparelhar e desenvolve o setor tributário municipal dotando-o de uma infraestrutura capaz de acompanhar o rítmo de desenvolvimento do País.

A despesa com o projeto, compreendendo estudos, programação, implantação, assessoria e material, corre à conta daquele Ministério e das Secretarias de Estado da Fazenda do País estas limitadas à assessoria pessoal e respectivo transporte.

No Espírito Santo, a coordenação do Projeto cabe à Secretaria de Estado da Fazenda, por força de Convênio firmado pelo Governador do Estado, Secretário Geral do Ministério da Fazenda e Secretário de Estado da Fazenda, em 10 de outubro de 1975.

O PROJETO CIATA visa racionalizar e padronizar os aspectos legais administrativos e organizacionais ligados à área tributária dos Municípios, capacitando as prefeituras a promoverem o desenvolvimento do potencial contributivo do próprio município calcado no princípio da justiça fiscal.

O Ministério da Fazenda visa a implantação do PROJETO CIATA em todos os Municípios brasileiros, quando alcançará a almejada integração do sistema tributário nacional, uma vez que o sistema estadual já alcançou essa integração, através do "Sistema Nacional Integrado de informações Econômico-Fiscais" (SNIEF), cuja finalidade consiste na racionalização e integração de controles alicerçados em informações extraídas de escrituração fiscal dos contribuintes do imposto sobre produtos industrializados, da competência da União e do imposto sobre circulação de mercadorias, do campo estadual.

Os resultados alcançados com a implantação do PROJETO CIATA nos municípios têm sido amplamente satisfatórios não so por estar promovendo o crescimento da arrecadação municipal, contribuindo para uma maior participação de recursos próprios na receita municipal mas, sobretudo, pelos outros produtos finais oriundos do Projeto. Entre eles merecendo destaque o cadastro técnico urbano a adequada estruturação administrativa, além da racionalizção de norms e procedimentos do registro e controle através de manuais de serviço.

O aumento da arrecadação não implica, necessariamente, em maior carga tributária individual, pois é mais um produto do envolvimento de todo o universo contribuinte municipal, aliado a uma reduzida taxa de evasão em decorrência da sistematização adotada concorrendo, ainda, para um maior comparecimento do contribuinte à Fazenda Municipal.

De um modo geral, os municípios brasileiros não possuem um perfeito e atualizado cadastro de contribuintes. Muitos destes, dele não constam. Os Códigos Tributários, ou não existem ou estão desatualizados.

No Espírito Santo, o PROJETO CIATA teve início em 1974, com a implantação em 2 municípios: Pinheiros e Santa Tereza. Os instrumentos legais para sua implantação, compreendendo o código tributário e a lei de zoneamento, foram aprovados por unanimidade pelas respectivas Camaras Municipais as quais, assim decidindo, reconheceram o alto significado do Projeto para melhoria das finanças dos citados municípios.

Os resultados alcançados nos referidos municípios vieram comprovar o êxito do Projeto. Enquanto Santa Tereza encerrou de 1975 com uma arrecadação excedendo em 242%, quase duas vezes e meia a arrecadação do ano anterior, o Município de Pinheiros teve sua arrecadação elevada em quase duas vezes, ou sejam 195%.

Até dezembro de 1977, o PROJETO CIATA foi implantado em 10 municípios a saber. Alegre, Aracruz, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Conceição da Barra, Iúna, Nova Venécia, Pinheiros Santa Tereza e Serra. Esse número será elevado ainda este ano, com a implantação do Projeto nos municípios de Anchieta, Colatina, Fundão, Ibiraçu, Afonso Cláudio, Mimoso do

Sul e São Gabriel da Palha, com o que o total de municípios abrangidos pelo Projeto se elevará a 18.

A arrecadação dos municípios onde o projeto foi implantado, comparada com a do ano anterior, apresentou os seguintes índices de crescimento:

| | |
|---|---|
| Alegre | 116,18% |
| Aracruz | 338 04% |
| Baixo Guandu | 108.84% |
| Barra de São Francisco | 293.35% |
| Conceição da Barra | 273,47% |
| Iúna | 338,54% |
| Nova Venécia | 284,83% |
| Pinheiros | 195 00% |
| Santa Tereza | 242,00% |
| Serra | 193,95% |

O êxito do Projeto tem relação direta com a participação, de quantos deveriam contribuir. No ano anterior à implantação do Projeto nos 16 municípios, o número de unidades cadastradas era de 30.581, que coatribuiram com Cr$ 8.518.951 00. Implantado o projeto, o número de unidades cadastradas elevou-se a 102.349 atingindo a arrecadação a Cr$ 29.657.942,00. É de ver-se que a simples atualização do cadastro, nos 16 municípios, sem qualquer aumento de imposto, fez com que a arrecadação aumentasse em 248 14% de um ano para outro. É o caso típico da aplicação do princípio da justiça fiscal, objetivo do "Projeto CIATA", segundo a qual, devam contribuir quantos participem dos benefícios da ação do Governo Municipal e tenham capacidade de contribuir.

### Alterações da legislação tributária

Objetivando a melhoria do sistema de arrecadação dos tributos, froam baixados em 1977 os seguintes atos:

a) — fixação de novos valores e ampliação de incidência das taxas pelo exercício do Poder de Polícia ou por serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte. (Lei 3.162, de 29.09.77);

b) — criação da "Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Espírito Santo" — UPFES), em substituição F vinculação ao salário mínimo que passou a ser proibido por força de lei federal. (Lei 3.181, de 14.12.77);

c) — adoção obrigatória, pelos contribuintes, de máquina registradora para controle das vendas a consumidor, dando, com isso, cobertura fiscal plena à fiscalização dessas vendas, até aqui processadas através da emissão da "Nota Fiscal Simplificada", cuja emissão era difícil de controlar. Disciplinando o assunto, foi baixado o Decreto 960-N, de 10 de fevereiro de 1977;

d) — alteração da divisão territorial fazendária, deslocando municípios de uma para outra região. Decreto 1.000, de 03.05.77;

e) — definição das atribuições típicas dos cargos integrantes do Grupo Fazendário. Decreto 1.060-N, de 03.10.77;

f) — determinação de que deve ser retido pelo Estado e incorporado à sua receita o imposto de renda na fonte sobre salários e quaisquer outros rendimentos do trabalho pagos por órgãos da administração direta ou descentralizada do Estado, bem como de suas fundações, com recursos orçamentários do Estado, ou de fundos especiais ou, ainda, provenientes de acordos ou convênios firmados com a Administração Federal. Decreto 1.077-N, de 04.12.77. Até a vigência desse ato, o Estado somente deixava de recolher à União o I. R. devido pelos funcionários estatutários.

g) — transformação do "Grupo Ocupacional 07-FISCO" em "Grupo Fazendário", fixando novos níveis de vencimentos Lei 3.128, de 28.06.77.

### GERES — Decreto-lei 880

O Decreto-lei 880, de 18.09.69, que instituiu incentivos fiscais para o Estado do Espírito Santo, com base no imposto de renda, estabeleceu que as aplicações seriam feitas através do "Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo" — GERES.

Por força da lei 2.469, de 28.11.69, o Estado participa, igualmente, destinando 5% do ICM arrecadado para integrar aquele Fundo.

O GERES é administrado por um Conselho de 9 representantes, sendo 7 de órgãos da União e apenas 2 do Estado. Poderão participar das reuniões, a convite do Coordenador, porém, sem direito a voto: Secretários de Estado do Espírito Santo, membros da Diretoria do BANDES, bem como autoridades ou técnicos cuja presença se trne de utilidade na apreciação de matéria submetida ao Colegiado.

Os recursos recebidos pelo GERES, desde o início de suas atividades foram os seguintes:

Até 31.12.74 — Cr$ 166.324 602,00
em 1975 — Cr$ 54.595.268,00
em 1976 — Cr$ 112.854.485,00
em 1977 — Cr$ 159.158.508,00
Total — Cr$ 492.932.863,00

Esses recursos, somados aos aplicados a através do SISTEMA FUNDAP, somam cerca de 700 milhões de cruzeiros aplicados em projetos de desenvolvimento da economia do Estado.

### BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO — BANESTES

O Banco do Estado vem cumprindo, satisfatoriamente, sua elevada missão como fomentador da economia do Estado, e como instrumento de apoio financeiro às iniciativas do Governo do Estado.

São bastante expressivos os seguintes índices de crescimento de seus negócios, tomando como ponto de partida a data de 15 de março de 1965. de início do atual período governamental:

Capital e reservas — 483,19%
Depósitos — 328,28%
Empréstimos — 400,07%
Resultados financeiros (lucro bruto) — 570,90%

O número de acionistas aumentou de 1.206 para 5.100, o que comprova o elevado grau de confiança conquistada pelo Banco junto à população.

Em 1975, o Estado detinha ações do Banco representando 73,08% do capital social, enquanto a área privada participava apenas com 26,92%. Em 1977, a participação do Estado caiu para 51,99%, enquanto a área privada teve sua participação elevada de 26,92% para 48,01%. O atual Governo, no caso, adotou a correta política de ampliar a participação da área privada, sem prejuízo do controle acionário do Banco.

Os depósitos se elevaram de Cr$ 360.041.000,00 para Cr$ 1.181.968,000,00, o que possibilitou ao Banco ampliar bastante sua área de aplicação de capital no fomento da economia do Estado.

Os financiamentos a órgãos da administração direta e indireta do Estado se elevaram de Cr$ 217.384.000,00 a Cr$ 1.196.708.000,00, aí incluidos recursos tomados pelo Banco de entidades federais, repassados ao Estado.

No período de 15.3.75 a 31.12.75, a estrutura do Banco sofreu grandes alterações, a saber:

a) — criadas agências nas cidades de Santa Teresa, Anchieta, Marataízes, Guandú, Guarapari, Vila Rubim, Praia do Canto, Rio Bananal, CEASA, Apiacá, Rio Novo do Sul e Boa Esperança e na Capital do Estado de São Paulo.

b) — tiveram início, de forma auspiciosa, as operações da Carteira de Câmbio e Comércio Exterior do Banco;

c) — criada a Diretoria de Câmbio e Operações Especiais;

d) — mudança da denominação das empresas subdisiárias, com o acréscimo, em todas elas, da sigla BANESTES.

Cuidados especiais foram dados pelo Banco no sentido de criar condições favoráveis ao seu pessoal, tendo sido adotadas as seguintes providências:

a) — alteração do critério de gratificações com correção de distorções e vantagens reais para todos;

b) — novos critérios para comissionamentos, criando oportunidades para todos, levando em consideração o mérito, a antiguidade e outros fatores de avaliaçao de desempenho;

c) — criação de setor específico para treinamento e desenvolvimento de pessoal, já havendo sido treinados mais de 500 empregados;

d) — ajuda financeira e fortalecimento das associações recreativas formadas por funcionários do Banco;

e) — criação do quadro de carreira com justos critérios de avaliação de desempenho para fins de promoção;

f) — em fase de conclusão os estudos para dotar o funcionalismo de melhores condições no que tange à assistência médica e alimentação, com provável aproveitamento do último andar do prédio da sede, onde está projetada a instalação de um amplo e adequado restaurante;

g) — Melhoria de complementação de aposentadorias pagas a antigos servidores não beneficiados com o advento do Banco.

Integram o Sistema BANESTES as seguintes subsidiárias:

a) BANESTES Seguro S/A;

b) BANESTES — Crédito, Financiamentos e Investimentos S/A;

c) BANESTES — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A;

d) BANESTES — Corretora e Administradora S/A.

Este sistema possue o seguinte capital integralizado:

Capital e Reservas — Crescimento em relação a 15.03.75

BANESTES — Seguro S/A. — 19.000.000 — 269,09%

BANESTES — Crédito, Financiamento e Investimentos S/A. — 32.223.000 — 207,94%

BANESTES — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. — 18.838.000 — 465,70%

BANESTES — Corretora e Administradora S/A. — 195.000 — 246,83%

## REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Já no decorrer do ano de 1975, foi dado início à reestruturação dos serviços fazendários do Estado, tarefa da qual participou, com bastante eficiência, uma equipe de técnicos do Ministério da Fazenda.

Todavia, esse trabalho sofreu interrupção devido ao fato de o Governo do Estado haver contratado os serviços de uma firma especializada para reorganizar, como um fato, a administração estadual.

O respectivo projeto transformou-se na Lei nº 3.043, de 31 de dezembro de 1975. A partir da data da vigência dessa Lei, foi restabelecido o trabalho que vinha sendo realizado na Secretaria, com a colaboração do Ministério da Fazenda. Concluido, foi submetido ao exame da Secretaria de Estado do Planejamento, à qual competia a tarefa de supervisionar a implantação da reforma, transformando-se no Decreto nº 879-N, de 25 de agosto de 1976. Com base nesse Decreto, foi baixada a Portaria nº 22-N, de 15 de fevereiro de 1977, que aprovou os regimentos da Coordenação da Administração Tributária e da Coordenação Geral de Finanças.

Em virtude de disposições da Lei, o controle de todas as tarefas relacionadas com pessoal passaram à competência da Secretaria de Estado da Administraçao e dos Recursos Humanos, compreendendo: cadastro, assentamentos, pagamento e comunicações. Todavia, não estando a SEAR capacitada a assumir, de imediato, os encargos relacionados com o pagamento do funcionalismo, tal atribuição continuou com a Secretaria de Estado da Fazenda, em caráter transitório, por força do Decreto nº 962-N, de 15.02.77.

O sistema estruturante da administração, passou a integrar a SEAR, a SEFA e a SEPLAN, através de Grupos Setoriais. Até a presente data, somente a Secretaria de Etsado da Fazenda deu cumprimento à tarefa estruturante que lhe competia, organizando e instalando os Grupos Financeiros Setoriais, através da Portaria nº 27-N, de 25 de julho de 1977, que aprovou o "Manual de Rotina dos Grupos Financeiros Setoriais.

Objetivando elevar o nível de eficiência da máquina fazendária, foram elaborados os seguintes Manuais de Rotina:

— Manual de Procedimento Fiscal, para uso de fiscais volantes e de postos;

— Manual de Máquinas Registradoras;

— Manual de Rotina dos Grupos Financeiros Setoriais;

— Manual dos Exatores (em elaboração final).

Complementando a reestruturação administrativa da Secretaria, foram baixados diversos atos restruturando o quadro de pessoal.

Pela Lei 3.128, de 28 de junho de 1977, o Grupo Ocupacional 07 — FISCO, passou a constituir o Grupo Fazendário, registrando-se substancial aumento de vencimentos, a saber:

Exator "B" de 3.264,00 para 6.500,00 — Aumneto 99,14%

Fiscal de Rendas "C" de 3.264,00 para 6.500,00 — Aumento 99,14%

Exator "A" de 2.578,00 para 5.850,00 — Aumento 126,92%

Fiscal de Rendas "B" de 2.578,00 para 5.850,00 — Aumento 126,92%

Fiscal de Rendas "A" de 2.204,00 para 4.550,00 — Aumento 106,44%

Conferente de Carga de 1.706,00 para 2.600,00 — Aumento 52,40%

O quadro do "Grupo Fazendário" é constituido de 1.152 cargos, dos quais, 948 já foram preenchidos por enquadramento, estando reservados 85 cargos para o enquadramento dos funcionários do Quadro Provisório, após cumpridas as formalidades previstas na Lei 3.128/77.

Essa melhoria teve impacto direto na arrecadação que vem crescendo em rítmo da ordem de 60%, o que demonstra que o aumento concedido está tendo compensador retorno.

Várias outras reivindicações salariais do pessoal fazendário foram atendidas pelo atual Governo do Estado, a saber:

a) reajustamento dos vencimentos do pessoal do Quadro Provisório, coisa que não ocorria há cerca de 3 anos. Esse Quadro, então constituido de pouco mais de 100 funcionários era formado de ocupantes de cargos em comissão que não satisfizeram as exigências legais para seu enquadramento. Esses funcionários, através de concurso de acesso, passarão a integrar o Quadro Efetivo, com o que terão seus vencimentos aumentados em mais de 100%. A partir de março de 1978, serão submetidos a intensivo curso de treinamento, que servirá de base para o enquadramento;

b) antes da Lei nº 3.128/77, o pessoal do Grupo Fazendário percebia uma gratificação de 100%, calculada sobre os vencimentos, que não era computada para efeito

de aposentadoria. Essa gratificação foi incorporada ao vencimento, com o que passou a ser computada no cálculo de todas as vantagens por tempo de serviço e mais para aposentadoria;

c) incorporação da produtividade para fins de cálculo da aposentadoria. Essa medida representou grande estímulo para que o funcionário se desvelasse no desempenho do cargo;

d) extinção do Seguro Fidelidade obrigatório.

### NOVOS INCENTIVOS FISCAIS

Por força da Lei Complementar nº 24, de 1975, as isenções e reduções do ICM somente poderão ser decretadas através de Convênio aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária.

Levando em consideração que o Estado da Bahia, por força de Convênio anterior à Lei Complementar nº 24, concedia incentivos fiscais de ICM para sua região sul, fronteira ao Espírito Santo, o Secretário de Estado da Fazenda deste Estado reivindicou junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária, a adesão do nosso Estado ao Convênio de Salvador, o que foi aprovado através do Convênio ICM nº 39/76, de 22.09.76.

Com apoio nesses Convênio, o Governo do Estado baixou o Decreto nº 966-N, de 17 de fevereiro de 1977, concedendo incentivo fiscal à indústria nova, sem similar, que se instalar nos municípios situados ao norte do Rio São Mateus, incluindo o Município com esse nome.

Esse incentivo ou bonificação fiscal, consiste na redução de 60% do imposto a recolher sobre operações relativas à circulação de mercadorias. O incentivo será estendido às demais indústrias similares que vierem a se instalar nos municípios indicados por prazo não excedente ao que resta para a indústria pioneira.

### CONTRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Sem dúvida, o desempenho da máquina fazendária estadual tem encontrado no Ministério da Fazenda decisiva colaboração, tanto no que diz respeito ao aperfeiçoamento e melhoria dos serviços, como na aquisição de equipamentos e obras.

No ano passado, a ajuda atingiu a cifra de Cr$ ..... 5.500.000,00, a que foi dada a destinação própria, conforme demonstram os anexos 1 e 2.

Para o corrente ano, já foi fixado em Cr$ 9.000.000,00 o novo auxílio, importância que esperamos seja elevada a Cr$ 14.000.000,00, nos termos da reivindicações dirigida à Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

### CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS

O Conselho Estadual de Recursos Fiscais é um órgão de composição paritária, contando com 4 representantes dos contribuintes e igual número de integrantes da Fazenda Estadual. E' o órgão de última instância no julgamento das controvérsias entre os contribuintes e o FISCO.

Vinha funcionando em espaço físico inadequado e carente, ainda, de equipamentos indispensáveis às suas atividades. Essas deficiências foram corrigidas em 1977.

Durante o ano realizou 48 sessões ordinárias e 5 extraordinárias. Foram processados 448 processos e julgados 409.

### CONVÊNIO MINIFAZ/SEFA

MATERIAL ADQUIRIDO EM 1977

4.1.3.5 — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

**EQUIMENTOS — UNIDADES**

Máquina de escrever — 117
Máquina de somar c/fita — 105
Máquina calculadora — 396
Circulador de AR — 16
Ventilador de mesa — 50
Geladeira — 14
Aparelho de Ar Refrigerado — 06
Enceradeira — 01
Encadernadora Retrangular — 01
Mimeógrafo "stencil" — 01
Gravador "stencil" — 01
Guilhotina pequena — 01
Automóvel Volkswagen 1.300 — 10

### CONVÊNIO MINIFAZ/SEFA

MATERIAL ADQUIRIDO EM 1977

4.1.4.0 — MATERIAL PERMANENTE

**MATERIAL — UNIDADES**

Mesa p/máquina de escrever — 301
Arquivo de aço de 4 gavetas para Ofício — 180
Mesa para funcionários — 501
Cadeiras avulsas — 475
Grupo de Sofá e 2 cadeiras — 11
Balcão — 03
Cestos p/papéis — 261
Armários c/portas de aço — 66
Estantes de Aço para pastas A a Z — 66
Relógio de parede — 03
Fichario de acrilico p/mesa — 66
Armaçao p/arquivo — 66
Cadeira giratoria — 133
Armario de madeira c/portas de correr — 101
Fichario de aço 7 gavetas duplas — 100

### CONSELHO NACIONAL DE POLITICA FAZENDARIA

**Convênios aprovados, sobre ICM, retificados pelo Governo do Estado do Espirito Santo, no periodo 1975-1977. Numero — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1977

1/77 — 30.03.77 — Acrescenta a letra "g" à cláusula quarta do Convênio AE-1/70, de 15.01.70 — 991-N — 27.04.77

2/77 — 30.03.77 — Revoga a isenção do ICM para as saídas de motores do código 84.06.00.00, da NBM, da relação anexa à Portaria 665, de 10.12.74. — 992-N — 27.04.77

3/77 — 30.03.77 — Acrescenta parágrafo 3º e 4º à cláusula primeiro do Convênio ICM 52/75, de 10.12.75 — 993-N — 27.04.77

4/77 — 30.03.77 — Autoriza o cancelamento dos créditos tributários decorrentes da importação de pedras preciosas e metais preciosos — 994-N — 27.04.77.

5/77 — 30.03.77 — Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais do ICM nas exportações — 995-N — 27.04.77

6/77 — 30.03.77 — Acrecenta a letra "r" à cláusula quarta do Convênio AE-17/70, de 15.01.70 — 996-N — 27.04.77

7/77 — 15.04.77 — Estabelece tratamento tributário do leite fresco e dá outras providências — 997-N — 27.04.77

8/77 — 15.04.77 — Dispõe sobre a não exigência de débitos decorrentes da apropriação de créditos do ICM — 998-N — 27.04.77

9/77 — 11.04.77 — Dispõe sobre redução temporária do benefício fiscal nas exportações para o exterior de farelo e torta de soja — 999-N — 27.04.77

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

**Convênios aprovados, sobre ICM, retificados pelo Governo do Estado do Espírito Santo, no período 1975-1977.**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1977

10/77 — 30.06.77 — Estabelece tratamento tributário nas operações de trigo de produção nacional e dá outras providências — 1035-N — 19.07.77

11/77 — 30.06.77 — Dispõe sobre a fixação de percentual para estorno de crédito do ICM na exportação de fio de seda — 1036-N — 19.07.77

12/77 — 30.06.77 — Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a dispensar créditos tributários decorrentes de saídas de mosto de uva — 1037-N — 19.07.77

13/77 — Acrescenta cláusula ao Convênio AE-11/71 de 13.12.71 — 1038-N — 19.07.77

14/77 — 30.06.77 — Autoriza a adesão dos Estados de Goiás e Mato Grosso às disposições do Convênio da Amazônia, de 16.05.68 — 1039-N — 10.07.77

15/77 — 30.06.77 — Dá nova redação à cláusula sexta do Convênio ICM 07/77 de 15.04.77 — 1040-N — 19.04.77

16/77 — 30.06.77 — Autoriza remissão e parcelamento para os casos que especifica — 1041-N — 19.04.77

17/77 — 30.06.77 — Estabelece a adoção, nos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco o disposto no Convênio ICM — 22/76, de 15.06.76 — 1047-N — 19.04.77

18/77 — 30.06.77 — Isenta do ICM saídas de insumos de fertilizantes — 1043-N — 19.04.77

19/77 — 30.06.77 — Dispõe sobre cancelamento de créditos tributários pelo Estado de Goiás, nas situações que menciona — 1044-N — 19.04.77

20/77 — 15.09.77 — Prorroga para 31 de dezembro de 1982 o prazo limite de fruição do Convênio de Salvador, de 22.11.66 — 1063-N — 07.10.77

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

**Convênios aprovados, sobre ICM, retificados pelo Governo do Estado do Espírito Santo, no período 1975-1977.**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1977

21/77 — 15.09.77 — Altera a relação de equipamentos agrícolas beneficiados pelo Convênio ICM 06/75, de 15.04.75 — 1064-N — 7.10.77

23/77 — 15.09.77 — Acrescenta parágrafo único à cláusula segunda do Convênio ICM 10/75 de 15.07.75 — 1065-N — 7.10.77

24/77 — 15.09.77 — Autoriza os Estados que menciona a cancelar créditos tributários decorrentes da entrada de bens de capital de procedência estrangeira para uso de importador — (não) foi ratificado

25/77 — 15.09.77 — Dá nova redação à letra "b" da cláusula quarta do Convênio ICM 24/75, de 5.11.75 — 1066-N — 7.10.77

26/77 — 15.09.77 — Altera o Convênio AE 1/73, de 11.01.73 — 1067-N — 7.10.77

28/77 — 15.09.77 — Dispõe sobre remissão de créditos tributários atingidos por prescrição — 1068-N — 7.10.77

31/77 — 15.09.77 — Concede isenção do ICM nas saídas de leite em pó importado — 1069-N — 7.10.77

33/77 — 15.09.77 — Isenta do ICM a saída de embarcações e dá outras providencias — 1070-N — 7.10.77

34/77 — 15.09.77 — Dispõe sobre concessão de benefícios para a Fundação Legião Brasileira de Assistência — LBA — 10.71-N — 7.10.77

35/77 — 07.12.77 — Consolida as disposições relativas ao tratamento tributário de gado e coelho, inclusive da carne e dos produtos comestíveis de sua matança, e, bem assim dos reprodutores, matrizes e muares puro-sangue de corrida, e dá outras providências — 1091-N — 30.12.77

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

**Convênios aprovados, sobre ICM, retificados pelo Governo do Estado do Espírito Santo, no período 1975-1977.**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1977

37/77 — 7.12.77 — Inclui parágrafos 3º e 4º à cláusula primeira do Convênio ICM 34/77, de 15.09.77 — 1096-N — 30.12.77

38/77 — 7.12.77 — Exclui as moto-serras portáteis classificadas no código 84.49.02.01 da NBM, dos benefícios previstos no Convênio AE-8/74, de 11.12.74 — 1095-N — 30.12.77

40/77 — 7.12.77 — Dispõe sobre a transformação de incentivos à exportação relativos ao ICM em créditos do IPI — 1094-N — 30.12.77

41/77 — 7.12.77 — Dispõe sobre o cancelamento do créditos tributários do ICM devido pelas Cooperativas de consumo — 1093-N — 30.12.77

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

**Convênios aprovados, sobre ICM, retificados pelo Governo do Estado do Espírito Santo, no período 1975-1977.**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1975

1/75 — 27.02.75 — Convalida benefícios fiscais na forma do § 2º do Art. 12 da Lei Complementar nº 24, de 07.01.75 — 641-N — 14.03.75

2/75 — 27.02.75 — Altera disposição do Convênio ICM 1/75, de 27.02.75, prorroga os prazos de fluição dos benefícios previstos no Convênio de Salvador, 22.11.66 - 640-N — 14.03.75

3/75 — 15.04.75 — Idem Idem Idem (nova redação) — 648-N — 28.04.75

3/75 — 15.04.75 — Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do ICM nas saídas de mercadorias importadas, vinculadas à Política de Abastecimento do Governo Federal — 649-N — 28.04.75

4/75 — 15.04.75 — Dispõe sobre concessão de Isenção e redução de base de cálculo do ICM para o setor de pedras e metais preciosos — 650-N — 28.04.75

5/75 — 15.04.75 — Estabelece estímulos fiscal nas saídas para o exterior de carne bovina congelada e industrializada — 651-N — 28.04.75

6/75 — 15.04.75 — Concede isenção de ICM sobre as saídas de produtos classificados nas posições ..... 73.26.01.00,73.14.01.01 e saídas de máquinas e implementos agrícolas — 652-N — 28.04.75

7/75 — 15.04.75 — Dispõe sobre o pagamento do ICM por ocasião de exportação de fumo em folha e de seus resíduos — 653-N — 28.04.75

9/75 — 15.04.75 — Dispõe sobre incentivos fiscais na área do Imposto sobre Circulação de Mercadorias nas operações equiparadas à exportação previstas no Decre-

to-lei nº 1.335, de 8.07.74 com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 1.398, de 20.03.75 — 658-N — 07.05.75

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**Convênios aprovados, sobre ICM, retificados pelo Governo do Estado do Espírito Santo, no período 1975-1977.**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1975

10/75 — 15 07.75 — Estabelece normas para uniformização dos deveres acessórios relativos a isenção do ICM à Itaipu Binacional — 677-N — 4.08.75

11/75 — 15.07.75 — Reconhece aos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Espírito Santo a concessão de crédito presumido às saídas de chapas de madeira compensada, fibra de madeira e aglomerada — 678-N — 4.08.75

12/75 — 15.07.75 — Equipara à exportação o fornecimento de produtos para uso consumo de embarcações ou aeronaves de bandeira estrangeira apertadas no País — 680-N — 4.08.75

13/75 — 15.07.75 — Concede isenção do ICM nas saídas de celulose da Indústria de Celulose Borregaard S/A para o Montepio da Família Brasileira — 681-N — 4.08.75

14/75 — 15.07.75 — Autoriza a Rio Grande do Sul a reduzir a base de cálculo na exportação de 150.000 toneladas de farelo de soja, safra 73/74, promovida pela CACEX por intermédio da COBEC — 682-N — 4.08.75

15/75 — 15.07.75 — Estabelece estímulo fiscal nas exportações para o estrangeiro dos produtos classificados no Código da NBM 02.01.04.00 — 679-N — 4.08.75

16/75 — 05.11.75 — Revoga expressamente a Cláusula 3ª do I Convênio do Rio de Janeiro, a cláusula 1ª do II Convênio do Rio de Janeiro e a Cláusula VII do Convênio AE 1/70 — 723-N — 19.11.75

17/75 — 05.11.75 — Isenta as saídas de aeronaves, acessórios e outros produtos aeronáuticos que especifica, quando de produção nacional — 724-N — 19.11.75

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**Convênios aprovados, sobre ICM, retificados pelo Governo do Estado do Espírito Santo, no período 1975-1977.**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

18/75 — 05.11.75 — Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a reduzir a base de cálculo nas exportações de lã ovina, bruta ou lavada — 725-N — 19.11.75

19/75 — 05.11.75 — Autoriza o Estado da Paraíba a conceder redução na base de cálculo nas saídas de abacaxi para o exterior — 726-N — 19.11.75

20/75 — 05.11.75 — Dá nova redação ao parágrafo 2º, da cláusula primeira do Convênio AE 2/73, de 7 de fevereiro de 1973 — 727-N — 19.11.75

21/75 — 05.11.75 — Outorga isenção do ICM às saídas de produtos siderúrgicos importados para completar a produção nacional e autoriza o cancelamento de créditos tributários — 728-N — 19.11.75

22/75 — 05.11.75 — Dispõe sobre isenção de matérias primas fornecidas à Casa da Moeda do Brasil — 729-N — 19.11.75

23/75 — 05.11.75 — Estende os benefícios do Convênio ICM 9/75 às subcontratações — 730-N — 19.11.75

24/75 — 05.11.75 — Estabelece condições gerais para concessão de moratória, parcelamento, ampliação de prazo de pagamento remissão, anistia e transação — 731-N — 19.11.75

25/75 — 05.11.75 — Isenta as saídas de cajú "in natura" — 732-N — 19.11.75

26/75 — 05.11.75 — Dispõe sobre isenção do ICM nas saídas de mercadorias doadas para assistência a vítima de calamidade pública — 733-N — 19.11.75

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**Convênios aprovados, sobre ICM, ratificados pelo Governo do Espírito Santo, no período 1975-1977**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1975

27/75 — 05.11.75 — Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder parcelamento de créditos tributários com dispensa de juros e multas, nos casos que especifica — 734-N — 19.11.75

28/75 — 05.11.75 — Autoriza os Estados do Acre e Amazonas conceder parcelamento às indústrias de beneficiamento de madeira — 735-N — 19.11.75

29/75 — 05.11.75 — Altera as relações de equipamentos industriais e beneficiadas pelo Convênio AE/8/74 — 736-N — 19.11.75

30/75 — 05.11.75 — Altera a relação de equipamentos agrícolas beneficiados pelo Convênio ICM 6/75 — 737-N — 19.11.75

31/75 — 05.11.75 — Autoriza a dispensar o estorno de crédito relativo às entradas de matérias primas utilizadas na produção de óleo de babaçú exportado — 738-N — 19.11.75

32/75 — 05.11.75 — Isenta as saídas de produtos típicos de artesanato — 739-N — 19.11.75

33/75 — 05.11.75 — Inclui farelo de milho e de trigo nos benefícios de Protocolo AE 16/73, convalidado pelo Convênio ICM 1/75, para os Estados que firmaram — 740-N — 19.11.75

34/75 — 05.11.75 — Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder dispensa do pagamento de multas e juros às indústrias de torrefação e moagem de café — 741-N — 19.11.75

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**Convênios aprovados, sobre ICM, ratificados pelo Governo do Espírito Santo, no período 1975-1977**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1975

35/75 — 05.11.75 — Estende às saídas de gado ovino e carnes ovinas o tratamento tributário estabelecido para o gado bovino e carnes bovinas — 742-N — 19.11.75

36/75 — 05.11.75 — Dispõe sobre cancelamento de créditos tributários nos casos que especifica — 743-N — 19.11.75

37/75 — 10.12.75 — Estende às saídas de gado caprino e carnes caprinas o tratamento tributário estabelecido para o gado bovino e carnes bovinas — 772-N — 30.12.75

38/75 — 10.12.75 — Dispõe sobre isenção de sementes identificadas para plantio — 773-N — 30.12.75

39/75 — 10.12.75 — Autoriza remissão para o caso que especifica — 774-N — 30.12.75

40/75 — 10.12.75 — Dispõe sobre isenção de produtos farmacêuticos nas operações entre entidades públicas — 775-N — 30.12.75

41/75 — 10.12.75 — Dispõe sobre a isenção da banana e da erva-mate nas saídas para o exterior — 776-N — 30.12.75

42/75 — 10.12.75 — Autoriza a adesão do Rio de Janeiro ao Protocolo de Milho AE-6/73 — 759-P — 30.12.75

43/75 — 10.12.75 — Estabelece tratamento tributário do leite e produtos lácteos — 764-N — 30.12.75

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**Convênios aprovados, sobre ICM, ratificados pelo Governo do Espírito Santo, no período 1975-1977**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1975

44/75 — 10.12.75 — Dispõe sobre a isenção de produtos hortifrutigrangeiros — 765-N — 30.12.75

45/75 — 10.12.75 — Autoriza incluir na cláusula IV do Convênio AE/1/10 os produtos que especifica — 766-N — 30.12.75

46/75 — 10.12.75 — Revoga o Convênio AE-04/72 e Protocolo AE-11/73 — 767-N — 30.12.75

47/75 — 10.12.75 — Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder benefícios nas saídas dos produtos que relaciona — 768-N — 30.12.75

48/75 — 10.12.75 — Estende isenção à sacaria para cuja fabricação a fibra de juta seja matéria-prima predominante — 769-N — 30.12.75

49/75 — 10.12.75 — Considera caminhões "fora-de-estrada" abrangidos pelo Convênio AE/2/71, de 11.01.71 — 770-N — 30.12.75

50/75 — 10.12.75 — Dispõe sobre a inclusão de farelo de arroz e farelo ou torta de linhaça nos benefícios do Convênio AE/2/73 — 771-N — 30.12.75

51/75 — 10.12.75 — Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a conceder isenção de ICM às saídas para o exterior de reprodutores ou matrizes PO/PC — 762-N — 30.12.75

52/75 — 10.12.75 — Estabelece o tratamento tributário para gado e carne suínos — 763-N — 30.12.75

53/75 — 10.12.75 — Autoriza aos Estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, por prazo determinado, a manutenção de benefícios a produtos primários que relaciona — 761-N — 30.12.75

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**Convênios aprovados, sobre ICM, ratificados pelo Governo do Espírito Santo, no período 1975-1977**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1975

54/75 — 10.12.75 — Autoriza o Estado da Bahia a conceder crédito fiscal presumido, na forma que especifica — 778-N — 30.12.75

55/75 — 10.12.75 — Outorga isenção do ICM às saídas de produtos siderúrgicos importados para complementar a produção nacional e autoriza o cancelamento de crédito tributários — 777-N — 30.12.75

56/75 — 10.12.75 — Autoriza os Estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás a conceder crédito presumido nas condições que especifica — 757-N — 30.12.75

57/75 — 10.12.75 — Dispõe sobre a manutenção de benefícios fiscais que especifica — 758-N — 30.12.75

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**Convênios aprovados, sobre ICM, ratificados pelo Governo do Espírito Santo, no período 1975-1977**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1976

1/76 — 18.03.76 — Dá nova redação à cláusula primeira do Convênio ICM-52/75, que estabelece o tratamento tributário para gado, carne suínos — 809-N — 1°.04.76

2/76 — 18.03.76 — Dispõe sobre à concessão de isenção de ICM nas exportações de laranja — 810-N — 1°.04.76

3/76 — 18.03.76 — Nas saídas de bens integrantes do ativo fixo, de origem estrangeira, quando não onerados anteriormente com o ICM, não se aplicam os benefícios fiscais previstos no Convênio ICM 1/75 — 811-N — 1°.04.76

4/76 — 18.03.76 — Autoriza a não exigência do estorno do crédito do ICM relativo às exportações de produtos têxteis — 812-N — 1°.04.76

5/76 — 18.03.76 — Dispõe sobre operações com café cru — 813-N — 1°.04.76

6/76 — 18.03.76 — Autoriza a adesão do Espírito Santo ao Protocolo de Milho AE-6/73 — 814-N — 1°.04.76

7/76 — 18.03.76 — Dispõe sobre a concessão de benefícios do ICM às sacarias de juta e outras fibras têxteis — 815-N — 1°.04.76

8/76 — 18.03.76 — Revoga isenção do ICM para as posições 73.26.01.00 e 73.14.01.01 da NBM — 816-N — 1°.04.76

9/76 — 18.03.76 — Estabelece o recolhimento do ICM nas operações com sucata através de guia em separado — 817-N — 1°.04.76

10/76 — 18.03.76 — Isenta as saídas de aeronaves, acessórios e outros produtos aeronáuticos, quando de produção nacional — 808-N — 1°.04.76

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**Convênios aprovados, sobre ICM, ratificados pelo Governo do Espírito Santo, no período 1975-1977**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1976

11/76 — 27.04.76 — Reduz a base de cálculo do ICM nas saídas de soja para o exterior — 829-N — 7.05.76

12/76 — 27.04.76 — Estabelece nova sistemática para apuração do incentivo à exportação na área do ICM — 830-N — 7.05.76

13/76 — 15.06.76 — Dispõe sobre a fixação de base de cálculo do ICM nas operações de café cru — 850-N — 5.07.76

14/76 — 15.06.76 — Autoriza o Estado de Sergipe a conceder isenção e remissão do ICM para as saídas de leite "in natura" — 851-N — 5.07.76

15/76 — 15.06.76 — Autoriza a adesão do Estado de Minas Gerais ao regime de incentivos fiscais estabelecido no Convênio de Salvador, de 22.11.66 — 852-N — 5.07.76

16/76 — 15.06.76 — Concede crédito presumido nas entradas de bens de capital de origem estrangeira no estabelecimento revendedor, não importador — 853-N — 5.07.76

17/76 — Autoriza remissão e parcelamento para os casos que especifica — 854-N — 5.07.76

18/76 — 15.06.76 — Autoriza os Estados da Bahia e Sergipe a concederem isenção do ICM nas operações internas de saídas de estacas e mourões de madeira — 855-N — 5.07.76

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**Convênios aprovados, sobre ICM, ratificados pelo Governo do Espírito Santo, no período 1975-1977**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1976

19/76 — 15.06.76 — Dispõe sobre aplicação do Convênio ICM 12/76, ao incentivo nos Convenios AE 5/73 e ICM 9/75 — 856-N — 5.07.76

20/76 — 15.06.76 — Introduz alteração no Convênio ICM 44/75, que dispõe sobre a isenção de produtos hortifrutigrangeiros — 857-N — 5.07.76

21/76 — 15.06.76 — Revoga cláusulas e Protocolo Aditivo ao Convenio de Amazonia celebrado em 16.05.68 — 858-N — 5.07.76

22/76 — 15.06.76 — Dispõe sobre a isenção prevista no inciso III, da cláusula 1ª, do Convênio AE 2/73 — 859-N — 5.07.76

23/76 — 15.06.76 — Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a conceder estímulos fiscais — 860-N — 5.07.76

24/76 — 15.06.76 — Altera os Convênio AE 1/73, de 12.01.73, e AE-10/74, 11 de dezembro de 1974 — 861-N — 5.07.76

25/76 — 22.09.76 — Dispõe sobre extensão dos benefícios do Convenio ICM 27/75, de 05.11.75, para os produtos de cerâmica vermelha — 892-N — 8.10.76

26/76 — 22.09.76 — Dispõe sobre a exigência de estorno do crédito do ICM nas saídas de café solúvel para o exterior — 893-N — 8.10.76

27/76 — 22.0976 — Dispõe sobre estorno do crédito do ICM nas exportações de café descafeinado — 894-N — 8.10.76

28/76 — 22.09.76 — Dispõe sobre a não exigência de estorno do crédito do ICM relativamente às exportações de fécula e de farinha de mandioca e dá outras providências — 895-N — 8.10.76

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**Convênios aprovados, sobre ICM, ratificados pelo Governo do Espírito Santo, no período 1975-1977**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1976

29/76 — 22.09.76 — Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a excluir batata e cebola das disposições do Convênio ICM 44/75, de 10.12.75 — 896-N — 8.10.76

30/76 — 22.09.76 — Ratifica a adesão dos Estados do Acre, Goiás, Maranhão, Paraiba, Piaui e Rio Grande do Norte nos termos do Convênio — 897-N — 8.10.76

31/76 — 22.09.76 — Dispõe sobre a dispensa de créditos tributários do ICM para produtos classificados no código 84.20.00.00 da NBM — 899-N — 8.10.76

32/76 — 22.09.76 — Autoriza o Estado da Paraiba a manter a redução da base de cálculo estabelecida no Convênio ICM 19/75 — 898-N — 8.10.76

33/76 — 22.09.76 — Autoriza o Estado do São Paulo a dispensar juros e multas relativos ao ICM, das empresas que relaciona — 900-N — 8.10.76

34/76 — 22.09.76 — Altera o Convênio AE 1/73 de 11.01.73 — 901-N — 8.10.76

35/76 — 22.09.76 — Concede estímulos fiscais a estabelecimentos que apresentarem espetáculos artísticos ao vivo — 902-N — 8.10.76

36/76 — 22.09.76 — Dispõe sobre dispensa do ICM nas importações de frutas frescas da ALALC — 903-N — 80.10.76

37/76 — 22.09.76 — Dispõe sobre remissão de créditos tributários atingidos por prescrição nos termos do artigo 174 do CTN — 904-N — 8.10.76

38/76 — 22.09.76 — Autoriza os Estados de Sergipe, Pernambuco e Alagoas, a prorrogar a manutenção de benefícios fiscais — 905-N — 8.10.76

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**Convênios aprovados, sobre ICM, ratificados pelo Governo do Espírito Santo, no período 1975-1977**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1976

39/76 — 22.09.76 — Autoriza o Estado do Espírito Santo a conceder estímulos fiscais — 906-N — 8.10.76

40/76 — 22.09.76 — Autoriza o Estado da Bahia prorrogar a manutenção de benefícios fiscais — 907-N — 8.10.76

41/76 — 22.09.76 — Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a conceder anistia ou remissão dos juros de mora e multas devidos pelas Cooperativas e Usinas produtoras de álcool e açucar destinados à exportação — 908-N — 8.10.76

42/76 — 22.09.76 — Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a dispensar créditos tributários do ICM, nos casos que especifica — 909-N — 8.10.76

43/76 — Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a conceder parcelamento dos créditos tributários que especifica — 910-N — 8.10.76

44/76 — 07.12.76 — Reduz a base de cálculo do ICM nas operações interestaduais entre contribuintes — 939-N — 21.12.76

45/76 — 07.12.76 — Dispõe sobre a transformação parcial do incentivo à exportação relativo ao ICM em crédito do IPI — 938-N — 21.12.76

46/77 — 07.12.76 — Dá nova redação ao § 1º, da cláusula primeira, do Convênio AE-1/73, de 11.01.73 — 937-N — 21.12.76

47/76 — 07.12.76 — Autoriza remissão e parcelamento para o caso que especifica — 936-N — 21.12.76

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**Convênios aprovados, sobre ICM, ratificados pelo Governo do Espírito Santo, no período 1975-1977**

**Número — Data — Assunto — Ratificação — Decreto — Data**

ANO DE 1976

48/76 — 07.12.76 — Altera a redação do Convênio ICM 10/76, de 18.03.76, e dá outras providências — 935-N — 21.12.76

49/76 — 07.12.76 — Altera as relações de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais beneficiados pelo Convênio AE-8/74, de 11.12.74 — 934-N — 21.12.76

50/76 — 07.12.76 — Acrescenta as letras "n", "o" e "p" à cláusula quarta do Convêno AE-1/70, de 15.01.70 — 933-N — 21.12.76

51/76 — 07.12.76 — Dá nova redação às cláusulas segunda e quarta do Convênio AE-17/72, de 1º de dezembro de 1972 — 932-N — 21.12.76

52/76 — 07.12.76 — Dá nova redação às cláusulas segunda e terceira do Convênio ICM 26/76, de 22.09.76 — 931-N — 21.12.76

53/76 — 07.12.76 — Dispõe sobre relocalização de industrias beneficiadas pelos convênios de Salvador e da Amazonia — 930-N — 21.12.76

QUOTAS DE I.C.M. CREDITADAS AOS MUNICÍPIOS
PELO BANESTES

1975 - 1977

| MUNICÍPIOS | 1.975 | 1.976 | | 1.977 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | TOTAL | TOTAL | % sobre o ano anterior | TOTAL | % sobre o ano anterior |
| VITÓRIA | 23.495.950,80 | 40.256.518,72 | 71,50 | 67.511.244,32 | 67,53 |
| CARIACICA | 11.069.249,99 | 19.879.447,24 | 79,75 | 22.542.152,00 | 13,39 |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 10.402.312,65 | 16.725.767,22 | 60,79 | 27.591.796,37 | 64,96 |
| COLATINA | 8.845.117,63 | 14.046.229,19 | 58,78 | 27.606.845,58 | 96,53 |
| LINHARES | 7.618.251,97 | 14.520.371,18 | 90,59 | 19.035.220,35 | 31,09 |
| VILA VELHA | 5.931.964,12 | 8.675.253,31 | 46,26 | 17.596.479,16 | 102,81 |
| SERRA | 3.485.870,47 | 6.489.023,63 | 86,15 | 13.954.695,53 | 115,05 |
| NOVA VENÉCIA | 2.472.809,40 | 3.756.803,15 | 51,92 | 4.063.319,85 | 8,15 |
| ITAPEMIRIM | 2.299.331,37 | 3.393.475,96 | 47,56 | 5.032.784,12 | 48,30 |
| ECOPORANGA | 1.942.769,01 | 2.744.935,93 | 41,28 | 3.425.440,45 | 24,79 |
| SÃO GABRIEL DA PALHA | 1.923.533,67 | 2.848.485,18 | 48,08 | 3.093.695,57 | 8,61 |
| SÃO MATEUS | 1.849.796,21 | 4.310.877,12 | 133,04 | 4.791.120,55 | 11,14 |
| CONCEIÇÃO DA BARRA | 1.810.259,91 | 3.285.294,44 | 81,53 | 3.765.455,45 | 14,58 |
| CASTELO | 1.553.787,76 | 2.352.543,58 | 51,40 | 3.329.699,04 | 41,54 |
| GUAÇUI | 1.341.130,42 | 1.954.700,29 | 45,75 | 5.108.695,24 | 161,35 |
| MUCURICI | 1.308.002,90 | 2.283.511,38 | 74,57 | 2.652.679,07 | 16,16 |
| AFONSO CLÁUDIO | 1.224.649,77 | 1.769.385,41 | 46,11 | 1.978.269,14 | 10,55 |
| BARRA DE SÃO FRANCISCO | 1.128.473,09 | 2.169.063,33 | 92,21 | 2.675.159,40 | 23,33 |
| IBIRAÇU | 1.124.198,57 | 1.905.651,12 | 69,51 | 2.006.359,55 | 5,28 |
| VIANA | 1.001.149,41 | 2.986.549,51 | 81,44 | 8.848.820,33 | 196,28 |
| ARACRUZ | 1.036.570,92 | 1.602.272,91 | 54,57 | 2.354.814,66 | 46,96 |
| MIMOSO DO SUL | 961.766,84 | 1.360.660,33 | 41,47 | 2.450.356,09 | 80,08 |
| ALEGRE | 939.325,61 | 1.911.101,02 | 103,45 | 2.655.469,11 | 38,95 |
| BAIXO GUANDÚ | 901.923,57 | 1.180.813,37 | 30,92 | 1.834.957,03 | 55,39 |
| SANTA TEREZA | 800.864,07 | 1.375.193,42 | 58,09 | 2.233.982,90 | 62,44 |
| MONTANHA | 849.560,71 | 1.337.044,06 | 57,38 | 1.697.268,00 | 26,94 |
| PINHEIRO | 841.011,67 | 1.629.522,45 | 93,75 | 1.750.655,78 | 7,43 |
| ITARANA | 777.962,51 | 1.095.431,48 | 40,80 | 1.520.232,39 | 38,77 |
| PANCAS | 669.266,23 | 1.102.698,02 | 99,98 | 1.143.685,84 | 3,71 |
| CONCEIÇÃO DO CASTELO | 676.579,93 | 1.180.813,37 | 74,01 | 1.629.624,00 | 38,02 |
| IUNA | 670.030,90 | 1.277.095,08 | 90,60 | 939.464,28 | - 31,73 |
| BÔA ESPERANÇA | 537.520,80 | 855.635,53 | 59,18 | 1.036.905,27 | 21,18 |
| MUQUÍ | 536.383,54 | 693.954,93 | 29,61 | 1.039.715,31 | 49,82 |
| GUARAPARÍ | 534.314,91 | 705.671,39 | 32,25 | 1.034.095,23 | 46,33 |
| PRESIDENTE KENNEDY | 494.775,61 | 844.735,72 | 70,73 | 955.414,07 | 13,10 |
| DOMINGOS MARTINS | 400.735,18 | 1.184.446,64 | 195,56 | 1.098.726,18 | - 7,80 |
| ITAGUAÇU | 387.912,62 | 904.684,70 | 133,21 | 1.348.819,87 | 49,09 |
| SÃO JOSÉ DO CALÇADO | 321.657,58 | 501.391,52 | 55,87 | 716.560,55 | 42,91 |
| RIO NOVO DO SUL | 279.981,01 | 470.508,71 | 68,05 | 604.158,90 | 28,40 |
| FUNDÃO | 231.892,67 | 356.050,65 | 53,54 | 480.517,08 | 34,95 |
| MUNIZ FREIRE | 222.275,00 | 566.790,42 | 154,99 | 2.000.749,47 | 252,99 |
| ALFREDO CHAVES | 211.568,70 | 261.595,58 | 23,63 | 168.272,77 | - 38,94 |
| DORES DO RIO PRETO | 209.451,44 | 305.194,84 | 45,71 | 213.563,15 | - 42,90 |
| APIACÁ | 193.422,00 | 265.228,85 | 37,12 | 458.036,75 | 72,69 |
| ICONHA | 182.735,70 | 276.128,66 | 51,10 | 345.635,09 | 25,17 |
| BOM JESUS DO NORTE | 173.118,03 | 230.712,77 | 33,26 | 562.008,28 | 143,59 |
| JERÔNIMO MONTEIRO | 160.294,47 | 530.457,70 | 230,92 | 601.348,86 | 13,36 |
| ATILIO VIVACQUA | 157.089,58 | 256.145,67 | 63,05 | 266.953,93 | 4,21 |
| SANTA LEOPOLDINA | 143.196,40 | 310.644,75 | 116,93 | 404.645,95 | 30,25 |
| DIVINO DE SÃO LOURENÇO | 117.549,28 | 254.329,03 | 116,35 | 120.831,78 | - 110,48 |
| MANTENÓPOLIS | 117.549,28 | 230.712,77 | 96,26 | 432.746,37 | 87,56 |
| ANCHIETA | 101.519,83 | 130.797,79 | 28,83 | 143.312,11 | 9,56 |
| PÍUMA | 53.431,49 | 58.132,35 | 8,79 | 101.161,52 | 74,01 |
| -TOTAIS- | 106.862.981,80 | 181.663.595,36 | 69,99 | 281.004.139,69 | 54,68 |

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

## 1 — Introdução

O rápido e intenso processo de transformação da economia do Espírito Santo nos últimos anos e as profundas repercussões sociais dele decorrentes vêm, dia a dia, diversificando e tornando mais complexo o papel do Governo do Estado na Sociedade Capixaba.

Dentro deste quadro de mudança extremamente dinâmico, impõe-se ao Governo um esforço sistemático de auscultação da realidade, redefinição permanente de seus objetivos, formulação de políticas de ação e de programas operacionais para a execução dessas políticas, dimensionamento e captação dos recursos necessários, aperfeiçoamento do instrumentos de controle da administração pública e de adaptação contínua de suas estruturas administrativas aos resultados a que se propõe obter. Neste ciclo que se fecha e se repete indefinidamente também a articulação mais estreita com os demais níveis do Governo — União e Municípios — procurando-se desta forma, estabelecer linhas de ação convergentes para o Setor Público como um todo, e com o Setor Privado mediante administração de incentivos fiscais creditícios, função atribuida ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S. A. — BANDES.

Em termo gerais a constituição do Sistema Estadual de Planejamento do Espírito Santo institucionalmente criado pela Lei 3.043 de 31.12.75, deverá apoiar o Governo na realização das tarefas mencionadas acima. E' importante enfatizar o seu caráter instrumental ou de atividade meio destinado em última análise, a subsidiar o sistema de representação política no estabelecimento de seus objetivos e na realização coordenada de cursos de ação definidas de acordo com suas prioridades.

O presente documento é um relatório consolidado das atividades desempenhadas em 1977 pelo Sistema Estadual de Planejamento e que tem por orgânismos componentes a SEPL-ES seu órgão Central, e as entidades vinculadas: Departamento Estadual de Estatística, Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo, Fundação Jones dos Santos Neves e Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S. A.

,Cumpriu-se durante o ano de 1977 etapa de significativa importância para a estruturação do Sistema Estadual de Planejamento, a qual contou com o decidido apoio dos organismos ligados à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, destacando-se a SAREM, a SOF e o CNPU os quais forneceram os meios suplementares aos Trabalhos realizados no ano em questão.

## 2. Objetivos do Sistema Estadual de Planejamento

Pode-se então definir os seguintes objetivos básicos da AÇÃO DE PLANEJAMENTO a ser desenvolvida pelo S.E.P.:

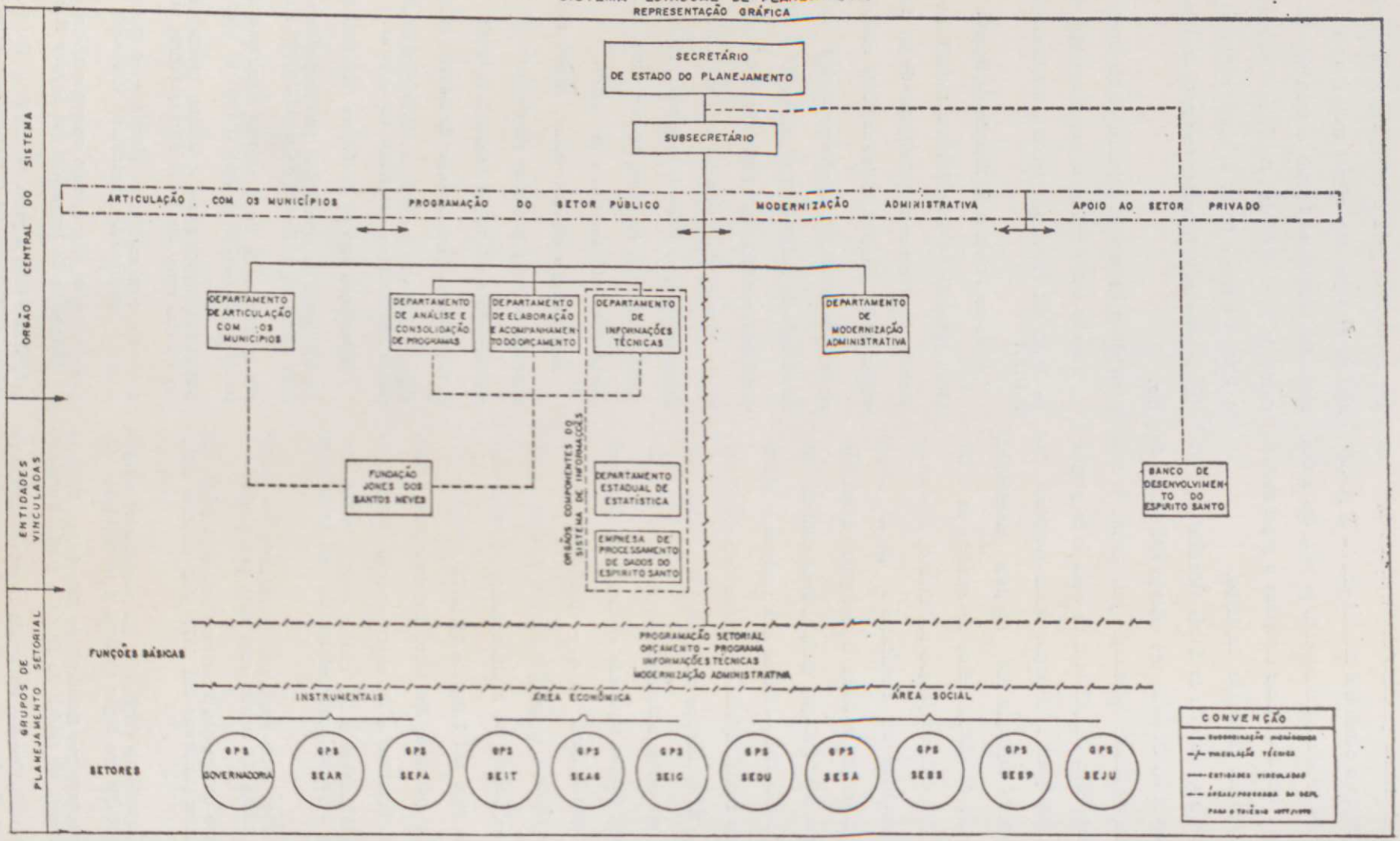
**Apoio ao Processo de Tomada de Decisões do Governo Estadual,** compreendendo a racionalização deste processo mediante o estabelecimento de um fluxo sistemático de informações, a elaboração de estudos e análise sobre os problemas econômicos e sociais do Estado, a formulação de alternativas de ação para a solução dos problemas considerados prioritários e o aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados na implementação de políticas do Governo (Planos, Programas, Projetos e Orçamento-Programa), em todas as suas fases (elaboração, acompanhamento, controle e avaliação).

**Modernização das Estruturas Administrativas que compõem o Poder Executivo Estadual,** compreendendo a estruturação e adaptação sistemática dessas estruturas às necessidades de se alcançar de maneira eficiente (com o menor dispendio possível de recursos) os resultados propostos nos Planos e Programas do Governo.

**Articulação com os Municípios** compreendendo o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem uma ação mais integrada do Estado e dos Municípios, e por delegação ao Estado, da União com os Municípios, de modo a se assegurar resultados mais efetivos na ação de desenvolvimento microregional e urbano pretendida pelo Setor Público como um todo. Abrange ainda um conjunto de medidas de assistência técnica e de capacitação de recursos humanos das Prefeituras Municipais com vistas à melhoria do desempenho operacional destas últimas.

**Concessão de Incentivos aos Setores Privados,** compreendendo toda a gama de incentivos fiscais e financeiros administrativos ou operacionalizados pelo BANDES.

## SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



**3. Apresentação da estrutura programática da SEPL-ES**

A estruturação programática da Administração Direta da SEPL-ES está definida a partir do Plano de Trabalho Trienal — 1977/1979, concluído pela SEPL em junho de 1977.

O Plano de Trabalho Trienal 1977/1979 e o Plano Operativo 1977/1978, referem-se apenas a programação do Orgão Central do Sistema Estadual de Planejamento, a SEPL-ES, aqui consideradas também as suas extensões em cada Secretaria de Estado.

E' evidente que todo o Sistema Estadual de Planejamento é envolvido quando se trata de projetos de estruturação, especialmente os de adequação institucional, que visam quando for o caso, adaptar a estrutura organizacional da Administração Indireta ou Fundação aos objetivos e funções a ele estabelecidas no S.E.P.

O Plano Operativo da SEPL-ES para o biênio 1977/1978 acha-se dividido em programas fins, obedecendo aos objetivos básicos do Sistema Estadual de Planejamento e programas meios, ou de estruturação, desagregados sucessivamente em Subprogramas, Projetos e Subprojetos, conforme se estabeleceu inicialmente no Plano de Trabalho 1977/1979. Esses grandes programas que dao ao Plano a sua macro-estrutura são os que seguem especificados:

PROGRAMAS FINS:

— Apoio ao Processo de Tomada de Decisões do Governo Estadual
— Modernização Administrativa
— Articulação com os Municípios

PROGRAMAS MEIOS:

— Estruturação do Sistema Estadual de Planejamento
— Estruturação do Sistema de Informações para o Planejamento.

1 — Programa: Apoio ao Processo de Tomada de Decisão do Governo
Subprograma: Informações para o Planejamento

PROJETO: **Aperfeiçoamento e atualização de Informações econômicas para o Espírito Santo**

**Objetivo:**

Suprir a Administração Pública Estadual e Municipal de um conjunto de informações destinadas ao planejamento, acompanhamento e perspectivas da economia estadual (Renda Interna, Produto Real, Produção, Intercâmbio Comercial, Recursos Naturais Infra-estrutura Econômica, etc.).

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados:**

a. Concluído:

— Estimativa da Renda Interna do Espírito Santo para o período de 1965/75.
— Pesquisa sobre as atividades de Reflorestamento no Espírito Santo.

b. Em andamento:

— Montagem do Banco de Dados para o Setor Agrícola do Espírito Santo (em articulação com a SEAG/SEIT)
— Desenvolvimento e aprimoramento de metodologia para elaboração de indicadores econômicos.
— Recuperação de informações sobre o Espírito Santo.
— Indicadores Econômicos do Setor Agrícola do Espírito Santo (1970/76).

PROJETO: **Construção de um Sistema de Informações Sociais para o Espírito Santo**

**Objetivo:**

Produzir e disseminar informações sobre as condições sociais da vida da população capixaba, envolvendo os aspectos demográficos (estado e movimento da população; ocupação por atividade econômica; níveis de renda, condições de vida, escolaridade, etc.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Implantação e Manutenção do Sistema de Controle da Dívida Pública
— Realização do Censo Escolar/Pesquisa Sócio-Econômica do Espírito Santo (em convênio com a SEDU/1977).

b. Em andamento:

— Processamento e Análise da Pesquisa Sócio-Econômica
— Montagem do Banco de Dados da Área Social
— Desenvolvimento de Metodologia para elaboração de indicadores sociais.

PROJETO: **Construção de um Sistema de Informações Gerenciais para a Administração Pública**

**Objetivo:**

Processar e disseminar informações básicas para a gerência do Setor Público Estadual, abrangendo: Receita Pública, Dados Orçamentários, Endividamentos, Recursos Humanos, Desempenho do Governo.

**Ações Empreendidas/produtos Gerados**

a. Em andamento:

— Desenvolvimento de metodologia para o cálculo de previsão da receita estadual.
— Recuperação de séries históricas de dados da Receita.
— Implantação e Manutenção do Sistema de Controle da Dívida Pública.

Subprograma: Estudos básicos sobre o Desenvolvimento Econômico e Social do Espírito Santo

PROJETO: **Estudos sobre o financiamento do Setor Público**

**Objetivo:**

Analisar os problemas relacionados com o financiamento do Setor Público Estadual.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:
— Documento: "Evolução Recente das Finanças Públicas do Estado".
— "Análise das Finanças Públicas do Estado do Espírito Santo" — Proposição de medidas para a eliminação do Hiato de Recursos.

b. Em andamento:
— Documento: "Financiamento do Setor Público" — Análise incluindo a Administração Indireta.

PROJETO: **Diagnóstico e Perspectivas do Desenvolvimento do Espírito Santo**

**Objetivo:**

Analisar as características econômicas e sociais do Estado do Espírito Santo, objetivando a elaboração de alternativas de linhas de ação para o Setor Público.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Documento: "Diagnóstico e Perspectivas da Economia do Espírito Santo".

PROJETO: **Estudos e Projetos Especiais**

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Documento: "Zoneamento e viabilidade do Programa Nacional do Álcool no Espírito Santo" (SEPL, BANDES, SEAG e SEIC).

b. Em andamento:

— Documento: "Análise Sócio-Econômica da Região Norte do Espírito Santo'.

PROJETO: **Estudos de População e Mão-de-Obra**

**Objetivo:**

Desenvolver estudos sobre população e mão-de-obra no Estado que propiciem uma análise permanente das condições sociais da população do Estado, visando fundamentar a elaboração de alternativas de linha de ação para o Setor Público Estadual.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Em andamento:

— Documento: "Aspectos Demográficos do Espírito Santo".
— Documento: "Migração Interna no Espírito Santo".

PROJETO: **Controle da Dívida Pública**

**Objetivos:**

— Orientar e assessorar os Setores do Governo do Estado quanto a Centralização do Controle do Endividamento Público.
— Disciplinar e orientar quanto às linhas e fontes de financiamento.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:
— Documento: "Roteiro para Contratação de Operações de Crédito e Contrôle do Endividamento".
— Documento: "Manual de Operações de Crédito".

PROJETO: **Sistema de Caixa Única**

**Objetivo:**

Racionalizar o Sistema Financeiro e obter informações sistemáticas do perfil financeiro do Estado.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Documento: "Sistema de Caixa Única para o Espírito Santo".

PROJETO: **Assistência a Municípios**

**Objetivo:**

Obter recursos para financiar projetos nos Setores de Saneamento e Estradas Vicinais.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Documento: "Programa de Assistência aos Municípios" — encaminhado ao MINTER.

PROJETO: **Elevação do Limite de Endividamento**

**Objetivo:**

Justificar a elevação do limite de endividamento do Estado estabelecido pela Resolução 62/75 do Senado Federal.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Documento encaminhado ao Senado Federal.

PROJETO: **Sistematização e Análise das Informações sobre Grandes Projetos e Infraestrutura no Espírito Santo**

**Objetivo:**

Levantar as informações sobre Grandes Projetos implantados ou a serem implantados no Espírito Santo e suas interrelações com a economia do Estado.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Em andamento:

— Pesquisa em realização para posterior elaboração de um documento sobre o assunto.

Subprograma: Programação do Setor Público Estadual

PROJETO: **Coordenação e Orientação do Processo Orçamentário de: 1978 e Plurianual de Investimentos (78/80)**

**Objetivos:**

Geração de metodologia experimental de planejamento e orçamento-programa; treinamento das equipes de elaboração dos Planos de Orçamento-Programa; consolidação e análise dos Planos de Ação Setorial e das propostas orçamentárias setoriais.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Metodologia experimental de planejamento e Orçamento-Programa.

— Orçamento Geral do Estado para 1978 e Plurianual de Investimentos para o triênio 1978/1980.

PROJETO: **Formulação e Implantação de Metodologia de Acompanhamento e Controle do Orçamento**

**Objetivo:**

Acompanhamento, controle e avaliação dos Projetos/Atividades do Governo e das sistemáticas de Planejamento e Orçamento-Programa implantadas.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Em andamento:

— Metodologia para o acompanhamento.

2 — Programa: Modernização Administrativa

Subprograma: Reorganização do Poder Executivo Estadual

PROJETO: **Regulamentação dos Órgãos da Governadoria e Vice-Governadoria**

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Regulamentação do Gabinete do Vice-Governador aprovada pelo Decreto 1031-N de 15.07.77.
— Regulamentação da Procuradoria Geral da Justiça, aprovada pelo Decreto 1024-N de 23.06.77.
— Regulamentação da Procuradoria Geral do Estado, aprovada pelo Decreto 1078-N de 10.11.77.

PROJETO: **Regulamentação das Secretarias de Estado**

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Regulamentação da Secretaria Extraordinária de Execução de Projetos Especiais — SEPE, aprovada pelo Decreto 1455-E de 15.03.77.
— Regulamentação da Secretaria de Saúde.

PROJETO: **Regulamentação dos Órgãos de Regime Especial**

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Regulamentação da Coordenação Estadual de Defesa Civil do Espírito Santo — CEDEC, aprovada pelo Decreto 1006-N de 06.05.77.

— Regulamentação da Escola de Polícia Civil do Espírito Santo — EPES, aprovada pelo Decreto 955-N de 07.02.77.

— Projeto de Regulamento da Superintendência Geral de Polícia Civil — SGPC.

— Projeto de Regulamento da Colônia Penal Agrícola — CPA.

— Projeto de Regulamento do Instituto de Readaptação Social — IRS.
— Projeto de Regulamento do Manicômio Judiciário.

PROJETO: **Regulamentação das Autarquias**

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Projeto de Regulamento do Instituto Estadual de Florestas — IEF.

PROJETO: **Regulamentação de Fundações**

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Regulamentação da Fundação Cultural do Espírito Santo — FCES, aprovada pelo Decreto 1023-N de ..... 23.06.77.
— Projeto de Regulamento da Fundação do Esporte Amador.

PROJETO: **Adequação das Sociedades de Economia Mista ao que preconiza a Lei 3043/75**

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Estatuto da Cia. Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano — COMDUSA, publicado em 03.01.77.
— Estatuto da Cia. Espiritossantense de Saneamento — CESAN, publicado em 07.05.77.
— Projeto de Estatuto da Cia. de Armazéns e Silos do Espírito Santo — CASES.
— Projeto de Estatuto da Cia. de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola — CERMAG.
— Projeto de Estatuto da Cia. de Fomento Agroindustrial — COFAI.
— Projeto de Estatuto das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo — CEASA.

PROJETO: **Adequação das Empresas Públicas ao que recomenda a Lei 3043/75**

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Projeto de Estatuto da Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo — PRODEST.
— Projeto de Estatuto da Empresa Espiritossantense de Pecuária — EMESPE.
— Projeto de Estatuto da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária — EMCAPA.
— Projeto de Estatuto da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER.

PROJETO: **Implantação dos Grupos Financeiros Setoriais G.F.S's.**

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:
— Normas de Procedimento, publicadas em 25.07.77.

PROJETO: **Cadastro Organizacional**

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Manuais, publicados em outubro de 1977.

PROJETO: **Manual Orgânico do Poder Executivo Estadual**

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Projeto de Manuais.

3 — Programa: Articulação com os Municípios

Subprograma: Articulação Intergovernamental

PROJETO: **Orientação e Análise de Planos de Aplicação de Fundos Federais e Estaduais**

**Objetivos:**

Estabelecimento de critérios de análise e normas de elaboração dos Planos de Aplicação; orientação às Prefeituras Municipais na elaboração dos planos de aplicação e análise das propostas apresentadas.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:
— Análise dos Planos de Aplicação do Fundo de Participação dos Municípios — F.P.M.
— Análise dos Planos de Aplicação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano — F.N D.U.
— Encontro sobre FPM, FNDU e FRN, realizados nas Cidades de Cachoeiro de Itapemirim, com participação de 23 prefeituras e Linhares, com a participação de 22 prefeituras.

Subprograma: Modernização Administrativa das Prefeituras Municipais

PROJETO: **Capacitação de Recursos Humanos das Prefeituras Municipais**

**Objetivos:**

Formação de equipes capacitadas para desenvolverem com eficiência as atividades internas de uma Prefeitura Municipal, em virtude da carência de recursos humanos com nível razoável de qualificação que dificulta e/ou impede a introdução de técnicas de modernização e racionalização de serviços nas Prefeituras Municipais.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

— Curso de Controle e Execução Financeira e Orçamentária.
— Encontro sobre Encerramento de Exercício e Prestação de Contas.

PROJETO: **Assistência Técnica às Prefeituras Municipais**

**Objetivos:**

Modernização das Estruturas Organizacionais das Prefeituras Municipais e racionalização dos serviços internos, através de aprimoramento das técnicas administrativas.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Em andamento:
— Reforma e Acompanhamento da Estrutura Administrativa das Prefeituras e Câmaras Municipais.
— Modelo de Manual de Pessoal.
— Agenda de Obrigações Municipais.
— Plano de Ação para a Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves.

4 — Programa: Estruturação do Sistema Estadual de Planejamento

Subprograma: Formação de Recursos Humanos para o SEP

PROJETO: **Formação de Recursos Humanos para o SEP**

**Objetivo:**

Dotar o Sistema Estadual de Planejamento de pessoal técnico e administrativo com qualificação adequada para operacionalização do modelo de planejamento no Espírito Santo.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Cursos promovidos pela SEPL:
I — Curso de Planejamento Governamental — SEPL/COPPE-UFRJ, a nível de especialização, contando com 27 participantes.
— Curso de Reciclagem Matemática, com 30 participantes.
— Curso de Controle da Execução Financeira e Orçamentária, a nível de especialização, com 2 participantes.

— Cursos Externos:

— VIII Curso de Planejamento a nível Estadual, promovido pelo CENDEC, a nível de especialização, com 3 participantes.
— Metodologia de Elaboração de Planos de Ação para Prefeituras, promovido pelo IBAM/SAREM, a nível de aperfeiçoamento, com 1 participante.
— III Curso de Planejamento do Desenvolvimento Regional, promovido pelo CENDEC, a nível de especialização, com 1 participante.
— Curso de Organização e Métodos, promovido pela Fundação Getúlio Vargas — Rio, a nível de aperfeiçoamento, com 1 participante.
— Curso de Direito Tributário, promovido pela Fundação Getúlio Vargas — Rio, a nível de aperfeiçoamento, com 1 participante.
— Curso de Mestrado em Economia, promovido pelo PIMES — Recife, com 1 participante.
— Curso de Mestrado em Programas Industriais e de Transportes, promovido pela COPPE — UFRJ, com 1 participante.
— Curso de Mestrado em Administração Pública, em Londres, com 1 participante.

5 — Programa: Estruturação do Sistema de Informações para o Planejamento (SIPE)

Subprograma: Estruturação do Sistema de Informações para o Planejamento — (SIPE)

PROJETO: **Concepção e Implementação da Estrutura Organizacional do SIPE**

**Objetivo:**

Desenvolver o Sistema de Informações para o Planejamento sob delineada infra-estrutura de trabalho, com

bases racionais, visando racionalizar, compatibilizar e comandar o processo de obtenção e utilização de informações técnicas, no âmbito do Sistema Estadual de Planejamento.

**Ações Empreendidas/Produtos Gerados**

a. Concluído:

— Elaboração do "Diagnóstico da Situação das Informações Técnicas na Administração Pública Estadual".
— Elaboração de documento preliminar sobre "Modelo de um Sistema de Informações para o Planejamento no Espírito Santo".

PROJETO: **Organização do Centro de Documentação e de Informações Bibliográficas do SIPE**

**Objetivo:**

Montagem e organização do Centro, que conta, atualmente, com considerável acervo de material de referência bibliográfica e documentação técnica.

## FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

FINALIDADES:

— Programar e implantar pesquisas que subsidiem um melhor equacionamento dos problemas econômicos e sociais, fornecendo suporte técnico ao Governo Estadual na elaboração de programas de desenvolvimento.
— Formular diagnósticos, realizar estudos e promover a elaboração de planos e programas de desenvolvimento urbano e regional, auxiliando a ação da Secretaria de Estado do Planejamento.
— Auxiliar, sempre que solicitada, a ação de articulação das atividades estaduais de interesse dos municípios, desenvolvida pela Secretaria de Estado do Planejamento.

— Manter um sistema de informações sócio-econômicas na área de sua atuação.
— Formar recursos humanos voltados para o estudo e a pesquisa aplicados à realidade capixaba.

Execução do Programa de Trabalho

I — **Apoio ao Governo**

**Programa de Apoio a Política de Desenvolvimento Urbano**

**Objetivo:** Implantar projetos de desenvolvimento urbano nas prefeituras da Grande Vitória e nos polos de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, através da canalização de recursos federais.

**Grande Vitória — Apoio à Demarragem dos Grandes Projetos: Algumas Prioridades**

**Objetivo:** Destacar os esforços já realizados pelo Estado do Espírito Santo, e a preocupação do Governo em acionar os mecanismos federais de suporte aos investimentos primários, visando atrair os Grandes Projetos previstos para o Espírito Santo.

**Projeto para a Feira dos Municípios**

**Objetivo:** Definir a área para a localização da Feira dos Municípios e propiciar a programação de mais uma área de lazer para os habitantes da Grande Vitória.

**Estudo de Disposição dos Resíduos Sólidos na Grande Vitória**

**Objetivo:** O estudo das possíveis soluções para os serviços de acondicionamento, transporte e disposição final dos resíduos sólidos provenientes das atividades domésticas e industriais na Aglomeração Urbana, tendo em vista as necessidades atuais e futuras, face ao acréscimo populacional decorrente do desenvolvimento regional.

**Situação em que se encontra o projeto:** O projeto encontra-se em fase de conclusão, já tendo sido apresentada a versão preliminar do estudo.

**Estudo da Valorização do Patrimônio Histórico e Natural da Grande Vitória**

**Objetivo:** O estudo de mecanismos capazes de preservar e valorizar através de sua utilização econômica, o patrimônio histórico e natural da Grande Vitória, que corre sérios riscos de deterioração e/ou extinção, tendo em vista o acelerado crescimento esperado para a Aglomeração Urbana.

**Situação em que se encontra o projeto:** Encontra-se em elaboração e diagnóstico da situação dos monumentos detalhando o grau de conservação/utilização e vocação.

**Treinamento de Recursos Humanos**

**Objetivo:** A realização de Seminários e Encontros, na área de Planejamento Urbano Regional nos municípios da Grande Vitória, objetivando a deflagração de um processo de conscientização das prefeituras, para a necessidade de trabalharem juntas na solução de problemas comuns e criando oportunidade para que o grande público tenha acesso ao processo de decisão na programação de uma política comum de planejamento.

**Situação em que se encontra o projeto:** Esse projeto já foi executado, culminando com a realização do Seminário sobre Desenvolvimento Urbano, que contou com a participação das cinco prefeituras dos municípios que compõem a Grande Vitória.

**Plano Diretor Urbano da Grande Vitória**

**Objetivo:** Dotar o Município de instrumentação eficaz de controle do uso do solo, de implantação de projetos específicos fundamentais, e dar continuidade ao processo de planejamento já iniciado, abordando a problemática do desenvolvimento urbano na região da Grande Vitória.

Unidades:

— Padronização da Legislação Urbanística, projeto já concluído;
— Sistema Cartográfico Metropolitano, em adiantado processo de elaboração;
— Diretrizes para a Ação ao Município de Vitória

* Lei de Zoneamento
* Prioridade de Ação em elaboração

**— Plano de Recreação e Lazer**

**Objetivo:** Esse estudo, objetiva, principalmente:

— a melhoria do meio urbano.
— a melhor utilização dos equipamentos de lazer existentes.
— a implantação e/ou reservas de locais para lazer, principalmente nas áreas mais carentes.

**Situação em que se encontra o plano:** Em fase de redação final.

**— Localização e Funcionamento do Centro de Animação de Carapina**

**Objetivo:** Localizar, dimensionar e propor as medidas básicas necessárias a implantação do Centro de Animação de Carapina, distrito que, dada sua posição com relação ao local onde serão instaladas as indústrias matrizes e suas satélites, passa a figurar entre as prioridades do Planejamento Urbano na Aglomeração Urbana da Grande Vitória.

**Situação em que se encontra o projeto:** Esse projeto foi concluído em 1977 No momento, está-se negociando recursos financeiros para sua implantação.

**— Plano de Ação Imediata de Transporte e Trânsito na Grande Vitória**

**Objetivo:** Melhoria e racionalização do sistema de transportes coletivos que atende a Grande Vitória, tanto no âmbito intermunicipal como no intramunicipal e a melhoria e racionalização do sistema de circulação de veículos tanto de passageiros, como de carga.

**Situação em que se encontra o projeto:** Esse projeto encontra-se em andamento com as pesquisas já realizadas e em fase de tabulação. A pesquisa institucional encontra-se em sua fase final e trará subsídios a uma proposta para racionalização institucional, com vistas à otimização da implantação e operação das medidas propostas no Plano. O Plano de circulação das vias centrais encontra-se em pleno desenvolvimento, prevendo-se seu término para o próximo semestre.

**— Valorização da Orla Marítima — Projeto Piloto de Jacaraipe**

**Objetivo:** Dotar o balneário de Jacaraípe de equipamentos necessários que atendam a demanda de crescimento e aproveitando o potencial turístico apresentado.

**Situação em que se encontra o projeto:** O projeto já está concluído, estando em fase de programação mecanográfica.

II — **Curso de Desenvolvimento Urbano e Regional**

**Objetivo:** Especializar pessoal para órgãos e instituições municipais, com vistas à problemática urbana.

**Situação em que se encontra o projeto:** Esse curso foi realizado, em convênio com a CNPU, durante cinco meses, constituído de 3 (três) etapas: 240 horas/aulas, 176 horas/estágio aplicado e 44 horas/avaliações.

III — **Projetos e Estudos de Apoio à Órgãos Setoriais**

**Secretaria de Estado do Planejamento**

— Situação Financeira dos Municípios da Grande Vitória (concluído em 1976)
— Regionalização: Uma Proposta de Organização Territorial do Estado do Espírito Santo para fins de programação (concluído em 1977)
— Convênio de Cooperação Técnica (concluído em 1977)

**Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio**

— Análise de Comércio Exterior (em conclusão)
— Estudo das 100 maiores Empresas (em definição)
— Estudo de Localização e Oportunidades Industriais no Espírito Santo (concluído em 1977).

**Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes**

— Grande Vitória — Sistema de Transporte Aquaviário (concluído em 1976); linha-piloto Paul-Vitória implantada pela CAMDUSA.
— Grande Vitória — Dimensionamento e Localização do Novo Terminal de Passageiros (concluído em 1977). Construção iniciada, com término previsto para o segundo semestre de 1978. Obra a cargo da COMDUSA

**Secretaria de Estado Extraordinária de Execução de Projetos Especiais**

— Algumas Prioridades para o Desenvolvimento do Turismo no Espírito Santo (concluído em 1977). Em fase de implantação pela EMCATUR.

**Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social**

— Ante Projeto do Programa de Emprego do Governo Estadual, com objetivo de treinar pessoal para operar o Sistema Estadual de Emprego no Espírito Santo.

**Fundação Cultural do Espírito Santo**

— Reconstituição do Patrimônio Histórico do Porto de São Mateus (concluído em 1977).

**Trabalhos de Apoio às Prefeituras**

**Município de Alegre**

— Plano Diretor Urbano para o Município de Alegre, em virtude de seu elevado crescimento após a federalização da Escola de Agronomia e consequente incorporação à Universidade.

**Município de Conceição da Barra**

— Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, dando instrumentos de organização espacial, bem como todos os instrumentos jurídicos que capacitarão a Prefeitura a planejar e controlar um processo desenvolvimentista.

**Município de Conceição do Castelo**

— Plano de Desenvolvimento Urbano para o Distrito de Venda Nova, possibilitando um planejamento para a área, tanto de ordem espacial como legal para o seu ordenamento.

**Município de Plúma**

— Primeiros trabalhos de apoio para a concretização de um Plano de Ordenamento Espacial desse balneário, cujo crescimento desordenado tem implicações diretas no turismo e na própria cidade como um todo.

**Município de Cachoeiro de Itapemirim**

— Plano Diretor Urbano, cuja conclusão está prevista para março de 1978.

**Município de Colatina**

— Trabalho de apoio, visando a montagem de equipe local voltada para o Planejamento Urbano, e apresentação de uma revisão do Plano Diretor existente.

## Estudos e Projetos

### Demografia

— "Estrutura Demográfica do Espírito Santo", analisando a dinâmica de sua população de 1940, com projeções até o ano 2.000, partindo da premissa de que há uma correlação entre a dinâmica populacional e o processo de desenvolvimento.

### Mão-de-Obra

— Estudo de Mão-de-Obra, disponibilidade e diagnóstico, base de apoio para delimitação e potencialidades dos recursos humanos existentes, em função dos Grandes Projetos previstos para o Estado.

### Aspirações das Elites Dirigentes

— "Aspirações das Elites Municipais do Estado do Espírito Santo", pesquisa de campo, com conclusão prevista para março de 1978, envolvendo as elites de todos os 53 municípios do Estado, como forma de melhor atender ao processo de planejamento.

### Recursos Humanos

— "Projeto de Recursos Humanos", com término previsto para maio de 1978, com vistas a esquadrinhar o campo de recursos humanos das 100 maiores empresas do Estado, e com base nesse universo, detectar a demanda de treinamento existente, determinando assim, uma clientela potencial para os cursos de treinamento de alta gerência, a serem montados pela Fundação.

### Programas de Valorização de Temas Locais

— "Programa de Financiamento de Teses e Dissertações", com objetivo de estimular o estudo de temas que sejam de interesse do Espírito Santo. Esse programa foi montado e já está em funcionamento com duas teses sendo financiadas e 3 (três) em negociações.

— "Série Monográfica/FJSN", visando apoiar a publicação de temas relacionados com o Espírito Santo, julgados relevantes pela Fundação Jones dos Santos Neves, especialmente vinculadas à problemática do Planejamento Urbano e Regional.

— Revista da Fundação Jones dos Santos Neves, com o objetivo de veicular trabalhos, documentários, divulgação de planos e projetos acerca dos números já foi concluído, para ser lançado nos primeiros dias de janeiro.

— "Pense e Fotografe sua Cidade", concurso já realizado, visando uma atuação efetiva da população na vida da cidade.

### Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo

**Finalidades:**

Executar serviços de tratamento de informações e, com exclusividade, processar dados, através de computação eletrônica ou eletromecânica aos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado, em consonância com o artigo 3º da Lei 2.501, de 06 de fevereiro de 1970.

Trabalhos realizados, segundo as instituições e natureza de serviços

### Governo do Estado

Administração Direta

— Secretaria de Estado da Administração

PASEP (reformulação e implantação de serviços com nova sistemática).

— Secretaria de Estado da Educação

Correção de Exames de Ensino Supletivo (alteração de serviços executada e implantada em 1977)

— Secretaria de Estado da Fazenda

ICM (alteração de serviços executada e implantada em 1977).

Órgãos Vinculados

— BANDES

C.A.I.F. — Certificado de Aplicação de Incentivos Fiscais (desenvolvimento de serviços com implantação prevista para 1978).

FUNRES — (alteração de serviços executada e implantada em 1977).

S.I.F. — (alteração de serviços executada e implantada em 1977).

— BANESTES

Emissão de Letras de Câmbio — (reformulação e implantação de serviços com nova sistemática).

Contas Correntes — (alteração de serviços executada e implantada em 1977).

Cobrança e Descontos — (alteração de serviços executada e implantada em 1977).

Folha de Pagamento — (alteração de serviços executada e implantada em 1977).

— CESAN

Faturamento — (reformulação de serviços com alteração e implantação prevista para 1978).

Recebimento — (reformulação de serviços com alteração e implantação prevista para 1978).

— COHAB

Benefício Fiscal dos Mutuários Casa Própria DL 1358 — (desenvolvimento e execução de serviços).

— DER

Folha de Pagamento — (desenvolvimento de serviços com implantação prevista para 1978).

### Governo Federal

— ESCELSA

Empréstimo Compulsório — (desenvolvimento e execução de serviços).

Faturamento — (alteração de serviços executada e implantada em 1977).

Recebimento — (alteração de serviços executada e implantada em 1977).

**Setor Privado**

— Faculdade de Colatina

Correção de Provas do Vestibular de Colatina — (desenvolvimento e execuçãc de serviços).

**Departamento Estadual de Estatística**

Finalidades:

Coletar, processar e disseminar estatísticas primárias em articulação com o Sistema de Informações para o Planejamento.

**— Trabalhos Realizados**

Elaboração, impressão e divulgação dos seguintes trabalhos:

— Pecuária — 1972/1974
— Aiguns aspectos da Produção Animal — 1972/1974
— Ensino de 1º Grau — 1972/1974 — (Escolas de 1 sala de aula)
— Ensino de 1º e 2º Graus — (Escolas de 2 ou mais salas de aula)
— Ensino Superior — 1975.

Apoio Logístico à Secretaria de Estado do Planejamento na realização do Projeto Censo Escolar/Pesquisa Sócio-Econômica.

Recebimento e apuração de dados relativos à exportação e importação interestadual.

Participação no Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias, integrado por representantes da Fundação IBGE, EMATER-ES, Grupo Executivo de Economia Agrícola e Comercialização do Ministério da Agricultura — GEACO, CEPLAC, e da Comissão de Comercialização das Safras Agrícolas da Secretaria de Estado da Agricultura, que visa ao levantamento sistemático da Produção Agrícola no Estado.

Recepção e registro de informções relativas a ensino de 1º Grau, e Finanças Públicas dos três níveis de governo.

Apurações relativas ao Movimento Policial, especificamente, crimes e as Contravenções Penais, a partir dos inquéritos policiais processados e dos Boletins Individuais concernentes ao ano de 1976.

**Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo**

Finalidades:

Executar todas as operações bancárias próprias de bancos de desenvolvimento, compreendendo investimentos na infra-estrutura básica, agro-pecuária, indústria, comércio, serviços, turismo, reflorestamento e outras operações, definidas em programas de financiamentos recomendados pelo Plano de Desenvolvimento Estadual, em articulação com a política e metas prioritárias de interesse da economia nacional.

**Resultados Operacionais Obtidos em 1977**

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A., no seu papel de principal agente de fomento às atividades econômicas básicas do Estado, promoveu investimentos da ordem de Cr$ 1.012.379,4 em 1977, compreendendo a aplicação de seus recursos próprios disponíveis, dos Incentivos Fiscais de Participação Societária (DL-880 e Lei Estadual 2.469), dos fundos de desenvolvimento estaduais e de repasses de instituições financeiras federais, além da poupança mobilizada pelos próprios mutuários.

Este desempenho operacional, conquistado em um período de visível desaquecimento da economia no país, pode ser considerado satisfatório, se levarmos em conta as dificuldades de mobilização de recursos junto a entidades oficiais de crédito, como o BNDE e o Banco Central, dois das nossas mais importantes fontes de recursos, que tiveram suspensos durante o ano, respectivamente, o Programa de Operações Conjuntas — POC e Programas de Apoio ao Desenvolvimento Rural.

**Alocação Setorial das Operações Aprovadas**

Os investimentos aprovados pelo BANDES em 1977 tiveram a seguinte destinação pelos setores da economia e ramos de atividades:

BANDES — Distribuição Setorial dos Investimentos Aprovados em 1978

**Discriminação — Valor (Cr$ 1.000)**

SETOR PRIMÁRIO — 13.303,6
Pecuária — 11.603,6
Pesca — 1.700,0

SETOR SECUNDÁRIO — 742.441,1
Indústria Extrativa Mineral — 9.800,0
Minerais Não Metálicos — 30.408,8
Metalurgia — 273.296,0
Material Elétrico — 15.206,8
Material de Transporte — 41.950,0
Madeira e Mobiliário — 79.364,3
Química e Plásticos — 18.627,3
Vestuário — 15.234,4
Bebidas — 128.767,0
Produtos Alimentares — 74.959,5
Indústria Construção Civil — 6.106,5
Outros — 48.720,5

SETOR TERCIÁRIO — 242.092,4
Comércio — 58.623,7
Trânsito Portuário (FUNDAP) — 160.833,3
Transportes — 4.272,4
Turismo — 17.543,0
Serviços — 6.000,0
INFRA-ESTRUTURA — 6.000,0
PRÉ-INVESTIMENTO — 8.542,3
TOTAL — 1.012.379,4

O Setor Terciário mostrou o melhor desempenho em relação ao ano de 1976, crescendo seus investimentos em 52,8% e aumentando sua participação percentual de 18% em 76 para aproximadamente 24% em 77. O Subsetor Comércio foi o principal responsável por essa posição, recebendo um incremento da ordem de 180% em suas aplicações. Merecem destaque ainda os itens Trânsito Portuário (Sistema FUNDAP), e Turismo.

O Setor Secundário foi outro a registrar crescimento — embora limitado — 20,3%, mantendo a maior concentração dos investimentos aprovados pelo BANDES, e ainda aumentando sua participação de 70,6% em 76 para 73,3% em 77. Desta feita foi o ramo Metalurgia o mais aquinhoado (Produtos Alimentares em 76), com Cr$ 273.296,0 mil seguido dos ramos Bebidas, Madeira e Mobiliário, Produtos Alimentares, Material de Transportes, Minerais Não Metálicos, Química e Plásticos, Vestuário e Material Elétrico.

**Alocação Regional**

O conglomerado urbano e industrial, formado pelos municípios vizinhos da capital, absorveu, como era de se prever, boa parte dos investimentos aprovados. Entretanto, diversos municípios do interior registraram excelente

performance, destacando-se Linhares, Cachoeiro e Colatina — que deverão crescer ainda mais com a implantação de seus Distritos industriais — e Conceição da Barra.

A seguir, os 10 municípios capixabas que mais se destacaram no período, em Mil Cruzeiros.

Vitória (*) — Cr$ 285.083,6
Serra — Cr$ 135.600,5
Viana — Cr$ 129.467,0
Vila Velha — Cr$ 64.143,9
Colatina — Cr$ 63.370,8
Conceição da Barra — Cr$ 34.214,3
Cariacica — Cr$ 33.574,4
Linhares — Cr$ 23.898,8
Cachoeiro de Itapemirim — Cr$ 23.447,5
Aracruz — Cr$ 12.727,3

(*) Exclusive FUNDAP

Merece registro ainda a política do BANDES de atingir a todo o Estado, assistindo a pequenos empresários dos mais distantes municípios. Assim, receberam apoio financeiro, em 77, Baixo Guandu, Iúna, Ecoporanga, São Gabriel da Palha e Alegre, além de São Mateus, Santa Tereza, Guarapari, Mimoso do Sul e Itapemirim, tomadores já tradicionais do BANDES.

### Mobilização de Recursos

Para garantir o atendimento às solicitações de apoio financeiro, o BANDES assegurou em um total de Cr$ .. 486.653,2 mil provenientes de fontes locais e repasses no valor de Cr$ 290.437,6 mil junto a instituições oficiais de crédito federais, elevando-se a soma de Cr$ 777.090,7 mil de recursos mobilizados para aplicação.

Os destaques do período ficaram por conta de CEF/PROGIRO e BNDE/FINAC, responsáveis por 65% dos recursos repassados. Com relação às fontes locais, o FUNDAP (33,0%), BANDES/Recursos Próprios (23,7%) e os Incentivos Fiscais de DL-880 (23,4%) responderam por 79,5% do total, conforme discriminação a seguir:

**Mobilização de Recursos para Aplicação (Cr$ 1.000,00)**

FONTES ESTADUAIS — 486.653,1
BANDES/Recursos Próprios — 115.160,3
Incentivos Fiscais — DL-880 — 113.692,1
Incentivos Fiscais — Lei 2.469 — 45.842,8
FUNRES/SOC — 26.410,6
FUNDAI — 24.751,0
FUNDAP — 160.833,3

FONTES EXTRA-ESTADUAIS — 290.437,6
BNDE/FINAC I — 60.000,0
BNDE/FINAC II — 50.000,0
BNDE/POC — Moeda Estrangeira — 7.500,0
BACEN/IBC — 10.000,0
BACEN/PROCAL — 9.596,0
FINAME — 54.941,6
CEF/PROGIRO — 78.400,0
EMBRATUR/FUNGETUR — 15.000,0
FINEP — 5.000,0
TOTAL — 777.090,7

### Desembolso e Amortização

As liberações atingiram em 77 a casa dos Cr$ .... 616.627,0 mil, contra Cr$ 470.764,0 mil de 76, o que representa um crescimento de 31%. As fontes locais, notadamente FUNDAP (Cr$ 160.834,0 mil), BANDES/Recursos Próprios (Cr$ 98.023,0 mil) e Incentivos Fiscais (Cr$ 64.610,0 mil) contribuiram com a maior parte do desembolso. Dos recursos repassados de agências extra-estaduais, as maiores liberações foram de FINAME (Cr$ 88.413,0 mil), PROGIRO (Cr$ 55.550,0 mil) e FINAC (Cr$ 23.094,0 mil), além de Cr$ 41.317,0 mil referentes a contratações de 76 do BNDE/POC.

As amortizações alcançaram a casa dos Cr$ ..... 175.196,6 mil e registraram um crescimento de 22,9 em relação ao exercício anterior, que obteve um retorno de financiamentos da ordem de Cr$ 142.560,9 mil. As fontes que receberam maior volume de amotrização foram: BNDE (compreendendo os programas FIPEME e POC) — Cr$ 59.904,3 mil; BANDES/Recursos Próprios — Cr$ .. 42.664,9 mil; FINAME — Cr$ 21.090,6 mil, FUNRES/SOC — Cr$ 17.060,1 mil e CEF — Cr$ 14.513,2 mil.

### Resultado Financeiro

O quadro seguinte apresenta um resumo do desempenho financeiro do BANDES no exercício, comparado aos números, também consolidados, do ano anterior.

RECEITAS — 247.322,4 — 354.906,7 — 43,5%
Rendas Correntes — 243.046,7 — 345.115,1 — 42,0%
Outras Rendas — 4.275,6 — 9.791,6 — 190,1%

DESPESAS — 224.565,7 — 306.423,9 — 36,5%
Financeiras — 187.988,8 — 242.423,2 — 28,9%
Administrativas — 35.026,0 — 60.016,4 — 71,3%
Outras Despesas — 1.550,8 — 4.084,3 — 63,4%

LUCRO LÍQUIDO — 22.756,7 — 48.384,8 — 126,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO — 113.241,6 — 189.475,2 — 67,3%

Convênio em execução na área da Secretaria de Estado do Planejamento.

**Convênio de cooperação técnica celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Espírito Santo.**

**Finalidade:** Promover o intercâmbio de informações e experiências e a prestação de assistência técnica para a implementação de porgrama e projetos relacionados com o planejamento, orçamento e Modernização Administrativa, com ênfase: na adequação de estruturas e métodos operacionais, na implantação de sistema de informações sócio-econômicas; na realização de estudos e pesquisas no campo do apoio institucional; na formação e desenvolvimento de recursos humanos; no aperfeiçoamento da função articulação e da prestação de assistência aos municípios; no fortalecimento da capacidade de formulação de planos, programas e projetos; no aperfeiçoamento das técnicas de elaboração, execução, controle e avaliação do orçamento; e na formação das bases necessárias à adequada formulação de políticas e a definição de prioridades para investimentos.

**Convênio de Cooperação técnica celebrado entre a C.V.R.D., o Governo do Estado de Minas Gerais, o Governo do Estado do Espírito Santo, tendo como entidades executadora a Fundação João Pinheiro.**

**Finalidade:** Conjugação de esforços e recursos humanos, materiais e financeiros dos convenentes, visando à elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional para a área de influência da CVRD.

**Convênio entre a Secretaria de Planejamento do Estado do Espírito Santo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia**

**Finalidade:** Realização de trabalhos de assistência técnica, tais como: apoio de consultores fornecidos pela

COPPE/UFRJ, para assessorar trabalhos que ficarão sob a responsabilidade de técnicos da SEPL-ES; realização de trabalhos pela COPPE/UFRJ, permitindo-se a participação de técnicos da SEPL-ES; treinamento de técnicos da SEPL-ES através de cursos e seminários organizados pela COPPE/UFRJ.

**Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais e a Secretaria de Estado do Planejamento do Espírito Santo**

Finalidade: Cooperação técnica bilateral, especialmente através da troca regular de informações e experiências em áreas específicas dos sistemas de planejamento dos dois Estados, inclusive as relacionadas com o aprimoramento de métodos e procedimentos relativos a orçamentação e modernização administrativa.

**Convênio celebrado entre o Banco Nacional de Habitação e o Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado do Planejamento**

Finalidade: A prestação de apoio técnico e operacional por essa Secretaria ao desenvolvimento do Programa Financeiro para o Planejamento Urbano (FIPLAN) ,no Estado do Espírito Santo.

**Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Agricultura e do Connselho de Desenvolvimento Econômico**

**Finalidade:** Implantação e manutenção da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — CEPA/ES, unidade integrada ao Conselho Estadual da Política e Administração Agropecuária, conforme especificações do Projeto de Estrutura.

**Convênio celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes, o Governo do Estado do Espírito Santo, o Departamento Nacionanl de Estradas de Rodagem, com a interveniência da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de regiões metropolitanas e políticas urbana, da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos e da Secretaria de Estado do Planejamento**

**Finalidade:** Execução de projetos, obras e serviços a serem executados no período de 1977/1978, integrantes do II Programa Integrado de Investimentos Urbanos para o Espírito Santo e de acordo com a Exposição de Motivos n.º 300, de 28 de setembro de 1977.

**Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado do Planejamento do Espírito Santo e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo**

**Finalidade:** Construção de eixos viários no município de Vila Velha.

Participação em SEPL em Congressos, Seminários e Simpósios.

### Congressos

I Congresso Nacional de Procuradores do Estado para Assuntos Municipais, promovido pela União Estadual de Procuradores de Estado de São Paulo, realizado em São Paulo, no período de 24 a 28 de outubro de 1977.

Encontro de Secretários de Planejamento da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, promovido pela SEPLAN-PR e o Governo do Estado de Mato Grosso, realizado em Cuiabá, no período de 15 a 18 de novembro de 1977.

### Seminários

VI Seminário Interamericano de Orçamento, promovido pela SFPLAN-PR/OEA/ASIP/ABOP, realizado em Brasília, no período de 06 a 11 de fevereiro de 1977.

II Seminário de Planejamento Governamental, promovido pelo Governo do Estado do Ceará, Secretaria do Planejamento e Coordenação e Fundação Instituto de Planejamento do Ceará, realizado nos dias 28 e 29 de março de 1977.

Seminário de Direito Urbano, promovido pela SEPLAN/PR em Convênio com o IBAM, realizado no Rio de Janeiro, no período de 02 a 06 de maio de 1977.

Seminário de Legislação Aplicável a Servidores Municipais promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal — IBAM, realizado no Rio de Janeiro, no período de 23 a 27 de maio de 1977.

Seminário de Modernização Administrativa, promovido pela Secretaria de Estado da Agricultura, em convênio com o Ministério da Agricultura e a Fundação Getúlio Vargas, realizado no período de 29 de agosto a 02 de setembro de 1977.

### Simpósios

I Simpósio sobre Metodologia de Previsão e Classificação de Receitas Públicas, promovido pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, no período de 10 a 13 de maio de 1977.

I Simpósio sobre Informática Municipal, promovido pelo IBAM, realizado no Rio de Janeiro, no período de 16 a 20 de maio de 1977.

I Simpósio Latinoamericano e do Caribe de Pequena e Média Empresa, patrocinado pela Confederação Nacional das Associações Comerciais, Confederação Nacional do Comércio e Confederação Nacional da Indústria, realizado no Rio de Janeiro de 20 a 24 de junho de 1977.

II Simpósio Nacional de Órgãos de Articulação com os Municípios, promovida pela Secretaria de Articulação dos Estados e Municípios em convênio com o IBAM, no Rio de Janeiro, no período de 07 a 09 de novembro de 1977.

### Secretaria de Estado do Planejamento

— Lei n.º 3.043, de 31 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o Sistema Orgânico da Administração Pública do Estado do Espírito Santo. Poder Executivo.

— Decreto n.º 878-N, de 25 de agosto de 1976. que regulamenta a Secretaria de Estado do Planejamento

### Fundação Jones dos Santos Neves

— Lei n.º 3.043, de 31 de dezembro de 1975, que constitui a Fundação Jones dos Santos Neves, na forma do item II, do artigo 118 da Lei em referência.

— Decreto n.º 831-N, de 07 de maio de 1976. que aprova os estatutos da Fundação Jones dos Santos Neves.

### Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo

— Lei n.º 3.043, de 31 de dezembro de 1975, que altera a denominação do SERCOP para Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo — PRODEST, de conformidade com o item VI do artigo 118 da Lei em apreço.

### Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

— Lei n.º 2.413 de 20 de junho de 1976, que cria o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.

### Departamento Estadual de Estatística

— Decreto n.º 432-N, que estrutura o Departamento Estadual de Estatística.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DOS RECURSOS HUMANOS

Através da exposição das atividades empreendidas pela SEAR, terão os Senhores Deputados oportunidade de apreciar dados comparativos das muitas medidas adotadas pela atual Administração relativas aos servidores públicos estaduais, e, paralelamente, com pormenores, os registros que historiam a atuação daquele setor, essencialmente fornecedor de meios, humanos e materiais, no curso do ano passado.

É de se ressaltar que, enquanto se processaram, ao longo destes três anos de Governo, estudos e se concretizavam, em decorrência deles, os reajustamentos de vencimentos, as correções e distorções dos níveis de retribuição, em consequência dos quais, inevitavelmente, o erário sobrecarregava-se, a SEAR se empenhava, e com êxito, em minorar os efeitos onerosos daquelas medidas, reduzindo gastos ou evitando novos encargos, sem qualquer prejuizo para desempenho do sistema.

Pode-se asseverar, pois, sem receio de incidir em exagero, que, a par dos atos pertinentes ao funcionalismo, com os quais tive em mira, sempre, a valorização da função pública, as providências relacionadas com a contenção das despesas têm sido um propósito continuamente alcançado.

Mantendo os quantitativos dos cargos nas devidas proporções ou extinguido os supérfluos ou, ainda, evitando decisões duvidosas, de repercussão onerosa ao Erário, tem sido uma tônica no conjunto operacional da SEAR, mas, sem dúvida, o setor mais acionado com vistas a obter o máximo de rendimento com o mínimo de despesas foi o Departamento de Transportes.

Foram colocados em funcionamento ali, dois Postos de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos. Proibiu-se o abastecimento dos carros da administração direta fora desses Postos, salvo quando obviamente em viagem. Procedeu-se ao cadastramento de todos os veículos, afixando-se neles placas identificadoras. Dotou-se o Departamento de um Núcleo Central de Veículos para onde foram removidos todos os motoristas e transferidos os carros de transporte de pessoal das Secretarias de Estado, exceto os do serviço de Segurança Pública, Fiscalização e Representação. Padronizou-se a frota e uniformizou-se a sua cor, para efeito de identificação.

As Secretarias passaram a requisitar, por telefone, ao Núcleo de Veículos, os carros necessários ao seu uso diário, sendo coberto o atendimento por formulários de requisição assinados por autoridade competente.

A frota vem sendo desde então reduzida pela alienação dos carros cuja recuperação é considerada anti-econômica. Para aquisição de unidades novas é dada preferência a veículos mais econômicos.

Os 350 veículos existentes na Administração Direta em 1975 estão hoje reduzidos a 214, verificando-se uma queda de 38% sobre o total inicial.

Os gastos de gasolina foram: em 1974 — 902.000 litros; em 1975 — 773.000 litros, com uma redução de 14% sobre 74; em 1976 — 634.000 litros, com uma redução de 18% sobre 75 e em 1977 — 590.000 litros, com uma redução de 07% sobre 1976.

O aperfeiçoamento profissional-cultural do funcionalismo constitui, também, uma das metas mais destacadas da atual administração e, nesse sentido, tem-se procurado, pelo meio que nos parece o mais indicado porque de maior eficiência, o curso mantido e orientado pela própria Secretaria.

O treinamento de funcionários vem, pois, sendo objeto de muito empenho, dentre os itens da política de pessoal e, por isso mesmo, está em funcionamento, com toda sua capacidade produtiva, a Escola do Serviço Público Estadual, órgão em regime especial vinculado à SEAR.

No setor da previdência social introduziram modificações altamente salutares, não só para os pensionistas, mas, também, para os contribuintes.

Assim é que, independentemente do montante da contribuição, já não se atribuem pensões inferiores a 50% do salário mínimo e a Carteira de empréstimos avolumou suas operações com um aumento em torno de 590%, em relação a 1974, já que em 1977, a dotação orçamentária de Cr$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzeiros) foi toda utilizada.

De grande alcance social foi, também, a iniciativa que resultou na celebração do convênio com a CEME, por força do qual estão sendo gratuitamente distribuidos medicamentos aos funcionários de baixo padrão aquisitivo.

Tarefa árdua e que demandou meticuloso exame de enorme massa de documentos e criteriosa pesquisa, foi levada a efeito pelo Departamento de Patrimônio, com vistas ao cadastramento dos edifícios públicos estaduais, com indicação de especie, localização, fim a que se destina e registro imobiliário, atualizando-se, assim, informações acerca de 3.812 imóveis, pertencentes ao patrimônio estadual.

Com relação à legislação de pessoal destacam-se os diplomas legais que proporcionaram aumento de vencimentos em 1975, 1976 e 1977, as leis que reformularam o sistema de classificação de cargos do Poder Executivo e as que incluiram os cargos dos Poderes Legislativo e Judiciário no mesmo sistema de classificação adotado pelo Poder Executivo, mas, inquestionavelmente, as mais importantes em razão da amplitude da repercussão e importância nas áreas de administração e recursos humanos, são: o Estatuto do Magistério, a Lei de Modernização Administrativa e o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis.

A primeira trouxe para o professorado a almejada regularização dos direitos e deveres da numerosa classe, encontrando-se em plena fase de regulamentação e implantação.

A segunda, em vigor desde 1976, com um prazo previsto de trinta meses para aplicação é, como qualquer ato de reforma administrativa, uma lei destinada a marcar, com profundas alterações, a estrutura organizacional do Estado. Afeta direta e intimamente a SEAR, não só em termos de sua constituição interna, como também porque, face à sua natureza instrumental, de atividades fins, a Pasta não pode ausentar-se, um só momento, de todo o processo da modernização.

Complementando a Lei de Modernização Administrativa com vistas à sua aplicação nas Secretarias e em vários órgãos da Administração indireta, foram baixados até o presente mais de quarenta decretos regulamentares.

A terceira, que é o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, absorveu toda a legislação esparsa que alterava o Estatuto anterior, atendeu às alterações constitucionais neste campo, deu um sentido mais atual e moderno a dispositivos tradicionais e instituiu inúmeras inovações, objetivando o aperfeiçoamento da legislação básica dos direitos e deveres dos funcionários públicos.

Dados comparativos que a se seguir se alinham, oferecem uma visão de conjunto dos temas focalizados.

Quanto aos trabalhos realizados em 1977, naquela Secretaria de Estado, os relatos concernentes aos seus vários compartimentos, apresentam uma imagem fiel, que induz a concluir nada haver a corrigir nas linhas mestras em que se embasa a política de pessoal em execução.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS REALIZADOS PELA COPIA, NO PERÍODO DE 15.03.75 A 31.12.77

| MOTIVO | Quantidade em 1975 | Quantidade em 1976 | Quantidade em 1977 | Soma |
|---|---|---|---|---|
| Abandono de Cargo | 40 | 53 | 70 | 163 |
| Acumulação de Cargo | 1 | | 1 | 1 |
| Lesão aos Cofres Públicos | 6 | 3 | 6 | 15 |
| Arbitrariedade | 4 | 2 | 1 | 7 |
| Inobservância Normas Legais | 5 | 5 | 8 | 18 |
| Incontinência Pública | 1 | 1 | 2 | 4 |
| Recebimento de Propina | 1 | 2 | 2 | 5 |
| Valer-se do Cargo para Vantagens Pessoais | 2 | 3 | 6 | 11 |
| Excesso de Exação | | 1 | 1 | 2 |
| Revisão | | | 2 | 2 |
| Ofensa Física | | 1 | 1 | 2 |
| SOMA | 60 | 71 | 100 | 231 |

Obs.: a) 70% dos Inquéritos foram por Abandono de Cargo;

b) 8%, por Inobservância das Normas Legais e Regulamentares;

c) 7%, por Lesão aos Cofres Públicos;

d) Os demais motivos respondem pelos restantes 15%;

e) Em 14% dos Inquéritos, concluiu-se pela isenção de culpa dos indiciados.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DO GASTO DE GASOLINA DOS VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

| | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 |
|---|---|---|---|---|
| N.º de Litros | 902.000 | 773.000 | 634.000 | 590.000 |

Obs.: a) Em 1975 houve uma redução de 14% em relação a 1974;

b) Em 1976 houve uma redução de 18% em relação a 1975;

c) Em 1977 houve uma redução de 7% em relação a 1976.

## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

### QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA "JERONIMO MONTEIRO"

| Empréstimo | 1975 | | 1976 | | 1977 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor |
| Saúde . . . . . | 4.948 | 9.894.990,00 | 1.583 | 3.723.600,00 | 4.300 | 18.855.800,00 |
| Nupcial . . . . . | 84 | 221.780,00 | 102 | 265.800,00 | 18 | 63.900,00 |
| Funeral . . . . . | 31 | 26.700,00 | 15 | 18.900,00 | 7 | 16.900,00 |
| Emergência . . . . . | 4.130 | 2.065.600,00 | 933 | 748.500,00 | 318 | 278.900,00 |
| Simples . . . . . | 46 | 284.600,00 | 2.770 | 12.019.400,00 | 2.414 | 16.784.500,00 |
| SOMA . . . . . | 9.239 | 12.493.670,00 | 5.403 | 16.776.200,00 | 7.057 | 36.000.000,00 |

Obs., a) Os valores referentes a 1977, incluem também o mês de dezembro;

b) De 1975 até dezembro/77 foram atendidos 21.699 pedidos de empréstimos, no valor total de Cr$ 65.269.870,00 (sessenta e cinco milhões duzentos e sessenta e nove mil e oitocentos e setenta cruzeiros).

## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

### QUADRO DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DAS PENSÕES PAGAS PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA "JERONIMO MONTEIRO"

| 1975 | | 1976 | | 1977 | |
|---|---|---|---|---|---|
| N.º de Pensionistas | Valor | N.º de Pensionistas | Valor | N.º de Pensionistas | Valor |
| 2.218 | 7.171.880,00 | 2.357 | 11.088.791,00 | 2.458 | 16.317.671,00 |

Obs.: a) As pensões sofreram aumentos em 1/75, de 24,33%; em 3/76, de 30% e em 6/77, de 30%;

b) Pelo Decreto n.º 716-N, de 31.10.75, foi estabelecido que nenhuma pensão ficasse abaixo de 50% do salário-mínimo.

## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
### QUADRO DEMONSTRATIVO DA FROTA DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PESSOAL, DO PODER EXECUTIVO (ADM. DIRETA E INDIRETA)

| Ano | Administração | Quantidade Existente | Alienados por Anti-Econômicos | Adquiridos Novos | Saldo p/ Ano Seguinte |
|---|---|---|---|---|---|
| 1975 | Direta | 350 | 88 | 17 | 279 |
| | Indireta | 658 | 20 | 48 | 686 |
| 1976 | Direta | 279 | 62 | 23 | 240 |
| | Indireta | 686 | 04 | 01 | 683 |
| 1977 | Direta | 240 | 70 | 44 | 214 |
| | Indireta | 683 | 19 | 81 | 745 |
| 1978 | Direta | 214 | — | — | — |
| | Indireta | 745 | — | — | — |

Obs.: Entre os 81 veículos "Adquiridos Novos" em 1977, estão incluídos 60 doados à Polícia Militar pelo Ministério do Exército.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DO PESSOAL DA ANTIGA ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM, AMPARADO PELA LEI 3077/76

| SITUAÇÃO EM 15/03/75 | | | | SITUAÇÃO DA LEI 3077 DE 1/8/76 | | | LEI 3126 DE 27/6/77 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| C A R G O | COD. | ENQUADRAMENTO | VENCIMENTO | CARGO RESTABELECIDO | COD. | NOVO VENCIMENTO | VENCIMENTO |
| CONSERVADOR LINHA FÉRREA | QS-4 | SERVENTE | 396,00 | CONSERV. LINHA FÉRREA | QS-4 | 697,00 | 906,00 |
| CONSERVADOR MATERIAL RODANTE | QS-4 | SERVENTE | 396,00 | CONSERV. MATERIAL RODANTE | QS-4 | 697,00 | 906,00 |
| GUARDA-FREIOS | QS-3 | SERVENTE | 396,00 | GUARDA-FREIOS | QS-3 | 697,00 | 906,00 |
| FOGUISTA | QS-5 | SERVENTE | 396,00 | FOGUISTA | QS-5 | 759,00 | 986,00 |
| ACENDEDOR DE LOCOMOTIVA | QS-3 | SERVENTE | 396,00 | AC. LOCOMOTIVA | QS-3 | 697,00 | 906,00 |
| AJUDANTE DE FERREIRO | QS-3 | SERVENTE | 396,00 | AJ. FERREIRO | QS-3 | 697,00 | 906,00 |
| AJUDANTE DE MOTORISTA | QS-5 | SERVENTE | 396,00 | AJ. MOTORISTA | QS-5 | 759,00 | 986,00 |
| MOTORISTA DE AUTOLINHA | QS-6 | CONTÍNUO | 503,40 | MOT. DE AUTOLINHA | QS-6 | 759,00 | 986,00 |
| MAQUINISTA | QS-6 | CONTÍNUO | 503,40 | MAQUINISTA | QS-6 | 759,00 | 986,00 |
| AJUSTADOR DE LOCOMOTIVA | QS-7 | CONTÍNUO | 503,40 | AJ. DE LOCOMOTIVA | QS-7 | 853,00 | 1.108,00 |
| FISCAL DE TREM | QS-6 | CONTÍNUO | 503,40 | FISCAL DE TREM | QS-6 | 759,00 | 986.00 |
| TORNEIRO | QS-14 | CONTÍNUO | 503,40 | TORNEIRO | QS-14 | 1.195,00 | 1.553,00 |
| PINTOR | QS-6 | CONTÍNUO | 503,40 | PINTOR | QS-6 | 759,00 | 986,00 |
| CARPINTEIRO | QS-8 | CONTÍNUO | 503,40 | CARPINTEIRO | QS-8 | 853,00 | 1.108,00 |
| AUXILIAR DE ESTAÇÃO | QS-4 | CONTÍNUO | 503,40 | AUX. DE ESTAÇÃO | QS-4 | 697,00 | 906,00 |
| GUARDA-CHAVES | QS-3 | CONTÍNUO | 503,40 | GUARDA-CHAVES | QS-3 | 697,00 | 906,00 |

OBS.: a) FORAM BENEFICIADOS 49 FUNCIONÁRIOS;
b) OS VENCIMENTOS ABAIXO DO SALÁRIO-MÍNIMO DA ÉPOCA, FORAM REAJUSTADOS PARA O MÍNIMO;
c) OS CARGOS ACIMA OBTIVERAM AUMENTO, EM MÉDIA, DE 130% SOBRE OS VENCIMENTOS DE 15/03/75.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO RETIRADOS DO QUADRO SUPLEMENTAR E REINCLUÍDOS NO QUADRO PERMANENTE, PELA LEI N.º 3.126, DE 27.6.77

| Situação em 15.03.75 | | | A Partir de 3.76 | Situação a Partir de 6.77 (Quadro Permanente) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Cargo | Cod. | Vencimento | Vencimento (Nova Denominação) | Cargo | Padrão | Vencimento |
| Inspetor de Alunos ..... | QS-5 | 404,00 | 759,00 | Agente Escolar | 4 | 1.108,00 |
| Inspetor de Disciplina ..... | QS-5 | 404,00 | 759,00 | Agente Escolar | 4 | 1.108,00 |
| Docente Primário ..... | QS-3 | 400,00 | 697,00 | Docente Primário | 3 | 986,00 |

Obs.: a) Foram beneficiados 903 funcionários;

b) O Percentual de aumento sobre os valores em vigor em 15.03.75, foi em média de 160%.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EFETIVOS QUE TIVERAM A CLASSIFICAÇÃO CORRIGIDA PELA LEI N.º 3.126, DE 27.06.77, EXCETO TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

| CARGOS | Situação em 15.03.75 | | Situação a Partir de 6.77 | |
|---|---|---|---|---|
| | Padrão | Vencimento | Padrão | Vencimento |
| Detetive . . . . ..... | 7 | 879,30 | 8 | 1.675,00 |
| Necroscopista . . . . ..... | 4 | 583,95 | 5 | 1.310,00 |
| Agente Social ..... | 6 | 798,75 | 8 | 1.675,00 |
| Agente Escolar ..... | QS-5 | 404,00 | 4 | 1.108,00 |
| Professor "A" ..... | 8 | 767,80 | 8 (*) | 1.675,00 |
| Professor "B" ..... | 0 | 2.470,00 | 15 | 3.900,00 |
| Pesquisador Educacional ..... | 2 | 3.147,40 | 17 | 5.662,00 |

Obs.: a) Foram beneficiados 8.753 cargos;
b) Os cargos acima tiveram o aumento médio de 88% sobre os vencimentos vigentes em 15.03.75;

c) (*) O Professor "A" percebia pela carga horária parcial de 24 hs semanais e passou a perceber pela carga normal de 30 hs.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

RELAÇÃO DOS CARGOS BENEFICIADOS COM A CRIAÇÃO DO NÍVEL TÉCNICO-MÉDIO, PELA LEI Nº 3126/77

| C A R G O | SITUAÇÃO EM 15.03.75 | | SITUAÇÃO EM MARÇO/76 | | SITUAÇÃO A PARTIR DE JUNHO/77 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | PADRÃO | VENCIMENTO | PADRÃO | VENCIMENTO | PADRÃO | VENCIMENTO |
| SECRETÁRIO ESCOLAR "A" | 11 | 1.255,00 | 11 | 1.632,00 | 14 | 3.380,00 |
| SECRETÁRIO ESCOLAR "B" | 9 | 1.040,00 | 9 | 1.382,00 | 12 | 2.470,00 |
| ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 10 | 1.120,00 | 10 | 1.476,00 | 12 | 2.470,00 |
| TÉCNICO DE CONTABILIDADE | 8 | 959,00 | 8 | 1.289,00 | 14 | 3.380,00 |
| TÉCNICO AGRÍCOLA | 8 | 959,00 | 8 | 1.289,00 | 13 | 2.860,00 |
| AGRIMENSOR | 9 | 1.040,00 | 9 | 1.382,00 | 13 | 2.860,00 |
| TOPÓGRAFO | 9 | 1.040,00 | 9 | 1.382,00 | 13 | 2.860,00 |
| TÉCNICO DE LATICÍNIO | 10 | 1.120,00 | 10 | 1.476,00 | 13 | 2.860,00 |
| AUXILIAR DE RADIOLOGISTA | 10 | 1.120,00 | 10 | 1.476,00 | 13 | 2.860,00 |
| LABORATORISTA | 9 | 1.040,00 | 9 | 1.382,00 | 12 | 2.470,00 |
| DATILOSCOPISTA | 10 | 1.120,00 | 10 | 1.476,00 | 14 | 3.380,00 |
| PERITO CRIMINALÍSTICO | 10 | 1.120,00 | 10 | 1.476,00 | 12 | 2.470,00 |
| ESCRIVÃO DE POLÍCIA | 10 | 1.120,00 | 10 | 1.476,00 | 12 | 2.470,00 |
| TÉCNICO EM COMINICAÇÕES | 10 | 1.120,00 | 10 | 1.476,00 | 13 | 2.860,00 |
| TÉCNICO RECURSOS AUDIO-VISUAIS | 10 | 1.120,00 | 10 | 1.476,00 | 12 | 2.470,00 |
| RÁDIO-TÉCNICO | 9 | 1.040,00 | 9 | 1.382,00 | 12 | 2.470,00 |
| RÁDIO-TELEGRAFISTA | 8 | 959,00 | 8 | 1.289,00 | 12 | 2.470,00 |

OBS.: A) OS CARGOS ACIMA OBTIVERAM, EM MÉDIA, 172% DE AUMENTO, EM RELAÇÃO AOS VENCIMENTOS DE 15.03.75.

B) FORAM BENEFICIADOS 423 CARGOS.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL E SALARIAL DO PESSOAL DO GRUPO "FISCO"

LEIS NºS. 3039/75 E 3128/77

| C A R G O | SITUAÇÃO ANTERIOR | | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EM 15.03.75 | | A PARTIR DE MARÇO/76 | | C A R G O (NOVA DENOMINAÇÃO) | A PARTIR DE 6/77 | |
| | PADRÃO | VALOR | PADRÃO | VALOR | | PADRÃO | VALOR |
| ESCRIVÃO DE RENDAS AUXILIAR | 8 | 959,85 | 8 | 2.578,00 | EXATOR A | 3 | 5.850,00 |
| ESCRIVÃO DE RENDAS | 11 | 1.255,52 | 11 | 3.264,00 | EXATOR B | 4 | 6.500,00 |
| CONFERENTE DE CARGA | 4 | 583,95 | 4 | 1.706,00 | CONFERENTE DE CARGA | 1 | 2.600,00 |
| AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO | 6 | 798,75 | 6 | 2.204,00 | FISCAL DE RENDAS A | 2 | 4.550,00 |
| INSPETOR FISCAL AUXILIAR | 8 | 959,85 | 8 | 2.578,00 | FISCAL DE RENDAS B | 3 | 5.850,00 |
| INSPETOR FISCAL | 11 | 1.255,52 | 11 | 3.264,00 | FISCAL DE RENDAS C | 4 | 6.500,00 |

OBS.: a) FORAM BENEFICIADOS 1.236 CARGOS;

b) O AUMENTO MÉDIO EM RELAÇÃO AOS VENCIMENTOS VIGENTES EM 15/03/75, FOI DE 413%.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

RELAÇÃO DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, BENEFICIADOS COM A RECLASSIFICAÇÃO DA LEI Nº 3058, DE 16/06/76

| C A R G O | SITUAÇÃO EM MAIO/76 | | SITUAÇÃO EM JUNHO/76 | | SITUAÇÃO ATUAL A PARTIR DE JUNHO/77 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | PADRÃO | VENCIMENTO | PADRÃO | VENCIMENTO | PADRÃO | VENCIMENTO |
| BIBLIOTECÁRIO | 1 | 3.000,00 | 3 | 4.356,00 | 3 | 5.662,00 |
| NUTRICIONISTA | 1 | 3.000,00 | 3 | 4.356,00 | 3 | 5.662,00 |
| ARQUIVOLOGISTA | 1 | 3.000,00 | 3 | 4.356,00 | 3 | 5.662,00 |
| ASSISTENTE SOCIAL | 1 | 3.000,00 | 3 | 4.356,00 | 3 | 5.663,00 |
| ESTATÍSTICO | 1 | 3.000,00 | 3 | 4.356,00 | 3 | 5.662,00 |
| ENFERMEIRO | 1 | 3.000,00 | 3 | 4.356,00 | 3 | 5.662,00 |
| CARTÓGRAFO | 2 | 3.714,00 | 4 | 4.814,00 | 4 | 6.258,00 |
| GEÓGRAFO | 2 | 3.714,00 | 4 | 4.814,00 | 4 | 6.258,00 |
| CIRURGIÃO-DENTISTA | 3 | 4.356,00 | 5 | 5.272,00 | 5 | 6.853,00 |
| VETERINÁRIO | 3 | 4.356,00 | 5 | 5.272,00 | 5 | 6.853,00 |
| QUÍMICO | 3 | 4.356,00 | 5 | 5.272,00 | 5 | 6.853,00 |
| FARMACÊUTICO | 3 | 4.356,00 | 5 | 5.272,00 | 5 | 6.853,00 |
| CONTADOR | 4 | 4.814,00 | 5 | 5.272,00 | 5 | 6.853,00 |
| ENGENHEIRO AGRÔNOMO | 4 | 4.814,00 | 5 | 5.272,00 | 5 | 6.853,00 |
| ENGENHEIRO FLORESTAL | 4 | 4.814,00 | 5 | 5.272,00 | 5 | 6.853,00 |

OBS.: a) OS CARGOS ACIMA OBTIVERAM, EM MÉDIA, 96% DE AUMENTO EM RELAÇÃO AOS VENCIMENTOS DE 15/03/75.
b) FORAM BENEFICIADOS 457 CARGOS.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DOS CARGOS QUE PASSARAM A COMPOR O GRUPO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR - GAS, CRIADO PELA LEI Nº 3051, DE 31/5/76 E DOS ASSISTENTES JURÍDICOS QUE PASSARAM PARA PROCURADORES DE 3a. CATEGORIA, PELA LEI Nº 3053, DE 7/6/76

| CARGO | SITAÇÃO ANTERIOR | | | | CARGO (NOVA DENOMINAÇÃO) | SITUAÇÃO NOVA | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EM 15/3/75 | | EM 3/76 | | | EM 6/76 | | EM 6/77 | |
| | PADRÃO | VENCIMENTO | PADRÃO | VENCIMENTO | | PADRÃO | VENCIMENTO | PADRÃO | VENCIMENTO |
| ASSESSOR DE AS.ADM.CORRENTES | 5 | 4.584,50 | 5 | 5.272,00 | ASSESSOR NÍVEL SUPERIOR | GAS-A | 8.500,00 | GAS-A | 13.442,00 |
| ASSESSOR DE PROG.E ORÇAMENTO | 5 | 4.584,50 | 5 | 5.272,00 | ASSESSOR NÍVEL SUPERIOR | GAS-P | 8.500,00 | GAS-P | 13.442,00 |
| TÉCNICO DE PLANEJAMENTO FISCAL | 5 | 4.584,50 | 5 | 5.272,00 | ASSESSOR NÍVEL SUPERIOR | GAS-F | 8.500,00 | GAS-F | 13.442,00 |
| TÉCNICO DE TRIBUTAÇÃO | 5 | 4.584,50 | 5 | 5.272,00 | ASSESSOR NÍVEL SUPERIOR | GAS-F | 8.500,00 | GAS-F | 13.442,00 |
| ASSISTENTE JURÍDICO | 5 | 4.584,50 | 5 | 5.272,00 | PROCURADOR DE 3a. | - | 9.400,00 | - | 13.442,00 |

OBS.: A) - OS CARGOS ACIMA OBTIVERAM UM AUMENTO DE 193% EM RELAÇÃO AO QUE PERCEBIAM EM 15/3/75;

B) - FORAM BENEFICIADOS COM AS ALTERAÇÕES ACIMA, 88 FUNCIONÁRIOS.

Est. Espírito Santo
ARQUIVO PÚBLICO
Administração

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS**

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS IMÓVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO ESTADO**

**(SITUAÇÃO EM DEZEMBRO/77)**

| Espécie | Quantidade |
|---|---|
| Escola Superior | 3 |
| Escola de 1.º Grau | 3.380 |
| Escola de 2.º Grau | 45 |
| Escola de Pré-Primeiro Grau | 41 |
| Escolas Polivalentes | 31 |
| Delegacia e Sub-Delegacia de Polícia | 88 |
| Forum | 29 |
| Centro e Posto de Saúde | 77 |
| Escrivania Fiscal | 17 |
| Posto de Fomento | 14 |
| Usina de Café | 11 |
| Centro Social | 4 |
| Parque de Exposição | 4 |
| Quartel Militar | 3 |
| Hospital | 4 |
| Fábrica de Tecidos | 1 |
| Campo de Pouso | 3 |
| Ilha | 2 |
| Porto | 1 |
| Residência de Juiz | 1 |
| Residência Oficial | 2 |
| Colônia Penaí Agrícola | 1 |
| Creche | 1 |
| Palácio | 3 |
| Mercado | 2 |
| Instituto de Readaptação e Penitenciária | 2 |
| Cais de Minério Paul-Argolas | 1 |
| Prédios Diversos no Estado | 19 |
| Edifícios Diversos na Capital | 22 |
| TOTAL | 3.812 |

Obs.: a) Imóveis com Escritura: 517
b) Idem com Registro: 104

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS**

**QUADRO DEMONSTRATIVO DA ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE PADRÕES DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS, PELA LEI N.º 3.126/77**

| Situação Anterior a Junho/77 | | Situação Nova | |
|---|---|---|---|
| **Nível** | **Padrão** | **Nível** | **Padrão** |
| Nível Simples | 1<br>2<br>3 | Nível Simples | 1<br>2<br>3 |
| Nível Médio | 4<br>5<br>6<br>7 | Nível Médio | 4<br>5<br>6<br>7 |
| Nível Principal | 8<br>9<br>10<br>11 | Nível Principal | 8<br>9<br>10<br>11 |
| | | Nível Técnico-Médio | 12<br>13<br>14 |
| Nível Superior | 1<br>2<br>3<br>4<br>5<br>6 | Nível Técnico-Superior | 15<br>16<br>17<br>18<br>19<br>20 |

VERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO S NTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO SALARIAL DOS CARGOS EFETIVOS DO ESTADO, A PARTIR DE 15.03.75

| SITUAÇÃO EM 15.03.75 | | | AUMENTO DE 3.76 | AUMENTO DE 6.77 | |
|---|---|---|---|---|---|
| NÍVEL | PADRÃO | VENCIMENTO | VENCIMENTO | PADRÃO | VENCIMENTO |
| SIMPLES | 1 | 396,00 (*) | 635,00 (*) | 1 | 825,00 (*) |
| | 2 | 449,70 | 697,00 | 2 | 906,00 (*) |
| | 3 | 503,40 | 759,00 | 3 | 986,00 |
| MÉDIO | 4 | 583,95 | 853,00 | 4 | 1.108,00 |
| | 5 | 718,20 | 1.008,00 | 5 | 1.310,00 |
| | 6 | 798,75 | 1.112,00 | 6 | 1.432,00 |
| | 7 | 879,30 | 1.195,00 | 7 | 1.553,00 |
| PRINCIPAL | 8 | 959,85 | 1.289,00 | 8 | 1.675,00 |
| | 9 | 1.040,40 | 1.382,00 | 9 | 1.796,00 |
| | 10 | 1.120,95 | 1.476,00 | 10 | 1.918,00 |
| | 11 | 1.225,52 | 1.632,00 | 11 | 2.121,00 |
| | | | | 12 | 2.470,00 |
| TÉCNICO MÉDIO | | | | 13 | 2.860,00 |
| | | | | 14 | 3.380,00 |
| SUPERIOR | 1 | 2.500,00 | 3.000,00 | 15 | 3.900,00 |
| | 2 | 3.147,40 | 3.714,00 | 16 | 4.828,00 |
| | 3 | 3.728,40 | 4.356,00 | 17 | 5.662,00 |
| | 4 | 4.143,40 | 4.814,00 | 18 | 6.258,00 |
| | 5 | 4.584,40 | 5.272,00 | 19 | 6.853,00 |
| | 6 | 5.000,00 | 5.750,00 | 20 | 7.475,00 |

(*) OBS.: NOS AUMENTOS DE 3/76 E 6/77 FOI ASSEGURADO O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO AOS PADRÕES QUE NÃO ATINGISSEM AQUELE VALOR.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS GRATIFICAÇÕES CONCEDIDAS AOS FUNCIONÁRIOS DO PODER EXECUTIVO NO PERÍODO DE 15.03.75 a 31.12.77

| Direitos e Vantagens | Em 1975 | Em 1976 | Em 1977 | Total |
|---|---|---|---|---|
| Gratificação Quinquênio | 1.767 | 2.426 | 2.321 | 6.514 |
| Gratificação Assiduidade | 952 | 837 | 687 | 2.476 |

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DO SALÁRIO-FAMÍLIA DO FUNCIONALISMO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

| Valores | Situação em (15.03.75) | A Partir de 11.75 (Lei 3020/75) | A Partir de 6.7 (Lei 3127/77 |
|---|---|---|---|
| Unitário | 10,00 | 40,00 | 60,00 |
| Mensal | 330.000,00 | 1.320.000,00 | 1.980.000,00 |

Obs.: a) O Salário-Família teve um aumento de 500% em relação ao valor vigente em 15.03.75;
b) Estão em vigor, aproximadamente, 33.000 cotas de Salário-Família.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DA FROTA DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PESSOAL, DO PODER EXECUTIVO (ADM. DIRETA E INDIRETA)

| Ano | Administração | Quantidade Existente | Alienados por Anti-Econômicos | Adquiridos Novos | Saldo p/ Ano Seguinte |
|---|---|---|---|---|---|
| 1975 | Direta | 350 | 88 | 17 | 279 |
| | Indireta | 658 | 20 | 48 | 686 |
| 1976 | Direta | 279 | 62 | 23 | 240 |
| | Indireta | 686 | 04 | 01 | 683 |
| 1977 | Direta | 240 | 70 | 44 | 214 |
| | Indireta | 683 | 19 | 81 | 745 |
| 1978 | Direta | 214 | — | — | — |
| | Indireta | 745 | — | — | — |

Obs.: Entre os 81 veículos "Adquiridos Novos" em 1977, estão incluídos 60 doados à Polícia Militar pelo Ministério do Exército.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

QUANTITATIVOS DE CARGOS POR FUNÇÕES DE GOVERNO (SITUAÇÃO EM DEZEMBRO/77)

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PODER EXECUTIVO | ADMINISTRAÇÃO DIRETA | ESTATUTÁRIOS | 15.261 | |
| | | C.L.T. | 1.974 | |
| | ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | ESTATUTÁRIOS | 104 | |
| | | C.L.T. | 3.715 | |
| | POLÍCIA MILITAR | | 3.012 | 24.066 |
| PODER LEGISLATIVO | ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA | | 235 | |
| | TRIBUNAL DE CONTAS | | 195 | 430 |
| PODER JUDICIÁRIO | | | | 471 |
| | | T O T A L | | 24.967 |

OBS.: NÃO COMPUTADOS 12.680 MONITORES E 3.400 APOSENTADOS.

FONTES : CADASTRO DA SEA:
CADASTRO DO DEP DA SEPA
DAP DA SEDU

das Secretarias de Estado e dos órgãos ligados à Governadoria para adaptá-los às novas exigências da Lei 3.043/75; em conjunto com a SEDU elaborou o anteprojeto de Lei que visa regulamentar o Estatuto do Magistério. além dos projetos de decretos que têm como objetivo regulamentar o Acesso à carreira do mesmo Grupo Ocupacional, bem como os Concursos de Remoção e Ingresso; e, finalmente, iniciou, com a colaboração dos Assessores de Nível Superior-GAS-A, com exercício na SEAR, os estudos para a implantação dos Grupos Setoriais de Recursos Humanos e Administração Geral.

### Arquivo Público Estadual

Durante o ano de 1977 foram mantidos contatos com instituições congêneres, objetivando proporcionar maior visão e troca de experiências dos problemas concernentes às atividades arquivísticas; Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, Arquivo Público da Bahia, Arquivo Público Mineiro, Imprensa Oficial de Minas Gerais, Coordenação do GDCS, Senado e Câmara dos Deputados, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT), Fundação Cultural do Espírito Santo, Departamento de Cultura da Prefeitura de Cubatão (SP), Associação dos Arquivistas Brasileiros, dentre outras.

Os contatos mais intensos foram com a Fundação MUDES, em consequência dos convênios celebrados entre a SEAR e aquela instituição.

No início de 1977 ativou-se o funcionamento do galpão da sede do A.P. Lá foi concentrada toda documentação dos concursos realizados pela Secretaria de Administração, inclusive as provas dos mesmos, e, todo o grupo de talonários de registro civil (nascimento, casamento, óbito e imóveis) classificados durante aquele período, por tipo de talão e distrito municipal, totalizando cerca de 11.000 (onze mil) talões.

As tarefas de arranjo e descrição da documentação custodiada no Arquivo Público tiveram prosseguimento.

Foram arranjadas e descritas centenas de pastas do fundo documental Governadoria de 1940 a 1956, recolhidas ao A.P. em 1976. Além disto realizou-se a conferência de três séries de "amarrados" e de livros de registros, totalizando cerca de 1.330 volumes.

Identificaram-se e arrumaram-se séries de documentos do fundo Fazenda:

— demonstrações mensais de receita e despesa de todas as coletorias do Estado (c.921 cxs. c.1859-1927);

— canhotos de talonários de diversos impostos arrecadados nas coletorias estaduais (c.250 cxs.).

No fundo Agricultura completou-se a descrição de 96 caixas de documentação diversa de (1853-c.1921).

Descreveram-se e arranjaram-se documentos do fundo Interior e Justiça, compreendendo documentação diversa da Chefia de Polícia e da Polícia do Porto, totalizando c. 150 caixas (c. 1880-c.1921).

Da Diretoria de Assistência aos Municípios foram identificadas c. 35 caixas de documentos das diversas Prefeituras do Estado (1943-1973).

Arrumação física e identificação de 604 volumes da série "Polícia" c1850-c.1920 composta de correspondência ativa e passiva, além de Resoluções, registros diversos, Portarias, Ordens do Dia, assentamentos funcionais e verbas secretas.

Foram transcritos e datilografados os originais dos livros manuscritos e documentos da ex-Secretaria de Polícia (142 pastas) 1842-1891; da Administração das Rendas, Tesouraria, Tesouro Provincial e Estadual (1043 livros) 1835-1914; da Secretaria do Governo (751 livros) c. 1809-c.1911; Também elaborou-se os Inventários Preliminares da Governadoria (1941 a 1956) e da Agricultura (1853 a 1906), este último composto de 207 caixas; o catálogo de Demonstração de receita e despesa (921 caixas) e o catálogo de 416 fotografias.

Os trabalhos desenvolvidos na biblioteca legislativa, histórica e administrativa do Arquivo Público, que serve de apoio ao seu acervo documental, foram estruturados dentro das modernas técnicas biblioteconômicas, implicando em variadas atividades que incluem a classificação, catalogação, etiquetagem e arrumação física dos volumes. As publicações periódicas foi dado tratamento condizente, com seu controle feito pelo fichário Kardex. Também o precioso acervo fotográfico, que por se tratar de uma coleção requer seja arrumado dentro das técnicas de biblioteconomia, foi tombado, descrito e arrumado pelo método "Unitermo", sendo as fotografias acondicionadas, provisoriamente, em caixas-arquivo.

Tarefas/Atividades da biblioteca de apoio.

— Elaboração de fichas — 580

— Catalogação de material bibliográfico — 1460

— Etiquetagem de folhetos e livros — 620

— Registro de livros e periódicos — 2930

— Conferência e levantamento de jornais — 8760

— Reprodução datilográfica de fichas — 710

— Alfabetização e arrumação de fichas — 530

A Secretaria de Estado da Fazenda passou à administração do Arquivo Público Estadual o seu arquivo, localizado em um salão no térreo do Palácio Anchieta. Dele faz parte a documentação produzida por aquele órgão no período de 1932 a 1966. Na mesma ocasião, foi recolhido o que restou do Arquivo da extinta Secretaria de Viação e Obras Públicas.

### Departamento de Patrimônio Estadual

Com o evento do Decreto n.º 1078-N, de 10.11.77, que regulamentou os órgãos administrativos da Procuradoria Geral do Estado e criou a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, não se alteram as atribuições do Departamento, pois que, de acordo com o artigo 28 do mencionado diploma legal, continua o órgão com a incumbência de prestar informações e fornecer dados necessários ao desempenho daquela Procuradoria. Assim sendo, tem o DPE dado sequência às atividades relativas a imóveis, propiciando, através de esclarecimentos e juntada de documentos, condições à salvaguarda dos interesses estaduais.

Procedeu-se o levantamento e regularização de documentos de diversos imóveis estaduais cujas transferências foram legalmente autorizadas, assim como foram prestadas inúmeras informações com referência à incorporação de imóveis ao patrimônio Estadual.

Diversos foram os recolhimentos de móveis e materiais considerados inservíveis às repartições estaduais com seu transporte para o depósito do Departamento de Patrimônio Estadual, sua redistribuição e entrega a outras re-

partições ou mesmo alienação, após comprovado estado de irrecuperabilidade.

Os veículos do Departamento percorreram todo o Estado, conduzindo funcionários encarregados de promover levantamentos de estado de conservação de diversos imóveis estaduais visando a elaboração de orçamentos necessários à sua recuperação bem como fiscalizando as obras contratadas pela repartição.

O Departamento de Patrimônio Estadual promoveu obras de reforma e conservação em próprios estaduais na Capital e no interior do Estado, mantendo em condições de permanente utilização prédios de Foruns, Delegacias de Polícia, Unidades Sanitárias, imóveis diversos la Secretaria de Estado da Fazenda, etc., valendo ressaltar as obras de construção do Centro de Saúde e do Laboratório Regional, ambas na cidade de São Mateus já em fase de conclusão e ainda, a contratação das obras de construção de um galpão-almoxarifado da Secretaria de Estado da Saúde, no Município de Cariacica.

As obras contratuais foram rigidamente fiscalizadas e executadas dentro das especificações constantes de projetos e orçamentos elaborados pela repartição.

Durante o exercício de 1977 as obras contratadas atingiram o valor de Cr$ 7.988.392,44 superior às contratadas em 1976 que atingiram a importância de Cr$ ..... 1.500.000,00.

**DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO ESTADUAL**

**RELAÇÃO DAS OBRAS CONTRATADAS PELO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO ESTADUAL, DURANTE O ANO DE 1977**

**Obra — Município — Valor — Cr$**

Reforma da Sub Delegacia de Polícia de São Sebastião — Serra — 147.873,13

Obras complementares da Sub Delegacia de Polícia de São Sebastião — Serra — 14.116,17

Assentamento de divisórias em dependências da Superintendência de Polícia Civil — Vitória — 22.537,00

Reforma do prédio da Escrivania Fiscal de Baixo Guandu — Baixo Guandu — 95.581,95

Obras complementares do prédio da Escrivania Fiscal de Baixo Guandu — Baixo Guandu — 15.757,78

Reforma do prédio da 5.ª RAAF — Alegre — 78.177,92

Reforma da Escrivania Fiscal de Linhares — Linhares — 148.817,23

Obras complementares da Escrivania Fiscal de Linhares — Linhares — 58.735,46

Reforma do prédio da 7.ª RAAF — Nova Venécia — 68.201,15

Obras complementares do prédio da Escrivania Fiscal de Nova Venécia — Nova Venécia — 69.566,72

Reforma da fachada principal do Departamento de Transportes — Vitória — 17.414,81

Substituição do piso do Posto de Abastecimento de Bento Ferreira — Vitória — 40.979,70

Reforma do prédio da Sub Delegacia de Celina — Alegre — 81.210,38

Adaptação de dependências no Centro de Saúde de Vitória à Pronto Socorro Psiquiátrico — Vitória — ... 217.060,19

Reforma do prédio do Centro de Saúde de Vitória — Vitória — 530.503,63

Serviço e montagem de paredes divisórias na Contadoria Setorial e circulação de acesso ao Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública — Vitória — 18.000,00

Reforma do prédio da Sec. de Estado de Segurança Pública — Vitória — 149.507,24

Fornecimento e assentamento de divisória em dependência da Sec. Estado da Administração e dos Recursos Humanos — Vitória — 11.805,20

Conservação do prédio ocupado pela Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos — Vitória — 28.294,99

Reforma da Escrivania Fiscal de Afonso Cláudio — Afonso Cláudio — 25.598,88

Reforma da Cadeia Pública de Ibiraçu — Ibiraçu — 49.521,69

Reforma prédio Delegacia Fiscal de Linhares — Linhares — 20.916,34

Reforma Unidade Sanitária de Mimoso do Sul — Mimoso do Sul — 132.015,93

Reforma prédio Coletoria de Montanha, subordinada a 6.ª RAAF — Montanha — 109.335,47

Construção Centro de Saúde em São Mateus — São Mateus — 2.687.184,08

Reforma prédio 6.ª RAAF, sediada em São Mateus — São Mateus — 40.241,19

Construção Laboratório Regional de São Mateus — São Mateus — 1.243.738,63

Recuperação e conservação do prédio da Sub Delegacia do IBES — Vila Velha — 20.783,93

Confecção e assentamento de grades em dependência da Divisão Polícia Civil e térreo da Secretaria de Estado da Segurança Pública — Vitória — 56.331,00

Construção do galpão de almoxarifado da Secretaria de Estado da Saúde — Cariacica — 1.277.680,57

Restauração e piso armado parte dos fundos do prédio sede da Secretaria de Estado da Saúde — Vitória — 389.843,60

Reforma da Unidade Sanitária de Guarapari — Guarapari — 121.060,43

TOTAL — 7.988.392,44

**Escola de Serviço Público — ESESP**

A Escola de Serviço Público — ESESP, foi criada à força da Lei nº 3043, de 31.12.75 e regulamentada pelo Decreto nº 876-N de 05.08.76.

Trata-se de um órgão que tem por objetivo básico a formação, aprimoramento e desenvolvimento de recursos humanos e mão de obra qualificada para os serviços e atividades da administração pública civil do Estado, especialmente da administração direta.

No que se refere às atividades desenvolvidas durante o exercício de 1977, temos a registrar que a Escola até o momento, não possui sua sede própria, razão pela qual realizou sua programação para o exercício de 1977 funcionando na própria sede da SEAR e quanto aos cursos foram os mesmos coordenados em locais gentilmente cedidos por entidades que citaremos a seguir:

**CURSOS REALIZADOS**

1 — Auxiliares de Grupos Financeiros e
2 — Fundamentos de Processamento de Dados.

1 — **Auxiliares de Grupos Financeiros**

Realizado nas dependências da ESAF — Ministério da Fazenda, funcionando em 2 (duas) turmas, e dividido em duas etapas.

— **Dinâmica de Grupo** — período de 18 a 23 de julho de 1977 — ministrado por psicólogas da UNB — Brasília — DF;

— **Parte Operacional** — período de 25 a 04 de agosto de 1977.

a) Execução Orçamentária e Financeira

b) Registro Contábil

**Nº de inscritos por Secretaria**

| | |
|---|---|
| Casa Civil | 06 |
| Indústria e Comércio | 03 |
| Agricultura | 07 |
| Bem-Estar Social | 06 |
| Justiça | 03 |
| Saúde | 08 |
| Seplan | 04 |
| Administração e Recursos Hum. | 04 |
| Fazenda | 06 |
| Interior e Transporte | 03 |
| Educação | 19 |
| Segurança Pública | 09 |
| TOTAL DE INSCRITOS | 78 |
| Nº de Diplomas | 78 |

2 — **Fundamentos de Processamento de Dados**

Realizado nas dependências do auditório da FAESA funcionando em 2 (duas) turmas.

Orientador: Edjacoon, da DATAPREV — Rio de Janeiro

Período: 21 a 25.11.77

**Nº de inscritos por Secretaria**

| | |
|---|---|
| Justiça | 02 |
| Segurança Pública | 02 |
| Administração e R. Humanos | 15 |
| Casa Militar | 02 |
| Procuradoria Geral do Estado | 01 |
| Fazenda | 08 |
| Bem-Estar Social | 01 |
| Interior e Transportes | 02 |
| Comunicação Social | 02 |
| Procuradoria Geral da Justiça | 01 |
| Agricultura | 01 |
| Indústria e Comércio | 03 |
| Saúde | 02 |
| TOTAL DE INSCRITOS | 42 |
| Nº DE DIPLOMAS | 42 |

**Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro**

O I.P.A.J.M., Autarquia Estadual, criada pela Lei Nº 615/51, reestruturado pela Lei Nº 2562/71, regulamentada pelo Decreto Nº 525-N/74 e outros complementares, é o órgão gestor da política previdenciária e assistencial do Governo Estadual atendendo, obrigatoriamente, aos funcionários públicos estaduais dos três Poderes e, opcionalmente, aos funcionários dos Municípios que mantenham convênio com o Instituto.

Ante estes pressupostos, marcha a administração do IPAJM, decididamente, em busca dos seus objetivos que são, sem dúvida, no âmbito regional, parte dos grandes Objetivos Nacionais.

O ano de 1977 foi marcado por acentuadas alterações na Estrutura Organizacional Administrativa do Instituto.

Seguindo as normas de Modernização Administrativa, o Presidente do Conselho Deliberativo é o Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, seguindo a vinculação da Entidade, com atribuições indelegáveis.

**Serviço Atuarial**

Este Serviço não existe no organograma organizacional, entretanto, face à imposição legal de que nenhum instituto ou serviço de previdência poderá prescindir do serviço atuarial, vem o Instituto mantendo contrato com renomado técnico nacional, cuja assessoria técnica tem permitido àquela autarquia o êxito e a segurança nos seus resultados operacionais.

Com os quadros e gráfico a seguir, estão demonstradas as atividades de execução financeira e patrimonial do IPAJM.

Foram aplicados Cr$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzeiros) como assistência financeira a cerca de 7.060 segurados, através das diferentes modalidades de empréstimos, regularmente processados em fase de amortização.

**Empréstimos — Quantidade — Valor**

Saúde — 4.300 — 18.855.800,00
Nupcial — 18 — 63.900,00
Funeral — 07 — 16.900,00
Emergência — 318 — 278.900,00
Simples — 2.417 — 16.784.500,00

TOTAL — 7.060 — 36.000.000,00

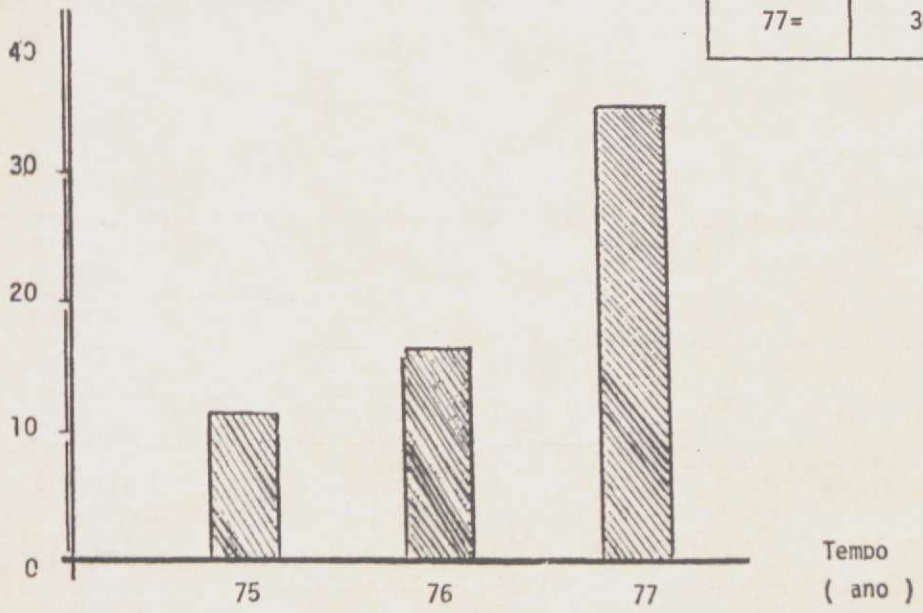
GRÁFICO DEMONSTRATIVO DA

CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS DO INSTITUTO
DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA " JERÔNIMO MONTEIRO "

VALOR

( em milhões )

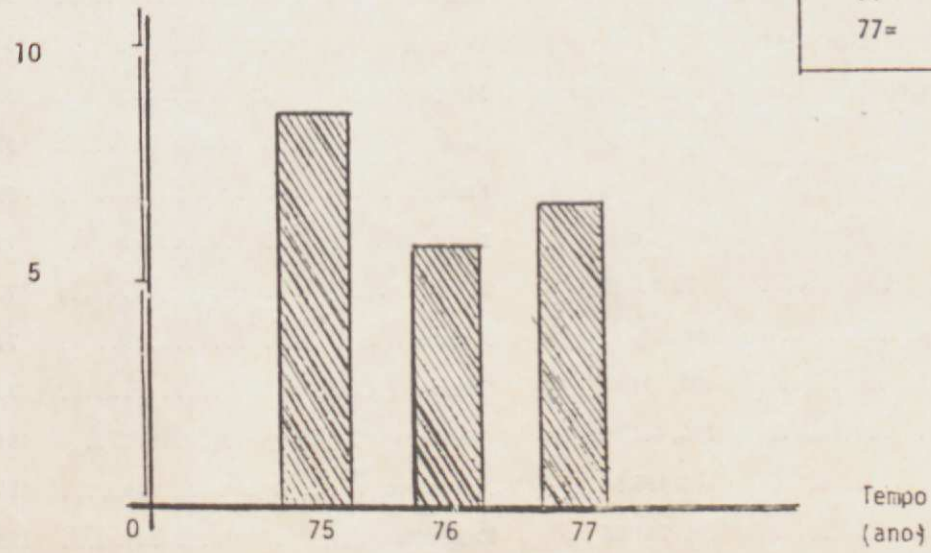
| ANO | VALOR |
|---|---|
| 75= | 12 943 670,00 |
| 76= | 16 776 200,00 |
| 77= | 36 000 000,00 |




QUANT.

( em milhões )

| ANO | QUANTIDADE |
|---|---|
| 75= | 9 239 |
| 76= | 5 403 |
| 77= | 7 060 |



## PATRIMÔNIO

**Situação — Descrição — Valor — Cr$ Acumulado**

1. Av. Vitória

A 3 terrenos baldios, com área total de 2.700,00m2 — 10.449.000,00 — 10.449.000,00

B 1 terreno com área de 900,00m2 contendo 1573,82m2 de construção, padrão alto — 8.204.460,00 — 18.653.460,00

C Equipamentos, tais como: Móveis, divisórias, máquinas de escrever e calcular, ar condicionado central, tapetes, cortinas e gerador de força — 2.500.000,00 — 21.153.460,00

2. Av. Maruipe

A 1 terreno com área de 6.973,00m2 — 11.240.476,00 — 32.393.936,00

B 1 terreno com área de 1.080,00m2 — 1.740.960,00 — 34.134.896,00

3. Romão

A 1 terreno com área de 17.000,00m2 — 21.930.000,00 — 56.064.896,00

4. Conj. Antonio Honório

A 226 casas residenciais, avaliadas em 1971 por Cr$ 12.000,00 — 2.712.000,00 — 58.776.896,00

5. Centro da Cidade

A 1 edifício de 3 andares, acrescido de um porão, onde funcionava a antiga sede, c/equipamentos — 17.000.000,00 — 75.776.896,00

B 1 laje de 110,000m2, sobre o Ed. Bidú, sobre o Panela de Barro (restaurante) — 700.000,00 — 76.476.896,00

TOTAL — 76.476.896,00

Importam os valores dos imóveis e equipamentos em Cr$ 76.476.896,00 (setenta e seis milhões quatrocentos e setenta e seis mil e oitocentos e noventa e seis cruzeiros).

## SEGURIDADE SOCIAL

Os quadros demonstrativos e gráficos que se seguem revelam a atividade do Departamento, através da Divisão de Previdência Social.

### PECÚLIOS PAGOS

| | Cr$ |
|---|---|
| Janeiro | 78.85,60 |
| Fevereiro | 98.606,45 |
| Março | 109.131,86 |
| Abril | 118.411,90 |
| Maio | 168.153,34 |
| Junho | 108.761,86 |
| Julho | 132.086,05 |
| Agosto | 226.118,90 |
| Setembro | 87.290,26 |
| Outubro | 331.405,69 |
| Novembro | 77.605,50 |
| Dezembro | 190.377,33 |
| TOTAL | 1.726.801,74 |

### PENSÕES EM 1977

**Mês — Total Empenhado — Total Pago — Resto a pagar**

Janeiro — 1.006.792,00 — 997.591,00 — 9.201,00
Fevereiro — 1.015.777,00 — 1.006.614,00 — 9.163,00

Março — 1.025.615,00 — 1.015.727,00 — 9.888,00
Abril — 1.033.048,00 — 1.023.470,00 — 9.578,00

Maio — 1.087.969,00 — 1.083.782,00 — 4.187,00
Junho — 1.542.446,00 — 1.531.098,00 — 11.348,00

Julho — 1.506.892,00 — 1.496.973,00 — 9.919,00
Agosto — 1.532.777,00 — 1.520.770,00 — 12.007,00
Setembro — 1.571.697,00 — 1.559.031,00 — 12.666,00
Outubro — 1.636.764,00 — 1.620.384,00 — 16.380,00
Novembro — 1.677.376,00 — 1.654.269,00 — 23.107,00
Dezembro — 1.680.518,00 — 1.572.516,00 — 108.002,00

TOTAL GERAL — 16.317.671,00 — 16.082.225,00 — 235.446,00

### AUXÍLIOS-RECLUSÃO EM 1977

Foram quatro os funcionários públicos estaduais que, durante o ano de 1977, receberam auxílio-reclusão por estarem cumprindo pena no Instituto de Readaptação Social. As despesas somaram, apenas, Cr$ 3.278,00.

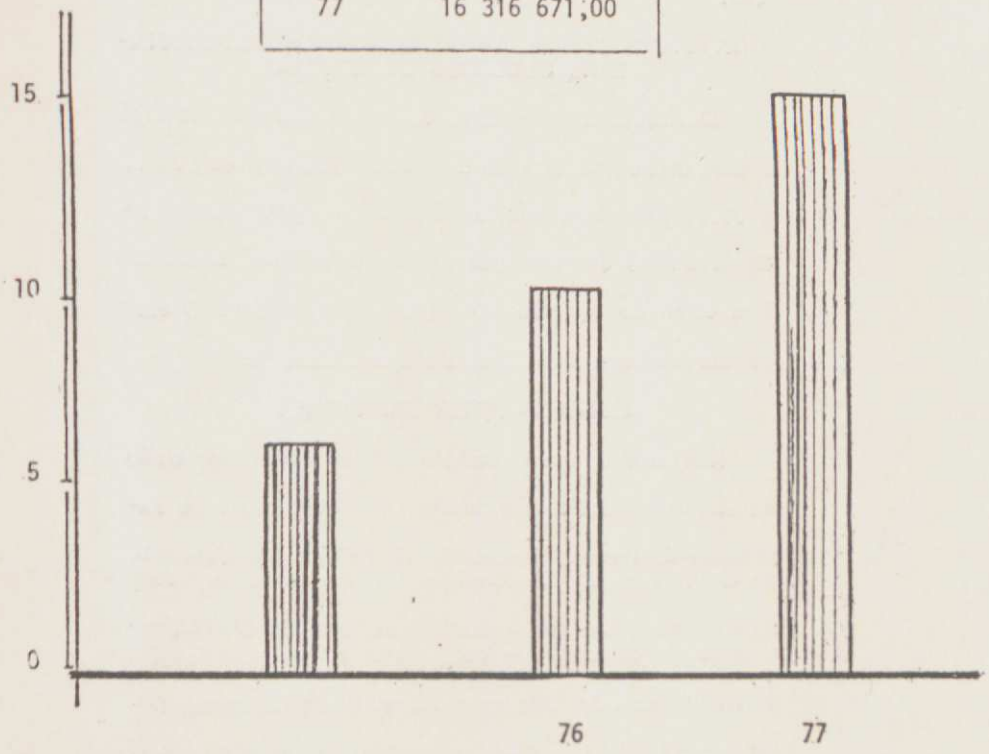
### PROVENTOS PAGOS EM 1977 — SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Janeiro | 56.093,44 |
| Fevereiro | 54.955,91 |
| Março | 54.940,01 |
| Abril | 55.897,61 |
| Maio | 55.897,61 |
| Junho | 72.548,28 |
| Julho | 72.548,28 |
| Agosto | 71.926,96 |
| Setembro | 71.926,96 |
| Outubro | 135.034,91 |
| Novembro | 135.034,98 |
| Dezembro | 138.834,91 |
| TOTAL | 958.816,83 |

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO
DAS PENSÕES PAGAS PELO I.P.A.J.M.

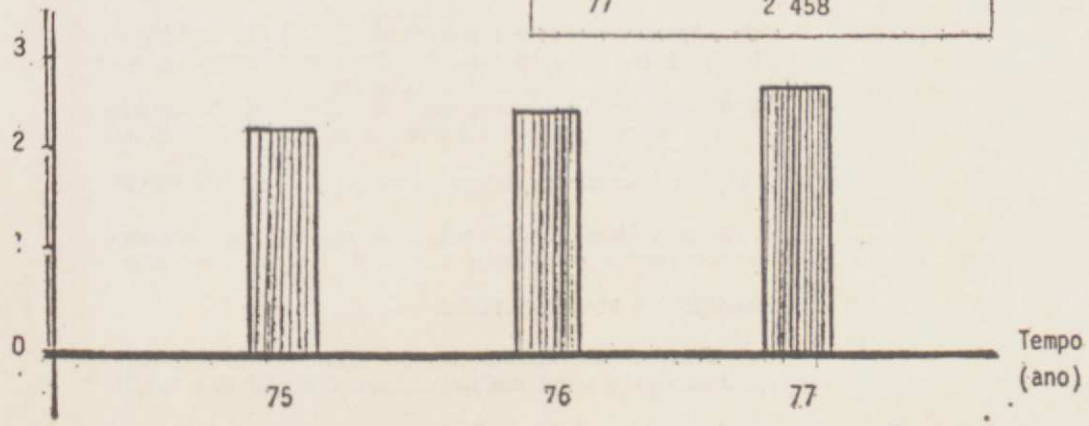
VALOR
( em milhões )

| ANO | VALOR |
|---|---|
| 75 | 7 171 880,00 |
| 76 | 11 088 791,00 |
| 77 | 16 316 671,00 |




Nº DE
PENSIONISTAS
em milhões)

| ANO | Nº DE PENSIONISTAS |
|---|---|
| 75 | 2 218 |
| 76 | 2 357 |
| 77 | 2 458 |



## SEGURO DE VIDA EM GRUPO

Mantém o IPAJM a estipulação de quatro (04) apólices de seguro de vida em grupo, bem como de acidentes pessoais com os grupos seguradores PIRATININGA, ADRIÁTICA, BANDEIRANTES e FEDERAL — SEGES, cobrindo, aproximadamente, mais de 8000 (oito mil) vidas — seguro opcional — com capitais segurados que variam entre Cr$ 10.000,00 a Cr$ 100.000,00, havendo, em casos de sinistro por acidente, dupla indenização.

## CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO

Devidamente autorizada, a Presidência do IPAJM firmou dois convênios com a AFPES, num total de Cr$ .. 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender ao financiamento de ampliação de sua capacidade hospitalar, bem como do equipamento do Centro Cirúrgico. O empréstimo foi sem juros, face à sua finalidade social.

## CONSIGNAÇÕES EM FOLHA

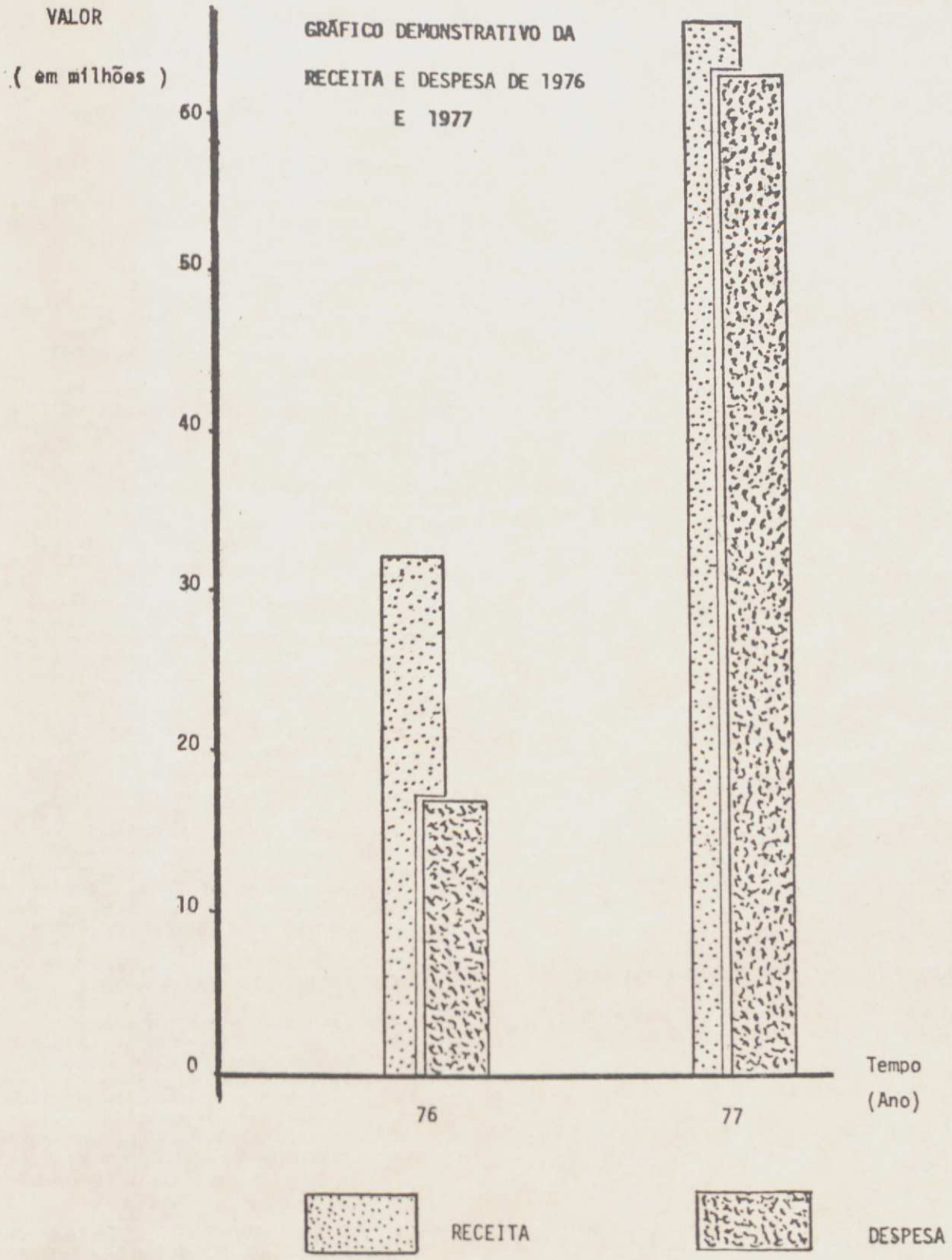
Relevante o apoio recebido pela SEAR e, sobretudo da Secretaria da Fazenda, através da Coordenação de Pagamento de Pessoal, à execução da política previdenciária, no Governo atual. Os recolhimentos dos descontos consignados em folha dos segurados em favor do IPAJM, resultante de contribuições obrigatórias e das amortizações de empréstimos contratados, vêm sendo rigorosamente feitos, no BANESTES. Esse comportamento permitiu fossem atingidos os objetivos da Autarquia.

## ASPECTO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os dois quadros que se seguem revelam o comportamento da RECEITA e DESPESA no exercício que se finda. Aparentemente, o superavit de Cr$ 2.386.263,00 se mostra pequeno, se levarmos em conta os números em si. Entretanto, se analisarmos que as **Despesas de Custeio** mais as **Transferências Correntes** somam Cr$ 25.947.655,00, chega-se à conclusão de que cerca de Cr$ 38.000.000,00 constituem **Despesas de Capital**. É alentador o sintoma de crescimento patrimonial com índice jamais alcançado.

## RESERVAS MATEMÁTICAS

Reservas matemáticas ,em 31.12.76, foram avaliadas pelo serviço atuarial contratado, em **Cr$ 108.662.956,32** (cento e oito milhões, seiscentos sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e seis cruzeiros e trinta e dois centavos).




OBS. Na Despesa estão incluídos CR$ 36 000 000,00 emprestados a 7 060 segurados, no exercício, constituindo capital reversível entre 01 e 36 meses, com juros e correção monetária.

| RECEITA | REALIZADA EM 1977 | |
|---|---|---|
| **Receitas Correntes** ..... | | 43.456.160,99 |
| Receita Patrimonial . . | 4.542.587,03 | |
| Receita Industrial . ... | 94.607,19 | |
| Transferências Correntes | 38.778.545,35 | |
| Receitas Diversas . . ... | 40.421,42 | |
| **Receitas de Capital** .... | | 22.754.238,42 |
| Alienação de Bens Móveis e Imóveis . . . . . | 19.461,90 | |
| Amortização de Empréstimos Concedidos . ... | 22.734.776,52 | |
| TOTAL GERAL DA RECEITA ... Cr$ | | 66.210.399,41 |

| DESPESA | REALIZADA EM 1977 | |
|---|---|---|
| **Despesas de Custeio** . . . | | 4.618.772,38 |
| Pessoal Civil . . ..... | 3.479.629,91 | |
| Material de Consumo . . | 156.123,92 | |
| Serviços de Terceiros ... | 778.766,82 | |
| Encargos Diversos . ... | 190.765,37 | |
| Despesas de Exercícios Anteriores . . . ..... | 13.486,36 | |
| **Transferências Correntes** | | 21.328.883,63 |
| Inativos . . . . . | 1.552.902,71 | |
| Pensionistas . . . ..... | 19.334.874,18 | |
| Salário Família . ..... | 42.680,00 | |
| Contribuição de Previdência Social . . ... | 398.426,74 | |
| **Despesas de Capital** . . | | 37.876.480,71 |
| Investimentos . . . . ... | 337.644,68 | |
| Inversões Financeiras .. | 37.538.836,03 | |
| TOTAL GERAL DA DESPESA .. Cr$ | | 63.824.136,72 |

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Departamento de Assistência Social tem por objetivos: ESTABELECER O PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E CULTURAL DOS SEGURADOS DO IPAJM, OBTER DADOS SOBRE OS PRINCIPAIS ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DE SUAS FAMILIAS, CONHECER AS EXPECTATIVAS DOS SEGURADOS FACE AOS PROBLEMAS DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL.

### PROGRAMAÇÃO DESENVOLVIDA EM 1977

1.0 — Plano de Assistência Farmacêutica
2.0 — Plano de Assistência Funerária

**(Os referidos planos foram encaminhados ao Conselho Deliberativo)**

3.0 — Participação do Departamento na VI FEIRA CAPIXABA DOS MUNICÍPIOS
3.1 — OBJETIVOS: Colaboração com a Unidade Comunitária de Integração Social, em suas finalidades.
Divulgação das atividades desenvolvidas pelo IPAJM, através do DAS.

### ATIVIDADES

Levantamento dos Recursos da Comunidade
Levantamento de Mercado de Trabalho
Participação na Semana do Ancião (set/77)
Promoção do Natal
Confraternização entre os funcionários do IPAJM

### — À NÍVEL GRUPAL

— Participação no Treinamento Integrado, promovido pela SEBS e INPS, para atuação junto ao "GRUPO DE IDOSOS".

— Plano de Trabalho a ser desenvolvido junto à pensionistas do IPAJM.

— Plano de Atuação junto ao Grupo de Idosos do IPAJM.

### —À NÍVEL INDIVIDUAL

— Levantamento sócio-econômico junto aos segurados que procuraram o IPAJM, para casos imediatos de Empréstimo Saúde.

Atendimentos: 264.

— Casos sociais:

Abertos: 18

Em tratamento: 01 / Encerrados: 17

— Encaminhamentos a outros órgãos: 122.

— Serviços externos:

Visitas domiciliares, à instituições, à empresas e, para levantamento dos recursos da comunidade: 272.

— Fundação da Associação Lítero-Esportiva "ADÃO BENEZATH".

Fundada em 08.11.77, por iniciativa dos funcionários do IPAJM. Trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos nem políticos, com personalidade jurídica própria, com atos constitutivos registrados no Cartório Civil de Pessoas Físicas e Jurídicas da Comarca de Vitória, sob o Liv. A-1, fls. 129, e número de ordem 743.

### PROGRAMAÇÃO DO D.A.S. PARA 1978

O principal objetivo é promover a figura do segurado e a do grupo familiar, para os quais estão voltados todos os trabalhos a serem executados. Os projetos a serem realizados abrangerão:

### I — PLANO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

A meta principal é o aperfeiçoamento e capacitação de segurados e beneficiários nas diversas profissões, através de cursos específicos, promovidos por entidades especializadas com as quais o DAS manterá convênio. Para tanto, já foi realizado um levantamento de Mercado de Trabalho junto a empresas da Capital, visando conhecimento de oferta/procura nos diversos campos profissionais. A clientela a ser atingida pela programa será de ambos os sexos, com faixa etária acima de 14 anos.

### II — PLANO DE ATUAÇÃO JUNTO AOS IDOSOS, SEGURADOS DO IPAJM

Objetivo primordial é promover a pessoa do idoso em seu meio familiar, comunitário e social, levando-o a conscientizar-se de suas potencialidades e limitações e, bem conviver dentro de sua realidade pessoal e coletiva. O trabalho será desenvolvido a Nível Grupal, através de Serviço Social de Grupo, com atividades planejadas pelo próprio grupo, do qual poderão participar segurados de ambos os sexos, com faixa etária de 56 anos em diante, o que abrangerá muitos funcionários aposentados e pensionistas do IPAJM.

### III — PLANO DE TRABALHO A SER DESENVOLVIDO JUNTO ÀS PENSIONISTAS DO IPAJM

Este trabalho será desenvolvido à nível grupal, com objetivos de auxiliar a clientela, em sua problemática, levando-a atingir por seu próprio esforço, melhores Níveis de Vida e Bem Estar, elevando seu nível de aspiração e o do grupo familiar, visando melhor integração entre viúvas e pensionistas e a ampliação de horizontes. A clientela a ser abrangida será do sexo feminino, até 55 anos.

## IV — CRIAÇÃO DE UMA ÁREA DE LAZER

Terá por finalidade desenvolver aptidões, proporcionando atividades cultural, recreativa, social e esportiva à crianças, jovens, adultos, idosos, que sejam beneficiários do IPAJM.

**OBSERVAÇÃO: (Todos os programas serão coordenados por Assistentes Sociais).**

## PROJETOS DO IPAJM PARA 1978

Dentro dos objetivos permanentes de aperfeiçoamento do sistema previdenciário estadual, está já estudada a viabilidade dos seguintes projetos:

I — O projeto de aumento das pensões, pretendendo elevar ao nível do salário-mínimo regional as pensões vigentes, cujos valores estão situados abaixo daquele salário.

II — Alteração da Lei Nº 2.562/71, a fim de permitir que a pensão e o pecúlio sejam calculados com base na média das remunerações percebidas nos 06 ou 12 meses últimos, a contar da data do falecimento, de vez que, face ao que dispõe a Lei Estadual Nº 3.128, de 27 de junho/77, o servidor poderá perceber em um único mês, de uma só vez, gratificação de produtividade, de valor superior a muitas vezes o seu salário-base. Na hipótese do falecimento do segurado no mês em que perceba a gratificação, a pensão e o pecúlio por ele deixados, serão excessivamente altos.

III — Visando a evitar distorções em relação à massa de pensionistas, face aos elevados vencimentos de certas classes de contribuintes em relação aos demais segurados, pretende o IPAJM que seja fixado um valor máximo de vencimentos para efeito de contribuição previdenciária e, consequentemente, para o cálculo dos benefícios correspondentes.

IV — A condição de dependente do segurado, para as pessoas de idade compreendida entre 21 e 24 anos, cursando em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido e, vivendo sob a dependência econômica do contribuinte, é assegurada pela maioria das instituições de seguridade social, oficiais ou não.

V — Possivelmente, a implantação da Assistência médico-hospitalar.

VI — Convênio com a Central de Medicamentos.

VII — Convênio com o BNH, INOCOOP-ES e COHAB-ES, objetivando a construção e financiamento imobiliário para os segurados.

### Departamento de Imprensa Oficial

Transformado em autarquia por força da Lei nº .... 2449/69 de 21.10.69, com personalidade jurídica e autonomia técnica, financeira e administrativa própria, vinculado à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, tem por finalidade divulgar os atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado e outras matérias, de interesse de firmas e particulares, bem assim, confeccionar todos os impressos utilizados pelas repartições públicas estaduais.

Durante o exercício de 1977, o DIO realizou, com eficiências, todas as tarefas decorrentes de seu tipo de organização, como sejam publicações de atos, confecção de impressos, blocos de arrecadação destinados à fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda, atendendo, com rapidez todas as encomendas destinadas à EMFORMA — Empresa Fornecedora de Materiais —, não existindo, nas oficinas, matéria alguma pendente de publicação.

Dispõe, o DIO, em seu edifício-sede, integrante de seu patrimônio, de instalações modernas e condignas, maquinaria moderna e em perfeito funcionamento, proporcionando aos seus servidores, um ambiente salutar de trabalho.

A Inspetoria e Segurança do Trabalho, criada por determinação do Ministério da Previdência Social, através da Portaria nº 3.237, atendeu, dentro das normas de segurança, todas as exigências de suas atribuições, orientando e precavendo os servidores, não tendo havido, durante o exercício, o registro de qualquer acidente de trabalho.

Funcionou, também, com eficiência, o Serviço de Medicina e Higiene do Trabalho, mantido pelo DIO, sob a supervisão de um médico especializado, que, durante o exercício, prestou relevantes serviços, atendendo aos servidores enfermos e seus dependentes.

Esses dois serviços, estão devidamente aparelhados, contando com extintores de incêndio dentro dos padrões recomendados e de uma enfermaria moderna, com aparelhagem e medicamentos, custeados pelo Departamento, com recursos próprios.

Com essa providência, a Direção do DIO, muito tem contribuido para a saúde e bem estar de seus servidores e de seus familiares.

Continuam funcionando com regularidade a Cantina mantida às expensas da Autarquia, na qual é fornecida, gratuitamente, ligeira refeição aos servidores, nos horários diurno e noturno, bem como o restaurante que, a preços módicos, lhes proporciona alimentação farta e sadia.

Todos os materiais adquiridos para o funcionamento do Departamento, inclusive matérias prima e mão de obras, foram pagos com a sua receita própria, já que o DIO não recebe qualquer subvenção do Governo do Estado.

Os setores integrantes do organograma do DIO, funcionaram normalmente, dentro de suas tarefas, apresentando o seguinte resultado:

Supervisionados pela Seção competente, os serviços referentes a publicações, assinaturas e vendas avulsas de Diário Oficial e extração de contas apresentou a seguinte movimentação:

| | |
|---|---|
| Contas a débito . . . . . | 5.396 |
| Contas c/pagamento à vista. . . . . | 10.557 |

Foram confeccionadas 224 edições do Diário Oficial com 9.104 páginas, num total de 553.476 exemplares, assim discriminados:

Poder Executivo e Poder Judiciário

| | |
|---|---|
| 05 edições de 16 págnias . . . . . | 80 pag. |
| 108 edições de 32 páginas . . . . . | 3456 pag. |
| 100 edições de 48 páginas . . . . . | 4800 pag. |
| 08 edições de 64 páginas . . . . . | 512 pag. |
| 02 edições de 80 páginas . . . . . | 160 pag. |
| 01 edição de 96 páginas . . . . . | 96 pag. |
| Total . . . . . | 9104 pag. |

Poder Legislativo

| | |
|---|---|
| 42 edições de 16 páginas . . . . . | 672 pag. |
| 01 edição de 24 páginas . . . . . | 24 pag. |
| 15 edições de 32 páginas . . . . . | 480 pag. |
| 02 edições de 64 páginas . . . . . | 128 pag. |
| 01 edição de 138 páginas . . . . . | 138 pag. |
| 01 edição de 211 páginas . . . . . | 211 pag. |
| **01 edição de 254 páginas** . . . . . | 254 pag. |
| Total . . . . . | 1907 pag. |

**RESUMO**

| | |
|---|---|
| Edições . . . . . | 287 |
| Páginas . . . . . | 10.011 |
| Exemplares . . . . . | 704.194 |

ASSINATURAS:

| | |
|---|---|
| Particulares . . . . . | 572 |
| Repartições Públicas em Geral . . . | 1.400 |
| Total . . . . . | 1.972 |

Para confecção do Diário Oficial dos três Poderes, foram computadas pelos linotipistas, diuturnamente, 1.484.462 (um milhão, quatrocentas e oitenta e quatro mil, quatrocentas e sessenta e duas) linhas nas máquinas destinadas a tal fim.

SETOR DE VENDAS:

Pelo Setor de Vendas Avulsas, foram atendidas, contra pagamento à vista, ao público, as seguintes obras:

282 — Coletâneas de Leis Estaduais de 1967/1976;
130 — Estatutos dos Funcionários Públicos;
32 — Ementários de Decretos Normativos;
94 — Códigos de Organização e Divisão Judiciárais;
91 — Lei Orgânica dos Municípios;
25 — Códigos Financeiros Estaduais (Lei nº.... 2583/71)
7 — Ementários de Leis Estaduais de 1967/1970;
11.027 — Exemplares do Diário Oficial.

**SERVIÇO DE OBRAS GRÁFICAS:**

Além da confecção e tiragem do Diário Oficial, foram executados pelas oficinas gráficas do DIO, os seguintes serviços:

| | | Cr$ |
|---|---|---|
| 2.773.200 | — Folhas timbradas ..... | 535.590,00 |
| 2.375.420 | — Fichas, cartões, capas, e certificados . . . . . | 1.024.717,00 |
| 183.868 | — Blocos . . . . . | 1.543.811,60 |
| 89.111 | — Livretos . . . . . | 558.780,00 |
| 2.179 | — Encadernações diversas ... | 102.543,50 |
| 20.900 | — Envelopes Timbrados .... | 9.163,00 |

**SERVIÇO DE CONTABILIDADE**

A escrituração contábil do DIO, encontra-se rigorosamente em dia, controlada através de fichas escrituradas mecânicamente pelo sistema RUF-RS-3 cuja fiscalização foi efetuada, durante o exercício de 1977, pelos inspetores do Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Está demonstrado, no quadro abaixo, o comportamento da Receita e Despesa do Departamento, durante os exercícios de 1971 e 1977:

| Exercícios | DISCRIMINAÇÃO | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Receita | | Despesa | |
| | Arrecadada | A Arrecadar (Dívida Ativa) | Pagas | A Pagar |
| 1971 | 2.458.604,59 | 893.467,65 | 2.536.299,53 | — |
| 1972 | 3.058.307,05 | 956.580,67 | 3.138.813,00 | — |
| 1973 | 5.636.920,07 | 1.735.077,00 | 5.315.783,37 | — |
| 1974 | 4.303.368,64 | 1.319.433,90 | 4.548.253,40 | — |
| 1975 | 9.746.301,60 | 2.626.200,00 | 9.338.521,64 | 634.285,30 |
| 1976 | 11.998.237,08 | 4.860.556,62 | 13.707.506,80 | 389.336,14 |
| 1977 | 19.387.299,00 | 9.203.641,10 | 17.711.594,04 | 399.369,84 |
| Totais | 56.589.038,03 | 21.589.966,94 | 56.296.771,78 | 1.422.990,38 |

| | | |
|---|---|---|
| Superavit Orçamentário 1977 . . . . . | Cr$ | 1.276.335,62 |
| Superavit Econômico 1977 . . . . . | | 8.923.870,14 |

**SERVIÇO DE TESOURARIA:**

Efetuando recebimentos, realizando pagamentos, tendo sob sua guarda os valores do DIO, apresentando diariamente à Direção, o movimento diário, através de formulários próprios, teve a sua escrituração rigorosamente em dia, foi devidamente fiscalizada por uma Comissão de Auditoria de Caixa, instituida pela atual direção do Departamento, fiscalização essa ratificada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado, que, em termos lavrados atestam a lisura de sua movimentação interna e bancária.

**CONSELHO DELIBERATIVO**

O Conselho Deliberativo da Imprensa Oficial, órgão de deliberação superior do DIO, funcionou normalmente, em reuniões semanais, relatando processos, apreciando Balancetes Financeiros Mensais, contribuindo de forma positiva para o bom andamento dos serviços do Departamento.

**PATRIMÔNIO DO DIO:**

O patrimônio do DIO, todo protegido contra incêndio na Seguradora do Espírito Santo — SEGES, de acordo com o levantamento feito em 31.12.77, apresenta-se assim:

| | | |
|---|---|---|
| Móveis . . . . . | Cr$ | 2.049.959,52 |
| Imóveis . . . . . | | 644.579,20 |

**Empresa de Fornecimento de Material**

A EMFORMA, criada pela Lei nº 2.478 de 23 de dezembro de 1969 tem o objetivo de adquirir e fornecer materiais de consumo e permanente necessário ao funcionamento dos órgãos da administração centralizada e optativamente da descentralizada, sendo por conseguinte um órgão que atua diretamente no mercado, nos mesmos moldes das empresas privadas.

A política financeira governamental é que dita as diretrizes da comercialização. Face às dificuldades de crédito reinantes, aliadas à inflação, os prazos concedidos pelas indústrias e comércio em geral para pagamento de fornecimentos se têm reduzido sensivelmente. A tendência atual é de operar-se o fornecimento com pagamento à vista.

Apesar das dificuldades que enfrentou, oriundas, principalmente, dos exígnus prazos de validade dos preços oferecidos como também dos de pagamento e, ainda, a demora da expedição da nota de empenho, a EMFORMA apresentou excelente resultado econômico, pois seus fornecimentos superaram o do ano de 1976 em 225% (duzentos e vinte e cinco por cento).

A exposição que se segue permite apreciar, mais detalhadamente, o desempenho do órgão no decorrer de 1977.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Emforma, instituido pela Lei nº 2.478 de 23 de dezembro de 1969, sempre teve atuação destacada no assessoramento ao Superintendente.

No ano de 1977 foram examinados pelo Conselho de Administração, 355 (trezentos e cinquenta e cinco) processos que contam quase toda a movimentação de compras da Empresa. Existem compras cujo limite não atinge o mínimo legal para realização de licitação e, desta maneira, são feitas diretamente pela Divisão de Suprimento, sem julgamento do colegiado.

O Conselho examina a partir de certo limite todo e qualquer processo que implica em despesa pelo Estado e para isso conta com representantes da Secretaria de Estado da Fazenda, do Planejamento, e da Administração que são, pela reforma administrativa recentemente implantada no Estado, as secretarias normativas.

O Conselho é, pois de extrema importância para a Administração da Emforma, porque é um órgão que participa decisivamente da parte executiva da Empresa.

Até 31 de dezembro findo, devidamente contabilizados, eram estes os débitos dos órgãos estaduais para com a EMFORMA:

Casa Civil — 127.177,34
Secretaria de Estado da Justiça — 122.046,44
Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social — 197.107,07
Secretaria de Estado do Planejamento — 92.189,10
Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio — 43.647,22
Secretaria de Estado da Educação — 4.983.605,00
Secretaria de Estado da Agricultura — 38.621,63
Secretaria de Estado da Saúde — 287.819,87
Secretaria de Estado da Fazenda — 466.301,86
Secretaria de Estado da Comunicação Social — 94.959,41
Secretaria de Estado da Segurança Pública — 483.951,56
Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos — 196.850,68
Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes — 11.418,40

TOTAL DOS DÉBITOS — 7.145.695,58

No quadro seguinte se alinham as parcelas representativas dos créditos dos fornecedores de material à EMFORMA:

| Mês | Importância Cr$ |
|---|---|
| Julho | 478.140,00 |
| Agosto | 614.312,92 |
| Setembro | 1.289.510,43 |
| Outubro | 1.326.061,49 |
| Novembro | 1.597.940,40 |
| Dezembro | 867.274,38 |
| TOTAL GERAL | 6.173.239,62 |

A parte de execução, no tocante a compra e venda, está entregue à Divisão de Suprimento, responsável pela emissão de todos os processos de licitação levados a efeito pela Emforma.

No ano de 1977 promoveu a realização de 246 (duzentas e quarenta e seis) Cartas-Convite, e 02 (duas) Tomadas de Preço. Emitiu 1.735 (mil setecentos e trinta e cinco) Vales de Mercadorias e 1.694 (mil seiscentos e noventa e quatro) faturas e ainda 1.039 (mil e trinta e nove) Ordens de Fornecimento, e 98 (noventa e oito) Memorandos.

A Divisão fechou o ano de 1977 com Cr$ 2.559.455,24 (dois milhões e quinhentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco cruzeiros e vinte e quatro centavos) de estoque de mercadorias.

## FATURAMENTO

O Total dos fornecimentos de 1.977 obedeceu ao seguinte Quadro:

### ÓRGÃOS CENTRALIZADOS

| Repartição | Importância |
|---|---|
| Secretaria de Estado da Educação | 18 378 101,08 |
| Secretaria de Estado da Saúde | 898.733,10 |
| Casa Civil | 331.782,91 |
| Casa Militar | 40.695,56 |
| Secretaria de Estado do Planejamento | 197.696,48 |
| Secretaria de Estado da Ind. e do Comércio | 222.765,61 |
| Secretaria de Estado da C.B. Bem Estar Social | 1 447.724,90 |
| Secretaria de Estado da Fazenda | 1.600.722,88 |
| Secretaria de Estado da Agricultura | 259.779,48 |
| Secretaria de Estado de Segurança Pública | 991.292,51 |
| Secretaria de Estado de Adm. e dos Recursos Humanos | 334.194,95 |
| Departamento de Transportes | 91.823,38 |
| Secretaria de Estado da Justiça | 391.741,51 |
| Secretaria Extraordinária da Comunicação Social | 12.042,70 |
| Departamento de Patrimônio | 8.147,42 |
| Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes | 46.931,93 |

TOTAL: **CENTRALIZADOS:** — 25.254.176,40

### ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS

| Discriminação | Importância |
|---|---|
| Instituto Prev. e Assistência J. Monteiro | 41.137,04 |
| Departamento de Edificações e Obras | 8.438,62 |
| Assembléia Legislativa | 38.438,60 |
| Detran | 6.246,00 |
| Junta Comercial | 62.662,40 |
| Suppin | 2.172,00 |
| Tribunal de Contas | 89.860,96 |
| Polícia Militar | 415,00 |
| Fesbem | 2.039,40 |
| Fundação Cultural | 23.044,50 |
| Corregedoria Geral da Justiça | 10.734,33 |
| Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo | 108.306,22 |
| Emcatur | 10.981,30 |
| Fundação Jones dos Santos Neves | 42.638,12 |
| Departamento de Imprensa Oficial | 42.015,40 |
| Juizado de Direito | 12.794,72 |
| Escola de Música | 9.012,00 |
| Tribunal de Justiça | 6.296,65 |
| Emforma | 24.741,62 |

**TOTAL — DESCENTRALIZADOS** — 541.884,88
**TOTAL GERAL:** — 25.796.061,28

## RELAÇÃO DO FATURAMENTO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1977

| | Cr$ |
|---|---|
| Janeiro | 3.107.455,62 |
| Fevereiro | 980.080,01 |
| Março | 5.390.121,23 |
| Abril | 1.599.752,65 |
| Maio | 881.111,10 |
| Junho | 1.379.136,93 |
| | 13.337.657,54 |
| Julho | 1.202.154,99 |
| Agosto | 1.144.970,09 |
| Setembro | 1.550.281,21 |
| Outubro | 1.865.753,68 |
| Novembro | 6.004.139,17 |
| Dezembro | 691.104,60 |
| | 12.458.403,74 |
| TOTAL GERAL | 25.796.061,28 |

(Vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e seis mil, sessenta e um cruzeiros e vinte e oito centavos).

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

A Comissão Permanente de Licitações é composta por quatro servidores do quadro da Empresa. Ela tem a incumbência de guarda, abertura e julgamento de todas as propostas encaminhadas pelas diversas firmas quando da realização de licitações.

No ano de 1977 a Comissão reuniu-se quase que diariamente, tendo examinado 246 (duzentos e quarenta e seis) processos de Carta-Convite, e 02 (duas) Tomadas de Preço

A Comissão, após examinar o processo dá o seu parecer que é submetido ao Conselho de Administração, que, por sua vez, tem o poder de confirmá-la ou modificá-la em parte ou no seu todo.

É um colegiado que presta grande colaboração ao Conselho de Administração pois, saneia todo o processo da licitação, enviando-o ao Conselho em condições de ser examinado em caráter definitivo.

## DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

Os trabalhos do Departamento de transportes, relativos ao exercício de 1977, serão apresentados de forma sucinta, através de Quadros numéricos, com o objetivo de facilitar o exame estatístico dos elementos e um mais rápido conhecimento dos dados levantados, conforme veremos a seguir.

**Demonstrativo da Despesa de cada veículo do "Núcleo Transportes"no Exercício de 1977**

| Placa | Espécie | Marca | Aid | Fabricação | Cr$ Combustível | Cr$ Oficina-DT | Despesa Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| REP- 015 | Opala | | | 1976 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1511 | Dodge | Dart | | 1976 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1504 | Dodge | Dart | | 1976 | 305,54 | 55,00 | 305,52 |
| AA-1477 | Opala | | | 1974 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1440 | Passat | | | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1441 | Passat | | | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1148 | Volks | | | 1968 | — | 55,00 | 55,00 |
| DV-0044 | Opala | | | 1974 | 234,00 | — | 234,00 |
| REP- 022 | Dodge | Dart | | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1156 | Pick-Up | | | 1971 | 271,68 | | 271,68 |
| AA-1157 | Volks | | | 1972 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1266 | Volks | | | 1972 | — | 55,00 | 55,00 |
| — | 173 | | | — | 335.830,54 | 416.320,98 | 812.221,00 |
| AA-1284 | Volks | | | 1973 | 10.405,66 | 4.202,79 | 14.608,45 |
| AA-1054 | Volks | | | — | 718,82 | 3.435,92 | 4.154,74 |
| AA-3361 | Volks | | | 1973 | — | 727,35 | 727,35 |
| AA-3557 | Volks | | | 1973 | 960,88 | 786,01 | 1.745,89 |
| AA-4047 | Volks | | | 1973 | — | 285,40 | 285,40 |
| AA-1267 | Volks | | | 1973 | 2.365,88 | 4.685,85 | 7.051,73 |
| AA-1270 | Kombi | | | 1973 | — | 4.300,10 | 4.300,10 |
| AA-1108 | Volks | | | 1972 | — | 8.349,94 | 8.349,95 |
| AA-1116 | Volks | | | 1972 | 4.494,04 | 3.923,25 | 8.417,29 |
| AA-1301 | Volks | | | 1973 | 9.595,52 | 3.923,25 | 13.518,77 |
| AA-1302 | Volks | | | 1974 | — | 5.401,97 | 5.401,97 |
| AA-1303 | Variant | | | 1974 | 12.485,20 | 7.268,33 | 19.753,53 |
| AA-1142 | Dodginho | | | 1975 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1188 | Volks | | | 1972 | — | 318,50 | 318,50 |
| AA-1220 | Volks | | | — | — | 867,91 | 867,91 |
| AA-1229 | Volks | | | — | — | 30,00 | 30,00 |
| AA-1241 | Volks | | | — | — | 85,00 | 85,00 |
| AA-1251 | Opala | | | — | — | 1.909,70 | 1.909,70 |
| AA-1261 | Variant | | | 1973 | 3.526,18 | 5.005,99 | 8.532,17 |
| AA-1309 | Volks | | | 1970 | 3.553,87 | 5.458,89 | 10.012,75 |
| AA-1363 | Volks | | | — | 3.169,60 | 533,75 | 3.703,35 |
| AA-1311 | Volks | | | 1973 | 12.093,48 | 4.675,35 | 16.768,83 |
| AA-1366 | Kombi | | | — | 7.194,32 | 3.979,37 | 11.173,69 |
| AA-1322 | — | | | 1976 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1347 | Variant | | | 1973 | 1.726,30 | 2.052,40 | 3.778,70 |
| AA-1348 | Kombi | | | — | — | 6,30 | 6,30 |
| AA-1083 | Volks | | | 1974 | — | 55,00 | 55,00 |

**Demonstrativo da Despesa de cada veículo do "Núcleo Transportes" no Exercício de 1977**

| Placa | Espécie Marca | Aid Fabricação | Cr$ Combustível | Cr$ Oficina-DT | Cr$ Despesa Total |
|---|---|---|---|---|---|
| AA-1086 | Volks | 1974 | — | 55.00 | 55.00 |
| AA-1088 | Volks | 1974 | — | 55.00 | 55.00 |
| AA-1121 | Brasilia | 1975 | — | 55.00 | 55.00 |
| AA-1122 | Volks | 1975 | — | 55.00 | 55.00 |
| AA-1126 | Volks | 1975 | — | 55,00 | 55.00 |
| AA-1171 | Pick-Up | 1971 | — | 55,00 | 55.00 |
| AA-1128 | Volks | 1971 | — | 55,00 | 55,00 |
| REP- 011 | Opala Chevrolet | 1976 | — | 9.015,60 | 9.015,60 |
| CP-0628 | Jeep | 1972 | 4.907,22 | 268.50 | 5.175,72 |
| 0664 | Opala | 1972 | — | 299,00 | 299,00 |
| Ordem- 649 | Dodge Dart | — | — | 220,00 | 220.00 |
| AA-0741 | Volks | 1972 | 1.228,22 | 9.055,57 | 10.283,79 |
| AA-0742 | Volks | — | — | 248,25 | 248.25 |
| AA-1426 | Brasilia | 1977 | — | 68,00 | 68,00 |
| AA-1508 | Volks | 1975 | — | 167,00 | 167.00 |
| AA-1578 | Volks | 1974 | 4.470,15 | 8.115,34 | 12.585,49 |
| AA-1865 | Chevrolet | — | 3,40 | — | 3,40 |
| AA-2151 | Volks | 1973 | — | 3.327,35 | 3.327,35 |
| AA-2457 | Volks | 1973 | — | 2.295,11 | 2.295,11 |
| AA-1129 | Volks | — | 4.494,04 | 5.525,55 | 10.019,59 |
| AA-1149 | Volks | 1972 | 11.878,00 | 5.180,17 | 17.058,17 |
| AA-2000 | T.L. | — | — | 363,86 | 383,85 |
| AA-1975 | Opala | 1975 | — | 2.673,10 | 2.673,10 |
| AA-2601 | Volks | 1973 | — | 742,20 | 742,20 |
| AA-1286 | Volks | 1971 | 5.054,74 | 12.025,65 | 17.980,39 |
| AA-1105 | Rural | 1971 | 3.933,70 | 1.017,95 | 4.951,65 |
| AA-1284 | Volks | 1974 | 5.774,25 | 7.097,31 | 12.871,56 |
| AA-1628 | Jeep | 1972 | — | 1,19 | 1,19 |
| AA-1279 | Volks | 1959 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1281 | Brasilia | 1974 | — | 3.335,73 | 3.335,73 |
| AA-1282 | Volks | 1972 | 5.940,12 | 9.919,70 | 15.859,82 |
| AA-1287 | Volks | 1971 | 401,85 | 5.514,04 | 5.915,90 |
| AA-1283 | Volks | 1971 | — | 168,05 | 168,05 |
| AA-1293 | Kombi | — | — | 750,45 | 750,45 |
| AA-1300 | Volks | 1974 | 8.975,24 | 6.013,10 | 14.988,34 |
| AA-1145 | Pick-Up | 1976 | 6.457,12 | 2.070,90 | 8.528,02 |
| AA-1098 | Volks | 1972 | — | 1.410,57 | 1.410,57 |
| AA-1629 | Volks | — | — | 4.174,74 | 4.174,74 |
| AA-1435 | Volks | — | — | 3.502,36 | 3.502,36 |
| AA-1148 | Volks | — | 6.571,33 | 7.063,05 | 13.634,38 |
| AA-1165 | Corcel | — | — | 1.169,06 | 1.169,06 |
| AA-1109 | Chevrolet | 1970 | 18.383,18 | 18.139,82 | 36.523,00 |
| AA-1170 | Volks | 1970 | 4.394,65 | 4.252,64 | 8.647,29 |
| AA-1179 | Volks | 1972 | 5.993,94 | 5.769,34 | 11.763,28 |
| AA-1172 | Volks | 1974 | — | 556,71 | 556,71 |
| AA-1180 | Volks | 1972 | — | 6.203,39 | 6.203,39 |
| AA-1183 | Brasilia | 1974 | — | 100,14 | 100,14 |
| AA-1181 | Kombi | — | 7.065,85 | 10.345,95 | 17.411,80 |
| AA-1062 | Volks | 1974 | — | 973,75 | 973,75 |
| AA-1071 | Volks | 1974 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1079 | Volks | 1974 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1263 | Volks | 1972 | 5.692,23 | 6.899,18 | 12.591,41 |
| AA-1262 | Volks | 1971 | 6.401,70 | 6.851,46 | 12.253,16 |
| AA-1306 | Kombi | 1974 | 7.184,29 | 6.855,44 | 14.139,73 |
| AA-1147 | Volks | 1971 | 4.507,26 | 5.220,56 | 9.727,82 |
| AA-1359 | Kombi | 1970 | 10.563,79 | 10.717,78 | 21.281,57 |
| AA-1378 | Kombi | 1970 | 6.998,93 | 3.887,52 | 10.886,45 |
| AA-1372 | Kombi | 1974 | 9.389,46 | 5.244,56 | 14.634,02 |
| AA-1383 | Kombi | 1973 | 14.139,99 | 5.550,91 | 19.690,90 |
| AA-1385 | Kombi | 1972 | 3.829,20 | 3.887,66 | 7.716,86 |
| AA-1349 | Kombi | 1971 | 13.657,73 | 7.270,44 | 20.928,17 |
| AA-1283 | Volks | 1971 | — | 3.731,74 | 3.731,74 |
| AA-1381 | Kombi | 1973 | 12.431,59 | 11.346,71 | 23.778,30 |

**Demonstrativo da Despesa de cada veículo do "Núcleo de Transporte" no Exercício de 1977**

| Placa | Espécie Marca | Ald Fabricação | Cr$ Combustível | Cr$ Oficina-DT | Cr$ Despesa Total |
|---|---|---|---|---|---|
| AA-1424 | Volks | 1972 | 7.914,17 | 5.784,54 | 13.698,71 |
| AA-1367 | Kombi | 1973 | 12.585,70 | 3.942,14 | 16.527,84 |
| AA-2679 | T. L. | | — | 566,85 | 566,85 |
| AA-2741 | Volks | 1973 | — | 1.086,77 | 1.086,77 |
| EH-3357 | Volks | | — | 1.175,43 | 1.175,43 |
| AA-1265 | Volks | | 141,50 | 13,08 | 154,58 |
| EH-9235 | Opala | 1975 | — | 869,20 | 869,20 |
| AA-9501 | Corcel | | 3.401,66 | 6.577,00 | 9.978,66 |
| AA-1065 | Volks | | 6.690,12 | 3.514,70 | 10.204,82 |
| AA-1069 | Volks | | — | 30,00 | 30,00 |
| AA-1090 | Volks | 1974 | — | 345,10 | 345,10 |
| AA-1094 | Volks | | — | 6,00 | 6,00 |
| AA-1090 | Volks | 1972 | — | 441,40 | 441,40 |
| AA-1099 | Volks | | 2.252,68 | 575,46 | 2.828,14 |
| AA-1334 | Jeep | 1972 | — | 110,00 | 110,00 |
| AA-1444 | Kombi | 1977 | 117,00 | 170,56 | 287,56 |
| AA-1352 | Pick-Up | 1968 | — | 1.175,73 | 1.175,73 |
| AA-1349 | Volks | 1971 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1346 | Volks | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1344 | Volks | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1345 | Volks | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1343 | Volks | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1342 | Volks | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1341 | Volks | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1331 | Volks | 1976 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1330 | Volks | 1976 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1355 | Kombi | 1972 | 16.296,48 | 3.789,40 | 20.085,88 |
| AA-1365 | Kombi | — | 1.652,72 | 1.646,40 | 3.299,12 |
| AA-1389 | Kombi | 1974 | — | 133,00 | 133,00 |
| AA-1395 | Maverick | 1974 | 4.452,81 | 1.377,56 | 5.830,37 |
| AA-1370 | Kombi | 1974 | 9.532,61 | 3.445,60 | 12.978,81 |
| AA-1373 | Kombi | 1974 | 3.810,11 | 2.233,71 | 6.043,82 |
| AA-1356 | Kombi | 1972 | 9.366,97 | 8.032,97 | 6.399,94 |
| AA-1360 | Kombi | 1970 | 4.659,41 | 9.289,40 | 13.948,81 |
| AA-1302 | Kombi | 1974 | — | 3.060,88 | 3.060,88 |
| AA-1362 | Kombi | 1969 | 6.523,14 | 7.651,96 | 14.175,10 |
| AA-1511 | Dodge Dart | 1976 | 204,16 | 71,12 | 275,28 |
| AA-1314 | Jeep | 1972 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1504 | Dodge Dart | 1976 | — | 10,15 | 10,15 |
| AA-1380 | Kombi | 1973 | 11.137,24 | 15.717,79 | 28.855,03 |
| AA-1357 | Kombi | 1972 | 9.322,24 | 7.117,21 | 16.439,45 |
| AA-1387 | Kombi | 1973 | 10.068,15 | 4.221,62 | 14.289,77 |
| AA-1377 | Kombi | 1971 | — | 4.046,35 | 4.046,35 |
| AA-1172 | Volks | 1974 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1072 | Volks | 1972 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-3131 | Volks | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1033 | Volks | 1974 | 28,30 | 55,00 | 83,30 |
| AA-1288 | Volks | 1971 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1146 | Volks | 1976 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1421 | Corcel | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1157 | Volks | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1176 | Chevrolet | 1970 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1486 | Opala | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1501 | Brasilia | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-3361 | Volks | 1973 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1487 | Chevet | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-4105 | Volks | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-0249 | Brasilia | 1975 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1450 | Brasilia | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1429 | Volks | 1977 | — | 145,00 | 145,00 |
| AA-1271 | Kombi | 1974 | — | 666,14 | 666,14 |
| AA-1391 | Volks | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1394 | — | — | 560,34 | 55,00 | 615,34 |
| AA-1396 | — | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1397 | — | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1399 | — | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1400 | — | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1407 | — | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |

**Demonstrativo da Despesa de cada veículo do "Núcleo Transportes" no Exercício de 1977**

| Placa | Espécie Marca | Ano Fabricação | Cr$ Combustível | Cr$ Oficina-DT | Cr$ Despesa Total |
|---|---|---|---|---|---|
| AA-1412 | — | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1428 | Volks | 1977 | — | 171,00 | 171,00 |
| AA-1430 | Volks | 1977 | — | 238,00 | 238,00 |
| AA-1431 | Volks | 1977 | — | 435,00 | 435,00 |
| AA-1432 | Volks | 1977 | — | 98,00 | 98,00 |
| AA-1433 | Volks | 1977 | — | 153,00 | 153,00 |
| AA-1434 | Volks | 1977 | — | 101,00 | 101,00 |
| AA-1436 | Volks | 1977 | — | 81,00 | 81,00 |
| AA-1145 | Pick-Up | 1976 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1437 | Volks | 1977 | — | 110,00 | 110,00 |
| AA-1445 | Kombi | 1977 | 117,00 | 112,00 | 229,00 |
| AA-1505 | Volks | 1975 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1503 | Dodge Dart | 1976 | 333,94 | 1.058,45 | 1.402,39 |
| AA-1510 | Dodge Dart | 1976 | 252,84 | 26,27 | 279,11 |
| AA-1513 | — | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1638 | Opala | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1830 | — | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1502 | Dodge Dart | 1976 | 292,50 | 55,00 | 347,50 |
| AA-1509 | Dodge Dart | 1976 | 292,50 | 77,55 | 370,05 |
| AA- 004 | — | — | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1371 | Variant | 1974 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1446 | Kombi | 1977 | — | 22,00 | 22,00 |
| AA-1448 | Kombi | 1977 | — | 55,00 | 55,00 |
| AA-1141 | Volks | 1972 | — | 55,00 | 55,00 |
| REP- 004 | Dodge Dart | — | — | 55,00 | 55,00 |

LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

| | |
|---|---|
| Gabinete do Governador | 05 |
| Chefe do Gabinete | 01 |
| Chefe do Cerimonial | 01 |
| Vice Governadoria do Estado | 02 |
| Casa Civil | 03 |
| Adm. do Palácio e das Res. Oficiais | 02 |
| Casa Militar | 05 |
| Sec. Extraordinária de Exerc. e dos Projetos Especiais | 01 |
| Sec. Extraordinária da Comunicação Social | 02 |
| Secretaria de Estado do Planejamento | 02 |
| Sec. de Estado da Adm. e dos Recursos Humanos | 02 |
| Departamento de Patrimônio | 02 |
| Departamento de Transportes | 52 |
| ENFORMA | 01 |
| Sec. de Estado da Segurança Pública | 03 |
| Superintendência de Polícia Civil | 44 |
| Sec. de Estado da Cultura e do Bem Estar Social | 04 |
| Secretaria de Estado da Fazenda (Gabinete) | 01 |
| Secretaria de Estado da Fazenda (CAT) | 50 |
| Sec. de Estado do Interior e dos Transportes | 03 |
| Secretaria de Estado da Saúde | 10 |
| Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio | 03 |
| Secretaria de Estado da Educação | 04 |
| Secretaria de Estado da Agricultura | 03 |
| Secretaria de Estado da Justiça (Gabinete) | 02 |
| Procuradoria Geral da Justiça | 01 |
| Procuradoria Geral do Estado | 01 |
| Corregedoria do Ministério Público | 01 |
| Manicômio Judiciário | 01 |
| Instituto de Readaptação Social | 02 |
| Colônia Penal Agrícola | 01 |
| | 214 |

LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

| | |
|---|---|
| DETRAN-ES | 52 |
| C E A S A - E S | 01 |
| D.E.R. | 121 |
| D.E.O. | 07 |
| D.I.O. | 04 |
| Dept. de Aerof. e Fotointerpretação | 09 |
| F E S B E M | 14 |
| Fundação Hospitalar-ES | 27 |
| Fundação Cultural-ES | 08 |
| F A F A B - E S | 04 |
| A. P. V. | 60 |
| Corpo de Bombeiros | 17 |
| Jerônimo Monteiro | 03 |
| Cristo Rei | 01 |
| C O M D U S A | 04 |
| C E R M A G | 27 |
| C E S A N | 55 |
| E M E S P E | 13 |
| E M A T E R | 165 |
| E M C A P A | 34 |
| E M C A T U R | 03 |
| Escola de Aprend. Marinheiros | 01 |
| Escola Superior de Agronomia | 03 |
| Polícia Militar-ES | 99 |
| Junta Comercial-ES | 01 |
| S U P P I N | 02 |
| Instituto Estadual de Floresta | 00 |
| C E P A - E S | 01 |
| | 745 |

Total 745 Veículos

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

| CADASTRADOS- | Sedan 1 300 | Sedan 1 500 | Opala Chevrolet | Opala Patrulheiro | Corcel Ford | Landau LTD | Maverarick | Veraneio | Brasilia | Dodge Dart | Doginho | Variant | Passat | TL Policial | Kombi Volksw. | Pick-up Chevrol. | Pick-up Volkswa. | Pick-up Ford | Caminhão Chevro. | Jeep Ford | Rural Ford | Caminhão Merced. | Furgão Patrolhe. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GABINETE DO GOVERNADOR | | | 2 | | | 3 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CHEFE DE GABINETE | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CHEFE DO CERIMONIAL | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | |
| VICE GOVERNADORIA | 1 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CASA CIVIL | | | 3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ADM.DO PALÁCIO E DAS RESIDÊNCIAS OFICIAIS | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | | | | | |
| CASA MILITAR | 4 | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SEC.EXTRAORD.DE EXERC.PROJ.ESPECIAIS | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SEC.EXTRAORD.DA COMUNICAÇÃO SOCIAL | 1 | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SEC.DE ESTADO DA ADM.E DOS REC.HUMANOS | | | 1 | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | |
| DEPARTAMNETO DE TRANSPORTES | 26 | 1 | 2 | | | | | | | 6 | | 3 | | | 11 | | | 1 | 1 | | 1 | | |
| SEC.DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (GAB) | 2 | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SUPERINTENDENCIA DE POLÍCIA CIVIL | 27 | 3 | 2 | 1 | | | | 4 | 1 | | | | | | 6 | | | | | | | | |
| SEC.DE ESTADO DA CULTURA E DO BEM.E.SOCIAL | 2 | | 1 | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA (GABINETE) | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA (CAT) | 48 | | | | | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | | |
| SEC.DO ESTADO DO INTERIOR E DOS TRANSPORTES | 1 | | 1 | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE | 1 | | 1 | | | | | | | | | 1 | | | 2 | | | | | 1 | 2 | | |
| SECRETARIA DO ESTADO DA IND.E DO COMERCIO | 1 | | | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

| | SEDAN 1300 | SEDAN 1500 | Opala Chevrolet | OPALA PATRULHEIRO | CORCEL FORD | LANDAU LTD | MAVERICK | VERANEIO | BRASILIA | DODGE DART | DOGONHO | VARIANT | PASSAT | TL. POLICIAL | KOMBI VOLKSWAGEN | PICK-UP CHEVROLET | PICK-UP VOLKSWAGEM | PICK-UP FORD | CAMINHÃO CHEVROLET | JEEP FORD | RURAL FORD | CAMINHOÃO MERCEDES | FURGÃO PATRULHEIRO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | | | | | |
| SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | | | |
| SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA(GABINETE) | | | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PROCURADORIA GERAL DO ESTADO | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MANICÔNIO JUDICIÁRIO | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL | 1 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | |
| EMFORMA | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL ..... | 12 | 4 | 6 | 25 | 1 | 1 | 3 | 1 | 4 | 4 | 6 | 1 | 4 | 2 | 23 | 2 | 1 | 3 | 3 | 1 | 2 | | |

TOTAL GERAL..... 214 VEÍCULOS

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEICULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

VENDIDOS 1.977

| | Sedan 1300 | Sedan 1500 | Dodge Dart | Itamaraty | Veraneio | Corcel | Landau LTD | Kombi | Jeep Ford | Rural Ford | Opala Chevrolet | TL.Policial | Pick-up Chevrolet | Pick-up Ford | Caminhão Ford | Aero Willys | Opala Patrulheiro | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SECRETARIA DE EST. DA SEGURANÇA PUBLICA | 6 | 2 | 1 | 1 | 2 | | | 2 | 3 | | | 5 | | | | 1 | | | 23 |
| COORDENAÇÃO DA ADM.TRIBUTÁRIA CAT | 4 | | | | | | | | 5 | 2 | | | | | | | | | 11 |
| SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA (GABINETE) | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| CASA CIVIL | | | 1 | | 1 | | | | | 1 | | | | | | | | | 3 |
| SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE | | | 1 | | | | | | 2 | | | | | | | | | | 3 |
| SECRETARIA DO ESTADO DA AGRICULTURA | | | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | | | | 2 |
| SECRETARIA DO ESTADO DA IND.E COMÉRCIO | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 |
| SECRETARIA DO ESTADO DO INT.E TRANSPORTES | | | 1 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | 2 |
| SECRETARIA DO ESTADO DO PLANEJAMENTO | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| CONSULTORIA GERAL DO ESTADO | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| CASA MILITAR | | | 1 | | | 2 | | | | 1 | | | | | | | | | 4 |
| DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE | 5 | | | | 2 | 5 | | | 1 | | | 2 | | | 1 | | | | 16 |
| PROCURADORIA GERAL DO ESTADO | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| SECRETARIA DO ESTADO DA JUSTIÇA | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| INST. READAPTAÇÃO SOCIAL | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | 1 |
| POLICIA MILITAR DO ESP. SANTO | 1 | | | 1 | | | | | | | | | 1 | 1 | | | | | 4 |
| VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| MANICÔMIO JUDICIÁRIO | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | 1 |
| TOTAL..... | 17 | 2 | 13 | 2 | 4 | 2 | 7 | 4 | 8 | 5 | 3 | 5 | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | | 79 |

79 Veículos -

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

VENDIDOS 1977

| | SEDAN 1 300 | SEDAN 1 500 | KOMBI VOLKSWAGEN | JEEP FORD | RURAL FORD | OPALA CHEVROLET | VERANEIO | PICK-UP CHEVROLET | CAMINHÃO FORD | PICK-UP FORD | TL. | PICK-UP VOLKSW | DOGINHO 1 800 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEPTº DE EDIFICAÇÕES E OBRAS | | | 1 | | | | 1 | | | | | | |
| ENCAPA | 6 | | | | | | | | | 1 | | 1 | |
| EMESPE | 3 | | | 2 | | | | 1 | | 1 | | | |
| COMDUSA | | | | | | 2 | | | | | | | |
| FUNDAÇÃO HOSPITALAR ES | | | 1 | | | | | | | 1 | | | |
| FUNDAÇÃO CULTURAL E.SANTO | | | | | | 1 | | | | | | | |
| EMATER | | | 1 | | | | | | | | | | |
| I.P.A. JERÔNIMO MONTEIRO | | | 1 | | | | | | | | | | 1 |
| DEPTº DE AEROF. E FOTOINTERPRETAÇÃO | | | | 2 | 1 | | | | | | | | |
| FESBEM | | | | | | | | 1 | 1 | | | | |
| DEPTº DE IMPRENSA OFICIAL | | | | | | | 2 | | | | | | |
| TOTAL..... | 9 | - | 4 | 4 | 1 | 3 | 3 | 2 | 1 | 3 | 1 | 1 | 1 |

33 VEÍCULOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

O U T R O S  P O D E R E S

| VENDIDOS 1 977 | T L | LANDAU | DODGE - DART |
|---|---|---|---|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA | 8 | 1 | |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA | | | 1 |
| TRIBUNAL DE CONTAS | | | 1 |
| TOTAL ..... | 8 | 1 | 2 |

11 VEICULOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

RECOLHIDOS 1977

| | SEDAN 1 300 | OPALA CHEVROLET | CAMION. KOMBI | PICK-UP FORD | PICK-UP CHEVROLET | JEEP FORD | RURAL FORD | T L. | MAVERICK | VERANEIO | doginho 1 800 | CAMINHO FORD | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEPTº DE EDIFICAÇÃO E OBRAS | | | 1 | | | | | | 1 | 1 | | | 3 |
| E N C A P A | 6 | | 1 | | | | | | | | | | 7 |
| E M E S P E | 3 | | | 1 | 1 | 2 | | | | | | | 7 |
| C O M D U S A | | 2 | | | | | | | | | | | 2 |
| FUNDAÇÃO CULTURAL ES | | 1 | | | | | | 1 | | | | | 2 |
| I.P.A. JERÔNIMO MONTEIRO | | | 1 | | | | | | | | 2 | | 3 |
| DEPTº DE AEROF. E FOTOINTERDRETAÇÃO | | | | | | 2 | 2 | | | | | | 4 |
| F E S B E M | | | | | 1 | | | | | | | 1 | 2 |
| D.E.R. | | | | | | | | | | 2 | | | |
| TOTAL..... | 9 | 3 | 3 | 1 | 2 | 4 | 2 | 1 | 1 | 3 | 2 | 1 | 32 |

32 VEÍCULOS

CUTROS PODERES

TRIBUNAL DE CONTAS 1

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1

2 (dois) - VEÍCULOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS DO
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RECOLHIDOS 1972

| | Sedan 1 300 | TL. Policial | Opala Chevrolet | Itamaraty | Landau LTD | Dodge Dart | Veraneio | Kombi | Pick-up Ford | Pick-up Chevrolet | Jeep Ford | Rural Ford | Corcel | Opala Patrulheira | Caminhão Ford | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SECRETARIA DE ESTADO DA SEG. PÚBLICA | 7 | 4 | | 1 | | 1 | | 2 | | | 2 | | | 1 | | | | | 18 |
| SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA(GAB.) | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 |
| SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA(CAT) | 4 | | | | | | | | | | 4 | | | | | | | | 8 |
| CASA CIVIL | | | 1 | | | 2 | | | | 1 | | | | | | | | | 4 |
| SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA | | | | | | 1 | 1 | | | | | | | | | | | | 2 |
| SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | 1 |
| CASA MILITAR | | | 1 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 2 |
| SECRETARIA DE ESTADO DO INT. E TRANSPORTES | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| SECRETARIA DO ESTADO DA JUSTIÇA | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 |
| SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO | | | | | | 2 | | | | | | | | | | | | | 2 |
| SECRETARIA EXTRAORD. DA COMUNIC. SOCIAL | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 |
| SEC. DO ESTADO DA CUL. E DO B.ESTAR SOCIAL | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 |
| CONSULTORIA GERAL DO ESTADO | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 |
| DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES | 6 | | | | | | | 6 | 2 | | | 1 | 2 | | | | | | 17 |
| PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| PROCURADORIA GERAL DO ESTADO | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 |
| POLÍCIA MILITAR DO ESP. SANTO | 1 | | | 1 | | | | | 1 | | | | | 1 | | | | | 4 |
| SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE | | | | | | 1 | | | | | | 1 | | | | | | | 2 |
| VICE GOVERNADORIA DO ESTADO | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 |
| MANICÔMIO JUDICIÁRIO | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | 1 |
| TOTAL | 19 | 4 | 3 | 2 | - | 15 | 1 | 9 | 3 | 2 | 6 | 2 | 2 | 1 | 1 | | | | 70 |

70 VEÍCULOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O U T R O S  P O D E R E S

- ADQUIRIDOS 1977 .-

| | DODGE DART | SEDAN 1 300 | OPALA CHEV. | BRASILIA | CORCEL | CHEVETTE | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA | | 14 | 1 | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA | 1 | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TRIBUNAL DE CONTAS | | | 1 | | | 3 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL..... | 1 | 14 | 2 | 2 | 1 | 3 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA..... 17 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....02 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TRIBUNAL DE CONTAS .....04 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

TOTAL .....23 VEículos

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- ADQUIRIDOS 1977 -

| | Sedan 4 300 | Brasília | Caravan | Kombi | Caminhão chev. | Pick-up chev. | Ambulância | Motocicleta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEPTº DE ESTRADAS DE RODAGENS - D.E.R. | | | | 1 | | | | |
| DETRAN - ES | | | | | 1 | | | |
| ADM. DO PORTO DE VITÓRIA | | | 2 | | | 1 | | |
| C E P A - ES | 1 | | | | | | | |
| I.P.A. JERÔNIMO MONTEIRO | | | 1 | | | | | |
| POLÍCIA MILITAR | | | | | 1 | | | |
| CORPO DE BOMBEIROS | 1 | | | | | | | |
| T O T A L ... 16 VEÍCULOS | | | | | | | | |

| QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO<br><br>-ADQUIRIDOS 1.977- | Sedan 1.300 | Opala Chevrolet | Corcel | Kombi Volkswagen | Brasília | Passat | Landau LTD | Pick-Up Chev. | Caminhão Cnev. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GABINETE DO GOVERNADOR | | | | | | | 1 | | |
| CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR | | | 1 | | | | | | |
| SEC. DE ESTADO DA JUSTIÇA | | 1 | | | | | | | |
| SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO | | | | | | | | 1 | 1 |
| VICE GOVERNADORIA | 1 | | | | | | | | |
| SECRETARIA DO ESTADO DA IND. E COMÉRCIO | | 1 | | | | | | | |
| SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA (CAT) | 22 | | | | | 2 | | | |
| DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES | 9 | | | | 3 | 1 | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| T O T A L..... | 32 | 2 | 1 | 3 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 |

T O T A L.....44 VEÍCULOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

| CADASTRADOS - | MOTOCICLETA | TRATOR | SEDAN 1 300 | SEDAN 1 500 | OPALA CHEVROLET | ITAMARATY | MAVERICK | DODGE DART | DOGINHO | CORCEL FORD | VERANEIO | VARIANT | BRASILIA | JEEP FORD | RURAL FORD | KOMBI | PICK-UP CHEVROLET | PICK-UP VOLKSWAGEN | PICK-UP FORD | PICK-UP DODGE | AMBULANCIA | CARRO FUNEBRE | CAMINHO CHEVROLET | CAMINHO FORD | CAMINHÃO MERCEDES | CAMINHÃO ALFA ROMEL | CAMINHÃO CHOQUE | CAMINHÃO GUINCHO | CARAVAN | SINCA | AUTO BOMBA | AUTO ESCADA | BASCULANTE | ÔNIBUS | EMPILHADEIRA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ESCOLA DE APREND. MARINH. | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESCOLA SUP. DE AGRONOMIA | | | | | 1 | | | | | | | | | • | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| POLÍCIA MILITAR | | | 42 | | 1 | | | | | | 21 | | | 7 | 3 | 1 | 8 | | 3 | | 2 | | 6 | | | | | 4 | | | | | | | |
| JUNTA COMERCIAL ES | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SUPPIN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| INST. ESTADUAL DE FLORESTA | | | 9 | | | | | | | | | 1 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| C E A S A - ES | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| C E P A - ES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL ..... | 108 | 8 | 6 | 11 | 1 | 2 | 4 | 3 | 3 | 29 | 3 | 17 | 19 | 11 | 44 | 4 | 8 | 1 | 39 | 5 | 13 | 1 | 9 | 9 | 18 | 1 | 5 | 5 | 3 | 1 | 12 | 1 | 71 | 2 | 22 |
| 745 VEÍCULOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEICULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

CADASTRADOS

| | Motocicleta | Trator | Sedan 1300 | Sedan 1500 | Opala Chevrolet | Itamaraty | Marverick | Dodge Dart | Doginho | Corcel Ford | Veraneio | Variant | Brasilia | Jeep Ford Willys | Rural Ford | Kombi | Pick-up Chevrol. | Pick-up Volksw. | Pick-up Dodge | Ambulância | Carro Fúnebre | Caminhão Chevrol. | Caminhão Ford | Caminhão Mercedes | Caminhão Alfa R. | Caminhão Cheque | Caminhão Guincho | Caravan | Sinca | Auto Bomba | Auto Escada | Basculante | Onibus | Pick-up Ford. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DETRAN | 10 | | 20 | 3 | 1 | | | | | | 2 | | | 1 | | 5 | | | | | | 1 | | | | | 5 | | | | | | | 4 |
| D.E.R. | | | 13 | | | | | 2 | | 1 | 1 | | 7 | 1 | 1 | 2 | 13 | | | | | 1 | 3 | 1 | | | | | | | | 61 | | 4 |
| D.E.O. | | | 4 | | | | | | | | | | | | | | 2 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | |
| D.I.O. | | | 2 | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DEPTO AEROF.FOTOINTERP. | | | 4 | | | | | | | | | | 1 | 3 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| FESBEM | | | | | | | | | | | | 1 | 2 | | | 8 | 1 | | | | | | | 1 | | | | | | | | 1 | | |
| FUND.HOSPITALAR DO ES | | | 1 | | 1 | | | | | 1 | | | 1 | | | 9 | 2 | 1 | | 9 | 1 | | 1 | | | | | | | | | | 1 |
| FUND. CULTURAL DO ES | | | 2 | | 1 | | | | | | 1 | | | | | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| FAFABES | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | | |
| A.P.V. | | 8 | | | 1 | | | 1 | 2 | | 3 | | 1 | | 1 | | 1 | | 5 | 1 | | | | 3 | | | | 2 | 1 | 1 | | 6 | | 1 |
| CORPO DE BOMBEIROS | | | 4 | | | | | | | | 1 | | | 2 | 1 | | 1 | | | | | | | | 1 | | | | 5 | 1 | | | 1 |
| JERONIMO MONTEIRO | | | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | |
| CRISTO REI | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CONDUSA | | | | | 3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CERMAG | | | 9 | 1 | | 1 | | | | | | | | | | 3 | 4 | | | | | | | 2 | 1 | | | | 6 | | | | 1 |
| | | | 15 | | | | | | | | | | | 3 | 5 | | 11 | | | 1 | | | 4 | 7 | | | | | | | 3 | | 6 |
| EMESPE | | | 7 | | | | | | | | | | 2 | | | | 2 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | 1 |
| EMATER | | | 156 | 1 | 1 | | | | | 1 | | | 3 | | 3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EMCAPA | | | 18 | | | | | | | | | 1 | 3 | 1 | 2 | 1 | | | | | | 1 | | | | | | | | | 1 | | 6 |
| EMCATUR | | | | | 1 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | |
| T O T A L | 10 | 8 | 256 | 6 | 9 | 1 | | 3 | 3 | 3 | 8 | 3 | 20 | 11 | 14 | 32 | 39 | 1 | 5 | 11 | 1 | 3 | 9 | 18 | 1 | 1 | 5 | 3 | 1 | 12 | 1 | 71 | 1 | 35 |

- CONTINUAÇÃO -

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

| | Sedan 1 300 | Sedan 1 500 | Opala Chevrolet | Opala Patrulheiro | Corcel Ford | Landau LTD | Maverick | Veraneio | Brasília | Dodge Dart | Dogrinho | Variant | Passat | TL. Policial | Kombi Volkswagem | Pick-up Chevrolet | Pick-up Volkswagen | Pick-up Ford | Caminhão Chevrolet | Jeep Ford | Rural Ford | Caminhão Mercedes | Fuscão Patrulheiro | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | 1 | | | | | |
| SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 | | | 1 | | | | | |
| SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA (GABINETE) | 1 | | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PROCURADORIA GERAL DO ESTADO | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MANICÔMIO JUCICIÁRIO | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | |
| INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | |
| COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | |
| EMFORMA | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| T O T A L ..... | 132 | 8 | 26 | 1 | 1 | 3 | 1 | 6 | 5 | 6 | 1 | 4 | 2 | 6 | 29 | 2 | 1 | 8 | 3 | 1 | 15 | 14 | 9 | 1 |

T O T A L G E R A L ..... 274 VEÍCULOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS
DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO

| | Sedan 1 300 | Sedan 1 500 | Opala Chevrolet | Opala Fatrulheiro | Corcel Ford | Landau LTD | Maverick | Veraneio | Brasília | Dodge Dart | Doginho | Variant | Passat | TL. Policial | Kombi Volkswagem | Pick-up Chevrolet | Pick-up Volkswagem | Pick-up Ford | Caminhão Chevrolet | Jeep Ford | Rural Ford | Caminhão Mercedes | Fusca Fatrulheiro | Carro Funebre | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GABINETE DO GOVERNADOR | | | 2 | | | 3 | | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CHEFE DO GABINETE | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CHEFE DO CERIMONIAL | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| VICE GOVERNADORIA | 1 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CASA CIVIL | 1 | 3 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ADM. DO PALÁCIO E DAS RESIDÊNCIAS OFICIAIS | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | | | | | | | |
| CASA MILITAR | 4 | 2 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SEC. EXTRAORD. DA EXEC.PROJ. ESPECIAIS | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SEC. EXTRAORD. DA COMUNICAÇÃO SOCIAL | 1 | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SEC. DE ESTADO DA ADM. E DOS REC. HUMANOS | | | 1 | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES | 26 | 1 | 2 | | | | | | | | 6 | 3 | | | 21 | | 1 | 1 | | | | 1 | | | |
| SEC. DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA (GAB) | 2 | | 1 | | | | | | | | | | | | | 6 | 1 | | 1 | | 12 | 1 | 9 | 1 | |
| SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIVIL | 27 | 3 | 2 | 1 | | | | | 4 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | |
| SEC. DE ESTADO DA CULTURA E DO BEM. E. SOCIAL | 2 | | 1 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA (GABINETE) | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | | | | |
| SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA (CAT) | 56 | | | | | | | | | | | | | 2 | | 1 | | | | | | | | | |
| SEC. DO ESTADO DO INTERIOR E DOS TRANSPORTES | 1 | | 1 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE | 3 | | 1. | | | | | | | | | | 1 | | | 2 | | | 4 | | 1 | 2 | | | |
| SECRETARIA DO ESTADO DA IND. E DO COMÉRCIO | 1 | | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

## LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

| | |
|---|---|
| Gabinete do Governador ... ... ..... | 07 |
| Chefe de Gabinete ... ... ... ... ..... | 01 |
| Chefe do Cerimonial ... ... ... ..... | 01 |
| Vice Governadoria ... ... ... ..... | 02 |
| Casa Civil ... ... ... ... .. .... ..... | 05 |
| Adm. do Palácio e das Res. Oficiais ..... | 02 |
| Casa Militar ... ... ... ... ..... | 07 |
| Sec. Extraord. de Exerc. e dos Projetos Especiais | 01 |
| Sec. Extraordinária da Comunicação Social ..... | 02 |
| Secretaria de Estado do Planejamento ..... | 02 |
| Sec. de Estado da Adm. e dos Recursos Humanos | 02 |
| Departamento de Patrimônio .. .. ..... | 02 |
| Departamento de Transportes ... ... ... ..... | 62 |
| EMFORMA ... ... ... ... ..... | 01 |
| Sec. de Estado da Segurança Pública ..... | 03 |
| Superintendência de Polícia Civil ..... | 69 |
| Sec. de Estado da Cultura e do Bem E. Social .... | 05 |
| Secretaria de Estado da Fazenda (Gabinete) .... | 01 |
| Secretaria de Estado da Fazenda (CAT- ..... | 61 |
| Sec. de Estado do Interior e dos Transportes .... | 03 |
| Secretaria de Estado da Saúde ..... | 14 |
| Sec. de Estado da Indústria e do Comércio ..... | 03 |
| Secretaria de Estado da Educação ... ..... | 05 |
| Secretaria de Estado da Agricultura ..... | 04 |
| Secretaria de Estado da Justiça (Gabinete) ..... | 03 |
| Procuradoria Geral da Justiça ..... | 01 |
| Procuradoria Geral do Estado ..... | 01 |
| Corregedoria do Ministério Público .. .. ..... | 01 |
| Manicômio Judiciário ... ... ..... | 01 |
| Instituto de Readaptação Social ..... | 02 |
| Colônia Penal Agrícola ... ... ... ..... | 01 |
| | 274 |

Total 274 Veículos

## QUADRO DEMONSTRATIVO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEL NO EXERCICIO DE 1977

### SECRETARIA DE ESTADO E SEUS ÓRGÃOS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

**Mês — Litros — Valor Unitário — Total**

Janeiro — 47.331 — 4,45 — 4,50 — 211.806,23

Fevereiro — 39.802 — 4,50 — 179.109,00

Março — 48.169,8 — 4,80 — 231.215,04

Abril — 41.785,9 — 5,66 — 236.508,19

Maio — 46.676,1 — 5,66 — 264.186,73

Junho — 50.907,8 — 5,66 — 288.138,15

Julho — 48.516,9 — 5,66 — 274.605,65

Agosto — 52.608,7 — 5,66 — 297.765,24

Setembro — 48.660,3 — 5,66 — 275.417,30

Outubro — 51.302,7 — 5,85 — 300.120,80

Novembro — 49.394 — 5.85 — 288.954,90

Dezembro — 54.042,3 — 5,85 — 316.147,46

Total: — 579.197,5 — 3.163.974,68

## QUADRO DEMONSTRATIVO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEL NO EXERCICIO DE 1977

### SECRETARIA DE ESTADO E SEUS ÓRGÃOS

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

**Mês — Litros — Valor Unitário — Total**

Janeiro — 19.781 — 4,45 — 4,50 — 48.244,98

Fevereiro — 8.052 — 4,50 — 36.234,00

Março — 13.247 — 4,80 — 63.585,60

Abril — 10,432 — 5,66 — 59.045,12

Maio — 14,303 — 5,66 — 80.954,98

Junho — 14,990 — 5,66 — 84.843,40

Julho — 13.723 — 5,66 — 77.672,18

Agosto — 15.221 — 5,66 — 86.150,86

Setembro — 14.227 — 5,66 — 80.524,82

Outubro — 13.523 — 5,85 — 79.109,55

Novembro — 13,404 — 5,85 — 78.413,40

Dezembro — 13.863 — 5,85 — 81.215,55

Total: — 155,786 — 855.996,44

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OUTROS PODERES

- CADASTRADOS -

| | SEDAN 1 300 | SEDAN 1 500 | OPALA CHEVROLET | ITAMARATY | MAVERICK | LANDAU LTD | CORCEL FORD | VERANEIO | VARIANT | BRASILIA | CHEVETTE | TL | PICK-UP FORD | DODGE DART |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA | 15 | 3 | 2 | | | | | | | 4 | | 1 | | |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA | | | 2 | 1 | | 1 | 1 | 1 | | | | | | 2 |
| TRIBUNAL DE CONTAS | 1 | | 1 | | | | | | | | 3 | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL ..... | 16 | 3 | 5 | 1 | - | 1 | 1 | 1 | - | 4 | 3 | 1 | - | 2 |

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA .....25

TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....08

TRIBUNAL DE CONTAS .....05

TOTAL ..... 38 VEÍCULOS

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Malgrado as circunstâncias adversas enfrentadas, como a incidência de pragas em pastagem: preço pouco remunerativo pago ao produtor como no caso do leite; notícias alarmantes como a restrição creditícia; as graves repercussões da Resolução 14 do Instituto Brasileiro do Café — IBC e Portaria 24 da SUNAB sobre o café etc pode-se notar pelo relato, a seguir, que algo de positivo foi realizado e que medidas foram acionadas visando desenvolver e fortalecer o setor primário da economia estadual através sobretudo de uma melhor estruturação e agilização de seu órgão básico que é a Secretaria de Estado da Agricultura.

Ao se apresentar este Relatório Anual de Atividades, deve-se consignar o apoio irrestrito do Governador do Estado a esta Pasta e a participação efetiva do Departamento de Apoio Administrativo (hoje Grupo de Controle de Resultados), da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — CEPA-ES, dos Assessores Diretos, do Subsecretário e das Empresas Vinculadas, permitindo que se concretizasse um substancial volume de realizações num espaço de tempo relativamente curto.

## POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DAS EMPRESAS VINCULADAS

Dentre as medidas postas em prática tem sido dado um especial tratamento às Empresas por se constituírem, em síntese, na equipe de vanguarda da Secretaria, pois a elas compete a execução dos diferentes programas.

Assim nada mais justo do que prestigiá-las mas, também, acompanhar de perto sua situação e seu desempenho, visando corrigir distorções e evitar qualquer fracasso que, obviamente, repercutiria mal sobre a Secretaria e ao próprio Governo além de encadear uma série de entraves no Programa Global, visto o engajamento de cada Empresa no mesmo.

Coube à Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — CEPA/ES, elaborar o documento intitulado "SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA", compreendendo a coordenação, o controle e a avaliação das mesmas com fronteira inicial limitada ao setor público estadual (Entidades Vinculadas à SEAG), sendo que a sistemática de Acompanhamento da Execução dos Programas é inerente a cada componente do sistema, objetivando o funcionamento integrado das instituições que formam o Sistema Operacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado (Subsistema de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária Subsistema de Apoio Técnico e Subsistema de Abastecimento e Comercialização).

O Sistema de Acompanhamento visa, especialmente, melhor administração e orientação dos programas desenvolvidos no setor agropecuário, objetivando especificamente:

— analisar o desempenho da economia a nível setorial, e o comportamento dos componentes do sistema, face às diretrizes e metas estabelecidas;

— avaliar o desenvolvimento alcançado na execução dos programas e projetos prioritários incluídos no planejamento setorial;

— identificar os pontos de estrangulamento e obstáculos institucionais e/ou outros que tenham retardado, dificultado ou limitado a consecução das metas e a execução dos programas e projetos;

— fornecer subsídios para a revisão e complementação do planejamento e para a permanente realimentação do Sistema.

Como se nota esta Política adotada é de transcendental importância ao normal desempenho dos programas, bem como possbilita ter-se um retrato estático e dinâmico de cada componente do Sistema, motivo pelo qual o Gabinete designou a CEPA/ES para se encarregar, deste acompanhamento.

**Diretamente, o Gabinete do Secretário atuou para que se concretizassem as seguintes medidas:**

1. Campanha de Combate às Pragas, com implantação de 4 (quatro) unidades volantes, equipados para atuar, inclusive com pessoal técnico especializado. Nessa Campanha, chegou-se inclusive a contratar equipamentos para pulverização aérea face ao grande ataque de cigarrinhas e lagartas.

2. Apoio total às Exposições Agropecuárias, inclusive promovendo a realização da XV Exposição Estadual que estava paralisada há cerca de 4 anos.

3. Inclusão da Suinocultura no PESAC, a partir de 1977.

4. Apoio à Avicultura e Suinocultura Estadual através de liberação de milho da Comissão de Financiamento da Produção — C.F.P.

5. Liberação de recursos do Banco Nacional de Crédito Cooperativo-BNCC, para aquisição de máquinas e insumos de combate às pragas, para as cooperativas.

6. Abertura e reabertura de Estradas Vicinais no montante de 5.000 horas de trator.

7. Usinas de Café — visando melhor aproveitamento das Usinas existentes foi feita Pesquisa de Campo para localizá-las. Paralelamente levantou-se o material existente e a necessidade projetada, estando os trabalhos em fase de conclusão final.

8. Instalação de um Posto de Revenda da COFAI, em Ibitirama.

9. Instalação de um Escritório local da EMATER-ES, em Ibitirama.

10. Realização em Vitória-ES, do 1º Fórum de DEBATE SOBRE ABASTECIMENTO.

11. Conclusão da Construção do Armazém de Pancas e início do de Afonso Cláudio.

12. Estudos e sugestões sobre industrialização e comercialização da mandioca e seus derivados no Estado do Espírito Santo.

13. Início da montagem da Usina de Industrialização da mandioca, em São Mateus.

14. Convênios Firmados

a) Termo Aditivo para Manutenção da CEPA/ES no valor de Cr$ 4.000.000 00 (Quatro milhões de cruzeiros).

b) Termo Aditivo para Manutenção do SIMA-ES no valor de Cr$ 250.000 00 (Duzenots e cinquenta mil cruzeiros).

c) Termo Aditivo para Classificação de Produtos de Origem Vegetal para o mercado interno, no valor de Cr$ 1.115.000,00 (Um milhão, cento e quinze mil cruzeiros).

d) Termo Aditivo para o Convênio de Cooperativismo, no valor de Cr$ 600.000 00 (Seiscentos mil cruzeiros).

e) Assinatura de Convênio para Discriminação de Terras Devolutas no Estado do Espírito Santo, no valor inicial de Cr$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil cruzeiros).

f) Convênio para Valorização da Pesca Artesanal, no valor de Cr$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil cruzeiros).

g) Convênio para implantação imediata de um Escritório da ABCZ no Estado do Esparito Santo, com valor inicial de Cr$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil cruzeiros).

15. Palestras Proferidas pelo Secretário

a) A Agricultura Capixaba e seus problemas ligados a Defesa Civil.

b) Crescimento Urbano e o Setor Hortigranjeiro no Espírito Santo (Forum de Debates).

c) Município da Serra — Alternativas de Desenvolvimento do Setor Rural.

d) Retrospectiva da Agricultura Capixaba (Jornada de Medicina Veterinária).

**Dentre as realizações da Assessoria Técnica merecem destaque:**

1. Elaboração do Documento — "Importância da Cafeicultura para o Estado do Espírito Santo" que serviu de base ao Secretário de Estado da Agricultura, na palestra proferida na Assembléia Legislativa do Estado.

No documento ressaltou-se a importância da cafeicultura para o Espírito Santo, e os reflexos negativos que surgiram com as Resoluções 14 e 15 de maio de 1977, tabelando o preço do café.

2. "Sinopse da Agricultura no Estado do Espírito Santo"; "A Cafeicultura no Estado do Espírito Santo" que serviu de base a palestra realizada pelo Secretário de Estado da Agricultura, em Brasília, durante a realização do 4º CONCAFÉ.

3. "Pauta de Banana para Exportação", visando oferecer à Secretaria de Estado da Fazenda, subsídio à determinação de pauta para o produto.

4. "Pauta de valores para produtos agrícolas" — o trabalho foi elaborado no sentido de oferecer à Secretaria de Estado da Fazenda, outros critérios para a determinação de pautas para os produtos agrícolas.

5. "Elaboração do Projeto do Vale do Rio Veado" — o projeto prevê a recuperação de 262 hectares através do trabalho de drenagem a cargo do DNOS, orçado em mais de 5 (cinco) milhões de cruzeiros. As atividades agrícolas programadas para a área recuperada possibilitarão uma renda bruta anual superior a 3 (três) milhões de cruzeiros.

6. "Aspectos de Produção e Disponibilidade de Terras Aptas à Cultura de mandioca nas baixadas do Norte do Estado do Espírito Santo" — o trabalho foi elaborado no sentido de oferecer condições aos técnicos e especialistas convidados pelo Secretário de Estado da Agricultura, a discutir as possibilidades de implantação de uma Usina de Alcool Carburante, a partir da mandioca. A preocupação do Secretário da Agricultura originou-se dos dados apresentados pela CEPA e EMATER em que se evidenciava a super produção de mandioca.

7. "Aspectos de Produção e Comercialização de Mandioca no Estado do Espírito Santo" — o trabalho levantou os aspectos ligados a produção, industrialização e comercialização de mandioca para servir de base aos estudos realizados por técnicos do Espírito Santo e de outros estados visando equacionar o problema da super produção de mandioca.

8. "Programa de Recuperação de Vales Úmidos no Estado do Espírito Santo" — com a participação da EMATER-ES, do DAF e do DNOS, pôde-se selecionar 15 vales úmidos distribuidos em 8 municípios, perfazendo um total de 6.826 hectares recuperáveis. As obras foram orçadas em 71 milhões de cruzeiros e possibilitarão uma renda bruta superior a 40 milhões de cruzeiros anuais, através da exploração do milho, feijão, arroz, batata, tomate alho, cebola e bovinos.

9. "Forum de Debate Sob Abastecimento de Alimentos Hortigranjeiros" — o principal objetivo que norteou a realização do Forum de Debates foi o de estimular a união de esforços, buscando a ação conjunta, no sentido de aumentar a eficiência na produção e comercialização dos produtos alimentícios.

10. "Municípios da Serra: alternativas de desenvolvimento do setor Rural" — o documento foi elaborado para servir de base a palestra proferida pelo Secretário de Estado da Agricultura, durante a realização do simpósio: "Atualidade SERRA, perspectiva".

11. "Crescimento Urbano e o Setor Hortigranjeiro no Espírito Santo" — documento elaborado e que serviu de base à palestra realizada pelo Secretário de Estado de Agricultura, durante a solenidade de abertura do Forum de Debates Sobre Abastecimento de Alimentos.

12. "Vale de Suruaca" — elaborou-se o sub-projeto sobre saneamento e drenagem da região de Suruaca prevendo-se a recuperação de 105 mil hectares de terras agricultáveis, e uma inversão de capital superior a 360 milhões de cruzeiros, nas obras de engenharia. Estimou-se em 5 anos o prazo para o término das obras, prevendo-se uma renda bruta superior a 800 milhões de cruzeiros, além de 20 mil empregos diretos.

**A Assembléia de Divulgação e Informação, no cumprimento de sua missão, desincumbiu-se destas tarefas:**

1. Panorama Agropecuário — elaborado pela ADIA. Basicamente, o ano de 1977 foi definitivo para a consolidação desse programa radiofônico. É levado através da Rádio Espírito Santo, da Fundação Cultural, no período de segunda-feira a sábado, no horário de 05:30 às 06:00 horas, com seis a oito notícias entrevistas com o secretário de Agricultura, diretores de Empresas Vinculadas, técnicos do setor, sobre os mais diversos temas, matérias técnicas. Uma inovação apresentada no ano de 1977 foi a introdução de sorteio de ouvintes. Além dessa parte técnica o programa também atende solicitações de consultas sobre problemas da agropecuária, música e aniversariantes.

2. Foram feitas seis gravações com o Secretário de Agricultura, para a Rádio Aparecida, em Aparecida do Norte, Estado de São Paulo.

3. Divulgação das atividades da Secretaria e Empresas vinculadas, no serviço de alto-falantes na cidade de Alegre, no Sul do Estado do Espírito Santo.

4. Campanha de Combate ao Fogo — divulgação intensiva na imprensa escrita, falada e televisada, sobre o programa e seus objetivos. Confecção de cartazes, folhetos e outros, objetivando o acompanhamento normal da campanha.

5. Campanha de Combate às Pragas — podemos colocá-la no mesmo paralelo da Campanha de Combate ao Fogo, com a divulgação maciça na imprensa, matérias técnicas, cartazes, folhetos e outros.

**Sobressaem, no elenco das atividades a cargo do Departamento de Fomento ao Crédito Rural e ao Cooperativismo, em 1977:**

1. Participação nas reuniões do PRONACOOP em número de 8 (oito).

2. Elaboração do Termo Aditivo ao Convênio firmado em 06.12.76, entre o Governo do Estado do Espírito Santo/INCRA, no valor de Cr$ 600.000,00 (Seiscentos mil cruzeiros).

3. Participação em 2 (duas) reuniões com produtores de banana, em Guarapari, orientando-os nos seguintes aspectos:

— Comercialização do produto

— Organização de Cooperativa de Produtores Rurais.

4. Realização de viagens à Pedra Menina, município de Dores do Rio Preto, onde foram mantidos contatos com autoridades e produtores, orientando-os na:

— Comercialização de produtos agrícolas, especialmente cebola;

— Constituição de Cooperativa

Nesta oportunidade foi programada uma viagem de um grupo de produtores daquela região à CEASA-ES.

5. Participação efetiva em 2 (duas) reuniões dos Comitês de Compras.

— Região Norte — 11 cooperativas, volume de compras de Cr$ 3.000.000,00 aproximadamente;

— Região Sul — 8 cooperativas, volume de compras de mais de Cr$ 3.000.000,00

Em ambas as regiões, foi obtido um desconto médio de 25% nos preços dos produtos.

**6. Coordenação e participação no Concurso de Cooperativismo realizado durante a V Semana Agronômica de Alegre (ESAES-DADL).** Este evento contou com a participação do INCRA-ES, BNCC e EMATER-ES. Este curso contou com 23 alunos. Fez parte do acontecimento uma excursão à Cooperativa Laticínios de Guaçuí Ltda.

7. Participação em 2 (duas) reuniões da Comissão designada pela A.G. da Cooperativa Laticínios de Alfredo Chaves Ltda, com vista ao estudo de viabilidade de sua incorporação à Cooperativa Laticínios Cachoeiro de Itapemirim Ltda.

8. Realização de 7 (sete) visitas de assistência técnica ao Centro de Ajustamento Social — Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social, localizado em Carapebus, município da Serra.

9. Realização de 2 (duas) viagens à Baixo Guandu a fim de prestar assistência técnica ao Pe. Alonso Leite (Patronato Agrícola).

10. Prestação de Assistência Técnica à Cooperativa dos Funcionários, Professores e Alunos da ESAES, com relação principalmente à sua inscrição nos diversos Órgãos Estaduais.

11. Formulação de parecer sobre memorial da OCEES, pleiteando isenção de ICM pelas Cooperativas do Governo do Estado.

12. Realização de reunião com a diretoria da Cooperativa Laticínios Cachoeiro de Itapemirim Ltda., com o objetivo de conhecer seus problemas.

13. Realização de estudo preliminar junto à SEAG e Empresas vinculadas com vistas à Constituição de uma Cooperativa de Consumo dos Servidores da Pasta.

14. Participação do "Encontro de Contadores de Cooperativas-77" promovido pelo INCRA-ES, no período de 22.24/11/77.

15. Elaboração do "Contrato de Prestação de Serviço" firmado com a EMATER-ES.

16. Avaliação e análise de questionários aplicados às Cooperativas (36) e associados (324). A tabulação dos dados não foi possível, entretanto, constituiu elemento importante na programação para 1978.

17. Elaboração do Programa de Trabalho para 1978, em consonância com as metas fixadas pelos Governos Federal e Estadual.

18. Com o objetivo de promover a Eletrificação Rural através de cooperativas foram desenvolvidas as seguintes ações:

— Uma reunião que contou com a presença da ESCELSA e EMATER-ES.

— Uma reunião com o comparecimento do GEER, INCRA, ESCELSA, SECRETARIA DO INTERIOR E TRANSPORTES E EMATER-ES.

— Foram realizadas duas reuniões com a ESCELSA e a SECRETARIA DO INTERIOR E TRANSPORTES, além de diversos contatos com as mesmas.

— Realização de viagem de estudos à Minas Gerais, onde visitamos a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural de Minas Gerais — FECOEREMG, Cooperativa de Eletrificação de Itauna Ltda. — CERITA e Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Rio Doce Ltda. — CERDO.

19. Mantivemos contato com o Presidente da Cooperativa Laticínios de Guaçuí Ltda., com vistas à solução dos problemas de comercialização de produtos hortigranjeiros produzidos na localidade denominada Pedra Menina, no município de Dores do Rio Preto.

A Cooperativa mostrou-se sensível ao problema, condicionando a criação do seu setor agrícola a um estudo prévio de viabilidade econômica. Este estudo já foi encomendado à SEAG-ES.

20. Participação em uma reunião com a EMATER-ES e a CEASA-ES com o objetivo de buscar solução para a Cooperativa Agrária de Colatina Ltda., especificamente com relação à comercialização de produtos hortigranjeiros. Neste encontro foram definidas as responsabilidades de cada órgão.

21. Iniciamos a coleta de dados para a montagem do Projeto de Viabilidade para a Constituição de uma Cooperativa de Eletrificação Rural no sul do Estado.

22. Participação em duas reuniões com os técnicos do GEIPOA, juntamente com a EMATER-ES, com vistas à instalação de um posto de recepção, resfriamento e beneficiamento de leite pela Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Afonso Cláudio Ltda.

23. Elaboração do relatório trimestral relativo ao 4.º trimestre de 1977.

**Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo**
**— CASES —**

A CASES, visando ao aumento da capacidade estática e dinâmica de armazenamento e a melhoria dos padrões de qualidade e eficiência da atividade de armazenagem, vem objetivando o enquadramento de maior número de empresários rurais na Política de Preços Mínimos.

Os resultados obtidos na CASES, não devem ser analizados em termos puramente econômicos, no sentido empresarial, pois devem ser considerados, no seu labor operacional, os benefícios prestados ao meio rural, que proporcionam ao homem do campo condições para optar pela venda imediata de seus produtos ou pela sua retenção em busca de melhores ofertas no mercado.

Algumas unidades Armazenadoras, vem demonstrando ociosidade. Isto evidencia uma necessidade de esclarecimento junto ao agricultor, de como deve utilizar os armazéns da CASES, criando um costume de armazenagem de seu produto. Observa-se que a Política de Preços Mínimos, vem obtendo resultados positivos, mas, em algumas regiões, persistem ainda receios, devida à fala de orientação do produtor sobre o assunto.

Durante o ano de 1977, a CASES atuou através de suas Unidades Armazenadoras situadas nos Municípios de Afonso Cláudio, Alegre, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus, Vitória e, a partir de Julho com a Unidade de Pancas.

Mediante contrato com a SEAG, foram realizados os serviços de classificação de Produtos Vegetais, necessários ao financiamento pela Política de Preços Mínimos.

O grau de atingimento das atividades programadas em relação às realizadas durante o ano, variou de 153,51% (Unidade de Colatina) a 2,66% (Unidade de Pancas), Quadro 1.

A Classificação de Produtos Vegetais atingiu 55,47% da programação, Quadro 2, e o faturamento 89,66% com um total de Cr$ 1.755.334,00.

Outros resultados são mostrados com maiores detalhes nos Quadros a seguir.

**Centrais de Abastecimento do Espírito Santo**
**— CEASA/ES —**

A CEASA/ES, sociedade de economia mista, integrante do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SIMAL), iniciou efetivamente suas atividades a partir de 6 de junho deste ano. No seu primeiro semestre de funcionamento, o conjunto de operações desempenhadas, proporcionou considerável dinamismo, no que se refere ao abastecimento de produtos hortigranjeiros na região da Grande Vitória.

QUADRO 1 - Demonstrativo do Programado e Realizado em Volumes, pelas Unidades Armazenadoras da CASES - 1977 -

| Unidade Armazenadora | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | | Total Program. | Total Realiza. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Programa. | Realizado | Programa. | Realizado | Programado | Realizado | Program. | Realizado | | | |
| Af.Cláudio | 50.000 | 72.060 | 170.000 | 110.207 | 230.000 | 134.337 | 165.000 | 67.632 | 615.000 | 384236 | 62,48 |
| Alegre | 2.000 | 1.069 | 15.000 | 2.234 | 42.000 | 4.236 | 27.000 | 3.678 | 86.000 | 11217 | 13,04 |
| B.S.Francisco | 12.000 | 12.884 | 38.000 | 30.371 | 71.000 | 49.981 | 48.000 | 42.993 | 169.000 | 136229 | 80,61 |
| C.Itapemirim | 34.000 | 23.682 | 60.000 | 20.599 | 85.000 | 13.210 | 60.000 | 7.877 | 239.000 | 65368 | 27,35 |
| Colatina | 31.000 | 42.226 | 75.000 | 100.905 | 104.000 | 138.418 | 87.000 | 174.377 | 297.000 | 455926 | 153,51 |
| Camburi | 16.000 | 23.134 | 30.000 | 28.234 | 50.000 | 30.008 | 32.000 | 28.857 | 128.000 | 110233 | 86,12 |
| S. Mateus | 3.000 | 4.428 | 13.000 | 2.803 | 23.000 | 2.590 | 12.000 | 1.250 | 51.000 | 11071 | 21,71 |
| Pancas | - | - | 25.000 | - | 70.000 | 1.970 | 56.000 | 2.040 | 151.000 | 4010 | 2,66 |
| Total | 148.000 | 179.483 | 426.000 | 295.353 | 675.000 | 374.750 | 487.000 | 328.704 | 1.736.000 | 1178290 | 67,87 |

Fonte: CASES.

Atividades Desenvolvidas pelas Unidades Armazenadoras da CASCS - 1977 -

| Mercadoria | Unidade (sacos) | 1º Trimestre Estimado | 1º Trimestre Atingido | % Atingim. | 2º Trimestre Estimado | 2º Trimestre Atingido | % Atingim. | 3º Trimestre Estimado | 3º Trimestre Atingido | % Atingim. | 4º Trimestre Estimado | 4º Trimestre Atingido | % Atingim. | Total Estim. | Total Atingi. | Total Atingim. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AFONSO CLÁUDIO | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Arroz | 50 Kg | - | 94 | - | 5.000 | - | - | 6.000 | - | - | 6.000 | - | - | 17.000 | 94 | 0,6 |
| - Feijão | 60 Kg | 2.000 | 363 | 18,2 | 3.000 | 402 | 13,4 | 3.000 | 4.623 | 154,1 | 1.000 | 4.603 | 460,3 | 9.000 | 9.991 | 11,0 |
| - Milho | 60 Kg | 48.000 | 71.135 | 148,2 | 162.000 | 106.883 | 66,0 | 221.000 | 123.918 | 56,1 | 158.000 | 58.486 | 37,0 | 589.000 | 360.422 | 61,2 |
| - Café | 60 Kg | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Outros | - | - | - | - | - | 3.066 | - | - | 4.796 | - | - | 3.356 | - | - | 11.218 | - |
| ALEGRE | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Arroz | 50 Kg | 900 | 141 | 15,7 | 4.500 | 331 | 7,4 | 11.000 | 1.202 | 10,9 | 10.000 | 1.170 | 11,7 | 26.400 | 2.844 | 10,8 |
| - Feijão | 60 kg | - | - | - | - | - | - | - | 452 | - | - | 513 | - | - | 965 | - |
| - Milho | 60 Kg | 1.100 | 901 | 81,9 | 10.500 | 1.875 | 17,9 | 31.000 | 2.543 | 8,2 | 17.000 | 956 | 5,6 | 59.600 | 6.275 | 10,5 |
| - Café | 60 Kg | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Outros. | - | - | - | - | - | 41 | - | - | 39 | - | - | 1.039 | - | - | 1.119 | - |
| B.S.FRANCISCO | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Arroz | 50 Kg | 5.000 | 3.224 | 64,5 | 12.000 | 3.892 | 32,4 | 20.000 | 8.608 | 43,0 | 21.000 | 7.730 | 36,8 | 58.000 | 23.454 | 40,4 |
| - Feijão | 60 Kg | - | - | - | - | 8 | - | - | 24 | - | - | 24 | - | - | 56 | - |
| - Milho | 60 Kg | 1.000 | 1.188 | 118,8 | 15.000 | 15.530 | 103,5 | 24.000 | 18.980 | 79,1 | 15.000 | 17.321 | 115,5 | 55.000 | 53.019 | 96,4 |
| - Café | 60 Kg | 6.000 | 8.363 | 139,4 | 11.000 | 10.863 | 98,8 | 27.000 | 22.256 | 82,4 | 12.000 | 17.807 | 148,4 | 56.000 | 59.289 | 105,9 |
| - Outros | - | - | - | - | - | 117 | - | - | 113 | - | - | 111 | - | - | - | |
| C.ITAPEMIRIM | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Arroz | 50 Kg | 5.000 | 252 | 5,0 | 18.000 | 252 | 1,4 | 30.000 | 252 | 0,8 | 28.000 | 252 | 0,9 | 81.000 | 1.008 | 1,2 |
| - Feijão | 60 Kg | - | - | - | - | 230 | - | - | 295 | - | - | 145 | - | - | 670 | - |
| - Milho | 60 Kg | 4.000 | 2.020 | 50,5 | 21.000 | 930 | 4,4 | 33.000 | 1.614 | 4,9 | 15.000 | 399 | 2,7 | 73.000 | 4.963 | 6,8 |
| - Café | 60 Kg | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Outros | - | 25.000 | 21.358 | 85,4 | 21.000 | 19.205 | 91,5 | 22.000 | 11.049 | 50,2 | 17.000 | 7.081 | 41,7 | 85.000 | 58.693 | 69,1 |
| COLATINA | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Arroz | 50 Kg | 2.000 | 6.926 | 346,3 | 19.000 | 23.085 | 121,5 | 24.000 | 33.430 | 139,3 | 23.000 | 30.230 | 131,4 | 68.000 | 93.671 | 137,8 |
| - Feijão | 60 Kg | 1.000 | 1.078 | 107,8 | - | 1.550 | - | - | 1.126 | - | - | 804 | - | - | 4.558 | - |
| - Milho | 60 Kg | 17.000 | 24.546 | 144,4 | 37.000 | 68.811 | 186,0 | 60.000 | 94.619 | 157,7 | 47.500 | 130.903 | 275,6 | 161.500 | 318.879 | 197,4 |
| - Café | 60 Kg | 1.000 | 1.509 | 150,9 | 2.000 | 1.659 | 83,0 | 2.500 | 5.517 | 220,7 | 1.500 | 10.315 | 687,7 | 7.000 | 18.790 | 267,1 |
| - Outros | - | 10.000 | 8.001 | 80,0 | 17.000 | 5.825 | 34,3 | 17.500 | 3.727 | 21,3 | 15.000 | 2.425 | 16,2 | 59.500 | 19.978 | 33,6 |
| CAPIXABA | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Arroz | 50 Kg | 12.000 | 15.578 | 129,8 | 21.000 | 27.564 | 131,3 | 34.000 | 29.129 | 85,7 | 27.000 | 28.210 | 104,5 | 94.000 | 100.481 | 106,9 |
| - Feijão | 60 Kg | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Milho | 60 Kg | 4.000 | 6.920 | 173,0 | 9.000 | - | - | 16.000 | - | - | 5.000 | - | - | 34.000 | 6.920 | 20,4 |
| - Café | 60 Kg | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Outros | - | - | - | - | - | 882 | - | - | 741 | - | - | 647 | - | - | 2.270 | - |
| SÃO MATEUS | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Arroz | 50 Kg | - | - | - | 9.000 | - | - | 18.000 | - | - | 9.000 | - | - | 36.000 | - | - |
| - Feijão | 60 Kg | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Milho | 60 Kg | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Café | 60 Kg | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Outros | - | 3.000 | 4.368 | 145,6 | 4.000 | 2.523 | 63,1 | 5.000 | 2.584 | 51,7 | 3.000 | 1.250 | 41,7 | 15.000 | 10.725 | 71,5 |
| PANCAS | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Arroz | 50 Kg | - | - | - | 6.000 | - | - | 14.000 | 748 | 5,3 | 15.000 | 1.122 | 7,5 | 35.000 | 1.870 | 5,3 |
| - Feijão | 60 Kg | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Milho | 60 Kg | - | - | - | 7.000 | - | - | 15.000 | 993 | 6,6 | 10.000 | - | - | 32.000 | 993 | 3,1 |
| - Café | 60 Kg | - | - | - | 12.000 | - | - | 41.000 | 229 | 0,6 | 31.000 | 687 | 2,2 | 84.000 | 916 | 1,1 |
| - Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

QUADRO 2 - Demonstrativo de Classificação de Produtos Vegetais pela CASES - 1977 -

| Posto | Toneladas | | | | | | | | | Total Programado | Total Atingido | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Arroz | | | Milho | | | Feijão | | | | | |
| | Program. | Ating. | % | Program. | Ating. | % | Programad. | Atingido | % | | | |
| Afonso Cláudio | 50 | - | - | 4.200 | 2.702,6 | 64,34 | 200 | 83,5 | 41,75 | 4.450 | 2.786,1 | 62,60 |
| Alegre | 55 | 19,0 | 34,54 | 900 | 195,0 | 21,66 | 10 | 3,7 | 37,00 | 965 | 217,7 | 22,55 |
| B.S.Francisco | 150 | 252,5 | 168,33 | 1.134 | 324,4 | 28,60 | 4 | - | - | 1.288 | 576,9 | 44,79 |
| C.Itapemirim | 100 | - | - | 900 | 18,3 | 2,03 | 10 | - | - | 1.010 | 18,3 | 1,81 |
| Colatina | 225 | 564,6 | 250,93 | 1.530 | 1.194,3 | 78,05 | 12 | 7,2 | 60,00 | 1.767 | 1.766,1 | 99,94 |
| Pancas | 300 | 18,8 | 6,26 | 1.000 | - | - | 10 | - | - | 1.310 | 18,8 | 1,43 |
| São Mateus | 60 | - | - | 60 | - | - | - | 43,5 | - | 120 | 43,5 | 36,25 |
| Vitória | 400 | 341,5 | 85,37 | 400 | 746,8 | 18670 | - | - | - | 800 | 1.087,9 | 135,98 |
| TOTAL | 1.340 | 1.196,0 | 89,25 | 10.124 | 5.181,4 | 51,17 | 282 | 137,9 | 48,90 | 11.745 | 6.515,3 | 55,47 |

Fonte: CASES

QUADRO - Demonstrativo do Faturamento pelas Unidades Armazenadoras da CASES - 1977 -

| Unidade Armazenadora | Faturamento (Cr$ 1,00) | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | | Total | Total | % |
| | Program. | Atingido | Program. | Atingido | Program. | Atingido | Program. | Atingido | Program. | Atingido | |
| Afons.Cláudio | 46.300 | 60.450 | 196.520 | 135.548 | 252.400 | 160.237 | 177.450 | 88.698 | 672.670 | 444.933 | 66,14 |
| Alegre | 2.144 | 1.216 | 18.650 | 10.518 | 47.160 | 6.931 | 29.610 | 5.635 | 97.564 | 24.300 | 24,90 |
| B.S.Francisco | 16.952 | 18.857 | 46.980 | 58.817 | 80.360 | 94.466 | 52.500 | 78.953 | 196.792 | 251.093 | 127,59 |
| C.Itapemirim | 29.760 | 19.685 | 72.200 | 18.660 | 96.100 | 42.765 | 65.100 | 83.426 | 263.160 | 164.536 | 62,52 |
| Colatina | 28.460 | 63.059 | 86.500 | 133.519 | 114.260 | 177.949 | 91.780 | 270.956 | 321.000 | 645.483 | 201,08 |
| Camburi | 14.160 | 37.664 | 34.800 | 48.337 | 53.300 | 52.539 | 33.080 | 50.063 | 135.340 | 188.603 | 139,35 |
| São Mateus | 12.130 | 16.897 | 53.420 | 3.295 | 25.220 | 4.686 | 12.280 | 3.868 | 103.050 | 28.746 | 27,89 |
| Pancas | - | - | 32.500 | - | 78.300 | 3.137 | 57.320 | 4.503 | 168.120 | 7.640 | 4,54 |
| Total | 149.906 | 217.828 | 541.570 | 408.694 | 747.100 | 542.710 | 519.120 | 586.102 | 1.957.696 | 1.755.334 | 89,66 |

Fonte: CASES

Através da modernização, organização e racionalização deste setor da economia capixaba, a CEASA/ES apresentou resultados que evidenciaram a consolidação do novo mercado atacadista, e influenciaram no surgimento de novos produtos de hortigranjeiros, regularizando assim, o abastecimento do produto na Grande Vitória.

Ocupando uma área de 118.740 m2, no município de Cariacica, distante 6,5 km de Vitória, a CEASA/ES dispõe de sofisticadas instalações e serviços auxiliares de comercialização para atendimeno a compradores e vendedtores.

Na observação do Quadro 1 constata-se que o volume comercializado em 1977 atingiu 63.341 t., enquanto que o valor bruto da comercialização foi de 218.054 mil cruzeiros. Observa-se ainda que ao longo dos meses houve um crescimento em volume, maior que o valor bruto de comercialização.

Outro aspecto evidenciado no Quadro 1, é a participação percentual dos Estados no suprimento da CEASA/ES. O Espírito Santo deteve o maior percentual no fornecimento, 62% dos produos hortigranjeiros comercializados, seguindo-se os Estados do Rio de Janeiro, Bahia e Paraná.

O Quadro 2 enfoca um nível maior de detalhamento da comercialização por grupo de produtos. Verifica-se que a maior participação percentual coube ao grupo de "Hortaliças (folhas, flores, hastes, fruto, raiz, tubérculo, bulbo e rizoma) com 54,58% do volume total comercializado. Ainda no mesmo Quadro nota-se que Frutos Nacionais representam 35,8% do total, expandindo a oferta em 65,95% "Hortaliça Fruto" atingiu 28,2% do total comercializado e "Frutos Importados", por outro lado, foi o único grupo a sofrer retração.

Conforme estipula o Regulamento de Mercado da CEASA/ES, a produção hortigranjeira que permanecer no recinto da Central em forma irregular, fica sob controle da Administração que destina os mesmos a entidades beneficentes. De junho a dezembro o volume de mercadorias apreendidas e doadas a entidades filantrópicas e beneficentes devidamente cadastradas na Divisão Operacional foi de 56.969 kg.

Objetivando o aperfeiçoamento de seus técnicos, a CEASA/ES tendo em vista a fase pré-operacional e em segunda a operacional, proporcionou vários treinamentos, estágios, cursos, viagens e palestras durante este periodo.

A ausência do Sistema de Telex em suas instalações limitou a melhoria da eficiência do setor de serviço, referente a intercâmbio de informações entre unidades do SINAC. Este aspecto ganha maior relevo no que diz respeito a dados sobre preços, onde a velocidade de informação é ponto essencial na tarefa de subsidiar usuários, com referência a alternativas de mercado.

Nos Quadros seguintes ao quadro 2, figuram a movimentação dos produtos comercializados pela CEASA/ES, assim como a procedência dos mesmos e seus respectivos valores. Os dados se referem ao período de junho a dezembro.

Quadro Resumo da Movimentação e Procedência dos Produtos Comercializados na CEASA/ES, de 06 a 30/06 de 1977, em kg

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estado do Espírito Santo | | | | | | |
| | MR 204 | MR 205 | MR 206 | MR 207 | MR 208 | MR 209 | MR 210 |
| H.F.F.H. | 339 | 370 | 280.361 | 68.512 | 43.775 | 990 | 13 |
| H.Fruto | 18.186 | 10.983 | 2.000.865 | 50.102 | 127.248 | 35.420 | 1.555 |
| H.R.T.B.R. | 200 | 6.970 | 308.523 | 84.296 | 12.086 | 2.711 | 34.246 |
| F.Nacional | 48.831 | 95.779 | 1.040.244 | 303.946 | 12.252 | 31.815 | 166.256 |
| F.Import. | - | - | - | 81.901 | - | - | - |
| Ovos | - | - | 238.332 | 15.129 | 27.990 | 1.656 | - |
| Diversos | - | 240 | 3.948 | 28.447 | 6.800 | - | - |
| Total | 67.556 | 114.342 | 3.872.273 | 632.333 | 230.151 | 72.592 | 202.070 |

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | | | Total | Valor Total (CR$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Outros Estados | | | | | | | | | |
| | RJ | SP | MG | BA | PR | PE | SE | RS | | |
| H.F.F.H. | - | - | 300 | - | - | - | - | - | 394.660 | 1.416.649,47 |
| H.Fruto | - | - | 27.991 | 108.100 | - | - | - | - | 2.380.450 | 3.914.227,82 |
| H.R.T.B.R. | 102.005 | 21.200 | 17.460 | 98.000 | 566.824 | 66.800 | - | 79.090 | 1.400.411 | 7.161.300,27 |
| F.Nacional | 529.707 | 118.421 | - | 89.560 | - | - | 3.480 | - | 2.440.291 | 4.961.189,86 |
| F.Import. | 194.405 | 30.165 | - | - | - | - | - | - | 306.471 | 3.168.591,14 |
| Ovos | - | - | - | - | - | - | - | - | 283.107 | 2.332.801,68 |
| Diversos | 46.000 | - | - | - | - | - | - | - | 85.435 | 294.566,20 |
| Total | 872.117 | 169.786 | 45.751 | 295.660 | 566.824 | 66.800 | 3.480 | 79.090 | 7.290.825 | 23.249.326,44 |

Fonte: CEASA/ES

Obs: H.F.F.H - Hortaliça- folha, flor, haste
H.Fruto - Hortaliça-fruto
H.R.T.B.R. - Hortaliça - raíz, tubérculo, bulbo e rizoma

Quadro Resumo da Movimentação e Procedência dos Produtos comercializados na CEASA/ES, em kg, julho, 1977

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estado do Espírito Santo | | | | | | |
| | MR 204 | MR 205 | MR 206 | MR 207 | MR 208 | MR 209 | MR 210 |
| H.F.F.H. | - | 16 | 362.697 | 84.081 | 42.692 | - | 107 |
| H.Fruto | 21.285 | 27.665 | 2.042.632 | 25.562 | 24.278 | 27.326 | 5.445 |
| H.R.T.B.R. | - | 30 | 349.323 | 63.469 | 16.761 | 2.172 | 15.160 |
| F.Nacional | 20.090 | 96.460 | 997.117 | 505.982 | 13.391 | 54.280 | 109.481 |
| F.Import. | - | - | - | - | - | - | - |
| Ovos | - | 1.350 | 329.596 | 8.417 | 45.060 | 6.000 | 600 |
| Diversos | - | - | 7.585 | 80.215 | 3.900 | 451 | - |
| Total | 41.375 | 125.521 | 4.088.950 | 767.726 | 146.082 | 90.229 | 130.853 |

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | | | Total | Valor Total (CR$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Outros Estados | | | | | | | | | |
| | RJ | SP | MG | BA | PR | PE | SE | RS | | |
| H.F.F.H. | - | - | - | - | - | - | - | - | 489.593 | 1.461.149,05 |
| H.Fruto | - | - | 59.444 | 138.950 | - | - | - | - | 2.372.587 | 4.140.818,27 |
| H.R.T.B.R. | 65.545 | 1.000 | 9.650 | 178.500 | 684.825 | 176.000 | - | - | 1.562.435 | 6.538.451,19 |
| F.Nacional | 680.955 | 216.400 | 6.337 | 335.850 | - | - | 38.460 | - | 3.074.803 | 6.343.618,52 |
| F.Import. | 373.598 | 1.150 | - | - | - | - | - | - | 374.748 | 3.822.442,98 |
| Ovos | - | - | - | - | - | - | - | - | 391.083 | 3.300.740,52 |
| Diversos | 18.800 | 12.000 | - | - | 4.500 | - | - | - | 127.451 | 391.343,49 |
| Total | 1.138.898 | 230.550 | 75.431 | 653.300 | 689.325 | 176.000 | 38.460 | - | 8.392.700 | 25.998.564,02 |

Fonte: CEASA/ES

Obs: H.F.F.H - Hortaliça- folha, flor, haste
H.Fruto - Hortaliça-fruto
H.R.T.B.R. - Hortaliça - raíz, tubérculo, bulbo e rizoma

Quadro Resumo da Movimentação e Procedência dos Produtos Comercializados na CEASA/ES em agosto de 1977, em kg

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estado do Espírito Santo | | | | | | |
| | MR 204 | MR 205 | MR 206 | MR 207 | MR 208 | MR 209 | MR 210 |
| H.F.F.H. | 70 | - | 399.977 | 82.605 | 34.886 | - | - |
| H.Fruto | 6.921 | 151.535 | 2.478.010 | 27.745 | 10.579 | 19.460 | 5.599 |
| H.R.T.B.R. | - | - | 399.573 | 49.228 | 23.920 | 3.000 | 13.880 |
| F.Nacional | 3.200 | 129.490 | 904.402 | 588.848 | 3.162 | 35.460 | 108.969 |
| F.Import. | - | - | - | - | - | - | - |
| Ovos | - | - | 360.195 | 6.420 | 95.540 | - | - |
| Diversos | - | - | 1.847 | 69.119 | - | - | 120 |
| Total | 10.271 | 281.025 | 4.544.004 | 823.965 | 168.087 | 57.920 | 128.568 |

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | | | Outros | Total | Valor Total (Cr$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Outros Estados | | | | | | | | | | |
| | RJ | SP | MG | BA | PR | PE | SE | RS | | | |
| H.F.F.H. | 2.080 | - | - | - | - | - | | - | - | 519.618 | 1.753.864,58 |
| H.Fruto | 1.745 | - | 19.875 | 155.300 | - | - | - | - | - | 2.876.769 | 4.946.486,69 |
| H.R.T.B.R. | 98.605 | 92.320 | 25.530 | 224.840 | 226.930 | - | - | 743.687 | 13.800 | 1.915.313 | 6.822.836,59 |
| F.Nacional | 275.866 | 268.385 | 4.800 | 777.880 | - | 54.450 | - | - | - | 3.154.992 | 6.986.485,04 |
| F.Import. | 341.045 | 48.122 | - | - | - | - | - | - | - | 389.167 | 4.358.607,07 |
| Ovos | - | - | - | 7.140 | - | - | - | - | - | 469.295 | 3.730.895,25 |
| Diversos | - | - | - | - | - | - | 2.400 | 15.000 | - | 88.486 | 321.928,32 |
| Total | 719.341 | 408.827 | 50.205 | 1.165.160 | 226.930 | 54.450 | 2.400 | 758.687 | 13.800 | 9.413.640 | 28.921.103,54 |

Fonte: CEASA/ES

Obs: H.F.F.H - Hortaliça- folha, flor, haste
H.Fruto - Hortaliça-fruto
H.R.T.B.R. - Hortaliça - raiz, tubérculo, bulbo e rizoma

Quadro Resumo da Movimentação e Procedência dos Produtos Comercializados na CEASA/ES, em setembro de 1977, em kg

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estado do Espírito Santo | | | | | | |
| | MR 204 | MR 205 | MR 206 | MR 207 | MR 208 | MR 209 | MR 210 |
| H.F.F.H. | 1.160 | - | 522.880 | 76.183 | 56.148 | 150 | 964 |
| H.Fruto | 4.565 | 62.400 | 2.387.638 | 20.290 | 9.265 | 22.468 | 3.204 |
| H.R.T.B.R. | - | - | 423.425 | 49.442 | 21.830 | 3.640 | 11.298 |
| F.Nacional | 3.410 | 72.170 | 735.868 | 643.981 | 4.423 | 3.230 | 100.197 |
| F.Import. | - | - | - | - | - | - | - |
| Ovos | - | - | 355.915 | 2.250 | 50.810 | - | - |
| Diversos | - | 2.500 | 6.598 | 71.276 | - | - | 45 |
| Total | 9.135 | 137.070 | 4.432.324 | 863.422 | 142.476 | 29.488 | 115.708 |

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | | | Total | Valor Total (CR$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Outros Estados | | | | | | | | | |
| | RJ | SP | MG | BA | PR | PE | SE | RS | | |
| H.F.F.H. | 1.760 | - | 2.200 | - | - | - | - | - | 661.445 | 1.947.015,18 |
| H.Fruto | 2.850 | - | 6.620 | 164.450 | - | - | - | - | 2.683.750 | 5.830.752,84 |
| H.R.T.B.R. | 215.479 | 483.760 | 82.640 | 138.600 | 283.470 | 186.930 | - | - | 1.900.514 | 7.002.314,08 |
| F.Nacional | 179.023 | 191.719 | 1.400 | 907.075 | - | 1.905 | 179.430 | - | 3.023.831 | 7.203.824,13 |
| F.Import. | 255.806 | 64.519 | - | 750 | - | - | - | - | 321.075 | 3.736.126,55 |
| Ovos | - | - | - | 20.580 | - | - | - | - | 429.555 | 3.131.455,95 |
| Diversos | 4.800 | 6.046 | - | - | - | - | - | 5.700 | 96.965 | 604.498,88 |
| Total | 639.718 | 746.044 | 92.860 | 2.231.455 | 283.470 | 188.835 | 179.430 | 5.700 | 9.117.135 | 29.455.987,61 |

Fonte: CEASA/ES

Obs: H.F.F.H - Hortaliça- folha, flor, haste
H.Fruto - Hortaliça-fruto
H.R.T.B.R. - Hortaliça - raíz, tubérculo, bulbo e rizoma

Quadro Resumo da Movimentação e Procedência dos Produtos comercializados na CEASA/ES, em outubro, 1977, em kg

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estado do Espírito Santo | | | | | | |
| | MR 204 | MR 205 | MR 206 | MR 207 | MR 208 | MR 209 | MR 210 |
| H.F.F.H. | - | - | 570.202 | 64.911 | 36.015 | 640 | 576 |
| H.Fruto | 520 | 29.935 | 2.148.310 | 19.094 | 6.878 | 39.980 | 3.074 |
| H.R.T.B.R. | - | - | 373.886 | 44.451 | 6.891 | 900 | 23.609 |
| F.Nacional | 15.760 | 45.621 | 746.222 | 585.738 | 1.361 | 7.810 | 222.383 |
| F.Import. | - | - | - | - | - | - | - |
| Ovos | - | - | 413.759 | - | 86.500 | - | - |
| Diversos | - | - | 8.254 | 61.732 | - | - | 75 |
| Total | 16.280 | 75.556 | 4.260.633 | 775.926 | 137.645 | 49.330 | 249.717 |

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | | | Total | Valor Total (CR$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Outros Estados | | | | | | | | | |
| | RJ | SP | MG | BA | PR | PE | SE | RS | | |
| H.F.F.H. | 490 | - | - | - | - | - | - | - | 672.834 | 1.402.175,39 |
| H.Fruto | 1.850 | - | 16.530 | 259.700 | - | - | - | - | 2.525.871 | 5.787.788,02 |
| H.R.T.B.R. | 436.320 | 633.567 | 101.600 | 155.000 | 89.040 | 86.520 | - | - | 1.951.784 | 7.295.839,75 |
| F.Nacional | 450.478 | 248.955 | 151.503 | 451.632 | - | - | 257,414 | - | 3.184.877 | 8.639.462,13 |
| F.Import. | 262.264 | 81.445 | - | - | - | - | - | - | 343.709 | 4.144.461,36 |
| Ovos | - | - | - | - | - | - | - | - | 500.259 | 3.646.888,11 |
| Diversos | 130 | 12.350 | 156 | - | 23.200 | - | - | 2.650 | 108.547 | 452.074,70 |
| Total | 1.151.532 | 976.317 | 269.789 | 866.332 | 112.240 | 86.520 | 257.414 | 2,650 | 9.287.881 | 31.368.689,46 |

Fonte: CEASA/ES

Obs: H.F.F.H - Hortaliça- folha, flor, haste
H.Fruto - Hortaliça-fruto
H.R.T.B.R. - Hortaliça - raíz, tubérculo, bulbo e rizoma

Quadro Resumo da Movimentação e Procedência dos Produtos Comerciazados na CEASA em Novembro de 1977, em kg

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estado do Espírito Santo | | | | | | |
| | MR 204 | MR 205 | MR 206 | MR 207 | MR 208 | MR 209 | MR 210 |
| H.F.F.H. | - | - | 592.110 | 54.639 | 8.575 | - | 450 |
| H.Fruto | 6.700 | 7.625 | 2.135.646 | 32.035 | 46.867 | 43.600 | 5.514 |
| H.R.T.B.R. | - | - | 372.892 | 38.730 | 22.113 | 60.160 | 32.585 |
| F.Nacional | 64.495 | 69.322 | 754.511 | 515.605 | 1.482 | 6.046 | 301.865 |
| F.Import. | - | - | - | - | - | - | - |
| Ovos | - | - | 398.266 | - | 93.810 | - | - |
| Diversos | - | 16.800 | 17.084 | 64.401 | - | - | 410 |
| Total | 71.195 | 93.747 | 4.270.509 | 705.410 | 172.845 | 109.815 | 340.824 |

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | | | Outros | Total | Valor Total (Cr$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Outros Estados | | | | | | | | | | |
| | RJ | SP | MG | BA | PR | PE | SE | RS | | | |
| H.F.F.H. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 655.774 | 1.418.979,76 |
| H.Fruto | 3.180 | - | 26.957 | 212.025 | - | - | - | - | 2.000 | 2.522.158 | 6.702.645,35 |
| H.R.T.B.R. | 176.010 | 299.030 | 53.150 | - | 799.302 | 3.000 | - | - | - | 1.856.972 | 7.163.353,57 |
| F.Nacional | 764.573 | 382.541 | 591.836 | 266.820 | - | 10.600 | 1.800 | - | - | 3.731.496 | 11.757.912,87 |
| F.Import. | 256.577 | 122.059 | - | - | - | - | - | - | - | 378.636 | 5.980.064,74 |
| Ovos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 492.076 | 3.828.351,28 |
| Diversos | - | 28.500 | 104 | - | 27.600 | - | - | 8.400 | - | 163.299 | 919.259,81 |
| Total | 1.200.340 | 832.130 | 672.047 | 478.845 | 826.902 | 13.600 | 1.800 | 8.400 | 2.000 | 9.800.409 | 37.770.567,38 |

Fonte: CEASA/ES

Obs: H.F.F.H - Hortaliça- folha, flor, haste
H.Fruto - Hortaliça-fruto
H.R.T.B.R. - Hortaliça - raíz, tubérculo, bulbo e rizoma

Quadro Resumo da Movimentação e Procedência dos Produtos Comercializados na CEASA/ES em dezembro de 1977 em kg

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estado do Espírito Santo | | | | | | |
| | MR 204 | MR 205 | MR 206 | MR 207 | MR 208 | MR 209 | MR 210 |
| H.F.F.H. | - | - | 559.245 | 25.411 | 37.514 | | 258 |
| H.Fruto | 6.175 | 3.308 | 2.013.120 | 46.277 | 193.915 | 38.669 | 30.825 |
| H.R.T.B.R. | 750 | 412 | 337.170 | 40.650 | 28.847 | 4.870 | 34.171 |
| F.Nacional | 215.315 | 186.623 | 648.616 | 463.132 | 3.952 | 1.641 | 263.295 |
| F.Import. | - | - | - | - | - | - | - |
| Ovos | - | - | 407.783 | 18 | 82.290 | - | - |
| Diversos | - | - | 8.705 | 50.547 | 20 | - | 1.800 |
| Total | 222.240 | 190.343 | 3.974.639 | 629.035 | 346.538 | 45.180 | 330.349 |

| Grupo de Produtos | PROCEDÊNCIA | | | | | | | | Total | Valor Total (CR$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Outros Estados | | | | | | | | | |
| | RJ | SP | MG | BA | PR | PE | SE | RS | | |
| H.F.F.H. | - | - | - | - | - | - | - | - | 625.428 | 1.566.571,00 |
| H.Fruto | - | - | 2.000 | 176.550 | - | - | - | - | 2.510.839 | 8.788.457,22 |
| H.R.T.B.R. | 128.680 | 179.800 | 26.140 | - | 1.171.213 | 12.000 | - | 126.000 | 2.092.703 | 9.153.712,83 |
| F.Nacional | 890.862 | 596.793 | 500.085 | 279.380 | - | - | - | - | 4.049.694 | 14.224.783,66 |
| F.Import. | 158.968 | 19.133 | - | - | - | - | - | - | 178.101 | 3.127.820,49 |
| Ovos | - | - | - | - | - | - | - | - | 490.091 | 3.979.538.92 |
| Diversos | 125 | 24.150 | - | - | 2.700 | - | - | 4.000 | 92.047 | 450.069,60 |
| Total | 1.178.635 | 819.876 | 528.225 | 455.930 | 1.173.913 | 12.000 | - | 132.000 | 10.038.903 | 41.290.953,72 |

Fonte: CEASA/ES

Obs: H.F.F.H - Hortaliça- folha, flor, haste
H.Fruto - Hortaliça-fruto
H.R.T.B.R. - Hortaliça - raíz, tubérculo, bulbo e rizoma

QUADRO - Volume (t), Valor e Procedência dos Produtos Comercializados na CEASA/ES - 1977 - Período junho a dezembro.

| Mês | Total | | Esp. Santo | | Proced. de Outros Estados | | | Outros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | RJ | BA | PR | |
| | Volume (t) | Valor Cr$ 1.000 | t. | % | % | % | % | % |
| Junho | 7.291 | 23.249 | 5.191 | 71,20 | 11,96 | 4,06 | 7,77 | 5,01 |
| Julho | 8.393 | 25.998 | 5.391 | 64,23 | 13,57 | 7,78 | 8,21 | 6,21 |
| Agosto | 9.413 | 28.921 | 6.014 | 63,88 | 7,64 | 12,38 | 8,06 | 8,03 |
| Setembro | 9.117 | 29.456 | 5.730 | 62,84 | 7,24 | 13,51 | 3,11 | 13,30 |
| Outubro | 9.288 | 31.369 | 5.565 | 59,92 | 12,40 | 9,33 | 1,21 | 17,14 |
| Novembro | 9.800 | 37.770 | 5.764 | 58,82 | 12,25 | 4,89 | 8,44 | 15,6 |
| Dezembro | 10.039 | 41.291 | 5.738 | 57,16 | 11,74 | 4,54 | 11,69 | 14,87 |
| Total | 63.341 | 218.054 | 39.393 | 62,19 | 10,93 | 8,13 | 6,12 | 12,63 |

Fonte: CEASA/ES

**QUADRO — Volume (t) e Participação dos Principais Produtos Comercializados na CEASA/ES — 1977 — Período de junho a dezembro.**

| Produtos | Volume t. | % |
|---|---|---|
| 1. Hortaliças | 34.571 | 54,58 |
| 1.1 — Folhas, Flores, Hastes | 4.019 | 6,34 |
| 1.2 — Fruto | 17.872 | 28,22 |
| 1.3 — Raiz, Tubérculo, Bulbo e Rizoma | 12.680 | 20,02 |
| 2. Frutos | 24.952 | 39,40 |
| 2.1 — Nacionais | 22.660 | 35,80 |
| 2.2 — Importados | 2.292 | 3,60 |
| 3. Ovos | 3.056 | 4.82 |
| 4. Diversos | 762 | 1,20 |
| Total | 63.341 | 100,00 |

Fonte: CEASA/ES.

**Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — CEPA/ES —**

Com o objetivo de implantar a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — CEPA/ES, foi assinado em 16 de Setembro de 1974, entre o Ministério da Agricultura — MA, a Secretaria de Estado da Agricultura — SEAG e o Conselho de Desenvolvimento Econômico — CODEC, hoje a atual Secretaria de Estado do Planejamento, o primeiro Convênio, instituindo de fato a CEPA/ES no Estado, conforme publicado no Diário Oficial da União, de 01 de novembro de 1974 e Decreto n.º 563-N publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de outubro de 1974. Visando dar continuidade à implantação e/ou manutenção da CEPA/ES, foram assinados diversos termos aditivos ao Convênio já mencionado, a saber: em 26.02.75, publicado no Diário Oficial da União de 26.03.75; em 15.07.75, publicado no Diário Oficial da União de 29.07.75; em 23.03.76, publicado no Diário Oficial da União de 07.04.76, publicado no Diário Oficial da União de 31.05.77 e finalmente em 14.11.77, publicado no Diário Oficial da União de 06.12.77.

O comportamento dos recursos alocados à CEPA/ES no período de 1974 a 1977 pode ser visualizado através do Quadro 1 e Figuras n.ºs 1 e 2.

**QUADRO 1. Total de Recursos por Fontes, Alocadas na CEPA no período de 1974 a 1977 em Cr$ 1,00**

| Anos | FONTES | | | Total |
|---|---|---|---|---|
| | MA | SEAG | SEPL | |
| 1974 | 200.000 | 834.000 | 30.000 | 1.064.000 |
| 1975 | 1.050.000 | 900.000 | 55.000 | 2.005.000 |
| 1976 | 1.188.000 | 1.213.166 | 64.000 | 2.465.166 |
| 1977 | 4.000.000 | 1.998.000 | 129.840 | 6.127.840 |

Fonte: CEPA/ES.

A evolução do quadro de pessoal técnico durante o mesmo período é apresentado no Quadro 2 e Figura 3.

**QUADRO 2. Evolução do número de técnicos na CEPA/ES no período de 1974 a 1977 por Especialização**

| Especialização | ANOS | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 |
| Com MS | 01 | 01 | 01 | 05 |
| Cursando MS | — | 01 | 01 | 03 |
| Com Treinamento em Planejamento | 02 | 07 | 08 | 02 |
| Sem Treinamento em Planejamento | 03 | 04 | 04 | 06 |
| TOTAL | 06 | 13 | 14 | 16 |

Fonte: CEPA/ES.

No que se refere aos trabalhos realizados pela CEPA/ES, o ano de 1977, destacou-se sobremaneira dos demais, conforme poder-se-á visualizar no Quadro 3 e Figuras 4 e 5.

**QUADRO 3. Trabalhos realizados pela CEPA/ES, por Órgão Solicitante, no período de 1974 a 1977**

| Anos | ÓRGÃO SOLICITANTE | | | Total |
|---|---|---|---|---|
| | SEAG | SUPLAN | SEPL | |
| 1974 | — | — | — | — |
| 1975 | 5 | 25 | 1 | 31 |
| 1976 | 5 | 17 | 2 | 24 |
| 1977 | 10 | 63 | 2 | 75 |

Fonte: Relatórios anuais CEPA/ES 1975, 1976 e Trimestrais de 1977.

Do total realizado no referido ano, 84% (oitenta e quatro por cento) foram para atender solicitações da SEAG, 13% (treze por cento) à SUPLAN e 3% (três por cento) para à SEPL, conforme apresentado na Figura 6.

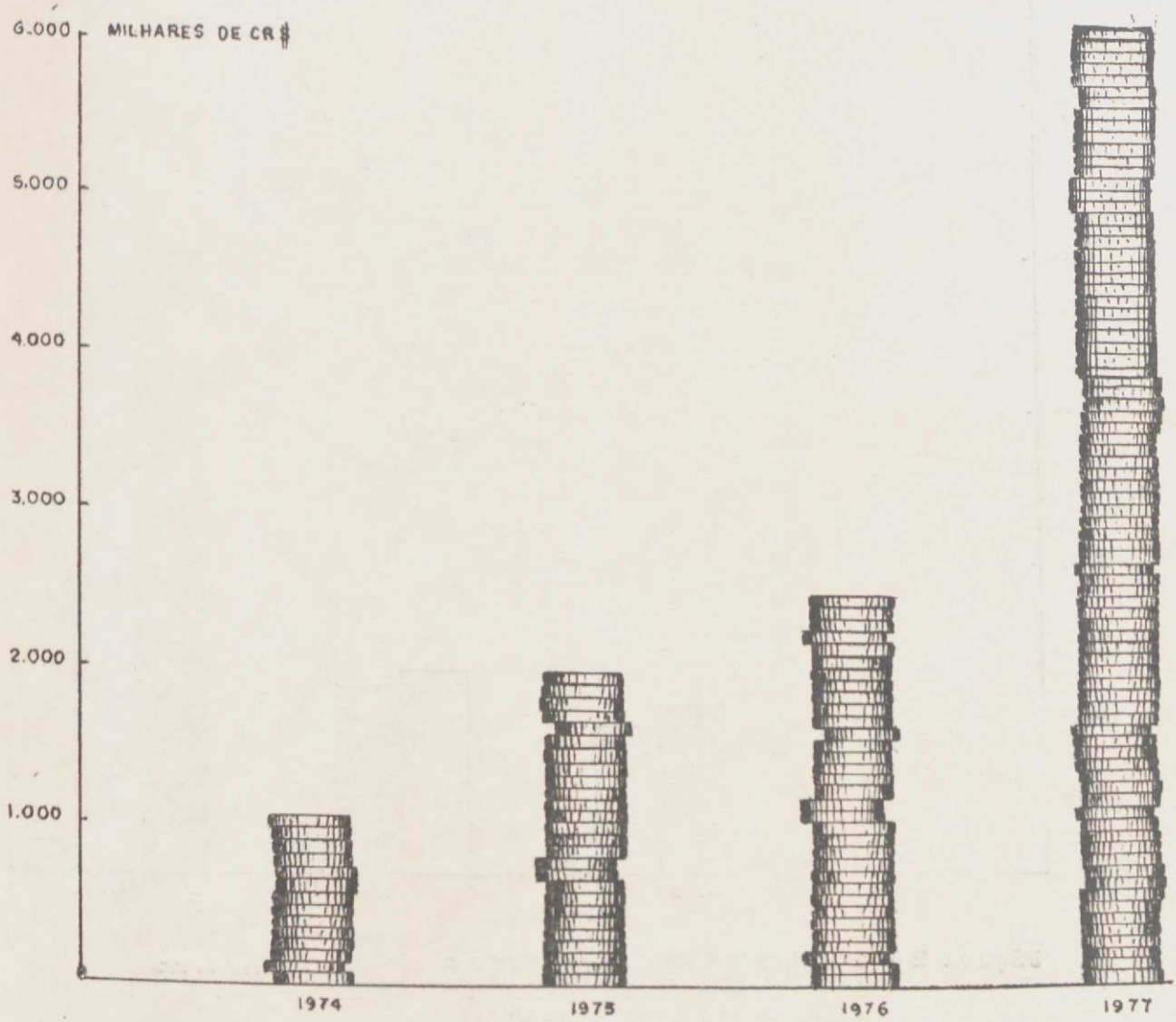



Figura 1 - Total de Recursos alocados para a manutenção da CEPA/ES no período 1974 a 1977

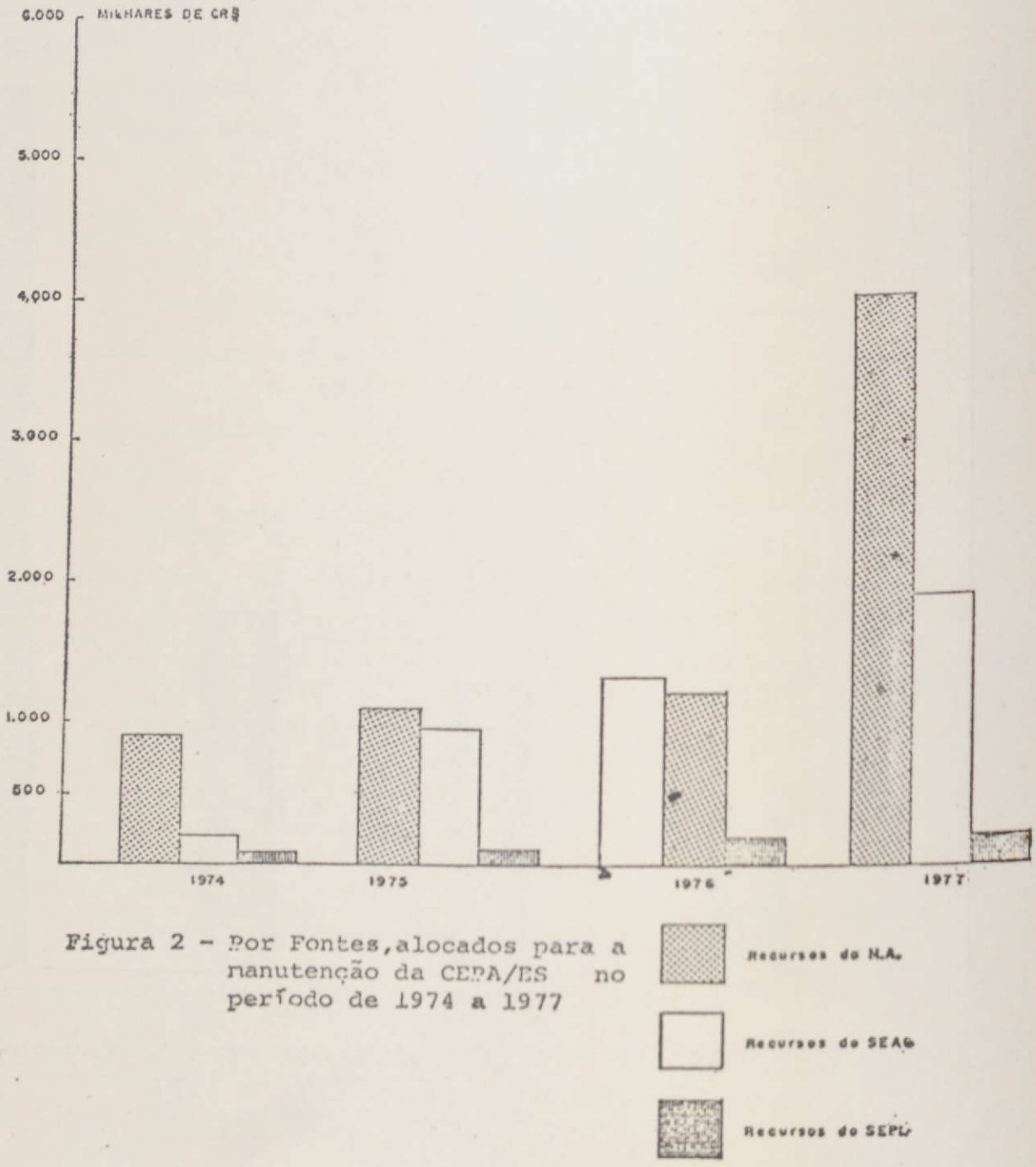



Figura 2 - Por Fontes, alocados para a manutenção da CEPA/ES no período de 1974 a 1977

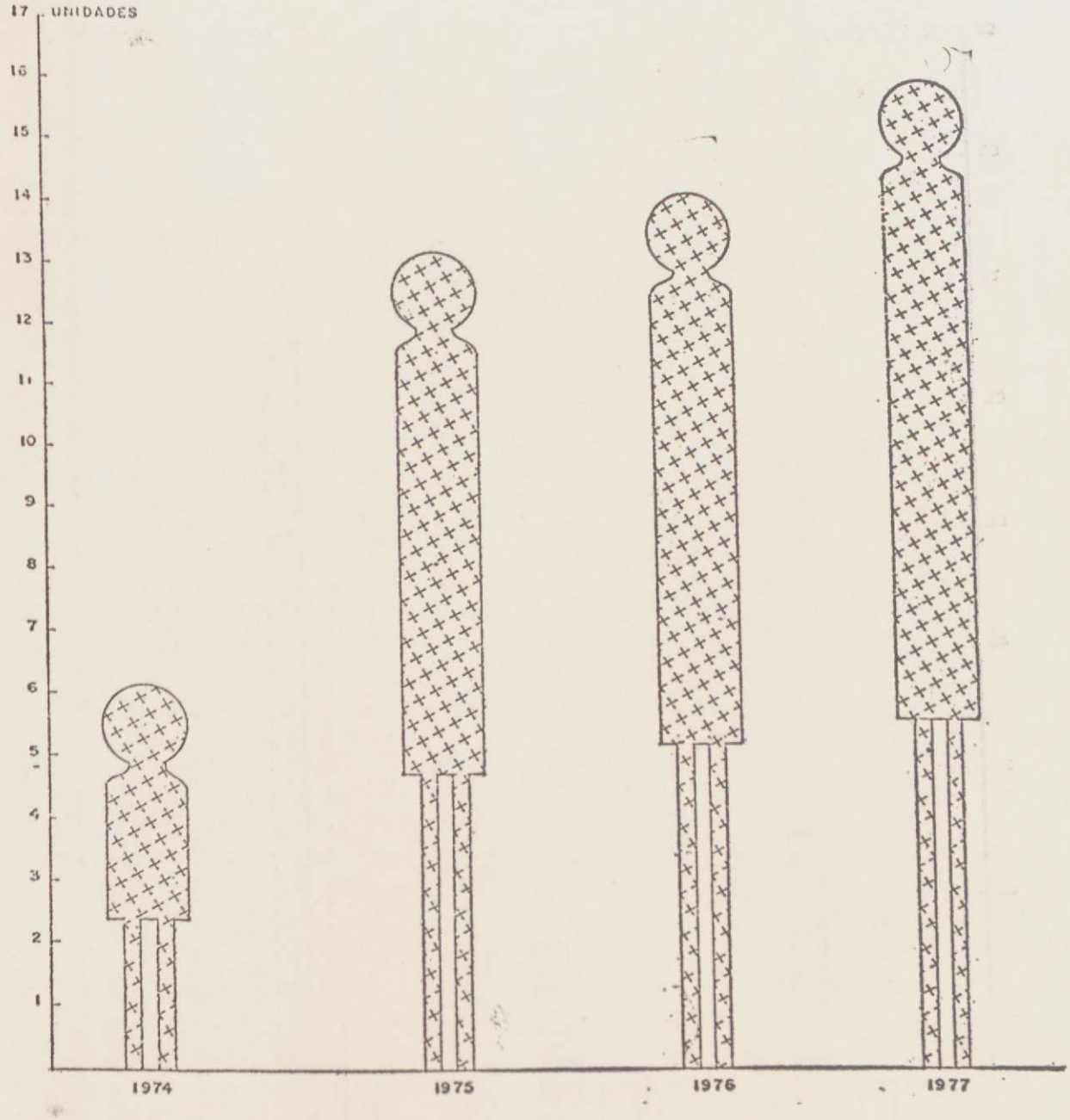



Figura 3 - Evolução do nº de Técnicos na CEPA/ES no período de 1974 a 1975

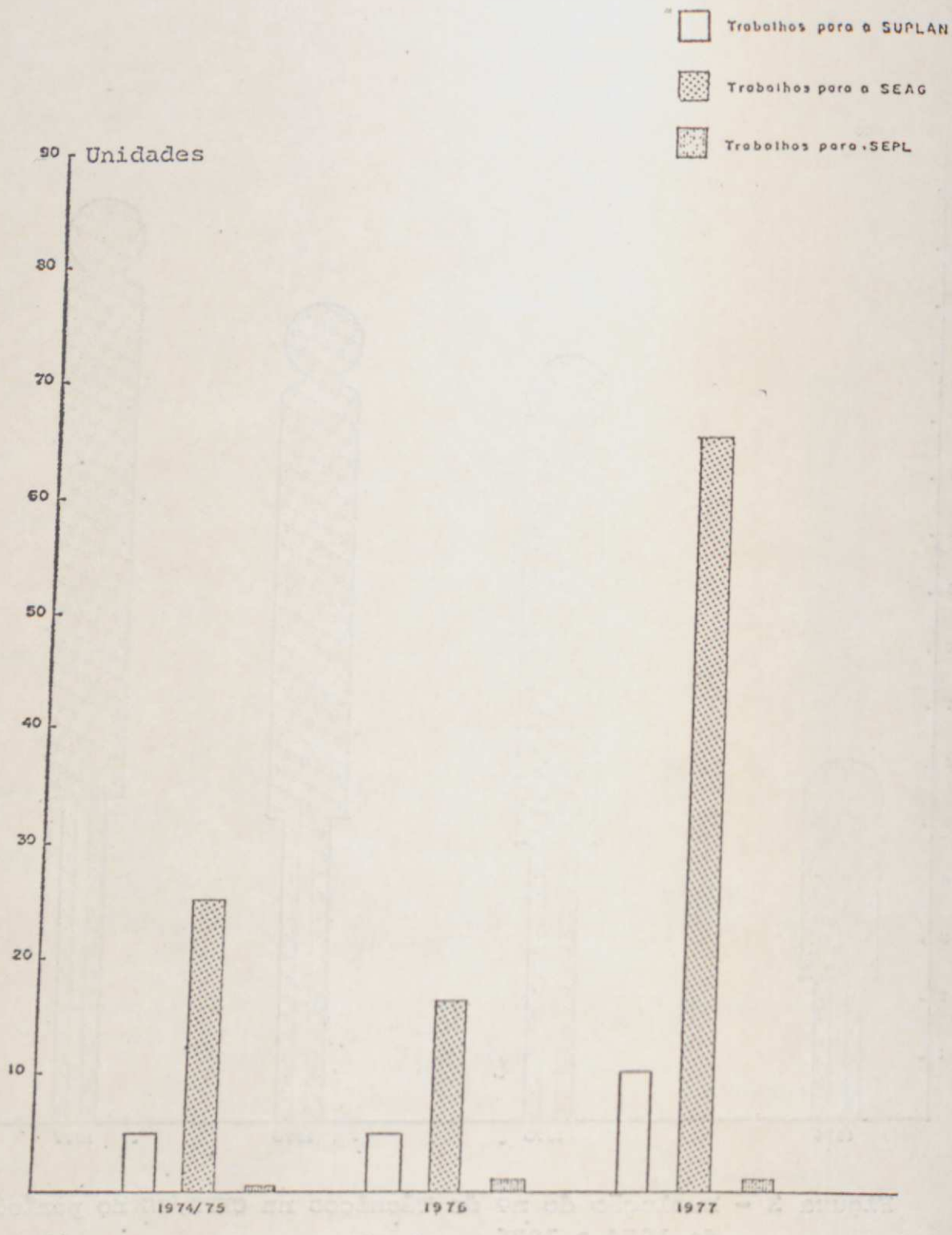



Figura 4 - Trabalhos elaborados pela CEPA/ES por fontes, no período de 1974 a 1977

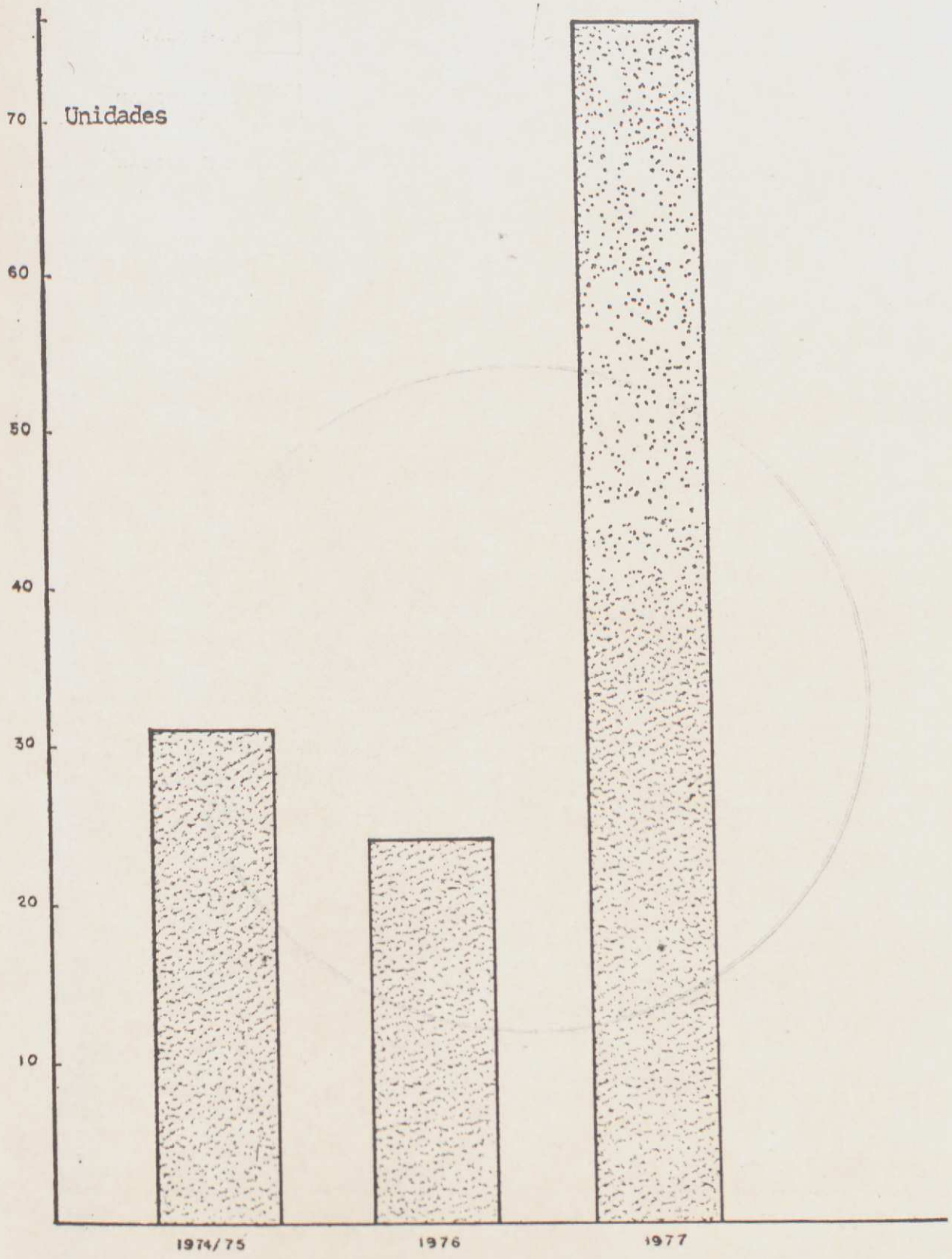



Figura 5 - Total de trabalhos realizados pela CEPA/ES no período de 1974 a 1977

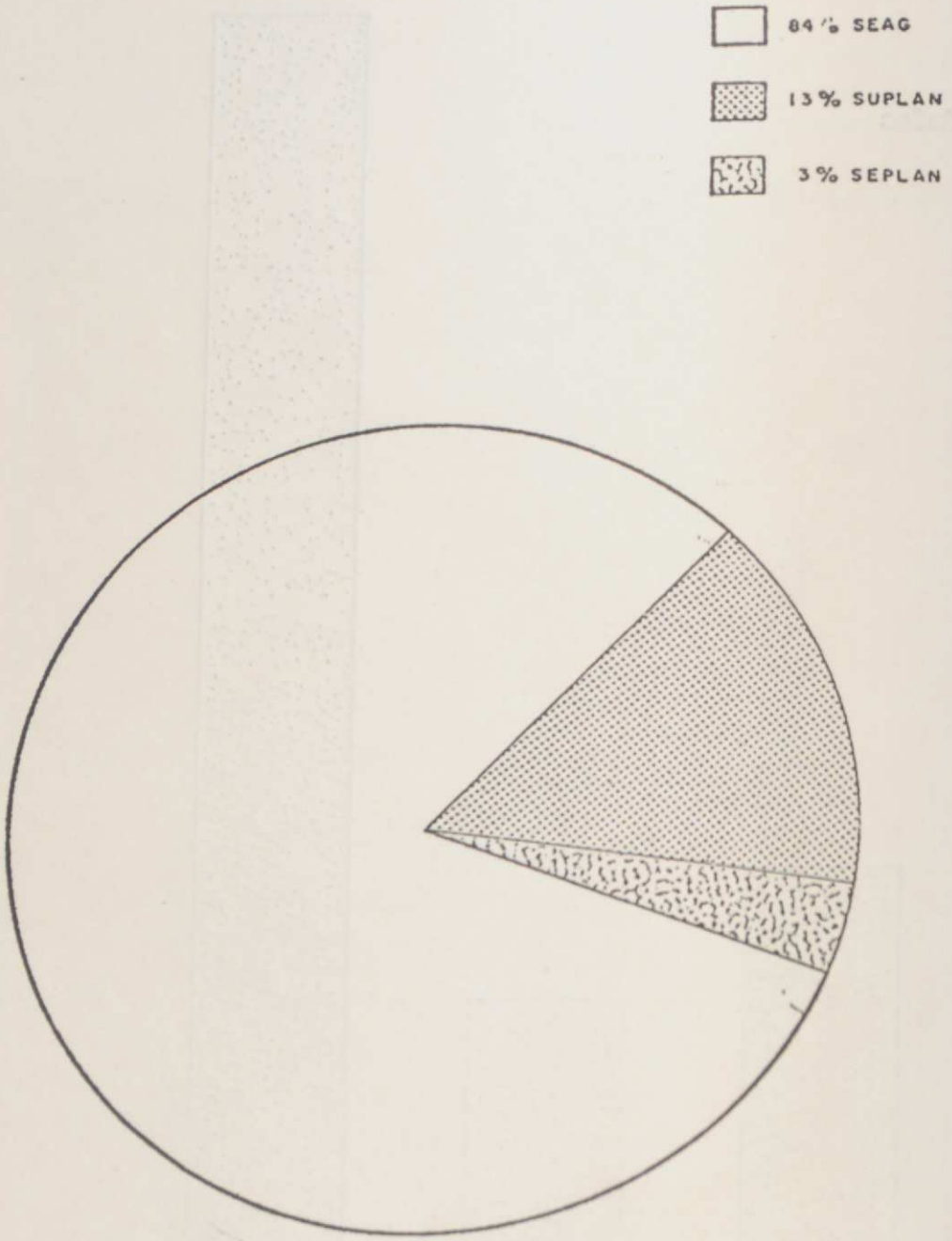



Figura 6 - Trabalhos elaborados em 1977 por fonte

Neste ano deu-se início aos estudos básicos na área de médio e longo prazos, face à necessidade do setor de planejamento dispor de elementos quantitativos, opções de desenvolvimento e política, com o objetivo de subsidiar a formulação do II Plano de Desenvolvimento Estadutl — II PDE, bem como o III Plano Nacional de Desenvolvimento — III PND.

Assim é que nesta área foram desenvolvidos e/ou iniciados 25 (vinte e cinco) estudos, estando programados mais 15 (quinze) para o ano de 1978.

Na área de curto prazo, realizaram-se 33 (trinta e três) trabalhos onde se destacam os seguintes: "Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros — PROHORT"; "Considerações com Vistas à Expansão da Heveicultura no Espírito Santo", Projeto "Construção de Estradas Vicinais — PROHORT"; "Revisão dos Critérios Financeiros do Programa — BID-205/SF-BR" "Estudos com vistas à Prorrogação dos Empréstimos Contraídos pelos Pecuaristas do Norte do Espírito Santo" e "Estudos visando a Alocação de Recursos Suletórios na Prioridade B do PESAC/77/78" todos já aprovados.

Quanto ao setor de estatística para o planejamento, desenvolveram-se 17 (dezessete) trabalhos.

Na oportunidade, é justo destacar que o trabalho da CEPA/ES, durante o ano de 1977, foi prestigiado por todos os órgãos do Setor Público Agrícola, no Espírito Santo, bem como empresas privadas.

**Trabalhos Técnicos**

1 — Área de Planejamento de Curto Prazo e/ou Área de Análise e Programação.
- 1.1 — Plano de Ação Setorial — PAS/1977
- 1.2 — Plano Anual de Produção e Abastecimento — PAPA/1977/78
- 1.3 — Plano Anual de Produção e Abastecimento — PAPA/1978/79
- 1.4 — Plano Anual de Trabalho da CEPA/ES para 1977/78
- 1.5 — Plano Anual de Trabalho da CEPA/ES para 1978/79
- 1.6 — Plano Anual do Setor Público Agrícola — PASPAG/1977
- 1.7 — Plano Estadual para Aplicação de Crédito Rural do Estado do Espírito Santo — PESAC, 1977/78
- 1.8 — Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros — PROHORT
- 1.9 — Programa de Reflorestamento das Pequenas e Médias Propriedades do Espírito Santo
- 1.10 — Plano de Defesa Sanitária Animal
- 1.11 — Programa com Vistas à Expansão da Heveicultura no Espírito Santo
- 1.12 — Estudo de Viabilidade Técnica para Instalação de um Abatedouro Frigorífico em Guaçuí
- 1.13 — Projeto Estradas Vicinais — PROHORT
- 1.14 — Projeto — Estudo de Otimização da Atividade Agropecuária no Espírito Santo (reformulação)
- 1.15 — Projeto — Previsão de Safras Agrícolas
- 1.16 — Projeto — Informação de Mercado Agrícola
- 1.17 — Projeto — Construção de Estradas Vicinais — IBC
- 1.18 — Projeto — Legitimação de Propriedades Agrícolas
- 1.19 — Projeto — Controle das Pragas e Doenças que Ocorrem nas Pastagens do Estado do Espírito Santo
- 1.20 — Projeto — Eletrificação Rural para o Espírito Santo
- 1.21 — Proposta Orçamentária da SEAG — 1978
- 1.22 — Plano para Organização da Biblioteca da SEAG/CEPA/ES
- 1.23 — Sistema Estadual de Planejamento Agrícola
- 1.24 — Implantação do Sistema de Acompanhamento das Políticas Agropecuárias
- 1.25 — Dinamização do Serviço de Informação de Mercado Agrícola
- 1.26 — Projeto — Fisiopatologia da Reprodução Animal e Inseminação Artificial no Espírito Santo
- 1.27 — Subsídios para um Projeto de Eletrificação Rural para a Região de Santa Tereza
- 1.28 — Elaboração do Plano de Ação para a EMESPE, visando à Defesa Sanitária Animal no Estado
- 1.29 — Estrutura Operacional da CEPA/ES
- 1.30 — Elaboração do Regulamento Interno do CEAPA
- 1.31 — Elaboração do Ante-Projeto de Decreto, Transferindo Atribuições do DTC para a Procuradoria Geral do Estado
- 1.32 — Estudo e Análise dos Estatutos dos seguintes Órgãos vinculados à SEAG, a fim de adaptá-los à Modernização Administrativa que se Implanta no Estado: EMESPE, EMCAPA, CASES, CERMAG e COFAI
- 1.33 — Estudos e Análises dos Processos de Aumento Salarial dos seguintes Órgãos vinculados à SEAG. COFAI, CERMAG, EMCAPA e IEF

2 — Área de Estudos e Pesquisas e/ou de Planejamento de Médio e Longo Prazos
- 2.1 — Estudo de Otimização das atividades Agropecuárias do Estado do Espírito Santo
- 2.2 — Análise do Comportamento do Setor Rural do Espírito Santo
- 2.3 — Levantamento e Mapeamento da Cobertura Florestal do Espírito Santo
- 2.4 — Estudo da Pecuária de Corte no Espírito Santo
- 2.5 — Análise da relação entre Terra e Mão-de-Obra, dadas as restrições topográficas, diante das perspectivas de crescimento para o Espírito Santo
- 2.6 — Análise do Crédito como Instrumento de Produtividade Rural
- 2.7 — Análise do Potencial de Retorno Econômico das Pequenas, Médias e Grandes Propriedades do E. Santo
- 2.8 — Realocação da Mão-de-Obra Rural do Estado do Espírito Santo
- 2.10 — Flutuação Sazonal de Preços de Hortaliças no Mercado de Vitória
- 2.11 — Relação de Trocas no Setor Agropecuário do Espírito Santo
- 2.12 — Projeção de Demanda Interna de Alimentos no Espírito Santo
- 2.13 — Margens de Comercialização de Produtos Agropecuários
- 2.14 — Caracterização dos Sistemas de Produção Agropecuária — Uso Atual

2.15 — Aspectos da Produção e Consumo de Mandioca na Região Norte do Espírito Santo

2.16 — Monografia sobre Bovinocultura de Carne e Leite

2.17 — Monografia sobre a Cultura da Batata

2.18 — Monografia sobre a Cultura do Arroz

2.19 — Monografia sobre a Cultura do Feijão

2.20 — Monografia sobre a Cultura do Tomate

2.21 — Revisão dos Critérios Financeiros do Programa BID-205/SF-BR

2.22 — Programação dos Prazos dos Empréstimos Contraídos pelos Pecuaristas do Norte do E. Santo

2.23 — Estudo para a Ampliação do Distrito Florestal/Industrial do E. Santo

2.24 — Avaliação dos Retornos e Riscos Relacionados com o uso de Fertilizantes em Milho no E. Santo

2.25 — Alocação de Recursos Supletórios na Prioridade "B" do PESAC

3 — Área de Estatística para o Planejamento e/ou Área de Informação e Coordenação

3.1 — Previsão de Safras Agrícolas 1976/77

3.2 — Previsão de Safras Agrícolas 1977/78

3.3 — Relatório Anual das Atividades da CEPA/ES — 1976

3.4 — Relatório de Atividades da CEPA/ES 1.º Trimestre/77

3.5 — Relatório de Atividades da CEPA/ES 2.º Trimestre/77

3.6 — Relatório de Atividades da CEPA/ES 3.º Trimestre/77

3.7 — Relatório de Atividades da CEPA/ES 4.º Trimestre/77

3.8 — Relatório Anual de Atividades da SEAG — 1976

3.9 — Relatório de Atividades da SEAG 1.º Trimestre — 1977

3.10 — Relatório de Atividades da SEAG 2.º Trimestre — 1977

3.11 — Relatório de Atividades da SEAG 3.º Trimestre — 1977

3.12 — Informações Estatísticas do Setor Agropecuário — 1974/78

3.13 — Boletim do Leite do 1.º Semestre de 1977

3.14 — Monografias dos Municípios do Estado do Espírito Santo

3.15 — Implantação do SEIR

3.16 — Notas Explicativas sobre Imposto de Operações relativas à Circulação de Mercadorias — ICM

**Companhia de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola — CERMAG —**

A CERMAG desempenha um papel de grande importância nas atividades agrícolas do Estado, pois dentre seus objetivos, procura dar melhores condições de comunicação, infra-estrutura e maior mobilidade aos programas de assistência técnica, proporcionando ao homem do campo, com auxílio da tecnologia, incentivos para produzir.

Não obstante alguns fatores negativos, a Companhia cumpriu, satisfatoriamente, todo seu programa de trabalho estabelecido para o ano de 1977.

O grau de atingimento das atividades realizadas em relação às programadas para o ano mencionado, variou de 29,2% (aração) à 150,3% (enleiramento), conforme é apresentado no quadro 1. O n.º de horas trabalhadas atingiu 79,5%, sendo que em recuperação de estradas e destoca os índices superaram o programado atingindo 298,93 e 171,00% respectivamente. (Quadro 2). O n.º de agricultores atendidos atingiu 128,1% e o faturamento bruto 88,6% com Cr$ 24.168.288,23. (Quadro 3)

Dos totais acima não constam o n.º de pessoas beneficiadas com serviços prestados através de convênios CERMAG/DER — CERMAG/SEAG e serviços contratados pelas Prefeituras Municipais, pois atendem coletividades, o que forma difícil mensurar o grande n.º de beneficiados.

**Companhia de Fomento Agro-Industrial — COFAI**

O crescimento acentuado da utilização de insumos modernos nestes últimos anos, caracteriza nova fase da agricultura estadual, na qual a tecnologia e o melhor uso dos recursos, começam a ser adotados pelos agricultores.

A expansão da agricultura estadual a índices compatíveis com os compromissos nacionais é um importante desafio que a COFAI, juntamente com os demais órgãos governamentais, tenta levar adiante, sempre visando à elevação dos níveis de bem estar do homem rural e o aumento constante da produtividade do Estado.

Durante o exercício de 1977, a COFAI, procurou dar proteção e garantia de abastecimento e equilíbrio de preços de insumos e implementos, necessários à agropecuária, fornecendo-os em tempo hábil aos produtores.

Dentre os objetivos previstos, a COFAI em 1977 deu prioridade às seguintes atividades:

1. Atos de comércio para a compra e venda de mercadorias, materiais e equipamentos utilizados na agricultura e na pecuária, visando apoiar os planos de desenvolvimento da apropecuária desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Agricultura;

2. Produção de sementes em cooperação com agricultores e empresas privadas;

3. Produção de rações de alta qualidade, visando aumentar a produtividade dos nossos rebanhos;

4. Colaboração na conservação de produtos agropecuários, produzindo gelo e frio para utilização pelos agricultores;

5. Participação em projetos de entidades estatais ou para-estatais, visando melhorar as condições de produção e abastecimento no meio rural;

6. Criar mais facilidades para que os médios e pequenos proprietários, tradicionais clientes da COFAI, utilizem mais insumos modernos visando aumento de produtividade, uma vez que os grandes fazendeiros e as agro-indústrias, são mais procurados pela iniciativa privada;

7. Complementar com equilíbrio de preços, a iniciativa privada no abastecimento da agricultura, e apoiá-la oferecendo-lhe novos mercados com introdução de mais tecnologia no meio rural;

8. Manter uma participação de 1/3 do comércio varejista no fornecimento a média e pequena propriedade, e ampliar o comércio atacadista, dando apoio a cooperativa e pequenos comerciantes, na ampliação de rede de abastecimento da agricultura.

No período ora analisado, observa-se que a COFAI atingiu 75,16% em relação ao faturamento programado, obtendo uma quantia de Cr$ 75.169.937,00 na comercialização de seus produtos.

Dentre os produtos comercializados, atingiu maior índice o sorgo, com 120% de (abrangência), seguido de fertilizantes com 110%. O menor índice alcançado, foi referente a forrageiras, atingindo apenas 5% do programado para o ano.

Um quadro demonstrativo da comercialização e faturamento de produtos destinados à agro-pecuária, pode ser visualizado a seguir.

QUADRO 1 Atividades Desenvolvidas pela CERMAG Durante o Ano de 1977

| Detalhamento | Unidade | Programado Para o ano | Realizado | | | | Realizado Durante o ano | Atingimento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | | |
| Construção de Estradas | km | 852 | 226 | 179 | 175 | 137 | 717 | 84,2 |
| Reabertura de Estradas | km | 744 | 221 | 136 | 225 | 247 | 829 | 111,3 |
| Contrução de Barragens | $M^3$ | - | 105 | 4.980 | 4.350 | 235 | 9.670 | - |
| Aração | ha | 1.646 | 165 | 57 | 231 | 28 | 481 | 29,2 |
| Gradagem | ha. | 880 | 263 | 45 | 22 | - | 330 | 37,5 |
| Carreadores | M | 325.000 | 52.100 | 45.300 | 15.750 | 4.600 | 117.750 | 36,2 |
| Destoca | ha | 2.950 | 1.137 | 663 | 604 | 467 | 2.871 | 93,7 |
| Terraplenagem | $M^3$ | 637.500 | 160.301 | 194.574 | 154.570 | 349.525 | 858.970 | 134,7 |
| Escavação | $M^3$ | 98.000 | 8.400 | - | 34.060 | - | 42.460 | 43,3 |
| Sistematização de Terrenos | ha | 53 | - | 22 | 30 | 4 | 56 | 106,0 |
| Terraços | M | - | 3.850 | 7.200 | 8.100 | 4.650 | 23.800 | - |
| Desmonte | ha | 727 | 72 | 62 | 89 | 94 | 317 | 43,6 |
| Enleiramento | ha | 545 | 305 | 334 | 148 | 32 | 819 | 150,3 |
| Colheita | ha | - | 75 | 38 | 12 | - | 125 | - |
| Aterro | $M^3$ | - | 8.895 | 58.148 | 28.960 | 54.460 | 150.463 | - |
| Drenagem | M | 19.400 | 470 | 6.870 | 7.230 | - | 14.570 | 75,1 |
| Sulcamento | ha | - | 10 | | - | - | 10 | - |
| Desmatamento | ha | 1.600 | 127 | 293 | 119 | 52 | 591 | 36,9 |
| Adubação | ha | - | - | 12 | - | - | 12 | - |
| Corte | ha | - | | - | 10.980 | - | 10.980 | - |

FONTE: CERMAG

QUADRO 4 Atividades Desenvolvidas pela CEMAG Durante o ano de 1977

| Detalhamento | Nº de Horas Programadas Para o Ano | Nº De Horas Trabalhadas | | | | Nº de Horas Trabalhadas Durante o ano | % Atingimento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | | |
| Desmatamento | 7.800 | 696:15 | 1.412:15 | 736:00 | 381:30 | 3.226:35 | 41,36 |
| Destoca | 6.800 | 3.546:13 | 3.517:05 | 2.480:53 | 2.084:25 | 11.628:36 | 171,00 |
| Construção Estrada | 43.845 | 6.767:15 | 5.966:00 | 4.852:30 | 3.910:55 | 21.496:40 | 49,03 |
| Recuperação Estrada | 6.700 | 5.523:00 | 3.120:25 | 6.311:00 | 5.074:00 | 20.028:25 | 298,93 |
| Sistematização | 1.200 | - | 137:00 | 1.078:00 | 120:00 | 1.335:00 | 111,25 |
| Aração | 6.876 | 761:30 | 245:30 | 488:00 | 113:00 | 1.608:00 | 23,39 |
| Terraplenagem | 12.500 | 4.751:15 | 3.523:15 | 2.854:00 | 5.586:40 | 14.715:10 | 117,72 |
| Barragens | - | 4:00 | 101:00 | 130:15 | 10:00 | 245:15 | - |
| Terraças | - | 118:30 | 215:00 | 203:50 | 111:30 | 648:50 | - |
| Carreadores | 6.500 | 936:30 | 942:30 | 559:00 | 93:00 | 2.531:00 | 38,94 |
| Desmonte | 6.800 | 323:30 | 256:00 | 405:00 | 562:30 | 1.547:00 | 22,75 |
| Aterro | - | 221:30 | 627:00 | 559:30 | 932:40 | 2.340:40 | - |
| Enleiramento | 1.551 | 870:00 | 941:00 | 459:30 | 96:00 | 2.366:30 | 152,55 |
| Gradagem | 1.770 | 528:00 | 169:00 | 42:00 | - | 739:00 | 41,75 |
| Escavação | 1.700 | 242:00 | - | 456:30 | - | 698:30 | 41,06 |
| Drenagem | 400 | 57:30 | 98:00 | 148:00 | - | 303:30 | 75,75 |
| Movimento de Terra | 3.600 | - | - | - | - | - | - |
| Sulcamento | - | 8:00 | - | - | - | 8:00 | - |
| Colheita | - | 105:00 | 66:00 | 17:00 | - | 188:00 | - |
| Corte | - | - | - | 167:30 | - | 167:30 | - |
| Adubação | - | - | 25:30 | - | - | 25:30 | - |
| Total | 108.042 | 23.459:58 | 21.363:05 | 21.948:28 | 19.076:10 | 85.847:41 | 79,5 |

QUADRO Atividades Desenvolvidas pela CERMAG durante o Ano de 1977

| Discriminação | Unidade | Programado para o ano | Realizado | | | | Total Realizado Durante o ano | % Atingimento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | | |
| Maquinas | Nº | 61 | 52 | 51 | 50 | 47 | 200 | 82,0 |
| Horas Trabalhadas | Nº | 108.042 | 23.460 | 21.363 | 21.948 | 19.076 | 85.847 | 79,5 |
| Agricultores | Nº | 1.000 | 362 | 351 | 360 | 208 | 1.281 | 128,1 |
| Faturamento Bruto | Cr$ | 27.272.612,00 | 5.661.083,00 | 5.961.693,67 | 6.494.065,56 | 6.051.446,00 | 24.168.288,23 | 88,6 |

FONTE: CERMAG

QUADRO – Demonstrativo das Comercializações e Faturamentos Ocorridos na COFAI Durante o Ano de 1977.

| Especificação | Unidade | Quantidade Programada Para o ano | Faturamento Programado Para o ano | 1º trimestre | | 2º trimestre | | 3º trimestre | | 4º trimestre | | Quantidade Total Comercial. | % | Faturamento Total Comercial. | % Total Faturamento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Quantidade Comerc. | Faturamento Comerc. | Quantidade Comerc. | Faturamento Comerc. | Quantidade Comerc. | Faturamento Comerc. | Quantidade Comerc. | Faturamento Comerc. | | | | |
| Produtos Veterinários | Div. | - | 3.867.792 | - | 966.948 | - | 535.149,90 | - | 1.502.224 | - | 1.187.084 | - | - | 4.191.406 | 108,36 |
| - Sal Comum | t. | 800 | 832.000 | 5 | 5.200 | 80 | 83.200 | 95 | 106.400 | 212,3 | 244.576 | 392,3 | 49,03 | 439.376 | 52,80 |
| - Vacina c/ aftosa | Doses | 3.100.000 | 3.968.000 | 853.000 | 1.091.840 | - | - | 851.000 | 1.277.700 | 556,260 | 1.844.207 | 2.261.060 | 72,93 | 4.213.747 | 106,19 |
| - Vacina c/ Brucelose | Doses | - | - | - | - | - | -- | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Vacina C/ Raiva | Doses | 250.000 | 1.550.000 | 3.317 | 44.997 | 2.800 | 22.400 | 2.950 | 22.504 | 27.553 | 276.299 | 36.620 | 14,64 | 366.200 | 23.62 |
| Calcário | t. | 6.500 | 1.105.000 | 1.089 | 227.486 | 558 | 217.620 | 1.200 | 205.227 | 253 | 160.774 | 3.100 | 47.69 | 811.107 | 73,40 |
| Fertilizantes | t. | 10.000 | 26.600.000 | 1.294 | 3.466.880 | 2.041 | 5.037.188 | 2.800 | 3.976,051 | 4.865 | 7.898.825 | 11.000 | 110,0 | 20.378.731 | 76,04 |
| Defensivos Agrícolas | Div. | - | 9.790.880 | - | 2.447.720 | - | 1.142.939,81 | - | 2.642.833 | - | 1.718.672 | - | - | 7.952.165 | 81,22 |
| Rações | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Para suínos | So | 76.358 | 3.843.098 | 9.272 | 903.234 | 6.499 | 374.732,34 | 9.490 | 731.440 | 15.718 | 1.900.103 | 40.979 | 53,66 | 3.909.509 | 101,72 |
| - Para aves | So | 68.723 | 3.308.325 | 4.699 | 810.595 | 4.567 | 309.003,22 | 6.960 | 413.200 | 13.313 | 1.274.159 | 29.539 | 42,98 | 2.806.957 | 84,84 |
| - Para Bovinos | So | 248.155 | 10.092.464 | 29.149 | 2.918.142 | 13.276 | 643.836 | 25.011 | 1.550.600 | 19.796 | 1.121.292 | 87.232 | 35.15 | 6.233.920 | 61.76 |
| Cálo | t. | 500 | 230.600 | 44 | 10.600 | 35 | 17.500 | 22 | 11.000 | - | - | 101 | 20,20 | 39.100 | 16.38 |
| Armazen. Frigorificada | t. | 1.500 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Sementes | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Milho | t. | 900 | 5.850.000 | - | - | 16 | 96.000 | 204 | 1.684.000 | 198 | 697.791 | 478 | 46,44 | 2.477.791 | 42,35 |
| - Arroz | t. | 200 | 900.000 | 5 | 22.500 | - | - | 12 | 54.000 | - | - | 17 | 8,50 | 76.500 | 8,50 |
| - Feijão | t. | 70 | 1.190.000 | 14 | 238.000 | - | - | 20 | 360.000 | - | - | 34 | 48,57 | 598.000 | 50,25 |
| - Sorgo | t. | 0,50 | 8.600 | - | - | - | - | - | - | 0,6 | 13.485 | 0,6 | 120,0 | 13.485 | 156,80 |
| - Forrageira | t. | 30 | 255.000 | - | - | - | - | 1,5 | 128.320 | - | - | 1,5 | 5,00 | 128.320 | 50,32 |
| Implem. Agr. e Ferram. | Div. | - | 2.048.952 | - | 512.238 | - | 400.219,44 | - | 1.117.965 | - | 698.522 | - | - | 2.728.944 | 133,18 |
| Outras Mercadorias | Div. | - | 24.351.289 | - | 3.466.650 | - | 2.416.926,52 | - | 8.854.629 | - | 3.093.260 | - | - | 17.831.466 | 73,22 |
| Total | - | - | 100.000.000 | - | 17.133.030 | - | 11.296.765,23 | - | 24.633.093 | - | 22.129.049 | - | - | 75.169.937 | 75,16 |

FONTE: COFAI

**Departamento de Aerofotogrametria e Fotointerpretação**
**—— DAF ——**

O Departamento de Aerofotogrametria e Fotointerpretação — DAF, tem como objetivo a execução de levantamentos plani-altimétricos para diversos fins, principalmente aqueles programas voltados para o setor agrícola. O órgão é responsável pela cobertura aerofotogramétrica de todo o território Estadual, com o emprego de fotografias aéreas na agricultura; realização de cadastros urbanos e rurais; levantamento de bacias hidrográficas, de solos e cartografia, sendo responsável também por pesquisas para prestação de assistência a outras entidades do Estado.

No ano de 1977 foram desenvolvidas pelo DAF, as atividades abaixo discriminadas:

— Levantamento por fotointerpretação — obteve um atingimento de 177% da programação proposta, sendo que a análise foi efetuada somente sobre a produção de croquis obtidos através da prática de fotointerpretação;

— Levantamentos topográficos, tendo atingido 100% da programação, que constou da execução de levantamentos plani-altimétricos e cadastramento da área onde será instalado o Parque Florestal e Reserva Biológica "Mestre Alvaro";

— Levantamentos aerofotogramétricos — atingiu 11,6% do programado, sendo que a causa deste baixo índice de produção ocorrido foi em consequência da restrição do Crédito Rural;

— Projeto de Cadastro Técnico dos Imóveis Rurais do Estado do Espírito Santo, não teve sua execução viabilizada devido a falta de recursos financeiros para este fim;

— Ampliação e montagem de aerofotos, tendo atingido 40% da programação;

— Desenho Cartográfico, realizou a totalidade da procura, isto é, 25 (vinte e cinco) desenhos;

— Mapeamento por fotointerpretação da área do Estado do Espírito Santo correspondente a 275 aerofotos, nas escalas 1:60.000 e 1:100.000;

— Identificação e traçados nos acetados mapeados dos limites inter-municipais;

— Confecção de 41 mapas municipais;

— Computação de dados referentes a 39 (trinta e nove) municípios;

— Conclusão do levantamento da rede Escolar da região Grande-Vitória;

— Conclusão do levantamento referente à restituição aerofotogramétrica;

— Conclusão do levantamento Aerofotogramétrico de área localizada em Barra do Jucú, Vila Velha-ES;

— Levantamento Aerofotogramétrico da área com 6.400,00 ha, localizada no município de São Mateus-ES;

— Levantamento Aerofotogramétrico da área com 100,00 hs, localizada em Conceição do Castelo-ES;

— Levantamento Aerofotogramétrico da área com 210,00 hs, localizada em São José do Calçado-ES;

— Apoio técnico ao Programa Nacional de Pecuária — PROPEC, com objetivo de atender ao Programa Creditício para o desenvolvimento da pecuária, tendo sido realizados 10 (dez) levantamentos planimétricos, num total de 4.346,57 ha, atingindo 9 (nove) municípios do Espírito Santo;

— Confecção de 3 (três) mapas planimétricos para processo fotointerpretativo, dos distritos de Anutiba (Alegre-ES), Paulista (B. S. Francisco) e Marilândia (Colatina-ES);

— Levantamento topográfico, com memorial descritivo, de área localizada na Serra-ES;

— Levantamento topográfico de área localizada no município de Vila Velha-ES;

— Levantamento topográfico do perímetro e restituição aerofotogramétrica de área com 800,00 ha, localizada no município de Domingos Martins-ES;

— Levantamento topográfico do perímetro e restituição aerofotogramétrica de área com 800,00 ha, no município de Fundão-ES;

— Levantamento topográfico do perímetro com memorial descritivo e restituição aerofotogramétrica de área localizada no município de Cariacica-ES;

— Levantamento topográfico do perímetro e restituição aerofotogramétrica de área localizada no município de Vila Velha-ES;

— Levantamento aerofotogramétrico de área com 110,00 ha, no município de Colatina-ES;

— Levantamento topográfico localizando com base em memorial descritivo, construções pertencentes a contratantes e a SEAG, em Vitória-ES;

— Fornecimento de redesenho de overlays do Cadastro Rural, compreendendo uma faixa de 10km ao longo dos canais do DNOS, no município de Linhares-ES, acompanhado de relação dos proprietários ao longo da referida faixa;

— Elabração de planta planimétrica de área localizada no município de Serra-ES envolvendo delimitação de área alagadas;

— Elaboração de croquis por fotointerpretaçao de áreas pertencentes aos municipios de Anchieta, Aracruz, Linhares, Colatina, Nova Venécia e São Mateus-ES;

— Levantamento aerofotogramétrico de área com 500,00 ha localizada no município de Divino de São Lourenço-ES;

— Levantamento aerofotogramétrico de área com 280,00 ha, localizada no município de Divino de São Lourenço-ES;

— Croquis por fotointerpretação compreendendo aproximadamente 50km2, entre Ponta da Fruta e Setiba;

— Restituição aerofotogramétrica de área localizada em São Mateus-ES;

— Levantamento topográfico do perímetro com memorial descrito e restituição aerofotogramétrica da área com 317,00 ha (aprox.), localizada em Cachoeiro de Itapemirim-ES;

— Levantamento aerofotogramétrico de área no município de Alfredo Chaves-ES;

— Ampliação de aerofotos e montagem compreendendo o trecho cidade de Vila Velha a Ponta da Fruta-ES;

— Fornecimento de fotomosaico escala 1:25 000 do município de Aracruz-ES, redesenho do respectivo "overlay" de fotocadastramento, acompanhados de relação dos proprietários existentes na região e a área de cada imóvel;

— Fornecimento de 2 (dois) fotomosaicos na escala 1:25 000, compreendendo parte do município de Ibiraçú e Cariacica-ES.

CONTRATO SEAG/CEPA-DAF, referente ao levantamento por fotointerpretação das áreas do Estado do Espírito Santo com declividade inferior e superior a 30%, e confecção de 53 mapas municipais em escalas diversas, compatível com o tamanho do município e 1 (um) mapa estadual onde foram representados esquematicamente os dados levantados por prancha de fotomosaico.

Os resultados numéricos foram apresentados em tabelas por municípios.

SERVIÇOS DE NATUREZA GERAL -- envolvendo confecção de croquis por fotointerpretação, redesenhos, ampliações, etc.

— Confecção de 8 (oito) croquis por fotointerpretação de vales úmidos existentes no Estado;

— Restituição aerofotogramétrica de área de 160 00 ha, na escala 1:2 000 com curvas de nível de 1 em 1 metro do "Campus Universitário em Goiabeiras-ES;"

— Levantamento aerofotogramétrico na escala de 1:5 000 com curvas de nível de 5 em 5 metros da sede do município de Alegre-ES e adjacências.

Acha-se em execução o contrato firmado com o Instituto Estadual de Florestas, referente ao levantamento plani-altimetrico e cadastramento da área onde se localizam o Parque Florestal e a Reserva Biológica "Mestre Álvaro", no Município da Serra.

No cronograma dos serviços a serem executados, relativamente a esse contrato, já estão cumpridas as seguintes etapas:

a) demarcação e levantamento topográfico do perímetro da área total e confecção do respectivo memorial descritivo;

b) Cadastro preliminar simplificado, visando obter o número e nome dos ocupantes da área, posicionamento e tamanho das parcelas para fins de planejamento do levantamento propriamente dito;

c) Escolha, identificação e execução do apoio de campo, restituição e elaboração da planta plani-altimétrica da área total;

d) Abertura de picadas nos limites das propriedades existentes na área 113 (cento e treze) propriedades e levantamento topográfico do perímetro de 65 (sessenta e cinco) destas propriedades, representando cerca de 80% da área total;

e) Pesquisa nos Cartórios de Registro de Imóveis "Rostand Castelo", "Mário Leão Castelo" e da Serra, no que se refere a existência de documentação por parte dos ocupantes da área.

A seguir os Quadros 1 e 2 mostram as atividades desenvolvidas pelo órgão e o comportamento Financeiro Orçamentário durante o corrente exercício.

QUADRO 1. - Atividades Desenvolvidas pelo DAF. em 1977.

| Especificação | Unid. | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | | Total Programado | Total Realizado | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Prog. | Real. | Prog. | Real. | Prog. | Real. | Prog. | Real. | | | |
| Levant. por Fotointerpret. | Croqui | - | 3 | 8 | 20 | 8 | 20 | 8 | 10 | 30 | 53 | 177 |
| Levantamento Topográficos | Planta | - | - | 4 | 3 | 4 | 10 | 4 | 2 | 15 | 15 | 100 |
| Levant. Aerofotogramét. | Planta | - | 3 | 54 | 10 | 54 | 10 | 54 | 2 | 215 | 25 | 11,6 |
| Fotocadastramento | P.Agr. | - | - | 1.500 | - | 1.500 | - | 1.500 | - | - | - | - |
| Ampl. e Mont. do Aerof. | Mont. | - | 1 | 8 | 4 | 8 | 1 | 8 | 6 | 30 | 12 | 40 |
| Desenho Cartográfico | Des. | - | 16 | - | 3 | - | 4 | - | 2 | - | 25 | - |
| Levant. da Cob.Vegetal | $Km^2$ | - | - | 5.000 | - | 5.000 | 20.000 | 5.000 | 25.597 | 20.000 | 45.597 | 228 |

Fonte: DAF.

QUADRO 2. — Comportamento Financeiro Orçamentário Durante o Ano de 1977

| Receita | CR$ |
|---|---|
| Transferências Correntes .. .. ..... | 1.976.151,05 |
| Receitas Diversas .. .. .. .. ..... | 2.103.498,03 |
| Consignações Diversas .. ..... | 319.334,03 |
| Caixa-Saldo-1976 .... .. .. ..... | 339.692,47 |
| Total .. ..... .. .. .. ..... | 4.740.635,58 |

| Despesa | CR$ |
|---|---|
| Pessoal Civil ..... .. .. ..... | 2.875.163,09 |
| Material de Consumo ..... .. .. ..... | 141.779,88 |
| Serviços de Terceiros .. .. .. ..... | 384.148,79 |
| Encargos Diversos .... .. ..... | 21.313,35 |
| Desp. de Exercícios Anter. .. .. .. ..... | 44.076,05 |
| Cont. Previdência Social .. .. ..... | 551.013,50 |
| Equipamentos e Instalações .. ..... | 237.620,45 |
| Mobiliário em Geral .... .. ..... | 20.179,20 |
| Consignações Diversas .. .. .. ..... | 293.835,67 |
| Caixa-Saldo-1977 .... .. .. ..... | 171.505,60 |
| Total ..... .... .. .. ..... | 4.740.635,58 |

## DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO — D.T.C.

O D.T.C. tem como objetivo movimentar os processos de legitimação de terras, expedindo com maior rapidez e segurança, os títulos aos agricultores ocupantes de terras devolutas. Visando ao desenvolvimento sócio-econômico do homem do campo, procura caracterizar, individualizar, demarcar, cadastrar, fiscalizar e administrar o patrimônio territorial do Estado, a fim de legalizar essas áreas devolutas ocupadas, através da expedição do competente título, aos possuidores de cultura efetiva e moradores habituais.

A ausência de legalização da terra tem como aspecto mais negativo a falta de acesso ao crédito rural, e assim, fica o agricultor, tolhido em maior ou menor grau, de ampliar suas atividades ou aumentar sua produtividade, refletindo prejudicialmente na conjuntura agrícola do Estado.

O D.T.C., esforça-se em dinamizar o meio rural capixaba, acelerando os negócios, encorajando os investimentos e a modernização da agricultura, de modo a repercutir no bem estar geral e na elevação da produtividade agrícola.

As atividades relacionadas abaixo demonstram o desempenho do órgão no exercício de 1977.

### QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO DE 1977

**Movimentação de Processos**

| | |
|---|---|
| Processos e petições de terras e outros expedientes protocolados .. .. ..... | 3.072 |
| Processos calculados .. .. .. ..... | 774 |
| Processos cadastrados .. .. .. ..... | 385 |
| Processos encaminhados à Procuradoria Geral do Estado .. .. .. ..... | 738 |
| Processos encaminhados para Cartório | 369 |
| Processos arquivados .. .. .. ..... | 1.488 |

Processos existentes no DTC:

**Sede**

**Terreno Urbano**

| | |
|---|---|
| Formalidade aguardando providências diversas ..... .. .. ..... | 429 |
| Cobrança do custo da terra ..... | 36 |
| Paralisados há mais de 19 anos por falta de interesse das partes .. .. ..... | 900 |

**Terreno Rural**

| | |
|---|---|
| Formalidade aguardando providências diversas ..... .. .. .. ..... | 1.715 |
| Aguardando pagamento do custo do terreno .. .. .. .. .. ..... | 219 |

| | |
|---|---|
| Aguardando pagamento da taxa de medição .. .. .. .. ..... | 476 |
| Aguardando laudo técnico .. .. .. .... | 1.900 |
| Coordenadorias de áreas .. .. ..... | 191 |
| Aguardando publicação do Edital ..... | 61 |
| Em trânsito .. .. .. ..... | 86 |
| Processos referentes a assuntos diversos | 150 |

**Nas Delegacias de Terras**

| | |
|---|---|
| São Mateus .... .. .. ..... | 2.118 |
| Linhares .. .... .. .. ..... | 685 |
| Barra de São Francisco ..... | 2.223 |
| Total ..... .. .. .. ..... | 11.189 |

Além dos acima relacionados, existem, ainda, 150 processos de vários órgãos de que depende o DTC, tais como: CONESTUR, Procuradoria Geral do Estado, Departamento do Patrimônio, Escrivaninhas Fiscais, Prefeituras, etc. e mais 1.900 aproximadamente no Cartório dos Feitos de Fazenda Pública Estadual dos quais já foi solicitada a devolução.

**Projetos Legitimação de Propriedades Agrícolas**

| | |
|---|---|
| Laudos técnicos elaborados .. .. ..... | 1.819 |

**Editais**

| | |
|---|---|
| Editais de venda de terras publicados | 369 |
| Editais de notificação .. .. .. ..... | 2 |
| Editais de concorrência pública .. .... | 1 |

**Serviço de Desenho**

| | |
|---|---|
| Plantas conferidas e registradas ..... | 406 |
| Plantas copiadas ..... .. .. ..... | 0 |

**Medições de Terras Procedidas**

| | |
|---|---|
| Área em m2 .. .. ..... | 186.598.432 m2 |
| Perímetro ml .. ..... | 12.244,70 ml |

**Terrenos Alienados**

| | |
|---|---|
| Número de processos .... .. ..... | 369 |
| Área em m2 rural .. .. ..... | 175.246.046 m2 |
| Área em m2 urbana .. .. .. ..... | 16.882 m2 |

**Guias de Recolhimento**

| | |
|---|---|
| Guias expedidas para pagamento de terras ..... .. .. .. ..... | 638 |
| Guias expedidas para pagamento de imposto .... .. .. ..... | |
| Transmissão .... .. .. .. .. ..... | 432 |

**Arrecadação**

| | |
|---|---|
| Recolhimento feito nas Repartições arrecadadoras do Estado .... .. .. ..... | |
| Venda de terras e imposto de transmissão .. .... .. .. ..... | Cr$ 2.023.115,62 |

## EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O Governo Estadual, dentro de uma longa e complexa lista de problemas exigindo soluções urgentes colocou o desenvolvimento do setor agrícola entre as prioridades de seu desempenho. A produção de alimentos e fibras, tem sido preocupação constante e causa imediata de programas que estimulam a participação da agricultura.

A agricultura moderna é dinâmica e incorpora permanentemente novos fatores ao processo produtivo. Dentre esses destacam-se os conhecimentos tecnológicos a introdução de maquinaria agrícola e insumos tais como fertilizantes, corretivos, rações, vacinas, concentrados, sêmem e outros.

De sua interação com as tradições prevalecentes de produção, originam-se novas combinações que deverão ser utilizadas pelos agricultores, na busca de maior eficiência da atividade agropecuária.

Modernização da agricultura é condição essencial para manter e acelerar a expansão que a economia do Estado vem experimentando nestes últimos anos.

Coube à EMATER-ES, assistir técnica e financeiramente o produtor rural, buscando pleno atingimento de seus objetivos e metas, empregando uma metodologia a diferentes públicos irradiando-se por todas as áreas, no desenvolvimento de sua ação.

Durante a execução dos trabalhos, os aspectos de racionalização do uso de recursos, a abrangência quanto ao atingimento dos produtores e suas famílias, e o aumento da produção e produtividade do setor foram preocupações constantes.

Assim, a EMATER-ES realizou seu trabalho de maneira eficiente como se apresenta a seguir.

Os projetos trabalhados pela EMATER-ES em 1977 com base nas diretrizes estabelecidas, foram os seguintes: abacaxi, arroz, banana, batata, feijão mandioca, milho, olericultura pimenta-do-reino, tomate, pecuária de corte, pecuária de leite, avicultura, suinocultura, promoção de produtores de baixa renda extensão pesqueira, cooperativismo, organização da produção de sementes e mudas, difusão e uso de fertilizantes e corretivos, conservação de solos, capacitação de mão-de-obra rural e capacitação de recursos humanos.

Os quadros a seguir fornecem os resultados obtidos durante o ano de 1977 nos projetos trabalhados pela EMATER-ES.

Atividades Desenvolvidas pelo D.T.C. durante 1977

| Especificação | Unid. | 1º Trimestre Metas | | % | 2º Trimestre Metas | | % | 3º Trimestre Metas | | % | 4º Trimestre Metas | | % | Total Programado | Total Atingido | % Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Prog. | Ating. | | Prog. | Ating. | | Proç. | Ating. | | Prog. | Ating. | | | | |
| Plantas Conferidas e Registradas | nº | - | 111 | - | - | 106 | - | - | 115 | - | - | 74 | - | - | 406 | - |
| Medição de Terras | ha | - | 5.785 | - | - | 4.780 | - | - | 5.041 | - | - | 3.054 | - | - | 18.660 | - |
| Laudos Técnicos | nº | 850 | 297 | 34,9 | 850 | 1.182 | 139 | 850 | 206 | 24,2 | 850 | 134 | 15,76 | 3.400 | 1.819 | 53,50 |
| Editais Publicados | nº | - | 83 | - | - | 84 | - | - | 100 | - | - | 102 | - | - | 369 | - |
| Arrecadado Vendas de Terras | CR$ | - | 708.705,90 | - | - | 321.625,75 | - | - | 484.990,13 | - | - | 507.793,84 | - | - | 2.023.115,62 | - |
| Títulos Expedidos | nº | 250 | 136 | 54,4 | - | 41 | - | - | 100 | - | - | 92 | - | 250 | 369 | 147,60 |

Fonte: Departamento de Terras e Colonização - D.T.C.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA A PRODUTORES EM 1977

| Projetos | Programado para o Ano | | Assistência a Produtores | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | | Total | | | |
| | Produtores | Área (ha) | Produt. | Área (ha) | Produt. | Área (ha) | Produt. | Área (ha) | Produt. | Área (ha) | Produt. | Área (ha) | | |
| Abacaxi | 150 | 990 | 72 | 213 | 116 | 328 | 12 | 259 | 5 | 20 | 205 | 800 | 136,7 | 50,8 |
| Arroz | 1.560 | 8.424 | 537 | 970 | 527 | 1.697 | 1.422 | 2.716 | 389 | 1.061 | 2.875 | 6.444 | 184,3 | 76,5 |
| Banana | 1.100 | 7.590 | 640 | 1.811 | 405 | 1.478 | 203 | 346 | 474 | 588 | 1.722 | 4.223 | 156,5 | 55,6 |
| Batata | 300 | 700 | 71 | 36 | 56 | 30 | 44 | 32 | 26 | 57 | 197 | 155 | 65,7 | 22,1 |
| Feijão | 3.405 | 11.918 | 1.123 | 2.771 | 995 | 3.380 | 862 | 2.763 | 1.711 | 3.721 | 4.691 | 12.639 | 137,8 | 106,0 |
| Mandioca | 1.500 | 10.675 | 506 | 677 | 569 | 2.813 | 1.030 | 1.382 | 292 | 2.174 | 2.397 | 7.046 | 159,8 | 64,8 |
| Milho | 6.288 | 37.802 | 1.361 | 2.146 | 1.266 | 5.340 | 755 | 7.959 | 3.458 | 16.479 | 6.840 | 31.924 | 108,8 | 84,5 |
| Olericultura | 348 | 260 | 140 | 106 | 151 | 28 | 165 | 157 | 135 | 156 | 591 | 447 | 169,8 | 171,9 |
| P.do Reino | 160 | 312 | 97 | - | 78 | 159 | 47 | 119 | 28 | 5 | 250 | 283 | 156,3 | 90,7 |
| Tomate | 620 | 503 | 466 | 227 | 274 | 340 | 286 | 85 | 164 | 121 | 1.190 | 773 | 191,9 | 153,7 |
| Total | 15.431 | 79.374 | 5.013 | 8.957 | 4.437 | 15.593 | 4.826 | 15.818 | 6.682 | 24.366 | 20.958 | 64.734 | 135,8 | 81,6 |

Fonte: EMATER-ES



Administração ... Santo ... PÚBLICO

EMATER-ES - CULTURAS

| Especificação | Sementes Selecionadas | Mudas Selecionadas | Fertilizantes | Corretivos | Defensivos | Irrigação e Drenagem | Mudas Selecionadas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Kg | (1000) | t. | t. | kg | ha | (1000) |
| Abacaxi | - | 14.990 | 606 | - | 8.357 | - | 14.990 |
| Arroz | 351.642 | - | 266,7 | 130 | 719 | 9.805 | - |
| Banana | - | 399 | 995 | 1.349 | 42.653 | - | 399 |
| Batata | 229.216 | - | 213,11 | - | 6.193,24 | 107,02 | - |
| Feijão | 129.249 | - | 2.843,1 | 834,5 | 11.659,5 | 17,5 | - |
| Mandioca | - | 21.503 | 2,1 | - | 9.919 | - | 21.503 |
| Milho | 494.774 | - | 2.314 | 1.312 | 35.333 | 20 | - |
| Olericultura | - | - | 320,03 | - | 5.529,87 | 346,6 | - |
| Pimenta-do-reino | - | 25 | 71,2 | 5,5 | 99 | - | 25 |
| Tomate | 173,55 | 10.195 | 2.253,27 | - | 41.427,96 | 740 | 10.195 |
| Total | 1.205.054,55 | 47.112 | 9.884,51 | 3.631 | 161.890,57 | 11.036,12 | 47,112 |

Fonte: EMATER-ES

EMATER-ES PECUÁRIA-BOVINOS

| Especificação | Unidade | Pecuária de Corte | | | | | | Pecuária de Leite | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Prog. Ano | Trimestre | | | | Atingimento Ano | Proj. Ano | Trimestre | | | | Atingimento/Ano |
| | | | 1º | 2º | 3º | 4º | | | 1º | 2º | 3º | 4º | |
| Produção forragem p/corte | ha | 2.000 | 903 | 629 | - | 463 | 99,8 | 8.400 | 1.148 | 604 | 884 | 1.319 | 47,1 |
| Formação/Recup.pastagem | ha | 120.000 | 63.957 | 8.497 | 1 957 | 14.865 | 74,4 | 30.000 | 4.548 | 5.022 | 7.372 | 7.091 | 80,1. |
| Divisão pastagem | ha | 80.000 | 13.127 | 11.610 | 5.027 | 7.109 | 46,1 | 4.600 | 8.890 | 4.723 | 8.149 | 13.342 | 763,1 |
| Introduçãc de leguminosas | ha | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Capacidade suporte pastagens | cab/ha | 1,2 | - | - | - | | - | - | - | - | - | - | - |
| Produção silagem | t. | - | 6.217 | 4.703 | 81 | 1.690 | - | 36.000 | 13.327 | 5.886 | 3.303 | 1.573 | 66,9 |
| Uso de sal mineral | t. | 5.570 | 1.650 | 794 | 561 | 8.415 | 205,0 | 4.600 | 382 | 534 | 1.425 | 641 | 64,8 |
| Introdução de reprodutores | Cab. | 3.000 | 461 | 378 | 243 | 269 | 45,0 | 570 | 124 | 174 | 294 | 194 | 137,9 |
| Introdução de matrizes | Cab. | 40.000 | 7.111 | 3.260 | 4.464 | 3.211 | 45,1 | 8.200 | 2.400 | 3.499 | 3.451 | 3.018 | 138,6 |
| Combate a ectoparasitas | Cab. | - | 111.504 | 119.614 | - | - | - | - | 58.854 | 65.450 | - | - | - |

Fonte: EMATER/ES

QUADRO VI - Avicultura e Suinocultura

| Avicultura Suinocultura | Produtores Assistidos | Introdução de Matrizes | Introdução de Reprodutores | Ração Balanceada | Vacinação c/Paratifo | Controle de Parasitose | Combate Ecto-Parasitos | Campânulos | Aviários | Outras Máquinas e Equipamentos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº | Cab. | Nº | t. | Cab. | Cab. | Cab. | Nº | Nº | Nº |
| Avicultura | 355 | 43.268 | - | 67.738,72 | - | 92 | - | 131 | 114 | 81.366 |
| Suinocultura | 356 | 503 | 48 | 5.737,07 | 37 | - | 45 | - | - | 66 |
| Total | 711 | 43.771 | 48 | 73.475,89 | 37 | 92 | 45 | 131 | 114 | 81.432 |

Quadro Demonstrativo da Assistência Técnica a Criadores, 1977

| Projeto | Programado p/ o Ano | Criadores Assistidos 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | Total | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Pecuária de Corte ..... | 6.000 | 1.144 | 1.795 | 391 | 1.139 | 4.469 | 74,5 |
| Pecuária de Leite ..... | 3.680 | 1.150 | 898 | 2.492 | 1.267 | 5.807 | 157,8 |
| Avicultura . . ..... | 154 | 108 | 21 | 6 | 220 | 355 | 230,5 |
| Suinocultura . . ..... | 80 | 28 | 119 | 21 | 188 | 356 | 445,0 |
| Total . . ..... | 9.914 | 2.430 | 2.833 | 2.910 | 2.814 | 10.987 | 110,8 |

Quadro Demonstrativo da Assistência a produtores de Baixa Renda e PESCART, 1977

| Projeto | Programado p/ o Ano | Famílias Assistidas 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | Total | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Baixa Renda . . ..... | 2.250 | 775 | 925 | 640 | 1.058 | 3.398 | 151,0 |
| PESCART . . ..... | 680 | 15 | 101 | 60 | 75 | 251 | 36,9 |
| Total . . ..... | 2.930 | 790 | 1.026 | 700 | 1.133 | 3.649 | 124,5 |

Quadro Demonstrativo dos Projetos Trabalhados com Crédito Rural Orientado (CRO) em 1977

| Especificação | Programação | | Projetos Trabalhados | | | | | | | | | | % de Atingimento | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Anual | | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | | Total | | | |
| | Projeto | Valor CR$1000, | Projeto | Valor CR$1000, | Projeto | Valor CR$1000, | Projeto | Valor CR$1000, | Projeto | Valor CR$1000, | Projeto | Valor CR$1000, | Projeto % | Valor |
| Culturas | 3.259 | 61.664 | 396 | 7.430 | 443 | 11.386 | 866 | 18.644 | 664 | 19.255 | 2.363 | 56.615 | 72,7 | 91,8 |
| Abacaxi | 100 | 6.000 | - | - | 37 | 2.551 | 3 | 68 | - | - | 40 | 2.619 | 40,0 | 43,7 |
| Arroz | 190 | 14.000 | 8 | 907 | - | - | 85 | 2.235 | 111 | 5.184 | 204 | 8.326 | 107,4 | 59,5 |
| Banana | 250 | 5.000 | 19 | 597 | 21 | 857 | 26 | 1.052 | 34 | 1.260 | 100 | 3.767 | 40,0 | 75,3 |
| Batata | 200 | 4.000 | 8 | 109 | 12 | 295 | 14 | 442 | 13 | 263 | 47 | 1.109 | 23,5 | 30,2 |
| Feijão | 750 | 5.834 | 132 | 1.183 | 132 | 1.183 | 193 | 2.438 | 117 | 1.605 | 574 | 6.469 | 76,5 | 110,9 |
| Mandioca | 130 | 2.0r | - | - | - | - | 3 | 103 | 3 | 227 | 6 | 330 | 4,6 | 16,5 |
| Milho | 1.200 | 14.130 | 118 | 1.429 | 1 | 12 | 404 | 7.317 | 285 | 6.447 | 808 | 15.205 | 67,3 | 107,6 |
| Olericultura | 70 | 1.500 | 24 | 670 | 16 | 532 | 27 | 693 | 31 | 752 | 98 | 2.647 | 140,0 | 176,5 |
| P.do-reino | 33 | 2.000 | 2 | 187 | - | - | 6 | 382 | 7 | 711 | 15 | 1.280 | 45,5 | 64,0 |
| Tomate | 336 | 7.200 | 85 | 2.348 | 224 | 5.956 | 105 | 3.914 | 57 | 2.645 | 471 | 14.863 | 140,2 | 206,4 |
| Criações | 1.279 | 391.000 | 178 | 23.110 | 118 | 8.557 | 138 | 13.596 | 116 | 16.720 | 550 | 61.983 | 43,0 | 15,9 |
| P.de-corte | 625 | 250.000 | 65 | 10.519 | 29 | 1.256 | 26 | 1.299 | 27 | 1.665 | 147 | 14.739 | 23,5 | 5,9 |
| P.de leite | 450 | 108.000 | 84 | 8.806 | 70 | 5.262 | 78 | 6.360 | 51 | 9.245 | 283 | 29.673 | 62,9 | 27,5 |
| Avicultura | 154 | 18.000 | 24 | 3.183 | 16 | 1.855 | 31 | 4.799 | 31 | 4.534 | 102 | 14.371 | 68,2 | 79,8 |
| Suinocultura | 50 | 15.000 | 5 | 602 | 3 | 184 | 3 | 1.138 | 4 | 1.283 | 15 | 3.207 | 30,0 | 21,4 |

No transcorrer do ano de 1977 durante a execução da Programação foram desenvolvidas outras atividades em colaboração com outros órgãos e entidades abaixo relacionadas:

— **Secretaria de Estado da Agricultura** — participação do levantamento de questionários para previsão de safra, colaboração em estudos, fornecimento de dados levantados para F.G.V. de preços pagos e recebidos pelos produtores, fornecimento de dados semanais de preços recebidos pelos produtores relação dos produtores assistidos pela EMATER-ES nos diversos projetos trabalhados.

— **Ministério da Agricultura** — elaboração das Recomendações do Uso de Fertilizantes para o Estado do Espírito Santo (1a. aproximação, com participação da EMCAPA, ESAES, FAO e IBC.

— **Fundação Getúlio Vargas** — pesquisa de preços pagos e recebidos pelos produtores e valores médios de arrendamentos, vendas de terras, remuneração do trabalho e serviços de terceiros.

— **Fundação I.B.G.E.** — participação nas reuniões do GCEA, a nível estadual e nas COMEAS com objetivo de analisar e uniformizar dados de levantamentos agrícolas.

— **Comissão de Financiamento da Produção (GEP)** — divulgação dos preços mínimos para os produtores e participação em reuniões específicas.

— **CEPA** — participação em reuniões, colaboração em estudos e em fornecimento de dados para elaboração do III P.N.D.

— **EMBRAPA/EMCAPA:**

Elaboração de sistema de produção de pecuária de corte, pimenta-do-reino, tomate, avicultura e suinocultura.
Participação em dias de campo (extensionistas e pesquisadores) nos projetos banana, milho, feijão e abacaxi.

Participação em várias reuniões a nível nacional de avaliação dos produtos milho, arroz, feijão e pecuária de leite.
Elaboração conjunta documento Integração EMATER-ES x EMCAPA.

Implantação de vários testes de sistema de produção a nível de propriedades rurais:

| | |
|---|---|
| — milho | — 60 testes |
| — Feijão | — 30 testes |
| — arroz | — 30 testes |
| — mandioca | — 15 testes |
| — abacaxi | — 12 testes |
| — banana | — 20 testes |
| — tomate | — 10 testes |

Levantamento de uso de sementes de milho e feijão pelos agricultores do Espírito Santo.

Excursões diversas entre pesquisadores e extensionistas nas várias fazendas da EMCAPA.

## Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária — EMCAPA

O objetivo da EMCAPA é contribuir para o aumento da produção e produtividade agrícola do Espírito Santo, através de criação ou adaptação de novas tecnologias, com custos mínimos, gerando com isto a elevação do padrão de vida do agricultor, bem como o da renda estadual, incentivando a fixação do homem no meio rural.

A necessidade de pesquisa torna-se crítica, quando se quer atender adequadamente a um número de agricultores, que se encontram nos mais diferentes graus tecnológicos. Para que se possa empregar uma tecnologia mais avançada e com isto elevar o índice de produtividade no Estado, necessário se torna o conhecimento dos resultados de experimentos que visam produções máximas.

Assim, a EMCAPA desempenha seu papel, buscando de maneira bastante dinâmica, estabelecer novos conhecimentos e novos padrões técnicos.

Durante o exercício passado a EMCAPA executou um conjunto de ações consideradas fundamentais ao cumprimento dos seus objetivos, além de oferecer apoio ao sistema agrícola estadual, através da prestação de serviços em áreas não atendidas por outros órgãos públicos ou pela iniciativa privada.

Na eleição dos produtos pesquisados pela EMCAPA — abacaxi, arroz, banana, batata, bovinos, feijão, mandioca e milho foram considerados os seguintes parâmetros:

carência de dados de pesquisa adaptados às nossas condições
participação na renda agrícola
baixo retorno dos fatores produtivos
participação na renda agrícola
potencialidade do mercado consumidor
balanço oferta e demanda
número de pessoas envolvidas na exploração do produto
área ocupada com o produto

Dentre as áreas de conhecimento, foram consideradas prioritárias Economia e Climatologia. Assim sendo, procurou-se elaborar um programa de pesquisa agropecuária adequado às necessidades do Estado e em consonância com o Sistema Nacional, conforme se verifica a seguir:

### ABACAXI

O projeto abacaxi está sendo desenvolvido nos municípios de Aracruz e Serra. São 4 (quatro) subprojetos com 6 (seis) experimentos visando aos seguintes aspectos:

aumento da elasticidade de oferta de frutos ao longo do ano
controle do ácaro, como possível transmissor de fusariose
controle químico da fusariose
controle da fusariose com tratamento e seleção de mudas

### ARROZ

Os subprojetos relativos a arroz estão sendo desenvolvidos em Colatina, Guarapari, Linhares e Serra tendo sido colhidos dois experimentos referentes ao ano agrícola 1976/77 e estão em andamento 6 (seis) subprojetos com um total de 14 (quatorze) ensaios onde são pesquisados os seguintes tópicos:

introdução e avaliação de variedades
adubação
espaçamento
manejo de água
tecnologias alternativas (Ensaio Central)

## BANANA

As pesquisas desenvolvem-se nos municípios de Alfredo Chaves, Guarapari, Iconha e Viana, onde estão implantados 6 (seis) subprojetos com 7 (sete) experimentos, objetivando avaliar os seguintes parâmetros:

espaçamento
adubação
coleção de variedades
dinâmica populacional e controle da broca da bananeira
epidemiologia do agente causal e controle do Mal de Sigatoka

## BATATA

O projeto batata é composto de 6 (seis) subprojetos, localizados em Conceição de Castelo e Domingos Martins. Foram colhidos 13 (treze) ensaios e 7 (sete) encontram-se em fase vegetativa, visando obter informações sobre:

variedades
adubação
controle de doenças
doses de fungicidas
irrigação

## BOVINOS

As pesquisas no projeto bovinos abrangem agrostologia e pragas de pastagens. Os trabalhos são desenvolvidos na maioria dos municípios capixabas, com maior concentração nos de Linhares e Cachoeiro do Itapemirim.

Estão sendo executados 10 (dez) subprojetos com 16 (dezesseis) experimentos colhidos e 21 (vinte e um) em andamento onde são avaliados os seguintes parâmetros:

introdução de leguminosas em pastagens estabelecidas
estudo, seleção e competição de forrageiras
adubação, efeito de épocas de plantio e corte em forrageiras de inverno
estudos com sorgo forrageiro
flutuação populacional das cigarrinhas das pastagens
manejo de fungo entomopatogênico Metarrhizium Anisopliae, visando controle biológico das cigarrinhas das pastagens

## CLIMATOLOGIA

Na área de climatologia, além da planificação de uma rede de postos metereológicos para o Espírito Santo, são desenvolvidos estudos para determinação de:

equações estimativas de temperatura máxima, média e mínima
equações estimativas de precipitação para bacias do Espírito Santo
intensidade de frio invernal para cultivo de frutei-ras de clima temperado

## ECONOMIA

No projeto economia são desenvolvidos estudos, relativos à realidade agrícola do Espírito Santo. São 4 (quatro) subprojetos que estão sendo elaborados juntamente com a CEPA-ES, abordando os seguintes tópicos:

* realocação de mão-de-obra
* retorno econômico da pequena, média e grande empresa agrícola
* crédito rural como instrumento de produtividade
* relação entre terra e mão-de-obra

## FEIJÃO

Os trabalhos de pesquisa com feijão são desenvolvidos nos municípios de Alegre, Cachoeiro do Itapemirim, Cariacica (laboratório), Domingos Martins e Viana.

Estão sendo executados 6 (seis) subprojetos, com 8 (oito) experimentos colhidos e 14 (quatorze) em execução, estudando os seguintes aspectos:

* Variedades comuns e trepadoras
* adubação
* consórcio milho x feijão
* tecnologias alternativas (Ensaio Central)
* doenças do feijoeiro
* levantamento de qualidade de sementes

## MANDIOCA

O projeto está voltado para a Região Norte do Espírito Santo, onde são executados trabalhos nos municípios de Linhares e São Mateus.

Estão em execução 5 (cinco) subprojetos, dos quais colheu-se 6 (seis) experimentos e outros 9 (nove) encontram-se instalados no campo abordando os seguintes aspectos:

* coleção e competição de variedades
* época de plantio
* época de colheita
* adubação
* espaçamento

## MILHO

O projeto milho composto de 6 (seis) subprojetos é desenvolvido nos municípios de Afonso Cláudio, Baixo Guandu Cachoeiro do Itapemirim, Cariacica (laboratório), Colatina e Viana. Deste projeto, 11 (onze) encontram-se instalados em fase de desenvolvimento vegetativo objetivando estudar os seguintes parâmetros:

* variedades ou híbridos
* população de plantas x níveis de N x genótipos
* armazenamento
* tecnologias alternativas (sistemas de produção)
* levantamento de qualidade de sementes

## PROGRAMAS DE SEMENTES BÁSICAS E MUDAS

O programa de sementes básicas da EMCAPA visa a produção das cultivares indicadas pela pesquisa, nos produtos arroz, feijão e milho, visando atender à demanda desta classe de sementes no Estado.

Foram produzidas, no corrente ano, 9 t de sementes básicas assim distribuídas: arroz — 3,7 t; feijão — 2,6 t; e milho — 2,7 t sendo que atualmente encontram-se plantados aproximadamente 40 ha de milho, e em fase de implantação 5 ha de arroz, e programado para fevereiro/março o plantio de 10 ha de feijão e 10 ha de batata, visando a produção de sementes básicas para 1978.

Iniciou-se a formação de mudas de seringueira, na Fazenda Experimental de Viana para atendimento ao compromisso assumido junto à Comissão Estadual do Programa de Incentivo à Produção de Borracha (PROBOR II), cuja meta foi estabelecida em 250.000 mudas.

## PUBLICAÇÕES

1. Em Indicação de Pesquisa, Comunicado Técnico e Revistas Científicas Especializadas, foram publicados 4 (quatro) trabalhos.
2. Sob a coordenação da EMCAPA e EMATER-ES, foram elaborados e publicados Sistemas de Produção para os seguintes produtos:
   * pimenta-do-reino
   * suínos
   * tomates
   * aves
   * gado de corte
3. Foi publicado pela DEMA-ES, 1 (um) trabalho, elaborado pela Comissão de Fertilidade de Solos do Espírito Santo, da qual participam técnicos da EMCAPA.
4. Foram enviados 3 (três) trabalhos para apresentação em Congresso.
5. Encontram-se no prelo 3 (três) trabalhos sobre a cultura da soja e 3 (três) na área de Fitopatologia.

## RECURSOS FÍSICOS

### FAZENDAS EXPERIMENTAIS

A EMCAPA, conta atualmente, com 9 (nove) fazendas experimentais estrategicamente distribuídas no Estado, onde são realizados trabalhos de pesquisa e de apoio à pesquisa nas áreas de suas influências e produção de sementes básicas e mudas. Nelas, através da exploração de áreas não destinadas a pesquisa, foram gerados recursos financeiros que em muito contribuíram para sua manutenção. A distribuição e/ou localização de fazendas experimentais, podem ser visualizadas no Quadro 1.

**QUADRO 1 — Relação das Fazendas Experimentais e suas Localizações**

| Fazenda Experimental | Localização por Município | Produtos Pesquisados e/ou Explorados |
|---|---|---|
| Bananal do Norte | C. Itapemirim | Bovinos, Feijão, Milho |
| Cafundo * Jucuruaba | Alf. Chaves Viana | — |
| Linhares | Linhares | Banana, Bovinos, Feijão, Milho, Produção de Sementes Básicas Arroz Bovinos, Cacau, Cana, Citrus, Feijão, Mandioca, Milho, Produção de Sementes Básicas Sorgo |
| Marilândia Mendes da Fonseca | Colatina | Café Batata, Feijão, Fruteiras Diversas de Clima Temperado, Milho |
| Sta. Maria de Jetibá | Sta. Leopoldina | Café e Eucalipto |
| Venda Nova | C. Castelo | Café |
| Viana | Viana | Produção de mudas de seringueira |

* Doada à ENCAPA neste último trimestre e destinada à pesquisa em fruticultura tropical

## LABORATÓRIO

A EMCAPA conta, em sua estrutura operacional com 5 (cinco) laboratórios que, além de conduzirem projetos específicos de pesquisa oferecem apoio, numa ação interdisciplinar, aos demais projetos conduzidos pela Empresa, prestam, também, serviços aos agricultores e às entidades componentes do sistema agrícola estadual

No Quadro abaixo encontram-se resumidas as atividades destes laboratórios.

— Nº de Amostras Analisadas no Período.

| Laboratório | Qualificação | Pesquisa | Apoio à Pesquisa | Prestação de Serviços | Oficial | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Solos a) | | 138 | 686 | 3.472 | — | 4.296 |
| Sementes (a) | | 163 | 1.600 | 626 | 872 | 3.261 |
| Entomologia (a) | | 145 | 74 | 49 | 2 | 270 |
| Fitopatologia (a) | | 75 | 86 | 127 | 5 | 297 |
| Ácido Cianídrico (HCN) (b) | | 228 | — | 4 | — | 232 |
| TOTAL | | 749 | 2.446 | 4.278 | 879 | 8.352 |

(a) Localizados em Tucum — Cariacica, sede da EMCAPA

(b) Localizado na Fazenda Experimental de Linhares

No laboratório de análise de solos também foram efetuadas 1.431 análises para determinação da acidez em frutos de abacaxi e analisadas 7 mostras de calcáreo.

As análises realizadas pelos diversos laboratórios atenderam principalmente às seguintes culturas:

Laboratório de Solos: café, milho, olerícolas, banana, feijão, pastagens, arroz, mandioca, fruticultura, batata e outras

Laboratório de Sementes: milho, feijão, olerícolas, forrageiras, arroz e outras

Laboratório de Fitopatologia: abacaxi, banana, batata, olerícolas, tomate, mandioca, feijão e outras

Laboratório de Entomologia: banana, feijão, abacaxi, pastagens, essências florestais e outras

Laboratório de determinação de HCN: mandioca

## UNIDADE DE BENEFICIAMENTO E ARMAZENAMENTO DE SEMENTES

A MCAPA concluiu em novembro, as obras da Unidade de Beneficiamento de Sementes, para suporte ao programa de sementes básicas. Sua localização é na Fazenda Experimental de Linhares, a capacidade de beneficimento de 2 t/h e possui unidades de secagem, beneficiamento e armazenamento.

- Atividades Desenvolvidas pelos Laboratórios da EMCAPA durante o ano de 1977

| Especificação | Unidade | Amostras Analisadas | | | | | | | | Total Programado | Total Realizado | % Atingimento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | | | | |
| | | Prog. | Real. | Prog. | Real. | Prog. | Real. | Prog. | Real. | | | |
| Laboratório de Solos | Amostra | 950 | 614 | 559 | 158 | 1.959 | 1.477 | 934 | 1.381 | 4.402 | 3.630 | 82,5 |
| Laboratório de Sementes | Amostra | 1.150 | 338 | 1.034 | 803 | 978 | 1.035 | 880 | 920 | 4.042 | 3.096 | 76,6 |
| Laboratório de Fitopatologia | Amostra | - | - | 89 | 90 | 418 | 120 | 51 | 63 | 558 | 273 | 48,9 |
| Laboratório de Entomologia | Amostra | - | - | 68 | 57 | 87 | 79 | 75 | 73 | 230 | 209 | 90,9 |
| T o t á l | - | 2.100 | 952 | 1.750 | 1.108 | 3.442 | 2.711 | 1.940 | 2.437 | 9.232 | 7.208 | 78,1 |

Fonte: EMCAPA

**Empresa Espírito-Santense de Pecuária — EMESPE**

Em 1974 com a finalidade de absorver todo trabalho executivo referente a defesa animal e zootecnia, que até aquele ano estava a cargo da extinta DPP (Divisão de Produto e Promoção) foi criada a EMESPE — Empresa Espírito-Santense de Pecuária, que, visando ao abastecimento do mercado interno e externo, adotou medidas capazes de provocar a elevação das taxas de desfrute e crescimento do rebanho, garantindo sua qualidade e sanidade.

A seguir, far-se-á uma rápida descrição dos objetivos específicos da Empresa.

**1 — Educação Sanitária, Promoção e Divulgação**

Tem por meta educar a população rural e urbana, visando modificar hábitos e atitudes que favoreçam o melhor desenvolvimento dos objetivos globais da Empresa, fazendo com que a mesma adquira uma promoção em todos os seus aspectos.

O setor durante o exercício do ano de 1977 trabalhou praticamente em todas as atividades programadas, não atingindo entretanto suas metas em algumas delas, tais como: stands, palestras e folhetos, que atingiram 15,4%. 43,6% e 74%, respectivamente, da programação.

O Quadro 01, mostra as atividades desenvolvidas por este subprojeto durante o ano.

**2 — Treinamento de Pessoal**

Conforme relatórios trimestrais, tal subprojeto não estava tendo grande atuação, embora seja ele de grande importância, para que se alcance a melhor qualidade do serviço. Assim, a EMESPE procurou corrigir esta falha, acionando o setor para cumprir suas metas, atingindo um resultado positivo nesta atividade, como mostra o Quadro 02.

**3 — Investigação, Controle de Vendas e Diagnóstico**

Tal setor tem como fim assegurar ao projeto um diagnóstico eficiente estudando as causas de materiais negativos, correlacionando as condições de coleta e recebimento de amostras, estabelecendo novas técnicas, que garanta um produto de qualidade comprovada para o usuário.

O setor desempenhou satisfatoriamente a programação anual. O esquema de fiscalização foi totalmente agilizado; os revendedores de vacinas foram recredenciados passando a receber visitas de fiscalização sistemática, durante o ano, 45 revendedores foram autuados e 568.480 doses de vacinas foram apreendidas e inutilizadas.

**4 — Vacinação**

Fazendo uma retrospectiva dos anos anteriores, em relação ao comportamento das doenças, Febre Aftosa, Brucelcse e Raiva, nota-se que o Estado do Espírito Santo em seu todo é uma zona de ocorrência epidêmica, tendo um número de casos relativamente alto.

Analisando-se isoladamente cada doença, nota-se que estas têm um comportamento diferente entre si, distinção geográfica, características bioecológicas. Tais elementos fornecem subsídios para o dimensionamento de suas metas.

A sistemática adotada, também difere para cada doença. Para o caso da Febre Aftcsa fiscaliza-se indiretamente, através do recebimento, tabulação e processamento das comunicações de venda de vacinas emitidas pelas casas comerciais.

No caso da vacinação contra Brucelcse, o Estado foi dividido em 29 setores de vacinação, estando os mesmos sob a responsabilidade de um médico veterinário o qual mantém estrita supervisão ao seus vacinadores diretos.

No que se refere a Raiva dos Herbívoros, durante o ano de 1977 o seu comportamento foi bastante animador, não havendo porém atingimento total da programação pois foi dada mais ênfase às zonas consideradas problemas.

**5 — Vigilância Epidemiológica**

Tal vigilância é efetuada para registrar, processar, analisar, avaliar, interpretar e publicar dados estatísticos para orientar procedimentcs de controle de doenças.

Durante o ano de 1977, a EMESPE registrou a presença da Febre Aftosa em 30 dos 53 municípios do Estado havendo um total de 151 focos com uma população de 52.536 bovinos expostos ao risco, sendo que 7.987 adoeceram, dando uma taxa de ataque de 15,19%.

A taxa de morbilidade considerando-se a população existente no Estado, durrante a etapa de vacinação de novembro, de 1956. 728 bovinos, foi igual a 40,82%.

**6 — Assistência às Propriedades Atacadas**

Assistir o rebanho bovino das propriedades das Regiões visando o combate das doenças.

**Febre Aftosa** — Visando a não programação desta enfermidade, a EMESPE tem adotado uma sistemática pertinente, respaldada na instrumentação legal com detalhamento minucioso na publicação do 'Manual de Procedimento em Focos de Febre Aftosa", publicação esta elaborada pela Coordenação Nacional deste programa.

**Brucelose** — A EMESPE, a partir da prova do anel ("Milk Ring Test") obtem a identificação das propriedades atacadas.

Os diagnósticos individuais podem ensejar uma disseminação da enfermidade consoante a impossibilidade, por razões econômicas do simples sacrifício sem retorno do animal descartado, resultando a burla da Portaria Ministerial, pela venda de animais a outros criadores, resultando no saneamento de uma propriedade e a contaminação de outras.

**Raiva** — Em zonas consideradas problemas a EMESPE baseia-se principalmente em vacinação focal e peri-focal, incluindo ainda no esquema de assistência a estas zonas, além da comprovação laboratorial da ocorrência da doença e o combate químico aos morcegos hematófogos em seus habitats através do uso do D.phacinone.

Os Quadros 3 e 4, trazem o desempenho deste subprojeto durante o ano.

**7 — Controle do Movimento de Animais e Desinfecção**

O controle sanitário é feito através da fiscalização e da documentação pertinente a execução dos programas de saúde.

A realização deste subprojeto cumpriu praticamente a programação anual. Houve um bom aproveitamento dos Postos Fixos pois foram fiscalizadas 164865 tropas. A fiscalização do trânsito foi efetivada através da emissão de certificados.

O quadro 5. mostra as principais atividades desenvolvidas pelo subprojeto em questão.

QUADRO 1. - Atividades Desenvolvidas pela EMESPE durante o Ano de 1977.

| Metas/Tarefas | Unidade | 1º Trimest. | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trim. | | Total Programado | Total Realizado | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Prog. | Real. | Program | Realiz | Program | Realiz | Progr | Real. | | | |
| Educação Sanitária - Aftosa, Raiva e Brucel. | | | | | | | | | | | | |
| - Realizar palestras | Pales. | 23 | 01 | 30 | 11 | 30 | 19 | 34 | 20 | 117 | 51 | 43,6 |
| - Realizar demonstrações | Demon. | 18 | 20 | 18 | 77 | 20 | 44 | 24 | 232 | 78 | 373 | 478,2 |
| - Realizar entrevistas | Entre. | 40 | 74 | 40 | 34 | 40 | 169 | 40 | 360 | 160 | 637 | 398,1 |
| - Distribuir cartas circulares | Circu. | - | - | - | 20.000 | - | 21.185 | - | 815 | - | 42000 | - |
| - Confeccionar e distribuir folhetos | Folhe. | - | - | 20.000 | - | - | 2.230 | - | 13385 | 20000 | 14800 | 74,0 |
| - Confeccionar e afixar cartazes | Cart . | - | - | 5.000 | 2.000 | 5.500 | 10.660 | 2500 | 6340 | 10000 | 19000 | 190,0 |
| - Anúncios em rádios | Anun . | 200 | 220 | 150 | 50 | 150 | 180 | 200 | 577 | 600 | 1027 | 171,1 |
| - Anúncios em televisão | Anun . | - | 12 | - | 11 | - | 55 | - | 35 | - | 113 | - |
| - Elaborar Artigos p/ jornais | Artig. | 08 | 22 | 10 | 20 | 08 | 53 | 07 | 55 | 33 | 160 | 484,8 |
| - Stands exposições | Stands | 02 | - | 02 | 01 | 03 | - | 06 | 01 | 13 | 02 | 15 |

Fonte: EMESPE/ES

QUADRO 2. - Atividades Desenvolvidas pela EMESPE durante o ano de 1977.

| Metas/Tarefas | Unidade | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | | Total Prog. | Total Realiz. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Progra. | Realiz. | Progra. | Realiz. | Progra. | Realiz. | Progra. | Realiz. | | | |
| Treinamento de Pessoal | | | | | | | | | | | | |
| - Treinar Méd.Veterinário | Méd.Vet. | - | - | - | - | - | 06 | - | 04 | - | 10 | - |
| - Treinar Aux.de Campo | Aux.Campo | - | - | - | - | - | - | - | 08 | - | 08 | - |
| - Treinamento de : -Curso Intensivo de Melhoramento Genético e julgamento de Raças Zebuínas. | Nº Tec.T. | - | - | - | - | - | 02 | - | - | - | 02 | - |
| - Comunicação e Educação Sanitária p/ Saúde Animal. | Nº Tec.T. | - | - | - | 01 | - | - | - | - | - | 01 | - |
| - Biologia e Ecologia dos Morcegos | Nº Tec.T. | - | - | - | - | - | 01 | - | - | - | 01 | - |
| - Anemia Infecciosa Equina | Nº Tec.T. | - | - | - | - | - | 01 | - | - | - | 01 | - |
| - Seminário sobre Febre Aftosa | Nº Tec.T. | - | - | | - | - | - | - | 02 | - | 02 | - |
| - Seminário sobre Avaliação em Campanha de Febre Aftosa. | Nº Tec.T. | - | - | - | - | - | - | - | 02 | - | 02 | - |
| - Seminário sobre Educação Sanitária. | Nº Tec.T. | - | - | - | - | - | - | - | 01 | - | 01 | - |
| - Fisiologia da Reprodução e Inseminação Artificial. | Nº Tec.T. | - | - | - | - | - | 03 | - | - | - | 03 | - |

### 8 — Fiscalização da Comercialização e Manipulação de Vacinas

Considera-se que a comercialização e manipulação de vacinas desempenham um papel relevante na luta contra Febre Aftosa, Brucelose e Raiva vez que o uso da prática de vacinação é para nossas condições uma técnica recomendada. Devido a isso, o uso de imunígenos eficientes é fator preponderante na campanha sanitária, pois deles depende o sucesso das outras atividades.

Durante o ano de 1977, todos os revendedores credenciados receberam uma média de 26 inspeções de seus produtos (Quadro 6).

### 9 — Exposições Agropecuárias

Para o exercício de 1977 foi programa a realização de 13 exposições. Entretanto, algumas modificações foram introduzidas quanto aos municípios eleitos inicialmente, já que, nas proximidades da realização dos certames, alguns possuiam contingentes epidemiológicos de alerta, o que, por medida de segurança, determinou a transferência de local.

### 10 — Inseminação Artificial

Até o ano de 1976, a EMESPE não dispunha de condições para acionar o setor, motivado por falta de recursos humanos especializados e também financeiros. Em junho de 1977 com o objetivo de implantar um sistema de assistência técnica, foi realizado um levantamento situacional de Inseminação Artificial no Espírito Santo.

O levantamento demonstrou a necessidade de a Empresa montar núcleos de assistência técnica de Fisiopatologia da Reprodução e Inseminação Artificial, localizados estrategicamente no Estado com o fim de motivar maior número de adeptos ao sistema, incrementando assim, o melhoramento da qualidade do rebanho capixaba.

Dos 11 (onze) núcleos programados, 4 (quatro), já estão implantados e em fase inicial de funcionamento.

### 11 — Instituto Biológico do Estado do Espírito Santo — EBEES

E' um setor de estrutura organizacional de bastante elasticidade do ponto de vista técnico, considerado de apoio técnico e científico, dotado de capacidade operacional capaz de dar cobertura às exigências do campo.

Observando o Quadro 7, nota-se uma pequena atividade comparada com a que foi programada. Tal fato é perfeitamente admissível, vez que estes setores foram submetidos a reformas, visando dinamizar sua produtividade com vistas ao atendimento da demanda, sempre crescente.

### Instituto Estadual de Florestas — I.E.F.

O avançado estágio industrial alcançado pelos grandes centros urbanos e a explosão demográfica, tem criado condições indesejáveis de vida no mundo inteiro. Essas condições se manifestam na forma de poluição do ar, dos rios, do solo, etc., trazendo em consequência uma gama de maleficios, que afetam o ser humano, sem falar nos danos e mortes causados a animais de todas as espécies.

O IEF, com o intuito de preservar os recursos naturais renováveis, consciente do valor do desempenho de suas tarefas, aceitou o desafio e apressa-se com vistas a compensar o largo tempo perdido, quando os problemas ecológicos passavam despercebidos ao Governo não ainda conscientizado de sua enorme significação no bem estar das comunidades e, por isso mesmo, os reputava matéria de pouca monta.

Assim, o IEF contribui com seu trabalho, e neste ano de 1977, produziu 101.100 mudas de espécies nativas e exóticas, que foram usadas em arborizações urbanas, logradouros e reflorestamento de pequenas e médias propriedades rurais.

Em arborizações urbanas, foram plantadas 3.617 árvores em vários municípios do Estado e em logradouros públicos e privados 3.706 árvores.

No reflorestamento de pequenas e médias propriedades rurais, 32.810 mudas foram utilizadas.

No que se refere à Educação Florestal e conservacionista, foram realizadas várias palestras e divulgações em rádios e televisão.

Comemorou-se a Semana Florestal; e a Campanha de Combate ao Fogo, foi executada em todo o Estado. Foram assinados Convênios com Prefeituras Mnicipais, Cooperativas e com a Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo, tendo como finalidade a implantação de viveiros para produção de mudas. Foi assinado ainda, um convênio com a Polícia Militar, com o propósito da criação da Polícia Florestal, destinada à Fiscalização da fauna e flora, nas Reservas Florestais Estaduais e matas.

A partir do mês de julho, começou a fiscalização da pesca predatória, após um treinamento de Agentes de Inspeção desta atividade. A fiscalização de caça e desmatamento foi realizada somente nas Reservas Florestais Estaduais pela Polícia Florestal.

Assinou-se um contrato com o Departamento de Aerofotogramétrico da Reserva Biológica e Parque Florestal "Mestre Álvaro", localizada no Município da Serra.

Na Reserva Florestal de Duas Bocas, está sendo feito um inventário, com o objetivo de descrever a quantidade e qualidade das árvores de um povoamento e muitas das características da região onde cresceu tais vegetais.

No quadro 1 visualizam-se estas e outras atividades desenvolvidas pelo IEF durante o ano.

### Serviço de Informação de Mercado Agrícola — SIMA

Com o objetivo de contribuir para a melhoria do processo de comercialização agrícola, beneficiando indistintamente, produtores rurais, atacadistas, varejistas, consumidores e também visando subsidiar as entidades públicas e privadas ligadas a agricultura, através do fornecimento de dados, é que o SIMA-ES pautou suas atividades no exercício de 1977. Para tanto, contou com um sistema dinâmico e contínuo de coleta, preparação, intercâmbio e isseminação de informações de mercado, que lhe proporcionou o conhecimento conjuntural dos diversos mercados do País.

A longo prazo, estas informações fazem com que o produtor melhor avalie as alternativas de produção e melhor ajuste à demanda. A correta escolha das alternativas de produção, conduz a uma maior fixação da atividade e, por conseguinte, a uma mais racional estruturação do setor agrícola.

Durante o exercício de 1977, procurou-se desenvolver um trabalho integrado com outros órgãos envolvidos no complexo da comercialização agrícola, a fim de se evitar dispersão de recursos e paralelismo de ações. Deu-se ênfase também a interiorização das informações com o objetivo de atingir mais rapidamente as zonas de produção.

O quadro 1 mostra o desempenho do SIMA/ES no exercício de 1977, onde pode-se visualizar o grau de atingimento das atividades desenvolvidas.

QUADRO 3.- Atividades desenvolvidas pela EMESPE durante o ano de 1977

| Metas/Tarèfas | Unidade | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | | Total Programado | Total Realizado | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Prog. | Real. | Prog. | Real. | Proj. | Real. | Prog. | Real. | | | |
| Atividades de Vacinação - AFTOSA RAIVA e BRUCELOSE | | | | | | | | | | | | |
| Vacinar bovinos acima de 4 meses-AFTOSA | Vac. | 1.775.500 | - | 1.777.500 | 1.866.961 | 1.777.500 | 1.899.265 | 1.777.500 | 1.844.595 | 7.110.000 | 5.610.821 | 78,9 |
| Vacinar bezerras de 3 a 8 meses-BRUCELOSE | Vac. | 20.000 | 7.401 | 20.000 | 8.812 | 20.000 | 6.432 | 20.000 | 18.571 | 80.000 | 11.216 | 51,5 |
| Vacinar animais contra RAIVA | Vac. | 80.000 | - | 80.000 | - | 80.000 | - | 80.000 | 61.000 | 320.000 | 61.000 | 19,0 |
| Atividades Gerais de: | | | | | | | | | | | | |
| RAIVA:-Prop. denunciadas e atend. | Prop. | - | 02 | - | - | - | - | - | 05 | - | 07 | - |
| -Prop.que proporcionaram coletas | Prop. | - | 02 | - | - | - | - | - | 05 | - | 07 | - |
| -Animais examinados clinic. | Animais | - | 64 | - | 117 | - | 53 | - | - | - | 303 | - |
| -Rebanhos afetados comprov. | Rebanhos | - | - | - | - | - | - | - | 05 | - | 05 | - |
| BRUCELOSE:-Prop.onde se realizou pesquisa de reagentes | Prop. | - | 85 | - | 252 | - | 123 | - | 161 | - | 621 | - |
| -Coleta de amostra para pesquisa de reagentes | Amostras | - | 2.483 | - | 6.093 | - | 3.650 | - | 5.208 | - | 17.434 | - |
| -MILK RING TEST: | | | | | | | | | | | | |
| Nº provas realizadas | Nº provas | - | - | - | - | - | - | - | 13.524 | - | 13.524 | - |
| Nº prop.atingidas | Prop. | - | - | - | - | - | - | - | 7.207 | - | 7.207 | - |

QUADRO 4. Atividades Desenvolvidas pela EMESPE durante o Ano de 1977

| Metas/Tarefas | Unidade | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | | Total Program. | Total Realiz. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Program. | Realiz. | Program. | Realiz. | Program. | Realiz. | Program. | Realiz. | | | |
| Aftosa:-Prop.Den. e Atendidas | Prop. | 12 | 21 | 12 | 53 | 12 | 62 | 12 | 15 | 48 | 151 | 314,6 |
| - Visit. Real.as Prop. Denunc. | Vis. | - | 63 | - | 159 | - | 186 | - | 45 | - | 453 | - |
| - Amostras Colet. | Amos. | - | - | - | - | - | - | - | 70 | - | 70 | - |
| - Equip. Prep.p/ Atend.dos focos | Equi. | - | - | - | 13 | - | 13 | - | 13 | - | 13 | - |
| - Desifec. Real. nos focos | Des. | - | - | 36 | 133 | 36 | 186 | 36 | 134 | 108 | 453 | 419,4 |
| - Prop. Assist. em Vac. Perif. | Prop. | - | - | - | - | - | - | - | 27 | - | 27 | - |
| - Bov. Vac.em vacina. Perifoc. | Anim. | - | - | - | - | - | - | - | 4.942 | - | 4.942 | - |
| - Revac. de Bov. p/ ingr.em exp. | Exp. | - | - | 2 | - | 3 | - | - | 2 | - | 7 | - |

QUADRO 5. - Atividades Desenvolvidas pela EMESPE durante o ano de 1977

| Metas/Tarefas | Unidade | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | | Total Program. | Total Realiz. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Program. | Realiz. | Program. | Realiz. | Program. | Realiz. | Program. | Realiz | | | |
| Controle do Movimento de Animais e Desinfecção | | | | | | | | | | | | |
| - Posto Fixo p/ controle tran. | Posto | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 100,0 |
| - Posto móvel p/ cont. de tran. | Posto | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 100,0 |
| - Posto semi- fixo (temporár.) | Posto | 04 | 04 | 04 | 04 | 04 | 04 | 04 | 04 | 04 | 04 | 100,0 |
| - Controlar feiras e exposiç. | Expo. | - | - | 03 | 03 | 06 | 05 | 04 | 05 | 13 | 13 | 100,0 |
| - Controlar mov. de Anim.nos postos. | Anim. | 40.000 | 2.811 | 40.000 | 8.405 | 40.000 | 9.295 | 40.000 | 3.846 | 160.000 | 23.997 | 15,0 |
| - Veíc.Transportadores de bovinos Fiscal. | Veíc. | - | 29 | - | 352 | - | 45 | - | 1.060 | - | 1.846 | - |
| - Tropas fiscal. | trop. | - | - | - | - | - | - | - | 296 | - | 296 | - |
| - Anim.abatidos sob cont. Est. | Anim. | - | 31.818 | - | 46.943 | - | 50.983 | - | 35.121 | - | 164.865 | - |
| - Desinfec.real. nas expos.Agr. | Desin. | - | - | - | 270 | - | 320 | - | 374 | - | 967 | - |
| - Anim. mov.. sob controle | Anim. | - | 153.705 | - | 256.022 | - | 139.617 | - | 237.151 | - | 786.495 | - |
| - Certi de vacin. concedidas | Cert. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 46.634 | - |
| - Elaborar mapas de fluxo bovin | $Tb_1$ | 03 | 03 | 03 | 03 | 03 | 03 | 03 | 03 | 12 | 12 | 100,0 |
| - Elaborar mapas de movimento bovino. | $MoB_1$ | 03 | 03 | 03 | 03 | 03 | 03 | 03 | 03 | 12 | 12 | 100,0 |

Fonte: EMESPE/ES

QUADRO 6. - Atividades Desenvolvidas pela EMESPE durante o Ano de 1977.

| Metas/Tarefas | Unidade | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | | Total | Total | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Program. | Realiz. | Program. | Realiz. | Program. | Realiz. | Program. | Realiz. | Program. | Realiz. | |
| Fiscal. da Comerc. e Mantp. de Vacin. | | | | | | | | | | | | |
| Nº de casas que Comercial. Vacinas. | nº Casas | 86 | - | 86 | 86 | 86 | 86 | 86 | 86 | 86 | 86 | 100,0 |
| Inspec.Casas Revendedoras | Insp. | - | 516 | - | 258 | - | 849 | - | 650 | - | 2.273 | |
| Nº Revend.Autuados | Revend. | - | - | - | 11 | - | 26 | - | 8 | - | 45 | - |
| Nº Doses Vacinas Apreend. e Inutil. | nº Doses | - | - | - | 31.830 | - | 208.280 | - | 328.325 | - | 568.480 | - |
| Distrib.Vac. Anti-Aftosa Existente | Distr. | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 100,0 |
| Média de Insp. das Casas que Comerc. Vacinas | Insp. | - | 26 | 26 | 26 | 26 | 26 | 26 | 26 | 26 | 26 | 100,0 |
| Receb. Vac.Inspec. | Vacin. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 447 | - |
| Doses Vac. Recolh. por Deter. Oficial da Portaria | Doses | - | - | - | - | - | - | - | 40.030 | - | 40.030 | - |
| Casas Revend. que Tiveram suas Credenciais caçadas | Casas | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | 1 | - |
| Apreensões de Vacinas efetuadas | Apreens. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 56 | - |

QUADRO 7. - Atividades Desenvolvidas pela EMESPE durante o ano de 1977.

| Metas/Tarefas | Unidade | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | | Total Program. | Total Realiz. | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Program. | Realiz. | Program. | Realiz. | Program. | Realiz. | Program. | Realiz. | | | |
| **Atividades do Instituto Biológico - IDEES** | | | | | | | | | | | | |
| - Produzir vacina B-19 | dose | 3.000 | - | 3.000 | | 3.000 | - | 3.000 | - | 12.000 | - | - |
| - Produzir antígeno SAR | dose | 45.000 | - | 45.000 | - | 45.000 | 15.750 | 45.000 | 48.450 | 180.000 | 64.200 | 35,6 |
| - Produzir antígeno MRT | dose | 5.000 | - | 5.000 | - | 5.000 | 8.600 | 5.000 | 18.600 | 20.000 | 18.600 | 93,0 |
| **Exposições e Feiras** | | | | | | | | | | | | |
| - Exposições Agropecuárias | Expos. | | | | 3 | 6 | 5 | 4 | 5 | 13 | 13 | 100,0 |

Fonte: EMESPE/ES

QUADRO Atividades Desenvolvidas pelo I.E.F. em 1977

| Especificação | Unidade | Total Anual Programado | Total Trimestral Programado | Realizado 1º Trimestre | Realizado 2º trimestre | Realizado 3º trimestre | Realizado 4º Trimestre | Total Anual Realizado | % de Realização |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Refl. Propriedades Rurais. | Proprie. | 36 | 9 | 5 | 6 | 6 | 6 | 23 | 64 |
| Arborização Urbana | árvores | 5.400 | 1.350 | 340 | 348 | 360 | 2.569 | 3.617 | 67 |
| Arborização de logradouros | Unidade | 72 | 18 | 10 | 10 | 10 | 8 | 38 | 54 |
| Viveiros Naturais | Unidade | 32.645 | 8.160 | 5.527 | 5.527 | 5.528 | 11.752 | 28.334 | 87 |
| Viveiros Exóticas | Unidade | 88.119 | 22.030 | 15.674 | 15.674 | 15.674 | 25.744 | 72.766 | 83 |
| Palestras | Unidade | 72 | 18 | 14 | 15 | 15 | 11 | 55 | 76 |
| Artigos para Jornal | Unidade | 36 | 9 | 5 | 6 | 6 | 2 | 19 | 53 |
| Assistência Prefeituras | Visitas | 53 | 10 | 14 | 14 | 15 | 10 | 53 | 100 |
| Assistência Agricultores | Visitas | 36 | 9 | 5 | 6 | 6 | 6 | 23 | 64 |
| Colheita Sementes | Especie/kg | 10/80 | 25/20 | 4/22 | 4/22 | 5/22 | 1/3 | 14/69 | 140/86 |
| Fiscalização Pesca | Visitas | 576 | 144 | 46 | 47 | 47 | 130 | 270 | 47 |
| Fiscalização Desmate | Visitas | 72 | 18 | 18 | 18 | 18 | 18 | 72 | 100 |
| Implantação Viveiros | Unidade | 11 | - | 2 | 2 | 2 | 4 | 10 | 91 |
| Reservas Biológicas | Unidade | 2 | - | - | - | 1 | - | 1 | 50 |
| Parques Florestais | Unidade | | - | - | - | 1 | - | 1 | 50 |
| Assistência Técnica | Consultas | 180 | 45 | 51 | 51 | 51 | 51 | 204 | 113 |

FONTE: I.E.F.

QUADRO - Atividades Desenvolvidas pelo SIMA/ES em 1977

| Metas/Tarefas | Unidade | 1º Trimestre | | | 2º Trimestre | | | 3º Trimestre | | | 4º Trimestre | | | Total | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Programado | Realizado | % | Programado | Realizado | % | Programado | Realizado | % | Programado | Realizado | % | Programado | Realizado | Total |
| Capacitação de Pessoal | Pessoa | 2 | - | - | 2 | - | - | 2 | | - | 2 | 2 | 100 | 2 | 2 | 100 |
| Visitas diárias a estabelecimentos | Visita | 2090 | 2057 | 98 | 2020 | 2746 | 136 | | 3887 | 191 | 2096 | 3520 | 182 | 8231 | 12510 | 152,0 |
| Impressão de Boletins | Boletim | 18150 | 15025 | 82 | 18200 | 15600 | 86 | 18820 | 18830 | 100 | 18180 | 24165 | 133 | 73350 | 73680 | 100,0 |
| Intercâmbio de Telex | Minuto | 380 | 419 | 110 | 375 | 460 | 123 | 378 | 570 | 150 | 388 | 352 | 91 | 1521 | 1801 | 118,0 |
| Relatórios Mensais | Relatório | 3 | 3 | 100 | 3 | 3 | 100 | 3 | 3 | 100 | 3 | 3 | 100 | 12 | 12 | 100.0 |
| Relatórios Trimestrais | Relatório | 1 | 1 | 100 | 1 | 1 | 100 | 1 | 1 | 100 | 1 | 1 | 100 | 4 | 4 | 100,0 |
| Relatórios Semestrais | Relatório | - | - | - | 1 | 1 | 100 | - | - | - | 1 | 1 | 100 | 2 | 2 | 100,0 |
| Relatório Anual | Relatório | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - |
| Tabulação em Fichas | Ficha | 5598 | 5621 | 100 | 5620 | 5645 | 100 | 5630 | 5700 | 101 | 5599 | 5593 | 100 | 22428 | 22529 | 100 |
| Divulgação em Rádios | Divulg. | 73 | 75 | 102 | 75 | 72 | 96 | 78 | 75 | 96 | 75 | 74 | 99 | 301 | 296 | 98,0 |
| Divulgação em Jornais | Divulg. | 85 | 85 | 100 | 90 | 86 | 96 | 91 | 90 | 98 | 90 | 92 | 102 | 356 | 353 | 99,0 |
| Pesquisa de Aval.dos Trabalhos | Pesquisa | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | 1 | - | - |
| Recadast.dos Atac.de Vitória e C.Itap. | Cadastro(*) | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | 1 | 1 | - | 1 | - | - |
| Criação de Subagência | Subagência | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1 | 100 | 1 | 1 | 100,0 |

Fonte: SIMA/ES

SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

No Espírito Santo, a atenção médica dispensada à comunidade tem experimentado progressos compatíveis, com o desenvolvimento que aqui se processa.

A dinâmica desenvolvimentista, interpretada de uma maneira global, não se limita à elevação do Produto Interno Bruto, mas deve se colocar objetivamente, a serviço da comunidade, como instrumento de promoção social, atingível mediante o aperfeiçoamento qualitativo e o incremento quantitativo, dos serviços de educação, saúde e bem-estar e outros da mesma área.

Para atingir estes objetivos, faz-se necessário o perfeito e entrosamento entre várias instituições envolvidas nestes misteres, de maneira a se evitar a duplicação de ações homólogas e, mesmo, a incompatibilidade dos meios utilizados na consecução dos objetivos.

Dentro desta perspectiva, a Presidência da República organizou o Sistema Nacional de Saúde, através da Lei Federal nº 6229 de 17 de julho de 1975.

A existência de uma Política Nacional de Saúde foi definida no II Plano Nacional de Desenvolvimento.

O Espírito Santo em particular, visando adequar-se ao Sistema, determinou sua Política no I Plano de Desenvolvimento Estadual.

A publicação do Plano Básico de Ação 1975/79 apresentou a Política Estadual de Saúde, integrando a assistência médico-sanitária e hospitalar, em todos os seus níveis, englobando todas as ações de saúde e tendo como objetivo específico, a elaboração de um modelo teórico, em nível central, definindo, da periferia para o centro, as ações nos níveis local, distrital, regional e central.

No decorrer de 1976, foi apresentado o Plano Integrado de Saúde, que detalha o Modelo Teórico, justificando-o e traçando suas linhas de ação.

Visando ao integral planejamento no setor saúde, os Governos Federal e Estadual, o primeiro, através dos Ministério da Saúde e da Previdência Social e o segundo, através da Secretaria de Saúde e da Fundação Hospitalar do Espírito Santo, firmaram convênios objetivando uma solução comum aos problemas de saúde.

Os recursos materiais e financeiros proporcionados pelos Convênios, visam entre outros benefícios, a implantar e desenvolver o sistema de informação, avaliação, controle e decisão, com a profundidade e o detalhamento que requerem os processos de administração e planejamento, para orientar as decisões e fundamentá-las, no conhecimento de dados relevantes, realistas e oportunos.

Há que se intensificar a execução dos programas destinados a incrementar as atividades preventivas e as condições ambientais, os quais diminuirão o emprego de leitos hospitalares para enfermidades preveníveis, permitindo, desta maneira, sua melhor utilização para outras afecções, como os acidentes de trabalho, de trânsito e doenças degenerativas de frequência crescente em nosso país.

Sabe-se, no entanto, que os fatores causais, determinantes dos baixos níveis de vida, criam na problemática de Saúde Pública, diversas variáveis, que independem do setor Saúde para a sua completa solução.

Há portanto, que se buscar auxílio em outras áreas sócio-econômicas do Governo, procurando-se atenuar os ditos fatores causais, visando ao "estado completo de bem estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade", conforme preconiza a Organização Mundial de Saúde.

O Espírito Santo ocupa uma área de 45.597 quilômetros quadrados, o que representa 0,54% do território nacional. Em termos de população o percentual é de 1,61%.

Em termos de assistência médico-sanitária, dispõe o Estado, da seguinte rede de Unidades Sanitárias:

UNIDADES SANITÁRIAS

**Nº de Ordem — Municípios — Local — Tipo**

01 — Afonso Cláudio — Sede — U.S. 1

02 — Afonso Cláudio — Sobreiro — U.S. 3

03 — Afonso Cláudio — Serra Pelada — U.S. 3

04 — Alegre — Sede — U.S. 1

05 — Alegre — Ibitirama — U.S. 3

06 — Alegre — Celina — U.S. 3

07 — Alegre — Santa Marta — U.S. 3

08 — Alegre — Anutiba — U.S. 3

09 — Alfredo Chaves — Sede — U.S. 2

10 — Anchieta — Sede — U.S. 2

11 — Apiacá — Sede — U.S. 2

12 — Aracruz — Sede — U.S. 1

13 — Atílio Vivacqua — Sede — U.S. 2

14 — Baixo Guandu — Sede — U.S. 2

15 — Barra de São Francisco — Sede — U.S. 1

16 — Boa Esperança — Sede — U.S. 2

17 — Bom Jesus do Norte — Sede — U.S. 2

18 — Cachoeiro de Itapemirim — Sede — C.S.

19 — Cachoeiro de Itapemirim — Conduru — U.S. 3

20 — Cariacica — Sede — U.S. 2

21 — Cariacica — Porto Santana — U.S. 2

22 — Cariacica — Jardim América — C.S.

23 — Castelo — Sede — U.S. 2

24 — Colatina — Sede — C.S.

25 — Colatina — Baunilha — U.S. 3

26 — Colatina — Itapina — U.S. 3

27 — Colatina — Novo Brasil — U.S. 3

28 — Colatina — Gover. Lindenberg — U.S. 3

29 — Colatina — Marilândia — U.S. 3

30 — Colatina — São Domingos — U.S. 3

31 — Conceição da Barra — Sede — U.S. 2

32 — Conceição da Barra — Vinhático — U.S. 3

33 — Conceição da Barra — Pedro Canário — U.S. 3

34 — Conceição do Castelo — Sede — U.S. 2

35 — Conceição do Castelo — Venda Nova — U.S. 3

36 — Domingos Martins — Sede — U.S. 2

37 — Dores do Rio Preto — Sede — U.S. 2

38 — Divino São Lourenço — Sede — U.S. 2
39 — Ecoporanga — Sede — U.S. 2
40 — Fundão — Sede — U.S. 2
41 — Fundão — Timbuí — U.S. 3
42 — Guaçuí — Sede — U.S. 1
43 — Guarapari — Sede — U.S. 1
44 — Guarapari — Muquiçaba — U.S. 3
45 — Ibiraçu — Sede — U.S. 2
46 — Ibiraçu — João Neiva — U.S. 3
47 — Iconha — Sede — U.S. 2
48 — Itaguaçu — Sede — U.S. 2
49 — Itapemirim — Barra — U.S. 2
50 — Itapemirim — Sede-Vila — U.S. 2
51 — Itapemirim — Marataízes — U.S. 3
52 — Itarana — Sede — U.S. 2
53 — Iúna — Sede — U.S. 2
54 — Iúna — Irupi — U.S. 3
55 — Jerônimo Monteiro — Sede — U.S. 2
56 — Linhares — Sede — C.S.
57 — Linhares — Bananal — U.S. 3
58 — Linhares — São Rafael — U.S. 3
59 — Mantenópolis — Sede — U.S. 2
60 — Mimoso do Sul — Sede — U.S. 1
61 — Montanha — Sede — U.S. 2
62 — Mucurici — Sede — U.S. 2
63 — Mucurici — Itabaiana — U.S. 3
64 — Muqui — Sede — U.S. 2
65 — Muqui — Camará — U.S. 3
66 — Muniz Freire — Sede — U.S. 2
67 — Nova Venécia — Sede — C.S.
68 — Nova Venécia — Vila Pavão — U.S. 3
69 — Pancas — Sede — U.S. 2
70 — Pinheiro — Sede — U.S. 2
71 — Pinheiro — São João do Sobrado — U.S. 3
72 — Piúma — Sede — U.S. 2
73 — Presidente Kennedy — Sede — U.S. 2
74 — Rio Novo do Sul — Sede U.S. 2
75 — Santa Leopoldina — Sede — U.S. 2
76 — Santa Leopoldina — Sta. Maria de Jetibá — U.S. 3
77 — Santa Teresa — Sede — U.S. 2
78 — Santa Teresa — S. João de Petrópolis — U.S. 3
79 — São Gabriel da Palha — Sede — U.S. 2
80 — São José do Calçado — Sede — U.S. 2
81 — São Mateus — Sede — U.S. 1
82 — Serra — Sede — U.S. 2
83 — Serra — Nova Almeida — U.S. 3
84 — Serra — Manguinhos — U.S. 3
85 — Viana — Sede — U.S. 2
86 — Vila Velha — Sede — C.S.
87 — Vila Velha — Santa Mônica — U.S. 3
88 — Vitória — Sede — C.S.
89 — Vitória — Maruipe — C.S.
90 — Vitória — Santo Antonio — C.S.

O nível de saúde é medido em função das variações numéricas ocorridas no transcorrer do período paradoxalmente analisado em seu aspecto negativo, qual seja, o número de óbitos, visando-se avaliar as condições de saúde da população. Os indicadores de Saúde são observados através das taxas de mortalidade, por grupos etários e por causas específicas.

O coeficiente de mortalidade proporcional pretende medir a saúde da população através da longevidade da mesma. Assim o maior número de óbitos nas faixas etárias mais altas, significa que a população está vivendo mais e portanto, gozando maior saúde.

Ao observar-se o quadro anexo, contendo dados do período 1966/76 observamos que as variações sofridas estão mais ou menos estabilizadas e que os acréscimos e decréscimos, nos dois últimos anos, são explicados por uma série de fatores tais como, as doença preveníveis por vacinação tiveram os seus índices de mortalidade diminuído, com exceção do sarampo, já que a Secretaria deixou de receber por um longo período no ano de 1975, a vacina anti sarampiosa, devido ao incêndio ocorrido no armazem de estoque, na cidade do Rio de Janeiro.

Observamos, também, que houve um aumento da mortalidade do grupo etário de 20 a 49 anos, explicável também, pelo aumento da taxa de mortalidade por acidentes e outras causas violentas, prevalentemente dominantes, neste grupo etário.

Também um aumento da taxa de mortalidade por Arterioclerose das Coronárias, enfermidade caracteristicamente específica de grupos etários maiores.

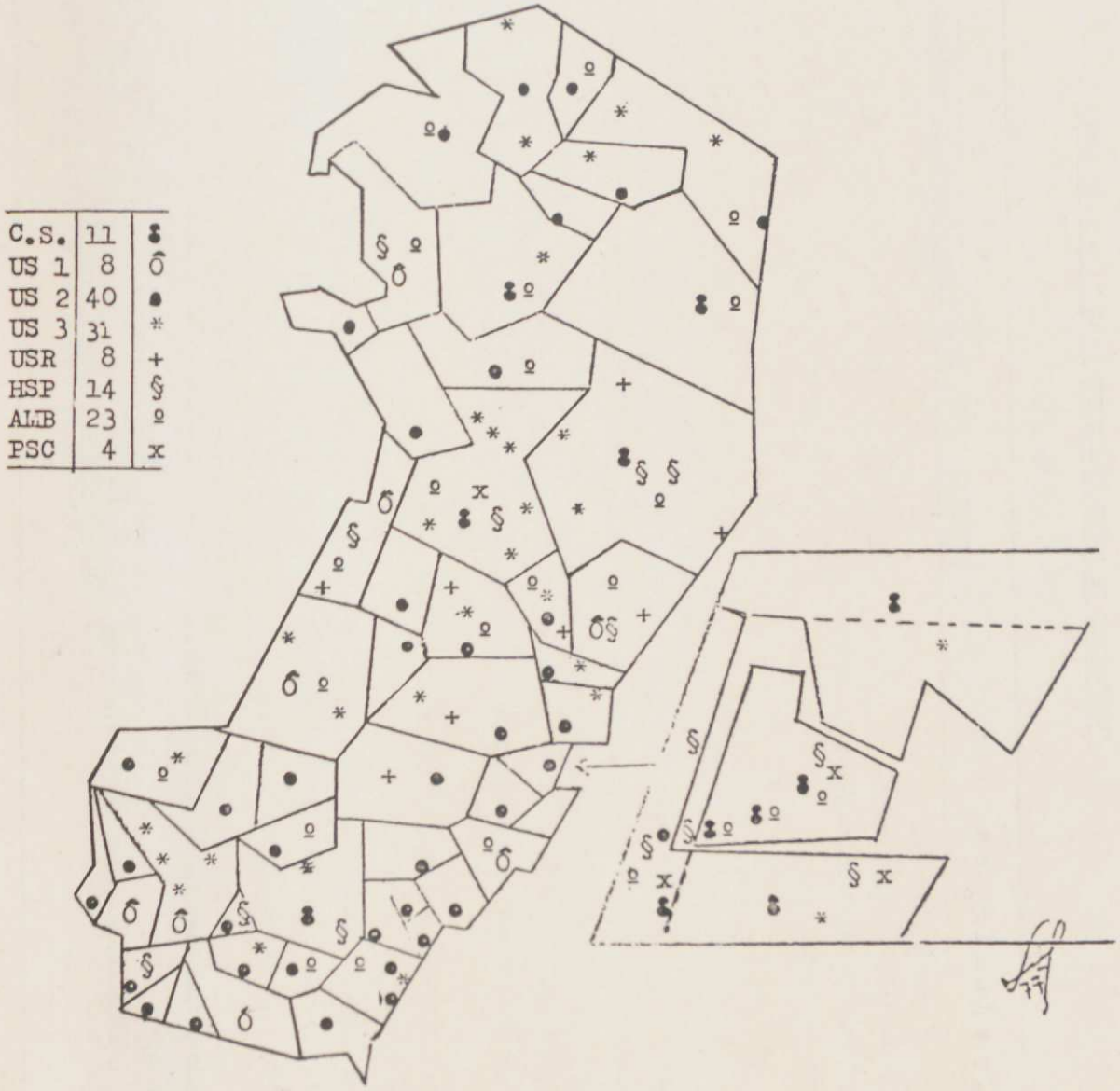
O aumento da taxa de mortalidade por doenças transmissíveis deveu-se predominantemente ao aumento da mortalidade por gripe e pneumonia, diarréias infecciosas (enfermidade de escopo social, dependente de ações que não só as de saúde) e por Sarampo, dada a falta de vacina causada pelo acidente acima mencionado.

A mortalidade infantil entre os menores de 1 ano, ainda apresentou uma variação a maior, ainda que menor, em função dos 6 primeiros anos, do período estudado em razão dos inúmeros problemas sociais ainda encontrados em nosso meio. Tal índice, entretanto, deverá decrescer com a instituição da vacinação obrigatória no 1º ano de vida, do Programa Marterno Infantil e ultimamente com Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco.

Uma análise, ainda que superficial, dos coeficientes por grupos de causas, comprova uma acentuada queda da mortalidade determinada por doenças para as quais existem meios imunizantes específicos, ou que podem ser controlados por ações diversificadas e significante aumento de mortalidade por causas que incidem, sobretudo nos grupos etários maiores e ligados ao desenvolvimento, tais como acidente, mortes por causas violentas e as provocadas por enfermidades crônico-degenerativas, estudadas pela Epidemiologia Analítica dentro do moderno contexto de Saúde Pública.

E S T A D O  D O  E S P I R I T O  S A N T O

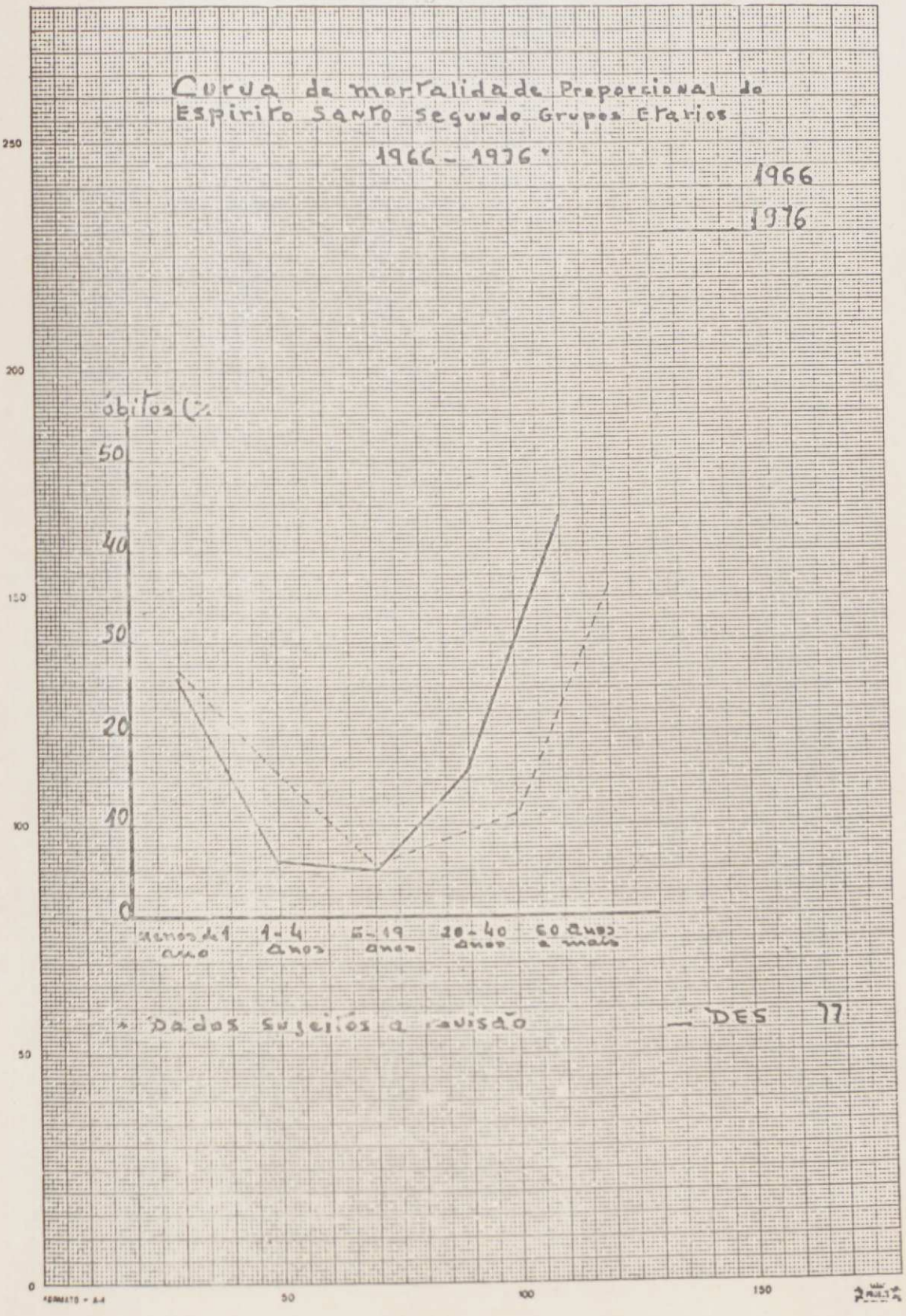
S E S A  -  F H E S

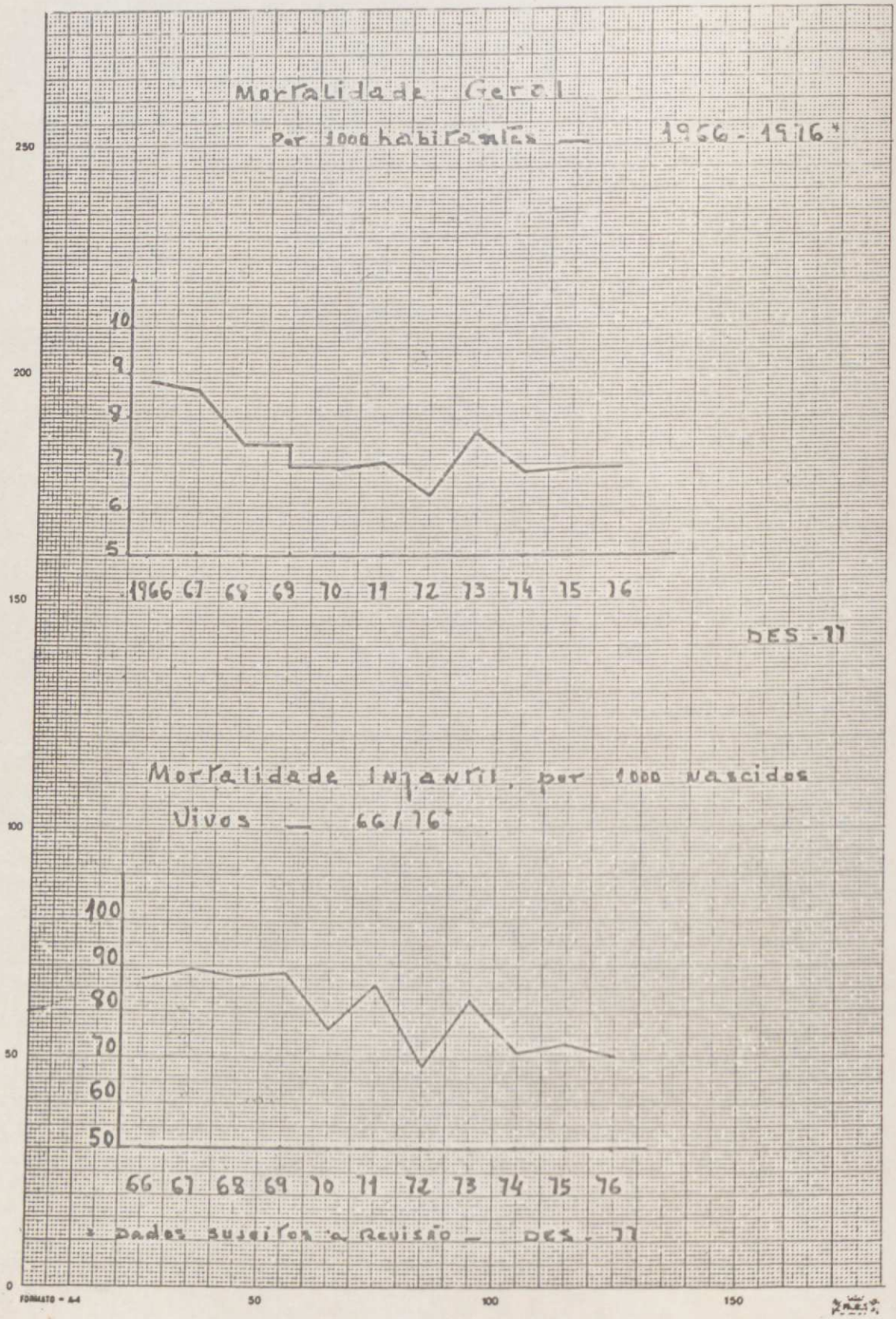


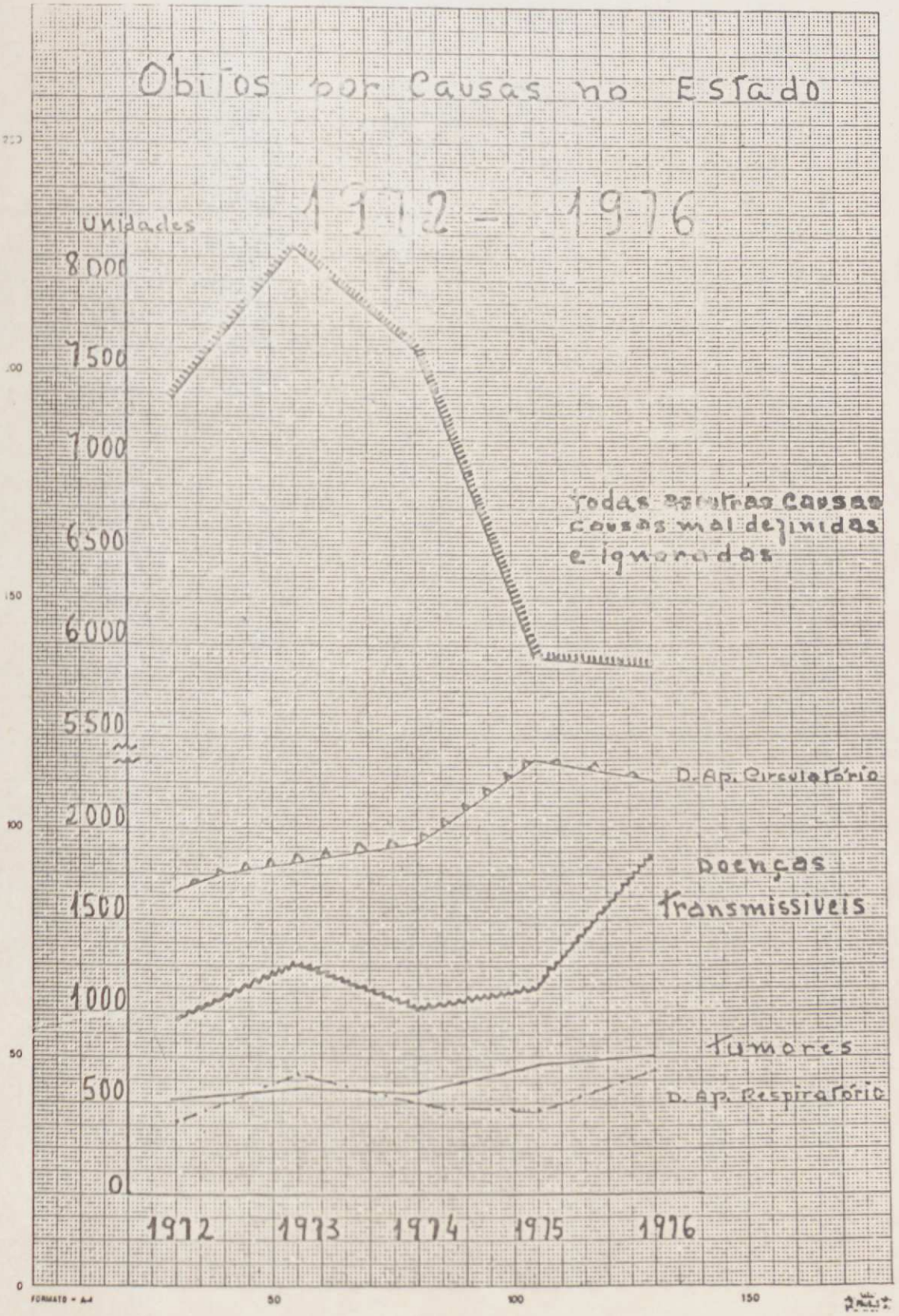
## INDICADORES DE SAÚDE CALCULADOS PARA O ESPÍRITO SANTO

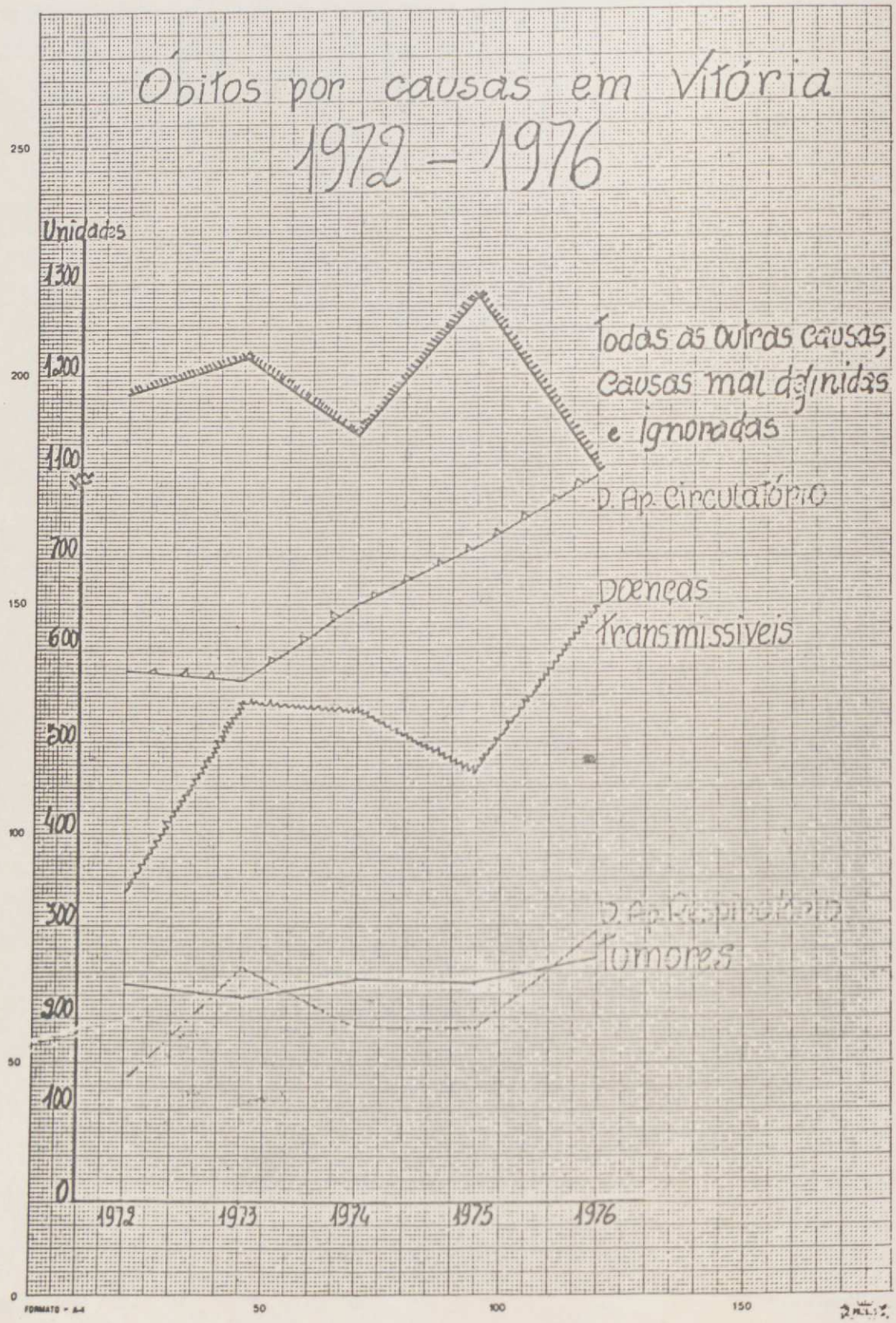
### 1966/1976

| COEFICIENTES | ANOS | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 |
| Taxa de mortalidade geral (por 1.000 habit.) | 8,8 | 8,6 | 7,4 | 7,4 | 6,9 | 7,0 | 6,3 | 7,7 | 6,8 | 6,9 | 6,9 |
| Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 habit.) | 87,0 | 89,9 | 87,9 | 88,3 | 76,3 | 85,2 | 68,2 | 82,9 | 71,5 | 73,5 | 70,7 |
| Razão da mortalidade Proporcional: distribuição % dos óbitos por grupos: idade menor de 1 ano | 27,3 | 27,1 | 27,2 | 27,1 | 27,2 | 27,4 | 25,3 | 25,1 | 24,3 | 26,0 | 26,9 |
| De 1 a 4 anos | 16,7 | 7,6 | 19,9 | 14,9 | 12,5 | 12,2 | 12,2 | 10,2 | 9,2 | 7,4 | 7,3 |
| De 5 a 19 anos | 6,2 | 7,0 | 7,4 | 6,3 | 5,8 | 5,9 | 6,3 | 6,0 | 5,9 | 5,5 | 4,9 |
| De 20 a 49 anos | 12,3 | 11,4 | 13,2 | 14,7 | 15,3 | 15,6 | 16,3 | 15,6 | 16,9 | 16,9 | 17,1 |
| De 50 anos e mais anos | 37,5 | 36,9 | 32,3 | 37,0 | 39,2 | 38,9 | 41,9 | 41,3 | 43,7 | 44,3 | 43,6 |
| Taxa de mortalidade por Doenças Transmissíveis (p/ 100.000 habit.) | 21,1 | 33,5 | 36,3 | 30,3 | 30,1 | 64,6 | 44,6 | 80,1 | 57,7 | 59,5 | 101,0 |
| Taxa de mortalidade por Diarréias Infecciosas, em crianças de 5 anos, por 100.000 habitantes. | 1,7 | 1,2 | 0,6 | 20,2 | 8,0 | 24,6 | 19,0 | 30,3 | 20,1 | 28,4 | 46,6 |
| Taxa de mortalidade por Tuberculose do aparelho respiratório por 100.000 habitantes. | 14,3 | 10,3 | 10,3 | 8,7 | 7,5 | 8,9 | 7,3 | 8,0 | 7,2 | 6,2 | 5,3 |
| Taxa de mortalidade por Gripe/Pneumonia (p/100.000 habit.) | 13,4 | 10,3 | 8,5 | 21,9 | 14,6 | 17,3 | 18,6 | 33,7 | 25,1 | 21,9 | 28,8 |
| Taxa de mortalidade p/tétano (p/100.000 habit.) | 5,7 | 4,7 | 2,4 | 3,8 | 1,9 | 2,8 | 3,0 | 2,9 | 2,6 | 3,9 | 2,2 |
| Taxa de mortalidade de sarampo (100.000 habit.) | 0,7 | 5,6 | 8,4 | 8,7 | 3,5 | 5,3 | 2,9 | 8,3 | 0,9 | 0,4 | 2,7 |
| Taxa de mortalidade por Neoplasma maligno (p/100.000 habit.) | 25,5 | 27,6 | 22,1 | 28,5 | 29,5 | 28,4 | 31,2 | 36,4 | 30,5 | 40,1 | 37,3 |
| Taxa de mortalidade por Arteriosclerose das coronárias p/100.000 habit.) | 31,7 | 34,7 | 12,8 | 17,0 | 7,5 | 21,9 | 26,1 | 67,0 | 60,9 | 60,4 | 77,7 |
| Taxa de mortalidade por Lesões Vasculares do Sistema Nervoso Central (p/100.000 habit.) | 21,0 | 23,0 | 11,8 | 19,9 | 30,9 | 37,5 | 36,8 | 39,8 | 40,1 | 49,0 | 45,5 |
| Taxa de mortalidade por Acidente e outras causas violentas (p/100.000 habit.) | 27,3 | 29,7 | 23,9 | 37,6 | 27,9 | 30,2 | 36,6 | 40,2 | 32,0 | 29,9 | 58,3 |


Curva de mortalidade Proporcional do Espirito Santo segundo Grupos Etarios
1966 - 1976 *
1966
1976
óbitos (%)
50
40
30
20
10
0
menos de 1 ano
1-4 anos
5-19 anos
20-40 anos
60 anos e mais
* Dados sujeitos a revisão
DES 77


Mortalidade Geral
Por 1000 habitantes — 1956 - 1976*
10
9
8
7
6
5
1966 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76
DES. 77
Mortalidade Infantil, por 1000 nascidos vivos — 66/76*
100
90
80
70
60
50
66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76
* Dados sujeitos a Revisão — DES. 77
250
200
150
100
50
0
FORMATO = A4
50
100
150


Óbitos por Causas no Estado
1972 - 1976
unidades
8000
7500
7000
6500
6000
5500
2000
1500
1000
500
0
todas as outras causas
causas mal definidas
e ignoradas
D. Ap. Circulatório
doenças
transmissíveis
tumores
D. Ap. Respiratório
1972
1973
1974
1975
1976
FORMATO - A4


Óbitos por causas em Vitória
1972 - 1976
Unidades
1300
1200
1100
1000
700
600
500
400
300
200
100
0
250
200
150
100
50
0
1972
1973
1974
1975
1976
Todas as outras causas, causas mal definidas e ignoradas
D. Ap. Circulatório
Doenças Transmissíveis
D. Ap. Respiratório
Tumores
FORMATO - A4
50
100
150

## NÚMERO DE ÓBITOS E RESPECTIVOS COEFICIENTES (POR 100.000 HABITANTES), SEGUNDO GRUPOS DE CAUSAS - 1970/76

| ANOS | Doenças Transmissíveis | | Doenças de Aparelho Circulatório | | Doenças do Aparelho Respiratório | | Tumores | | Causas mal definidas, ignoradas e outras causas | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº DE CASOS | Coef. p/ 100.000h | Nº DE CASOS | Coef. p/ 100.000h | Nº DE CASOS | Coef. p/ 100.000h | Nº DE CASOS | Coef.p/ 100.000h | Nº DE CAUSAS | Coeficiente p/ 100.000 habitant. |
| 1970 | 751 | 46,9 | 1.486 | 92,9 | 321 | 20,0 | 497 | 31,0 | 8.920 | 557,7 |
| 1971 | 1.076 | 65,5 | 1.600 | 97,4 | 361 | 21,9 | 491 | 29,9 | 8.187 | 498,6 |
| 1972 | 940 | 56,4 | 1,667 | 100,0 | 398 | 23,8 | 571 | 34,2 | 7.398 | 444,2 |
| 1973 | 1.351 | 80,2 | 1.897 | 112,7 | 664 | 39,4 | 610 | 36,2 | 8.397 | 498,9 |
| 1974 | 990 | 57,6 | 1.897 | 110,4 | 495 | 28,8 | 537 | 31,2 | 7.738 | 450,7 |
| 1975 | 1.199 | 69,5 | 2.355 | 136,5 | 488 | 28,2 | 699 | 40,5 | 5.921 | 343,2 |
| 1976 | 1.771 | 101,1 | 2.251 | 128,5 | 708 | 40,4 | 673 | 38,4 | 5.785 | 330,2 |

Para o desempenho de suas atividades fins, dispõe a Secretaria de uma rede de Unidades Sanitárias que se faz representar, em todos os 53 (cinquenta e três) municípios, bem como em vários distritos. Este trabalho é coadjuvado pelo Laboratório Central sediado em Vitória, bem como, pelos Laboratórios Regionais de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim. Além disso, é preciso destacar o grande apoio recebido pela Central de Medicamento — CEME, expresso no fornecimento de medicação e vacinas para serem aplicadas na rede de Unidades Sanitárias.

Dispõe, ainda, o Governo do Estado de uma entidade vinculada à Secretaria de Saúde, a Fundação Hospitalar do Espírito Santo — F.H.E.S., que se destina a prestar serviços de assistência médico-hospitalar, complementando assim o arsenal médico-assistencial estadual.

As atividades desenvolvidas tiveram a assistência técnica do Ministério da Saúde, mediante convênios com a Divisão Nacional de Tuberculose (DNT), a Divisão Nacional de Dematologia Sanitária (DNDS), a Divisão Nacional de Organização Sanitária (DNOS), a Coordenação de Proteção Materno Infantil (CPMI), o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o Serviço de Saúde dos Portos, Aeroportos e Fronteiras (SAPORTOS), e a Divisão Nacional do Câncer (DNC), os quais participarem, inclusive, com recursos financeiros, para a execução de atividades específicas. As atividades de natureza médico-social são, em grande parte, financiadas pelo Instituto Nacional de Previdência Social — INPS e do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — FUNRURAL, objetivando a integração das ações de saúde principalmente as de assistência médica.

**PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DESENVOLVIDO COM O INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Em decorrência do Convênio assinado pelo Governo do Espírito Santo e pelo Instituto Nacional de Previdência Social, a Assistência Médica, que já era realizada em regime ambulatorial, pelas Unidades de Saúde da SESA, recebeu notável incremento, mediante a utilização de horários no período da tarde, fora do período normal de funcionamento das referidas Unidades.

Consequentemente, este benefício foi estendido a consideráveis parcelas da população, utilizando-se a estrutura física já existente.

**UNIDADES SANITÁRIAS QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA COM O INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL — INPS — 1977**

01 — U.S. 1 Afonso Cláudio

02 — U.S. 1 Aracruz

03 — U.S. 1 Baixo Guandu

04 — U.S. 2 Barra de Itapemirim

05 — U.S. 1 Barra de São Francisco

06 — U.S. 2 Castelo

07 — U.S. 2 Conceição da Barra

08 — U.S. 2 Domingos Martins

09 — U.S. 2 Ecoporanga

10 — U.S. 1 Guarapari

11 — U.S. 2 Iuna

12 — U.S. 3 Jcão Neiva

13 — U.S. Maruipe

14 — U.S. 2 Montanha

15 — U.S. Nova Venécia

16 — U.S. 2 Santa Teresa

17 — U.S. 2 São Gabriel da Palha

18 — U.S. 1 São Mateus

19 — U.S. Linhares

20 — Laboratório Regional de Cachoeiro de Itapemirim.

As atividades desenvolvidas pelas Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde são as seguintes:

a) Assistência Médico-Sanitária a Adultos
b) Assistência Médico-Sanitária a Gestantes
c) Assistência Médico-Sanitária e Infantes
d) Assistência Médico-Sanitária a Pré-Escolares
e) Assistência Médico-Sanitária a Escolares

Dentre as atividades de Assistência Médico-Sanitária a Gestantes, Infantes e Pré-Escolares, destacam-se os Convênios firmados pelo Governo do Espírito Santo e a Coordenadoria de Proteção Materno-Infantil — (CPMI) do Ministério da Saúde e, ainda, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), visando o primeiro, à reforma, ampliação e ao equipamento das Unidades Sanitárias e o segundo, à elevação dos padrões alimentares das gestantes, nutrizes e crianças até aos 6 anos 11 meses e 29 dias, com o fornecimento de leite desnatado em pó, fécula de mendioca, fécula de arroz e feijão.

**MOVIMENTO DAS UNIDADES SANITÁRIAS — 1977 * —**

**Grupos — Inscrições — Consultas — Comparecimentos**

Adultos — 87.908 — 319.536 — 381.158
Gestantes — 12.527 — 45.997 — 53.910
Infantes — 23.894 — 62.503 — 87.463
Pré-escolares — 31.411 — 104.623 — 136.810
Escolares — 36.153 — 126.143 — 157.345
Total — 191.893 — 658.802 — 816.686

* Dados sujeitos à revisão

Quanto ao Programa Materno-Infantil, os Convênios firmados entre o Governo do Espírito Santo, através da SESA e o Governo Federal, através da CPMI e do INAN, no ano de 1974, contemplaram inicialmente 14 (quatorze) municípios, através das Unidades Sanitárias, localizadas na sede destes municípios.

No ano de 1975, mais 18 (dezoito) municípios, foram beneficiados pelo Programa, com recursos do CPMI.

No decorrer de 1976, passaram a receber também os benefícios do Programa de Nutrição e Saúde, (PNS) e, ou, construção dos respectivos lactários.

No ano de 1977, receberam os benefícios do PNS, mais 6 (seis) municípios a saber: Alfredo Chaves, Aracruz, Boa Esperança, Guaçuí, Itarana e São Gabriel da Palha.

Foram portanto, 19 (dezenove) municípios beneficiados por ambos os programas durante o ano de 1977, a saber: Afonso Cláudio, Alfredo Craves, Aracruz, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Conceição da Barra, Ecoporanga, Guaçuí, Itarana, Linhares, Mantenópolis, Montanha, Nova Venécia, Pancas, Pinheiro, São Gabriel da Palha, São Mateus e Vila Velha, que está com pequeno número de beneficiários, apenas para funcionar como Centro de Treinamento e de Experimentação, uma vez que a prioridade é concedida às populações mais carentes do interior.

**DADOS ESTATÍSTICOS DA PROGRAMAÇÃO RESULTANTE DO CONVÊNIO:**

**MINISTÉRIO DA SAÚDE-COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO MATERNO-INFANTIL**

| Atividades e Tarefas | Metas Físicas Programadas | | |
|---|---|---|---|
| | Previstas | Realizadas | % |
| 01 — Inscrições Gestantes | 26.647 | 12.204 | 45,8 |
| 02 — Consultas Médicas no Pré-Natal | 94.272 | 39.413 | 41,8 |
| 03 — Cons. de Enfermagem no Pré-Natal (2) | 35.530 | 23.138 | 65,1 |
| 04 — Consultas Médicas no Puerpério | 1.279 | 6.014 | 470,0 |
| 05 — Inscrições Menores de 01 ano | 24.160 | 17.979 | 74,4 |
| 06 — Cons. Médicas Menores de 01 ano | 63.420 | 59.825 | 94,3 |
| 07 — Insc. Menores de 01 a 04 anos (3) | 109.254 | 21.495 | 19,7 |
| 08 — Cons. Menores de 01 a 04 anos (4) | 131.105 | 83.078 | 63,4 |
| 09 — Partos Assistidos (5) | 3.837 | 4.890 | 127,5 |
| a) Em hospital | 2.303 | 3.797 | 155,0 |
| b) Em domicílio | 1.534 | 1.083 | 71,1 |
| 10 — IMUNIZAÇÃO: | | | |
| B.C.G. | 56.225 | 77.612 | 138,0 |
| Sarampo | 83.368 | 61.103 | 73,3 |
| Varíola | 113.322 | 71.911 | 63,5 |
| Sabin (6) | 98.131 | 95.385 | 97,2 |
| Tríplice | 111.758 | 108.742 | 97,3 |
| Anatox-Tetânico | 181.230 | 105.994 | 58,4 |
| 11 — BENEFICIÁRIOS DO PNS: (7) | | | |
| a) Gestantes | 25.542 | 19.897 | 77,8 |
| b) Nutrizes | 8.862 | 11.435 | 129,0 |
| c) Menores 01 ano | 8.862 | 15.988 | 180,5 |
| d) Menores de 01 a 06 anos (8) | 317.616 | 103.741 | 32,7 |
| TOTAL DE BENEFICIÁRIOS | 360.882 | 151.061 | 41,9 |
| 12 — ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: | | | |
| a) Mães | — | 9.619 | — |
| b) Gestantes | — | 11.103 | — |
| c) Nutrizes | — | 8.051 | — |
| d) Curiosa | — | 995 | — |
| e) Jovens de 15 a 19 anos | — | 4.698 | — |
| f) Líderes Comunitários | — | 612 | — |
| TOTAL DE PESSOAS ORIENTADAS | — | 36.078 | — |
| 13 — CURIOSAS CONTROLADAS | 480 | 372 | — |

DADOS ESTATÍSTICOS DA PROGRAMAÇÃO RESULTANTE DO CONVÊNIO:

MINISTÉRIO DA SAÚDE-COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO MATERNO-INFANTIL

| Especificação | Beneficiados Em Períodos Anteriores | Beneficiados do ano de 1977 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Antigos | Novos | Total |
| 1 — MUNICÍPIOS . . ..... | 53 | 53 | — | 53 |
| 2 — ENTIDADES BENEFICIADAS | | | | |
| A — NATUREZA: a) Pública | | | | |
| I — Federais . . ..... | — | — | 01 | 01 |
| II — Estaduais (2) . ..... | 86 | 70 | 09 | 79 |
| III — Municipais . . ..... | 03 | — | 01 | 01 |
| B — TIPO: | | | | |
| b) Privadas | | | | |
| I — Hospitais . . ..... | — | — | — | — |
| c) Quantidade de leitos ..... | — | — | — | — |
| d) Unidades Sanitárias . . . ..... | 41 | 28 | 27 | 55 |
| e) Outros . . ..... | 10 | 01 | — | 01 |
| 3 — BENEFÍCIOS PRESTADOS: | | | | |
| a) Unidades (implantadas) . ..... | 22 | — | 06 | 06 |
| b) Unidades (ampliadas) . ..... | — | — | — | — |
| c) Unidades (restauradas) . ..... | 04 | — | 05 | 05 |
| 4 — TREINAMENTOS REALIZADOS: | | | | |
| a) Em períodos anteriores ..... | 60 | — | — | — |
| b) No ano . . ..... | — | 02 | — | — |
| 5 — PESSOAS TREINADAS: | | | | |
| A — NÍVEL UNIVERSITÁRIOS: | | | | |
| a) Médicos . . ..... | 51 | — | 18 | — |
| b) Enfermeiras . . ..... | 01 | — | — | — |
| c) Odontológos . ..... | 02 | — | — | — |
| d) Outros . . ..... | — | — | — | — |
| TOTAL: . . ..... | 54 | — | 18 | — |
| B — NIVEL MEDIO E AUXILIAR: | | | | |
| a) Auxiliar de Enfermagem ..... | 02 | — | — | — |
| b) Visitadoras . . ..... | 84 | — | 37 | — |
| c) Atendentes . . ..... | — | — | — | — |
| d) Outros . . ..... | 1.708 | — | — | — |
| TOTAL: . . ..... | 1.794 | — | 37 | — |

PROGRAMA DE NUTRIÇÃO E SAÚDE - PNS

PROGRAMAÇÃO E ATENDIMENTO ANUAL DE BENEFICIÁRIOS

- 1977 -

| ÁREAS/MUNICÍPIOS | Nº DE MUNICÍPIOS(2) | | | POPULACÃO GERAL (3) | POPULAÇÃO ALVO (4) | POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA | | | | % cumprimento da meta ( 9 ) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | PROGRAMADA | | ATENDIDA | | |
| | E | P | A | | | Nº (5) | % COB(6) | Nº (7) | % COB(8) | |
| 1ª REGIÃO | 03 | 03 | 02 | 90.036 | 13.291 | 5.765 | 43 | 876 | 6,6 | 15.1 |
| 2ª REGIÃO | 08 | 07 | 07 | 346.836 | 51.203 | 15.345 | 30 | 13.593 | 26,5 | 88,5 |
| 3ª REGIÃO | 06 | 04 | 05 | 247.027 | 36.468 | 12.314 | 34 | 12.559 | 34.4 | 102 |
| 4ª REGIÃO | 08 | 03 | 03 | 186.566 | 27.542 | 4.747 | 17 | 6.329 | 23 | 103,2 |
| 5ª REGIÃO | 05 | 01 | 01 | 446.169 | 65.867 | 1.282 | 02 | ZERO | ZERO | ZERO |
| 7ª REGIÃO | 12 | 01 | 01 | 265.181 | 39.148 | 1.208 | 03 | 957 | 2,5 | 80 |
| | 53 | 19 | 19 | 1.776.500 | 262.922 | 40.661 | | 34.314 | 13,1 | 84,4 |

E - EXISTENTE

P - PROGRAMADO

A - ATENDIDO

**Projeto de Interiorização de Assistência Médico-Sanitária.**

O Projeto de Assistência Médico-Sanitária tem recebido o necessário apoio da Secretaria, no sentido de desenvolver uma ação centrífuga, que partindo das Unidades Sanitárias alcance a Comunidade, como se poderá apreciar na tabela abaixo:

| Especificação | Visitas Domiciliares | Entrevistas Individuais | Palestras Em Grupos |
|---|---|---|---|
| Gestantes | 3.497 | 16.564 | 1.062 |
| Puérperas | 1.972 | — | — |
| Recém-nascidos | 2.170 | — | — |
| Infantes | 4.480 | — | — |
| Pré-escolares | 4.249 | — | — |
| Escolares | 3.390 | 11.423 | 1.086 |
| Doenças Transmissíveis | 4.118 | 5.446 | — |
| Comunicantes | 2.421 | — | — |
| Hospitais | 2.502 | — | — |
| Saúde Mental | — | 3.132 | — |
| Adultos | 2.344 | 33.661 | 1.175 |
| Mães | — | — | 1.390 |
| Curiosas | — | 1.848 | 105 |
| Professoras | — | 605 | 198 |
| Líderes Comunitários | — | 1.213 | 113 |

**Projeto de Assistência ao Escolar.**

A partir de 1975, a faixa etária de 7 a 14 anos passou a merecer maior atenção. Para tanto, enfatizou-se a atuação do Serviço Escolar Externo, especialmente na área da Grande Vitória, onde funciona ligado diretamente aos Centros de Saúde, com visita a escolas e Parques Infantis, exames médicos, exames de fezes dos escolares e palestras de Educação para a Saúde, a alunos e professores com utilização de recursos audio-visuais.

Durante o ano de 1977 foram executados os seguintes serviços.

**Centro de Saúde de Vitória:**

| | | |
|---|---|---|
| — Atendimento a pré-escolares | — | 1.095 |
| — Atendimento a escolares | — | 4.246 |
| — Total de atendimentos | — | 5.341 |

**Destes 5.341 atendimentos, foram feitos 506 exames de fezes, com 480 resultados positivos.**

**Encaminhamento a diversas especialidades:**

| | | |
|---|---|---|
| — Cardiologia | — | 02 |
| — Oftalmologia | — | 28 |
| — Otorrinolaringologia | — | 53 |
| — Dermatologia | — | 69 |

Foram visitadas 15 escolas.
Foram proferidas 17 palestras.

**Centro de Saúde de Jardim América:**

| | | |
|---|---|---|
| — Atendimentos a escolares | — | 3.118 |
| — Exames de fézes | — | 1.077 |
| — Positivos | — | 778 |
| — Negativos | — | 279 |
| — Palestras | — | 17 |

**Centro de Saúde de Maruípe:**

| | | |
|---|---|---|
| — Atendimento a escolares | — | 1.382 |
| — Exames de fézes | — | 1.387 |
| — Positivos | — | 1.247 |
| — Negativos | — | 140 |

**Centro de Saúde da Glória:**

O Centro de Saúde da Glória fez um atendimento somente a escolares defasados, de acordo com entendimentos com a supervisão de Ensino de 1º grau e a direção do Centro de Saúde.

Escolares defasados atendidos ..... — 668.

**Projeto de Controle e Erradicação de Doenças Transmissíveis.**

**Imunização contra as doenças evitáveis por vacinação:**

No cumprimento de sua meta prioritária, contida no Programa Nacional de Imunizações, não se descuidou a SESA do Projeto de Controle e Erradicação de doenças transmissíveis, objetivando reduzí-las a níveis compatíveis com a atual fase do processo de desenvolvimento sócio-econômico. Assim, merecem ênfase especial as imunizações contra sarampo, difteria, tétano, poliomielite, coqueluche e tuberculose. A varíola já se encontra erradicada no Brasil, desde 1972, persistindo os altos índices de imunização contra esta doença, para manter consolidada esta importante conquista.

**DOSES DE VACINA APLICADAS EM TODOS OS GRUPOS ETÁRIOS, NO ESPÍRITO SANTO — 1975 — 1976 — 1977**

| Vacinas / Anos | 1975 | 1976 | 1977* |
|---|---|---|---|
| Anti-tuberculose** | 51.000 | 85.700 | 92.100 |
| Anti-sarampiosa | 13.500 | 58.100 | 68.100 |
| Anti-poliomielítica | 160.300 | 172.300 | 219.300 |
| Tríplice | 94.200 | 147.200 | 213.100 |
| Anti-tetânica | 181.000 | 115.800 | 123.500 |
| Anti-variólica** | 235.800 | 171.700 | 64.300 |
| Anti-meningocócica | 1.423.400 | 53.000 | — |

* Dados sujeitos a revisão.
** Total de doses aplicadas, inclusive em maiores de 15 anos.

## IMUNIZAÇÕES* E VALORES ALCANÇADOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 1975 A 1977 -

| VACINAS | 1975 | | | 1976 | | | 1977** | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | META | ALCANÇADO | % | META | ALCANÇADO | % | META | ALCANÇADO | % |
| Contra-tuberculose | 55.700 | 51.100 | 92 | 58.100 | 78.600 | 135 | 64.000 | 87.700 | 137,03 |
| Contra-poliomielite (3ª dose) | 29.900 | 29.300 | 98 | 31.700 | 30.200 | 95 | 46.000 | 49.100 | 106.74 |
| Contra-sarampo | 51.100 | 13.500 | 26 | 42.200 | 58.100 | 137 | 66.000 | 68.100 | 103.18 |
| Contra-difteria, tétano e coqueluche (3ª dose) | 68.600 | 17.100 | 25 | 41.400 | 26.800 | 65 | 65.000 | 46.800 | 72,00 |
| Contra-varíola (primovacin.) | 59.000 | 51.100 | 87 | 82.800 | 87.200 | 106 | 54.000 | 49.800 | 92,22 |
| Contra-tétano (3ª dose) | 240.700 | 2.200 | 01 | 79.800 | 12.000 | 15 | 55.000 | 9.400 | 17.09 |

* Imunizações realizadas no grupo etário de 0-4 anos, para as vacinas contra sarampo, difteria, tétano, coqueluche e poliomielite de 0-14 anos, contra tuberculose e de 5 anos e mais, contra tétano.

** Dados sujeitos à revisão.

**Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis evitáveis por Vacinação.**

A Vigilância Epidemiológica iniciou-se no Espírito Santo, em 1969, com a Unidade de Investigação Epidemiológica, primordialmente voltada para a Erradicação da Varíola. Posteriormente, este trabalho foi ampliado para o controle da Doença Meningocócica, da Poliomielite e da Raiva Humana.

**Doença Meningocócica e outras meningites**

Particular destaque marece a elevada letalidade nos casos de meningococcemia. Enquanto nas meningites, inclusive a meningocócica, a letalidade se situa próxima a 15 %, nas meningococcemias se eleva a 44 %.

O surto de Doença Meningocócica registrado no Espírito Santo, em 1974, parece ter-se iniciado em 1972. Seu coeficiente de incidência se mostrava em elevação, mesmo antes do alerta geral, decretado pelo Ministério da Saúde, devido aos elevados índices, registrados na Grande São Paulo, em 1974. Em março de 1973, eclodiu de forma epidêmica em Itapina, distrito pertencente ao município de Colatina, atingindo em seguida, todo o Espírito Santo. O mais alto coeficiente foi alcançado em 1974, apresentando a seguir, progressivo declínio.

A partir de 1975, com o treinamento e a padronização de técnicas de laboratório, bem como o alerta geral à rede de Unidades Sanitárias, no sentido de aprimorar o atendimento precoce aos casos suspeito, de maneira a possibilitar a pronta colheita de material conseguiu-se estabelecer índice de diferenciação diagnóstica, entre Meningite Meningocócica, meningites de outras etiologias e meningites não especificadas. O material colhido passou a ser enviado sstematicamente, para o Laboratório Central em Vitória, nos casos de Meningite Meningocócica comprovada, para a realização de cultura e tipagem da Neisseria meningitidis.

As meningites têm-se concentrado de modo geral, na área da Grande Vitória, acompanhando assim, uma tendência natural para os padrões epidêmicos, que se têm constatado no Brasil. Nos centros urbanos que recebem migrações oriundas do êxodo rural, existe a tendência de se criar na periferia de cidades, aglomerados humanos, que vivem em precárias condições de higiene e habitação, facilitando assim o contágio intradomiciliar da doença.

**CASOS DE ÓBITOS NOTIFICADOS DE DOENÇA MENINGOCÓCICA E OUTRAS MENINGITES NO ESPÍRITO SANTO**

**— 1977 —**

| Doença Meningocócica e Outras Meningites | Casos | Óbitos | Letalidade % |
|---|---|---|---|
| Meningite meningocócica . | 88 | 12 | 14,63 |
| Meningococcemia . ..... | 19 | 11 | 57,89 |
| Meningite não especificada | 295 | 42 | 14,03 |
| Meningite de outras etiologias . ..... | 44 | 05 | 11,36 |
| T O T A L ..... | 440 | 70 | 15,91 |

**CASOS NOTIFICADOS DE DOENÇA MENINGOCÓCICA E COEFICIENTES POR 100.000 HABITANTES NO ESPÍRITO SANTO**

**— 1968 A 1977 —**

| Anos | Casos Nº | Coef. por 100.000 Habit. |
|---|---|---|
| 1968 . . ..... | 09 | 0,57 |
| 1969 . . ..... | 11 | 0,61 |
| 1970 . . ..... | 55 | 3,40 |
| 1971 . . ..... | 47 | 2,80 |
| 1972 . . ..... | 94 | 5,54 |
| 1973 . . ..... | 193 | 11,22 |
| 1974 . . ..... | 593 | 30,93 |
| 1975 . . ..... | 201 | 11,40 |
| 1976 . . ..... | 98 | 5,49 |
| 1977 . . ..... | 101 | 5,59 |

**Poliomielite**

O programa de vacinação em massa implantado em 1971 e 1972 foi motivado pela epidemia surgida em 1971.

A tendência ao progressivo aumento, registrada a partir de 1973, parece se interromper em 1977. Entretanto, coincidência se mantém dentro dos limites esperados.

**Coqueluche**

Os registros estatísticos revelam aumento da incidência da doença a partir de 1970, mas, na verdade, o que vem ocorrendo, desde então, é que, com a ampliação da rede de Unidades Sanitárias, as modificações das doenças transmissíveis estão abrangendo áreas que, antes, escapavam ao controle. As variações verificadas a partir de 1973 não têm significado estatístico.

**Difteria**

Apresentou tendência ao decréscimo, a partir de 1977, com variações sem significado estatístico.

**Tétano**

Apresenta-se com marcada estabilidade nos últimos oito anos. O coeficiente de 2,99 por 100.000 habitantes, para 1977, está sujeito a futuras correções.

**Sarampo**

Evolue com epidemias recorrentes em períodos bienais. Devido as vacinações de massa nos anos de 1973 e 1974, atingiu seu menor coeficiente de incidência em 1975. A interrupção do rítmo de imunizações perdido a partir de 1975 devido à falta de imunizantes após o in-

cêndio registrado no frigorífico da CIBRAZEM, no Rio de Janeiro, possibilitou o registro aos coeficientes anteriores a 1973.

**Tuberculose Pulmonar**

Consideram-se, aqui, apenas os casos bacilíferos.

A Tuberculose Pulmorar tem apresentado incidência estável a curto e médio prazo. O aumento de 1972, nas notificações, deveu-se ao estabelecimento do Convênio, entre o Ministério da Previdência e Assistência Social, através do INPS e o Governo do Espírito Santo, através da Secretaria de Saúde, o que possibilitou o registro de pacientes que não constavam nesta Secretaria.

**Controle de Tuberculose**

Quanto às atividades ambulatoriais, no ano de 1977, foram implantados quatro novos dispensários de tratamento: no recém-inaugurado Centro de Saúde de Santo Antonio, em Vitória, nas Unidades Sanitárias de Santa Mônica em Vila Velha, e nas sedes dos municípios de Cariacica e Ibiraçu.

A tabela abaixo, demonstra o montante de baciloscopias realizadas em toda parte de Unidade Sanitárias, com a finalidade de estabelecer diagnóstico e efetuar avaliação terapêutica.

| Período | Rep. | Diagnóstico Pos. | Diagnóstico Neg. | Controle Pos. | Controle Neg. | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1º TRIMESTRE . . . . . | 382 | 232 | 2.486 | 250 | 1.629 | 4.597 |
| 2º TRIMESTRE . . . . . | 598 | 168 | 289 | 289 | 1.831 | 5.049 |
| 3º TRIMESTRE . . . . . | 815 | 243 | 3.098 | 241 | 1.734 | 5.316 |
| 4º TRIMESTRE * . . . . . | 205 | 70 | 892 | 86 | 500 | 1.548 |
| TOTAL . . . . . | 2.000 | 713 | 9.237 | 866 | 5.694 | 16.510 |

* Dados até outubro de 1977.

**Treinamento de Pessoal para a luta Anti-Tuberculose**

Quanto ao Treinamento de Pessoal, foi realizado o Curso de atualização em Pneumologia Sanitária, que contou entre os conferencistas, algumas das mais expressivas autoridades na matéria, em todo o País.

A Secretaria de Saúde proporcionou os meios necessários, para que todo o pessoal de nível superior, atuante na rede de Unidades Sanitárias se fizesse presente.

Foram ainda realizados cursos de treinamento e de reciclagem para os laboratoristas, auxiliares de laboratório e agentes locais, conforme demonstrado na tabela abaixo:

| Especificação | Treinamento | Reciclagem | Total |
|---|---|---|---|
| Pessoal de Laboratório | 11 | 05 | 16 |
| Agente Local . . . . . | — | 07 | 07 |
| TOTAL . . . . . | 11 | 12 | 23 |

**Controle da Hanseníase**

No ano de 1977, prosseguiu a luta contra a Hanseníase, utilizando-se a Secretaria de Saúde, dos recursos advindos do Convênio celebrado com a Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária, órgão pertencente ao Ministério da Saúde e com a Central de Medicamentos pertencente ao Ministério de Previdência Social.

Dentro deste espírito, realizou-se o treinamento de trinta e seis novos Agentes Locais para desenvolverem atividades nos Dispensários de Hanseníase da rede de Unidades Sanitárias.

**SITUAÇÃO DA HANSENÍASE NO ESPÍRITO SANTO**

**— 1976-1977 —**

| Especificação | 1976 | 1977 |
|---|---|---|
| Total de doentes fichados . . . . . | 4.862 | 4.255 |
| Doentes controlados . . . . . | 2.238 | 2.271 |
| Doentes internados . . . . . | 359 | 364 |
| Paradeiro ignorado . . . . . | 2.305 | 1.218 |
| Sem controle . . . . . | 448 | 472 |

**EPIDEMIOLOGIA DA HANSENÍASE NO ESPÍRITO SANTO**

**— 1976-1977 —**

| Anos / Casos | 1976 | 1977 |
|---|---|---|
| Nº de doentes inscritos no ano . . | 486 | 287 |
| Incidência por 100.000 habitantes | 26,68 | 15,9 |
| Total de doentes fichados no serviço . . . . . | 4.862 | 4.255 * |
| Prevalência por 1.000 habitantes . | 2,7 | 2,4 |

* Procedeu-se em 1977, ao expurgo do arquivo da região Norte do Estado do Espírito Santo, conforme sugestão da DNOS. Assim, foram retirados para o arquivo "morto", os pacientes de mais de 70 anos da forma L/D, os de paradeiro ignorado há mais de 10 anos, bem como os falecidos.

CASOS NOTIFICADOS DAS PRINCIPAIS DOENÇAS CONTROLÁVEIS POR VACINAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 1968 A 1977 -

| ANOS | COQUELUCHE | | DIFTERIA | | TÉTANO | | SARAMPO | | TUBERCULOSE | | POLIOMIELITE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº | COEF.POR 100.000 | Nº | COEF.POR 100.000 | Nº | COEF. POR 100.000 | Nº | COEF.POR 100.000 | Nº | COEF.POR 100.000 | Nº | COEF.POR 100.000 |
| 1968 | 84 | 5,33 | 25 | 1,59 | 35 | 2,22 | 43 | 2,73 | 649 | 41,16 | 06 | 0,38 |
| 1969 | 486 | 30,43 | 62 | 3,88 | 10 | 0,63 | 1.173 | 73,45 | 651 | 40,76 | 11 | 0,69 |
| 1970 | 974 | 60,20 | 146 | 9,02 | 52 | 3,21 | 1.214 | 75,04 | 915 | 56,56 | 26 | 1,61 |
| 1971 | 1.250 | 74,57 | 119 | 7,10 | 66 | 3,94 | 2.531 | 150,99 | 1.046 | 62,40 | 146 | 8,71 |
| 1972 | 1.375 | 80,97 | 137 | 8,07 | 65 | 3,83 | 1.606 | 94,58 | 2.500 | 147,23 | 09 | 0,53 |
| 1973 | 849 | 49,36 | 79 | 4,59 | 64 | 3,72 | 3.259 | 187,72 | 962 | 55,93 | 36 | 2,09 |
| 1974 | 778 | 44,65 | 52 | 2,98 | 63 | 3,62 | 585 | 33,57 | 1.141 | 65,48 | 62 | 3,62 |
| 1975 | 977 | 55,40 | 58 | 3,29 | 90 | 5,10 | 161 | 9,13 | 960 | 54,44 | 58 | 3,29 |
| 1976 | 961 | 53,84 | 71 | 3,98 | 74 | 4,15 | 1.566 | 87,74 | 897 | 50,28 | 76 | 4,26 |
| 1977* | 802 | 44,41 | 95 | 5,26 | 72 | 3,99 | 1.721 | 95,29 | 737 | 40,79 | 33 | 1,83 |

* Dados sujeitos à revisão.

DOENTES NOVOS REGISTRADOS DURANTE OS ANOS DE 1976 E 1977

| LOCALIDADES | FORMA CLÍNICA | | | | | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1976 | | | 1977 | | | 1976 | 1977 |
| | L/D | I | T | L/D | I | T | | |
| Afonso Cláudio | 2 | - | - | 1 | - | - | 2 | 1 |
| Alegre | 5 | 2 | 2 | - | 3 | - | 9 | 3 |
| Anchieta | 1 | 2 | - | - | - | - | 3 | - |
| Aracruz | 1 | 1 | - | 1 | 1 | - | 2 | 2 |
| Baixo Guandu | 7 | 2 | - | 2 | 3 | - | 9 | 5 |
| Barra de São Francisco | 17 | 13 | 4 | 6 | 13 | - | 34 | 19 |
| Boa Esperança | 2 | - | - | - | - | - | 2 | - |
| Bom Jesus do Norte | 1 | - | - | - | - | - | 1 | - |
| Cachoeiro de Itapemirim | 3 | 1 | 5 | 7 | 2 | 1 | 9 | 10 |
| Cariacica | 26 | 26 | 5 | 10 | 10 | 4 | 57 | 24 |
| Castelo | 5 | 7 | 1 | 1 | 4 | 3 | 13 | 8 |
| Colatina | 17 | 11 | 5 | 13 | 7 | 6 | 33 | 26 |
| Conceição da Barra | - | 5 | - | 1 | - | - | 5 | 1 |
| Conceição do Castelo | 2 | 4 | - | 1 | 2 | 2 | 6 | 5 |
| Domingos Martins | 2 | - | - | - | - | - | 2 | - |
| Dores do Rio Preto | - | - | - | - | 2 | 1 | - | 3 |
| Ecoporanga | 7 | 2 | - | 8 | 4 | 1 | 9 | 13 |
| Guaçuí | 2 | - | 1 | - | - | 1 | 2 | 1 |
| Guarapari | 2 | - | - | 1 | - | - | 2 | 1 |
| Ibiraçu | 1 | - | - | - | - | - | 1 | - |
| Itaguaçu | 2 | - | - | 2 | 1 | - | 2 | 3 |
| Itarana | - | 1 | - | 1 | - | 1 | 1 | 2 |
| Iúna | 6 | 14 | 4 | 2 | - | - | 24 | 2 |
| Jerônimo Monteiro | 1 | 1 | - | - | - | - | 2 | - |
| Linhares | 3 | 8 | 2 | 3 | 6 | 1 | 13 | 10 |
| Mantenópolis | 25 | 12 | 6 | 10 | 4 | - | 43 | 14 |
| Mimoso do Sul | - | - | - | 1 | - | - | - | 1 |
| Montanha | - | 4 | - | - | - | - | 4 | - |
| Mucurici | 1 | - | 1 | - | - | - | 2 | - |
| Muqui | 2 | 1 | - | - | - | 1 | 3 | 1 |
| Muniz Freire | - | 2 | - | 1 | - | - | 2 | 1 |
| Nova Venécia | 5 | 4 | 1 | 2 | 1 | 1 | 10 | 4 |
| Pancas | 10 | 6 | - | 3 | 1 | 1 | 16 | 5 |
| Pinheiro | - | - | - | 1 | - | - | - | 1 |
| Piúma | 1 | - | - | - | - | - | 1 | - |
| Rio Novo do Sul | - | - | - | 1 | - | - | - | 1 |
| Santa Teresa | 3 | 2 | - | - | - | - | 5 | - |
| São Gabriel da Palha | - | 1 | 1 | - | 3 | - | 2 | 3 |
| São José do Calçado | 1 | 2 | - | - | - | - | 3 | - |
| São Mateus | 2 | 2 | - | 2 | 1 | - | 4 | 3 |
| Serra | 3 | 3 | - | 3 | 2 | 3 | 6 | 8 |
| Viana | - | 2 | - | 2 | - | 2 | 2 | 4 |
| Vila Velha | 33 | 28 | 12 | 18 | 13 | 19 | 73 | 50 |
| Vitória | 9 | 18 | 4 | 6 | 16 | 5 | 31 | 27 |
| Fora do Estado | 22 | 10 | 3 | 13 | 10 | 2 | 35 | 25 |
| TOTAL | 232 | 197 | 57 | 123 | 109 | 55 | 486 | 287 |



Est. Espírito Santo
ARQUIVO PUBLICO

## CASOS NOTIFICADOS DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E COEFICIENTES POR 100.000 HABIT. NO ESPÍRITO SANTO

— 1977 * —

| Doenças | Casos Número | Coeficiente por 100.000 Habit. |
|---|---|---|
| Blastomicose | 03 | 0,17 |
| Bouba | 05 | 0,28 |
| Cancro Venéreo | 19 | 1,05 |
| Coqueluche | 802 | 44,41 |
| Difteria | 95 | 5,26 |
| Encefalite | 20 | 1,11 |
| Esquistossomose | 3.460 | 191,58 |
| Febre Tifóide | 49 | 2,71 |
| Gastroenterite | 1.686 | 93,36 |
| Gonorréia | 419 | 23,20 |
| Hepatite Infecciosa | 558 | 30,90 |
| Hanseníase L. I. T. | 287 | 15,89 |
| Leishmaniose ** | 22 | 1,22 |
| Linfogranulomatose | 17 | 0,94 |
| Malária ** | 151 | 8,36 |
| Meningite Indeterminada | 295 | 16,33 |
| Meningite Meningocócica | 101 | 5,59 |
| Meningite Determinada | 44 | 2,44 |
| Parotidite | 780 | 43,19 |
| Poliomielite | 33 | 1,83 |
| Raiva | 01 | 0,06 |
| Rubeola | 635 | 35,16 |
| Sarampo | 1.721 | 95,29 |
| Sífilis | 3.245 | 179,68 |
| Tétano | 72 | 3,99 |
| Tuberculose Pulmonar | 737 | 40,79 |
| Varicela | 538 | 25,79 |

* Dados sujeitos à revisão
** Dados fornecidos pela SUCAM

### Controle da Raiva Humana:

O Projeto de Profilaxia da Raiva Humana que funcionava desde janeiro de 1971, apenas no Centro de Saúde de Jardim América, foi estendido aos Centros de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Linhares em 1975 e finalmente em 1977, contemplou também, a Unidade Sanitária de São Mateus. Estes serviços funcionam inclusive aos sábados, domingos e feriados, no regime de plantão das 08:00 às 11:00 horas, para não interromper os tratamentos iniciados.

## ATUAÇÃO NA ÁREA DA GRANDE VITÓRIA E NO ESPÍRITO SANTO

— 1977 —

| Especificação | Grande Vitória | Interior | Total |
|---|---|---|---|
| Total de comparecimentos no ano | 8.008 | 2.835 | 10.843 |
| Número de pacientes controlados | 1.941 | 272 | 2.213 |
| Numero de pacientes tratados | 662 | 213 | 875 |
| Número de doses de vacina aplicadas | 6.274 | 2.743 | 9.017 |
| Numero de doses de vacina de reforço | 258 | 191 | 449 |
| Número de ampolas de soro aplicadas | 15 | 12 | 37 |
| Tratamentos iniciados no ano | 662 | 213 | 875 |
| Tratamentos completados no ano | 937 | 192 | 1.129 |
| Número de pessoas que abandonaram o tratamento | 124 | 21 | 145 |

## ANIMAIS AGRESSORES NA GRANDE VITÓRIA E INTERIOR

| Animais Agressores | Grande Vitória | Interior | Total |
|---|---|---|---|
| Cão | 1.674 | 237 | 1.911 |
| Gato | 125 | 29 | 154 |
| Rato | 107 | 05 | 112 |
| Outros | 29 | 01 | 30 |
| TOTAL | 1.935 | 272 | 2.207 |

### Controle de Cólera

No ano de 1977 em decorrência do estado de alerta decretado pelo Ministério da Saúde, mobilizou-se a Comissão de Combate e Prevenção do Cólera e, em consequência disto, tomaram-se algumas providências, entre elas a vacinação dos indivíduos que por força das circunstâncias, estão mais expostos ao contágio. Este trabalho é demonstrado a seguir:

| Localização | Nº de Vacinados |
|---|---|
| — Cais Comercial de Vitória | 1.500 |
| — Cais de USIMINAS | 135 |
| — Cais de Atalaia | 75 |
| — Cais de Tubarão | 250 |
| — Capitania dos Portos | 60 |
| — Petrobrás | 85 |
| — Lavanderia Vitória | 50 |
| T O T A L | 2.245 |

## INSPETORIA DE SAÚDE DOS PORTOS VIGILANCIA INTERNACIONAL

| Atividades | Anos 1975 | 1976 | 1977 |
|---|---|---|---|
| Embarcações entradas | 1.234 | 1.237 | 1.113 |
| Embarcações visitadas | 519 | 521 | 547 |
| Livres-Práticas concedidas | — | 443 | 546 |
| Livres-Práticas pelo rádio | — | 497 | 291 |
| Livres-Práticas visitadas | — | — | 143 |
| Inspeções sanitárias | — | 05 | 40 |
| Isenções de expurgo para desratização | 10 | 15 | 21 |
| Passageiros Inspecionados no desembarque | — | 35 | 49 |
| Passageiros desembarcados por doença | — | — | 01 |
| Tripulantes desembarcados por doença | 65 | 43 | 37 |
| Tripulantes isolados | 03 | — | 01 |
| Revacinação anti-variólica | 2.534 | 1.807 | 2.247 |
| Vacinação anti-colérica | 1.053 | 679 | 3.207 |
| **EXAMES DE SAÚDE DE ESTRANGEIROS** | | | |
| Transformação de visto consular | 69 | 182 | 295 |
| Exames complementares solicitados | 325 | 869 | 1.154 |
| Laudos fornecidos | 69 | 182 | 295 |
| **INTIMAÇÕES E PENALIDADES** | | | |
| Intimações expedidas | — | — | 01 |
| Intimações cumpridas | — | — | 01 |
| Autos de infração | 12 | 06 | 06 |
| Autos de multa | 10 | 02 | 01 |
| **FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA** | | | |
| Água | — | — | 02 |
| Alimentos | — | — | 01 |

## ATIVIDADES REALIZADAS PELO COMANDO SANITÁRIO

- 1977 -

| LOCALIDADES VISITADAS | ESTABELECIMENTOS VISITADOS | ESTABELECIMENTOS INTIMADOS | INTIMAÇÕES CUMPRIDAS | INTIMAÇÕES CUMPRIDAS EM PARTES | ESTABELECIMENTOS AUTUADOS | ESTABELECIMENTOS MULTADOS | RECURSOS IMPETRADOS | PRODUTOS INUTILIZADOS. ( em Kg) | RECLAMAÇÕES ATENDIDAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Grande Vitória | 6734 | 3910 | 2892 | 3107 | 348 | 84 | 253 | 48.427,800 | 279 |
| Alegre | 93 | 93 | A cargo da Uni.Sanitária | idem | idem | idem | idem | idem | idem |
| Alfredo Chaves | 45 | 45 | " | idem | idem | idem | idem | idem | idem |
| Anchieta | 40 | 36 | " | " | " | " | " | " | " |
| Aracruz | 71 | 71 | " | " | " | " | " | 15.000 | - |
| Cach.de Itapemirim | 437 | 335 | " | " | " | " | 3 | 58.000 | - |
| Castelo | 398 | 275 | 99 | 23 | 13 | - | - | 135.000 | 2 |
| Domingos Martins | 21 | 21 | A cargo da Un.Sanitária | idem | idem | idem | idem | idem | 1 |
| Guaçuí | 117 | 117 | " | " | " | " | " | 385.000 | 66 |
| Guarapari | 234 | 169 | 12 | 11 | 22 | - | - | 32.600 | - |
| Linhares | 143 | 117 | A cargo da Un.Sanitária | " | idem | idem | idem | 150.000 | - |
| Marataízes | 62 | 60 | " | " | " | " | " | 17.000 | - |
| São Mateus | 145 | 145 | " | " | " | " | " | 81.000 | - |
| T O T A L | 8646 | 5500 | 3003 | 3141 | 383 | 84 | 256 | 49.301,400 | 348 |

Obs: Além disso, na região da Grande Vitória, foram imutilizados 8013 frascos de refresco.

PRODUÇÃO GLOBAL DO SERVIÇO ODONTOLÓGICO EM TODO O ESTADO, EM 1977 (DEZ./76 a NOV./77)

| ESPECIFICAÇÕES | U.S. COM DENTISTA | U.S. SEM DENTISTA | U.S.MOVEL ONIBUS | CENTROS SAÚDE | EQUIPES MÓVEIS | CONV. E ENT. DIV. | TOTAL GERAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 - Exames dentários | 18.316 | 34.588 | 642 | 17.187 | 24.584 | 1.341 | 96.658 |
| a) Com previdência social(INPS+FUNRURAL) | 9.384 | 17.306 | 642 | 3.142 | 18.207 | 616 | 49.297 |
| b) Sem previdência social | 8.913 | 17.110 | - | 14.043 | 6.285 | 725 | 47.076 |
| 02 - Atendimentos Subsequentes | 19.893 | 47.702 | - | 15.897 | 9.052 | 3.486 | 96.030 |
| a) Com previdência social (INPS+FUNRURAL) | 9.315 | 23.793 | - | 2.454 | 3.474 | 1.358 | 40.394 |
| b) Sem previdência social | 10.578 | 23.909 | - | 13.443 | 5.578 | 2.128 | 55.636 |
| 03 - Total de Atendimentos | 38.209 | 82.290 | 642 | 33.084 | 33.636 | 4.827 | 192.688 |
| 04 - Tratamentos completados (TC) | 6.131 | 9.466 | - | 1.945 | 15.623 | 308 | 33.473 |
| 05 - Tratamentos imcompletos (TI) | 15.845 | 31.915 | - | 13.817 | 4.429 | 2.452 | 68.458 |
| 06 - Tratamentos recusados (TR) | 101 | 110 | - | 12 | 968 | - | 1.191 |
| 07 - Sem maior significado (SMS) | 614 | 1.167 | - | 299 | 3.196 | 3 | 5.279 |
| 08 - Dentição hígida (DH) | 1.755 | 112 | - | 1 | 1.310 | 1 | 3.179 |
| 09 - Clientes não atendidos | 98 | 147 | - | 16 | 43 | - | 302 |
| CIRURGIA | | | | | | | |
| 10 - Extrações | 45.779 | 124.628 | 1.260 | 60.306 | 8.594 | 4.116 | 244.683 |
| a) De dentes decíduos | 8.573 | 18.749 | 691 | 5.827 | 5.230 | 2.030 | 41.100 |
| b) De dentes permanentes | 37.206 | 105.879 | 569 | 54.479 | 3.364 | 2.086 | 203.583 |
| 11 - Pulpotomia | 53 | 2 | - | 6 | 12 | 29 | 102 |
| 12 - Outras intervenções (sut. alv. curet. etc.) | 16.123 | 20.674 | 75 | 16.556 | 313 | 609 | 54.350 |
| DENTISTERIA | | | | | | | |
| 13 - Obturações | 16.428 | 65 | - | | 96.397 | 9.224 | 122.114 |
| a) Em porcelana | 6.809 | 37 | - | - | 16.725 | 3.950 | 27.521 |
| b) Em amálgama | 9.619 | 28 | - | - | 79.672 | 5.274 | 94.593 |
| 14 - Forramento de cavidade | 14.388 | 83 | - | - | 60.837 | 6.838 | 82.146 |
| 15 - Curativos | 8.508 | 7.366 | 267 | 4.560 | 1.861 | 658 | 23.220 |
| 16 - Profilaxia | 5.409 | 3.078 | - | 519 | 1.139 | 343 | 10.488 |
| 17 - Fluorterapia | 42 | - | - | 4 | 427 | - | 473 |
| 18 - Inspeção de saúde | 305 | 1.437 | - | 1.337 | 2 | - | 3.081 |
| ESTATÍSTICA | | | | | | | |
| 19 - Total de serviços executados | 125.351 | 191.921 | 2.244 | 100.475 | 194.166 | 23.158 | 637.315 |
| 20 - Consumo de anestésicos | 46.966 | 98.850 | 1.108 | 42.904 | 8.516 | 704 | 199.048 |
| 21 - Dias trabalhados | 3.848 | 6.795 | 63 | 3.373 | 2.947 | 799 | 17.825 |
| 22 - Horas trabalhadas | 23.084 | 40.549 | 378 | 20.238 | 36.995 | 3.855 | 125.099 |

**PRODUÇÃO GERAL DO SERVIÇO ODONTOLÓGICO PRESTADO A ENTIDADES DIVERSAS (SESC APAE ASS. LEGISLATIVA ED. ALZIRA BLEY) — 1977**

| Especificações | Convênios |
|---|---|
| **INSCRIÇÕES** | |
| 01 — Exames dentários | 1.341 |
| a) Com previdência social (INPS FUNRURAL) | 616 |
| b) Sem previdência social | 725 |
| c) Com dentistas particular | — |
| 02 — Atendimentos subsequentes | 3.486 |
| a) Com previdência social (INPS FUNRURAL) | 1.358 |
| b) Sem previdência social | 2.128 |
| 03 — Total de atendimentos | 4.827 |
| 04 — Tratamentos completados (TC) | 308 |
| 05 — Tratamentos incompletos (TI) | 2.452 |
| 06 — Tratamentos recusados (TR) | — |
| 07 — Sem maior significado (SMS) | 3 |
| 08 — Dentição hígida (DH) | 1 |
| 09 — Clientes não atendidos | — |
| **CIRURGIA** | |
| 10 — Extrações | 4.116 |
| a) De decíduos | 2.030 |
| b) De permanentes | 2.086 |
| 11 — Pulpotomia | 29 |
| 12 — Outras intervenções (sut. alv. cur. inc. etc.) | 609 |
| **DENTISTERIA** | |
| 13 — Obturações | 9.224 |
| a) Em porcelana | 3.950 |
| b) Em amálgama | 5.274 |
| 14 — Forramentos de cavidade | 6.838 |
| 15 — Curativos | 658 |
| 16 — Profilaxia | 343 |
| 17 — Fluorterapia | — |
| 18 — Inspeção de Saúde | — |
| **ESTATÍSTICA** | |
| 19 — Serviços executados | 23.158 |
| 20 — Consumo de anestésicos | 704 |
| 21 — Dias trabalhados | 799 |
| 22 — Horas trabalhadas | 3.855 |

**Projeto de Fiscalização do Exercício Profissional**

**ATIVIDADES REALIZADAS**

**— 1977 —**

| Atividade / Categoria | Licenças: Registros | Renovadas | Canceladas | Fiscalizações |
|---|---|---|---|---|
| Médicos | 168 | — | — | — |
| Cirurgião Dentistas | 12 | — | — | — |
| Farmacêuticos | 43 | — | — | — |
| Psicólogos | 02 | — | — | — |
| Nutricionista | 01 | — | — | — |
| Farmácia | 51 | 204 | 13 | 55 |
| Posto de Medicamentos | 15 | 409 | 03 | — |
| Laboratório Análises | 28 | 43 | 02 | 06 |
| Clínicas | 06 | 17 | 01 | — |
| Depósitos de Drogas | 06 | 56 | — | — |
| Hospitais e Casas de Saúde | 02 | — | — | 08 |
| Clínicas Dentárias | 04 | — | — | 10 |
| Consultório Médico | 02 | — | — | — |
| Consultório Dentário | | | | |

Foram realizadas fiscalizações para apreensão de medicamentos e generos alimentícios, em farmácia, fábricas e na EBCT num total de 18 visitas.

Foram ainda visadas 225 requisições de entorpecentes e autenticadas 185 livros.

**Projeto de Fiscalização de Saneamento**

No decorrer de 1977, a Diretoria de Saneamento, através o seu Engenheiro, analisou projetos de arquitetura e hidro-sanitários da Grande Vitória com o seguinte movimento:

| Localidades | Projetos: Aprovados | Devolvidos |
|---|---|---|
| Vitória | 253 | 114 |
| Vila Velha | 130 | 60 |
| Cariacica | 04 | — |

Participou ainda de inspeções sanitárias junto à Chefia da Divisão em colégios da Capital, como o Curso Nacional, Colégio Martim Lutero, Grupo Escolar

"Adão Benezath" Curso Mackenzie e Curso BAC, e ainda de contatos pessoais junto aos se.ores responsáveis das Prefeituras Municipais da Grande Vitória (Divisão de Obras) para melhor entrosamento destes setores com a SESA no concernente à aprovação de projetos hidrosanitários e a concessão de "habite-se" sanitários.

**Projeto de Padronização de Técnicos de Laboratório**

Já a partir de 1976, com a transferência de algumas atividades para os Laboratórios das Unidades Sanitárias, bem como o fato de durante os últimos meses daquele ano e durante todo o ano de 1977 progressivamente haver uma diminuição das atividades do Laboratório Central de Vitória, que passou a realizar exames mais complexos e a servir de Laboratório de referência, a produção deste Laboratório e dos Laboratórios Regionais de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim (este também diminuindo sua produção com relação aos exames que eram realizados para o INPS), sofreu um decréscimo de suas a ividades como podemos observar no quadro comparativo a seguir:

**PRODUÇÃO DOS LABORATÓRIOS CENTRAL E REGIONAIS**

**— 1974-1975-1976-1977 —**

| Ano Produção | Total de Exames |
|---|---|
| 1974 . . ..... | 119.563 |
| 1975 . . ..... | 166.359 |
| 1976 . . ..... | 147.950 |
| 1977 . . ..... | 123.373 |

**PESQUISAS DE HELMINTOS E PROTOZOÁRIOS INTESTINAIS**

**— 1975 —**

| Especificação | Números Absolutos | Números Relativos |
|---|---|---|
| a) **Pesquisas de Helmintos:** | | |
| POSITIVOS . . ..... | 15.586 | 63,44% |
| NEGATIVOS . . ..... | 8.980 | 36,55% |
| TOTAL . . ..... | 24.566 | |
| Positivos para Ancilostomídeos | 4.787 | 19,48% |
| Positivos para A. lumbricoides | 7.386 | 30,06% |
| Positivos para T. trichiurus .. | 5.627 | 22,90% |
| Positivos para S. stercoralis . | 1.459 | 5,93% |
| Positivos para Taenia sp ..... | 161 | 0,65% |
| Positivos para H. nana ..... | 52 | 0,21% |
| Positivos para S. mansoni .... | 1.318 | 5,36% |
| Positivos para E. vermicularis | 405 | 1,64% |
| b) **Pesquisas de Protozoários:** | | |
| POSITIVOS . . ..... | 10.111 | 41,15% |
| NEGATIVOS . . ..... | 14.455 | 58,84% |
| TOTAL . . ..... | 24.566 | |
| Positivos para E. coli ..... | 2.739 | 11,14% |
| Positivos para E. histolytica .. | 79 | 0,32% |
| Positivos para Giardia lamblia | 3.194 | 13,00% |
| Positivos para Endolimax nana | 1.407 | 5,72% |
| Positivos para Iodamoeba butschlii . . ..... | 266 | 1,08% |
| Positivos para Balantidium coli | 1 | 0,004% |

**REAÇÕES IMUNOLÓGICAS**

**— 1977 —**

| Reações Imunológicas | Números Absolutos | Números Relativos |
|---|---|---|
| a) REAÇÃO DE VDRL PARA LUES | | |
| REAÇÕES QUANTITATIVAS . | 28.506 | |
| POSITIVAS . . ..... | 2.495 | 8,75% |
| NEGATIVAS . . ..... | 26.011 | 91,24% |
| REAÇÕES QUANTITATIVAS . | 748 | |
| b) REAÇÃO DE IMUNOFLUORESCENCIA | | |
| TOXOPLASMOSE . . ..... | 487 | |
| POSITIVAS . . ..... | 247 | 50,71% |
| NEGATIVAS . . ..... | 240 | 49,28% |
| c) REAÇÃO HEMAGLUTINAÇÃO | | |
| PARA LUES . ..... | 191 | |
| POSITIVAS . . ..... | 112 | 58,63% |
| NEGATIVAS . . ..... | 79 | 41,36% |

**BACTERIOLOGIA**

**— 1977 —**

| Pesquisas Diretas | Números Absolutos | Números Relativos |
|---|---|---|
| Mycobacterium tuberculosis . .... | 12.689 | |
| POSITIVOS . . ..... | 5.492 | 43,28% |
| NEGATIVOS . . ..... | 7.197 | 56,71% |
| INPS . . ..... | 912 | 7,18% |
| FUNRURAL . . ..... | 160 | 1,26% |
| Mycobacterium Leprae . ..... | 814 | |
| POSITIVOS . . ..... | 174 | 21,37Ç |
| NEGATIVOS . . ..... | 640 | 78,62% |
| Neisseria gonorrhoese . ..... | 1.201 | |
| POSITIVOS . . ..... | 228 | 18,98% |
| NEGATIVOS . . ..... | 973 | 81,01% |

## CULTURAS

— 1977 —

| MATERIAL | PESQUISA SOLICITADA | NÚMEROS ABSOLUTOS | NUMEROS RELATIVOS |
|---|---|---|---|
| a) ESCARRO | Mycobacterium tuberculosis | 97 | |
| | POSITIVAS | 4 | 4,12% |
| | NEGATIVAS | 93 | 95,87% |
| b) SECREÇÃO URETRAL | Neisseria gonorrhoeae | 2 | |
| | POSITIVAS | 0 | |
| | NEGATIVAS | 2 | 100% |
| c) LIQUOR | N. meningitidis | 29 | |
| | POSITIVAS | 4 | 13,79% |
| | NEGATIVAS | 25 | 86,20% |
| d) ABSCESSOS | B. piociânico | 35 | |
| | POSITIVAS | 28 | 80,0 % |
| | NEGATIVAS | 7 | 20,0 % |
| e) FÉZES | Coprocultura | 16 | |
| f) URINA | Urocultura | 21 | |
| | Antibiograma | 13 | |

## DIAGNOSTICO PRECOCE DA GRAVIDEZ

— 1977 —

| Teste Imunoquímico para Gravidez | Números Absolutos | Números Relativos |
|---|---|---|
| Testes Realizados | 1.932 | 99,99% |
| Positivos | 1.003 | 51,91% |
| Negativos | 929 | 48,08% |
| INPS | 192 | 9,93% |

## HEMATOLOGIA

— 1977 —

| Exames Hematológicos | Totais |
|---|---|
| 1 — Hemograma de Schilling | 11.564 |
| 2 — Hemossedimentação | 531 |
| 3 — Hematimetria | 5.453 |
| 4 — Eritrograma | 29 |
| 5 — Leucocitometria | 3.741 |
| 6 — Tempo de coagulação | 936 |
| 7 — Tempo de sagramento | 936 |
| 8 — Determinação do Fator Rh | 2.735 |
| 9 — Determinação do Grupo Sanguíneo | 1.553 |
| 10 — Plaquetas | 16 |
| 11 — Hematócrito | 315 |
| 12 — Pesquisa de Hematozoários | 01 |

## EXAMES QUIMICOS PARCIAIS DE URINA

— 1977 —

| Exames Químicos Qualitativos | Totais |
|---|---|
| Pesquisa de Proteínas | 17.490 |
| Pesquisa de Glicose | 14.973 |
| Pesquisa de Acetona | 14.323 |
| Pesquisa de Sangue Oculto | 14.323 |
| Pesquisa de Pigmentos Biliares | 17.399 |
| Pesquisa de Sais Biliares | 12.152 |
| Determinação do pH | 14.330 |
| Sedimentoscopia | 17.490 |
| INPS | 2.452 |
| TOTAL | 17.490 |

## BIOQUIMICA E SANGUE

— 1977 —

| Exames Solicitados | Quantidade |
|---|---|
| Acido Úrico | 65 |
| Bilirrubina | 07 |
| Colesterol | 43 |
| Creatinina | 16 |
| Fosfatases | 03 |
| Glicose | 1.527 |
| Lipideos Totais | 05 |
| Mucoproteínas | 01 |
| Proteinas Totais | 03 |
| Transaminase | 08 |
| Timol | 02 |
| Triglicerideos | 06 |
| Uréia | 893 |
| TOTAL | 2.519 |

## BROMATOLOGIA

— 1977 —

| Exames | Total |
|---|---|
| Bacteriológicos | |
| Agua — colimetria | 647 |
| Alimentos | 53 |
| Químicos | |
| Água — Físico Químico | 643 |
| Sal — Dosagem Iodeto | |
| Sal moído | 18 |
| Sal refinado | 83 |
| TOTAL | 1.444 |

## POLUIÇÃO AÉREA

— 1977 —

| | |
|---|---|
| PARTICULARES SEDIMENTAVEIS | 13 |

## EXAMES CITO — PATOLÓGICOS

— 1977 —

| MATERIAL | TOTAL | |
|---|---|---|
| ESFREGAÇOS CÉRVICO-VAGINAIS | 2.516 | |
| NEGATIVOS (GRAU I e II) | 2.481 | 98,60% |
| POSITIVOS | 35 | 1,39% |
| GRAU III | 26 | 74,28% |
| GRAU IV | 9 | 25,71% |

## EXAMES MICOLÓGICOS

— 1977 —

| PESQUISA | TOTAL |
|---|---|
| Paracoccidioides brasilienses | 1 |
| POSITIVOS | 1 |

## EXAMES PARASITOLÓGICO DE URINA

— 1977 —

| PESQUISA | TOTAL |
|---|---|
| Schistosoma hematobium | 5 |
| POSITIVOS | 1 |

## MOVIMENTO DE CARTEIRAS DE SAÚDE

— 1977 —

### UNIDADES SANITARIAS EXPEDIDAS REVALIDADAS

| | | |
|---|---|---|
| Alegre | 415 | 186 |
| Aracruz | 155 | 20 |
| Cachoeiro de Itapemirim | 2.279 | 807 |
| Castelo | 110 | 63 |
| Colatina | 2.610* | 808* |
| Guaçui | 582 | 378 |
| Guarapari | 516 | 133 |
| Jardim América | 9.659* | 1.649* |
| Linhares | 824 | 294 |
| Maruípe | 4.393 | 1.559 |
| Mimoso do Sul | 169 | 23 |
| Nova Venécia | 364 | 32 |
| Santo Antonio | 192* | 28* |
| Vila Velha | 9.022 | 2.471 |
| Vitória | 8.306 | 1.571 |
| TOTAL | 39.596 | 10.022 |

* Dados sujeitos à revisão.
Fonte: Diretoria de Controle Sanitário.

Gerir oficialmente a política hospitalar no Estado e firmar-se cada vez mais positivamente no conceito da população espírito-santense, é o objetivo da Fundação Hospitalar do Espírito Santo.

Por isso mesmo tem-lhe o Governo dispensado todo apoio possibilitando-lhe a realização de obras de vulto, na infra-estrutura de seus hospitais, capacitando-os ao prestar o melhor atendimento ao público.

Assim, o Estado vem formando um arsenal específico, para enfrentar decisivamente a parcela mais complexa e onerosa do grave problema de assistência médica: o atendimento hospitalar.

Tendo herdado uma rede nosocomial arcaica, por ter sido a implantada em décadas anteriores, quase que exclusivamente Unidades Auxiliares das ações preventivas dos órgãos de Saúde Pública, tem lutado a FHES, felizmente com êxitos para colocar esse velho alicerce, dentro de nova concepção determinada pela Administração Hospitalar atual.

A ação do Governo Estadual, posicionando-se ativamente frente ao problema, levou nos últimos três anos, acréscimo substancial de leitos para a rede da FHES, como ocorreu com a retomada do controle do Hospital de Barra de São Francisco e Hospital de São José do Calçado, bem como, a transferência do Centro Pediátrico de Linhares, com 129, 65 e 25 leitos respectivamente. Tivemos ainda, o início das atividades do Pronto Socorro Psiquiátrico de Cachoeiro de Itapemirim, com 30 leitos, fazendo-o equiparar-se com a iniciativa privada no contexto hospitalar vigente, já alcançando cerca de 32% do número total de leitos.

Deve-se levar em conta, que a Fundação Hospitalar, com os investimentos em remodelações, ampliações e construções de novos pavilhões em seus próprios, participou com cerca de 70% do total de recursos aplicados no Setor Hospitalar, em todo o Estado, no triênio 76/78.

Acreditando no desenvolvimento industrial do Estado e com os olhos voltados para o Homem, objetivo maior dos Governo Federal dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento e Estadual através do Plano Integrado de Saúde, a Fundação Hospitalar, sem dúvida, teve destacada atuação no setor da Saúde Pública, equipando e elevando o padrão técnico e científico de seus hospitais.

**PANORAMA ATUAL:**

Segundo levantamento efetuado no primeiro trimestre de 1977, a rede hospitalar do Espírito Santo é constituída por 95 (noventa e cinco) hospitais. A rede oficial é representada por 16 (dezesseis) hospitais, sendo 14 (quatorze) da FHES. 01 (um) da Secretaria de Justiça (Manicômio Judiciário e 01 (um) do Governo Federal (Hospital das Clínicas-UFES).

A iniciativa privada, em alguns casos coadjuvada pelas Administrações Municipais na fase de construção, mantém em funcionamento 82 (oitenta e dois) Unidades Hospitalares, localizadas em 45 (quarenta e cinco) Municípios, dos 53 (cinquenta e três) existentes.

Sob o aspecto do leito hospitalar, possui o Espírito Santo um número aproximado de 6.461, dos quais 2.096 e 165 respectivamente, são mantidos pelos Governos Estadual e Federal. A FHES concorreu com 33.44% dos leitos existentes.

Atualmente, o Espírito Santo dispõe de 3,74 leitos hospitalares por 1.000 habitantes, o que constitue uma relação satisfatória, de acordo com os padrões recomendados pelos peritos da Organização Mundial de Saúde, para as áreas em desenvolvimento. Apresenta entretanto certas distorções, quando analisados sobre os aspectos de distribuição geográfica e pletora de leitos especializados, ainda existentes. Assim é, que na micro-região de Vitória, notadamente nos Municípios da Capital e Cariacica, a relação leito-habitantes atinge a elevada cifra de 6,88 por mil habitantes, face a localização da maioria de hospitais gerais no primeiro e de leitos no segundo. Em contra posição, observa-se que na micro-região de alto São Mateus composta pelos Municípios de Ecoporanga, Montanha e Mucurici, a relação é apenas de 1,40 por mil habitantes, fato aliás compreensível, se considerarmos ainda que o desenvolvimento da Assistência Médico-Hospitalar guarda uma relação muito íntima com as condições sócio-econômicas da área.

**OBJETIVOS E MAO DE OBRA:**

A Fundação Hospitalar do Espírito Santo, através dos Departamentos Técnicos e Administrativos, bem como, das Unidades Hospitalares, Pronto Socorro e Ambulatórios, objetivando o melhor atendimento à população Espírito-santense, no que tange à saúde, e, em paralelo, visando ao aprimoramento da mão de obra especializada e auxiliar, e, proporcionando meios para atingir a finalidade a que se propõe, utilizou 1.701 funcionários assalariados e 20 eventuais (QUADRO I e II), 70 academicos estagiários, distribuídos pelas diversas Unidades, conforme (QUADRO III) e 5 Sociedades com 43 médicos (QUADRO IV).

QUADRO I

**DISTRIBUIÇÃO DE MÃO DE OBRA POR UNIDADE**

| UNIDADES | TOTAL |
|---|---|
| — Central Administrativa . . ..... | 126 |
| — Hospital Colônia Adauto Botelho . ..... | 464 |
| — Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória . . . ..... | 400 |
| — Sanatório Dr. Pedro Fontes ..... | 41 |
| — Centro de Atendimento Pediátrico de Linhares . . . ..... | 29 |
| — Maternidade de Vila Velha ..... | 168 |
| — Hospital Maternidade Silvio Avidos ..... | 140 |
| — Pronto Socorro Psiquiátrico de Cachoeiro de Itapemirim . . ..... | 52 |
| — Sanatório Oswaldo Monteiro ..... | 67 |
| — Hospital Dr. João dos Santos Neves .... | 67 |
| — Hospital Barra de São Francisco ..... | 72 |
| — Hospital São José ..... | 40 |
| — Unidade Integrada Jerônimo Monteiro . | 25 |
| — Centro Psiquiátrico de Linhares . ..... | 10 |
| — Hospital Maternidade São Camilo * ..... | — |
| TOTAL GERAL . ..... | 1.701 |

* Administração Indireta

QUADRO II

**QUADRO DE PESSOAL POR NOMECLATURA**

| CARGOS OU FUNÇÕES | CATEGORIAS | | |
|---|---|---|---|
| | ASSALARIADO | AUTONOMOS | TOTAL |
| — Presidente | 01 | — | 01 |
| — Diretor Técnico | 01 | — | 01 |
| — Diretor Administrativo | 01 | — | 01 |
| — Diretor de Divisão | 05 | — | 05 |
| — Diretor Geral de Unidades Hospitalar | 13 | — | 13 |
| — Diretor Clínico | 05 | — | 05 |
| — Chefe de Serviço | 04 | — | 04 |
| — Assessor Jurídico | 01 | 01 | 02 |
| — Engenheiro | — | 01 | 01 |
| — Arquiteto | 01 | — | 01 |
| — Médicos | 189 | 15 | 204 |
| — Dentistas | 06 | — | 06 |
| — Farmacêuticos | 11 | — | 11 |
| — Assistente Social | 17 | — | 17 |
| — Enfermeiro | 07 | — | 07 |
| — Contador | 01 | — | 01 |
| — Administrador Hospitalar | 13 | — | 13 |
| — Chefe de Seção | 08 | — | 08 |
| — Operador de Sistema | 04 | — | 04 |
| — Secretário | 03 | — | 03 |
| — Técnico Serviços Especializados | 49 | 02 | 51 |
| — Técnico de Contabilidade | 04 | — | 04 |
| — Encarregado Serviços Especiais | 71 | — | 71 |
| — Escriturário Datilógrafo | 61 | — | 61 |
| — Encarregado Serviços Gerais | 66 | — | 66 |
| — Motorista | 34 | — | 34 |
| — Mestre Arrais | 01 | — | 01 |
| — 2º — Condutor Motorista | 01 | — | 01 |
| — Auxiliar de Enfermagem | 61 | — | 61 |
| — Artífice | 82 | — | 82 |
| — Auxiliar de Serv. Especiais | 71 | — | 71 |
| — Telefonista | 06 | — | 06 |
| — Auxiliar de Serviços Gerais | 36 | — | 36 |
| — Atendente | 394 | — | 394 |
| — Vigilante | 98 | — | 98 |
| — Serviçal | 375 | — | 375 |
| TOTAL GERAL | 1.701 | 20 | 1.721 |

QUADRO III

**DISTRIBUIÇÃO DE ACADEMICOS POR UNIDADES**

| UNIDADES | Nº |
|---|---|
| — Hospital Colônia Adauto Botelho | 16 |
| — Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória | 13 |
| — Maternidade de Vila Velha | 13 |
| — Sanatório Oswaldo Monteiro | 07 |
| — Sanatório Dr. Pedro Fontes | 07 |
| — Hospital Maternidade Silvio Avidos | 03 |
| — Pronto Socorro de Itacibá | 07 |
| — Centro de Atendimento Pediátrico de Linhares | 04 |
| TOTAL | 70 |

QUADRO IV

**SOCIEDADES MEDICAS**

| SOCIEDADES | Nº DE MEDICOS |
|---|---|
| — SOMPES | 30 |
| — TORAX | 02 |
| — SOMAL | 04 |
| — SOMEC | 02 |
| — SAVIH | 05 |
| TOTAL | 43 |

Conta ainda, a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO, com 670 funcionários para o funcionamento dos convênios assim distribuídos:

QUADRO V

**FUNCIONÁRIOS À DISPOSIÇÃO DOS CONVÊNIOS**

| UNIDADES | FUNCIONÁRIOS |
|---|---|
| — Ambulatório — F.H.E.S | 92 |
| — Pronto Socorro de Itacibá — F.H.E.S. | 55 |
| — Unidades Sanitárias | 90 |
| — Centros Comunitários | 03 |
| — INPS — Vitória | 167 |
| — INPS — Farmácia | 04 |
| — Posto de Emergência — Cachoeiro de Itapemirim | 08 |
| — Posto de Emergência — Colatina | 182 |
| — Convênio — TB | 69 |
| TOTAL | 670 |

**ATIVIDADES — TÉCNICO — ADMINISTRATIVA:**

**CENTRAL ADMINISTRATIVA:**

A Central Administrativa, para alcançar seus objetivos, utilizou 136 funcionários, lotados em suas divisões, desenvolvendo as seguintes atividades:

— Visitas as Unidades Hospitalares, Pronto Socorro, Ambulatórios, com finalidade de assessorar, fiscalizar, proceder levantamentos, distribuir medicamentos, materiais;

— Através de Comissões:

Comissão de controle do surto de pseudomonas, elaborando rotinas indicando produtos a serem utilizados;

Comissão preventiva de combate à cólera, constando de reuniões com o Secretário de Estado da Saúde, elaboração de rotinas, preparo do isolamento do SOM, treinamento de pessoal;

Comissão do PIS, fornecendo dados, mantendo contatos;

— Estudos sobre a viabilidade de adequação do Sanatório Oswaldo Monteiro, em Hospital Geral;

— Treinamento de pessoal, com a realização de 23 cursos na área de Enfermagem, total de 2.300 horas/aula, colaborando desta formação de mão de obra auxiliar para o setor saúde (QUADRO VI);

- Seleção de acadêmicos para as Unidades Hospitalares com distribuição conforme QUADRO III;

| MATÉRIA | LOCAL | Nº DE PARTICIPANTES | CARGA HORÁRIA | VALOR |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Cr$ |
| — Enfermagem Básica | HINSG | 23 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem Básica | HCAB | 19 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem Básica | HINSG | 16 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem Básica | HCAB | 19 | 100 hs | 6.000,00 |
| - Enfermagem Básica — | HCAB | 20 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem M. Cirúrgica | HINSG | 21 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem M. Cirúrgica | HINSG | 35 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem M. Cirúrgica | HINSG | 24 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem M. Cirúrgica | HINSG | 22 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem M. Cirúrgica | UIJM | 23 | 10 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem M. Cirúrgica | HSJ | 26 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem M. Cirúrgica | HBSF | 24 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem M. Cirúrgica | HINSG | 35 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem M. Cirúrgica | HINSG | 16 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem M. Cirúrgica | HJSN | 17 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem em Pediatria | HMSA | 29 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem em Pediatria | HINSG | 22 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem em Pediatria | HINSG | 21 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem em Pediatria | HINSG | 19 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem em Pediatria | HINSG | 16 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enf. em D. Transmissiv. | HINSG | 16 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem em Obstetric. | HINSG | 16 | 100 hs | 6.000,00 |
| — Enfermagem em Obstetric. | HMSA | 21 | 100 hs | 6.000,00 |

6 — Estudos preliminares para o 1º Curso de Especialização em Psiquiatria, com previsão para 30 participantes;

7 — Distribuição de medicamentos para as Unidades Hospitalares, Pronto Socorro e Ambulatórios, conforme ANEXO I;

8 — Realização de 10 licitações de preços sobre as modalidades de Carta Convite e Tomada de Preços, conforme QUADRO VII

| TIPO | DATA | OBJETO | VALOR |
|---|---|---|---|
| Carta Convite | 19.05 | Execução de obra HCAB | 68.900,00 |
| Carta Convite | 20.05 | Execução de Obra HINSG | 67.000,00 |
| Tomada de preços | 24.01 | Aquisição de impressos | 136.338,70 |
| Tomada de preços | 12.04 | Aquisição de impressos | 355.952,00 |
| Tomada de preços | 13.04 | Aq. de Art. de Expediente | 199.514,00 |
| Tomada de preços | 14.04 | Equipamentos e Instalações | 179.824,00 |
| | | Material permanente | 100.110,00 |
| Tomada de preços | 20.10 | Execução de obras | 320.166,00 |
| Tomada de preços | 09.12 | Equipamentos e Instalações | 472.612,00 |
| | | Material permanente | 139.362,89 |
| Tomada de preços | 14.12 | Equipamentos e Instalações | 13.060,00 |
| | | Material permanente | 232.536,00 |
| Tomada de preços | 03.1 | Equipamentos e Instalações | 21.896,00 |
| | 1978 | Material permanente | 51.177,40 |

* Realizada com verba do exercício 77.

9 — Remessa à diversas firmas de 532 autorizações para compra de material, no valor de Cr$ 4.413.990,43 (Quatro milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e noventa cruzeiros e quarenta e três centavos.

QUADRO VIII

**VALOR DAS AQUISIÇOES, POR ELEMENTO DE DESPESA**

| ELEMENTO | VALOR |
|---|---|
| — Material permanente | Cr$ 1.185.875,16 |
| — Equipamentos e Instalações | Cr$ 1.216.205,28 |
| — Material de consumo | Cr$ 2.011.909,99 |
| TOTAL | Cr$ 4.413.990,43 |

10 — Distribuição de material permanente e equipamentos e instalações para as diversas Unidades, conforme QUADRO IX;

11 — Movimento de Material de Consumo:

— Estoque em 31.12.76 — .. Cr$ 471.178,78

— Entrada — . . . . . Cr$ 1.935.715,68
Saída — . . . . . Cr$ 1.370.276,60
— Estoque em 31.12.77 — .. Cr$ 1.036.617,86

12 — Procedido o tombamento das áreas territoriais ocupadas pelo Hospital Colônia Adauto Botelho, sendo efetuado o levantamento topográfico de duas áreas devidamente delimitadas e ainda sob o domínio da referida Unidade Hospitalar;

13 — Recuperação de viaturas, reparação ou transformação de móveis hospitalares;

14 — Obras Concluídas:

14.1. Reforma do cais de embarque do SOM. — Valor: . . . . . Cr$ 57.000,00

14.2. Instalações da Central Telefônica do SOM. — Valor: . . . . . Cr$ 120.000,00

14.3. Reforma da cozinha do SPF.

— Valor: . . . . . Cr$ 170.000,00

14.4. Construção e reforma do Centro Obstétrico e Maternidade, do HINSG.

— Valor: . . . . . Cr$ 449.181,00

14.5. Reforma geral e readaptação do Pavilhão Carlos Lindemberg, para Pronto Socorro.

— Valor: . . . . . Cr$ 269.511,70

14.6 Adaptação de sala de raio X, de 300.000 amperes do Hospital São José Calçado.

— Valor: . . ..... Cr$ 110.000,00

14.7 Construção do Pronto Socorro e Ambulatório de Maternidade Vila Velha.

— Valor: . . . ..... Cr$ 711.620,00

14.8. Construção, com participação da Fundação Hospitalar do Espírito Santo, do Centro Psiquiátrico de Linhares.

— Valor: . . . ..... Cr$ 650.000,00

14.9. Construção de muro divisório entre o Hospital Colônia Adauto Botelho e o Manicômio Judiciário.

— Valor: . . . ..... Cr$ 89.000,00

15 — Obras à Concluir:

15.1. Construção do Centro Obstétrico e ampliação da Clínica Médica e Cirúrgica do Hospital Maternidade São Camilo.

— Valor: Cr$ . . . ..... Cr$ 1.500 000,00

15.2. Construção de muro de arrimo ciclópico, de 12 m. de extensão e base de 5 m de largura do Hospital Barra de São Francisco.

— Valor: . . . ..... Cr$ 1.000 000,00

15.3. Construção do Pavilhão Administrativo e Centro Cirúrgico do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória.

— Valor: . . . ..... Cr$ 1.245.085 98

15.4. Construção da passarela e apartamentos, ligando o Centro Cirúrgico ao Corpo do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória.

— Valor: . ..... Cr$ 788.903,62

QUADRO IX

**DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES POR UNIDADES**

| UNIDADES | MAT. PERMANENTE | EQUIP. INSTALAÇÕES |
|---|---|---|
| — Central Administrativa | 374.561,41 | 86.181,33 |
| — Hospital Inf. N. Senhora da Glória | 133.730,52 | 160.665,80 |
| — Sanatório Oswaldo Monteiro | 106.677,14 | 208.150,80 |
| — Hospital Maternidade Sílvio Avidos | 16.034,00 | 4.699,00 |
| — Hospital Maternidade de Vila Velha | 57.025,90 | 215.541,73 |
| — Hospital Colônia Adauto Botelho | 99.965,00 | 172.134,23 |
| — Sanatório Dr. Pedro Fontes | 4.906,00 | 29.296,00 |
| — Hospital Dr. João dos Santos Neves | 16.034,00 | 8.830,00 |
| — Hospital Barra de São Francisco | 23.649,00 | 91.390,80 |
| — Unidade Integrada Jerônimo Monteiro | 52.025,10 | 64.684,00 |
| — Pronto Socorro Psiq. Cach. Itapemirim | — | 5.579,00 |
| — Centro de Atend. Pediátrico de Linhares | 4.808,00 | 47.083,95 |
| — Hospital São José | 107.631,12 | 96.113,83 |
| — Pronto Socorro de Itacibá | 54.317,70 | 8.737,00 |
| — Pronto Socorro Mat. Sílvio Avidos | 111.725,10 | 66.650,00 |
| — * Pronto Socorro Mat. Sílvio Avidos | 101.934,69 | 108.919,00 |
| — Ambulatório de Campo Grande | 36.719,70 | 9.057,50 |
| — Ambulatório de Bairro de Lourdes | 4.729,00 | — |
| — Centro Psiquiátrico de Linhares | 125.848,31 | 30.622,00 |
| — Ambulatório de Guaçui | 5.297,00 | 1.449,00 |
| — Ambulatório de Maruípe | 6.506,40 | — |
| — Pronto Socorro Mat. Vila Velha | 33.695,52 | 6.209,00 |
| — Secretaria de Estado da Saúde | 16.850,00 | 520,00 |
| — Fundação Jones dos Santos Neves | — | 1.096,00 |
| — Oficina | 1.973,64 | 14.900,00 |
| — Hospital Maternidade São Camilo | 10.578,40 | 12.307,80 |

OB3: * Doado pela Secretaria de Estado da Saúde.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

DEMONSTRAÇÃO DAS ATIVIDADES HOSPITALARES NO EXERCÍCIO DE 19..

UNIDADES HOSPITALARES DA F.H.E.S

| A T I V I D A D E S | HCAB | HINSG | SOM | SPF | HMSA | HJSN | MVV | HMSC | HSJ | HBSF | UIJM | PSPCI | CAPL | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. - INTERNAÇÕES | 4.044 | 4.043 | 345 | 253 | 5.730 | 2.704 | 4.315 | 3.884 | 1.593 | 5.098 | 485 | 378 | 1.038 | 35.579 |
| 1.1 - INPS | 3.809 | 2.588 | 129 | - | 2.322 | 1.246 | 3.520 | 1.946 | 544 | 647 | 185 | - | - | 16.936 |
| 1.2 - Funrural | - | 40 | - | - | 1.133 | 405 | 184 | 889 | 861 | 3.424 | - | - | 335 | 7.271 |
| 1.3 - Particular | 33 | 25 | - | - | 58 | 88 | 91 | 507 | 37 | 389 | 30 | - | - | 1.258 |
| 1.4 - Indigentes | 959 | 1.821 | 216 | 253 | 2.226 | 1.025 | 495 | 273 | 151 | 607 | 270 | 378 | 703 | 9.377 |
| 1.5 - Outros Convênios | 43 | 369 | - | - | - | - | 25 | 269 | - | 31 | - | - | - | 737 |
| 2. - ALTAS | 4.616 | 4.366 | 298 | 181 | 5.547 | 2.746 | 4.243 | 3.846 | 1.533 | 5.036 | 477 | 357 | 922 | 34.168 |
| 2.1 - INPS | 3.727 | 2.333 | 117 | - | 2.271 | 1.237 | 3.453 | 1.936 | 529 | 648 | 185 | - | - | 16.436 |
| 2.2 - FUNRURAL | - | 24 | - | - | 1.099 | 409 | 187 | 868 | 820 | 3.366 | - | - | 308 | 7.081 |
| 2.3 - Particular | 17 | 25 | - | - | 56 | 82 | 88 | 502 | 36 | 400 | 28 | - | | 1.234 |
| 2.4 - Indigentes | 840 | 1.641 | 181 | 181 | 2.121 | 1.018 | 490 | 271 | 148 | 596 | 264 | 357 | 614 | 8.722 |
| 2.5 - Outros Convênios | 32 | 343 | - | - | - | - | 25 | 269 | - | 26 | - | - | - | 695 |
| 3. - ÓBITOS ANTES DE 48 HS. | 3 | 245 | 9 | - | 87 | 1 | 15 | 13 | 20 | 38 | 2 | 1 | 59 | 493 |
| 3.1 - INPS | 2 | 82 | 3 | - | 24 | - | 14 | 8 | 5 | 1 | 1 | - | - | 148 |
| 3.2 - FUNRURAL | - | 1 | - | - | 10 | - | 1 | 5 | 12 | 27 | - | - | 8 | 64 |
| 3.3 - Particular | - | - | - | - | 2 | - | - | 1 | - | 2 | - | - | | 5 |
| 3.4 - Indigentes | 1 | 150 | 6 | - | 51 | 1 | - | 1 | 3 | 8 | 1 | 1 | 51 | 274 |
| 3.5 - Outros Convênios | - | 2 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 |
| 4. - ÓBITOS DEPOIS DE 48 HS. | 33 | 220 | 39 | 19 | 78 | 19 | 41 | 27 | 43 | 84 | 4 | - | 54 | 661 |
| 4.1 - INPS | 10 | 175 | 11 | - | 22 | 4 | 39 | 8 | 16 | 2 | 1 | - | - | 287 |
| 4.2 - FUNRURAL | - | 13 | - | - | 10 | 6 | 1 | 13 | 24 | 68 | - | - | 17 | 152 |
| 4.3 - Particular | - | - | - | - | - | 3 | 1 | 3 | 1 | 3 | 1 | - | - | 12 |
| 4.4 - Indigentes | 23 | 22 | 28 | 19 | 46 | 6 | - | 3 | 2 | 9 | 3 | - | 37 | 198 |
| 4.5 - Outros Convênios | - | 10 | - | - | - | - | - | - | - | 2 | - | - | - | 12 |
| 5. - PACIENTES - DIA | 244.090 | 65.444 | 15.780 | 122.153 | 17.106 | 18.771 | 20.969 | 11.021 | 12.281 | 19.944 | 2.778 | 9.071 | 5.547 | 564.955 |
| 6. - MÉDIA DE PACIENTES-DIA | 668 | 179 | 43 | 335 | 47 | 51 | 57 | 30 | 34 | 55 | 8 | 25 | 15 | 1548 |
| 7. - PERCENTAGEM DE OCUP.(%) | 87,99 | 89,65 | 33,26 | 83,87 | 46,87 | 51,43 | 91,19 | 50,33 | 67,29 | 45,53 | 25,37 | 82,94 | 50,68 | 74,67 |
| 8. - MÉDIA DE PERMANÊNCIA-DIA | 52 | 15 | 45 | 223 | 3 | 7 | 5 | 3 | 8 | 4 | 6 | 25 | 5 | 16 |
| 9. - LEITOS - DIA | 277.400 | 73.000 | 47.450 | 148.000 | 38.500 | 38.500 | 22.995 | 21.900 | 18.250 | 43.800 | 10.950 | 10.950 | 10.950 | 750645 |
| 10. - TAXA DE MORT. GLOBAL | 0,01 | 0,10 | 0,14 | 0,10 | 0,03 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,04 | 0,02 | 0,01 | 0,002 | 0,11 | 0,03 |
| 11. - INTERV. DE SUBSTITUIÇÃO | 7,10 | 1,73 | 90,30 | 43,52 | 3,40 | 6,81 | 0,48 | 2,96 | 3,89 | 4,79 | 17,65 | 5,18 | 4,87 | 5,43 |
| 12. - ÍNDICES DE RENOVAÇÃO | 0,99 | 14,07 | 0,09 | 0,04 | 35,78 | 7,89 | 152,08 | 41,10 | 11,73 | 19,05 | 3,45 | 2,82 | 14,99 | 4,20 |
| 13. - CIRURGIAS | - | - | - | - | 231 | 169 | 865 | 418 | 315 | 420 | 50 | - | - | 2.468 |
| 13.1 - CIRURGIAS PEQUENAS | - | 9.048 | 31 | 42 | 18 | 341 | 152 | 252 | 329 | 32 | - | - | - | 10.243 |

| ATIVIDADES | HCAB | HINSG | SOM | SPF | HMSA | HSGN | MVV | HMSC | HSJ | HBSF | UIJM | PSPCI | CAPL | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 13.1.1 - INPS | - | 7.471 | - | - | 14 | 12 | 332 | 67 | 39 | 57 | 2 | - | - | 7.994 |
| 13.1.2 - FUNRURAL | - | 15 | - | - | 7 | 4 | 3 | 26 | 194 | 184 | - | - | - | 433 |
| 13.1.3 - Particular | - | 12 | - | - | - | 1 | 4 | 13 | 4 | 57 | 13 | - | - | 104 |
| 13.1.4 - Indigentes | - | 1.412 | - | 31 | 21 | 1 | 2 | 8 | 15 | 31 | 17 | - | - | 1.538 |
| 13.1.5 - Outros Convênios | - | 136 | - | - | - | - | - | 38 | - | - | - | - | - | 174 |
| 13.2 - CIRURGIAS MÉDIAS | - | 1.020 | - | 1 | 109 | 88 | 450 | 192 | 46 | 83 | 17 | - | - | 2.006 |
| 13.2.1 - INPS | - | 819 | - | - | 34 | 46 | 398 | 90 | 22 | 22 | 16 | - | - | 1.447 |
| 13.2.2 - FUNRURAL | - | 6 | - | - | 21 | 18 | 20 | 44 | 24 | 52 | - | - | - | 185 |
| 13.2.3 - Particular | - | - | - | - | - | 3 | 29 | 20 | - | 5 | 1 | - | - | 56 |
| 13.2.4 - Indigentes | - | 75 | - | 1 | 54 | 21 | 2 | 4 | - | 4 | - | - | - | 161 |
| 13.2.5 - Outros Convênios | - | 120 | - | - | - | - | 1 | 34 | - | - | - | - | - | 155 |
| 13.3 - CIRURGIAS GRANDES | - | 101 | - | - | 80 | 63 | 74 | 74 | 17 | 8 | 1 | - | - | 418 |
| 13.3.1 - INPS | - | 75 | - | - | 32 | 20 | 54 | 41 | 11 | - | - | - | - | 233 |
| 13.3.2 - FUNRURAL | - | - | - | - | 6 | 20 | 16 | 15 | 6 | 8 | - | - | - | 71 |
| 13.3.3 - Particular | - | - | - | - | - | 4 | 3 | 10 | - | - | - | - | - | 17 |
| 13.3.4 - Indigentes | - | 26 | - | - | 42 | 19 | 1 | 3 | - | - | 1 | - | - | 92 |
| 13.3.5 - Outros Convênios | - | - | - | - | - | - | - | 5 | - | - | - | - | - | 5 |
| 14. - PARTOS | - | - | - | - | 1.600 | 685 | 1.898 | 733 | 181 | 828 | 3 | - | - | 6.028 |
| 14.1 - PARTOS NORMAIS | - | - | - | - | 1.310 | 443 | 1.616 | 610 | 160 | 730 | 2 | - | - | 4.871 |
| 14.1.1 - INPS | - | - | - | - | 236 | 106 | 1.241 | 386 | 25 | 31 | 1 | - | - | 2.026 |
| 14.1.2 - FUNRURAL | - | - | - | - | 570 | 67 | 17 | 129 | 125 | 628 | - | - | - | 1.536 |
| 14.1.3 - Particular | - | - | - | - | 2 | - | 5 | 42 | 1 | 6 | - | - | - | 56 |
| 14.1.4 - Indigentes | - | - | - | - | 502 | 270 | 345 | 53 | 9 | 65 | 1 | - | - | 1.245 |
| 14.1.5 - Outros Convênios | - | - | - | - | - | - | 8 | - | - | - | - | - | - | 8 |
| 14.2 - CESARIANAS | - | - | - | - | 261 | 242 | 378 | 121 | 21 | 95 | 1 | - | - | 1.140 |
| 14.2.1 - INPS | - | - | - | - | 72 | 125 | 324 | 82 | 12 | 21 | 1 | - | - | 637 |
| 14.2.2 - FUNRURAL | - | - | - | - | 121 | 38 | 4 | 16 | 8 | 58 | - | - | - | 245 |
| 14.2.3 - Particular | - | - | - | - | 7 | 6 | 10 | 17 | 1 | 3 | - | - | - | 44 |
| 14.2.4 - Indigentes | - | - | - | - | 61 | 70 | 36 | 6 | - | 13 | - | - | - | 206 |
| 14.2.5 - Outros Convênios | - | - | - | - | - | 3 | 5 | - | - | - | - | - | - | 8 |
| 14.3 - OUTROS TIPOS DE PARTO | - | - | - | - | 9 | - | 3 | 2 | - | 3 | - | - | - | 17 |
| 14.3.1 - INPS | - | - | - | - | 3 | - | 3 | 1 | - | - | - | - | - | 7 |
| 14.3.2 - FUNRURAL | - | - | - | - | 6 | - | - | - | - | 3 | - | - | - | 9 |
| 14.3.3 - Particular | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | 1 |
| 14.3.4 - Indigentes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 14.3.5 - Outros Convênios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 15. - EXAMES LABORATORIAIS | 4.478 | 30.723 | 1.117 | 3.380 | 5.009 | 11.395 | 57,560 | 4.418 | 3.703 | 2.501 | 372 | - | 955 | 125.611 |
| 15.1.1 - INPS | 843 | ... | 414 | - | 3.543 | 7.752 | 57,560 | 2.530 | 1.359 | 425 | - | - | - | ... |
| 15.1.2 - FUNRURAL | - | ... | - | - | 205 | 2.950 | - | 204 | 2.103 | 1.047 | - | - | 441 | ... |
| 15.1.3 - Particular | 4 | ... | - | - | 12 | 30 | - | 422 | - | 131 | 122 | - | - | ... |
| 15.1.4 - Indigentes | 3.611 | ... | 703 | 3.380 | 1.249 | 657 | - | 33 | 151 | 298 | 250 | - | 514 | ... |
| 15.1.5 - Outros Convênios | 20 | ... | - | - | - | - | - | 1.190 | - | - | - | - | | ... |

| ATIVIDADES | HCAB | HINSG | ... | SPF | HMSA | HJSN | MVV | HMSC | ... | HBSF | UIJM | PSPCI | CAPL | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 16. - EXAMES RADIOLÓGICOS | 876 | 11.352 | 353 | - | 5.603 | 235 | 5.456 | 1.599 | 251 | - | 80 | - | 114 | 25.919 |
| 16.1.1 - INPS | 708 | ... | 134 | - | 1.141 | 33 | 5.239 | 209 | 43 | - | - | - | - | ... |
| 16.1.2 - FUNRURAL | - | ... | - | - | 347 | 83 | 68 | 167 | 202 | - | - | - | 65 | ... |
| 16.1.3 - Particular | 5 | ... | - | - | 2.256 | 26 | 103 | 373 | - | - | 28 | - | - | ... |
| 16.1.4 - Indigentes | 158 | ... | 219 | - | 1.847 | 113 | 28 | 16 | 6 | - | 52 | - | 49 | ... |
| 16.1.5 - Outros Convênios | 5 | ... | - | - | 12 | - | 20 | 834 | - | - | - | - | - | ... |
| 17. - EXAMES PATOLÓGICOS | - | ... | 1.000 | - | - | - | 190 | - | - | - | - | - | - | 1.190 |
| 17.1.1 - INPS | - | - | 282 | - | - | - | 190 | - | - | - | - | - | - | 472 |
| 17.1.2 - FUNRURAL | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 17.1.3 - Particular | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 17.1.4 - Indigentes | - | - | 718 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 718 |
| 17.1.5 - Outros Convênios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 18. - ATENDIMENTO PRONTO SOCORRO | - | 85.874 | - | - | 98.491 | - | 86.020 | - | 171 | - | 1.255 | - | - | 269.811 |
| 18.1.1 - INPS | - | ... | - | - | 68.902 | - | 79.095 | - | 38 | - | - | - | - | ... |
| 18.1.2 - FUNRURAL | - | ... | - | - | - | - | - | - | 118 | - | - | - | - | ... |
| 18.1.3 - Particular | - | ... | - | - | - | - | 155 | - | 2 | - | 233 | - | - | ... |
| 18.1.4 - Indigentes | - | ... | - | - | 29.589 | - | 6.770 | - | 13 | - | 1.022 | - | - | ... |
| 18.1.5 - Outros Convênios | - | ... | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | ... |
| 19. - ATENDIMENTO AMBULATORIAL | - | - | - | 8.139 | - | - | 76.241 | 5.786 | 831 | - | - | 1.646 | - | 90.443 |
| 19.1.1 - INPS | - | - | - | - | - | - | 76.241 | 927 | 143 | - | - | - | - | 77.311 |
| 19.1.2 - FUNRURAL | - | - | - | - | - | - | - | 706 | 395 | - | - | - | - | 1.101 |
| 19.1.3 - Particular | - | - | - | - | - | - | - | 2.918 | 8 | - | - | - | - | 2.926 |
| 19.1.4 - Indigentes | - | - | - | 8.139 | - | - | - | 412 | 85 | - | - | 1.646 | - | 8.282 |
| 19.1.5 - Outros Convênios | - | - | - | - | - | - | - | 823 | - | - | - | - | - | 823 |

ANEXO - II

QUADRO DEMONSTRATIVO

DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES MÉDICO-HOSPITALARES E PARAMÉDICO-HOSPITALARES

PROGRAMA - Ano Assistencial de 1976 (Janeiro a Julho de 1.977.

| DISCRIMINAÇÃO | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 - ASSISTENCIAIS | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1 - DAS UNIDADES SANITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1 - Número de Consultas Realizadas | 568 | 526 | 481 | 542 | 588 | 559 | 653 | 766 | 829 | 583 | 590 | 526 | 7.151 |
| 1.1.2 - Número de Consultorias Realizadas | 42 | 39 | 30 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 111 |
| 1.1.3 - Número de Quimioprofilaxias Indicadas | 4 | 2 | 2 | 8 | 4 | - | 3 | 3 | 6 | 4 | 2 | - | 38 |
| 1.1.4 - Número de E.C.D. Aplicados | 799 | 215 | 154 | 994 | 515 | 808 | 517 | 2.628 | 835 | 1.015 | 2.504 | 1.554 | 12.438 |
| 1.1.5 - Número de P.P.D. Realizados | 133 | 134 | 109 | 240 | 220 | 254 | 258 | 179 | 322 | 173 | 136 | 148 | 2.286 |
| 1.1.6 - Número de Abreugrafias Realizadas | 1.521 | 2.100 | 1.196 | 1.810 | 2.875 | 1.842 | 1.452 | 1.502 | 1.688 | 1.434 | 2.990 | 67 | 20.677 |
| 1.1.7 - Número de Pesquisas de B.A.A.R. | 463 | 405 | 306 | 429 | 341 | 435 | 422 | 625 | 642 | 389 | 360 | 421 | 5.326 |
| 1.1.8 - Número de Visitas p/Serviço de Informações | 56 | 37 | 38 | 68 | 52 | 29 | 28 | 25 | 22 | 21 | 37 | 55 | 468 |
| 1.2 - DAS UNIDADES HOSPITALARES | INTS / GRAT. | INTS / GRAT. | INTS / GRAT. | INTS / GRAT. | INTS / GRAT. | INTS / GRAT. | INTS / GRAT. | INTS / GRAT. | INTS / GRAT. | INTS / GRAT. | INTS / GRAT. | INTS / GRAT. | INTS / GRAT. |
| 1.2.1 - Número de Internações | 19 / 19 | 18 / 25 | 4 / 28 | 11 / 18 | 10 / 15 | 9 / 14 | 9 / 20 | 10 / 15 | 7 / 19 | 10 / 9 | 14 / 24 | 12 / 16 | 129 / 216 |
| 1.2.2 - Número de Diárias | 302 / 861 | 347 / 928 | 427 / 1.194 | 419 / 1.052 | 410 / 861 | 389 / 704 | 344 / 775 | 420 / 946 | 344 / 719 | 333 / 435 | 452 / 934 | 427 / 918 | 5.014 / 10.729 |
| 2 - EXECUÇÃO ATINGIDA | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1 - PELAS UNIDADES SANITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.1 - Apasul (PAS) Comprimidos | 1.760 | 1.400 | 1.460 | 1.000 | 1.640 | 810 | 800 | 1.000 | 700 | 400 | 625 | 300 | 11.895 |
| 2.1.2 - Hidratinos e Similares Comprimidos | 15.975 | 10.962 | 8.353 | 12.211 | 11.945 | 9.681 | 10.663 | 10.376 | 8.042 | 6.955 | 9.014 | 8.263 | 120.438 |
| 2.1.3 - Hidrazida e Similares Comprimidos | 16.584 | 11.969 | 10.378 | 11.815 | 13.429 | 10.848 | 9.584 | 10.527 | 9.815 | 10.598 | 15.042 | 11.329 | 144.516 |
| 2.1.4 - Estreptomicina Frascos | 1.066 | 1.289 | 821 | 1.467 | 815 | 1.156 | 901 | 972 | 676 | 506 | 918 | 865 | 11.252 |
| 2.1.5 - Etambutol Comprimidos | 5.310 | 5.128 | 4.299 | 4.995 | 5.348 | 3.823 | 4.066 | 4.878 | 4.040 | 3.940 | 6.785 | 5.201 | 57.863 |
| 2.1.6 - Outros Comprimidos | 6.875 | 8.185 | 5.569 | 5.985 | 4.185 | 2.850 | 3.453 | 2.180 | 1.809 | 2.105 | 6.898 | 2.544 | 54.634 |
| 2.2 - PELAS UNIDADES HOSPITALARES | | | | | | | | | | | | | |
| 2.2.1 - Hidrazida e Similares | 354 | 375 | 256 | 212 | 212 | 405 | 544 | - | - | - | - | - | 2.308 |
| 2.2.2 - Rifatebes e Similares | 296 | 221 | 224 | 135 | 184 | 110 | 186 | 136 | 110 | 211 | 13 | 135 | 2.103 |
| 2.2.3 - Apasul (PAS) Comprimidos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2.2.4 - Etambutol Comprimidos | 189 | 205 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 392 |
| 2.2.5 - Rifantan e Similares Comprimidos | - | - | - | - | 126 | - | - | - | - | - | - | - | 126 |
| 2.2.6 - Estreptomicina Frascos | 197 | 105 | 194 | 64 | - | - | - | - | - | - | - | - | 560 |
| 2.2.7 - Outros Comprimidos | 2.124 | 3.583 | 4.130 | 3.948 | 3.493 | 2.585 | 3.116 | 1.159 | 1.112 | 1.815 | 2.377 | 3.900 | 33.342 |

ALFV/sp

ANEXO III

CONVÊNIO DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA

DEMONSTRATIVO DOS ATENDIMENTOS PRESTADOS E ENCAMINHADOS, REALIZADOS PELAS UNIDADES SANITÁRIAS E AMBULATÓRIOS, AO MUNICÍPIO DO Rio de Janeiro

DURANTE O ANO DE 1977.

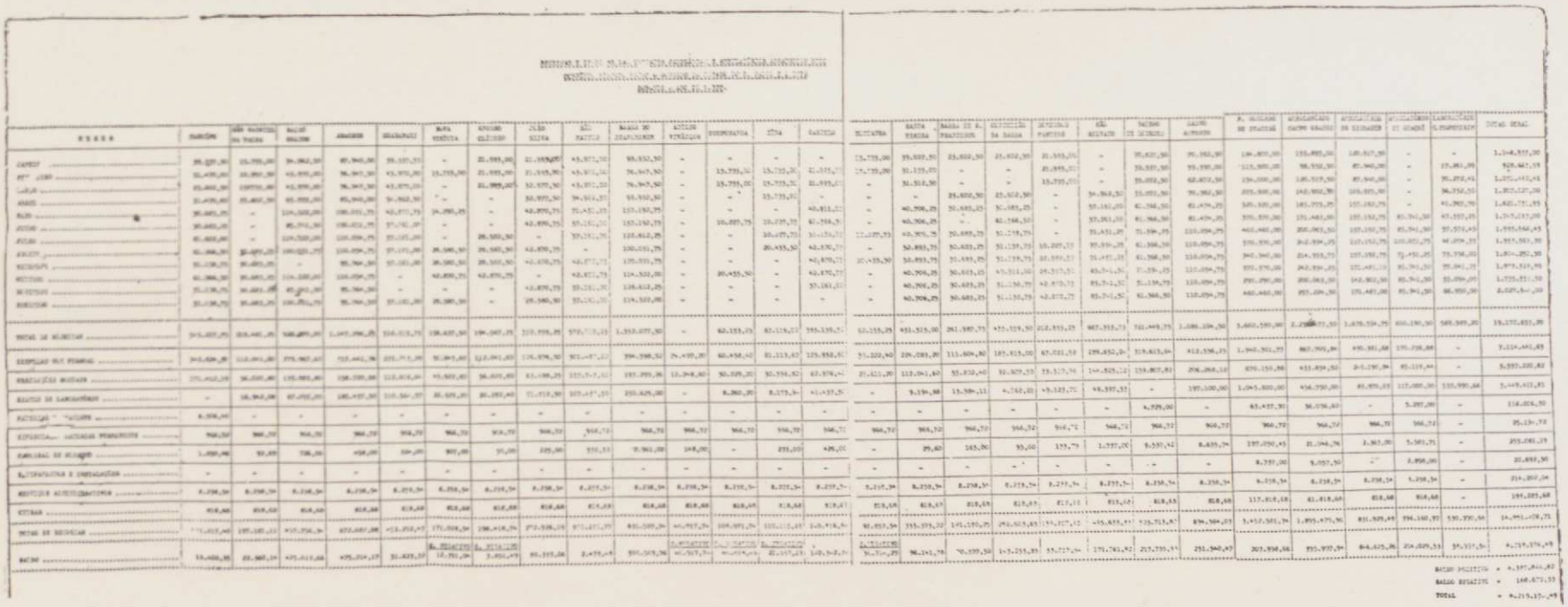
| DISCRIMINAÇÃO | S.GABRIEL DA PALHA | S. ITAPUÃ MIRIM | ARACRUZ | BAIRRO GUAIMBÊ | SÃO MATEUS | FONTAINHA | CONJ. DA BARRA | JOÃO NEIVA | DOMINGOS MARTINS | SANTA TERESA | ATÍLIO VIVÁCQUA | CASTELO | S. DE SÃO FRANCISCO | VITÓRIA | GUARAPARI | PIUMHÍ | MANTIQUEIRA | NOVA VENÉCIA | AFONSO CLÁUDIO | BAIRRO DE LOURDES | CACHOEIRO | GUAÇUÍ | ITACIBÁ | LINHARES | SÃO MATEUS | BAIRRO ANTÔNIO | INFANTIL | T O T A L |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| - Segurados Atendidos | 1.946 | 4.829 | 4.702 | 4.617 | 2.306 | 352 | 2.773 | 1.611 | 870 | 2.176 | 321 | 2.479 | 1.866 | 702 | 1.932 | 167 | 6.163 | 920 | 1.108 | 2.954 | 11.659 | 2.312 | 27.495 | 7.328 | 1.831 | 3.046 | - | 98.545 |
| - Dependentes Atendidos | 3.077 | 13.553 | 12.807 | 10.242 | 6.206 | 1.013 | 6.058 | 4.586 | 1.316 | 5.429 | 1.235 | 4.468 | 4.256 | 2.296 | 7.149 | 871 | 4.585 | 2.093 | 3.014 | 12.550 | 20.659 | 4.624 | 49.601 | 17.900 | 8.897 | 11.952 | 85.874 | 305.511 |
| - Exames Realizados | 1.268 | 8.161 | 5.466 | 6.901 | 4.000 | - | 142 | 2.012 | 1.233 | 1.436 | 209 | 2.122 | 1.035 | 595 | 2.8-5 | 416 | - | 1.501 | 1.560 | - | 28.021 | 2.707 | 30.260 | 10.660 | 4.706 | 11.836 | 30.723 | 159.635 |
| a - Fezes | 598 | 2.635 | 1.958 | 2.333 | 1.498 | - | 109 | 431 | 400 | 1.277 | 65 | 433 | 891 | 264 | 1.284 | 257 | - | 1.063 | 1.120 | - | 8.191 | 678 | 10.654 | 4.625 | 2.866 | 5.594 | 4.826 | 52.270 |
| b - Urina | 306 | 1.630 | 878 | 2.013 | 957 | - | 33 | 199 | 291 | 114 | 50 | 383 | 143 | 131 | 440 | 55 | - | 240 | 460 | - | 5.233 | 662 | 6.349 | 2.471 | 657 | 2.490 | 6.033 | 32.219 |
| c - Sangue | 313 | 3.397 | 1.418 | 1.366 | 1.010 | - | - | 688 | 461 | 35 | 74 | 332 | 1 | - | 554 | 95 | - | 136 | - | - | 5.726 | 835 | 8.458 | 1.598 | 627 | 2.652 | 9.653 | 39.849 |
| d - Raio X | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 187 | - | 6.589 | 6.776 |
| e - Outros | 51 | 479 | 1.212 | 1.169 | 335 | - | - | 694 | 161 | 30 | 20 | 424 | - | - | 567 | 8 | - | 62 | - | - | 8.871 | 532 | 4.799 | 1.966 | 369 | 3.120 | 3.622 | 29.521 |
| - Guias de Internações Forneci das | - | - | - | 612 | - | - | 126 | - | - | 342 | - | - | 333 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.433 |
| - Encaminhamentos p/Especialistas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Imunizações | 378 | - | 2.219 | - | - | - | - | 3.098 | 2.1C5 | 911 | 175 | - | 856 | 70 | - | - | - | 20 | 1.212 | - | - | - | - | - | - | - | - | 11.944 |
| a - Anti-Variólicos | 194 | - | 279 | - | - | - | - | 275 | 19 | 271 | 36 | - | 132 | - | - | - | - | 13 | 211 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.430 |
| b - Anti-Tifóidicos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 95 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 95 |
| c - Anti-Tetânicos | 195 | - | 482 | - | - | - | - | 451 | 828 | 418 | 37 | - | 124 | - | - | - | - | 7 | 365 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.787 |
| d - Anti-Diftéricos | - | - | 404 | - | - | - | - | 700 | 222 | 111 | 37 | - | 113 | - | - | - | - | - | 229 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.452 |
| e - Contra-Coqueluche | - | - | 404 | - | - | - | - | 700 | 221 | 111 | 37 | - | 138 | - | - | - | - | - | 229 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.477 |
| f - Anti-Pólio | 189 | - | 650 | - | - | - | - | 952 | 300 | - | 28 | - | 116 | - | - | - | - | - | 278 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.493 |
| g - B.C.G. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 140 | 70 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 210 |
| - Visitas Médicas | - | - | - | - | - | - | - | - | 10 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 202 | - | - | - | - | - | - | - | - | 212 |
| - Visitas p/Serviço de Enfermagem | - | - | - | - | - | - | - | - | 9 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 295 | - | - | - | - | - | - | - | - | 304 |

ATENÇÃO: OBSERVAÇÕES: - De Janeiro à Dezembro/77 foram atendidos na Unidade Sanitária de Santa Teresa, 2.082 Beneficiários do INPS.
- De Janeiro à Dezembro/77 foram atendidos no Ambulatório de Santa Antonia, 2.871 Beneficiários do INPS.
- De Agosto à Dezembro/77 foram atendidos na Unidade Sanitária de Aracruz, 1.301 Beneficiários do INPS.

. * O Ambulatório de Guaçuí, iniciou suas atividades em Junho/77.

LZV/ey

ANEXO - IV



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E DO
BEM-ESTAR SOCIAL

Pode-se e deve-se afirmar que no ano de 1977 realizaram-se os grandes empreendimentos da Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social através dos diversos setores em que atua.

Além da preocupação em concretizar os projetos de relevante alcance social, iniciados na atual administração, outros aspectos da realidade social do Espírito Santo mereceram a atenção dos seus responsáveis.

Não há dúvida de que está sendo montada uma infra-estrutura social em dimensões capazes de responder efetivamente às exigências desenvolvimentistas do Estado.

O sistema da Cultura e do Bem-Estar Social do Espírito Santo, tem como órgão base a Secretaria de Estado e como órgãos vinculados a Fundação Espírito Santense do Bem-Estar do Menor — FESBEM, a Companhia Habitacional do Espírito Santo — COHAB-ES, o Instituto de Bem-Estar Social — IBES e a Fundação Cultural do Espírito Santo

Integram o Sistema, na qualidade de órgãos co-participantes, as demais Secretarias do Estado, a Casa Civil e a Secretaria Extraordinária da Comunicação Social, bem assim, como participantes, outros níveis do Governo e da iniciativa privada.

Oportunamente, deverá ser apregado ao Sistema a Fundação de Esporte Amador e Recreação do Espírito Santo, cuja criação foi autorizada pela Lei nº 3043-73. A FEARES deverá ser vinculada à SEBS e terá por objeto a promoção, o apoio e o desenvolvimento sistemático da política do esporte amador e recreação, no âmbito comunitário e estudantil.

No ano de 1977, em decorrência da política administrativa adotada, a Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social deu maior ênfase à tarefa de consolidação dos projetos cuja implantação fora iniciada nos anos anteriores. Concomitantemente empreendeu esforços no sentido de captar recursos, principalmente da área federal, visando à implantação de novos projetos que concorressem para ampliar a oferta de serviços sociais básicos, e aprimorar o atendimento à clientela.

Em continuidade ao processo de modernização administrativa, cujas bases foram estabelecidas pela Lei 3.043 de 31.12.1975, procedeu-se à implantação de parte da estrutura organizacional básica da SEBS, prevista no regulamento aprovado pelo decreto nº 924-N de 06, publicado no Diário Oficial de 31.12.1976, dotando-a de uma aparelhagem técnico-administrativa mais eficiente no desempenho de suas funções.

Em 20 de setembro, foram entregues as novas instalações da Sede da Secretaria, à rua Pedro Palácios, nº 88, proporcionando aos funcionários, acomodações físicas compatíveis com as exigências do trabalho a ser desenvolvido, e ao público, condições de um melhor atendimento. Os gastos efetuados com a restauração e equipamento do prédio foram orçados em Cr$ 1.000.881,04 (hum milhão, oitocentos e oitenta e um cruzeiros e quatro centavos).

Foi inaugurada em 5 de outubro, a Unidade de Geriatria "Irene Rozindo Álvares", órgão vinculado ao Departamento de Promoção Social, que tem entre outras, a função de gerir a política de assistência ao idoso no Espírito Santo. A obra representou para o Estado, um investimento da ordem de Cr$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), e possui uma capacidade instalada para atender cerca de 200 idosos, de ambos os sexos, em regime de semi-internato, mediante o desenvolvimento de atividades recreativas, culturais, hortigranjeiras, orientação médica e alimentar, orientação individual e grupal, além de outras tais como orientação à família e às entidades sociais destinadas à assistência ao idoso, promoção de encontros e seminários sobre o tema, treinamento de pessoal técnico, auxiliar e voluntário que trabalhe com idosos. Há proposta por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social no sentido de divulgar a experiência que vem sendo desenvolvida pela SEBS, nesta área.

No sentido de minimizar a carência de recursos institucionais na área de reabilitação, foi iniciada no mês de setembro, a construção da Unidade de Reabilitação Físico-Motora em Vila Velha, destinada à recuperação e reintegração à sociedade dos indivíduos portadores de deficiências físico-motoras. O custo total da obra está orçada em Cr$ 234.389 000,00 (duzentos e trinta e quatro milhões, trezentos e oitenta e nove mil cruzeiros) dos quais 4,69% são oriundos de fontes federais e particulares. Sua conclusão está prevista para julho de 1978, e a partir desta data estará aparelhado para atender, anualmente, 3.130 pacientes, sendo 400 em regime de internato e os demais em regime de semi-internato e externato, mediante a prestação de serviços nas áreas de fisioterapia, hidroterapia, foniatria, terapia ocupacional, restauração e ou fabricação de aparelhos ortopédicos além de outros.

Foi elaborado projeto visando à implantação em Vila Velha, de uma Unidade Profissionalizante destinada a integrar o deficiente mental (educável e treinável), auditivo e visual à sociedade, através da sua qualificação profissional, colocação e acompanhamento no mercado de trabalho competitivo ou protegido. Para a consecução dos objetivos propostos, deverá dispor de oficinas pedagógicas, oficinas protegidas, unidades de produção, serviço de colocação e acompanhamento do desempenho profissional, além do atendimento médico, psicossocial, recreação e cultura. A obra, com aproximadamente 1.000 m2 de área construída, representará para o Estado, um investimento da ordem de Cr$ 16.425.768,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e oito cruzeiros), estando a sua conclusão prevista para dezembro de 1978.

Dando continuidade ao processo de implantação no Estado, do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos criado pelo Decreto Federal nº 75.922 de 1º de julho de 1975, iniciou-se, a construção de duas unidades de Centro Social Urbano, uma em Santo Antônio, município de Vitória, e a outra em Boa Vista, município de Vila Velha, no valor de Cr$ 4.890.374,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa mil, trezentos e setenta e quatro cruzeiros) e Cr$ 4.073.500,00 (quatro milhões, setenta e três mil e quinhentos cruzeiros), respectivamente. Cada unidade dispõe de 1.200 m2 de área construída, distribuida em 31 dependências e deverão estar aparelhada para prestar serviços na área de lazer, trabalho, ação comunitária, saúde e nutrição. A conclusão e inauguração da que se localiza no vizinho município ocorrerão, provavelmente, em março e a do bairro de Santo Antônio, em maio.

Em julho de 1977 foi assinado convênio no valor de Cr$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros) entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado do Espírito Santo, para implantação e execução do Programa de Atendimento e Promoção de Populações Migrantes e de Baixa Renda, tendo a SEBS como órgão interveniente e executor. O programa, que se encontra em fase de implantação, visa, a curto prazo, facilitar a integração social do migrante, mediante a prestação de auxílios diversos, tais como: fornecimento de passagens, hospedagem, alimentação, documentação civil e para o trabalho, treinamento, orientação e colocação profissional, além de outros. A médio e longo prazo, deverá contribuir para a diminuição de problemas sociais decorrentes de fluxos migratórios desordenados, mediante a implantação e dinamização de um sistema de informações sobre migrações internas de forma a facilitar ao Governo, o planejamento ordenado do desenvolvimento. O prazo de duração do convênio é de 3 anos podendo ser prorrogado.

Foi elaborado projeto visando a implantação no Estado, do Programa Estadual de Emprego, observando as diretrizes e normas do Sistema Nacional de Emprego — SINE, administrado pela Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho. O Programa Estadual de Emprego resultou de convênio firmado entre o referido Ministério e o Governo do Estado, tendo a SEBS como órgão interveniente e executor, e visa "promover a adequação entre a oferta e a procura de mão-de-obra, real e potencial, tendo em vista o desenvolvimento e a organização

do mercado de trabalho no Espírito Santo". Partindo das orientações estabelecidas no projeto, ainda em 1977 verificou-se a instalação da Matriz Estadual do SINE-ES e a institucionalização do Programa pelo decreto nº 1.535-E de 1º.11.1977, intensificando-se os procedimentos técnico-administrativos para a sua operacionalização.

Por ocasião da VI Feira Capixaba dos Municípios, foi lançada a Campanha Pró-Centro de Reabilitação, objetivando levantar recursos financeiros e materiais para construção e/ou aparelhamento da Unidade de Reabilitação Físico-Motora, em Vila Velha. Para a sua concretização, contou com a colaboração da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) na confecção dos folhetos e a coordenação da Unidade Comunitária de Integração Social, tendo sido aberta uma conta no Banco do Estado do Espírito Santo destinada a receber as doações.

Em integração com a Secretaria de Estado do Planejamento, a SEBS coordenou a execução da Campanha de Esclarecimento à População Potencialmente Migrante desencadeada pelo Ministério do Interior, com o objetivo de conter o fluxo desordenado de Migrações em direção ao território de Rondônia. A campanha abrangeu os Municípios de Barra de São Francisco, Ecoporanga, São Gabriel da Palha, Linhares, Afonso Cláudio e São Mateus, em razão do grande contingente de mão-de-obra que vêm liberando para o referido território, e contou para a sua efetivação com o apoio incondicional das prefeituras e lideranças municipais.

Visando à obtenção de informações para subsidiar a definição de um Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato, foi concluído o levantamento sobre o artesanato no Espírito Santo, abrangendo os 53 Municípios do Estado. As conclusões do trabalho constam de um documento que, com o apoio financeiro do PIPMO, será impresso e divulgado para todos os Estados do Brasil.

Foi concluído o levantamento sobre as entidades sociais registradas na SEBS, tendo em vista a elaboração do diagnóstico sobre a capacidade de prestação de Serviços de interesse social do Estado, bem como a organização do Cadastro Geral de Entidades Sociais. Foram cadastradas cerca de 75 entidades sociais, nos seus aspectos administrativos e funcionais.

Em novembro de 1977, foi enviado ao Ministério do Trabalho para obtenção de recursos, um projeto que prevê a atuação da SEBS no setor de formação de mão-de-obra para o meio rural, através do sistema de unidade móveis a ser dinamizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural — SENAR, daquele Ministério.

Foram iniciados os estudos para a criação e regulamentação da Fundação do Esporte Amador e Recreação do Espírito Santo — FEARES, órgão vinculado à SEBS, com a finalidade de gerir a política do esporte amador e recreação no Estado.

As realizações empreendidas pelos órgãos descentralizados não foram de menor significação. O volume e qualidade de trabalho apresentados pela COHAB-ES, FESBEM, FUNDAÇÃO CULTURAL e IBES, ratificam tal afirmação.

### Ação Social e Comunitária

A gerência das atividades inerentes ao Programa "Ação Social e Comunitária", é de responsabilidade do Departamento de Promoção Social, órgão constante da estrutura da SEBS, a partir da Lei 3.043. Em sua operacionalização, busca atingir a população de um modo geral, com ênfase porém nos segmentos aguda e relativamente marginalizados, por apresentarem características que originam um comportamento apático e individualista, dificultando o suprimento de bens e serviços mediante a adoção de métodos de auto-ajuda e/ou de ajuda mútua. Tais características são:

- **Renda familiar instável e abaixo do mínimo vital;**
- **Acesso mínimo aos serviços de infra-estrutura e, em especial, aos setores de educação e saúde;**
- **Marginalização do mercado de trabalho, caracterizada pela condição de subempregados e desempregados;**
- **Ausência de iniciativa de auto-organização para fins sociais, representativos e comunitários.**

Por considerar a participação uma forma de desencadear e efetivar a mudança social, adotou uma abordagem metodológica orientada pelos princípios da autodeterminação e participação comunitária, em todas as suas fases. Visa como objetivo geral, **"a conscientização e a mobilização da comunidade para gerir o seu próprio processo de mudança social, desencadeando-o quando inexistente e/ou acelerando-o quando se processar lentamente".**

Sua operacionalização se verifica mediante o desenvolvimento das seguintes atividades:

**a. Orientação Técnica a Entidades Sociais**
**b. Orientação a Grupos**
**c. Apoio à Educação Pré-Escolar**
**d. Atendimento ao Idoso.**

A primeira atividade é considerada básica e essencial à consecução dos objetivos do programa. As demais estão sendo concebidas como recursos que poderão ser colocados à disposição da comunidade, caso seja diagnosticada a sua necessidade.

a. Orientação Técnica a Entidades Sociais

Esta atividade caracteriza-se pela presença permanente e/ou esporádica de técnicos nas entidades sociais registradas na SEBS, visando sobretudo, orientar o processo de ação comunitária, que se inicia com o estudo e reflexão sobre os problemas locais e termina com a avaliação das ações empreendidas para solucioná-las. Este ciclo é continuamente renovado e aprimorado.

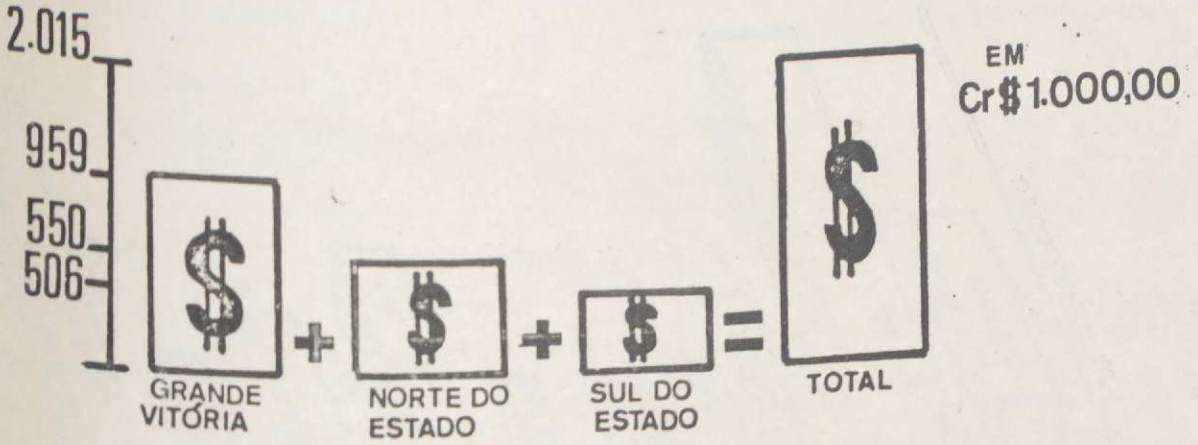
Em 1977, foi prestada orientação técnica a 100 entidades sociais, através das equipes da sede e das Centrais Regionais e Municipais de Serviços dos Seguintes Municípios:

| | |
|---|---|
| Vila Velha | 26 |
| Vitória | 25 |
| Cachoeiro de Itapemirim | 18 |
| Colatina | 12 |
| Nova Venécia | 08 |
| Afonso Cláudio | 06 |
| Serra | 05 |
| TOTAL | 100 |

Dada a incapacidade operacional do sistema público para atender à problemática social do Estado em sua totalidade, implantou-se o sistema de ajuda financeira, através do qual a SEBS transfere às entidades sociais, recursos financeiros destinados à execução de projetos e atividades que correspondam às necessidades e aspirações da comunidade onde se insere. Este sistema opera em integração com a atividade "Orientação Técnica", sendo uma das funções do técnico, supervisionar e acompanhar a aplicação do recurso transferido. Até o presente momento o Governo do Estado liberou o montante de Cr$ 2.015.000,00 (dois milhões e quinze mil cruzeiros), beneficiando 82 entidades, distribuídas em 21 municípios. Os municípios mais beneficiados foram os da Grande Vitória, vindo a seguir os do Norte e os do Sul do Estado, não havendo entre os dois últimos, diferença significativa (gráfico I).

G R Á F I C O - I

RECURSOS LIBERADOS PELO SISTEMA DE AJUDA FINANCEIRA SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO.




No exercício de 1977, foram liberados recursos financeiros da ordem de Cr$ 1.390.500,00 (hum milhão, trezentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros).

Para o desenvolvimento das atividades constantes deste item foram realizadas: 96 assembléias gerais, 18 encontros de liderança, 602 reuniões de diretoria, 302 reuniões comunitárias, além de outras, abrangendo um total de 13.407 pessoas.

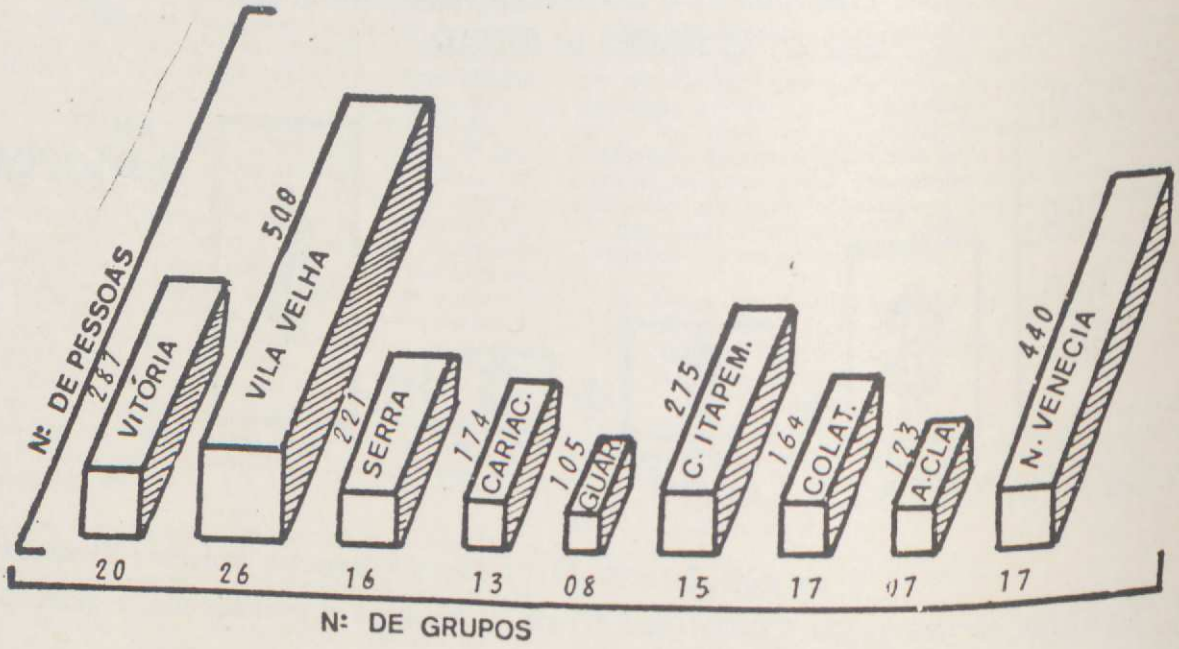
b. Orientação a Grupos

A formação e dinamização de grupos vêm sendo utilizadas como um recurso instrumental na prestação de serviços à clientela. Através de grupos, que procuram atingir uma clientela nas mais diversas faixas etarias, são desenvolvidas atividades de caráter informativo, lúdico e profissionalizante.

As metas quantitativas dimensionadas para o exercício passado, foram alcançadas, tendo inclusive superado as expectativas. Através de 180 grupos de mães, de crianças, jovens, gestantes e nutrizes, foram atingidas 2 302 pessoas, residentes nos municípios da Grande Vitória, Guarapari, Cachoeiro do Itapemirim, Colatina, Nova Venécia e Afonso Cláudio. (gráfico II).

GRÁFICO - II

POPULAÇÃO ATINGIDA PELA ATIVIDADE "FORMAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE GRUPOS", EM 1977, POR MUNICÍPIO




As principais ações desenvolvidas pelos grupos foram:

| | |
|---|---|
| Reunião | 3.456 |
| Comemoração cívico social | 436 |
| Palestra | 432 |
| Sessão de atividade artesanal | 135 |
| Campanha | 36 |
| Bazar | 28 |
| Outras | 37 |

O âmbito das ações empreendidas não se restringe ao grupo, abrangendo também a comunidade onde está inserido, tendo por esta razão beneficiado 90.715 pessoas, através das atividades acima discriminadas.

c. Apoio à Educação Pré-Escolar

A educação pré-escolar e uma área de atuação principal da Secretaria de Estado da Educação. Quando porém é desenvolvida junto aos movimentos comunitários e obras sociais, a SEBS atua como órgão co-participante, implementando atividades de Apoio.

Sua atuação ocorre em dimensões distintas: junto à família, no sentido de conscientizá-la sobre a sua função na educação da criança; junto à comunidade, visando obter a sua participação; junto à entidade, com o objetivo de levar seus dirigentes a proverem as condições necessárias à execução do trabalho e, finalmente, junto à criança, no sentido de facilitar a sua adaptação à escola.

No exercício de 1977 foram atingidas cerca de 700 famílias, (tabela I) através de grupos de mães, os quais tiveram acesso a informações geradoras de um melhor desempenho no lar e junto à atividade.

**TABELA — I**

**FAMÍLIAS ATINGIDAS EM 1977, POR ÁREA DE ATUAÇÃO**

| Área de Atuação | Famílias Atingidas |
|---|---|
| Vila Nova | 118 |
| Vila Garrido | 95 |
| Jardim Marilândia | 90 |
| Porto de Santana | 72 |
| Santa Rita de Cássia | 63 |
| Santa Inês | 61 |
| São Torquato | 60 |
| Alvorada | 50 |
| Rio Marinho | 50 |
| Aribiri | 48 |
| TOTAL | 707 |

Em 1978, esta atividade deverá ser ampliada, abrangendo inclusive alguns municípios do interior do Estado.

d. Atendimento ao Idoso

Os idosos, nos países desenvolvidos, são um grupo quantitativamente muito mais expressivo que nos países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Se se considerar idosa, a população de 60 anos e mais, verifica-se-á que esta atinge um total de 5% na estrutura demográfica dos países subdesenvolvidos, alcançando até 20% nos países desenvolvidos.

Nos países subdesenvolvidos a população jovem representa expressiva maioria, recebendo por conseguinte, prioridade na definição de problemas e de programações no campo social. Embora constitua uma minoria, a população idosa tende a sofrer uma aguda problemática assim configurada: problemas habitacionais gerados pelo estilhaçamento da célula familiar, pela emergente urbanização da sociedade e, principalmente, pelo baixo poder de renda; ostracismo-social, redução do círculo de amizades, intensa solidão, diminuição e perda do senso de utilidade e de identificação, além de outros.

O Espírito Santo, segundo estimativas feitas para julho de 1976, possui uma população residente de 1.750.300 habitantes. Deste total, 79.289 encontra-se na faixa de 60 anos e mais, o que corresponde a, aproximadamente, 4,5% da população global. Tanto o censo demográfico de 1970 quanto as estimativas feitas para 1976, indicam existir uma predominância da população idosa do sexo masculino.

Embora a população idosa seja pouco expressiva do ponto de vista quartitativo, o Estado do Espírito Santo, vem envidando esforços no sentido de adiantar-se no trato a esta questão social

Desta forma, em 1977, foram empreendidas as seguintes ações:

— **Construção e Aparelhamento da Unidades de Geriatria,** que além de proceder à gerência e orientação do sistema público e particular de atendimento ao idoso, compatibilizando-o com as diretrizes fixadas para o setor, constituir-se-á num instrumento viabilizador de convivência e de participação social do mesmo. Inaugurada em fins de 1977, a Unidade de Geriatria, atendeu a uma média de 60 idosos, residentes, em sua maioria, no município de Vila Velha, através do desenvolvimento de atividades psicosociais, ocupacionais e de manutenção biológica.

— **Formação e dinamização de Grupos de Idosos** junto aos Movimentos Comunitários dos bairros de Ataíde, Glória, Santa Rita de Cássia em Vila Velha, Bairro da Penha em Vitória e Porto de Santana em Cariacica. Esta atividade foi desenvolvida em integração com o Centro de Serviço Social do INPS, tendo atingido cerca de 200 idosos, com as seguintes características:

| | |
|---|---|
| Sexo Feminino | 139 |
| Sexo Masculino | 61 |
| Idade superior a 60 anos | 115 |
| Idade inferior a 60 anos | 85 |
| Analfabetos | 100 |
| Alfabetizados | 61 |
| Primeiro Grau Incompleto | 36 |
| Primeiro Grau Completo | 03 |

Foram desenvolvidas atividades tais como: jogos de salão, comemorações festivas e cívicas ,excursões, pintura em tecido, tapeçaria, cerâmica, teatro, coral, filmes, palestras e danças folclóricas.

— **Participação na Comissão Estadual de Treinamento de Pessoal na Área do Idoso,** coordenada pela Secretaria Regional de Bem Estar Social do INPS, e integrada por representantes da SEBS, da Secretaria de Saúde, FUNRURAL e LBA. Em 1977, desenvolveu atividades

de organização e planejamento. Para o exercício de 1978 foi prevista, a realização, em integração com a Unidade de Geriatria, de treinamentos para dirigentes e auxiliares da entidades destinadas a assistência ao idoso, bem como para líderes comunitários no sentido de motivá-los para o trabalho com idosos.

Ainda no exercício de 1977, foram realizadas diversas reuniões de estudo, da qual participaram todos os técnicos do departamento, com objetivo de definir a linha metodológica a ser adotada no desenvolvimento de suas atividades. Foram ainda realizados estudos visando à introdução de modificações no sistema de ajuda financeira, de forma a tornar mais racional a aplicação dos recursos transferidos.

Em 1978, é meta do Departamento de Promoção Social prosseguir na realização de estudos, no sentido de adequar ainda mais a sua metodologia de trabalho e atividades às exigências da realidade social do Espírito Santo.

**Incentivo à prática do lazer comunitário**

O lazer foi efetivamente incorporado ao setor de ação da SEBS pela lei 3.043 de 31.12.1975, que reconhece como sua atribuição a **"promoção e organização de certames e competições de esporte amador"**. No sentido de operacionalizar tal atribuição, estruturou-se o Programa "Incentivo à Prática do Lazer Comunitário", dinamizado principalmente através do projeto "Jogos Comunitarios".

O projeto "Jogos Comunitários" surgiu da necessidade de oferecer opções sadias de lazer à população de média e baixa renda dos aglomerados urbanos. Foi concebido como um instrumento capaz de incentivar a participação comunitária e de prevenir distorções sociais, contribuindo para elevar os níveis de coesão e de integração social. Seu desenvolvimento é pautado nos princípios e fundamentos da ação comunitária, com ênfase no aproveitamento do potencial físico e institucional da comunidade para o esporte.

Em sua implantação vem-se adotando uma estratégia quantitativamente progressiva, conforme demonstra a tabela II, cujo estágio final é o envolvimento de todos os municípios do Estado. Desta forma, em 1977, além dos municípios da Grande Vitória, foram atingidos os municípios de Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Nova Venécia, onde se localizam as Centrais Regionais de Serviços, Movimentos Comunitários e outros

No sentido de evitar os problemas constatados nos anos anteriores, que impediam a funcionalidade desejável ao projeto, em 1977 decidiu-se não separar as competições por categoria desportiva. Adotou-se apenas a categoria adulto, podendo integrá-la as pessoas com idade superior a 15 anos. O sistema de competição utilizado foi o de temporada, em forma de rodízio simples (pontos ganhos), nos esportes coletivos e nos esportes de salão, existe na fase eliminatória.

Os "Jogos Comunitários no Espírito Santo", denominação recebida em 1977, foram abertos oficialmente no dia 08 de setembro, data em que se comemora a festa da cidade de Vitória, às 19 horas. A solenidade de abertura realizou-se na Av. Jerônimo Monteiro, e contou com a presença de delegações representativas das entidades inscritas e de autoridades civis e militares, num total estimado de 15.000 pessoas.

**TABELA — II**

**PERFORMANCE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO "JOGOS COMUNITÁRIOS"**

| Ano | Município | Área Geográfica (Km2) | População urbana * (habitantes) |
|---|---|---|---|
| 1975 | Vila Velha . . . . . | 232 | 123.327 |
| 1976 | Vila Velha, Vitória, Cariacica, Serra e Viana . . . . . | 1.641 | 385.998 |
| 1977 | Vila Velha, Vitória, Cariacica, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Nova Venécia . . . . . | 7.179 | 677.278 |

A participação dos atletas se deu através das entidades de bairro e associações de moradores, registrados e/ou orientadas pela SEBS, as quais desempenharam funções de coordenação, a nível local. O maior número de representações foi inscrito pelas entidades dos municípios de Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. (tabela III).

Fizeram parte do projeto, um total de 5.843 pessoas, representando 78 entidades de bairro, das quais 4.288 são do sexo masculino e 1.555 do sexo feminino. A semelhança do que ocorreu nos anos anteriores, observou-se em 1977 uma predominância acentuada de atletas do sexo masculino, o que se deve à natureza das modalidades disputadas. Os municípios que apresentaram maior número de participantes foram os de Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. (gráfico III).

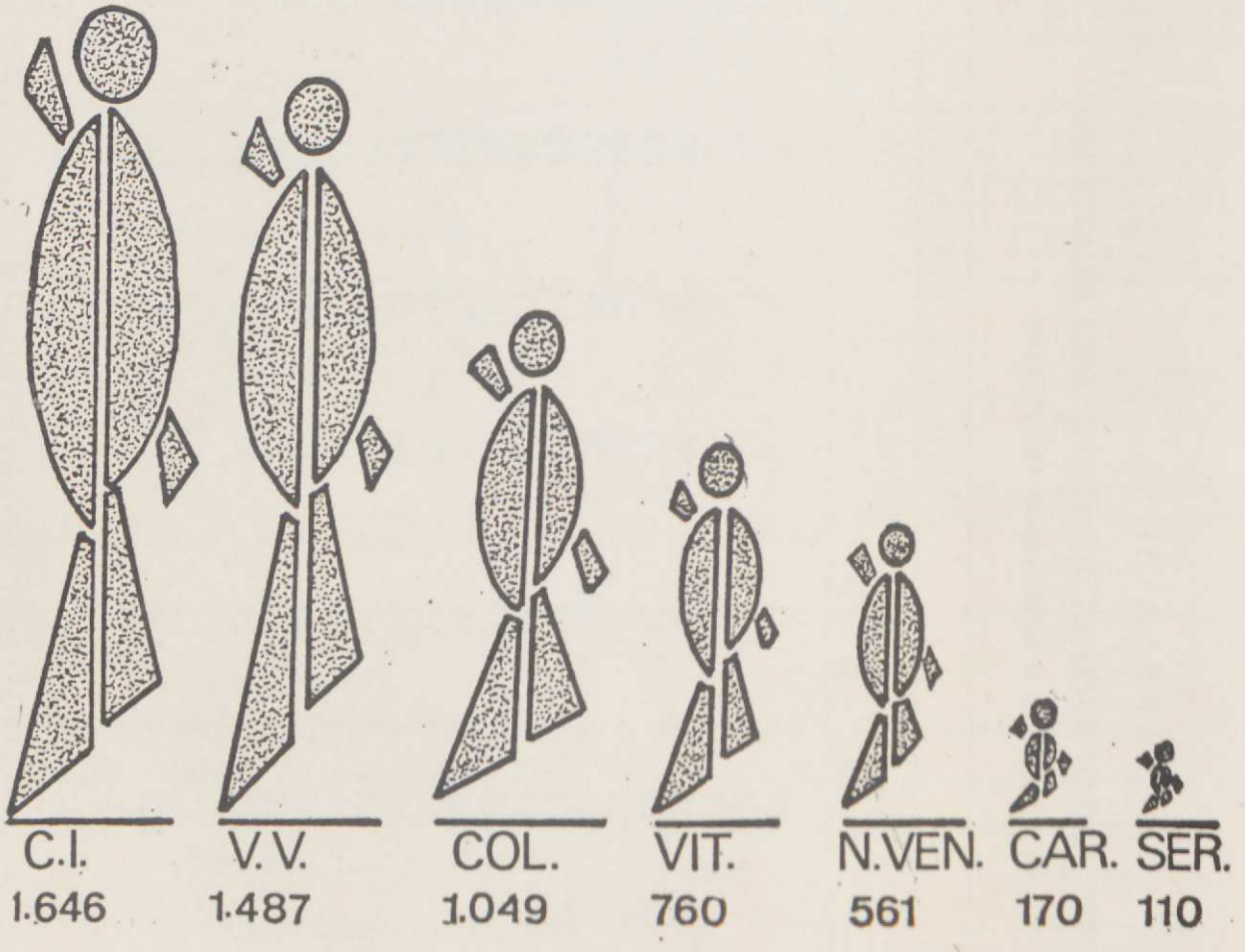
## T A B E L A - III

NÚMERO DE REPRES NTAÇÕES INSCRITAS NO PROJETO "JOGOS COMUNITÁRIOS"
OR MUNICÍPIO E MODALIDADE DESPORTIVA

| Modalidade Desportiva | Município | | | | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Vila Velha | Cach.Itapemirim | Colatina | Vitória | Nova Venécia | Cariacica | Serra | |
| Futebol de Campo | 24 | 14 | 13 | 12 | 05 | 03 | 04 | 75 |
| Futebol de Salão | 23 | 14 | 13 | 12 | 05 | 02 | 01 | 70 |
| Handebol Masculino | 19 | 10 | 11 | 11 | 05 | 02 | 02 | 60 |
| Voleibol Masculino | 19 | 10 | 11 | 11 | 05 | 02 | 02 | 60 |
| Handebol Feminino | 18 | 11 | 09 | 10 | 05 | 02 | 01 | 56 |
| Voleibol Feminino | 16 | 11 | 05 | 08 | 05 | 02 | 02 | 49 |
| Atletismo Masculino | 13 | 12 | 10 | 05 | 05 | 02 | 02 | 49 |
| Atletismo Feminino | 13 | 09 | 09 | 05 | 05 | 02 | 02 | 45 |
| Corrida Rústica | 17 | 13 | 12 | 09 | 05 | 02 | 02 | 60 |
| Ciclismo | 19 | 11 | 11 | 10 | 05 | 02 | 02 | 60 |
| Ping-Pong Simples Masculino | 16 | 11 | 12 | 08 | 05 | 02 | 02 | 56 |
| Ping-Pong Duplo Masculino | 16 | 10 | 08 | 08 | 05 | 02 | 02 | 51 |
| Ping-Pong Simples Feminino | 14 | 07 | 08 | 06 | 05 | 02 | 02 | 44 |
| Ping-Pong Duplo Feminino | 14 | 07 | 08 | 06 | 05 | 02 | 02 | 44 |
| Gincana Mista | - | 09 | 11 | - | 05 | 02 | 02 | 29 |
| Pentatlo de Atletismo | 17 | 09 | 10 | 05 | 05 | 02 | 02 | 50 |
| Dama | 16 | 12 | 11 | 10 | 05 | 02 | 02 | 58 |
| Bola de Pau | 19 | 12 | 11 | 11 | 05 | 02 | 02 | 62 |
| T O T A L | 239 | 192 | 183 | 147 | 90 | 37 | 36 | 978 |

G R Á F I C O - III

PARTICIPANTES DO PROJETO "JOGOS COMUNITÁRIOS" POR MUNICÍPIO




Foram disputadas 12 modalidades em 382 competições desportivas, realizadas normalmente em finais de semana.

O futebol de campo, o futebol de salão, o handebol e o voleibol promoveram o maior número de competições e de participantes.
bela - IV)

TABELA — IV

NÚMERO DE PARTICIPANTES E COMPETIÇÕES REALIZADAS, POR MODALIDADE DESPORTIVA

| Modalidade Desportiva | Competições nº | Competições % | Participantes nº | Participantes % |
|---|---|---|---|---|
| Futebol de Campo | 43 | 10,7 | 900 | 15,4 |
| Futebol de Salão | 38 | 9,4 | 702 | 12,4 |
| Handebol Masculino | 34 | 8,4 | 730 | 12,5 |
| Handebol Feminino | 31 | 7,7 | 694 | 11,8 |
| Voleibol Masculino | 34 | 8,4 | 730 | 12,5 |
| Voleibol Feminino | 28 | 6,9 | 558 | 9,5 |
| Atletismo Masculino | 14 | 3,5 | 480 | 8,2 |
| Atletismo Feminino | 10 | 2,5 | 316 | 5,4 |
| Pentaclo Atletismo | 02 | 0,5 | 46 | 0,8 |
| Dama | 26 | 6,4 | 26 | 0,4 |
| Ping-Pong Simples Masculino | 24 | 6,0 | 94 | 1,6 |
| Ping-Pong Dupla Masculino | 24 | 6,0 | 74 | 1,2 |
| Ping-Pong Simples Feminino | 20 | 5,0 | 20 | 0,3 |
| Ping-Pong Dupla Feminino | 20 | 5,0 | 53 | 0,9 |
| Bola de Pau | 30 | 7,4 | 73 | 1,2 |
| Corrida Rústica | 02 | 0,5 | 158 | 2,7 |
| Ciclismo | 02 | 0,5 | 163 | 2,8 |
| Gincana Mista | 21 | 5,2 | 48 | 0,8 |
| TOTAL | 403 | 100 0 | 5.843 | 100,0 |

A integração institucional foi a característica marcante do Projeto, em 1977. Dele participaram: a SEBS e as entidades de bairro como órgãos promotores e coordenadores, o Ministério da Educação e Cultura através do Departamento de Educação Física e Desportos, a Universidade Federal do Espírito Santo, e as Prefeituras Municipais como órgãos co-participantes.

O Departamento de Educação Física e Desportos, do Ministério da Educação e Cultura teve uma participação financeira da ordem de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), o que possibilitou a aquisição de grande parte do material desportivo necessário às competições. A Universidade Federal do Espírito Santo, através do Centro de Educação Física, cedeu estagiários e professores de educação física que atuaram como voluntários, na área da Grande Vitória. As Prefeituras Municipais participaram dos encargos decorrentes do deslocamento para Vitória, das equipes vencedoras de seu município.

Cumpre ainda mencionar a participação das entidades desportivas, estabelecimentos de ensino e das corporações militares, cedendo suas instalações para a realização das competições.

Em 1978, o projeto deverá abranger novos municípios e adequar-se, cada vez mais, à filosofia que emana do Plano Nacional de Educação Física e Desportos — PNED, no que diz respeito ao desporto de massa.

**Promoção de Recursos Humanos**

A implementação de atividades relativas ao setor trabalho no Estado do Espírito Santo, é considerada de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social, conforme determina a lei 3.043 de 31.12.1975, que reitera e complementa o posicionamento já adotado no decreto 099-N de 30.12.1970. Tal atribuição vem sendo cumprida pelo Departamento de Assuntos

do Trabalho, órgão de execução programática da SEBS, em integração com outros organismos estaduais e federais, através do desenvolvimento das seguintes atividades:

**a. Iniciação e Formação Profissional**

**b. Desenvolvimento do Artesanato**

**c. Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal Técnico e Auxiliar.**

Os resultados obtidos no decorrer de 1977, encontram-se abaixo dimensionados.

a. Iniciação e Formação Profissional

A atividade "Iniciação e Formação Profissional" foi desenvolvida através da programação, execução e acompanhamento de cursos profissionalizantes, do setor secundário e terciário, viabilizados mediante convênio firmado entre a SEBS e o PIPMO. De um modo geral, objetiva a qualificação da mão-de-obra desempregada ou subempregada, tendo em vista a sua inserção no mercado de trabalho. Constituem seus fundamentos a intensa demanda de mão-de-obra qualificada ou semi-qualificada, o baixo nível de qualificação profissional que caracteriza a clientela trabalhada pela SEBS e o fato de ser a elevação do nível de qualificação profissional um eficiente instrumento de ascenção social, e, por conseguinte, de alcance dos objetivos colimados pela SEBS. Sua execução se verifica nos centros comunitários, obras sociais e outras entidades consideradas unidades operacionais da SEBS.

**1. O Decreto 099-N de 30.12.1970 regulamentou a Secretaria do Trabalho e Promoção Social — SETRAPS, que, por sua vez, foi reestruturada e acrescida em suas atribuições pela lei 3.043 de 31.12.1975, passando a denominar-se Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social.**

Em 1977, foram realizados 44 cursos desta natureza, abrangendo um total de 552 pessoas, (tabela V).

TABELA — V

NÚMERO DE TURMAS E PESSOAS TREINADAS POR TIPO DE CURSO

| Especificação | Número de Turmas | Pessoas Treinadas | |
|---|---|---|---|
| | | Nº | % |
| Datilografia | 08 | 91 | 16,5 |
| Cabeleireiro | 07 | 94 | 17,0 |
| Manicure e Pedicure | 06 | 83 | 15,0 |
| Eletrecista Instalador | 06 | 78 | 14,1 |
| Reparador de Ap. Eletrodomésticos | 04 | 40 | 7,3 |
| Pintor de Obras | 03 | 40 | 7,3 |
| Instalador de Água e Esgoto | 03 | 37 | 6,7 |
| Auxiliar de Escritório | 02 | 27 | 4,9 |
| Pedreiro | 02 | 24 | 4,3 |
| Marcenaria | 01 | 15 | 2,7 |
| Corte e Costura Industrial | 01 | 12 | 2,2 |
| Carpinteiro | 01 | 11 | 2,0 |
| TOTAL | 44 | 552 | 100,0 |

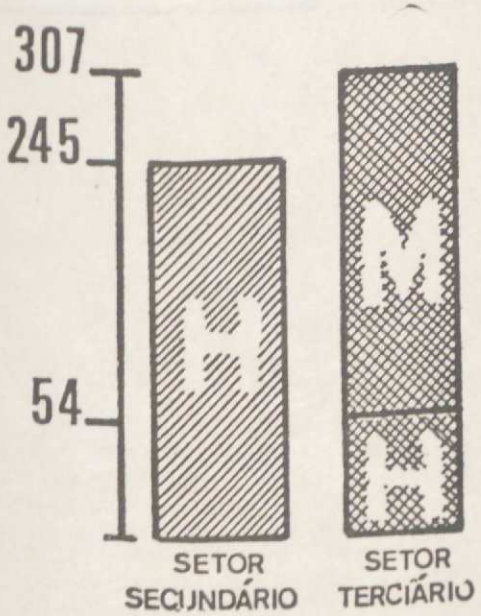
**Obs. Nesta tabela estão incluídos os cursos iniciados em 1976 e concluídos em abril de 1977, computados no relatório daquele ano como pessoal em Treinamento.**

**Encontra-se em execução, um curso de manicure e pedicure no Município de Afonso Cláudio, através da Central Municipal de Serviços.**

Dos cursos realizados, 07 são do setor secundário e 05 do setor terciário, totalizando 20 e 24 turmas e 245 e 307 pessoas treinadas, respectivamente. Observou-se ainda uma exclusividade do sexo masculino nos cursos do setor secundário e uma predominância do sexo feminino (84%) nos cursos do setor terciário (gráfico IV).

G R Á F I C O - IV

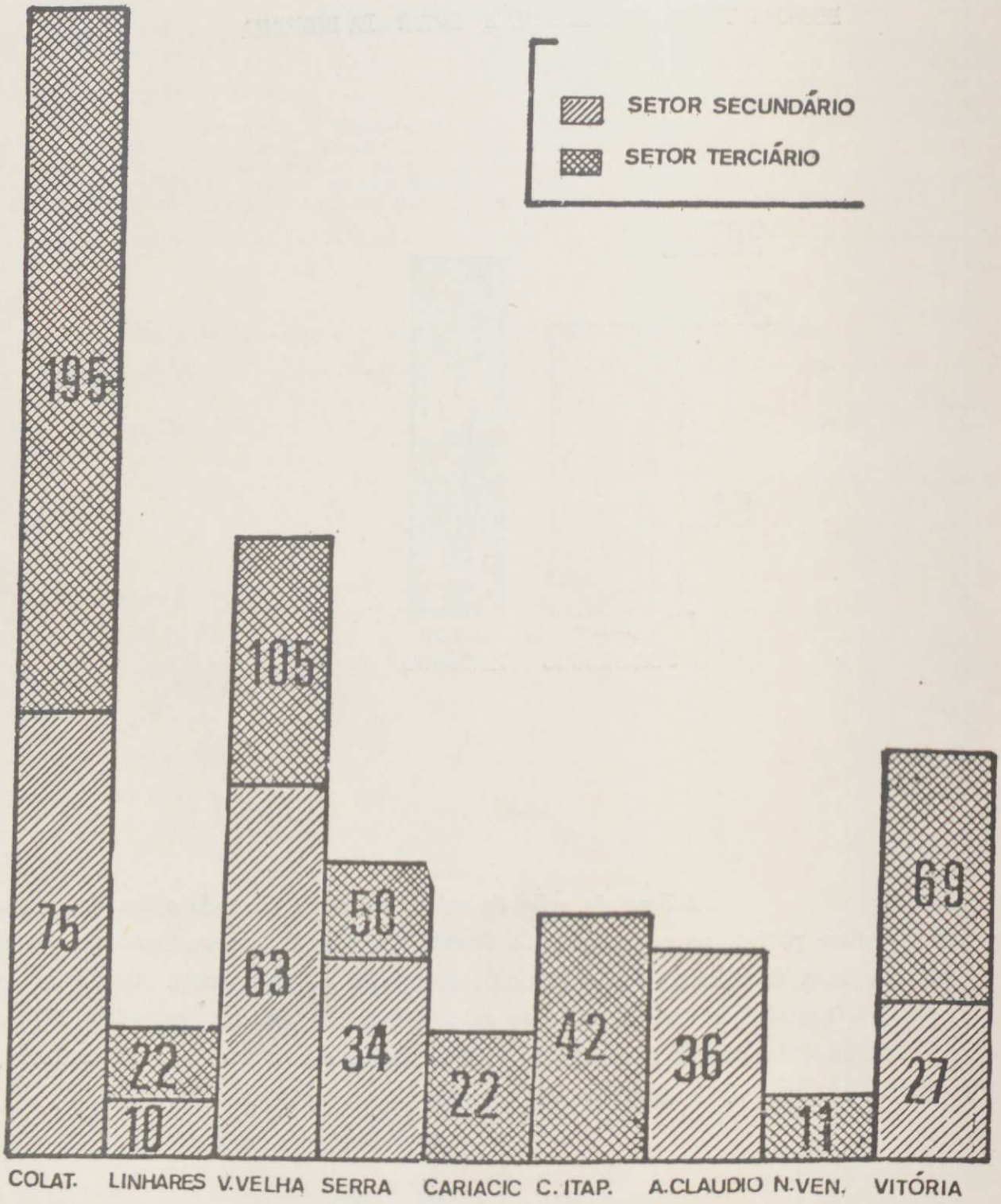
PESSOAS TREINADAS POR SEXO E SETOR DA ECONOMIA




A área de ação da atividade abrangeu todo o Estado, com maior ênfase porém, os municípios da Grande Vitória. Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia e Afonso Cláudio, nos quais a SEBS possui unidades de serviço. O município que apresentou maior número de pessoas treinadas foi o de Colatina (35%) vindo a seguir os de Vila Velha e Vitória, com 23 e 12,5%, respectivamente. ( gráfico V)

GRÁFICO - V

PESSOAS TREINADAS POR MUNICIPIO E SETOR DA ECONOMIA



O custo da atividade atingiu o valor de Cr$ 184.720,00 (cento e oitenta e quatro mil, setecentos e vinte cruzeiros), importando ao PIPMO a quantia de Cr$ 149.420,00 (cento e quarenta e nove mil, e quatrocentos e vinte cruzeiros) e à SEBS, Cr$ 35.300,00 (trinta e cinco mil e trezentos cruzeiros), o que representou um custo aproximado de 334,00 por aluno treinado.

b. Desenvolvimento do Artesanato

O artesanato é uma atividade que encerra potencialidades multidimensionais, e, quando abordado de forma racional, contribui significativamente para elevação dos níveis de vida do artesão. Por este motivo passou a ser incrementado pela SEBS, segundo as diretrizes traçadas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato do Ministério do Trabalho. Sua ênfase porém, recai sobre as atividades da área promocional; as atividades da área de comercialização, embora não menos significativas na consecução dos objetivos propostos, são consideradas complementares.

Em 1977, foi dinamizado através de cursos de formação de mão de obra artesanal, mediante convênio com o PIPMO, objetivando o aproveitamento da força de trabalho, parcial ou totalmente ociosa. (tabela VI)

**TABELA — VI**

**MÃO DE OBRA ARTESANAL TREINADA E EM TREINAMENTO, POR TIPO DE CURSO E MUNICÍPIO**

| Curso | Município | Mão de Obra | |
|---|---|---|---|
| | | Treinada | Em Treinamento |
| Flores | Colatina | 13 | — |
| | Vitória | 12 | — |
| Couro | Vila Velha | — | 15 |
| Tapeçaria | Vila Velha | 14 | 15 |
| | Vitória | — | 15 |
| Pintura em Madeira | Vitória | — | 15 |
| Fibras Vegetais | Nova Venécia | — | 15 |
| Artesanato | Colatina | — | 15 |
| Cerâmica | Vila Velha | — | 15 |
| TOTAL | — | 39 | 105 |

Paralelamente à realização de cursos, desenvolveu-se uma pesquisa sobre o artesanato no Espírito Santo, encontrando-se a mesma em fase de impressão para ser divulgada. Esta pesquisa, abrangendo 422 artesãos e os 53 municípios do Estado, procurou coligir dados sócio-econômicos e demográficos sobre o artesão, dados sobre o sistema de produção e comercialização adotados, além de outros. Ficou evidenciada a existência de diversas situações problemas que obstaculizam o desenvolvimento do setor, dentre as quais pode-se mencionar:

1. baixo e médio padrão de qualidade artística do produto;
2. inexistência de um sistema eficiente de divulgação e de comercialização do produto artesanal, favorecendo o surgimento de intermediários;
3. individualismo e isolamento do artesão, contribuindo para manter a sua situação de marginalidade social e para baixar o índice de produção;
4. inexistência de um mecanismo coordenador e harmonizador da ação institucional, acarretando o desenvolvimento de ações isoladas e de limitado efeito operacional, além de outras.

Fundamentando-se nestas situações constatadas está sendo elaborado o Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato, a ser desenvolvido pelo Centro de Artesanato Capixaba, cuja implantação vem sendo considerada meta prioritária para a SEBS, no exercício de 1978.

c. Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal Técnico e Auxiliar

As constantes mudanças que ocorrem no campo teórico-prático do conhecimento, ocasionando a desatualização do profissional em curto espaço de tempo, levou a SEBS a estruturar uma atividade que viesse possibilitar o treinamennto, reciclagem e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, visando sobretudo, manter um padrão ótimo de qualidade na prestação de serviços à clientela. A participação do Departamento de Assuntos do Trabalho se dá sobretudo sob a forma de apoio logístico e coordenação, ficando o detalhamento técnico da programação ao encargo do órgão solicitante do treinamento.

Em 1977, esta atividade apresentou o seguinte resultado, ao promover:

— 3 ciclos de conferência para dirigentes de Entidades Sociais, atingindo os municípios da Grande Vitória, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, num total de 250 participantes.
— 1 treinamento para os agentes sociais que atuam nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Nova Venécia, Afonso Cláudio, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, com a participação de 45 pessoas.
— 1 treinamento para assistentes sociais, atingindo 25 técnicos das áreas da Grande Vitória, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim.
— 2 cursos de aperfeiçoamento em Metodologia do Serviço Social, a nível de Indivíduo, Grupo e Comunidade, com a participação de 41 assistentes sociais.
— 1 encontro para avaliar a programação da SEBS, contando com a participação de 57 pessoas entre assistentes sociais, estagiários de serviço social e agentes sociais.
— Treinamento para 25 estagiários de serviço social que atuaram nos diversos programas da SEBS.
— Treinamento para os dirigentes de movimentos comunitários da Grande Vitória, com vistas à melhoria do desempenho de suas funções junto aos mesmos.

— Participação de dois técnicos na IV Semana de Estudos de Temas Sociais em Aguas de São Pedro, Estado de São Paulo, realizada no período de 25 a 30 de maio de 1977, com o objetivo de analisar a experiência brasileira em Centros Sociais.

— Visita de dois técnicos à Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social — SETRABES, da Bahia, no período de 14 a 17 de agosto, com o objetivo de conhecer a experiência desenvolvida pelo Programa de Atendimento e Promoção de Populações Migrantes e de Baixa Renda, naquele Estado.

— Estágio de dois técnicos no Banco Nacional de Habitação, no período de 5 a 9 de julho, junto à Carteira de Operações de Natureza Social (COS) e Assessoria de Desenvolvimento Comunitário (ADC) para discutir assuntos relativos a financiamento de projetos a serem desenvolvidos em Centros Sociais Urbanos.

— Participação de 1 técnico no II Encontro Nacional sobre o Artesanato, promovido pelo Ministério do Trabalho, no período de 22 a 26 de agosto, com o objetivo de avaliar as experiências brasileiras desenvolvidas no setor.

Para 1978, o Departamento de Assuntos do Trabalho prevê a ampliação e/ou aperfeiçoamento de suas linhas programáticas com a implantação de atividades destinadas a prestar assistência ao trabalhador urbano e rural, em integração com o Programa de Atendimento e Promoção de Populações Migrantes e de Baixa Renda, com a introdução de reformulações no sistema de formação de mão-de-obra, bem como com a perspectiva de atuar no meio rural. Por ter-lhe sido atribuída pela lei 3.043, a tarefa de promover a coordenação sindical, deverá desenvolver uma pesquisa junto aos sindicatos, visando obter subsídios para definir um programa de trabalho a ser executado nesta área.

## AJUSTAMENTO SOCIAL

A coordenação, execução e controle das atividades que compõem o programa "Ajustamento Social', esteve em 1977, sob a responsabilidade do Centro de Ajustamennto Social, órgão em regime especial da Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social.

O referido programa pode ser entendido como um conjunto interrelacionado de projetos e atividades, que visam sobretudo, ajustar a pessoa a si própria e ao meio ambiente, através da remoção de bloqueios de ordem psicossocial e/ou sócio-econômica. O procedimento metodológico adotado, orienta-se pelo princípio do funcionalismo, com conotação eminentemennte psicossocial.

Sua clientela, além de portar carência sócio-econômica de caráter crônico e/ou transitório, apresenta na maioria das vezes, problemas de alcoolismo e doença mental, ambos responsáveis pelos casos de reincidência que se verificam. A propósito, em 1976, o número de reincidentes atingiu um total de 1.381 casos; em 1977, este número alcançou cerca de 2.204 casos. Conclui-se portanto, que este aspecto está a merecer maior atenção por parte do órgão gestor do programa, uma vez que pode estar relacionado à inadequação dos serviços prestados.

Tanto o alcoólatra como o doente mental, via de regra, não são aceitos pela família, decorrente daí problemas de abandono, desabrigo, doença e mendicância. A mendicância é, portanto, o resultado de uma atuação combinada destes fatores. Apesar, de ser o Centro de Ajustamento Social, no âmbito estadual, um órgão destinado a tratar, entre outros, do problema da mendicância, ainda não dispõe de equipamentos, instalações e pessoal especializado para remover as suas causas. Sua função principal tem consistido em higienizar, triar e encaminhar a clientela recolhida aos órgãos especializados.

A despeito daquelas deficiências, o programa manteve um nível satisfatório de atuação, ao atender cerca de 4.296 pessoas, com problemas diversificados, exigindo desde a prestação de serviços concretos (passagem, documentação etc.) ao tratamento terapêutico. Em relação ao ano anterior, em 1977, houve um decréscimo no total de pessoas atendidas pelo programa, o que se atribui à intensificação da política de articulação com as entidades sociais do Estado. Por outro lado, não se verificou em 1977, o incremento de 100% no total de pessoas atendidas, conforme fora previsto no relatório de 1976. Isto se deve ao fato de o Programa de Atendimento e Promoção de Populações Migrantes e de Baixa Renda encontrar-se em fase de implantação e não de funcionamento, como se esperava.

Outrossim, constatou-se ter havido maior incidência da clientela do sexo masculino, bem como das faixas etárias compreendidas entre 20 e 40 anos.

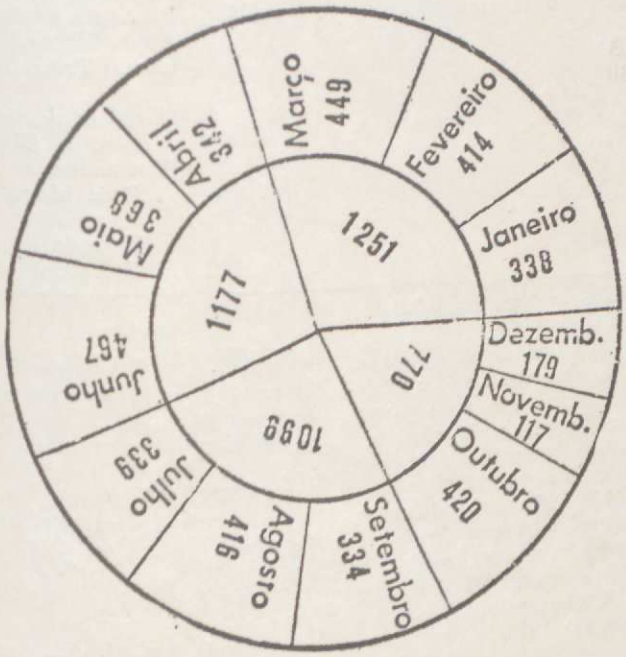
Atendo-se à procedência da população atendida pelo programa, verificou-se que o maior percentual atingido é referente à clientela procedente do interior do Estado, o que contradiz, como no relatório anterior, a concepção dos estados nordestinos como principais responsáveis pelos altos índices de migração verificado nos últimos tempos para a Grande Vitória. Verifica-se ainda que aos estados limítrofes pertence uma parcela significativa da população alvo do programa.

O período do ano que apresentou maior demanda dos serviços, foi o correspondente ao primeiro trimestre, ou seja, janeiro, fevereiro e março, com 29,1% da clientela atendida. A partir daí houve um decréscimo; aos trimestres subsequentes coube um percentual de 27,4%, 25,6% e 17,9% respectivamente. (ver gráfico — VI) É curioso observar que o ano de 1976, com relação a este aspecto, apresentou o mesmo comportamento. Possivelmente o primeiro trimestre por corresponder ao período de férias, apresenta uma procura mais significativa dos serviços que os outros, devendo o Programa atentar para o perigo do chamado "turismo de baixa renda".

Numa perspectiva de recuperação e reintegração social da clientela atendida, o programa "Ajustamento Social" desenvolveu atividades pertinentes aos setores médico, odontológico e social, tendo-se ressentido de profissionais da área psico-pedagógica e psiquiátrica, para complementação dos serviços prestados. Isto acarreta sobrecarga de trabalho para os outros profissionais, principalmente para o assistente social, que se vê obrigado a executar atividades burocráticas, em detrimento das atividades técnicas.

GRAFICO - VI

CLIENTELA ATENDIDA PELO SISTEMA AJUSTAMENTO SOCIAL EM 1977, POR MÊS.




A tabela VII possibilita uma visão quantitativa das atividades desenvolvidas pelo programa, em 1977. Cumpre esclarecer que o item " ajuda supletiva " significa a prestação de ajuda financeira para aquisição de alimentação, equipamento para o trabalho, órtese, fotografia, ajuda para viagem etc. Ainda para efeito da estatística do Programa, considera-se orientações diversas as informações prestadas à clientela no que se refere à aposentadoria ( renda mensal vitalícia ) internamento hospitalar, colocação familiar etc.

Embora não conste da tabela VII, foram realizadas para os internos do CAS, cuja problemática exige tratamento prolongado, atividades de lazer, religiosas e de laborterapia tais como: comemorações (Páscoa, Dia das Mães, Natal e Ano Novo); Jogos de salão, filmes, leitura, horticultura, jardinagem, conserto de calçados, limpeza da área interna e externa do CAS, serviço de pintura, encaminhamento a cultos na comunidade e recepção a grupos religiosos.

TABELA — VII

SERVIÇOS PRESTADOS PELO PROGRAMA "AJUSTAMENTO SOCIAL", EM 1977, POR SETOR DE ATUAÇÃO

| Setor Odontológico | N.º | Setor Médico | N.º | Setor Social | N.º |
|---|---|---|---|---|---|
| Consulta Dentária .... | 1.890 | Atendimento Médico .. | 792 | Documentação p/o trabalho ..... | 359 |
| Extrações ..... | 955 | | | Doação de Medicamento ..... | 502 |
| Obturações ..... | 3.122 | Internamento ..... | 44 | Passagens p/retorno ao domicílio .. | 711 |
| Curativos ..... | 2.503 | | | Ajuda Supletiva ..... | 314 |
| Tratamento Completo .. | 30 | | | Cursos Profissionalizantes ..... | 02 |
| | | | | Utensílios domésticos ..... | 01 |
| | | | | Orientações Diversas ..... | 4.835 |
| | | | | Encaminhamento à: | |
| | | | | . Rede Mospitalar ..... | 1.271 |
| | | | | . Obras de menor e idoso ..... | 85 |
| | | | | Mercado de trabalho ..... | 85 |
| | | | | . Unidade de Assistência a Adultos | 112 |

Obs. A clientela utilizou mais de uma modalidade de serviço.

No sentido de aprimorar o atendimento à clientela, prevê-se para 1978, a reestruturação administrativa do CAS, tendo neste sentido sido designado um grupo para proceder aos estudos necessários. A medida seguinte será a regularização do quadro de pessoal, que funciona em caráter provisório. Após constituidos os grupos de trabalho que comporão os diversos setores do CAS, serão realizadas reuniões de serviço visando à organização interna dos mesmos. Feito isto, cada setor passará a operar e avaliar continuamente o sistema de trabalho adotado. Desta forma, espera-se chegar ao final de 1978, com resultados ainda mais satisfatórios que os alcançados em 1977.

**Programa Estadual de Emprego**

Segundo a política atual do Governo, o desenvolvimento social deve ser compreendido como um processo de elevação do nível de bem estar da população. Para que tal se processe, torna-se imprescindível a criação de um conjunto de medidas a serem adotadas nos setores econômico e social, visando atender as necessidades da população e beneficiar, particularmente, aquela faixa populacional que, em maior ou menor proporção, encontra-se a margem do processo de produção e consumo de bens e serviços gerados pela economia.

O Emprego, observado em toda a sua amplitude, é o elemento primordial para fazer face a situações dessa natureza e, como tal, constitui-se no núcleo central da política socia do Governo.

O subemprego e o setor informal de trabalho assumem características notadamente importantes, no contexto social do país, constituindo-se, também, em objeto de intervenção dos mecanismos criados pelo Governo, para atendimento ao Setor Trabalho.

O Sistema Nacional de Emprego — SINE, caracteriza-se como um dos mecanismos institucionalizados, destinados a intervir naquele setor. Sua implantação no Espírito Santo, deriva do Convênio SINE/MTb 18.01.76, celebrado entre o Ministério do Trabalho e o Governo do Estado tendo a Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social — SEBS, como entidade interveniente executora.

O SINE/ES — Programa Estadual de Emprego foi institucionalizado através do Decreto n.º 1.535-E de 1.º de novembro de 1977. É caracterizado por um conjunto de funções destinadas a promover a adequação entre a oferta e a procura de mão-de-obra, real e potencial, tendo em vista o desenvolvimento e a organização do mercado de trabalho no Estado do Espírito Santo. Como parte do Sistema Nacional de Emprego — Programa da Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, observa as diretrizes e normas gerais dele emanadas.

O SINE/ES opera a nível estadual, micro regional e local, através das unidades administrativas que compõem o Sistema, quais sejam:

a) Matriz Estadual

Sediada em Vitória, com função de planejamento e coordenação geral das atividades programadas. É encarregada da execução dos seguintes serviços:

- Estudos e pesquisas sobre mercado de trabalho
- Indicadores conjunturais de emprego
- Processamento, análise, armazenamento de informações
- Circulação de informações
- Entrosamento institucional
- Coordenação de Núcleos Micro Regionais
- Apoio logístico
- Cadastro de empresas
- Ampliação de oportunidades de emprego
- Projetos especiais.

b) Núcleo Micro Regional

Em número de 3, com sede nos Municípios de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares, devendo desempenhar funções de execução e coordenação de atividades em sua área de influência. É encarregado da prestação dos seguintes serviços:

- Coleta de informações
- Processamento, análise, armazenamento de informações
- Circulação de informações
- Intermediação de mão-de-obra
- Informação Profissional
- Articulação com recursos da comunidade
- Orientação e apoio a micro unidades de produção e ao setor informal do MT
- Coordenação dos postos locais
- Execução de projetos especiais.

c) Posto Local

Em número de 5, localizados nos municípios de Serra, Colatina, Guarapari, Nova Venécia e Alegre, vinculados aos Núcleos Micro Regionais com funções de execução,

notadamente no que se reporta ao serviço de Intermediação de mão-de-obra. É encarregado da prestação dos serviços abaixo relacionados:

- Coleta de informações
- Identificação da mão-de-obra
- Intermediação de mão-de-obra
- Identificação dos postos de trabalho
- Processamento e armazenamento de informações
- Fornecimento de informações
- Execução de projetos especiais.

Em 1977, foram desenvolvidas as seguintes atividades, relacionadas aos seguintes aspectos:

a) Estudos
- Diagnóstico da situação sócio-econômica do Estado, tendo em vista a elaboração do Projeto SINE/ES.

b) Elaboração de Trabalhos e Iniciativas de Execução
- Projeto de Implantação do Sistema Nacional de Emprego no Espírito Santo.
- Documento Básico do SINE/ES, destinado a orientar e normatizar o seu funcionamento.
- Manual de operacionalização do Serviço de Intermediação de Mão-de-Obra. em fase de complementação.
- Proposta orçamentária para 1978.
- Projeto de Cadastramento para 1978.
- Elaboração dos instrumentos a serem utilizados no Serviço de Intermediação de Mão-de-Obra (Cartão SINE, Protocolo, Solicitação de Recursos Humanos, Encaminhamento-Resposta e outros).
- Organização interna da Matriz Estadual.
- Execução do projeto de Cadastramento de Empresas, tendo cadastrado até 31/12, 2.830 estabelecimentos localizados no Município de Vitória, abrangendo os setores: indústria, comércio e serviços.

c) Criação de Facilidades Logísticas
- Locação e adaptação de imóvel para instalação da Matriz Estadual.
- Previsão e provisão de recursos materiais para funcionamento da Matriz Estadual.
- Locação e início de adaptação de imóveis para instalação do Núcleo Micro Regional de Vitória e respectivo Posto de Atendimento para as atividades específicas do Serviço de Intermediação de Mão-de-Obra.
- Recrutamento e seleção de pessoal.

d) Participação em Treinamentos
- Estágio de observação junto ao Programa Estadual de Emprego SINE/SC.
- II Seminário do Sistema Nacional de Emprego, realizado em Florianópolis – SC.
- III Seminário do Sistema Nacional de Emprego, realizado em Brasília — DF
- Participação na reunião de Coordenadores Estaduais do SINE, realizada em Brasília, sob a coordenação do SINE Nacional.

e) Entrosamento Institucional
- Delegacia Regional do Trabalho, tendo em vista a execução de atividades integradas, bem como a execução do projeto de Cadastramento de Empresas.
- Secretaria de Estado do Planejamento, tendo em vista a realização de estudos conjuntos.
- Federação das Indústrias do Espírito Santo, no sentido de buscar apoio para divulgação do SINE/ES junto à classe empresarial.

Através de Termos Aditivos, foram alocados recursos financeiros da ordem de Cr$ 2.033.325,45 (dois milhões, trinta e três mil, trezentos e vinte e cinco cruzeiros e quarenta e cinco centavos), cuja aplicação encontra-se detalhada nas tabelas VIII e IX.

**TABELA — VIII**

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DO RECURSO FINANCFIRO ALOCADO ATRAVÉS DO T.A. 01/76**

| Categoria Econômica | Crédito | Débito | Saldo |
|---|---|---|---|
| 3.1.2.0 | 60.000 | 16.631 | 43.369 |
| 3.1.3.2 | 153.000 | 152.917 | 83 |
| 3.1.4.0 | 5.000 | — | 5.000 |
| 4.3.4.0 | 106.000 | 94.808 | 11.192 |
| 4.3.5.0 | 176.000 | 128.122 | 47.878 |
| TOTAIS | 500.000 | 392.478 | 107.522 |

Obs. O recurso constante desta tabela, foi aplicado no período de 22.12.76 a 10.07.77.

**TABELA — IX**

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DO RECURSO FINANCEIRO ALOCADO ATRAVÉS DO T.A. 01/77**

| Categoria Econômica | Crédito | Débito | Saldo |
|---|---|---|---|
| 3.1.2.0 | 100.000,00 | 41.800,00 | 58.200,00 |
| 3.1.3.2 | 1.089.825,45 | 381.042,01 | 708.783.44 |
| 3.1.4.0 | 67.500,00 | 8.968,00 | 58.532.00 |
| 4.3.4.0 | 156.000,00 | 155.466,00 | 534,00 |
| 4.3.5.0 | 75.000,00 | 63.460.00 | 11.540,00 |
| 4.3.6.0 | 45.000,00 | 45.000,00 | — |
| TOTAIS | 1.533.325,45 | 695.736,01 | 837.589,44 |

O funcionamento efetivo do SINE/ES, através da Matriz Estadual, deu-se em princípios do mês de novembro. Mesmo assim, em uma primeira avaliação pode-se constatar que o seu desempenho vem se processando de maneira positiva, considerando as definições que já se conseguiu alcançar em um espaço de tempo relativamente pequeno e levando-se ainda em consideração o fato de que, sempre no início de funcionamento de qualquer atividade as dificuldades são maiores, requerendo, permanentemente, orientações e adaptações objetivando o aperfeiçoamento dos serviços a executar ou a prestar.

**Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos**

O processo de urbanização acelerada por que vem passando grande parte das cidades brasileiras, com ampla repercussão sobre o bem estar e a qualidade de vida da população, determinou a ênfase conferida pelo II PND aos aspectos sociais do desenvolvimento urbano. Com efeito, a alta densidade populacional, a crescente valorização imobiliária e a desordenada ampliação do perímetro urbano, vão, progressivamente, escasseando os espaços livres e os equipamentos e instalações destinados à recreação, ao desporto e às atividades sócio-culturais de integração comunitária.

Estudos feitos pela Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana — CNPU, IPEA e Ministérios da área social, recomendaram, face à situação configurada, a implantação de unidades integradas de prestação de serviços sociais e de promoção de atividades complementares aos grandes programas de habitação, abastecimento d'água, saneamento, transportes coletivos etc. Como instrumento desta política, foi criado pelo Decreto Federal n.º 75.922 de 1.º de julho de 1975, o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, com a finalidade de **"promover a integração social nas cidades, através do desenvolvi-**

**mento de atividades comunitárias, nos campos da educação, cultura e desporto, da saúde e nutrição, do trabalho, previdência e assistência social e da recreação e lazer"**

O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, apresenta uma tipologia básica, assim constituida:

1 — CSU tipo S, com área construida da ordem de 600 m2 e custo unitário aproximado de Cr$ 1,8 milhão (preço de 1975), contendo duas salas de aula, biblioteca, salão de atividades múltiplas, bar-lanchonete, depósito, administração, vestiários e instalações sanitárias e quadras para a prática desportiva.

2 — CSU tipo B, com área construida da ordem de 1.250 m2 e custo unitário estimado em Cr$ 3,8 milhões (preço de 1975), compreendendo além das facilidades de que disporão os do tipo C (ampliadas), ateliés para atividades artísicas e cursos profissionalizantes, gabinete médico-odontológico e agência de emprego e de atendimento previdenciário.

3 — CSU tipo A, com área construida da ordem de 2.400 m2 e custo unitário de Cr$ 1,5 milhões (preço de 1975), compreendendo, além das facilidades de que disporão os de tipo B (ampliadas), unidade ambulatorial, conjunto de piscina e creche.

Foi prevista para o período compreendido entre 1975-1979. a implantação de aproximadamente 600 Centros Sociais Urbanos, o que representa um investimento estimado a preços de 1975, de Cr$ 2,15 bilhões. Deste total, 22 unidades foram destinadas às cidades de grande e médio porte do Espírito Santo, conforme demonstra a tabela X.

Em 1977, a coordenação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, no Estado, desenvolveu as seguintes atividades, relacionadas aos seguintes aspectos:

a) Estudos

- Pesquisa junto aos sindicatos da Grande Vitória, visando obter subsídios para a definição de um programa integrado entre a SEBS e as referidas entidades.
- Pesquisa sócio-econômica e demográfica nas áreas onde se localizarão as unidades de Centro Social Urbano nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Aracruz, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Nova Venécia.

b) Elaboração de Trabalhos e Iniciativas de Execução

- Programação complementar das atividades a serem desenvolvidas no período 76/79, visando a aprovação e subsequente liberação de recursos financeiros em favor do programa.
- Programação Básica das Unidades de Centro Social Urbano de Boa Vista, em Vila Velha, e de Santo Antônio, em Vitória.
- Projeto intitulado "Proposta de Atendimento aos Sindicalizados da Grande Vitória", através do Centro Social Urbano de Santo Antônio, encaminhado ao Ministério do Trabalho, visando obter recursos financeiros para execução das atividades previstas.
- Adequação da Programação Básica do Centro Social Urbano de Boa Vista, às exigências do Banco Nacional de Habitação, com vistas à obtenção de assistência financeira daquele órgão.
- Adequação da estrutura operativa e dministrativa do Centro Social Urbano, adotada a nível nacional através da instrução n.º 4 de 24 de janeiro de 1977, à realidade do Espírito Santo.
- Elaboração do material destinado à divulgação do programa e à motivação da comunidade para participar das atividades do Centro Social Urbano.
- Construção do Centro Social Urbano de Boa Vista, em Vila Velha, com inauguração prevista para março de 1978.
- Construção do Centro Social Urbano de Santo Antônio, em Vitória, com inauguração prevista para abril de 1978.

c) Entrosamento Institucional

- Com as Secretarias de Estado da área social, autarquias, fundações, e outros órgãos federais e estaduais, visando obter aquiescência da sua participação na programação do CSU, desenvolvendo atividades afetas à sua área operacional.
- Com o Banco Nacional de Habitação, no sentido de obter assistência financeira daquele órgão.
- Com a Caixa Econômica Federal, para agilizar a liberação de recursos financeiros destinados à construção de CSU.
- Com as Prefeituras Municipais de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Nova Venécia, para iniciar e acelerar os processos de doação dos terrenos onde serão construidos Centros Sociais Urbanos, naqueles municípios.
- Com a COHAB-ES, Aracruz Florestal e Instituto de Bem Estar Social — IBES, para inicial e acelerar o processo de doação de terrenos nos municípios da Serra, Linhares, Aracruz e Vila Velha (IBES), respectivamente.
- Com a Capitania dos Portos, Serviço de Patrimônio da União e Prefeitura Municipal de Vitória, com vistas à obtenção gratuita da área onde será construido o Centro Social Urbano de Andorinhas, em Vitória.

d) Criação de Facilidades Administrativas

- Acompanhamento dos processos que tramitam na Casa Civil, Secretaria de Estado do Planejamento, Assembléia Legislativa, Secretaria de Estado da Fazenda e Departamento de Edificações e Obras, para obtenção dos seguintes documentos: Lei que autoriza a operação de crédito, balanços patrimoniais e financeiros do Estado, preenchimento de formulários diversos, garantias do ICM e projetos arquitetônicos, para instruir os processos de solicitação, junto à Caixa Econômica Federal, de recursos financeiros do Fundo Perdido e financiamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.
- Obtenção das escrituras de doação dos terrenos destinados à construção de Centro Social Urbano, nos municípios de Aracruz, Vila Velha (IBES), Linhares e Serra
- Aprovação pela Coordenação Nacional do Programa, de oito unidades de Centro Social Urbano, a serem construidos em Vitória, Vila Velha, Serra, Aracruz, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Nova Venécia.

Para fazer face a despesas com a construção do CSU de Santo Antônio e de Boa Vista, foram alocados recursos financeiros da ordem de Cr$ 8.137.000,00 (oite milhões, e cento e trinta e sete mil cruzeiros), das fontes discriminadas na tabela XI.

Para o exercício de 1978, prevê-se a construção de oito unidades de CSU, com localização (micro e macro) prevista para as seguintes áreas: Vitória (Andorinhas), Vila Velha (IBES), Serra (Conjunto Habitacional Hélio Ferraz), Cachoeiro de Itapemirim (Trevo), Colatina (Bairro Honório Fraga), Linhares (Conjunto Habitacional Juparanã), Nova Venécia (Conjunto Habitacional Nova Venécia I) e Aracruz (Conjunto Habitacional Aracruz III).

1 — Decreto n.º 75.922 de 1.º.07.1975, Art. 1.º.

*TABELA - X*

*QUADRO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS NO ESPÍRITO SANTO.*

| LOCALIZAÇÃO | Previsão de C.S.U. segundo quantidade e tipo | | | | Cronograma de Execução de Metas Físicas | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade/Tipo | | | | A N O S | | | | |
| | A | B | C | Total | 75/76 | 77 | 78 | 79 | Total |
| 1. Vitória | - | 1 | 2 | 3 | 1 | 1 | - | 1 | 3 |
| 2. Vila Velha | - | 1 | 2 | 3 | 1 | 1 | - | 1 | 3 |
| 3. Cariacica | - | - | 2 | 2 | - | - | 1 | 1 | 2 |
| 4. Serra | - | - | 2 | 2 | - | 1 | 1 | - | 2 |
| 5. Cachoeiro de Itapemirim | - | - | 1 | 1 | - | 1 | - | - | 1 |
| 6. Colatina | - | - | 2 | 2 | - | 1 | - | 1 | 2 |
| 7. Linhares | - | - | 1 | 1 | - | 1 | - | - | 1 |
| 8. São Mateus | - | - | 1 | 1 | - | + | 1 | - | 1 |
| 9. Alegre | - | - | 1 | 1 | - | - | 1 | - | 1 |
| 10. Nova Venécia | - | - | 1 | 1 | - | 1 | - | - | 1 |
| 11. Aracruz | - | - | 1 | 1 | - | 1 | - | - | 1 |
| 12. Anchieta | - | - | 1 | 1 | - | - | 1 | - | 1 |
| 13. Ecoporanga | - | - | 1 | 1 | - | - | 1 | - | 1 |
| 14. Pancas | - | - | 1 | 1 | - | - | 1 | - | 1 |
| 15. Barra de São Francisco | - | - | 1 | 1 | - | - | 1 | - | 1 |
| TOTAL | - | 2 | 20 | 22 | 2 | 8 | 8 | 4 | 22 |

TABELA — XI

RECURSOS FINANCEIROS ALOCADOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS CENTROS SOCIAIS URBANOS, EM 1977

| Fonte de Recursos | VALOR | | | Valor do Reajustamento da Obra (Recurso Pleiteado) |
|---|---|---|---|---|
| | Desembolsado | A desembolsar | Total | |
| União (Fundo Perdido) ..... | 3.119.000 | 590.000 | 3.709.000 | 1.565.562 |
| Estado do Espírito Santo — Próprios | 1.148.000 | 1.439.000 | 2.587.000 | — |
| Financiado (CEF/FAS) ..... | 469.000 | 1.372.000 | 1.841.000 | 1.565.562 |
| TOTAL ..... | 4.736.000 | 3.401.000 | 8.137.000 | 3.131.124 |

**Programa de Atendimento e Promoção de Populações Migrantes e de Baixa Renda**

Poucas são as atividades políticas no campo do desenvolvimento sócio-econômico que não têm implicações nas áreas de migração e distribuição da população.

Estas, constituem a causa e efeito das condições econômicas e sociais que se manifestam na estrutura política administrativa da sociedade.

A migração está relacionada diretamente à expectativa de obtenção de melhores condições econômicas e sociais para o migrante e seus familiares e, neste contexto, ressaltam-se os aspectos inerentes à variável emprego. Deste modo, o processo migratório reflete a própria redistribuição de recursos humanos resultante das diferenças de oportunidades prevalentes em áreas distintas. Esse processo nem sempre ocorre de maneira uniforme face aos desequilíbrios decorrentes das imperfeições do mercado de trabalho e da insuficiência dos setores produtivos na absorção de mão-de-obra.

Desses fatos decorre, então, uma gama de problemas, especialmente nas áreas de atração urbana onde se destacam as variáveis desemprego, adaptação dos migrantes ao novo "Habitat" e aumento dos deficits na infra-estrutura dos centros urbanos.

A responsabilidade de coordenar as atividades relacionadas às migrações internas, dentro da área geral de recursos humanos, foi atribuída especificamente ao Ministério do Interior (Decreto Lei 200 de 25 de fevereiro de 1976), através da Coordenação de Estudos Sócio-Econômicos — CESE. Visando desenvolver a política nacional de migrações internas, o MINTER implementou um Sistema de Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes — CETREMI, os quais atenderiam, a curto prazo as necessidades mais prementes dos migrantes e seriam utilizados, ao mesmo tempo, como fonte de informações básicas sobre os movimentos migratórios.

No Espírito Santo, o Projeto CETREMI — Programa de Atendimento e Promoção de Populações Migrantes e de Baixa Renda, foi implantado através de convênio firmado em 27.07.77 entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado, tendo a SEBS como órgão interveniente e executor.

Especialmente o Programa deverá atender à população migrante através da prestação de serviços concretos e gerir, a nível estadual, as atividades do Projeto SIMI — Sistema de Informações Sobre Migrações Internas, orientado pela Coordenadoria Técnica da REMI-RJ. O Projeto SIMI objetiva dotar o Ministério do Interior de um instrumento capaz de coordenar e normatizar o uso e a disseminação de informações sobre movimentos de população em todo o território nacional com a finalidade de orientar as decisões sobre uma política nacional de migrações internas.

A operacionalização do Programa no Espírito Santo, será levada a efeito através de uma estrutura organizacional assim constituida.

1 — GRUPO CENTRAL DE COORDENAÇÃO, com as funções de programar, implantar e coordenar a execução do Programa junto às unidades locais.

2 — POSTOS DE RECEPÇÃO, localizados em pontos estratégicos com a função de contactar, receber e encaminhar a clientela, para os Postos de Atendimento.

3 — POSTOS DE ATENDIMENTO, onde será centralizada a prestação de serviços como:

a) Hospedagem e alimentação
b) Documentação civil e para o trabalho
c) Passagens
d) Treinamento e colocação.

Tendo em vista a implantação do programa, foi assinado em 20 de julho, termo de convênio no valor de Cr$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), entre o Governo do Estado e o Ministério do Interior. Ainda em 1977 foram desenvolvidas as seguintes atividades, relacionadas aos seguintes aspectos:

a) Estudos

. Participação de um membro da coordenação nas reuniões de estudo para reestruturação do Centro de Ajustamento Social, um dos órgãos executores do Programa.
. Estudo para reforma e adaptação de imóvel, visando atender as necessidades técnico-administrativas do Posto de Atendimento.
. Estudo sobre o Fluxo de Trabalho dos Postos de Atendimento e Informação do Programa.

b) Elaboração de Trabalhos e Iniciativas de Execução:

. Plano de trabalho a ser desenvolvido pelo Programa, no Estado, para aprovação e posterior liberação do recurso financeiro, nas condições fixadas em convênio.
. Projeto de treinamento do pessoal técnico e de apoio ao programa, a ser desenvolvido em duas fases.
. Projeto de pesquisa, tendo em vista a obtenção de informações que venham subsidiar a implantação do programa.

c) Participação em Treinamentos e Estágios de Observação.
- Junto ao Programa de Atendimento e Promoção de Populações Migrantes e de Baixa Renda, desenvolvido pela Secretaria de Trabalho e do Bem Estar Social — SETRABES, da Bahia.
- Junto à Representação do Ministério do Interior no Rio de Janeiro — REMI-RJ, através de reuniões de serviço com os técnicos encarregados de orientar a implantação e execução do programa.
- No treinamento da equipe tecnica, responsável pela coordenação e execução do programa (1.ª fase)

d) Criação de Facilidades Logísticas:
- Provisão do equipamento e material permanente necessário ao funcionamento do programa.
- Recrutamento e Seleção de Pessoal.
- Contatos com fotos, pensões, farmácias, hotéis, bares e lanchonetes, para firmar convênios destinados ao atendimento à clientela do Programa.

e) Entrosamento Institucional:

- Com a Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando atuação conjunta no projeto SIMI.
- Com a Companhia Vale do Rio Doce, tendo em vista a obtenção local na Estação Ferroviária para funcionamento do Posto de Informação do Programa.
- Com a Prefeitura Municipal de Vitória e Departamento de Trânsito — DETRAN, visando obter licença para instalação de um posto de informação do Programa na Praça Misael Pena, próximo à estação rodoviária.
- Com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, visando obter a sua colaboração na execução do Programa.

O recurso financeiro destinado ao programa será liberado em duas parcelas de Cr$ 750.000,00. Em 1977, foi liberada uma parcela, permitindo a realização de despesas da ordem de Cr$ 150.168,10 (ver tabela XII). Para o exercício de 1978, há um saldo remanescente de Cr$ .... 1.349.831,90 que acrescido de Cr$ 2.000.000,00 (valor do recurso financeiro reservado para o programa em 1978), somará Cr$ 3.349.831,90, valor total de que disporá o programa no exercício de 1978.

**TABELA — XII**

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DO RECURSO FINANCEIRO DESTINADO AO PROGRAMA DE ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DE POPULAÇÕES MIGRANTES E DE BAIXA RENDA, EM 1977**

| Categoria Econômica | Crédito | Débito | Saldo |
|---|---|---|---|
| 3.1.1.1 | 143.308,00 | — | 143.308,00 |
| 3.1.2 | 152.550,00 | 72.247,00 | 76.303,00 |
| 3.1.3.01 | 85.400,00 | — | 85.400,00 |
| 3.1.3.02 | 425.718,00 | 2.883,60 | 422.834,40 |
| 3.1.4 | 49.000,00 | — | 49.000,00 |
| 4.1.3 | 551.855,00 | 71.037,50 | 480.817,50 |
| 4.1.4 | 62.169,00 | — | 62.169,00 |
| Reserva Técnica | 30.000,00 | — | 30.000,00 |
| TOTAL | 1.500.000,00 | 150.168,10 | 1.349.831,90 |

Conforme se pode verificar, as atividades desenvolvidas em 1977, foram tipicamente da fase de implantação do Programa. O funcionamento da forma como foi planejado, está previsto para princípios de 1978.

O prazo de duração do programa no Estado é de 3 (três) anos; porém, poderá se estender por um período maior, caso solicitação neste sentido seja encaminhada ao Ministério do Interior.

**Criação e Difusão Cultural**

A Fundação Cultural do Espírito Santo foi criada pela Lei n.º 2.307, de 17.11.67, instituida pela Lei n.º 2.468, de 24.11.69, com modificações introduzidas pela Lei n.º 2.667, de 20.12.71 e, posteriormente, pela Lei n.º 3.043, de 31 12.75 que a vinculou à Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social.

Anteriormente vinculada à então Secretaria de Educação e Cultura, era regida pelo decreto n.º 039-N, de 30.01.70, com as modificações que lhe foram introduzidas pelo decreto n.º 242-N, de 14.06.72.

Objetivando ajustá-la a dispositivos da Lei 3.043 e ao mesmo tempo torná-la mais funcional e consequentemente adequada a enfrentar novas situações, teve seu Estatuto aprovado mediante decreto n.º 1.023-N de 23 de junho de 1977. Tal instrumento, além de alterar a sua vinculação, modificou a estrutura organizacional da Diretoria Executiva que passou a ser integrada por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Rádio e Televisão.

Gozando de autonomia administrativa e financeira, a Fundação Cultural do Espírito Santo tem por objetivo programar e executar a política cultural estabelecida pelo Governo do Espírito Santo, compreendendo os seguintes aspectos:

a) propugnar pelo desenvolvimento da cultura em todas as suas modalidades congregando, para isso, as associações com igual destinação;

b) colaborar com o Poder Público no preparo, execução e fiscalização de programas artísticos, científicos e culturais que se realizam no Estado;

c) criar e estimular centros artísticos, científicos e culturais como teatros, coros, bailados, orquestras, bem como bibliotecas, museus, emissoras de rádio e televisão e publicações relativas a tais setores;

d) incentivar e promover a realização de festivais, seminários, temporadas e programas de intercâmbio cultural, artístico e científico;

e) estimular por todos os meios a revelação de vocações artísticas, através de cursos de aperfeiçoamento, concessão de bolsas de estudo e outros auxílios;

f) concorrer para maior divulgação, em âmbito nacional e internacional das realizações espírito santenses nas artes, letras e ciências;

g) executar planos de cooperação entre o Poder Público e as instituições culturais com vistas à realização do plano estadual de cultura;

h) proceder a preparação de pessoal auxiliar e o aperfeiçoamento e especialização do pessoal técnico necessário às suas atividades.

A pesquisa, estudo, planejamento, programação e execução setorial das atividades e projetos executados pela Fundação Cultural do Espírito Santo cabe às Coordenações Culturais, em número de oito, que abrangem as seguintes áreas:

Coordenação de Artes Plásticas.
Coordenação de Atividades Teatrais.
Coordenação de Bibliotecas
Coordenação de Ciências Humanas e Cultura Popular
Coordenação de Atividades Cinematográficas
Coordenação de Museus
Coordenação de Música
Coordenação de Radiodifusão.

O Programa de Criação e Difusão Cultural, a cargo da Fundação Cultural do Espírito Santo em 1977, compreendia os seguintes Projetos:

a) **Ampliação da Rádio Espírito Santo** — com dotação orçamentária no valor de Cr$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), que não foi possível realizar em sua totalidade por ter sido insuficiente e, também, por necessitar de liberação prévia dos recursos que permitisse o depósito indispensável à importação de equipamentos sem similar nacional;

b) **Construção da Sede da Fundação Cultural do Espírito Santo** — com um destaque no valor de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), que não chegou a ser liberado em decorrência da possibilidade de alojar os serviços administrativos da Fundação, em dependências a serem desocupadas pela Secretaria de Estado da Educação, no Edifício das Fundações;

c) **Construção do Teatro de Arena** — contou com recursos orçamentários no valor de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), que não foram transferidos. Entretanto, com recursos da ordem de Cr$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzeiros), financiados pela Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, foi iniciada a construção, no antigo Mercado da Capixaba, que será concluída em 1978, com subvenção já alocada por aquela Fundação da área federal. As obras estão sendo executadas sob a responsabilidade do Departamento de Edificações e Obras;

d) **Construção e Aparelhamento de uma Galeria de Arte** — foram aplicados os Cr$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil cruzeiros), consignados no Orçamento de 1977 nas obras de adaptação da sobreloja do Edifício das Fundações onde, atualmente, funciona a Galeria de Arte "Homero Massena";

e) **Construção do Museu do Som e da Documentação** — contemplado com Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), para investimento em estudos de localização e de arquitetura, em 1977 tornou-se possível o levantamento de alternativas para sua implantação, isolada ou acoplada a outro órgão da própria Fundação;

f) **Preservação do Patrimônio Histórico do Espírito Santo** — as providências preliminares para sua concretização foram adotadas e constaram da assinatura de contrato de prestação de serviços técnicos com a Fundação Jones dos Santos Neves. As fases A e B dos estudos de recuperação e reconstrução do patrimônio histórico do Porto de São Mateus foram estimados em Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), solicitados à Secretaria de Estado da Fazenda, por conta da dotação de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) de recursos estaduais com que foi contemplado o Projeto, mas que não chegaram a ser liberados. O Projeto se compatibiliza com o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas, do Governo Federal e o convênio a ser firmado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado, foi apreciado pela Fundação Cultural e restituído à referida Secretaria;

g) **Implantação de uma Emissora Geradora de Televisão Educativa** — este Projeto contou com recursos da ordem de Cr$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) que foram liberados à conta do Fundo Especial e permitiram sua implantação.

Em relação às atividades, o Programa de Criação e Difusão Cultural foi contemplado com recursos orçamentários da ordem de Cr$ 9.525.000,00 (nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil cruzeiros), sendo Cr$ ..... 8.525.000,00 (oito milhões, quinhentos e vinte e cinco mil cruzeiros) a título de Serviços Administrativos da Fundação, inclusive de suas unidades executoras, e Cr$ ..... 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), para Desenvolvimento de Programas Culturais. Tais recursos orçamentários, mesmo acrescido da Receita Industrial, durante a sua execução, se revelaram insuficientes, levando a Fundação Cultural a solicitar à Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social, um crédito adicional da ordem de Cr$ 8.807.600,00 (oito milhões, oitocentos e sete mil e seiscentos cruzeiros) à conta de dotações de outras fontes.

No âmbito das atividades realizadas pela Fundação Cultural em 1977, merecem destaque os seguintes aspectos:

a — **Radiodifusão** — Atividade executada pela Rádio Espírito Santo, sob a supervisão direta da Coordenação de Radiodifusão, teve sua programação modificada na segunda metade do ano, quando novos programas a ela foram incorporados de forma a torná-la uma emissora que convencionalmente se denomina de eclética.

Na realidade durante o seu funcionamento, cobrindo as 24 horas do dia, a Rádio Espírito Santo apresenta condições de atender aos mais variados matizes de público ouivnte, desde o mais simplório até o mais exigente e sofisticado.

Quando ainda não se achava concluida a nova programação, o que somente aconteceu a partir de outubro, pesquisa realizada pelo IBOPE, compreendendo o primeiro trimestre do ano, apontou a Rádio Espírito Santo em terceiro lugar no item geral de audiencia, com 3.6, tendo melhorado a sua posiçao anteriormente aferida que a apontava com 3.2. No ano anterior estava em quarto lugar, primeiro com 2.3 em maio de 1976 e depois com 2.7 em outubro.

b — **Teatro** — As atividades na área teatral que vinham sendo executadas unicamente pelo Teatro Carlos Gomes, sob a supervisão direta da Coordenação de Atividades Teatrais, receberam, em 1977, maior incentivo da Fundação Nacional de Arte — FUNARTE que, mediante convênio destinou a tais atividades a quantia de Cr$ .... 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), com a seguinte especificação:

| | | |
|---|---|---|
| Reforma e reequipamento do Teatro Carlos Gomes ..... | Cr$ | 300.000,00 |
| Construção e equipamento do Teatro de Arena ..... | Cr$ | 400.000,00 |
| Aquisição de equipamento necessário à montagem do Circo da Cultura .. | Cr$ | 300.000,00 |

Durante o ano, o Teatro Carlos Gomes apresentou cento e vinte e seis (126) eventos variados, inclusive três internacionais. Com a variedade dos espetáculos apresentados, a Fundação Cultural do Espírito Santo procurou atingir a todas as platéias e aos gostos mais diversificados possíveis.

c — **Biblioteca** — É outra Atividade desenvolvida pela Fundação Cultural através da Biblioteca Pública e sob a orientação direta da Coordenação de Bibliotecas.

A média diária de atendimentos na Biblioteca Pública foi de 150 consulentes, com o funcionamento de segunda a sexta-feira, no período de 8,00 às 11,00 e de 13,00 às 18,00 horas e aos sábados de 8,00 às 12,00 horas.

Nesta Atividade, a Fundação Cultural desenvolveu o seu sistema de carros biblioteca que se constitui em realização de alto valor cultural e social e cujo objetivo é incutir na população o hábito da leitura, atendendo aos bairros de nível aquisitivo mais baixo e que não dispõem de bibliotecas fixas. Todo o acervo do novo carro biblioteca foi proporcionado à Fundação Cultural pelo Instituto Nacional do Livro e as obras são levadas ao leitor em sistema de empréstimo.

Em Vitória, a Fundação Cultural promoveu, em 1977, a VI Feira Capixaba do Livro que, segundo opinião unânime dos editores, se constituiu em um dos pontos mais marcantes da difusão cultural empreendida no Estado.

d — **Música** — A música é outra Atividade executada pela Fundação Cultural que vem recebendo o apoio do Governo Federal através da Fundação Nacional de Arte — FUNARTE. A Atividade compreendeu, em 1977, um total de setenta e quatro (74) apresentações diversas, inclusive 17 da Orquestra de Câmera e 18 do Coral da Fundação. Vinte e uma das 74 apresentações de música erudita contaram com recursos financeiros da FUNARTE que destinou Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) para a Atividade no Estado do Espírito Santo.

Além disso, foram realizadas vinte apresentações de balé e trinta e três outras da série "Música para Jovens" e, em consonância com a política de valorização e promoção de artistas locais, foram levadas a efeito dezoito apresentações dos mesmos e, ainda, seis eventos internacionais.

e — **Artes Plásticas** — Foi outra atividade implantada pela Fundação Cultural em 1977, principalmente a partir de março, quando foi inaugurada, no pavimento térreo do Edifício das Fundações, a Galeria de Arte "Homero Massena". Como marco inaugural foi realizada a I Exposição Coletiva de Artistas Plásticos Capixabas, no período de 30 de março a 20 de abril, que contou com 606 visitantes. Foram em número de trinta os artistas que expuseram na referida mostra, apresentando obras cujo valor variava de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) à Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

Em 16 exposições realizadas no período de março a dezembro, a Galeria de Arte "Homero Massena" recebeu a visita de 8.465, o que representa uma média mensal de 846 visitantes.

f — **Teledifusão** — A Atividade de Teledifusão que vem sendo executada pela TV-Espírito Santo, ainda em caráter experimental, também vinha sendo supervisionada pela Coordenação de Radiodifusão, tendo passado à responsabilidade da Diretoria de Rádio e Televisão por ocasião da criação da mesma, quando da aprovação do novo Estatuto da Fundação Cultural.

Grande parcela da programação apresentada pela emissora vem sendo proporcionada pela TV-Centro Brasileira — Educativa do Rio de Janeiro. Programas esportivos estão sendo apresentados ao vivo, principalmente do Rio e de São Paulo, via EMBRATEL.

A dificuldade na importação de equipamento sem similar nacional tem limitada a capacidade de operação da TV-Espírito Santo, canal 2, em caráter definitivo.

9 — **Museu** — Trata-se de Atividade até agora estática, diretamente executada pelo Museu do Colono, situado no município de Santa Leopoldina, o único com que conta a Fundação Cultural. Aberto de terça a domingo, de 9,00 às 11,00 e de 13,00 às 18,00 horas, tem mantido a mesma média de visitas do ano anterior, de 200 pessoas por mes, com pequena variação

h — **Cinematografia** — As Atividades referentes à Cinematografia começaram a ser implantadas em 1977 com o patrocínio de um curso de filmagem com equipamento Super - 8. A Coordenação de Atividades Cinematográficas está prevista para ser provida em 1978.

i — **Circo da Cultura** — Esta Atividade vem sendo desenvolvida com o apoio financeiro da FUNARTE e se caracteriza como um instrumento de interiorização da cultura.

Até setembro o Circo funcionou com equipamento alugado. A partir de outubro e graças ao convênio firmado em 4 de julho, a Fundação Cultural passou a contar com o seu próprio Circo. De outubro a dezembro foram apresentados doze espetáculos no Aterro da COMDUSA, na Ilha do Príncipe e quatorze na Praça Cristovão Jacques, no bairro de Santa Helena.

Em relação às Atividades-Meio, o fato mais significativo para a Fundação Cultural em 1977, foi, sem dúvida, a aprovação, em junho, de seu novo Estatuto. No entanto o Regimento que definiria a estrutura dos serviços técnicos e administrativos não chegou a ser aprovado em razão principalmente, de alteração que conduziu à substituição do então titular da Fundação.

O novo Diretor Presidente, nomeado em 7 de outubro, reestudando o Estatuto aprovado em 1977, identificou vários pontos de estrangulamento, optando pela elaboração de um diploma mais aperfeiçoado que corrigirá as distorções apresentadas e que será submetido ao Governo do Estado em 1978. A partir desta etapa será, então elaborado novo Regimento definindo toda estrutura do órgão e, também, um quadro de pessoal que venha a atender as prementes necessidades de Projetos e Atividades em execução.

RECURSOS FINANCEIROS — A Fundação Cultural do Espírito Santo, teve seu Orçamento aprovado para 1977, com uma receita da ordem de Cr$ 20.015.000,00 (vinte milhões e quinze mil cruzeiros), sendo: Cr$ .... 15.473.000,00 (quinze milhões, quatrocentos e setenta e três mil cruzeiros) relativos a Transferências do Tesouro do Estado e Cr$ 4.542.000 00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e dois mil cruzeiros) como Receita Industrial proporcionada pela Rádio Espírito Santo e pelo Teatro Carlos Gomes.

Do tal relativo a Transferências do Tesouro do Estado, Cr$ 10.305.000,0 (dez milhões, trezentos e cinco mil cruzeiros) se destinaram a Despesas Correntes e Cr$ 5.168.000,00 (cinco milhões, cento e sessenta e oito mil cruzeiros) à Despesas de Capital. O valor estimado como recursos próprios previu Cr$ 4.142.000,00 (quatro milhões, cento e quarenta e dois mil cruzeiros) para Despesas Correntes e Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) para Despesas de Capital. Desta forma, o Orçamento para Despesas Correntes totalizava Cr$ .... 14.447.000,00 (quatorze milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil cruzeiros) e para Despesas de Capital elevava-se a Cr$ 5.568.000,00 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros).

Tal Orçamento, durante a sua execução, ainda em julho, revelou-se insuficiente, obrigando a Fundação a solicitar à Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social um crédito adicional à conta da Reserva de Contingência da Secretaria de Estado do Planejamento.

## HABITAÇÃO POPULAR

O ano de 1977 foi produtivo para a Companhia Habitacional do Espírito Santo — COHAB-ES não somente no que concerne à produção de unidades habitacionais, como também no que diz respeito à tomada de posição administrativa que permitiram a viabilização de outros projetos habitacionais.

Assim, paralelamente à execução de programas habitacionais projetados em exercícios anteriores, a COHAB-ES adotou medidas destinadas à aquisição de novas áreas onde serão implantados outros conjuntos residenciais garantindo, com esta providência acautelador, a continuidade de todo o programa habitacional do Governo do Estado.

Dentro desse critério, destacaríamos a aquisição das áreas onde se implantarão os conjuntos residenciais Bairro das Flores e Fazenda Carapina, representando um total de 8.000 (oito mil) unidades.

A nível administrativo merecem destaque especial a criação de uma nova Diretoria dentro do organograma da Empresa, a Diretoria Administrativa, além da inauguração da sede própria de Companhia, localizada na Avenida Vitória.

Para a obtenção desses compensadores resultados, a Companhia Habitacional do Espírito Santo — COHAB-ES conseguiu em perfeita identidade de propósitos entre a sua Presidência e os seus três departamentos estanques — técnico, financeiro e administrativo, produzindo, através dessa unidade, um trabalho de equipe, coordenado e positivo.

A seguir, apresentamos a síntese das atividades desenvolvidas pela COHAB-ES durante o exercício de 1977, com vistas à execução do programa habitacional, uma das metas prioritárias de nossa administração.

1. ATIVIDADES TÉCNICAS

No exercício de 1977 a Companhia Habitacional do Espírito Santo — COHAB-ES concluiu 6 (seis) conjuntos residenciais — Carapina I, Linhares IV, São Mateus, Colatina III, Nova Venécia e Bairro dos Operários, sendo que os dois primeiros já foram entregues, aos respectivos mutuários.

O Conjunto Carapina I, com um total de 384 unidades residenciais representou um investimento da ordem de 25 milhões de cruzeiros.

O Conjunto São Mateus, com 50 unidades, custo 3,1 milhões de cruzeiros.

O Conjunto Bairro dos Operários, localizado em Colatina, com 80 unidades, representou um investimento da ordem de 2 milhões de cruzeiros.

O Conjunto Colatina III, com 140 unidades, custou 8,4 milhões de cruzeiros.

O Conjunto Nova Venécia, com 123 casas, custou 4,3 milhões de cruzeiros.

O Conjunto Linhares IV, com 121 unidades, representou investimento de 7,9 milhões de cruzeiros.

1.1 Obras em Execução

No mesmo ano, a COHAB-ES deu continuidade à construção dos conjuntos Santos Dumont, em Vila Velha, José de Anchieta, na Serra, e Juparanã, em Linhares.

O Conjunto Santos Dumont terá 780 unidades e representará um investimento de 73 milhões de cruzeiros.

O Conjunto José de Anchieta terá 1117 unidades e seu custo final está orçado em 91 milhões de cruzeiros.

O Conjunto Juparanã terá 842 casas e custará 35,9 milhões de cruzeiros.

Ainda em 1977 foram iniciados os trabalhos de construção dos acessos aos conjuntos residenciais de Vila Velha, com um investimento de 2,5 milhões de cruzeiros; os serviços de infra-estrutura dos conjuntos Santana I e Ferro e Aço, ambos localizados em Cariacica, orçados, respectivamente, em 3,3 milhões de cruzeiros e 10,4 milhões de cruzeiros e, também, as obras do Conjunto Eurico Salles localizado na Serra, com 400 unidades, representando um investimento da ordem de 31,7 milhões de cruzeiros.

1.2 Conclusão de Projetos

No exercício anterior a COHAB-ES concluiu os projetos de construção de mais dois conjuntos habitacionais na região da Grande Vitória. O primeiro, denominado Hélio Ferraz, terá 650 unidades e custará 55,5 milhões de cruzeiros, enquanto que o segundo, denominado Bairro das Flores, terá 3.700 unidades e representará o vultoso investimento de 309,9 milhões de cruzeiros.

1.3 Boa Vista

O vitorioso programa de Boa Vista, experiência pioneira de Lotes Urbanizados no Brasil continua sendo ampliado. Depois de obter excepcionais resultados em 1976, a Empresa resolveu dar maior amplitude ao projeto e financiou a construção de 150 residências de alvenaria em Boa Vista, dentro do regime de mutirão e utilizando-se dos recursos disponíveis para este fim. O custo dessas obras foi de 1,8 milhões de cruzeiros.

A COHAB-ES promoveu ainda a implantação de mais 400 embriões em Boa Vista, representando um investimento da ordem de 500 mil cruzeiros.

1.4 Fazenda Carapina

Iniciaram-se os entendimentos para a aquisição da Fazenda Carapina, ainda no ano passado. O projeto de aquisição foi aprovado pelo BNH e a transferência ocorreu nos primeiros dias do mês de janeiro último.

Na fazenda Carapina a COHAB-ES construirá um Conjunto residencial com cerca de 5 mil unidades, representando um investimento de 500 milhões de cruzeiros, o maior emprego de recursos que a Companhia já fez em toda a sua existência.

1.5 Quadras de Esportes

No exercício anterior a COHAB-ES promoveu a construção de quadras de esportes em Goiabeiras III, Andorinhas, Jabour, Santa Mônica, Jardim Colorado, Novo México e Vale Esperança, representando um investimento da ordem de 635 mil cruzeiros.

2. ATIVIDADES JURÍDICAS

Através de sua Assessoria Jurídica, a COHAB-ES promoveu a regularização de vários conjuntos residenciais que, concluídos e entregues aos mutuários, não chegavam a ter sequer os seus loteamentos originários aprovados.

Um dos conjuntos regularizados, o de Solon Borges, encontra-se habitado há mais de oito anos e não chegará a ter a compra da área onde foi erigido convenientemente regulamentada.

Além de Solon Borges, a Assessoria Jurídica promoveu a regularização jurídica dos seguintes conjuntos habitacionais:

Conjunto Habitacional Santana — Mun. de Cariacica

Conjunto Habitacional Aracruz — Mun. de Aracruz

Conjunto Habitacional Ibiraçu I — Mun. de Ibiraçu

Conjunto Habitacional Ibiraçu II — Mun. de Ibiraçu

Conjunto Habitacional Colatina I — Mun. de Colatina

Conjunto Habitacional Colatina II — Mun. de Colatina

Conjunto Habitacional São Mateus I — Mun. de São Mateus

Conjunto Habitacional São Mateus II — Mun. de São Mateus

Conjunto Habitacional Linhares I — Mun. de Linhares

Conjunto Habitacional Linhares II — Mun. de Linhares

Conjunto Habitacional Linhares III — Mun. de Linhares

Conjunto Habitacional Linhares IV — Mun. de Linhares

Conjunto Habitacional Colatina III — Mun. de Colatina

Conjunto Habitacional Boa Vista — Mun. de Vila Velha

Conjunto Habitacional Carapina I — Mun. da Serra.

A Assessoria Jurídica procedeu ainda à regularização dos Conjuntos José de Anchieta, Juparanã e Eurico Salles, em fase de conclusão. A Assessoria Jurídica promoveu a reintegração de posse de 4 (quatro) unidades residenciais habitadas irregularmente.

LICITAÇÕES

Durante o exercício de 1977 a COHAB-ES, através de sua Comissão de Julgamento de Licitações realizou 6

(seis) concorrências públicas para a realização de Serviços ligados ao programa habitacional no valor total de Cr$ 81.424.056,82 (oitenta e um milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, cinquenta e seis cruzeiros e oitenta e dois centavos).

Essas licitações se referiram aos serviços de terraplenagem dos conjuntos Juparanã e Hélio Ferraz, aos serviços de pavimentação, drenagem e esgotos sanitários para os Conjuntos Santana I e Ferro e Aço, construção de 400 unidades residenciais do Conjunto Eurico Salles e construção de 650 unidades do Conjunto Hélio Ferraz, com respectivos esgotos sanitários.

ATIVIDADE SOCIAL

Do permanente relacionamento mantido entre a Empresa e os seus mutuários, destacamos os seguintes aspectos:

a) Inscrições: No exercício de 1977 procuraram os escritórios da COHAB-ES, para efeito de inscrição à casa própria, 8.572 pessoas, 4.791 das quais residentes no interior e 3.784 restantes moradores da Grande Vitória.

b) Transferências: Foram realizadas 139 transferências de imóveis no exercício anterior, 61 no interior e 78 na Grande Vitória.

c) Seguro: Foram cobertas 53 casas de sinistros pela Companhia seguradora dos matuários. Desses, 25 o foram por morte, 11 por invalidez e 17 por danos físicos.

d) Análise de fichas: Para efeito de seleção e distribuição de unidades residenciais construídas pela Empresa, a COHAB-ES procedeu à análise de 4.855 fichas sócio-econômicos de pretendentes à própria e que se haviam inscritos mara os núcleos habitacionais de São Mateus, Linhares e Grande Vitória.

ATIVIDADES FINANCEIRAS

Para aplicação na aquisição de terrenos, construção de habitações e execução de obras de infra-estrutura, foram recebidos do BNH em 1977, recursos da ordem de Cr$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de cruzeiros).

Na aquisição específica de terrenos a COHAB-ES investiu 53 milhões de cruzeiros, importância aplicada na compra das áreas de terra onde serão implantados os conjuntos residenciais de Nova Venécia, Bairro das Flores e Fazenda Carapina, os dois últimos na região da Grande Vitória.

Em obras de infra-estrutura, realizadas no conjunto Santa Mônica, Santos Dumont, Santana e Ferro e Aço, a COHAB-ES despendeu recursos da ordem de 5,8 milhões de cruzeiros.

Na construção de conjuntos habitacionais Santos Dumont, Boa Vista, José de Anchieta, Eurico Salles, Nova Venécia, São Mateus, Linhares IV, Juparanã, São Mateus, Colatina III e Bairro dos Operários, a Companhia aplicou recursos no montate de 103 milhões de cruzeiros.

Dos contratos firmados com o BNH para diversas aplicações registrou-se, a 31 de dezembro, um saldo de 56 milhões de cruzeiros, que será aplicado nos conjuntos residenciais que estão sendo realizados neste exercício pela empresa.

A fim de dinamizar as obras que se encontraram sobre sua responsabilidade, a COHAB-ES aplicou recursos próprios no valor de 1,6 milhões em obras de infra-estrutra nos conjuntos Bairro dos Operários, Colatina III, Carapina I e na aquisição de terreno para núcleo residencial que abrigará as famílias da Favela do Pé Sujo, em São Mateus.

PRESTAÇÕES

No exercício de 1977 foi recebido dos mutuários da COHAB-ES a importância de 14,5 milhões de cruzeiros, representando um índice de cobrança da ordem de 96% (noventa e seis por cento), o que coloca a Companhia num lugar de destaque em relação às outras congêneres do resto do país.

Dos contratos firmados com as Prefeituras Municipais a COHAB-ES recebeu em 77 prestações de retorno no valor de 7,2 milhões de cruzeiros. Esses contratos se destinam à execução de obras de infra-estrutura.

Dos contratos firmados com o BNH efetuamos o retorno de prestações no valor de 8,2 milhões de cruzeiros.

BENEFÍCIO FISCAL

O Benefício Fiscal instituído pelo Decreto Lei 1.358, atingiu plenamente os seus objetivos no exercício de 1977. Efetivamente, no ano passado, 4.867 compareceram à Companhia para o recebimento de seus créditos, correspondentes a 31 milhões de cruzeiros o que representa um índice de 95,34% (noventa e cinco virgula trinta e quatro por cento) do total de seus 5.105 mutuários.

Apenas 238 mutuários não se habilitaram aos benefícios da Legislação apesar de a Empresa ter feito ampla divulgação da distribuição dos créditos através dos veículos de comunicação da Capital e do Interior.

## INTEGRAÇÃO SOCIAL DO MENOR

A FESBEM atende direta e indiretamente aos menores cujas famílias, em processo de marginalização sócio-econômico-cultural, carecem de meios adequados para satisfazer suas necessidades básicas, impedindo, assim, o desenvolvimento de condicionamentos negativos existentes no contexto social que estão inseridos.

As condições de vida do estrato da população que constitui a clientela da FESBEM pode ser caracterizada pelos seguintes fatores:

**— Baixos níveis de renda, habitaçao subhumana, subalimentaçao, analfabetismo, baixo nivel de escolaridade, baixos niveis sanitarios e de higiene, desqualificaçao profissional, insegurança social.**

Esses fatores propiciam, basicamente, a desorganização da estrutura familiar, ocasionando problemas de ordem sócio-econômica e comportamental:

**— Migrações internas, favelamento e desabrigo, subocupação adulta e de menores, mendicância e vadiagem, alcoolismo, doenças endemicas, doenças e deficiencias mentais, criminalidade e prostituição, abandono e orfandade, conduta anti-social.**

O Programa Integração Social do Menor tem como objetivo:

**Promover o bem estar do menor intervindo na problemática na qual o mesmo encontra-se inserido, visando ao atendimento de suas necessidades basicas: educação saúde, recreação, segurança afetiva e social.**

Desenvolve-se mediante atividades diversificadas que proporcionam ao menor um atendimento através de Unidades Educacionais sob o regime de internato, semi-internato e externato. Do mesmo modo propicia o aten-

dimento junto à família com a prestação de serviços diretos pelo Serviço Social e pelos Núcleos de Prevenção.

Em 1977 a FESBEM atendeu diretamente a um total de 8.145 menores conforme visualiza-se na tabela XIII.

**TABELA XIII**

DEMONSTRATIVO DOS MENORES ATENDIDOS PELA FESBEM — SEGUNDO UNIDADES OPERATIVAS

| Denominação | Nº de menores |
|---|---|
| Unidades Oficiais . . ..... | 2.889 |
| Unidades Convenentes . . . ..... | 875 |
| Núcleos de Prevenção . ..... | 4.381 |
| TOTAL . . . ..... | 8.145 |

As ações relacionadas com as referidas atividades são realizadas por diferentes Unidades Operacionais conforme discriminação a seguir por tipo de atendimento e unidade que empreende a ação.

1 — ATENDIMENTO AO MENOR ATRAVÉS DE UNIDADES EDUCACIONAIS

1.1 DAS UNIDADES OFICIAIS

As Unidades Educacionais da Rede Oficial da FESBEM, localizadas na Sede do Município de Cariacica, denominam-se: Centro de Recepção e Triagem-CRT, Instituto Profissional "Francisco Schwab" — IPFS, Instituto Presidente "Castelo Branco" e Centro de Reeducação Feminino — CRF.

O CENTRO DE RECEPÇÃO E TRIAGEM — CRT — com capacidade para 120 (cento e vinte) menores de ambos os sexos, na faixa etária de 03 a 17 anos, tem por finalidade o acolhimento provisório de menores em situação de carência ou de abandono, quando encaminhados pelo Juizado de Menores ou pelo Plantão do Serviço Social da Fundação.

Nesta Unidade são realizados estudos, orientação e encaminhamentos com base no diagnóstico e no plano de tratamento da equipe técnica.

O INSTITUTO PROFISSIONAL "FRANCISCO SCHWAB" — IPFS — com capacidade para 200 (duzentos) menores do sexo masculino, sob regime de internato, na faixa etária de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos, destina-se ao atendimento de menores encaminhados pelo CRT, objetivando oferecer condições favoráveis ao seu desenvolvimento bio-psico-social com vistas à sua integração social.

Destina-se o INSTITUTO PRESIDENTE "CASTELO BRANCO" a atender menores do sexo masculino, na faixa etária de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos, com conduta anti-social acentuada, sob regime de internato e com capacidade para 40 (quarenta) menores, os quais são encaminhados pelo Juizado de Menores.

O CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO — CRF — com capacidade para 50 (cinquenta) menores na faixa etária de 13 (treze) a 18 (dezoito) anos, atende sob regime de internato.

Essas menores que apresentam conduta anti-social acentuada, são encaminhadas pelo Juizado de Menores ou pelo Centro de Recepção e Triagem, a essa Unidade Educacional.

A natureza da problemática apresentada pelos menores portadores de conduta anti-social, clientela do Instituto Presidente "Castelo Branco" do Centro de Reeducação Feminino, são assemelhadas. Desse modo a finalidade dos mesmos é a reeducação através de estudos, orientações, proporcionando condições que favoreçam o desenvolvimento da personalidade e reorganização do comportamento objetivando a sua reintegração social.

A tabela XIV especifica o atendimento de menores nessas Unidades.

**TABELA XIV**

DEMONSTRATIVO DA PERMANÊNCIA MENSAL DE MENORES NAS UNIDADES OFICIAIS

| Meses | CRT | IPFS | IPCB | CRF | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| Janeiro . . . ..... | 84 | 41 | 20 | 08 | 153 |
| Fevereiro . . . ..... | 103 | 101 | 23 | 09 | 236 |
| Março . . . ..... | 106 | 104 | 21 | 09 | 240 |
| Abril . . . ..... | 101 | 109 | 21 | 09 | 240 |
| Maio . . . ..... | 107 | 97 | 19 | 13 | 236 |
| Junho . . . ..... | 113 | 96 | 32 | 19 | 260 |
| Julho . . . ..... | 108 | 90 | 35 | 16 | 249 |
| Agosto . . . ..... | 114 | 90 | 30 | 25 | 259 |
| Setembro . . . ..... | 111 | 99 | 31 | 22 | 263 |
| Outubro . . . ..... | 118 | 93 | 27 | 15 | 253 |
| Novembro . . . ..... | 113 | 101 | 32 | 31 | 277 |
| Dezembro . . . ..... | 114 | 49 | 36 | 24 | 223 |
| TOTAL . . . ..... | 1292 | 1070 | 327 | 200 | 2889 |

**1.1.1 Desenvolvimento das Atividades**

Em 1977 visando atingir as finalidades propostas, as Unidades desenvolveram ações integradas através dos setores de Saúde, Educação, Esporte e Recreação e Serviço Social.

a) Saúde

Engloba-se nesse setor as atividades dos serviços: Médico, Odontológico e Psicologia.

**Serviço Médico** — o atendimento médico prestado aos menores de todas as Unidades através do CRT, abrange os mais variados casos, conforme a tabela XV

**TABELA XV**

DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO MÉDICO

| Especificação | Total |
|---|---|
| Exames médicos | 1.201 |
| radiográficos | 273 |
| laboratoriais diversos | 287 |
| Internamento na enfermaria | 188 |
| Casos hospitalares | 32 |
| cirúrgicos | 04 |
| Altas da enfermaria | 144 |
| hospitalares | 12 |
| Testes tuberculínicos | 73 |
| Injeções intra-musculares | 782 |
| intra-venosas | 235 |
| Curativos | 5.036 |
| Vacina anti-variólica | 86 |
| Encaminhamentos ao Oftalmologista | 23 |
| Ortopedista | 50 |
| Ginecologista | 20 |
| Cardiologista | 06 |
| Dermatologista | 10 |
| Otorrinolaringologista | 10 |
| Urologista | 11 |
| Endrocrinologista | 08 |
| INPS | 187 |
| Nefrologista | 02 |
| Pneumologista | 01 |
| Gastroenterologista | 02 |
| Atestado de óbito | 01 |
| Medicações | 37.722 |

**Serviço Odontológico** — o Serviço Odontológico funciona no CRT e no IPFS, abrangendo aos demais menores das outras duas Unidades. As atividades consistiram em atendimentos especificados na tabela XVI.

**TABELA XVI**

DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO

| Especificação | Total |
|---|---|
| Atendimentos gerais | 2.219 |
| Tratamentos completo | 530 |
| de canais | 36 |
| Obturações diversas | 3.654 |
| Restaurações | 29 |
| Tartarotomias | 715 |
| Curativos | 590 |
| Pulpectomias | 44 |
| Extração de dentes temporários | 140 |
| permanentes | 166 |
| Alveolatomias | 37 |
| Sutras | 75 |
| Pontes móveis | 19 |
| Dentaduras | 01 |
| Total Geral | 8.255 |

**Serviço de Psicologia** — este Serviço funciona no IPCB e no CRF contando com a participação de dois técnicos especializados, que prestam atendimento diário aos menores.

As atividades desse setor prendem-se à realização de estudos através de entrevistas, testes de avaliação psicológica, reuniões e psicodiagnósticos, objetivando avaliar a necessidade de aprofundamento dos estudos dos casos e oferecer maior número de dados aos demais técnicos e auxiliares, bem como para utilização na interpretação psicológica, na orientação e acompanhamento dos menores. A tabela XVII demonstra as atividades desse serviço.

**TABELA XVII**

DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO PSICOLOGICO

| Especificação | Total |
|---|---|
| Entrevistas | 574 |
| Avaliação psicológica | 454 |
| Testes Aplicados | 88 |
| Estudos dos testes | 88 |
| Psico-diagnósticos | 84 |
| Orientação e acompanhamento | 497 |
| Reunião com menores | 145 |
| Reuniões com equipe técnica e de trabalho | 137 |
| Sessões de terapia | 295 |
| Atividades extras | 52 |

b) Educação

As atividades educacionais desenvolveram-se segundo três enfoques distintos, abrangendo a todos os menores internos no Ensino Fundamental ou Escolaridade, cursos profissioalizantes e artesanato.

Tal atividade tem como objetivo desenvolver e enriquecer as experiências dos menores através de informações, instruções e socialização, formando ou modificando seus hábitos, atitudes e habilidades.

**Escolaridade** — no CRT desenvolve-se um programa especial de Escolaridade dada a curta permanência dos menores naquela Unidade impedindo o desenvolvimento da proposta curricular do Ensino Regular.

Através da proposta curricular do Ensino Fundamental, foram ministradas aos menores internos no IPCB e IPPS, noções preliminares de comunicação e expressão, integração social, ciência e matemática.

Para o atendimento satisfatório e desenvolvimento dessa atividade, utilizaram-se Escolas da Comunidade pertencentes à Rede Oficial do Sistema Estadual de Educação, onde o aproveitamento dos menores foi, relativamente, positivo, conforme demonstra a Tabela XVIII.

**TABELA — XVIII**

DEMONSTRATIVO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR DE ALUNOS NO 1º E 2º GRAUS

| Discriminação | Total |
|---|---|
| No 1º grau | 38 |
| 1ª série | 43 |
| 2ª série | 35 |
| 3ª série | 38 |
| 4ª série | 19 |
| 5ª série | 11 |
| 6ª série | 09 |
| 7ª série | 01 |
| 8ª série | |
| No 2º grau | 01 |
| 1ª série | 195 |
| Total Geral | |

**Cursos Profissionalizantes** — O ensino profissionalizante foi ministrado no INSTITUTO PROFISSIONAL "FRANCISCO SCHWAB", atendendo a menores internos do sexo masculino, na fixa etária de 14 a 18 aos, visando oferecer conhecimentos técnicos a nivel médio buscando sua profissionalização para posterior colocaçã no mercado de trabalho.

Coforme registra a tabela XIX, podemos sentir o aproveitamento dos menores matriculados nos diversos cursos.

**TABELA — XIX**

DEMONSTRATIVO DAS ALUNOS MATRICULADOS SEGUNDO CURSOS PROFISSIONALIZANTES

| Discriminação | Nº de Menores |
|---|---|
| Marcenaria | 28 |
| Cerâmica | 24 |
| Lanternagem | 22 |
| Tipografia | 20 |
| Mecânica | 16 |
| Serralheria | 13 |
| Padaria | 10 |
| Sapataria | 10 |
| Encadernação | 09 |
| Total | 132 |

**Artesanato** — Estas atividades foram coordenadas por duas instrutoras de artesanato, visando estimular em todos os menores internos a auto-expressão, sensibilidade, habilidades artísticas e iniciação de aprendizado útil para a vida futura, através da ocupação de seu tempo disponivel.

Objetivando transferência de necessidades e liberação da enorme carga de agressividade dos menores, realizou-se trabalho mais livre e espontâneo, funcionando como terapia ocupacional.

O desenvolvimento dessas atividades permitiu que os menores internos participassem ativamente da II Mostra Coletiva de Artes Plásticas, promovda pela Fundação Cultural.

Foram realizados trabalhos tais como:

**Tapeçaria, bordado, pintura em tecido e em tela, trabalhos com feltro, cestaria, cabides, bichinhos de pano e de lã, bonecas de corda, colagem, móbiles, fantoches e cerâmica**

**Serviço de Integração Profissional** — SIP — o Serviço de Integração Profissional coordenou os encaminhamentos dos menores internos do IPFS e IPCB a empregos e/ou estágios, visando oferecer condições de profissionalização, maior oportunidade de contatos com a comunidade e capacitação profissional. Objetivou tambem, proporcionar condições psico-sociais aos menores para sua reintegração.

As atividades desenvolvidas por este serviço, complementaram os objetivos propostos pelo Setor de Educação.

**TABELA — XX**

DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL — SIP

| Especificação | Total |
|---|---|
| Cadastramento de Menores | 140 |
| Colocação em: empregos | 110 |
| estágios | 28 |
| Recolocação em empregos | 43 |
| Desligamento de Menores | 49 |
| Entrevistas com Menores | 278 |
| com empregadores | 710 |
| Visitas de acompanhamento | 354 |
| Cadastramento de empresas | 110 |
| Convênios realizados | 03 |
| Contratos efetuados | 04 |
| Seguros efetuados | 26 |
| Abertura de Caderneta de Poupança | 46 |

c) **Desporto e Recreação** — além do programa de Educação Fisica e Desporto, desenvolveram-se atividades recreativas com aulas semanais intercaladas, sob a orientação do Coordenador deste Setor, contando com a participação de bolsistas, alunos do Curso de Educação Física da UFES.

O programa contou com atividades que visaram desenvolver o fisico, o intelecto, a socialização e atenuar a agressividade dos menores internos nas Unidades. Foram desenvolvidas atividades, tais como:

1. **Atividades Desportivas**

**— Ginástica especializada, rítmica e de solo, atletismo, iniciação ao mini-basquetebol, iniciação ao voleibol, iniciação ao handbol, iniciação ao basquetebol, treinamento de futebol de campo e salão, sessões sobre a regra de basquetebol, sessões sobre a regra de futebol de campo e salão.**

2. **Atividades Recreativas**

**— Jogos de salão, torneio interno de futebol de campo e salão, partida amistosa de futebol de salão, torneio interno de basquetebol, visitas, passeios e excursões, dramatizações, comemorações de datas cívicas, natalicias e festivas.**

d) **Serviço Social** — em conformidade com as diretrizes da política do Bem Estar do Menor operacionalizada nas diversas programações, o Serviço Social, funciona nas unidades CRT, IPFS, CRF e IPCB desenvolvendo as atividades sintetizadas na tabela XXI.

T A B E L A - XXI

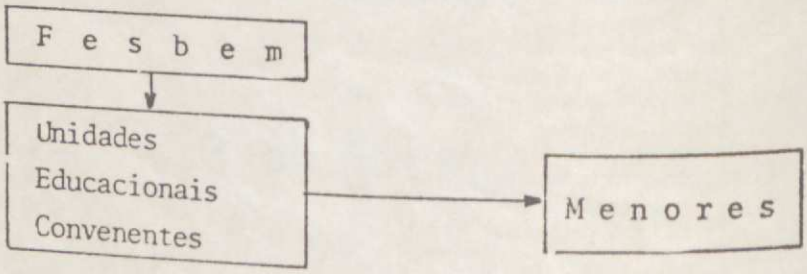
DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADE EDUCACIONAIS DA REDE OFICIAL

| Denominação | | CRT | IPFS | IPCB | CRF | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Entrevista com: | menores | 1.180 | 529 | 337 | 182 | 2.228 |
| | pais/responsáveis | 820 | 345 | 88 | 130 | 1.383 |
| | empregador | - | 37 | 05 | 11 | 53 |
| | outros técnicos | - | 20 | 12 | 22 | 54 |
| | outros | - | 40 | 06 | - | 46 |
| Visitas: | domiciliares | 753 | 324 | 46 | 126 | 1.249 |
| | a recursos da comunidades | - | 156 | 20 | 15 | 191 |
| | outras | - | 10 | 14 | - | 24 |
| Entendimentos com: | colaterais | 420 | 08 | 31 | - | 459 |
| | outros serviços da FESBEM | - | 30 | 64 | 42 | 136 |
| | recursos da comunidade | - | 25 | 54 | 36 | 115 |
| Encaminamentos realizados a: | Unidades Oficiais | 65 | 04 | - | 05 | 09 |
| | Unidades Convenentes | 70 | 01 | - | 10 | 11 |
| | outros serviços da FESBEM | - | 57 | 93 | - | 150 |
| | a recursos da comunidade | 05 | 61 | 35 | 08 | 104 |
| | outros | - | - | 10 | - | 10 |
| Encaminhamentos recebidos: | Juizado de Menores | 586 | - | - | - | 586 |
| | Unidades Oficiais | 28 | 49 | 15 | - | 92 |
| | outros | 40 | - | 01 | - | 41 |
| Reuniões Com: | menores | - | 20 | 26 | 42 | 88 |
| | pais/responsaveis | - | 01 | 04 | 02 | 07 |
| | equipe da Unidade | - | 06 | 35 | 22 | 63 |
| | equipe de Serviço Social | - | 11 | 17 | 10 | 38 |
| Reintegração familiar | | 313 | - | - | - | 313 |
| Colocação em lar substituto | | 15 | - | - | - | 15 |
| Recambiamento ao local de origem | | 73 | - | - | - | 73 |

## 1.2 - DAS UNIDADES CONVENENTES

A ação terapêutica da FESBEM é efetivada, também, mediante convênio com Unidades particulares de atendimento a menores em todo o Estado, sob diversas modalidades: ajuda financeira, manutenção em regime de internato, semi-internato, externato e outros. Nesse ano foram atendidos um total de 875 menores, em 24 unidades particulares conforme está detalhado nas tabelas XXII e XXIII.

Visualiza-se melhor esta atuação junto às Unidades e estas junto aos menores com o seguinte diagrama:




Dentre as causas que condicionam esta modalidade de intervenção pela FESBEM, destaca-se como variável de maior incidência a vadiagem e atividades marginalizantes ( tabela XXIV).

T A B E L A - XXIV

DEMONSTRATIVO DAS CAUSAS QUE JUSTIFICAM O ATENDIMENTO DA FESBEM A MENORES

| Especificação | Nº de Casos |
|---|---|
| Vadiagem e atividades marginalizantes | 107 |
| Desorganização familiar | 47 |
| Problemas sócio-econômico | 39 |
| Desagregação familiar | 36 |
| Rejeição familiar | 08 |
| Evasão do lar | 08 |
| T O T A L | 186 |

Questiona-se a eficácia desta intervenção dadas as cados desligamentos dos menores dessas Unidades através dos resultados constados em 1977 de acordo com a tabela XXV.

TABELA - XXII

DEMONSTRATIVO DE MENORES SEMI-INTERNOS E EXTERNOS ATENDIDOS PELA FEBEM NAS UNIDADES CONVENENTES, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E SEXO.

| Unidade \ Faixa etária / Sexo | 0 a 06 | | 07 a 10 | | 11 a 14 | | 15 a 18 | | Sub-Total | | Total Geral |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| ABESF | | | 11 | | 44 | | 42 | | 97 | | 97 |
| APAE | | | | | 05 | 03 | | 04 | 05 | 07 | 12 |
| APAEC | | 02 | 03 | 01 | 01 | 03 | | | 04 | 06 | 10 |
| Assoc. dos Moradores de Nova Esperança | | | 02 | 01 | 15 | 14 | 07 | 06 | 24 | 21 | 41 |
| Creche Menino Jesus | 06 | 06 | 01 | 02 | | | | | 07 | 08 | 15 |
| Inst. Ed. e Assistencial Comboiano | | | | | 17 | | 13 | | 30 | | 30 |
| Inst. Sagrada Família | | | | 08 | | 10 | | 02 | | 20 | 20 |
| Mov.Com.de Porto de Santana | | | 16 | 06 | 35 | 06 | | | 51 | 12 | 63 |
| Pupileira Zelia Viana de Aguiar | 03 | 05 | | 01 | | | | | 03 | 06 | 09 |
| SAEPE | | | | | 01 | 03 | 19 | 17 | 20 | 20 | 40 |
| Obras Sociais de P. de Vinhãrico | | | 03 | 11 | 06 | 04 | | | 09 | 15 | 24 |
| EXPENIA | | 03 | 01 | | 03 | | | | 04 | 03 | 07 |
| T O T A L | 09 | 16 | 37 | 30 | 127 | 43 | 81 | 29 | 254 | 118 | 372 |

# T A B E L A - XXIII

## DEMONSTRATIVO DE MENORES INTERNOS NAS UNIDADES CONVENENTES SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO

| Unidade \ Faixa Etária / Sexo | 0 a 06 | | 07 a 10 | | 11 a 14 | | 15 a 18 | | Sub-Total | | Total Geral |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Art. Obra Social Cristo Rei | 03 | | 27 | | 10 | | 01 | | 41 | | 41 |
| Educandário Alzira Bley | 10 | 06 | 11 | 15 | 09 | 07 | 01 | 02 | 31 | 30 | 61 |
| Fundação Carolina Fraga | | | 01 | | 27 | | 09 | | 37 | | 37 |
| Fundação Cidade do Garoto | | | 05 | | 20 | | 05 | | 30 | | 30 |
| Ginasio Imaculado Coração de Maria | | | 02 | | 20 | | 06 | | 28 | | 28 |
| Inst. Agro-Ind. Monte Líbano | | | 07 | | 22 | | 09 | | 38 | | 38 |
| Lar da Menina | | | | 02 | | 03 | | | | 05 | 05 |
| Lar de Abigail | 03 | 02 | 06 | 03 | 02 | 01 | | | 11 | 06 | 17 |
| Lar Escola Genoveva Machado | | | 01 | | 05 | 01 | 05 | 02 | 11 | 03 | 14 |
| Lar Jeronimo Ribeiro | | | 04 | | 14 | | 01 | | 19 | | 19 |
| Lar Santa Terezinha do Menino Jesus | | | | 01 | | 08 | | | | 09 | 09 |
| T O T A L | 16 | 08 | 64 | 11 | 129 | 20 | 37 | 04 | 246 | 53 | 299 |

**TABELA — XXV**

DEMONSTRATIVO DAS CAUSAS DO DESLIGAMENTO DOS MENORES DAS UNIDADES CONVENENTES DA FESBEM, EM 1977

| Especificação | Nº De Casos |
|---|---|
| Reintegração familiar | 77 |
| Evasão | 42 |
| Mudança de residência | 28 |
| Encaminhamento para o trabalho | 17 |
| Transferência para o IPES | 13 |
| Limite de idade | 11 |
| Inadaptação a obra | 07 |
| Falecimento | 04 |
| Tratamento de saúde | 01 |
| Sem informações | 04 |
| Total | 204 |

A ação específica da Diretoria Técnica, através do Serviço Social, junto às Unidades em convênio consistiu em: orientações às diretorias, técnicas e auxiliares, visando o melhor atendimento aos menores; além de interpretações da política do Bem Estar do Menor e diretrizes da FESBEM; pareceres em processos para justificar a adoção ou prorrogação de convênio. Realizou se ainda a triagem e desligamento de menores nas Unidades onde foram recém-firmados os convênios.

2 — ATENDIMENTO AO MENOR JUNTO À FAMÍLIA

De acordo com as diretrizes preconizadas pela FUNABEM, a prioridade dos programas das Fundações Estaduais deve ser a Assistência ao menor na própria família. A FESBEM vem procurando atender a esta determinação de modo geral através de todos os seus serviços técnicos e, especialmente, com os setores de Plantão do Serviço Social e Núcleos de Prevenção.

**2.1 — Do Plantão de Serviço Social**

A finalidade principal deste setor vem sendo a de proceder ao tratamento indireto através de prestação de serviços concretos mediante assistência financeira, encaminhamentos aos recursos da comunidade e orientação que propiciem mudanças de atitudes do cliente frente à sua realidade concreta a fim de se auto-promover bem como todo o seu agregado familiar, evitando assim, o internamento do menor.

Em 1977, este serviço atendeu 1808 (mil oitocentos e oito) famílias tendo beneficiado 1956 (mil, novecentos e cinquenta e seis) menores, através de diversos tipos de atendimentos conforme destaca-se nas tabelas XXVI e XXVII.

**TABELA — XXVI**

DEMONSTRATIVO DA CONCESSÃO DE AJUDA FINANCEIRA SEGUNDO Nº DE FAMÍLIAS ATENDIDAS E VALOR DA AJUDA

| Especificação | Nº Família | Valor |
|---|---|---|
| Ajuda escolar | 120 | 17.808,00 |
| Auxílio funeral | 06 | 1.250,00 |
| Reparo de barraco | 100 | 44.065,00 |
| Manutenção | 98 | 17.220,00 |
| Pagamento de aluguel | 17 | 4.190,00 |
| Manutenção menor egresso | 27 | 5.505,00 |
| Reabilitação prof. do menor | 09 | 1.890,00 |
| Reabilitação prof. do responsável | 51 | 8.381,00 |
| Viagem do menor | 47 | 10.310,00 |
| Tratamento de saúde de menor | 294 | 40.122,91 |
| Tratamento de saúde do resp. | 01 | 225,00 |
| Documentação | 10 | 840,00 |
| Outros | 28 | 5.574,00 |
| Total | 808 | 157.380,91 |

**TABELA — XXVII**

DEMONSTRATIVO DOS ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS PELO PLANTÃO DO SERVIÇO SOCIAL

| Especificação | | Total |
|---|---|---|
| Encaminhamento a Recursos Sociais | SEBS | 42 |
| | LBA | 28 |
| | Juizado de Menores | 05 |
| | Outros | 06 |
| Encaminhamentos a Unidades Educacionais | CRT — FESBEM | 06 |
| | Pupileira Zelia V. de Aguiar | 05 |
| | Creche Menino Jesus | 05 |
| Encaminhamento a outros Recursos | Cartório R. Civil | 20 |
| | Farmácia p/avir. receitas | 295 |
| | Lojas comerciais p/aquisição de instrumento para trabalho | 31 |

**2.2 — Núcleos de Prevenção**

A implantação dos Núcleos de Prevenção no Estado pela FESBEM obedeceu às diretrizes estabelecidas no Convênio FUNABEM/FESBEM e funcionam mediante integração com as Prefeituras Municipais que garantem o seu apoio através de convênios firmados com à FESBEM.

Além das diretrizes e normas estabelecidas no texto do convênio, a dinamização dos núcleos em 1977, foi orientada por um Documento Base elaborado em 1972 e vem sofrendo, anualmente reajustes para permitir a continuidade de sua utilização. Constam do mesmo, 09 (nove) programas dos quais apenas os 07 (sete) relacionados abaixo, estão sendo executados:

— **Recreação e aprendizagem de menores, Treinamento de Pessoal, Iniciação e capacitação profissional, Recreação artes e estudo dirigido, Promoção familiar, Apoio ao Juizado de menores, Integração escola-comunidade.**

Encontram-se funcionando 06 (seis) núcleos — Grande Vitória, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Linhares e Barra de São Francisco. Instalados nas sedes dos municípios, cada um dos núcleos tem sua coordenação localizada no centro da cidade. Para a execução de suas atividades, descentralizam-se para os bairros e em integração com os recursos da comunidade, implantam os centros de Programas integrados, conforme verifica-se na tabela XXVIII.

Cachoeiro de Itapimirim e Colatina dispõem também de Centros de Estudos do Menor e Integração Comunitária CEMIC, que se diferenciam dos demais Centros, por instalações físicas apropriadas pertencentes à FESBEM e, ainda pela disponibilidade de pessoal contratado pela FESBEM e Prefeitura Municipal local.

Em 1977 os Núcleos de Prevenção atenderam a aproximadamente 4.381 (quatro mil, trezentos e oitenta e um) menores, 2.186 (dois mil, cento e oitenta e seis) pais ou responsáveis e representantes da comunidade, tabela XXIX.

**TABELA — XXVIII**

DEMONSTRATIVO DOS NÚCLEOS DE PREVENÇAO POR MUNICIPIO SEGUNDO O Nº DE CENTROS E LOCALIZAÇAO

| DENOMINAÇAO | C.P.I. | CEMIC | BAIRRO ou LOCAL |
|---|---|---|---|
| Grande Vitória . . . . . | 05 | | Santo Antonio, Andorinhas, Porto de Santana, Porto Novo, Santa Inês |
| Colatina . . . . . | 03 | 01 | Vila Lenira. São Silvano, Boa Vista, Colatina Velha |
| Cachoeiro de Itapemirim . . . . . | 03 | 01 | N. Sª da Penha, Paraíso, Km. 90, Aquidabã |
| Barra São Francisco . . . . . | 03 | | I. Fernandes, Campo Novo, Centro |
| São Mateus . . . . . | 02 | 02 | Mateense F. Clube, Ponte BR — 101 |
| Linhares . . . . . | 02 | | Estádio J. Caímon, Pó do Shell |

T A B E L A - XXIX

DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO EM NÚCLEOS DE PREVENÇÃO SEGUNDO Nº DE MENORES POR FAIXA ETÁRIA E Nº DE PAIS

| NÚCLEO DE PREVENÇÃO | MENORES | | | PAIS |
|---|---|---|---|---|
| | 03 a 06 | 07 a 14 | 15 a 18 | |
| Grande Vitória | 418 | 1097 | 261 | 230 |
| Colatina | 121 | 252 | 146 | 95 |
| Cachoeiro de Itapemirim | 540 | 820 | 65 | 217 |
| Barra de São Francisco | 56 | 130 | 270 | 110 |
| Linhares | 145 | 215 | 104 | 123 |
| São Mateus | 137 | 493 | 111 | 775 |
| TOTAL | 417 | 3007 | 957 | |

Essa clientela participou ativamente da programação, destacando-se as atividades de Recreação, Artes e Estudo Dirigido, atendendo a 4.271 menores ( Tabela XXX), Cursos de Iniciação e Capacitação Profissional com a frequência de 1.110 menores - (Tabela XXXI)

T A B E L A - XXX

DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES DE RECREAÇÃO - ARTES E ESTUDO DIRIGIDO POR NÚCLEO DE PREVENÇÃO

| NÚCLEOS DE PREVENÇÃO | Número de Menores Atendidos | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| | 03 a 06 anos | 07 a 14 anos | 15 a 18 anos | |
| Grande Vitória | 418 | 1.092 | 19 | 1.529 |
| Colatina | 121 | 172 | 08 | 301 |
| Cachoeiro de Itapemirim | 540 | 757 | 03 | 1.300 |
| Barra de São Francisco | 56 | 127 | 77 | 260 |
| Linhares | 145 | 202 | 13 | 360 |
| São Mateus | 137 | 376 | 08 | 521 |
| TOTAL GERAL | 1.417 | 2.726 | 128 | 4.271 |

O PROGRAMA DE TREINAMENTO DE PESSOAL atingiu a 1.464 participantes, objetivando, de uma forma geral, a difusão da Política de Bem-Estar do Menor, interpretação de trabalho a nível regional; conscientização sobre a responsabilidade individual quanto à problemática do menor, preparação de recursos humanos para o engajamento no trabalho e a sensibilização para a integração de recursos.

No que concerne ao trabalho desenvolvido pelo SERVIÇO SOCIAL junto aos Núcleos, destaca-se a atuação nos níveis menor, família e comunidade, através das atividades a seguir enumeradas:

**a) Junto ao Menor e à Família**

**Cadastramento de menores, estudos e orientação social de casos de menores com problemas mais acentuados, visitas domiciliares, orientação a grupos de menores, orientação a grupos de pais, reuniões com pais e menores, encaminhamentos de menores e famílias a recursos da comunidade.**

**b) Junto à Comunidade:**

**— Reuniões com Juiz de Menores para interpretação do trabalho realizado e estudo em conjunto de casos sociais;**

**— Reuniões com Comissários de Menores para orientação do trabalho;**

**— Interpretação e divulgação do Plano de Prevenção da FESBEM a nível de autoridades, técnicos e população;**

**— Arregimentação e mobilização de recursos humanos e físicos para o bom andamento do trabalho;**

**— Treinamento de bolsistas e voluntários;**

**— Assessoria aos Coordenadores de Núcleos e orientação técnica para o desenvolvimento da programação;**

**— Cadastramento dos recursos sociais da comunidade.**

**TABELA — XXXI**

DEMONSTRATIVO DE CURSOS DE INICIAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL REALIZADOS NOS NÚCLEOS DE PREVENÇÃO

| Nº DE ORDEM — DENOMINAÇÃO | Nº DE CURSOS | Nº DE PARTICIPANTES |
|---|---|---|
| 01 — Manicure e Pedicure | 02 | 50 |
| 02 — Lanternagem | 02 | 46 |
| 03 — Marcenaria | 05 | 73 |
| 04 — Pedreiro | 08 | 172 |
| 05 — Eletricidade Básica | 04 | 70 |
| 06 — Artes Domésticas | 08 | 173 |
| 07 — Mecânica | 02 | 37 |
| 08 — Sapateiro | 01 | 25 |
| 09 — Artesanato | 02 | 50 |
| 10 — Corte e Costura | 03 | 70 |
| 11 — Datilografia | 01 | 25 |
| 12 — Pintura em Tecido | 02 | 53 |
| 13 — Reparador de Eletrodomésticos | 01 | 19 |
| 14 — Pintor de Obras | 02 | 34 |
| 15 — Serralheria | 01 | 17 |
| 16 — Culinária | 01 | 20 |
| 17 — Técnicas Agrícolas | 01 | 11 |
| 18 — Recreação e Saúde | 01 | 12 |
| 19 — Carpintaria | 01 | 24 |
| 20 — Enrolamento de Motores | 01 | 25 |
| 21 — Complementação de Escolaridade | 04 | 79 |
| 22 — Cabeleireiro | 01 | 25 |
| Total | 54 | 1.110 |

**TABELA — XXXII**

DEMONSTRATIVOS DOS TREINAMENTOS REALIZADOS NOS NÚCLEOS DE PREVENÇÃO

| Denominação | Nº de Treinamentos | Nº de Participantes |
|---|---|---|
| Treinamentos: | | |
| Estudantes | 07 | 348 |
| Diretores e Professores | 08 | 468 |
| Pais e famílias | 02 | 121 |
| Encontros: | | |
| Líderes Comunitários | 01 | 84 |
| Educandos | 01 | 167 |
| Estadual de Estudantes | 01 | 49 |
| Avaliação dos Prog. Integrados | 01 | 134 |
| Temporada Esportiva | 02 | 35 |
| Reciclagem de Pessoal | 01 | |
| Total | 24 | 1.411 |

Obs: Em Barra de São Francisco foi realizada uma "Pesquisa de Opinião Pública", que abrangeu 53 (cinquenta e três) estudantes, considerados também como treinandos, através da atividade prática.

## ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS ARRECADADOS E DESPENDIDOS EM 1977

### TABELA — XXXIII

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS FINANCEIROS ARRECADADOS

| Discriminação | Valor Cr$ 1,00 | | % |
|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE . . | 10.405.755 | | 75,2 |
| Receita Patrimonial . . . ..... | | 3.053.321 | 22,0 |
| Receita Industrial . . . ..... | | 66.311 | 0.5 |
| Transferências Correntes . . ..... | | 6.900.909 | 49,8 |
| Receitas Diversas . . . ..... | | 387.864 | 2,9 |
| RECEITA DE CAPITAL . | 3.426.451 | | 24,8 |
| Transferência de Capital . . . ..... | | 1.880.654 | 13,5 |
| Outras receitas de Capital . ..... | | 1.545.797 | 11,3 |
| Total . . . . . | 13.832.226 | | 100% |

### TABELA XXXIV

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS FINANCEIROS DESPENDIDOS

| Discriminação | Valor Cr$ 1,00 | | % |
|---|---|---|---|
| DESPESAS CORRENTES . | 16.271.743 | | 79,2 |
| Despesas de Custo . ..... | | 13.741.016 | 67,0 |
| Transferências Correntes . . . ..... | | 2.530.727 | 12,2 |
| DESPESAS DE CAPITAL . | 4.253.536 | | 20,8 |
| Investimentos . . . ..... | | 2.413.585 | 11,7 |
| Inversões Financeiras . . ..... | | 1.839.971 | 9,1 |
| Total . . . . . | 20.525.299 | | 100% |

Durante o exercício de 1977 foram desenvolvidas, pelos diversos setores do Instituto de Bem Estar Social Espírito Santense, atividades que, de modo geral, visaram atender as finalidades do Órgão.

Convém ressaltar que estas atividades sofreram um atraso no cronograma de desenvolvimento motivado pela carência de pessoal, uma vez que seus operários estiveram à disposição da Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social, concentrando seus serviços nas obras de reforma do prédio onde funcionara o Programa de Atendimento e Promoção de Populações Migrantes e de Baixa Renda, e no prédio onde foi instalada a Unidade de Geriatria, na Praia da Costa, em Vila Velha.

Os setores administrativos e financeiro estiveram, no decorrer de todo o período, empenhados no sentido de sanar dívidas pendentes cumprindo as obrigações assumidas pela administração anterior, a fim de regularizar definitivamente a situação da Autarquia.

Paralelamente a estas atividades e muito embora, em número reduzido, os principais objetivos do Instituto, quais sejam: **"construção de casas populares e o desenvolvimento de atividades visando a elevação e adaptação da população a novos hábitos de vida sadia e de bem estar"**, foram alcançados, tendo-se obtido os seguintes resultados nos setores imobiliário e Social:

1. SETOR IMOBILIARIO

**1.1 — Construção de Casas Populares**

| Situação | UNIDADES HABITACIONAIS | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Número | Valor Cr$ 1,00 | | |
| | | Recebido | A Receber | Total |
| Concluídas | 3 | 72.585 | 15.695 | 88.280 |
| Iniciadas | 7 | 226.116 | 154.723 | 380.839 |
| A iniciar | 2 | 110.000 | 55.000 | 165.000 |

**1.2 — Conservação e Melhoramento de Imóveis:**

**a — Reparo e pintura no Posto Telefônico:**
**b — Reparo Geral na Escola Social "Albina Santos Neves"**
**c — Pintura e reparo no Centro de Abastecimento "Jones dos Santos Neves".**

Além dos Serviços de Conservação e Melhoramentos executados nos prédios mencionados, que fazem parte do patrimônio do Instituto de Bem Estar Social, e da colaboração prestada na execução das obras desenvolvidas pela SEBS, o IBES cedeu seus operários para prestar serviço nas seguintes entidades:

**a — Unidade Comunitária de Integração Social**
**b — Educandário "Alzira Bley"**
**c — FESBEM**

**1.3 — Doação**

Através da Resolução nº 37/77 de 27 de julho de 1977 foi autorizada pelo Conselho Fiscal, a doação, ao Estado do Espírito Santo, de uma área medindo ..... 4.215,71m² (quatro mil duzentos e quinze metros e setenta e hum decímetros) localizada na Avenida Nossa

Senhora da Penha no Bairro do IBES, em Vila Velha para a construção de um Centro Social Urbano.

2 SETOR DE SERVIÇO SOCIAL

Foi ministrado no decorrer do exercício de 1977, na Escola Social "Albina Santos Neves", curso de corte e costura para uma turma de 33 (trinta e três) alunas das quais 5 (cinco) em grau de aperfeiçoamento.

3. SETOR FINANCEIRO

No decorrer do exercício de 1975, 1976 e 1977, o setor financeiro do IBES apresentou os resultados constantes da tabela XXXV.

**TABELA — XXXV**

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA EFETUADA PELO IBES, NOS EXERCICIOS FINANCEIROS DE 1975 1976 e 1977

| EXERCICIO | RECEITA Em 1,00 | DESPESA Em 1,00 |
|---|---|---|
| 1975 | 1.290.312 | 1.290.312 |
| 1976 | 1.424.100 | 1.424.100 |
| 1977 | 1.233.037 | 1.233.037 |

Pelo Decreto nº 099—N de 30 de dezembro de 1970, que complementou e modificou a estrutura básica da Secretaria do Trabalho e Promoção Social, atual SEBS, ficou definido que o Instituto de Bem Estar Social (IBES) continuaria vinculado à referida Pasta, até que fosse efetuada a sua extinção, já autorizada pelo Artigo 8º, da Lei nº 2.515 de 10/07/70. Posteriormente este artigo foi revogado pela Lei 2.678, de 09 de dezembro de 1971, continuando as atividades do Programa de Bem Estar Social, à responsabilidade da autarquia.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

É amplamente conhecido que o Estado do Espírito Santo atravessa uma fase decisiva na sua evolução social e econômica, motivando atenção especial os problemas relacionados com a formação de uma infra-estrutura capaz de suportar essas transformações.

Na tentativa de responder às exigências desse processo desenvolvimentista, coerente com a política e objetivos do Governo e, consciente da gravidade dos problemas que comprometem a produtividade do Sistema, a Administração Estadual do Ensino vem orientando suas ações no sentido da adoção de medidas preventivas e corretivas das disfunções mais evidenciadas e de agilização dos mecanismos de execução, controle e avaliação, a fim de oportunizar a expansão e melhoria da qualidade das ofertas educacionais.

Ao procurar traduzir o esforço da Pasta da Educação, no decorrer de 1977, consubstanciado neste documento, é importante destacar o expressivo saldo positivo verificado nos aspectos de organização e desempenho ao nível central e regional.

## 2. A DIMENSÃO DA ORGANIZAÇÃO SEDU

A Secretaria de Estado da Educação tem no seu quadro de pessoal aproximadamente 22.092 servidores, entre efetivos e transitórios, para o desempenho de funções técnicas, docentes e administrativas. Desse total, 19.300 integram o Grupo Magistério, sendo que 8.155 são efetivos e 1.269 encontram-se afastados da função docente.

Para desenvolvimento das atividades administrativas ao nível central, regional e escolar acham-se cadastrados na SEDU 2.413 funcionários administrativos efetivos e, aproximadamente, 300 contratados.

Na Administração Central, 173 professores exercem funções técnicas, havendo, ainda, 205 funcionários administrativos.

No exercício de 1977, o setor administrativo apresentou um movimento de entrada de 27.700 processos, tramitação de 78.333 e arquivamento de 16.815.

O volume mais significativo de atos afetos ao Expediente diz respeito às Portarias e Ordens de Serviço, totalizando 6.621 e 5.210 Comunicações Internas além de 40 Boletins Informativos.

Visando racionalizar o trabalho foi criada uma comissão de incineração de documentos, encarregada de selecionar os processos que possam realmente ser eliminados.

Implementou-se o processo de simplificação de rotinas administrativas nos setores de protocolo e pessoal visando à triagem e movimentação de documentos.

A multiplicidade de funções de uma empresa das proporções da Secretaria de Estado da Educação exigiu a adoção de medidas objetivas e seguras que direcionaram todas as suas realizações.

Assim o conjunto de medidas sob sua responsabilidade direta diz respeito às seguintes áreas básicas de atuação:

— Desenvolvimento da educação pré-escolar;
— Desenvolvimento da educação de 1º e 2º graus;
— Desenvolvimento da educação supletiva;
— Desenvolvimento da educação Superior;
— Atendimento à educação especial;
— Preparação de recursos humanos;
— Desenvolvimento da assistência ao estudante;
— Provimento de recursos financeiros;
— Organização pedagógica do ensino de 1º e 2º graus;
— Implementação do Sistema de Material Ensino-aprendizagem;
— Implementação do Sistema de Informações Estatísticas Educacionais;
— Desenvolvimento do serviço de Inspeção Escolar;
— Cooperação técnica e financeira Estado/Município;
— Assistência técnica e financeira às entidades particulares;
— Integração Escola/Empresa/Governo;
— Implantação dos Núcleos Regionais e das Coordenações Municipais.

## 3. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A reforma administrativa da Secretaria de Estado da Educação foi abordada dentro de uma conjuntura global, no contexto da Modernização Administrativa do Estado do Espírito Santo fixada pela Lei 3043/75 e regulamentada pelo Decreto 917-N/76.

A implantação da nova estrutura da SEDU é medida adotada para tornar o Sistema Educacional mais racional e funcional aos objetivos propostos, uma vez que esta abordagem está voltada para uma renovação sistêmica e inovadora onde se buscam os FINS através dos meios.

A ação normativa da SEDU traduz a permanente preocupação com seus OBJETIVOS, através de:

— Planejamento, organização e controle de suas ações;
— Descentralização de atividades técnicas e administrativas, através dos Núcleos Regionais;

A expansão da oferta e melhoria das condições físicas para atendimento à clientela escolar, caracterizam-se pelo desenvolvimento de ações voltadas para a ampliação e otimização do parque escolar, dentre as quais se destacam:

TABELA 01

Expansão e Recuperação de Instalações Física da Rede Oficial Estadual - 1977

| ESPECIFICAÇÃO | MUNICÍPIOS BENEFICIADOS | Nº DE UNIDADES ESCOLARES | Nº DE SALAS | NOVAS VAGAS | ALUNOS BENEFICIADOS |
|---|---|---|---|---|---|
| Construção de U.E. | Serra<br>Castelo<br>Vitória<br>Linhares<br>Vila Velha<br>Cariacica<br>Ibiraçu<br>Itapemirim<br>B.S.Franc9.<br>B.Esperança | 28 | 71 | 8.520 | - |
| Ampliação de U.E. | Cariacica<br>Vila Velha<br>S.Mateus<br>Linhares<br>B.S.Franc9.<br>Guarapari<br>Serra | 15 | 69 | 8.528 | - |
| Recuperação de U.E. | Todo o Estado | 219 | - | - | 120.000 |
| Construção de Dependência Esportiva. | B.S.Franc9<br>Cariacica<br>Serra<br>Vitória<br>Af.Claúdio | 7 | - | - | - |
| Adequação de Movimentos comunitários p/Educ. Pré- Escolar. | Af.Claúdio<br>C.Itapemirim<br>Cariacica<br>Colatina<br>Serra<br>Vila Velha<br>Vitória | 110 | 11 | 780 | - |
| T O T A L | - | 280 | 151 | 17.580 | 120.000 |

Além disso, outros mecanismos foram adotados pela SEDU. conforme discriminação abaixo:

— Equipamento e reequipamento de 366 escolas, com 40377 conjuntos escolares e carteiras universitárias, 283 mesinhas e 1.110 cadeirinhas para pré-escolas, 3 laboratórios completos de Física, Química e Biologia, livros, mimeógrafos, máquinas de escrever, armários, estantes, arquivos, mesas, cadeiras, fogão, geladeira, e outros materiais para instalação de dependências pedagógicas e administrativas, beneficiando aos seguintes municípios:

Afonso Cláudio — Alegre — Atílio Vivacqua — Apiacá — Alfredo Chaves — Aracruz — Barra S. Francisco — Baixo Guandu — Boa Esperança — Castelo — Conc. da Barra — Conc. do Castelo — Bom Jesus do Norte — Cachº de Itapemirim — Colatina — Cariacica — Divino de S. Lourenço — Dores do Rio Preto — Domingos Martins — Ecoporanga — Fundão — Guaçui — Guarapari — Itapemirim — Iconha — Itarana — Itaguaçu — Iúna — Ibiraçu — Jerônimo Monteiro — Linhares — Montanha — Mimoso do Sul — Muqui — Mantenópolis — Muniz Freire — Mucurici — Nova Venécia — Pancas — Pinheiro — Rio Novo do Sul — Santa Leopoldina — São Gabriel da Palha — São José do Calçado — São Mateus — Santa Teresa — Serra — Viana — Vila Velha e Vitória.

— Instalação de 29 classes de educação especial nas áreas de deficiência mental e auditiva, beneficiando 345 alunos;

— Aquisição de 1850 vagas em escolas particulares para oferta de ensino nas séries finais do 1º grau e 298 vagas para oferta de ensino profissionalizante de 2º grau;

— Implementação do Centro de Estudos Supletivos em Vitória, para cursos de suplência ao nível de 1º grau, na parte de educação geral com atendimento a 226 adolescentes e adultos;

— Reorganização da rede de escolas para otimização da capacidade instalada e integração das séries iniciais de 28 escolas com as séries finais de 13 escolas de 1º grau.

No que tange à demanda escolar, as 3.969 unidades escolares da rede oficial estadual, apresentaram um total de 313.217 matrículas, assim distribuídas:

| | |
|---|---|
| Educação Pré-Escolar . . . . . | 10.153 |
| Ensino de 1º grau regular . . . . . | 270.572 |
| Ensino de 2º grau regular . . . . . | 17.535 |
| Ensino Superior . . . . . | 714 |
| Educação Especial . . . . . | 2.282 |
| Ensino Supletivo . . . . . | 11.961 |

Durante o exercício de 1977, a Secretaria de Estado da Educação esteve empenhada na implantação de medidas que visam promover uma sensível diminuição das constantes e expressivas perdas na consecução da escolaridade básica.

Assim, vem executando diferentes projetos destinados à melhoria qualitativa do ensino, cuja abrangência tem sido significativa, vez que o seu raio de ação, sistematicamente, atinge os 53 municípios, diversificando a natureza dos benefícios, conforme o planejamento deste órgão.

O esforço desta Secretaria, na busca da eficiência e eficácia do processo educacional, concentrou-se na dinamização e execução dos seguintes projetos:

A Cooperação Técnica e Financeira aos Municípios vem se definindo como a forma mais adequada para operacionalizar a integração Estado/Município, na medida em que se oferece às Administrações Municipais os meios necessários à estruturação e fortalecimento dos seus serviços educacionais.

A execução dessa estratégia realizou-se pela ação conjunta e prioritária dos Governos Federal e Estadual, através do PROMUNICÍPIO — Projeto de Coordenação e Assistência Técnica aos Municípios, vinculado ao MEC e à SEDU, numa ação perfeitamente integrada.

As principais realizações neste exercício podem assim ser sintetizadas:

— Celebração de convênios com os municípios de Domingos Martins, Serra, Viana, Aracruz, Ibiraçu, Santa Teresa, Barra de São Francisco, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Afonso Cláudio, Alegre e Itaguaçu;

— Assistência Técnica e financeira aos doze municípios integrantes do PROMUNICÍPIO;

— Assistência Técnica aos demais municípios, visando a preparação de infra-estrutura para posterior integração ao PROMUNICÍPIO;

— Assessoramento aos órgãos municipais de educação para elaboração do Plano Municipal de Educação.

No que se refere a recursos humanos, procurou-se promover o máximo de rentabilidade e eficiência com ações voltadas para o desenvolvimento do Sistema Educacional.

Os cursos realizados abrangeram as modalidades de Atualização, Aperfeiçoamento e Habilitação, estabelecendo-se estratégias de atendimento com descentralização do local de realização, a fim de oportunizar educação permanente a maior número de profissionais do Grupo Magistério.

— Integração com outras instituições e entidades privadas para o desenvolvimento do ensino;

— Identificação das deficiências e necessidades dos setores;

— Rentabilidade dos recursos empregados no processo educativo;

— Captação de recursos externos para implementação de projetos.

A Modernização Administrativa vem substituir uma estrutura centralizada que impedia abarcar os problemas da educação em toda sua extensão e profundidade, como, mais ainda, dificultava organizar e distribuir convenientemente as responsabilidades na realização do processo educacional numa constante preocupação com os meios.

Destaca-se que a implantação da nova estrutura propiciou uma melhor divisão de trabalho e distribuição de níveis de responsabilidade e, consequentemente, a descentralização de funções e competências ao nível central.

Na fase inicial de implantação da Modernização Administrativa da SEDU estabeleceram-se mecanismos que propiciam a transição gradativa das funções em termos prioritários de ação, evitando assim o congestionamento ou parada na mudança proposta, não só as que se referem às funções desempenhadas por setores extintos, absorvidos por outros, como também as novas atribuições a serem desempenhadas por setores novos.

## 4. AS REALIZAÇÕES DA SEDU

Reforçando a idéia de democratização do ensino, a SEDU tem procurado, prioritariamente, a consecução da universidade do ensino de 7 a 14 anos, não só pela oferta de mais oportunidades educacionais e facilidades de acesso aos diversos níveis de ensino como, principalmente, pela melhoria dos padrões qualitativos do Sistema, com reflexo no aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

Os quadros que se seguem apresentam o resumo das atividades realizadas :

TABELA 02

CURSOS DE HABILITAÇÃO

| NOME DO CURSO | LOCAL DE REALIZAÇÃO | CARGA HORÁRIA TOTAL P/TURMA | Nº DE ALUNOS ATENDIDOS |
|---|---|---|---|
| . Licenciatura curta em Supervisão Escolar | Nova Venécia | 1200 | 15 |
| . Licenciatura curta em Administração Escolar | Nova Venécia | 1200 | 17 |
| . Licenciatura curta em Comunicação e Expressão | Nova Venécia | 1200 | 32 |
| . Licenciatura curta em Estudos Sociais | Nova Venécia | 1200 | 34 |
| . Licenciatura curta em Administração Escolar | Vitória | 1200 | 35 |
| . Licenciatura curta em Supervisão Escolar | Vitória | 1200 | 30 |
| . Licenciatura Experimental em Ciências e Matemática | Vitória | 1600 | 60 |
| . Licenciatura Experimental em Ciências e Matemática | Nova Venécia | 1200 | 35 |
| . Formação Pedagógica- Esquema I | Vitória | 615 | 29 |
| TOTAL | - | - | 287 |

TABELA 03

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

| NOME DO CURSO | LOCAL DE REALIZAÇÃO | CARGA HORÁRIA TOTAL P/TURMA | Nº DE ALUNOS ATENDIDOS |
|---|---|---|---|
| . Artes Práticas | Vitória | 180 | 152 |
| . Aperfeiçoamento Desportivo para professores de Educação Física | Vitória | 90 | 27 |
| TOTAL | - | - | 179 |

TABELA 04

CURSOS DE ATUALIZAÇÃO

| NOME DO CURSO | LOCAL DE REALIZAÇÃO | CARGA HORÁRIA TOTAL P/TURMA | Nº DE ALUNOS ATENDIDOS |
|---|---|---|---|
| • Atualização de Professores de Educação Integrada | Vitória | 55 | 258 |
| • Atualização de Professores Curso Suplência-Fase II | Vitória | 90 | 63 |
| • Atualização Supervisores - Projeto Minerva | Vitória | 40 | 16 |
| • Atualização Supervisores e Monitores de Educação Integrada | Vitória | 40 | 214 |
| • Atualização de Professores p/ Redução dos Índices Defasagem idade/série | Vitória | 100 | 208 |
| • Atualização Professores Melhoria Rendimento na 1a. série | Vitória | 100 | 151 |
| • Atualização Professores de 1º grau em Língua Portuguesa | Todo o Estado | 120 | 805 |
| • Atualização de Professores de Classes comuns em Educação Especial | Vitória<br>Vila Velha<br>Cariacica | 40 | 78 |
| • Atualização Supervisores em Avaliação | Vitória | 120 | 147 |
| • Atualização Professores- Física - 2º grau | Vitória | 80 | 17 |
| • Atualização Professores-Ciencias - 1º grau | Vitória | 80 | 29 |
| • Atualização Professores Conteúdos Curriculares de 1a. à 4a. série | Todo o Estado | 120 | 597 |
| • Atualização Professores de Língua Portuguesa- 2º grau | Mimoso do Sul<br>Vitória | 100 | 106 |
| • Atualização Secretários de Escolas de 1º grau | Vitória<br>Colatina<br>C.de Itapem. | 80 | 185 |
| • Atualização Professores de Educação Física | Todo o Estado | 40 | 336 |
| • Atualização Professores Rurais | 12 municípios | 120 | 580 |
| TOTAL | - | - | 3.790 |

O currículo constitui o esquema básico em torno do qual posicionam-se e funcionam todas as partes do Sistema Educacional, daí a necessidade de seu contínuo acompanhamento e análise com a finalidade básica de modernizá-lo, tornando-o mais racional e flexível.

As atividades de acompanhamento do Currículo Pleno das Escolas de 1º grau abrangeram todo o Estado, em 406 escolas da zona urbana.

A assistência direta e indireta da equipe central ao nível regional pode assim ser visualizada.

TABELA 05

ASSISTÊNCIA DA EQUIPE CENTRAL AOS NÚCLEOS REGIONAIS

| TOTAL DO ESTADO | Nº DE ESCOLAS ATINGIDAS | PESSOAL ATINGIDO | | | | ALUNOS |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | DIRETOR | SUPERVISOR ESCOLAR | ORIENTADOR EDUCACIONAL | PROFESSORES | |
| Assistência direta | 29 | 29 | 33 | 13 | 711 | 18.309 |
| Assistência indireta | 406 | 375 | 219 | 51 | 56 | 187.628 |

Visando a promover a compatibilização entre o que é desejável fazer em termos curriculares e o que é efetivo e realmente possível fazer, em termos administrativos, o processo de acompanhamento e avaliação da Proposta Curricular foi desenvolvido em 29 escolas de 1º grau, envolvendo 4.490 alunos, cujo detalhamento pode ser assim demonstrado:

TABELA 06

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR

| TOTAL DO ESTADO | ESCOLAS | CLASSES | PROFESSORES | DIRETORES | SUPERVISORES | ALUNOS POR SÉRIE | | | | | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 1a. | 2a. | 3a. | 4a. | 5a. | 6a. | 7a. | 8a. | |
| | 29 | 131 | 309 | 29 | 26 | 582 | 748 | 582 | 712 | 594 | 529 | 458 | 285 | 4.490 |

Rara orientação as escolas foram elaborados documentos de Diretrizes Curriculares para o Ensino de Trânsito nas escolas de 1º grau e Diretrizes Curriculares para Melhoria dos Padrões de Ensino para Zona Rural - que deverão ser implementados em 1978.

No que diz respeito ao Ensino de 2º grau, as ações de Modernização Curriculares atingiram os 53 municípios do estado, podendo assim ser sintetizadas :

- Acompanhamento e Avaliação de Propostas Curriculares, abrangendo 136 escolas, sendo 87 particulares, 43 oficiais estaduais e 2 oficiais municipais.
- Implantação, acompanhamento e avaliação de Propostas Curriculares da parte de Educação Geral e Formação Especial, conforme quadro seguinte :

TABELA 07

PROPOSTAS CURRICULARES DO ENSINO DE 2º GRAU

| PROPOSTA CURRICULAR | Nº DE ESCOLAS ATINGIDAS | DURAÇÃO EM MESES | TÉCNICOS ENVOLVIDOS | POPULAÇÃO ESCOLAR ATENDIDA |
|---|---|---|---|---|
| Educação Geral | 8 | 10 | 5 | 1.740 |
| Habilitação para o Exercício do Magistério de 1º grau | 3 | 10 | 5 | 1.500 |
| Patologia Clínica | 2 | 10 | 5 | 240 |
| TOTAL | 13 | 30 | 15 | 3.480 |

— Para corrigir distorções de ordem qualitativa que afetam o ensino de 1º grau, inclusive do ponto de vista da ampliação da oferta, a SEDU executou o projeto de Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo Ensino-Aprendizagem, envolvendo 15 municípios, com as seguintes metas:

— Melhoria do Rendimento de 1ª série, envolvendo 200 escolas, num total de 20.849 alunos;

— Correção da Distorção Idade-série, abrangendo 129 escolas, num total de 14.434 alunos

O projeto apresentou, neste exercício, resultados satisfatórios em decorrência das seguintes ações:

— Elaboração de 16 documentos de orientação pedagógica para os professores;

— Elaboração de 29 testes de componentes curriculares,

— Supervisão contínua e sistemática, através da ação do professor especialista em cada município;

— Assistência médico-odontológica, através dos postos de saúde de cada município;

— Distribuição de material de apoio ao professor e aluno.

A oferta de educação ao pré-escolar fez-se predominantemente na faixa de 4 a 6 anos, considerando que essa clientela representa a demanda potencial prioritária da educação pré-escolar. As ações desencadeadas nessa área voltaram-se para a ampliação da oferta de matrícula e melhoria da qualidade do atendimento oferecido. Procurou-se garantir o envolvimento de outros órgãos do poder público, da comunidade e da família, para a consecução dos objetivos pretendidos neste exercício.

Em relação à melhoria de atendimento ao pré-escolar, destacam-se as seguintes realizações:

— Treinamento de 46 professores de educação pré-escolar;

— Treinamento de 140 mães para participarem na preparação de merenda.

— Assistência técnica às Escolas da Rede Oficial, às Escolas em Convênio e às classes anexas a Escolas de 1º grau e a Movimentos Comunitários, com atingimento a 110 unidades escolares, 465 professores e 12.099 alunos.

— Distribuição de material didático e pedagógico a 43 escolas, beneficiando a 9.008 alunos.

— Equipamento de 20 salas para atividades infantis, beneficiando a 1.200 alunos.

As atividades na área de Educação Física realizaram-se através da Equipe Técnica Pedagógica de Educação Física e do Setor Técnico Desportivo.

Dentre outras, destacam-se as seguintes realizações:

— Organização das Escolinhas Desportivas de Educação Física, atendendo a 150 alunos de 5 escolas;

— Curso de Iniciação à Natação para 30 alunos;

— Assessoria a Escolas da AR de Vitória, para orientação sobre o funcionamento da Educação Física;

— Atendimento a 1.649 alunos na área de natação.

**TABELA 08**

**REALIZAÇÕES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FISICA**

| Modalidades de Jogos e Competições | Municípios | Nº de Alunos Participantes |
|---|---|---|
| — Jogos Escolares do Espírito Santo: Atletismo, Basquetebol, Handebol, Voleibol, Natação e Xadrez | Vitória<br>Vila Velha<br>Cariacica | 910 |
| — Jogos Municipais de Cachoeiro de Itapemirim: Basquetebol, Atletismo, Handebol e Voleibol | C. de Itapemirim | 770 |
| — Competição: "Você sabe correr?" | Vitória<br>Cariacica | 198 |
| — Jogos Municipais: Basquetebol, Handebol, Voleibol e Atletismo | Colatina<br>Santa Teresa | 214 |
| — Jogos Escolares do Espírito Santo: Basquetebol, Handebol, Voleibol e Atletismo | Vitória<br>Cariacica | 1.440 |
| — Jogos Municipais de Alegre: Handebol, Voleibol e Atletismo | Vila Velha<br>Alegre<br>C. Itapemirim<br>Guaçui | 190 |
| — VI Jogos Oficiais Primaveris do Espírito Santo: Basquetebol, Voleibol, Handebol, Atletismo, Natação e Xadrez | Vitória<br>Cariacica<br>Vila Velha<br>C. Itapemirim<br>Alegre<br>Santa Teresa<br>Guarapari | 1.230 |
| — Ginástica Rítmica Desportiva | Vitória<br>Vila Velha | 50 |
| — Dança, Jazz | Vitória<br>Vila Velha | 140 |
| TOTAL | — | 5.842 |

O atendimento ao aluno excepcional ocorreu nas áreas de deficiência de áudio-comunicação, visual e mental, sendo a integração desses alunos em classes comuns um objetivo perseguido pela Educação Especial da SEDU, excluindo-se, obviamente, casos de deficiência extrema. Por outro lado, tentou-se imprimir-lhe um cunho científico, através de assistência técnica e diagnóstico médico.

Assim, destacam-se:

**TABELA 09**

**ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO ESPECIAL**

| Atividade | Município Beneficiado | Nº de Escolas Beneficiadas | Nº de Alunos Beneficiados |
|---|---|---|---|
| 1. Diagnóstico e encaminhamento de deficientes mentais | Vitória | 8 | 40 |
| 2. Instalação de classes especiais de deficientes mentais e auditivos | Todo o Estado | 29 | 345 |
| 3. Assessoramento a classes especiais para orientação psico-pedagógica | Todo o Estado | 240 | 2.282 |
| 4. Elaboração de material didático para distribuição às classes especiais | Todo o Estado | 129 | 2.273 |
| 5. Atendimento a alunos envolvidos no Projeto Novas Metodologias | Municípios Integrantes do Projeto Novas Metodologias | 120 | 2.562 |
| 6. Equipamento e material de consumo para classes de Educação Especial | Todo o Estado | 240 | 2.282 |
| TOTAL | — | 766 | 9.784 |

A programação do Ensino Supletivo constituiu-se de metas e atividades inerentes à oferta de cursos de suplência, suprimento e exames de educação geral e formação especial, conforme discriminação que se segue:

**TABELA 10**

**CURSOS**

| Modalidade de Curso | Nº de Alunos |
|---|---|
| — Programa de Educação Integrada | 9.752 |
| — Curso 5ª à 8ª série — via indireta Projeto Minerva | 400 |
| — Curso Suplência — Fase II | 595 |
| — Preparatório para exames de Suplência Geral — 1º e 2º graus | 988 |
| — Centro de Estudos Supletivos | 226 |
| TOTAL | 11.961 |

**TABELA 11**

**Exames**

| Modalidade de Exames | Nº de Candidatos |
|---|---|
| — Exames de Suplência de Educação Geral a nível de 1º e 2º graus | 7.265 |
| — Exames de Suplência Profissionalizante a nível técnico de 2º grau | 391 |
| TOTAL | 7.656 |

**CURRICULO**

— Reformulação de currículos de cursos e programas de exames, com o objetivo de melhorar a qualidade dos cursos propostos, bem como de elevar o nível de rendimento nos exames oferecidos.

A implantação do Sistema de Informacões Estatísticas Educacionais está sendo efetivada pela SEDU através

de convênio MEC/SEEC. Sua estrutura organizacional tem tentado estabelecer interligações e interfluxos que orientem a estrutura da divisão do trabalho do sistema, visando à efetivação de todas as funções e tarefas ligadas à localização, captação, triagem, organização, tratamento, produção, estocagem, reprodução e comunicação das informações.

Outro aspecto enfatizado foi a descentralização das atividades, o que resulta em maior confiabilidade e rapidez no processo de produção de informações.

Desenvolveu-se, com assessoria do SEEC/MEC, os projetos prioritários que definem a estratégia operacional de implantação do sistema de Informações Estatísticas Educacionais do Estado:

PROESTE — projeto de estudos

PRODOL — projeto de desenvolvimento de operação linguagem.

PRODORE — projeto de desenvolvimento de operação registro escolar

PROILADE — projeto de implementação e levantamentos anuais de dados estatísticos.

Dentre as ações desencadeadas, destacam-se:

— Planejamento, execução e avaliação das atividades dos projetos prioritários do SEEC/MEC, tendo em vista a definição e implantação do Sistema de Informações.

— Elaboração da estratégia para implantação do Sistema de Informações de modo a garantir seu funcionamento até 1979 nos níveis Central e Regional.

— Elaboração e/ou reformulação de diversos instrumentos utilizados no processo de informações.

— Implantação dos núcleos de Informações Estatísticas Educacionais a nível regional.

— Treinamento de pessoal envolvido nos projetos.

— Levantamento de necessidades de informações a nível da SEDU.

— Organização de arquivo com dados de matrícula de 1º e 2º graus.

— Divulgação e/ou disseminação de dados de 1977.

A Supervisão Escolar desempenhou suas funções no sentido de melhorar o processo ensino-aprendizagem nos níveis central, regional e escolar.

Suas ações estiveram primordialmente voltadas para:

— Revitalização do seu papel de acionador das inovações didáticas nas escolas;

— Fortalecimento das funções de controle e avaliação da dinâmica curricular;

— Correção dos aspectos em que há superposição de ações supervisoras, isto é, concomitância por área geográfica e unidade escolar;

— Fortalecimento quanto à qualificação dos supervisores;

— Implantação do modelo DEF nos níveis central, regional e escolar;

— Implantação e implementação das atividades planejadas pelo Currículo de 1º e 2º graus.

As principais atividades desenvolvidas pela Orientação Educacional foram:

— Orientação e acompanhamento do planejamento, execução e avaliação do SOE;

— Oferecimento de diretrizes para atuação do orientador educacional no plano de ação integrado da escola;

— Expansão do SOE às classes de 1ª à 4ª séries do 1º grau;

— Fornecimento de subsídios ao orientador educacional quanto à sistemática de avaliação da aprendizagem;

— Fornecimento de subsídios para maior sistematização do processo de orientação vocacional integrado ao currículo escolar;

— Estímulo ao desenvolvimento de experiências significativas na área de orientação educacional.

Através de um trabalho integrado com as demais equipes da SEDU, a Inspeção Escolar procurou agilizar as atividades ligadas a aspectos técnicos, registro de diplomas, assistência e orientação às unidades escolares, conjugando esforços a fim de evitar paralelismo de ação e desperdício de recursos.

Os objetivos e metas previstas resultaram no desenvolvimento das seguintes atividades, dentre outras:

— Elaboração do Manual de Orientação às Escolas — aspectos relativos à Inspeção Escolar.

— Reestruturação de documentos e orientação quanto ao seu registro.

— Elaboração de documentos diversos.

— Análise de Leis, Decretos, Pareceres, Resoluções e Portarias para distribuição aos órgãos da SEDU e às Equipes Regionais de Inspeção.

— Assessoria às equipes regionais e a escolas, visando à melhoria da organização escolar.

— Recebimento e encaminhamento de Processos para registro de diplomas.

— Análise de Regimentos de Escolas de 1º e 2º graus do Sistema.

4.3. **Assistência ao Educando**

As desvantagens de ordem sócio-econômica que caracterizam a massa estudantil da rede de ensino de 1º e 2º graus determinam a implantação de uma estratégia adequada, visando à racionalização de meios e avaliação de resultados.

As unidades escolares de ensino estadual têm limitado os programas assistenciais à distribuição de alimentação escolar, bolsas de estudo, livros, material escolar e inspeção médica.

Os dados indicativos de alimentação escolar podem ser visualizados nos quadros que se seguem:

- Distribuição de alimentação aos escolares.

TABELA 12

Nº DE ESCOLAS E ALUNOS BENEFICIADOS COM ALIMENTAÇÃO

| DESTINAÇÃO | Nº DE ESCOLAS | Nº DE ALUNOS BENEFICIADOS | | VALOR (CR$) |
|---|---|---|---|---|
| | | COM MERENDA | COM MERENDA E ALMOÇO | |
| Classes de Educação Pré-Escolar | 38 | 8.745 | 608 | 198.750,00 |

- Distribuição de merenda escolar

TABELA 13

Nº DE ESCOLAS E ALUNOS BENEFICIADOS COM MERENDA ESCOLAR

| DESTINAÇÃO | Nº DE ESCOLAS | Nº DE ALUNOS | Nº DE REFEIÇÕES SERVIDAS |
|---|---|---|---|
| . Educação Pré-Escolar | 208 | 21.317 | - |
| . Ensino de 1º grau : | | | |
| . 1a. à 4a. série | 3.752 | 119.680 | - |
| . 5a. à 8a. série | 52 | 17.799 | - |
| . 1a. à 8a. série | 157 | 62.395 | - |
| . Ensino Supletivo | 75 | 3.704 | |
| TOTAL GERAL | 4.244 | 304.895 | 49.420.422 |

TABELA 14

RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR

| FONTE DOS RECURSOS | CUSTO GLOBAL (EM CR$) | % DE PARTICIPAÇÃO | DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO ( EM CR$ ) | % |
|---|---|---|---|---|
| Federal | 23.601.259,06 | 3,4 | 182.926,97 | 36,1 |
| CNAE | | 53,0 | 19.343.259,76 | - |
| Estadual | 14.203.112,48 | 11,0 | 4.083.102,50 | 21,9 |
| Municipal | 8.261.433,04 | 12,7 | 948.010,97 | 12,7 |
| Comunidade | 18.903.281,83 | 29,3 | 11.225.977,82 | 29,3 |
| TOTAL | 64.969.086,41 | - | 35.783.272,02 | - |

No que se refere a bolsas de estudo e aquisição de vagas para os alunos do Sistema de Ensino a distribuição obedeceu ao exposto abaixo:

TABELA 15

BOLSAS DE ESTUDO DISTRIBUÍDAS

ANO BASE: 1977

| ESCOLAS BENEFICIADAS | TOTAL GERAL (CR$) | 1º GRAU | | 2º GRAU | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | BOLSAS CONCEDIDAS | VALOR TOTAL (CR$) | BOLSAS CONCEDIDAS | VALOR TOTAL (CR$) |
| 215 | 8.161.697, | 8.395 | 5.878.012, | 2.879 | 2.280.806, |

FONTE: Departamento de Assistência ao Estudante - SEDU

TABELA 16

BOLSAS DE ESTUDO/AQUISIÇÃO DE VAGAS

ANO BASE: 1977

| VAGAS CONCEDIDAS | VAGAS PREENCHIDAS | VALOR TOTAL (CR$) |
|---|---|---|
| 3.850 | 2.830 | 1.415.500, |

FONTE: Departamento de Assistência ao Estudante - SEDU

Com relação ao LIVRO DIDÁTICO para alunos de 1a. à 4a. série do Ensino de 1º Grau, o programa de distribuição procedeu-se, conforme tabela que se segue:

TABELA 17

MUNICÍPIOS, ESCOLAS, ALUNOS BENEFICIADOS COM LIVROS

| Nº DE MUNICÍPIOS | Nº DE ESCOLAS ATINGIDAS | Nº DE ALUNOS BENEFICIADOS | QUANTIDADE DE LIVROS DISTRIBUÍDOS | VALOR (CR$) |
|---|---|---|---|---|
| 34 | 217 | 100.000 | 400.000 | 644.000,00 |

O material escolar distribuído destinou-se basicamente, aos alunos envolvidos no Projeto de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo Ensino-Aprendizagem de 1º grau, bem como ao desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, conforme a seguinte discriminação:

— Pelo Projeto Novas Metodologias:

**TABELA 18**

**MATERIAL ESCOLAR DISTRIBUÍDO**

| Unidade | Quantidade | Alunos Beneficiados |
|---|---|---|
| Cadernos | 372.234 | 35.283 |
| Lápis preto | 171.036 | |
| Borrachas | 67.634 | |
| Papel Almaço (fls.) | 4.150 | |
| Caixas de stencil | 9.500 | |
| Papel cartolina (fls.) | 1.345 | |
| Canetas esferográficas | 870 | |
| Lápis de cor (cxs) | 769 | |
| Giz (cxs) | 495 | |
| Fita gomada (rolos) | 270 | |
| Tinta para mimeógrafo (tubos) | 183 | |
| Pastas rápidas | 40 | |
| Cola Plástica (tubos) | 20 | |

— Pela Educação Pré-Escolar

**TABELA 19**

**MATERIAL ESCOLAR DISTRIBUÍDO**

| Unidade | Quantidade | Alunos Beneficiados |
|---|---|---|
| Papel jornal (milheiro) | 496 | 9.008 |
| Lápis cera (caixa) | 2.088 | |
| Pincéis | 3.794 | |
| Tinta gouache (vidro) | 220 | |
| Cola plástica (Kg) | 88 | |

### 4.4. Valorização do Pessoal de Magistério

O Projeto "Valorização do Pessoal de Magistério" constituiu ação prioritária da SEDU, procurando fixar a remuneração dos professores e especialistas de ensino de 1º e 2º graus.

Elaborou-se, para tanto, um Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Estatuto do Magistério, onde se propõe a retirada do Grupo Ocupacional 11 — EDUCAÇÃO, da Lei nº 2692/71 que passou a constituir o GRUPO MAGISTÉRIO.

O Grupo Magistério compreende a Parte Permanente e a Parte Transitória. Os cargos que integram a Parte Permanente podem assim ser visualizados:

**TABELA 20**

**A — SUB-GRUPO ESPECIALISTA**

| Total de Cargos | Denominação | Código |
|---|---|---|
| 05 | Especialista 8 | Ma. E. 8. 0 |
| 15 | Especialista 7 | Ma. E. 7. 0 |
| 10 | Especialista 6 | Ma. E. 6. 0 |
| 200 | Especialista 5 | Ma. E. 5. 0 |
| 40 | Especialista 4 | Ma. E. 4. 0 |
| 200 | Especialista 3 | Ma. E. 3. 0 |

**B — SUB-GRUPO PROFESSOR**

| Total de Cargos | Denominação | Código |
|---|---|---|
| 15 | Professor 6 | Ma. P. 6. 0 |
| 2.000 | Professor 5 | Ma. P. 5. 0 |
| 40 | Professor 4 | Ma. P. 4. 0 |
| 700 | Professor 3 | Ma. P. 3. 0 |
| 700 | Professor 2 | Ma. P. 2. 0 |
| 6.600 | Professor 1 | Ma. P. 1. 0 |
| 700 | Docente Primário | Ma. P. DP |

Em razão da formação profissional, específica para o magistério, os integrantes do SUB-GRUPO ESPECIALISTA são classificados em:

— Ma. E.8.0 — O portador de titulação ao nível de DOUTORADO;

— Ma. E.7.0 — O portador de titulação ao nível de MESTRADO;

— Ma. E.6.0 — O portador de titulação ao nível de PÓS-GRADUAÇÃO;

— Ma. E.5.0 — O portador de titulação ao nível de LICENCIATURA PLENA;

— Ma. E.4.0 — O portador de titulação ao nível de LICENCIATURA DE CURTA DURAÇÃO acrescida de ESTUDOS ADICIONAIS;

— Ma. E.3.0 — O portador de titulação ao nível de LICENCIATURA DE CURTA DURAÇÃO.

Quanto ao SUB-GRUPO PROFESSOR a classificação é a seguinte:

— Ma. P.6.0 — O portador de titulação ao nível de PÓS-GRADUAÇÃO;

— Ma. P.5.0 — O portador de titulação ao nível de LICENCIATURA PLENA e os amparados pelo ítem II, do artigo 41, da Lei 3042/75;

— Ma. P.4.0 — O portador de titulação ao nível de LICENCIATURA DE CURTA DURAÇÃO acrescida de ESTUDOS ADICIONAIS;

— Ma. P.3.0 — O portador de titulação ao nível de LICENCIATURA DE CURTA DURAÇÃO e os amparados pelo ítem I, do artigo 41, da Lei nº 3042/75;

— Ma. P.2.0 — O portador de titulação ao nível de HABILITAÇÃO ESPECIFICA DE 2º GRAU, acrescida de ESTUDOS ADICIONAIS ou ESPECIALIZAÇÃO conforme estabelecido no Anexo I, da Lei 3042/75;

— Ma. P.1.0 — O portador de titulação ao nível de HABILITAÇÃO ESPECIFICA DE 2º GRAU;

— Ma. P. DP — O atual DOCENTE PRIMÁRIO SEM HABILITAÇÃO ESPECIFICA.

A parte transitória é formada por professor credenciado que exercerá as atribuições inerentes ao cargo do Grupo Magistério, em caso da falta ou impedimento do titular.

Em razão da habilitação e do campo de ação onde presta seus serviços, o professor credenciado poderá ser classificado em:

Professor Credenciado III — O portador de titulação ao nível de curso superior — HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO;

— O portador de titulação ao nível de curso superior — O PROFISSIONAL LIBERAL;

— O estudante de CURSO SUPERIOR, desde que autorizado pela SEDU.

Professor Credenciado II — O portador de titulação ao nível de curso de 2º grau — HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO.

Professor Credenciado I — O elemento SEM HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO, ressalvados os ítens anteriores.

A seleção e a convocação para o PROFESSOR CREDENCIADO, será feita anualmente em cada NÚCLEO REGIONAL por área geo-escolar.

Além da criação de cargos dos Sub-grupos Especialista e Professor, de diretrizes para o enquadramento de pessoal de Magistério, o Estatuto assegura, ainda, remuneração condigna com o objetivo de Valorizar o professional do Magistério. Procurou-se garantir, com isso, melhor qualidade para o ensino e maior prestígio ao professor da escola pública.

Para o dimensionamento do SUB-GRUPO ESPECIALISTA a previsão de enquadramento é a seguinte:

**TABELA 21**

**SUB-GRUPO ESPECIALISTA**

| Código | Ocupantes Atuais | Enquamento Previsto | Despeca c/vencimento Atual (*) | Despesa com Enquadramento |
|---|---|---|---|---|
| Ma. E.3.0 | — | 30 | 603.000, | 120.000, |
| Ma. E.4.0 | — | — | — | — |
| Ma. E.5.0 | — | 33 | 663.300, | 187.110 |
| Ma. E.6.0 | — | 03 | 60.300, | 19,200, |
| Ma. E.7.0 | — | 04 | 80.400, | 28.400, |
| Ma. E.8.0 | — | — | — | — |

FONTE: Anteprojeto de Lei — Estatuto do Magistério
(*) Alocados no subgrupo professor

TABELA 22

SUB-GRUPO "PROFESSOR"

| CÓDIGO DOS CARGOS ATUAIS | CÓDIGO DOS CARGOS PROPOSTOS | Nº DE CARGOS PROVIDOS | SALÁRIO UNITÁRIO ATUAL | SALÁRIO UNITÁRIO PROPOSTO | Nº DE PROFESSORES A SEREM ENQUADRADOS | DESPESA ANUAL COM BASE NO VENCIMENTO ATUAL | DESPESA ANUAL COM BASE NO SALÁRIO PROPOSTO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PA | Ma.P.1.0 | 6.339 | 1.675,00 | 1.740,00 | 5.667 | 10.617.825,00 | 9.860.580,00 |
| | Ma.P.2.0 | - | - | 2.500,00 | 100 | - | 250.000,00 |
| | Ma.P.3 (15h) | - | - | 2.000,00 | 100 | - | 200.000,00 |
| | Ma.P.4.0 | - | - | - | - | - | - |
| PC | Ma.P.5.0 (15h) | 385 | 2.414,00 | 2.835,00 | 380 | 929.390,00 | 1.077.300,00 |
| PB | | 232 | 1.950,00 | 2.835,00 | 230 | 452.400,00 | 652.050,00 |
| PA | | - | - | 2.835,00 | 200 | - | 567.000,00 |
| PC | Ma.P.5.0 (30h) | 130 | 4.828,00 | 5.670,00 | 130 | 627.640,00 | 737.100,00 |
| PB | | 60 | 3.900,00 | 5.670,00 | 60 | 234.000,00 | 340.200,00 |
| PA<br>PB<br>PC | Ma.P.6.0 (15h) | - | - | 3.200,00 | 03 | - | 9.600.00 |

FONTE: Anteprojeto de Lei - Estatuto do Magistério

O Anteprojeto que regulamenta o Estatuto do Magistério propõe duas modalidades de enquadramento para o pessoal em exercício: A passagem do Grupo Ocupacional 11 — EDUCAÇÃO para o GRUPO MAGISTÉRIO assegura um enquadramento automático na classe equivalente, requerendo, mesmo assim, um acréscimo de vencimento (tabela 22). A passagem do GRUPO OCUPACIONAL, 11 — EDUCAÇÃO para o GRUPO MAGISTÉRIO assegura um enquadramento à aproximadamente 473 professores e/ou especialistas, em níveis ascendentes, segundo formação profissional e tempo de serviço.

Visando atender aos preceitos legais e às aspirações do Magistério Capixaba, a SEDU assumiu o compromisso de repassar à Secretaria de Estado da Fazenda os recursos financeiros necessários para cobrir as despesas decorrentes do enquadramento previsto, quando serão beneficiados cerca de 7.000 pessoas do GRUPO MAGISTÉRIO.

Consciente de que a melhoria salarial é estímulo altamente significativo quando se pretende um melhor desempenho profissional, a Administração do Sistema procurou desenvolver uma política de correção de distorções salariais, cuja consequência imediata determinou aumentos salariais que podem ser visualizados nas tabelas abaixo:

**TABELA 23**

**Vencimentos**

| Referências | Janeiro a Maio de 1977 Cr$ | Junho a Dezembro de 1977 Cr$ |
|---|---|---|
| Professor A | 1.031,20 | 1.675,00 |
| Professor B (15 horas) | 1.474,95 | 1.950,00 |
| Professor B (30 horas) | 2.949,90 | 3.900,00 |
| Professor C (15 horas) | 1.857,00 | 2.414,00 |
| Professor C (30 horas) | 3.714,00 | 4.828,00 |
| Docente Primário | 759,00 | 986,00 |
| Monitor I | 343,00 | 650,00 |
| Monitor II | 514,00 | 1.229,00 |
| Monitor III | 14,00 por aula | 25,00 por aula |

**TABELA 24**

**Função Gratificada Escolar**

| Referências | Janeiro a Maio de 1977 Cr$ | Junho a Dezembro de 1977 Cr$ |
|---|---|---|
| FGE — 1 | 700,00 | 1.170,00 |
| FGE — 2 | 350,00 | 975,00 |
| FGE — 3 | 250,00 | 780,00 |
| FGE — 4 | 200,00 | 682,00 |
| FGE — 5 | 150,00 | 500,00 |
| FGE — 6 | 100,00 | 350,00 |

O CENSO ESCOLAR realizou-se em 1977, em todos os domicílios residenciais dos 53 municípios do Estado, objetivando a obtenção de dados capazes de subsidiar a tomada de decisões no campo educacional.

A Secretaria de Estado da Educação integrou-se com a Secretaria de Estado do Planejamento para garantir a eficiência do Projeto Censo Escolar/Pesquisa Sócio-Econômica que utilizou a investigação por amostragem domiciliar. Além desse entrosamento foi de grande relevância a participação das Prefeituras Municipais que asseguram a infra-estrutura básica para a tarefa de mapeamento, treinamento de Recursos Humanos, distribuição e recolhimento dos instrumentos próprios e coleta de dados.

Considerando a necessidade de se apurar os resultados por processamento eletrônico, e o fato do órgão próprio do Estado não ter infra-estrutura para o desenvolvimento do serviço, esta Secretaria, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento, ajustou com o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) a computação dos dados.

Os dados do Censo Escolar definidos pela SEDU foram:

—População total urbana e rural — situação de domicílio — moradores;

— População por idade, sexo, condição no domicílio;
— Escolarização: população por sexo, idade que frequenta escola, nunca frequentou, concluiu e interrompeu;
— Situação de escolaridade: idade, sexo, situação de domicílio, condição de frequência à escola, grau de escolaridade (pré-escolar 1º e 2º graus), série que frequentou ou que interrompeu os estudos — no caso de não frequentar mais escola, localização da escola que frequentava, distância da casa à escola.

O Serviço Federal de Processamento de Dados emitiu os seguintes relatórios:

— População residente com discriminação do sexo e situação do domicílio segundo grupos de idade;
— Situação de domicílio (urbano e rural) e população residente de 4 a 19 anos segundo situação de escolaridade;
— Domicílios Particulares Ocupados e População residente de 4 a 19 anos segundo situação de escolaridade;
— Domicílios Particulares Ocupados e População residente com discriminação da situação do domicílio;
— População residente de 3 anos e mais discriminando condição de alfabetização, frequência ao MOBRAL e ao Ensino Regular e situação do domicílio;
— População residente de 7 a 14 anos fora da escola;
— População residente de 0 a 14 anos de idade sexo e situação de domicílio.

Ressalta-se que considerando a dimensão do trabalho, as atividades foram realizadas num curto espaço de tempo graças ao esforço integrado do Governo do Estado, através das Secretarias de Estado da Educação e Planejamento, Prefeituras Municipais e a dedicação de todo o corpo docente da rede oficial estadual.

Com o objetivo de promover a integração Escola/Comunidade, a SEDU vem desenvolvendo programa específico, cujas principais realizações são:

— Preparação de infra-estrutura para implantação de clubes de jovens, clubes de mães. Associações Atlético desportivas;
— Visitas e encontros promovidos pela Equipe Central, em 33 municípios, atingindo-a 658 Escolas, 1364 Professores e 5.643 Líderes de Comunidade;
— Implantação de 873 Associações Escolas Comunidades;
— Promoção do Concurso "Ajude a Conservar Nossa Escola", contando com a participação de 167 escolas, das quais 43 sairam-se vencedoras;
— Promoção da "Semana da Liderança" com a participação de 167 escolas, das quais 43 sairam-se vencedoras;
— Promoção da "Semana da Liderança" com a participação UFES/SEDU/Escolas de 1º Grau de Cariacica, Vitória e Vila Velha.

Para valorizar o exercício do Magistério, a SEDU realizou o I Encontro de Professorandas Capixabas que teve como objetivo específico estimular a aluna-mestra para o exercício da função docente. Contou com a participação de 30 escolas de 30 municípios, 200 professores e 1.000 alunos.

**OS CONCURSOS CULTURAIS REALIZADOS FORAM:**

— Concurso do Cata-vento.

Participaram deste concurso alunos de 1º e 2º Graus de todo o Estado, num total de 6.378 estudantes.

Foram premiados, pela SEDU, os três primeiros colocados, com prêmios nos valores de Cr$ 3.000,00, Cr$ .. 2.000,00 e Cr$ 1.000,00 respectivamente.

— Maratona Escolar da C.E.F. — sobre Érico Veríssimo.

Promoção: CEF/SEDU/MEC/BLOCH.

O concurso, de âmbito nacional, no Estado foi realizado entre 18 Escolas de 2º Grau de Vitória, com um total de 1.553 alunos.

Aos cinco vencedores a Caixa Econômica Federal ofereceu os seguintes prêmios: 1º lugar Cr$ 10.000,00; 2º lugar Cr$ 8.000,00; 3º lugar Cr$ 5.000,00; 4º lugar Cr$ 4.000,00 e 5º lugar Cr$ 3.000,00.

Promovida com o objetivo de divulgar as atividades da SEDU, nos exercícios de 1976/77, a Exposição de Atividades, realizada na Capital, constou de:

— Painéis com levantamentos referentes a obras, equipamentos, número de pessoal docente e alunos, capacitação de recursos humanos;

— Painel aerofotogramétrico da Grande Vitória, localizando todos os prédios escolares;

— Projeção de filmes "Super 8" sonoro colorido, sobre todas as atividades da SEDU.

## 5. ÓRGÃOS COLEGIADOS

O Conselho Estadual de Educação, órgão normativo e deliberativo do Sistema Educacional realizou atividades que podem assim ser sintetizadas:

— Recebimento e despacho de 442 processos, expedição de 438 ofícios, emissão de 73 resoluções e 180 pareceres.

— Realização de reuniões:

| | |
|---|---|
| — Plenários | 61 |
| — Comissão de Ensino de 2º grau | 58 |
| — Comissão de Ensino de 1º grau | 19 |
| — Comissão de Ensino Superior | 38 |
| — Comissão de Legislação e Normas | 40 |
| — Comissão de Planejamento | 31 |
| — Comissão de Ensino Supletivo | 25 |

— Resoluções baixadas, segundo a natureza

| | |
|---|---|
| — Autorização de escolas de 1º grau | 12 |
| — Autorização de escolas de 2º grau | 14 |
| — Estudos Adicionais | 02 |
| — Planos de aplicação de recursos | 08 |
| — Ensino Superior | 01 |
| — Ensino Supletivo | 07 |
| — Outras | 29 |

A fim de oferecer melhor orientação aos Estabelecimentos de Ensino de 1º grau pertencentes ao Sistema Estadual, o Conselho promoveu um Seminário sobre Administração Escolar.

O Serviço de Inspeção do Conselho tem sob sua jurisdição a inspeção das Faculdades de:

— Farmácia e Bioquímica, Escola de Música — em Vitória.

— Direito e Ciências Contábeis e Administrativas — em Cachoeiro de Itapemirim.

— Filosofia, Ciências e Letras — em Alegre.

— Escola de Agronomia — em Alegre.

O Conselho Regional de Desportos, órgão normativo e deliberativo com jurisdição administrativa definida em legislação própria, apresentou as seguintes atividades:

— Realização de 15 reuniões;

— Expedição de 69 Alvarás de Funcionamento às Entidades e Associações Desportivas do Estado;

— Entrada de 120 processos;

— Correspondências recebidas 1.185 e expedidas 1.134;

— Registro de 297 contratos de atletas profissionais de futebol;

— Registro de 54 rescisões contratuais de atletas profissionais de futebol;

— Empréstimo de 03 atletas profissionais de futebol;

— Registro de 11 Estatutos de Associações e federação.

## 6. AS ENTIDADES VINCULADAS

A Faculdade de Farmácia e Bioquímica promoveu a expansão e melhoria do ensino farmacêutico no Estado, com o objetivo de atender à demanda de Farmacêuticos e Farmacêuticos-Bioquímicos.

Em 1977, a Faculdade atendeu a 127 alunos, representando 0,78% da matrícula global do ensino superior no Espírito Santo e aproximadamente 4,7% da matrícula total na área de ciências Biológicas e Profissões de Saúde.

As principais realizações desta Faculdade podem ser assim sintetizadas:

— Ampliação do espaço físico dos Laboratórios de Análises Clínicas Bioquímica, Microbiologia e Imunologia, Química Orgânica, Química Analítica e Farmacêutica.

— Adaptação e reforma de dependências da Farmácia-Escola e Sala de Leitura.

— Aquisição de equipamentos e materiais específicos.

— Estímulo para aperfeiçoamento do pessoal técnico/docente ao nível de pós-graduação.

— Realização do III Simpósio de Estudos Farmacêuticos-Bioquímicos, favorecendo o intercâmbio de conhecimentos científico de trabalhos e pesquisas realizados em outros centros.

— Realização de 3.659 exames de Análises Clínicas.

— Produção de medicamentos anti-helmínticos e anti-anêmicos, num total de 90.000 comprimidos e 1.400 frascos de xarope.

— Manutenção de convênios com: — Fundação Projeto Rondon em Vitória para participação nos projetos de Caieiras e Orfanato Cristo Rei e, no Piauí, Campus Avançado.

— Diretoria de Educação Física e Desportos do Espírito Santo para realização de exames aos atletas integrantes dos selecionados estudantis.

— SEDU/SESA/SEBS/EMESCAM para execução de trabalhos na área de saúde e promoção humana, junto a escolares da rede estadual de ensino e respectivas famílias.

— Encaminhamento dos projetos de Expansão e Melhoramento das Instalações da Faculdade para captação de recursos num montante de Cr$ 5.491.175,000 do MEC, US$ 30.342,40 da República Democrática Alemã e US$ 7.001,00 da República Popular da Ungria.

### 6.2. Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo

A Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo contou com uma matrícula de 236 alunos, estando em adiantada fase de absorção pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Dentre as iniciativas da Escola destacam-se:

— Produção, na área experimental, dos mais variados tipos de hortaliças num total de 2570 Kg.
— Constituição, por doação, de um rebanho de 30 novilhas mestiças, utilizando-as para manejo e reprodução por meio de inseminação artificial.
— Constituição de um rebanho de suínos para fornecimento de reprodutores e matrizes e de experimentos.
— Produção de 80.000 mudas de café para atender às necessidades dos agricultores da região.
— Instalação na área Experimental, de um pomar com cerca de 2.500 fruteiras.
— Instalação de um viveiro para produção de mudas e essências florestais, com capacidade de 30.000 mudas de essências nativas e 125.000 de essências exóticas.
— No campo dos experimentos agrícolas há de se registrar:
— introdução de competições de variedades e linhagens de arroz irrigado;
— introdução de avaliação de comportamento de cultivares de feijoeiro;
— introdução de competição de variedades e linhagens de soja;
— competição regional de cultivares de milho comercializado no Espírito Santo;
— níveis de adubação para a cultura de milho no Espírito Santo;
— calibração de análise química de solos com fósforo e calagem para cultura de milho;
— estudo dos níveis de Nitrogênio e Fósforo em três cultivares de feijão em Alegre-ES;
— coleção de variedades de mandioca, totalizando, 150 variedades;

— Adubação e realização de 900 análises de solos de rotina.
— Realização da Semana Agronômica de Alegre;
— Aquisição de móveis, equipamentos e utensílios para funcionamento do restaurante da Escola;
— Elaboração de cinco projetos, no valor total de Cr$ 3.075.900,00, para desenvolvimento de estudos, experimentos e pesquisas para captação de recursos junto à FIPEC e a Fundação Cargill.

### 6.3. Escola Superior de Música do Espírito Santo

A Escola Superior de Música do Espírito Santo contou com uma matrícula de 351 alunos assim distribuída:

— 43 nos cursos de Graduação;
— 146 no curso Preparatório;
— 150 no curso de Iniciação;
— 12 no curso de Especialização de Piano.

Dentre as principais realizações, destacam-se:

— Programação de cursos Profissionalizantes, ao nível de 2º grau, a serem aprovados pelo Conselho Estadual de Educação e de cursos de Especialização, ao nível de graduação.
— Realização de recitais, concertos, exercícios práticos, num total de 28 apresentações públicas.
— Intercâmbio e consultas a seu acervo, que é constituído de 500 livros didáticos, 1.000 partituras musicais e 1.312 gravações, a pessoas ligadas ao ensino da música e a comunidade em geral.

## 7. DESPESAS COM EDUCAÇÃO

No exercício de 1977 as Despesas com o Programa Educação à conta de recursos alocados para a Secretaria de Estado da Educação atingiram Cr$ 440.544.555,51 (Quatrocentos e quarenta milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e cinco cruzeiros e cinquenta e um centavos) do total de Cr$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) no Orçamento Geral do Estado.

Esses recursos aplicados, apresentam a seguinte composição:

**TABELA 25**

**DESPESAS REALIZADAS COM EDUCAÇÃO — 1977**

| Fontes | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | |
|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | % | Cr$ | % |
| TESOURO: | | | | |
| Ordinário | 289.544.790,00 | 82,38 | 2.425.524,00 | 3,00 |
| Fundo de participação dos Estados | 16.592.864,00 | 4,72 | — | |
| Salário Educação Quota Estadual | 21.748.942,88 | 6,18 | 15.788.451,11 | 17,00 |
| Convênios | 13.262.750,49 | 3,77 | 20.586.323,75 | 23,00 |
| Operações de Crédito | 10.360.062,28 | 2,95 | 50.234.847,00 | 57,00 |
| TOTAL | 351.509.409,65 | — | 89.035.145,86 | |

O apoio financeiro recebido pela SEDU, através da ação supletiva da União, cujo montante atingiu a cifra de Cr$ 33.849.000,00 (trinta e três milhões, oitocentos e quarenta e nove mil cruzeiros) em 1977, tem contribuído, principalmente para expansão da rede física, melhoria do ensino e das condições de atendimento da clientela escolar.

Por força de compromissos assumidos pelo Governo do Estado, através de Operações de Crédito, tendo como órgão financiador a Caixa Econômica Federal, recursos do FAS, a SEDU empreendeu significativa melhoria nas instalações físicas, pela recuperação e reequipamento de 219 escolas da rede estadual, construiu, ampliou e equipou 22 escolas de 1º e 2º graus com 74 salas de aula e salas ambiente e capacidade de absorção de 5.920 alunos em dois turnos diurnos.

Merece destaque o esforço do Governo Estadual, expresso nos percentuais aplicados, sobretudo, na manutenção do setor educacional.

SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA
E DO COMERCIO

Os problemas situados na órbita de ação da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio constituindo, alguns, desafios velados ou mesmo evidentes, foram e estão sendo estudados e resolvidos, quer nos setores da administração direta ou na área descentralizada.

Os trabalhos desenvolvidos por todos os órgãos obtiveram êxito e sem dúvida, foram proveitosos à política desenvolvimentista preconizada pelo Governo.

Levantamentos e pesquisas foram realizadas nos setores secundários e terciários de nossa economia e as suas conclusões expostas à necessária análise de técnicos estaduais das várias áreas interessadas, trabalhos estes efetuados em convênios com a F.J.S.N. e IDEIS, assim como importantes diagnósticos de setores de produção, publicados e divulgados inclusive para a iniciativa privada.

Encontra-se em fase de conclusão a implantação de um setor destinado ao apoio e incentivo às exportações de produtos capixabas de pequenas e médias empresas com vistas ao mercado externo.

O orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio para o exercício de 1977, no montante de Cr$ 38.513.000,000 (trinta e oito milhões e quinhentos e treze mil cruzeiros) foi assim distribuído:

**PARA A SEIC**

| | Cr$ | Cr$ |
|---|---|---|
| Despesas Correntes . . . . . | 4.398.000 | |
| Despesas de Capital . . . . . | 3.947.000 | 8.345.000 |
| Obras Públicas . . . . . | | 1.700.000 |

**PARA A EMCATUR**

| | | |
|---|---|---|
| Aumento de Capital da Empresa . . . . | | 2.000.000 |

**PARA O FUNDO DE FOMENTO AO TURISMO**

| | | |
|---|---|---|
| Despesas Correntes . . . . . | 4.580.000 | |
| Despesas de Capital . . . . . | 5.390.000 | 9.970.000 |
| Obras Públicas . . . . . | | 1.800.000 |

**PARA A SUPPIN**

| | | |
|---|---|---|
| Transf. Correntes . . . . . | 5.873.000 | |
| Transf. de Capital . . . . . | 14.235.000 | 20.198.000 |
| Obras Públicas . . . . . | | 14.000.000 |
| Saldo em 1º/07/77 . . . . . | | 31.316,050 |
| Depósitos (Inclusive restos a pagar) . . . | | 4.328.624 80 |
| Pagamentos . . . . . | | 4.328.722,83 |
| Saldo Bancário existente . . . . . | | 31.218,020 |

A SUPPIN como Entidade Supervisionada pelo Gabinete do Secretário, distribuída em 2 (duas) Atividades e 1 (um) Projeto, teve suas cotas de desembolso liberadas trimestralmente conforme a programação elaborada naquele órgão, que somam Cr$ 14.602.840 00 (quatorze milhões, sedesentos e dois mil e oitocentos e quarenta cruzeiros). Entretanto, apenas foi destinado recursos para o pagamento do Fundo Especial/77 no valor de Cr$ 5 000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Foi, também, repassada àquele órgão a importância de Cr$ 5.620.671,39 (cinco milhões, seiscentos e vinte mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros e trinta e nove centavos) relativa a Restos a Pagar/76.

O valor inicial do orçamento da SEIC para o exercício de 77, era da ordem de Cr$ 38.513.000,00 (trinta e oito milhões quinhentos e treze mil cruzeiros) incluindo-se as Entidades Supervisionadas. Posteriormente este valor sofreu um acréscimo de Cr$ 7.710.346,00 (sete milhões, setecentos e dez mil, trezentos e quarenta e seis cruzeiros), mediante Crédito Especial referente aos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo — FUNDES, com anulação de recursos orçamentários provenientes da Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes, passando o orçamento a totalizar Cr$ 46.223.346,00 (quarenta e seis milhões, duzentos e vinte e três mil, trezentos e quarenta e seis cruzeiros). As cotas fixadas atingiram o montante de Cr$ 43.074.758,00 (quarenta e três milhões, setenta e quatro mil e setecentos e cinquenta e oito cruzeiros).

Os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo, provenientes da Cota-Parte do Imposto Único sobre Minerais, inicialmente destacado para a Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes, fora incorporado ao Orçamento da SEIC através de Crédito, Especial, conforme autorização contida no art. 8º da Lei Orçamentária Anual para o corrente exercício.

A Empresa Capixaba de Turismo, fora aquinhoada com a importância de Cr$ 2.000.000,00 (doi milhões de cruzeiros), a título de Aumento de Capital. Deste valor recebeu até encerrar-se o exercício Cr$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil cruzeiros).

Os recursos do Fundo de Fomento ao Turismo, até dezembro, foram utilizados quase tão somente para cumprir as obrigações resultantes do Convênio existente entre a EMCATUR e o CONESTUR, no valor de Cr$.... 12).000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) e anual de Cr$ 1.440.000,00 (hum milhão quatrocentos e quarenta mil cruzeiros), revertendo este valor para a EMCATUR, pois exerce ela o suporte técnico e administrativo do Conselho Estadual de Turismo, nos moldes do art. 14 da Lei 2.997, de 29.09.75.

A Superintendência dos Projetos de Polorização Industrial recebeu Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) relativos aos recursos do Fundo Especial.

## ATIVIDADES TÉCNICAS

Com o advento da Lei nº 3.043, e sua regulamentação na parte referente à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, objeto do Decreto nº 885-N, de 17.09.76, houve necessidade de adaptação da estrutura então vigente à imposição legal.

No entanto, tão somente em maio, iniciou-se o processo de implantação da estrutura, com a nomeação dos Chefes de Departamento e Auxiliar de Chefia que vierem substituir os Chefe de Divisão e de Serviços.

Não obstante tais nomeações, mas considerando o pequeno lapso de tempo de funcionamento do Departamento de Estudos de infr estrutura Econômica e Estudos de Mercado, tão somente se encontra em atividade o Departamento de Orientação e Aperfeiçoamento Empresarial ficando a cargo deste os trabalhos de um modo geral.

Sob a coordenação de 1 (um) Assessor Técnico de Gabinete do Secretário e com o aproveitamento de todos os técnicos (Economistas) e Auxiliares de Chefia lotados nesta SEIC, foi elaborado o programa de trabalho para 1977 tendo sido assim desenvolvido:

a) **Aspectos Infraestruturais do Espírito Santo**

A finalidade do trabalho, foi condensar todas as informações sobre a infraestrutura estadual, tais como:
— energia elétrica
— água
— comunicação
— sistema financeiro
— indicadores econômicos do CIVIT
— etc....

b) **As 100 Maiores Empresas**

O objetivo principal do trabalho, é identificar as principais unidades produtoras estabelecidas no Estado, e mostrar o desempenho econômico-financeiro destas empresas, no exercício de 1976.

## ESTUDOS SETORIAIS

Tem por meta analisar a situação atual e perspectiva de mercado, com o duplo objetivo de determinar a possibilidade de expandí-lo para fazer parte do complexo pretendido, e investigar o possível suprimento por parte das plantas existentes.

Durante o exercício de 1977, a SEIC em Convênio com o IDEIES, desenvolveu os seguintes sub-setores:
— Metal Mecânica
  Estudo de Mercado
  Serviços Industriais
— Materiais de Construção
  Mármore
  Cimento
  Cal
  Esquadrias de Madeira

d) **ANÁLISE SEMESTRAL DO SETOR COMÉRCIO — 1º semestre/77**

Tem por objetivo divulgar as tendências da conjuntura comercial da Grande Vitória, abrangendo informações básicas, tais como:
— Mão-de-obra
— Compras
— Vendas
— ICM
— etc...

e) **NORMAS PARA O INVESTIDOR**

Dentro do programa de desenvolvimento traçado pelo Governo Estadual, tornou-se necessário estimular o ingresso de novas indústrias. Assim sendo, a SEIC, com o presente trabalho, fornece aos empresários elementos que lhe sirvam de subsídios, ao dirigir seus investimentos para a nossa economia.

f) **CATÁLOGO DE INCENTIVOS**

A finalidade deste trabalho, é oferecer aos empresários em geral, uma Coletânea da Legislação de Incentivos Fiscais e Creditícios no Estado do Espírito Santo.

g) **COMÉRCIO EXTERIOR — Serviço de Atendimento**

O trabalho desenvolvido, motiva o empresário capixaba a participar mais do processo de exportação, orientando-o diretamente e através de informativos sistemáticos sobre todo o processo inclusive sobre a demanda do produto identificado, instruções e encaminhamento para o registro da CACEX e todo o tipo de informação relacionada com o Comércio Exterior.

h) **ANÁLISE SEMESTRAL DO SETOR INDÚSTRIA — 1º semestre/77**

A finalidade do trabalho elaborado é divulgar e acompanhar as tendências da conjuntura industrial da Grande Vitória, abrangendo informações básicas, tais como:
— Mão-de-obra
— Compras
— Vendas
— ICM
— etc...

i) **ESTUDO DE LOCALIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES INDUSTRIAIS DO E. SANTO**

Em Convênio firmado com o MIC, foi eloborado o trabalho que visa obter elementos que permitam ordenar a área geográfica dos municípios, respeitando vocações e potencialidades regionais, e orientando sua promoção.

O trabalho esta dividido em tres fases:

— Identificação de áreas (já concluido)
— Ante-Projetos Físicos e Urbanísticos (em execução)
— Perfis Industriais (em execução).

Todos os trabalhos elaborados pela SEIC, foram divulgados pelos Departamentos, de acordo com o cadastro de divulgação que a SEIC mantém em constante atualização.

Foram desenvolvidas pelos Departamentos Técnicos, todas as atividades administrativas, inerentes aos diversos setores, tais como, informações em processos, circulares, rodízio do pessoal técnico, re-estruturação da biblioteca e todas as atividades afins.

Dentre os processos encaminhados aos Departamentos, ressalta-se, como de maior importância, os alusivos aos benefícios FUNDAP, onde a SEIC em convênio com o BANDES, acompanha e mantem controle dos contratos de financiamentos, dos investimentos compulsórios, sua respectiva comprovação após a emissão dos Certificados de Aprovação de Investimento. A SEIC vem procurando solucionar os processos pendentes, solicitando providências do BANDES para os mutuários inadimplentes.

## GRUPO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Realizaram-se em 1977 duas reuniões: uma ordinária; outra; extraordinária, durante as quais foram

aprovadas as seguintes matérias: Minuta do Regimento Interno do G.D.R.; definição dos Municípios situados na área de Fruição dos Incentivos Fiscais: São Mateus; Conceição da Barra; Nova Venécia; Barra de São Francisco; Boa Esperança; Pinheiro; Ecoporanga; Mucurici e Montanha; sugestão do G.D.R., que permite ao empresário, apresentar uma carta consulta para investimento até o limite máximo de 30.000 (trinta mil) O.R.T.N., ficando pendente de homologação Governamental, a necessidade de serem realizados, estudos que identifiquem oportunidade de investimentos para os Municípios já referidos e outros, bem como a divulgação dos incentivos fiscais através dos órgãos comunicacionais.

Em estudo a Minuta do Convênio SEIC/BANDES, para prestação de serviços técnicos destinados a concessão dos incentivos fiscais com o BANDES.

A SEIC, antevendo os possíveis prejuízos que possam ocorrer para a Região de Linhares, bem como para o Estado, com a possibilidade de não implantação da Destilaria de Alcool da Lasa — Linhares Agro-industrial) S.A. (sucessora da Usina Linhares S.A. — Açucar e Alcool) vem mantendo permanentes contatos com os empresários responsáveis pela implantação do projeto, bem como o "Condomínio de Acionistas" que se constitui em protestos a atuação da nova Diretoria da empresa.

O titular da Pasta vem mantendo reuniões com os grupos antagonistas visando encontrar uma solução para o impasse, tendo sido autorizado, por ambas as partes, a promover entendimentos com grupos de fora, com experiência e tradição no ramo, objetivando a transferencia do controle acionário. Mantem também entendimentos com as autoridades federais responsáveis pela execução da política do Alcool e Açucar, solicitando a prorrogação dos prazos fatais para o início da implantação e da operação do projeto

Os entendimentos com as autoridades e as negociações com grupos interessados estão em andamento aguardando-se soluções satisfatórias.

Conscientizada de relevante representatividade do projeto para a Região de Linhares e dos riscos a que está sujeita sua implantação, esta Secretaria, está com o firme propósito de dar solução ao problema, mesmo que sejam necessárias medidas mais rigorosas.

### Fundos, Convênios e Contratos

O Fundo de Divulgação das Oportunidades do Espírito Santo — FUNDES, criado pelo Decreto 102-2 de 31.12.69, com a finalidade de difundir as possibilidades empresariais oferecidas pelo Estado, resultante do sistema de Incentivos Fiscais, durante o exercício de 1977, proporcionou à SEIC a execução de trabalhos voltados para incentivar o empresário a investir no Estado.

Procedeu, em Convênio com o BANDES e GERES a campanha de divulgação dos incentivos fiscais concedidos pelo Decreto-Lei 880, bem como, os incentivos fiscais para as indústrias que vierem a se implantar na região Norte de São Mateus, de conformidade com o Dec. 966-N. Proporcionou, ainda, apoio junto a EMCATUR, concedendo recursos para a impressão e divulgação de folhetos promocionais nas áreas de turismo e artesanato.

Foram alocados recursos FUNDOES como contrapartida do Estado, no Convênio celebrado com o MIC, objetivando atrair investidores nas oportunidades identificadas no Projeto de Estudo de Localização de Oportunidades Industriais do Estado.

Com os recursos FUNDOES, propiciou-se todo e qualquer tipo de divulgação dentro de suas finalidades, através da imprensa escrita e falada, trazendo investimentos para o Espírito Santo e promovendo o crescimento Industrial e Comercial, bem como o seu desenvolvimento Econômico.

O Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo-FUNDES, instituído pela Lei nº 3062, de 05.07.76 e regulamentado pelos Decretos 951-N, de 15.02.77 e 1058-N, de 14.09.77, destina-se a apoiar financeiramente a implantação de projetos, programas e atividades consistentes em apoio ao setor mineral, incluindo pesquisas, levantamento geológico, prestação de assistência técnica, investigação de desenvolvimento de processo de beneficiamento mineral e promoção ou introdução de melhoramentos básicos com vistas a atender ao escoamento da produção mineral.

Em decorrência de suas finalidades foram celebrados contratos e convênios com órgãos públicos, discriminados no item 2.

No decorrer do ano findo a SEIC firmou os seguintes convênios e contratos:

Convênio SEIC/MIC/SG/SCO/Nº 09/76, firmado com o Ministério da Indústria e do Comércio, de cooperação técnica e financeira com vista ao Estudo de Localização e oportunidades Industriais no Estado do Espírito Santo.

Celebrado em 17.12.76 o referido Convênio foi executado parcialmente, em 1977. Reformulado, a conclusão do referido estudo ocorrerá no exercício de 1978.

Para a realização dos trabalhos, desenvolvidos, em 1977, houve uma liberação do MIC, da ordem de Cr$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros), e da SEIC, com recursos do FUNDOES, relativos à contrapartida do Estado, da ordem de Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) estando previsto para 1978, lideração de novos recursos por parte do MIC, para conclusão do aludido projeto, conforme reformulação proposta pela SEIC.

Contrato de Prestação de Serviços com a CERMAG-Cia. de Engenharia e Mecanização Agrícola, firmado em 27/10/77, com o objetivo de fazer urgentes e inadiáveis reparos na infraestrutura das estradas identificadas pela SEIC, por onde escoa a produção de minerais, destinados à industrialização e comercialização.

Convênios de Cooperação Técnica e Financeira com as Prefeituras Municipais de Castelo, Muqui, São Gabriel da Palha, Mimoso do Sul, Iconha e Itapemirim, visando proporcionar o escoamento da produção de minerais existentes na região.

Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com o IDEIES — Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo, firmado em 20.07.77, proporcionando à SEIC, a execução de Programa e projetos a serem desenvolvidos, dentro de uma programação setorial devidamente explicitada quanto ao seu escopo e orientação geral.

Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a Fundação Jones dos Santos Neves, firmado em 18 de janeiro de 1977, visando a execução de programas e projetos de Iniciativa e interesse da SEIC, nos setores, da Indústria, Comércio e Turismo, alocando os recursos humanos de suas respectivas áreas de atuação para consecução dos trabalhos a serem alocados em forma de Programas e Projetos.

Convênio celebrado em 24.07.77 com o CEAG/ES, BANDES e SEIC, para a realização do Projeto denominado DIAGNÓSTICO SETORIAL DO SETOR MECÂNICO DO ESPIRITO SANTO, com o objetivo de se elaborar um Programa de Investimento no Setor Metal-Mecânico do Estado, envolvendo as seguintes etapas:

1 — Análise do Parque Industrial Metal-Mecânico, atualmente instalado;
2 — Modelo Futuro; e
3 — Elaboração do Plano Diretor.

Convênio firmado em 13.01.77, entre o BANDES/GERES/BANESTES/SEIC, para implementação da

Campanha de Divulgação do Sistema de Icentivos Fiscais, criado pelo Decreto-Lei 880, de 18.09.69.

**COMPANHIA DE PESCA DO ESPÍRITO SANTO — COPESA**

Ainda se encontra em fase de liquidação esse órgão instituido pelo Governo com fundadas esperanças de franco êxito.

Várias medidas ultimamente sugeridas pelo liquidante estão sendo objeto de estudo pelo órgão técnico da SEIC. É de destacar-se, dentre as sugestões a criação de uma Fundação com os recursos remanescentes da empresa liquidanda, por doação do Estado, para que se propicie a continuidade de uma política global de defesa à exploração do mar e a assistência necessária aos armadores e percadores estabelecidos no Estado.

**FÁBRICA DE TECIDOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM S.A.-TECISA**

No que tange a esse órgão industrial continua o Governo procurando salvaguardar os interesses do Estado, seu principal acionista, mediante medidas que evitem seu fechamento, não com propósitos meramente econômicos, mas ainda, atento à questão social, pois que, a desativação a fábrica causaria de imediato o desemprego de dezenas de operarios com consequências também danosas a outras áreas correlacionadas.

O equilíbrio almejado vem marcando prioridade da Diretoria que envida os esforços necessários ao seu atingimento.

Atualmente, a TECISA produz a média mensal de 120.000 m de tecidos em padronagens diferentes mantendo 80% de suas máquinas em funcionamento.

Já se encontra em fase de ultimação a incorporação da Fábrica de óleo Araribóia à TECISA.

**SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS DE POLORIZAÇÃO INDUSTRIAL SUPPIN**

O Programa de Trabalho proposto pelo órgão para o exercício de 1977, constituido por um elenco de atividade e projetos relacionados no orçamento anual, teve seu prosseguimento normal no decorrer do exercício.

Ainda com relação ao Programa de Trabalho, foi dado início ao Projeto de Implantação de Polos Industriais no Interior do Estado através da realização do Estudo de Localização e Oportunidades Industriais no Espírito Santo, mediante um convênio assinado entre a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio (Convênio MIC/SG/SCO Nº 05/76).

**Obras de Infra-Estrutura do CIVIT**

Durante o exercício de 1977 foram executadas as seguintes obras no CIVIT:

a) **OBRA:** Rede Coletora de Esgotos Sanitários das Ruas 1, 2, 4 e Avenida B do Setor II do CIVIT, numa extensão de 6.078 m, com diâmetros variando de 150 a 600 mm.

**FIRMA:** Espiritossantense de Obras Ltda.
**VALOR:** 2.995.977,00.
**PRAZO:** 240 dias.

b) **OBRA:** Pavimentação de Avenidas de Acesso ao Setor II do CIVIT, inclusive construção do trevo de acesso com a BR-101 Norte, numa extensão de 2,5 km.

**FIRMA:** Construtora Oxford Ltda.
**VALOR:** 6.349.000,00.
**PRAZO:** 110 dias.

**Concorrências Julgadas com Início de Obra em 1978**

a) **OBRA:** Execução de Redes de Distribuição do Sistema de Abastecimento D'Água para o Setor II do CIVIT, numa extensão de 7.605 m de tubulação com diâmetros variando de 100 a 400 mm.

**FIRMA:** Reico S/A.
**VALOR:** 790.143,00.
**PRAZO:** 90 dias.

a) **OBRA:** Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial de ruas Internas da Área Piloto do Setor I do CIVIT, numa extensão de 750 m.

**FIRMA:** Construtora Oxford Ltda.

**VALOR:** 2.304.500,00.

**PRAZO:** 60 dias.

**Obras Programadas para 1978 de acôrdo com o Programa BNDE**

a) **OBRA:** Pavimentação Asfáltica de Avenidas e Ruas do Setor II do CIVIT, numa extensão de 5 km.
Valor estimado: Cr$ 16.375.000,00.

b) **OBRA:** Rede de Distribuição Interno de Água no Setor II
Valor estimado: Cr$ 800.000,00.

c) **OBRA:** Drenagem Pluvial em Ruas do Setor II
Valor estimado: Cr$ 1.600.000,00.

d) **OBRA:** Telecomunicações
Valor estimado: Cr$ 740.000,00.

O orçamento da SUPPIN é constituido por um elenco de atividades e projetos, cuja realização depende de Recursos do Tesouro (Transferência do Governo do Estado, inclusive cota-parte do Fundo Especial) e de Recursos de Outras Fontes (receitas com venda de terrenos, operação de crédito e outras).

No que se relaciona com a previsão de Recursos do Tesouro, houve uma liberação de recursos da ordem de Cr$ 10.620.000,00 (Dez milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros), sendo Cr$ 5.620.000,00 (Cinco milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros) correspondente a cota-parte do Fundo Especial do Exercício de 1976 e, Cr$... 5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros) também do referido Fundo, correspondente ao exercício de 1977.

**Promoção Industrial**

A política de Promoção Industrial foi desenvolvida pela SUPPIN que, durante o transcorrer de 1977, atendeu de maneira satisfatória aos empresários que a procuraram em busca de oportunidades de investimento e localização de suas indústrias, bem como, às inúmeras missões comerciais nacionais e estrangeiras que estiveram visitando o Espírito Santo.

No que se relaciona diretamente com o Centro Industrial de Vitória — CIVIT, exclusive os empresários que não formalizaram o seu pedido de reserva de área, foi o seguinte o movimento até dezembro de 1977:

## MOVIMENTO DOS REGISTROS E ARQUIVAMENTOS DO EXERCICIO DE 1977

| DISCRIMINAÇÃO | Jan. | Fev. | Mar. | Abr | Mai. | Jun. | Jul. | Ago. | Set. | Out. | Nov. | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Registro de Firma | 121 | 109 | 143 | 103 | 121 | 159 | 131 | 129 | 101 | 129 | 142 | 1388 |
| Baixa de Firma | 6 | 4 | 9 | 10 | 7 | 11 | 10 | 7 | 11 | 7 | 10 | 92 |
| Alteração de Firma Individual | 28 | 15 | 24 | 17 | 49 | 41 | 63 | 47 | 43 | 52 | 35 | 414 |
| Registro de Filial | 4 | 3 | 12 | 1 | 11 | 10 | 3 | 11 | 6 | 4 | 3 | 68 |
| Contrato Social | 64 | 55 | 89 | 80 | 111 | 96 | 106 | 125 | 95 | 91 | 120 | 1032 |
| Alteração Contratual | 12 | 56 | 90 | 71 | 111 | 120 | 121 | 144 | 120 | 119 | 114 | 1078 |
| Distrato Social | 5 | 2 | 2 | - | 2 | - | 3 | 8 | 2 | 9 | 6 | 39 |
| Atos Constitutivos | 1 | 2 | - | 4 | 1 | - | 1 | 2 | 1 | - | 1 | 13 |
| Ata Ordinaria | 13 | 1 | 9 | 23 | 44 | 12 | 11 | - | - | 7 | 3 | 123 |
| Ata Extraordinaria | 12 | 11 | 12 | 26 | 33 | 18 | 25 | 25 | 28 | 30 | 24 | 244 |
| Ata Diretoria | 11 | 7 | 11 | 12 | 9 | 11 | 13 | 13 | 26 | 10 | 13 | 136 |
| Ata Extraordinaria/Ordinaria | - | - | - | - | - | - | - | - | 16 | - | - | 16 |
| Ata do Conselho Fiscal | - | - | 1 | - | 1 | - | - | - | - | - | - | 2 |
| Ata do Cons. Administrativo | - | - | - | - | - | - | 7 | - | - | - | - | 7 |
| Diario Oficial | 25 | 25 | 20 | 50 | 77 | 85 | 65 | 54 | 49 | 42 | 51 | 543 |
| Boletim de subscrição | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | - | 1 | - | - | - | - | 8 |
| Proteção do nome comercial | 3 | 20 | 40 | 6 | 16 | 14 | 11 | 11 | 7 | 7 | 8 | 143 |
| Procuração | 4 | 3 | 11 | 15 | 9 | 22 | 11 | 16 | 14 | 17 | 12 | 134 |
| Emancipação | 12 | 13 | 12 | 9 | 11 | 11 | 21 | 24 | 12 | 18 | 18 | 149 |
| Certidão | 156 | 109 | 222 | 165 | 296 | 239 | 207 | 202 | 179 | 194 | 116 | 2085 |
| Busca | 18 | 5 | 16 | 5 | - | 19 | 52 | 41 | 54 | 46 | 49 | 305 |
| Livros e fichas | 457 | 398 | 575 | 425 | 574 | 567 | 586 | 731 | 517 | 592 | 503 | 5925 |
| Fotocopia ou xerox | 34 | 16 | 30 | 26 | 38 | 34 | 34 | 44 | 27 | 36 | 29 | 348 |
| Baixa de Filial | 1 | 1 | 4 | - | 2 | - | - | - | - | - | - | 8 |
| Cancelamento | 2 | 1 | 3 | 1 | 2 | 11 | 10 | 17 | 14 | 19 | 18 | 98 |
| Atendendo Formalidade | 92 | 67 | 115 | 106 | 161 | 120 | 149 | 174 | 126 | 130 | 152 | 1392 |

MOVIMENTO DOS REGISTROS E ARQUIVAMENTO DO EXERCÍCIO DE 1977

| DISCRIMINAÇÃO | Jan. | Fev. | Mar. | Abr. | Mai. | Jun. | Jul. | Ago. | Set. | Out. | Nov. | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Carteira do Exercício Prof. | 3 | - | 1 | - | 1 | - | 2 | - | - | - | - | 7 |
| Requerimento | - | 2 | 11 | 3 | 8 | 47 | - | 11 | - | - | - | 82 |
| Recurso | - | 1 | 2 | 3 | 6 | 1 | - | - | - | - | - | 13 |
| Leiloeiro Público | - | 1 | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | 2 |
| Transferencia de Ltda p/ S/A | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Mudança de endereço de Sucursal | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Relação de Acionistas | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Arquivamento de Alvará | - | - | - | 1 | 1 | - | - | - | - | - | - | 2 |
| Prestação de Armazenagem | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Liquidação | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Consulta | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Notificação | - | - | - | - | 1 | 4 | - | - | - | - | - | 5 |
| Baixa de Nomeação de fiel | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Nomeação de Fiel | - | - | - | - | 1 | - | - | 8 | - | - | - | 9 |
| Aditivo Contratual | - | - | - | - | - | 10 | - | - | - | - | - | 10 |
| Movimento de Entrada e Saida | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | 1 |
| Destituição de Fiel | - | - | - | - | - | - | - | 2 | | - | - | 2 |
| Descrição de Armazem | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | 1 |
| T O T A I S | 1086 | 929 | 1465 | 1165 | 1709 | 1662 | 1545 | 1847 | 1448 | 1559 | 1427 | 15931 |

# RELAÇÃO DE INDÚSTRIAS DO CIVIT - POSIÇÃO EM 15.12.77

## SETOR I

| NOME DA EMPRESA | GRUPO RESPONSÁVEL | PROCEDÊNCIA | RAMO DE INDÚSTRIA | PRINCIPAIS PRODUTOS | INVESTIMENTO TOTAL (Cr$1.000,00) | MÃO-DE-OBRA | ÁREA (m²) | DATA DE ENTRADA NA SUPPIN | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 - FIBRASA | Souza Castro e Plástico Paraná | MG | Produtos de Matérias Plásticas | Fios e sacaria de polietileno e polipropileno | 16.500 | 148 | 13.500 | 03/73 | Em Operação |
| 02 - CARBOINDUSTRIAL | Olvind Lorentzen | RJ | Metalúrgica | Pasta de eletrodos | 70.125 | 104 | 94.050 | 06/73 | Em Operação |
| 03 - POLYDOMUS | Serafim e Vaz | ES | Produtos de Matérias Plásticas | Embalagens de polietileno | 4.016 | 34 | 5.400 | 10/73 | Em Operação |
| 04 - AGROSUCO | Elomesco | ES | Produtos Alimentares | Sucos, oleos e rações | 21.000 | 480 | 78.877 | 01/74 | Área Adquirida |
| 05 - CONELE | Cia. Industrial Roberto Ugolini | RJ | Material elétrico e de comunicações | Cordoalhas, rabichos de escova, fios estanhados e isolados | 19.000 | 49 | 20.585 | 01/74 | Em Operação |
| 06 - TEVIX | Sobisa | RJ | Têxtil | Cadarço para "fecho-eclair" | 18.000 | 120 | 46.786 | 02/74 | Em Implantação |
| 07 - ALBA | Alba S/A - Indústrias Químicas | SP | Química | Formol e adesivos para madeira | 22.000 | 29 | 62.068 | 06/74 | Em Implantação |
| 08 - METALÚRGICA VITÓRIA | Canabrava e Cinque | MG | Metalúrgica | Ferragens para distribuição de energia | 2.433 | 40 | 10.800 | 07/74 | Em Operação |
| 09 - OPTIVIS | Serge Apotheker | RJ | Outras | Lentes Oftálmicas e Bifocais | 23.232 | 100 | 8.100 | 08/74 | Área Adquirida |
| 10 - COLTRAC | Coltrac | MG | Mecânica | Chapas e perfis de metal | 2.300 | 170 | 10.800 | 02/75 | Área Adquirida |
| 11 - FUNDIÇÃO MARTINS | Indústria Mecânica Martins | ES | Mecânica | Fundição, usinagem, caldeiraria | 1.700 | 30 | 5.400 | 12/75 | Em Operação |
| 12 - PINDETEX | Pindetex | SP | Química | Formoldeido e resinas sintéticas | 32.000 | 100 | 43.200 | 02/75 | Em Implantação |
| 13 - CONASA | Conasa | RJ | Mecânica | Roletes e correias transportadoras | 3.500 | 46 | 5.400 | 06/76 | Em Implantação |
| 14 - PLIMA | Emile Scofford | PR | Mobiliário | Móveis e estofados | 8.000 | 40 | 5.400 | 09/76 | Em Operação |
| 15 - VIFORMA | Sodine/Sparta | SP | Madeira | Sistemas de embalagem e transporte | 16.464 | 310 | 5.400 | 06/76 | Área Adquirida |
| 16 - BREFERTIL | Breda | ES | Química | Fertilizantes formulados e simples | 4.700 | 50 | 13.500 | 03/77 | Em Operação |
| 17 - FAVIT | Freire Jr. e outros | MG | Mecânica | Fundidos de aço | 14.000 | 100 | 7.770 | 06/77 | Em Implantação |
| TOTAL ..... | | | | | 278.970 | 1.955 | 457.136 | - | - |

# RELAÇÃO DE INDÚSTRIAS DO CIVIT - POSIÇÃO EM 15.12.77

## SETOR II

| NOME DA EMPRESA | GRUPO RESPONSÁVEL | PROCEDÊNCIA | RAMO DE INDÚSTRIA | PRINCIPAIS PRODUTOS | INVESTIMENTO TOTAL (Cr$1.000,00) | MÃO-DE-OBRA | ÁREA (m²) | DATA DE ENTRADA NA SUPPIN | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 - REICONTAINER | Raico | MG | Material de transporte | Containers e trailers | 23.080 | 164 | 107.505 | 12/75 | Área Adquirida |
| 02 - INTERLINE | Schieder - Bobel | Alemanha | Mobiliário | Cadeiras e modulações para móveis | 17.500 | 200 | 59.600 | 02/76 | Área Adquirida |
| 03 - BETINGÁS | Betingás | MG | Química | GLP | 37.722 | 100 | 71.400 | 05/77 | Em Tramitação |
| 04 - POSTES CAVAN | Cavan | RJ | Minerais não metálicos | Postes de concreto armado e artefatos de concreto | 5.000 | 100 | 36.000 | 11/77 | Em Tramitação |
| TOTAL ..... | | | | | 83.302 | 564 | 274.705 | - | - |

Resumidamente, dos quadros apresentados anteriormente, concluimos:

**QUEM ESTÁ NO CIVIT**

| Discriminação | Número de Indústrias | Mão-de-Obra |
|---|---|---|
| Em operação . . ..... | 8 | 500 |
| Em implantação . ..... | 4 | 295 |
| Área adquirida . ..... | 6 | 1.424 |
| Em tramitação . ..... | 3 | 300 |
| TOTAL . . ..... | 21 | 2.519 |

Com relação às indústrias que vêm operando no CIVIT, temos o seguinte posicionamento:

**INDÚSTRIAS EM OPERAÇÕES NO CIVIT**

| Discriminação | Investimento Total Cr$ 1.000 | Mão-de-Obra | Principais Produtos |
|---|---|---|---|
| FIBRASA . . ..... | 16.500 | 148 | Fiação e Sacaria de Polipropileno |
| CARBOINDUSTRIAL . . ..... | 70.125 | 104 | Pastas de Eletrodos "Soedberg" |
| POLYDOMUS . . ..... | 4.016 | 34 | Embalagens Plásticas |
| CONELE . . ..... | 19.000 | 49 | Cordoalhas, Cabos Telefônicos e Especiais |
| METALÚRGICA VITÓRIA . ..... | 2.423 | 40 | Ferragens para Distribuição de Energia |
| FUNDIÇAO MARTINS . ..... | 1.700 | 35 | Fundição, Usinagem e Calderaria |
| PLUMA . . ..... | 8.000 | 40 | Móveis Estofados |
| BREFERTIL . . ..... | 4.700 | 50 | Fertilizantes Formulados e Simples |
| TOTAL . . ..... | 126.474 | 500 | — |

**Outros**

A equipe técnica da SUPPIN participou ainda, durante o decurso do exercício de 1977, das seguintes tarefas:

1 — Coordenação do Estudo de Localização e Oportunidades Industriais no Estado do Espírito Santo (Convênio MIC/SG/SCO Nº 09/76) durante a realização das etapas Definição de Área Localização Industrial e Alternativas Locacionais, Identificação de Potencialidades e Oportunidades Industriais e Promoção de Investimento, de janeiro a novembro de 1977.

2 — Participou da Tomada de Preços a nível nacional, para a seleção de firmas que pudessem desenvolver os Ante-Projetos físico e urbanísticos para sete áreas industriais apontadas pelo estudo anteriormente mencionado, bem como, para a identificação de oportunidades de investimento por gêneros industriais.

3 — Elaboração do projeto de solicitação de financiamento e, posteriormente, de sua reformulação, encaminhado ao Ministério da Indústria e do Comércio com vistas a Elaboração do Estudo de Localização e Oportunidades Industriais no Espírito Santo.

4 — Acompanhamento físico e financeiro do projeto de expansão do CIVIT, ora em realização através de recursos do BNDE, Governo do Estado e CVRD.

5 — Participação no 2º Encontro Nacional de Distritos Industriais, realizado em Porto Alegre (RS), presidindo os trabalhos da Comissão nº 1: Modelo Operacional para Implantação de um Distrito Industrial.

6 — Ajuizamento e acompanhamento de ações visando aquisição de imóveis.

7 — Assessoramento com respeito à zoneamento do município de Serra, com vistas a preservação de zona industrial.

**Junta Comercial**

A Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, foi criada pela Lei nº 537 de 10 de novembro de 1908 e transformada em Entidade Autárquica, dotada de personalidade jurídica própria, através da Lei nº 2297 de

23 de fevereiro de 1968. Está subordinada administrativamente à Secretaria da Indústria e do Comércio e técnicamente, aos Orgãos e Autoridades do Ministério da Indústria e do Comércio — Departamento Nacional de Registro do Comércio (Artº 9º da Lei Federal nº 4726 de 13 de julho de 1965).

## RECEITA REFERENTE AOS MESES DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 1977

| | | |
|---|---|---|
| JANEIRO | Cr$ | 280.573,00 |
| FEVEREIRO | Cr$ | 251.076,00 |
| MARÇO | Cr$ | 363.573,00 |
| ABRIL | Cr$ | 313.716,00 |
| MAIO | Cr$ | 459.030,00 |
| JUNHO | Cr$ | 446.636,00 |
| JULHO | Cr$ | 422.401,00 |
| AGOSTO | Cr$ | 470.970,00 |
| SETEMBRO | Cr$ | 390.089,00 |
| OUTUBRO | Cr$ | 393.227,00 |
| NOVEMBRO | Cr$ | 382.524,00 |
| TOTAL GERAL | Cr$ | 4.173.815,00 |

## PROCESSOS JULGADOS PELAS TURMAS DE VITÓRIA

### ANO DE 1977

| Meses | Número | Total |
|---|---|---|
| Janeiro | 418 | |
| Fevereiro | 398 | |
| Março | 609 | |
| Abril | 538 | |
| Maio | 738 | |
| Junho | 750 | |
| Julho | 764 | |
| Agosto | 818 | |
| Setembro | 671 | |
| Outubro | 922 | |
| Novembro | 730 | 7.402 |

## EMPRESA CAPIXABA DE TURISMO SA — EMCATUR

A Elaboração do Plano de Ação para TURISMO 1976, em consonância com a Política Estadual de Turismo, constituiu a primeira preocupação da nova Diretoria da EMCATUR, no sentido de investimento maciço no setor, direcionada para o aproveitamento máximo das novas oportunidades e fortalecimento do processo iniciado, com a finalidade de criar soluções exigidas pela potencialidade turística do Estado.

O referido Plano foi submetido à apreciação do Governo do Estado, objetivando apoio financeiro para sua efetiva execução.

Paralelamente, foi desenvolvido um trabalho para regulamento interno de Empresa e seus diversos setores no sentido de dar uma estrutura organizacional básica à mesma, em consonância com as suas finalidades e características técnicas.

### Recursos Financeiros

**Recursos disponíveis até 30.11.1977:**

| | Cr$ |
|---|---|
| 1) Recursos do Estado para aumento de Capital | 685.000,00 |
| 2) Recebido da COMDUSA — referente parte de venda da EMESA | 900.000,00 |
| 3) Receita operacional do Radium Hotel | 1.319.384,26 |
| 4) Receita operacional Centro de Convenções | 3.000,00 |
| 5) Receita Convênio — CONESTUR — EMCATUR para suporte administrativo | 1.080.000,00 |
| 6) Outras receitas | 37.860,00 |
| 7) Receita de Dividendos da PETROBRÁS | 261.961,36 |
| 8) Receita de Bonificação da PETROBRÁS | 769.190,00 |

A carência de dados estatísticos sobre a demanda e a oferta Turística do Estado do Espírito Santo, resultou a elaboração do Anuário Estatístico de Turismo, constituindo assim, num instrumento importante para o conhecimento do fluxo turístico interno, visando sobretudo colocar à disposição de entidades envolvidas nas atividades turísticas, dados e informações que permitiram um processo racional de tomada de decisões.

O referido documento ainda não publicado, se encontra em poder da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, para licitação de preços junto às gráficas, esperando-se assim que no início de 1978 seja a sua publicação.

### Levantamento de Eventos Turísticos

Visando a publicação do calendário de eventos turísticos de 1978, com a finalidade precípua de melhor divulgar em manifestações culturais e populares dos municípios integrados ao SISTEMA ESTADUAL DE TURISMO, a EMCATUR através de Formulários encaminhados às 53 Prefeituras Municipais, procedeu o inventário de 43 eventos, tendo incluído no calendário 13 municípios que responderam a solicitação feita.

### Pesquisas de Eventos

a) IV Semana de Artes de São Mateus — Local — Porto de São Mateus — Período — 22 a 29.10.77;
b) Exposição Agro-Pecuária de Linhares — Local — Linhares — Período — 24 a 27.11.77.
c) Festa de Nossa Senhora da Conceição — Local — Conceição da Barra — Período — 07 a 11.12.77;
d) Festa de São Benedito — Local — Serra — Período — 24 a 27.12.77.

As referidas pesquisas constituiram em uma organização planejada de informações obtidas através de questionários com perguntas de interesse turístico, visando a um estudo de hierarquização junto aos demais eventos, estabelecendo-se assim, a sua importância turística sobre bases objetivas e comparativas.

## RECURSOS HUMANOS

Objetivando a promover o desenvolvimetno de Recursos Humanos na execução dos programas de formação profissional, no setor turístico, o Convênio firmado entre a EMBRATUR e o PIPMO foram realizados os seguintes cursos, através do Centro Estadual de treinamento de Recursos Humanos para Turismo — CENESTUR.

| Nome do Curso | Carga Horária | Nº de Participantes |
|---|---|---|
| Motorista de Taxi ..... | 30 hs | 13 |
| Patrulheiros Rodoviários . .. | 30 hs | 20 |
| Dirigentes de Órgãos Municipais de Turismo ..... | 40 hs | 20 |
| Seminário para Prefeitos ... | 04 hs | 20 |
| Recepcionistas para Congressos . . ..... | 50 hs | 34 |
| Patrulheiros Rodoviários . .. | 30 hs | 20 |

## REIMPRESSÃO DE MATERIAL

Em vista do pouco número de material promocional turístico existente nos estoques da empresa foram reimpressos no mês de agosto, pela Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, 69.700 (sessenta e nove mil e setecentos) exemplares de diversos folhetos promocionais;

— 10.000 exemplares do Mapa Turístico do Espírito Santo realçando os pontos turísticos do Estado com ilustrações coloridas.
— 5.000 exemplares dos folhetos Ticumbi mostrando em fotografias e textos em inglês-português o folclore do Estado, suas características e locais das manifestações.
— 4.700 exemplares do folheto Pesca Oceânica, com texto em inglês-português, divulgando as potencialidades piscosas das águas do litoral capixaba.
— 20.000 Informativo Turístico, num pequeno prospecto contendo relação de restaurantes, boates e bares de Vitória.
— 5.000 Mini-Posters de Marataízes.
— 5.000 Mini-Posters de Guarapari
— 5.000 Mini-Posters de Vila Velha
— 10.000 Mini-Posters de Vitória
— 10.000 folhetos do Centro de Convenções de Guarapari enfocando as vantagens que o Centro apresenta para a realização de Congressos, Seminários e Encontros.

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A Empresa esteve presente através da colaboração técnica e financeira, aos seguintes eventos a nível regional e nacional.

a) Concurso de Esculturas em Areia — 16 de janeiro/77 — Guarapari.
b) Turismo Receptivo — Navio FUNCHAL — 15 e 16/12/77 — Vitória.
c) Festa de São Roque — 8/4/77 — Santa Teresa.
d) II Reunião Oficial de Turismo — 16 a 18/7/77 — Rio de Janeiro.
e) Semana da Arte de São Mateus — 22 a 25/10/77 — São Mateus.
f) Exposição Agro-Pecuária de Vitória — 24 a 27/11/77 — Linhares.
g) Festa de Nossa Senhora da Conceição — 7 a 11/12/77 — em Conceição da Barra.
h) Festa de São Benedito — 24 a 27/12/77 — Serra.
i) FEIRANTE III — 4 a 8/9/77 — Vitória.
j) FEIRARTE IV — 15 a 18/12/77 — Vitória.
k) FEIRA DOS MUNICIPIOS — Patrocinada pela UCIS, a VII Feira dos Municípios foi executada pela EMCATUR, seguindo a coordenação daquela Unidade.
l) Ornamentação Natalina — em colaboração com a Prefeitura Municipal de Vitória.

## POSTOS DE INFORMAÇÕES TURISTICAS

O posto de informações turísticas instalado no Aeroporto de Vitória, teve as suas atividades encerrada, por motivo de reformas no Aeroporto, aguardando liberação de uma outra área destinada a implantação de um novo posto, bem como a instalação de uma Galeria destinada à comercialização do produto artezanal.

## LANÇAMENTO DO TURISMO DOMÉSTICO

A EMCATUR interessada em assegurar o fluxo turístico para o Espírito Santo, durante o período de baixa-estação, lançou em Vitória o TDR, com a participação efetiva dos técnicos da EMBRATUR, Agentes de Viagens e Hoteleiros.

## COMERCIALIZAÇÃO DO ARTEZANATO CAPIXABA

Visando a instalação da Galeria do Artezanato em Brasília e a Galeria do Aeroporto, prevista para a 1a. quinzena de janeiro de 1978, foram adquiridas através de Recursos do FUNDOES no valor de Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), 5.600 peças artesanais, para comercialização do produto naqueles postos.

## CENTRO DE CONVENÇÕES DE GUARAPARI

Durante o ano de 1977, foram realizados naquele Centro os seguintes eventos:

— 31 de janeiro — Posse do Prefeito de Guarapari
— De 21 a 24 de abril — XXVIII Reunião do Conselho Nacional de Escoteiros do Brasil
— De 25 a 29 de abril — Seminário de Empresas de Processamento de Dados
— 31 de julho — Peça Teatral Colégio Polivalente de Guarapari
— 7 de setembro — Prefeitura de Guarapari Culto Cívico
— 10 de setembro — Encontro dos Rotarianos de Guarapari
— De 19 a 23 de setembro — IX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil
— De 18 a 21 de outubro — V Congresso de Pesquisas Cafeeiras — IBC
— De 25 a 28 de outubro — Congresso da Volkswagem
— De 29 a 30 de outubro — Peça Infantil Prefeitura de Guarapari
— 10 de dezembro — Apresentação do Coral da Fundação Cultural

## ASSESSORIA DA IMPRENSA

— Foram expedidos "press-release" para a imprensa falada escrita e televisada do Estado, noticiando promoções, projetos e eventos realizados pela EMCATUR.
— Lançado, em outubro, o nº 1 do INFORMATIVO mensal noticioso sobre as atividades da empresa.
— Prestado atendimento diário aos repórteres.

## ATENDIMENTOS DE PEDIDOS DE MATERIAL PROMOCIONAL

— Todos os pedidos pessoais ou encaminhados por correspondência solicitando material turístico promocional sobre o Espírito Santo foram atendidos por este Setor, bem como a distribuição dirigidas a Agentes de Viagens de todos os Estados da Federação.

## CONESTUR

Ao Conselho Estadual de Turismo, coube as decisões sobre a política adotada no Estado, julgamento e pareceres normativos em vários processos de interesse ao desenvolvimento do setor terciário, promovido e executado pela EMCATUR, bem como o repasse de recursos necessários à manutenção de suporte financeiro à Empresa.

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR
E DOS TRANSPORTES

A Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes, de natureza substantiva, cumpre a sua finalidade de desenvolver as medidas tendentes à ampliação e ao aperfeiçoamento da infra-estrutura de transportes, energia, telecomunicações, saneamento e recursos hídricos.

Na execução da política global, atuam órgãos que se vinculam à SEIT sob as formas de autarquias e sociedades de economia mista:

— Administração do Porto de Vitória — APV;

— Companhia Espírito Santense de Saneamento — CESAN;

— Companhia de Melhoramestos e Desenvolvimento Urbano — COMDUSA;

— Departamento Estadual de Estradas de Rodagem — DER;

— Departamento de Edificações e Obras — DEO.

Desenvolveu a Secretaria, diretamente, diversos projetos.

**1. Segunda Ponte**

A Ponte do Principe, ou 2a. Ponte, como houvera sido planejada pelo DNER, serviria apenas de liame entre a BR-262 e a BR-101.

Posicionou-se, então, o Governo do Estado fazendo ver ao Órgão Federal que a mesma iria intervir no sistema urbano da Grande Vitória, podendo o projeto dos seus acessos ser alterado para servir, também, como via de descongestionamento do tráfego que atualmente escoa pela ponte "Florentino Avidos", única ligação Ilha-Continente Sul.

Transferindo o DNER à Administração Estadual a responsabilidade de execução dos acessos projetados para o lado da Ilha, tratou-se de alocar recursos ao projeto.

Por delegação, a COMDUSA iniciou a obra, que está estimada em Cr$ 28.647.160,00 (vinte e oito milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e sessenta cruzeiros), apresentando um cronograma para execução em 06 meses.

A ingerência do Governo Estadual possibilitou o aproveitamento racional da área, permitindo a construção do terminal rodoviário e construção de centro comercial.

**2. Terceira Ponte**

No exercício de 1977, foram realizadas várias articulações junto a organismos federais no sentido de viabilizar os recursos necessários à implantação da Terceira Ponte.

De vital importância para o ordenamento urbano da Grande Vitória indispensável como apoio ao desenvolvimento industrial da micro região homogênea de Vitória, a terceira ligação Ilha—Continente—Sul muito provavelmente será o financiamento por que tanto se batalha, viabilizado no ano de 1978.

**3. Transporte Aquaviário**

O sistema de transporte Aquaviário está sendo implantado.

Com o funcionamento das lanchas Garça e Gaivota, os usuários do precário sistema passaram a desfrutar dos serviços de duas novas e confortáveis barcas, para transporte de até 160 pessoas sentadas.

Os terminais de Paul e Vitória foram totalmente remodelados, oferecendo condições de funcionamento para o sistema e o bem-estar do usuário.

A linha Vitória—Vila Velha começará a funcionar em 1978, já tendo sido o iniciado, em janeiro, a construção do terminal aquaviário de Vila Velha, na enseada denominada Prainha.

Também no corrente ano deverão entrar em operação os terminais de Porto de Santana Santo Antonio e Ateiro da COMDUSA (praia do Suá), nos quais serão empregadas mais 05 embarcações, já encomendadas, no valor total de Cr$ 12.867.080,00 (doze milhões, oitocentos e sessenta e sete mil e oita cruzeiros).

A melhoria das vias de acesso ao terminal de Paul está sendo concluída pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

Como projeto pioneiro ficou a cargo da COMDUSA a operação do sistema, até que haja condições de se tornar independente.

**4. Terminal Rodoviário**

As condicionantes sociais do nosso Estado e as características da Grande Vitória, ainda não considerada área metropolitana mas com os problemas que afligem os municípios integrantes dessa conceituação, induziram a Administração Estadual a tomar a iniciativa da construção de um terminal rodoviário de passageiros.

Sofrendo o impacto de mais de 400 viagens interurbanas diárias, localizado em área congestionada e não oferecendo condições para qualquer ampliação ou reforma, o improvisado terminal da Praça Misael Pena deixou de ser objeto de cogitação. Foi então, solicitado à Fundação Jones dos Santos Neves um estudo para "Dimensionamento e Localização do Terminal de Passageiros".

Assentou-se, inicialmente, que, nesses estudos preliminares — estipulado e dimensionamento do terminal para um período de 10 a 15 anos — deveriam ser considerados fatores fundamentais e da maior significação em obras dessa espécie, tais como a área de expansão, acessibilidade, menor custo, de desapropriações aquisições e construção e compatibilidade com a área urbana e com obras, de infra-estrutura urbana.

Após análises e pesados os prós e os contras, decidiu-se que nenhuma outra área dotada de melhores condições do que a de 385.000,00m2 que a COMDUSA vinha urbanizando na Ilha do Príncipe.

Partiu-se então para a viabilização de recursos e o Terminal Rodoviário já se encontra em construção.

Se não correr qualquer contra-tempo de vulto, em outubro de 1978, estará sendo entregue aos usuários.

5. **Eletrificação Rural**

No exercício de 1977, o Governo do Estado aplicou, efetivamente, no programa de eletrificação rural, a cifra de Cr$ 43.567.994,00 (quarenta e três milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, novecentos e noventa e quatro cruzeiros).

O convênio firmado em 20/02/76, para estudo de 800 Km de linhas tronco foi aditado, retificado e ratificado em 1977, alterando para 1.500 Km e atingindo-se aproximadamente 3.000 Km de estudos, sendo construído 479 Km de linhas de distribuição de energia.

Na área cacaueira, onde Estado e CEPLAC investem, concluiu-se o programado no convênio firmado em 05/07/74 e editado em 17/12/74, 27/10/76 e 19/06/77, ficando concluídos 37 Km de linhas de distribuição inauguradas nos meses de outubro e dezembro. As obras desse convênio, somaram Cr$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros).

Para o subprograma de eletrificação rural, também denominado Plano ELETROBRÁS, que visa estimular a construção de ramais para atendimento às propriedades rurais o Governo do Estado destinou a quantia de Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros). Desse **plano participam a ELETROBRÁS, o consumidor, o Governo do Estado e a ESCELSA. Devido as características**, o plano de trabalho se desenvolve mais lentamente.

Dentro da área de concessão da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A, que atende os municípios de Colatina Pancas, São Gabriel da Palha e parte de Santa Teresa, foram executados cerca de 100 Km de linhas de distribuição. O contrato continua sem vigor, pois algumas obras terão andamento ainda em 1978.

**CESAN**

A Inauguração do sistema de produção de água para a Grande Vitória, ocorrida em junho de 1977, constituiu-se no evento de maior significação no campo do saneamento básico deste Estado nos últimos anos.

A complexidade das instalações suas dimensões e seu custo elevado, aliados à carência no mercado interno de determinados materiais indispensáveis à operação e proteção de vários componentes desse sistema e, ainda, as dificuldades construtivas decorrentes das condições precarias dos terrenos e vias públicas onde as tubulações foram implantadas, provocaram retardamentos nos prazos inicialmente previstos, dificultando com isto a rápida atenuação das carências do abastecimento de água em toda a área de nossa Capital.

Vencida essa primeira e decisiva etapa do plano de trabalho da Companhia Espírito Santense de Saneamento há que se dar continuidade, no triênio 78/80, ao programa de implantação de sub-adutoras, redes distribuidoras e reservatórios de água tratada, de sorte a se poder, efetivamente, superar as carências antes referidas e a própria meta do Plano Nacional de Saneamento, PLANASA qual seja, dotar de água tratada, até 1980, a pelo menos 80% da população urbana do Espírito Santo.

Visando ao objetivo primordial acima descrito, deu-se início à construção das redes de água tratada já em 1976, com o que nos foi possível, ao final de 1977 atender em condições bem melhores a quase todo o município de Vila Velha, a grande parte de Jardim América e do populoso bairro de Campo Grande.

Na área de Vitória, o primeiro bairro incluido na programação de redes foi o de Santo Antonio e adjacências, devendo as tubulações já instaladas entrarem em operações juntamente com a nova elevatoria de Santa Clara, em fase final de obras.

Considerou-se fundamental, para o alcance dos objetivos pretendidos, dar prioridade à construção das grandes sub-adutoras de água tratada, ligando a estação de tratamento de Vale Esperança aos centros de consumo em Vila Velha, Campo Grande e Jardim América, e o reservatório de Santa Clara ao bairro de Santo Antonio, a fim de melhorar, tão rápido quanto possível, as condições de atendimento de antigos usuários da CESAN, que tiveram cada vez mais deficiente o seu abastecimento de água, na medida em que se expandiam de forma acelerada os aglomerados urbanos sem o acompanhamento da infra-estrutura de apoio indispensável.

O prosseguimento desta estratégia deverá considerar em 1978 a zona norte de Vitoria como prioritaria, compreendendo os bairros de Bento Ferreira, Praia do Suá, Praia do Canto e adjacências, Maruipe, Goiabeiras e Camburi.

Paralelamente, serão ampliadas as redes de Vila Velha e Campo Grande, sobretudo deste último bairro, com vistas ao atendimento das áreas novas de expansão da cidade, atualmente mal atendidas, ou não bastecidas de qualquer forma. Espera-se, só na região de Campo Grande, atender a 6.000 novas ligações, ou cerca de 30.000 pessoas.

No município da Serra, em especial no Distrito de Carapina, a CESAN desenvolve o seu segundo grande sistema. Em 1977 concluímos a primeira sub-etapa, ligando o sistema da Lagoa Jacuném ao Porto de Tubarão, da CVRD, e proporcionando as condições para o fornecimento de água ao canteiro de obras da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Vários Conjuntos Habitacionais da COHAB e do INOCOOP já estão sendo atendidos pela CESAN naquela região, estando outros em fase de conclusão, devendo, até fins de 1978, o número de residências servidas ultrapassar a 6.000 unidades, incluindo também o antigo bairro de Carapina Grande, hoje em fase de acelerado crescimento, refletindo o notável desenvolvimento que experimenta todo o Distrito de Carapina.

Nesta conjuntura, assume lugar preponderante o desenrolar da obra do sistema definitivo de abastecimento de água de Carapina, com base no rio Santa Maria, obra já parcialmente contratada pela CESAN, estando sendo executada a adutora de 10.800 metros de extensão, com 800 mm de diâmetro, que será complementda com as obras de captação, compreendendo barragem, canal desarenador, diques de proteção, estação elevatória, linha de transmissão e sub-estação de energia elétrica.

Em todas as obras já concluídas ou programadas em Carapina, comprometemos, até o momento, recursos superiores a Cr$ 209.000.000,00 (duzentos e nove milhões de cruzeiros), sendo necessário aplicar recursos superiores a esta cifra, para dar solução final ao problema do abastecimento de água naquela área, pois falta viabilizar a estação de tratamento, reservatórios, estações de bombeamento de água tratada, subadutoras e redes distribuidoras para atender, inclusive, os balneários de Carapebus-Manguinhos-Jacaraipe-Nova Almeida.

A programação da CESAN para 78 e exercícios seguintes contempla prioritariamente a continuidade do projeto Carapina, sendo oportuno assinalar que o de-

senvolvimento deste projeto mantém vínculo direto com a concretização da usina siderúrgica da CST, pois ela responderá pela maior parcela direta do consumo, além de, pelo seu efeito multiplicador, fazer crescer a demanda de água para outros usos.

Esta demanda vem influindo acentuadamente nos caminhos seguidos pela CESAN no que se refere à implantação do sistema de abastecimento de água do Distrito de Carapina, tendo sido necessário modificar o projeto original, adequando-o a um nível mais baixo de consumo, o que se fez sem prejuízo da concepção global, mas resultou no retardamento do início da obra, principalmente porque a sua viabilidade econômica ficou prejudicada.

O impasse pôde ser superado com a modulação do projeto em sub-etapas, tendo sido concluída a sub-etapa A, compreendendo a construção de 7.756 metros de adutoras para atendimento às instalações da CVRD em Tubarão, e iniciada a sub-etapa B, antes referida.

No exercício de 1978 daremos sequência ao projeto Carapina concluindo a sub-etapa B e dando início a outra, possivelmente incluindo a estação de tratamento e novas redes de distribuição.

No Interior do Estado concluímos as obras de abastecimento de água das cidades de Barra de São Francisco, Nova Venécia, Ecoporanga e Montanha e iniciamos os sistemas de Guarapari, Domingos Martins-Marechal Floriano (sistema integrado) e Serra.

No setor de estudos e projetos destacou-se a conclusão do planejamento geral do sistema de reservação e distribuição de água tratada para a área da Grande Vitória e o projeto básico do primeiro lote da micro-distribuição, contemplando principalmente o Bairro de Campo Grande. Conforme especificado no quadro próprio, vários projetos foram elaborados para os Conjuntos Habitacionais da COHAB-ES e INOCOOP-ES.

Na área operacional, destacou-se o início das atividades da CESAN em Guarapari e Montanha, assim como a entrada em funcionamento das ampliações introduzidas em Nova Venécia, Barra de São Francisco e Ecoporanga. A atividade mais marcante foi, todavia, a inauguração do sistema de produção de água da Grande Vitória que tem na estação de tatamento de Vale Esperança o seu componente mais expressivo.

Como consequência das melhorias e/ou sistemas operados em 1977, pudemos acrescentar 17.896 economias ao quadro de usuários da CESAN, elevando o número destas em 31|12|76, que era de 101.486, para 119.382 em 31|12|77.

Até fins de 1977 a CESAN havia aplicado, ou comprometido, em abastecimento de água em todo o Estado a cifra de 3.380.000 UPC, correspondente a cerca de Cr$ 768.000.000,00 (setecentos e sessenta e oito milhões de cruzeiros).

É fácil imaginar-se o grande peso que representa para a Companhia o pagamento dos encargos financeiros decorrentes deste volume de empréstimos. Estas dificuldades são maiores devido ao fato de que quase 70% das contratações feitas referem-se ao sistema de produção da Grande Vitória, que não propicia, pela sua natureza, recursos novos significativos para a caixa da CESAN. Mesmo os investimentos realizados no setor de distribuição, até agora, destinaram-se, em sua maior parte, à macro-distribuição, ou instalação de grandes sub-adutoras de água tratada, com o objetivo de regularizar o abastecimento em vastas áreas servidas anteriormente pela Companhia. Assim, as receitas auferidas sob a forma de tarifas e na proporção necessária, somente se tornarão possíveis a partir da implantação da micro-distribuição.

Por outro lado, sob o enfoque operacional, a Empresa foi capaz de gerar saldos de caixa positivos, que foram, todavia, superados no último exercício pelos encargos financeiros.

Ciente destas dificuldades e empenhada em enfrentá-las e superá-las, a CESAN vem concentrando esforços no desenvolvimento de um trabalho sério e objetivo, adotando várias providências intenas que visam a alcançar, a curto e médio prazos, um desempenho mais satisfatório no que se relaciona com os atuais níveis de produtividade. Contando com o apoio técnico do Sistema de Assistência Técnica às Companhias — SATECIA, do BNH, foram constituídos Grupos de Trabalhos com atribuições específicas, empenhados na implantação dos diversos projetos vinculados ao Programa de Desenvolvimento Institucional.

Deu-se continuidade à política de austeridade de gastos., As admissões novas, no exercício se restringiram às decorrentes da expansão dos serviços no Interior do Estado e à mão-de-obra necessária ao funcionamento do novo sistema de produção da Grande Vitória. Apesar do aumento verificado no quantitativo de empregados, sobretudo para operação do sistema da Capital, pôde-se manter praticamente constante a relação entre número de economias sobre total de empregados, a qual de 128, em 31.12.76, subiu apenas para 129, em 31.12.77. Em 1978, atenuada a principal pressão para novas contratações, será possível obter progressos mais expressivos quanto à limitação das despesas operacionais, o que tem merecido especial acompanhamento do BNH principalmente quando levados ao Banco pedidos de financiamento, ou pleiteadas reprogramações de contratos antigos.

O programa de obras da Companhia para 1978 estabelece um volume de aplicações da ordem de Cr$ 233.000.000,00 (duzentos e trinta e três milhões de cruzeiros), isto é, cerca de 1/3 do total de investimentos até agora realizados e 2,5 vezes o aplicado em 1977.

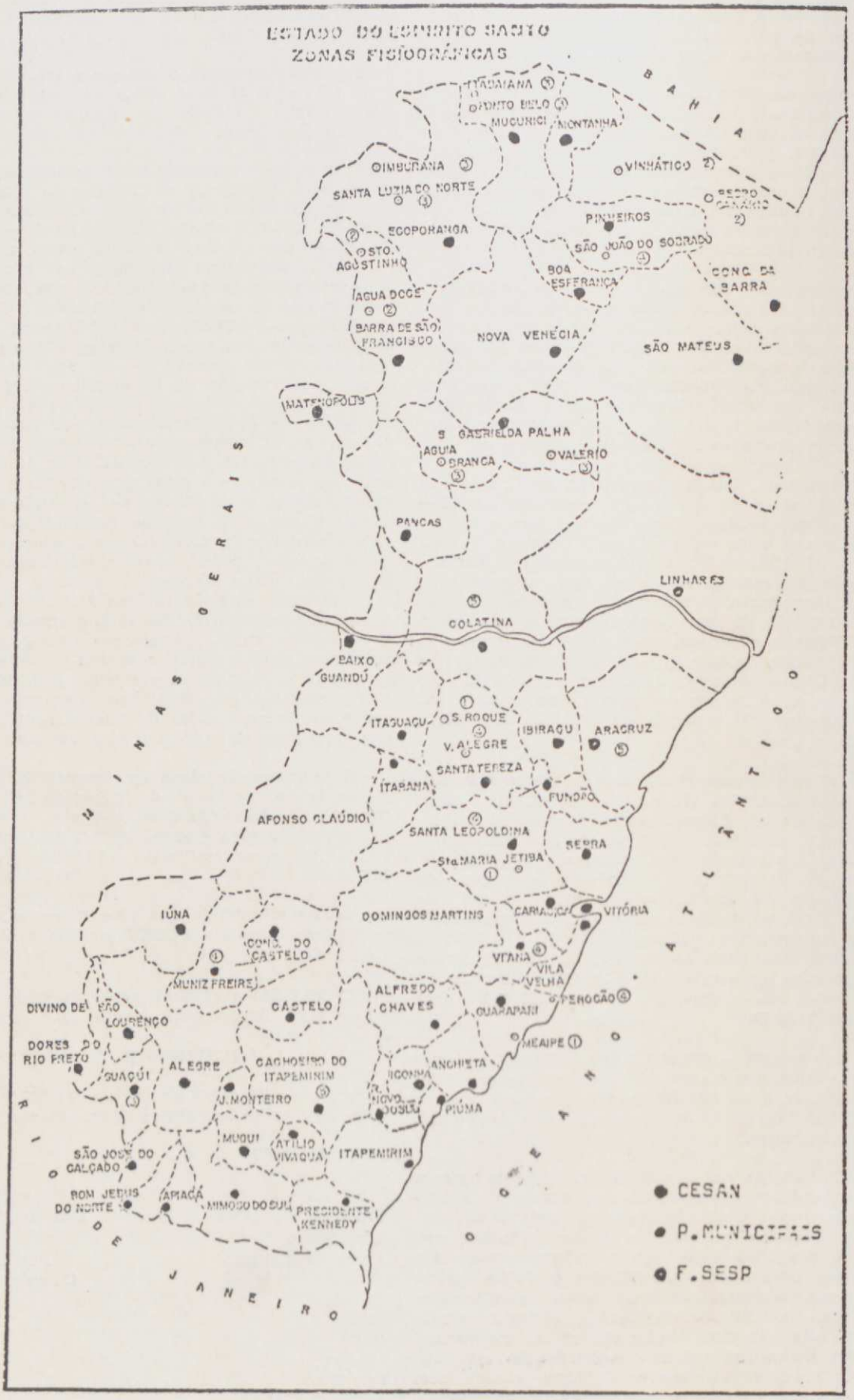
As metas estabelecidas pelo Governo Estadual no setor que compete a CESAN poderão ser seguramente alcançadas.

Os quadros e gráficos seguintes resumem os detalhes mais importantes do que está exposto.

## 1. LOCALIDADES ATENDIDAS

Além de 31 sedes municipais, a CESAN atende à mais 11 localidades, abaixo discriminadas:

| LOCALIDADES | MUNICÍPIO |
|---|---|
| Sant'Anna | Conceição da Barra |
| Cachoeira da Onça | São Gabriel da Palha |
| Carapina | Serra |
| Marechal Floriano | Domingos Martins |
| Venda Nova | Conceição do Castelo |
| Ibatiba | Iúna |
| Aracuí | Castelo |
| Iriri | Anchieta |
| Meaípe | Guarapari |
| Perocão | Guarapari |
| Barra do Jucu | Vila Velha |


ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ZONAS FISIOGRÁFICAS
BAHIA
MINAS GERAIS
OCEANO ATLÂNTICO
RIO DE JANEIRO
ITAUNINHA
PONTO BELO
MUCURICI
MONTANHA
VINHÁTICO
OIMBURANA
SANTA LUZIA DO NORTE
PEDRO CANÁRIO
PINHEIROS
ECOPORANGA
STO. AGOSTINHO
SÃO JOÃO DO SOTURNO
BOA ESPERANÇA
CONC. DA BARRA
AGUA DOCE
BARRA DE SÃO FRANCISCO
NOVA VENÉCIA
SÃO MATEUS
MATHIOPOLIS
S. GABRIEL DA PALHA
AGUA BRANCA
VALÉRIO
PANCAS
LINHARES
COLATINA
BAIXO GUANDÚ
ITAGUAÇU
S. ROQUE
V. ALEGRE
IBIRAÇU
ARACRUZ
SANTA TEREZA
ITARANA
FUNDÃO
AFONSO CLAÚDIO
SANTA LEOPOLDINA
SERRA
Sta. MARIA JETIBA
IÚNA
DOMINGOS MARTINS
CARIACICA
VITÓRIA
CONC. DO CASTELO
VIANA
VILA VELHA
MUNIZ FREIRE
ALFREDO CHAVES
GUARAPARI
PERIQUITO
DIVINO DE SÃO LOURENÇO
CASTELO
MEAIPE
DORES DO RIO PRETO
ALEGRE
CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM
ANCHIETA
GUAÇUÍ
J. MONTEIRO
IBIRAÇU
NOVO HORIZONTE
PIÚMA
MUQUI
ATILIO VIVACQUA
ITAPEMIRIM
SÃO JOSÉ DO CALÇADO
BOM JESUS DO NORTE
APIACÁ
MIMOSO DO SUL
PRESIDENTE KENNEDY
CESAN
P. MUNICIPAIS
F. SESP

## 2. OBRAS CONCLUÍDAS EM 1977

01 — Sistema de abastecimento de água de Barra de São Francisco;
02 — Sistema de abastecimento de água de Nova Venécia;
03 — Sistema de abastecimento de água de Montanha;
04 — Sistema de Abastecimento de água de Ecoporanga;
05 — Sistema de abastecimento de água de Carapina I;
06 — Sistema de abastecimento de água dos conjuntos habitacionais COOPHABSOL, COOPHABVILA e COOPHABAZUL;
07 — Ssitema de abastecimento de água de Carapina sub-etapa A.

## 3. OBRAS EM EXECUÇÃO EM 1977

01 — Sistema de abastecimento de água de Guarapari;
02 — Sistema de abastecimento de água de Marechal Floriano e Domingos Martins;
03 — Sistema de abastecimento de água da Serra;
04 — Sistema de abastecimento de água do conjunto habitacional Santos Dumont;
05 — Sistema de abastecimento de água da Grande Vitória;

— Rede de distribuição de Vila Velha — GV III
— Rede de distribuição de Itaquari — Cariacica — GV IV
— Rede de distribuição de Santo Antonio — GV IV
— Estação elevatória de Santa Clara — GV IV;

06 — Sistema de abastecimento de água de Carapina — sub-etapa B.

## 4. CONSTRUÇÃO DE REDES COM RECURSOS PRÓPRIOS

A CESAN executou em 1977, com recursos próprios 53.375 metros de redes na Grande Vitória, distribuidos da seguinte forma:

| REGIÃO — | POLEGADAS | | | MILÍMETROS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 3/4 | 1 | 2 | 60 | 85 | 100 | 110 | 140 | 160 | 200 |
| Grande Vitória | 33.040m | 225m | 4.441m | 8.911m | 1.496m | 606m | 2.943m | 648m | 729m | 336m |

## ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE VITORIA

O Governo da União passou a aplicar recursos federais nas obras de melhoramento do Porto de Vitória, diminuindo, sensivelmente, os investimentos do Concessionário, ou seja, do Governo do Estado a partir de 1953.

Com o advento do Fundo Portuário Nacional cresceu a aplicação de recursos do Governo Federal, culminando, o interesse da União pelo Porto de Vitória, com o programa dos chamadcs "Corredores de Exportação".

A concessão obtida pelo Estado foi objeto de entendimentos com a Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRÁS — para transformação da APV em sociedade de economia mista atendendo às novas diretrizes traçadas para os portos do País.

Em 29 de dezembro de 1977, o Governo do Estado ficou autorizado, através da Lei nº 3.187, a participar da sociedade, mediante a subscrição de ações.

Marcaram, pois a implantação e consolidação do Porto de Vitória:

1. O prosseguimento, com recursos do Concessionário, das obras do Cais Comercial, na Ilha de Vitória, inclusive construção da ponte de ligação com o continente, armazéns e demais serviços próprios;
2. Construção, pelo Concessionário, do cais de minério Eumenes Guimarães, em convênio com a Companhia Vale do Rio Doce S/A, no município de Vila Velha, inclusive instalações especiais;
3. Construção pela União, em convênio com o Concessionário, do Cais de Paul;
4. Construção, pelo Concessionário, do Cais de Tubarão, na ponta do mesmo nome, com financiamento da Companhia Vale do Rio Doce que o arrendou e mantém a exploração.

Surgem agora, outros projetos portuários para atendimento às indústrias que se implantam. Temos, então:

1. Terminal marítimo da Ponta de Ubu, no município de Anchieta;
2. PORTOCEL, no município de Aracruz;
3. Praia Mole, localizado ao Norte da Ponta de Tubarão.

## 1. RESULTADOS OPERACIONAIS

### 11 MOVIMENTO GERAL DO COMPLEXO PORTUÁRIO

O Complexo Portuário do Espírito Santo (Porto de Vitória Terminal de Tubarão e Terminal de UBU), no exercício de 1977, apurou a movimentação global de 51 milhões, 452 toneladas de carga, no valor de Cr$ ..... 21.380.308.000,00 (vinte e um bilhões, trezentos e oitenta milhões e trezentos e oito mil cruzeiros) registrando um decréscimo na movimentação global de carga em relação a 1976, de 12,48% e um aumento no valor das mercadorias de 14,80%, respectivamente.

O quadro I oferece detalhes dessa movimentação, inclusive com comparativos que retroagem a 1974.

Dos valores referentes a tonelagem de carga (51.452.000 t.) e financeiro (Cr$ 21.380.308.000 00), o Porto de Vitória, o terminal de Tubarão e o terminal de Ubu participarem da seguinte forma:

1.1.1. **VITÓRIA:** com 4.415.000 toneladas no valor de Cr$ 10.767.547.000,00 representando 5,57% e 14,79%, respcetivamente, em relação a 1976.

1.1.2. **TUBARÃO:** com 46.839.000 toneladas no valor de Cr$ 10.554.949.000,00 representando um descréscimo em tonelagem de 14,19% e um créscimo no valor das cargas de 14.20%, respectivamente em relação a 1976.

1.1.3. **UBU:** com 198.000 toneladas no valor de Cr$ 57.812.000,00, valores estes com que o terminal iniciou suas operações no final de 1977. Sua contribuição em termos de movimentação de carga foi de 0,38% e em valor de mercadoria 0,27%.

Com relação às cargas movimentadas no Porto de Vitória o setor de cabotagem atingiu a movimentação de 2.044.000 toneladas, contribuindo em 46.30% das cargas operadas nas instalações de Vitória.

MOVIMENTO GERAL DO COMPLEXO PORTUÁRIO DO ESPÍRITO SANTO

1974/1977

| ANOS | INST.-SIDERÚRGICO VITÓRIA | | | TERM. TUBARÃO SIDERÚRGICO | | | T. PONTA UBU-SIDERÚRGICO | | | | PORTO DE VITÓRIA EXCLUÍDO SIDERÚRGICO DE FERRO | | | | | | | | MOVIMENTO GERAL DE CARGA | | | | VALOR GLOBAL DAS CARGAS | | | | MOVIMENTO GERAL DE NAVIOS | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXPORTAÇÃO | | | EXPORTAÇÃO | | | EXPORTAÇÃO | | IMPORTAÇÃO | | EXPORTAÇÃO | | IMPORTAÇÃO | | | SOMA | | | QUANT. DE 1000 t. | | | | EM (CR$ 1.000) | | | | | |
| | QUANT. (1000 t) | VARIAÇÃO | VALOR CARGA CR$ 1000 Fob | QUANT. (1000 t) | VARIAÇÃO | VALOR CARGA CR$ 1000 Fob | QUANT. (1000 t) | VALOR CARGA CR$ 1000 Fob | QUANT. (1000 t) | VALOR CARGA CR$ 1000 CIF | QUANT. (1000 t) | VARIAÇÃO | VALOR CARGA CR$ 1000 Fob | QUANT. (1000 t) | VARIAÇÃO | VALOR CARGA CR$ 1000 CIF | QUANT. (1000 t) | VARIAÇÃO | EXPORTAÇÃO | IMPORTAÇÃO | TOTAL | VARIAÇÃO | EXPORTAÇÃO | IMPORTAÇÃO | TOTAL | VARIAÇÃO | QUANTIDADE | VARIAÇÃO |
| 1974 | 1.630 | 100 % | 121.376 | 51.782 | 100 % | 3.370.977 | - | - | - | - | 463 | 100 % | 655.906 | 2.119 | 100 % | 1.936.281 | 2.582 | 100 % | 53.875 | 2.119 | 55.994 | 100 % | 4.148.259 | 1.936.281 | 6.084.540 | 100% | 1.606 | 100 % |
| 1975 | 770 | 47 % | 80.753 | 53.358 | 103 % | 5.690.517 | - | - | - | - | 805 | 178 % | 1.066.686 | 2.767 | 131 % | 3.685.266 | 3.034 | 139 % | 54.953 | 2.767 | 57.720 | 103 % | 6.037.966 | 3.685.266 | 10.523.232 | 173% | 1.811 | 113 % |
| 1976 | - | - | - | 54.584 | 105 % | 9.242.644 | - | - | - | - | 1.120 | 242 % | 1.932.089 | 3.087 | 146 % | 7.448.200 | 4.152 | 162 % | 54.704 | 3.087 | 58.791 | 105 % | 11.194.732 | 7.448.200 | 18.622.932 | 306% | 1.794 | 112 % |
| 1977 | 26 | 2 % | 6.275 | 46.839 | 90 % | 10.554.949 | 154 | 34.438 | 44 | 23.374 | 1.093 | 236 % | 2.054.980 | 3.296 | 156 % | 8.706.292 | 4.389 | 170 % | 48.112 | 3.340 | 51.452 | 92 % | 12.650.642 | 8.729.666 | 21.380.308 | 351% | 1.900 | 118 % |

MOVIMENTO GERAL DE CARGA, SEGUNDO A NAVEGAÇÃO

COMPARATIVO - 1976 - 1977

(EM 1.000 t.)

| SENTIDO NAVEGAÇÃO | LONGO CURSO | | | CABOTAGEM | | | ALTO-MAR | | | TOTAL | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1976 (1000 t) | 1977 (1000 t) | VARIAÇÃO % | 1976 | 1977 | VARIAÇÃO % | 1976 (1000 t) | 1977 (1000 t) | VARIAÇÃO % | 1976 | 1977 | VARIAÇÃO % |
| IMPORTAÇÃO | 1.632 | 1.662 | 1,8 | 1.449 | 1.656 | 14,3 | 6 | 22 | 266,7 | 3.087 | 3.340 | 8,2 |
| EXPORTAÇÃO | 55.302 | 47.629 | (13,4) | 663 | 448 | (32,4) | 19 | 35 | 84,2 | 55.704 | 48.112 | -(13,6) |
| TOTAL | 56.654 | 49.291 | (13,0) | 2.112 | 2.104 | (0,4) | 25 | 57 | 128,0 | 58.791 | 51.452 | -(12,5) |

## 2 MOVIMENTO FINANCEIRO

A Administração do Porto de Vitória movimentou, no exercício, passado a importância de Cr$ ..... 443.351.542,51 (quatrocentos e quarenta e oito milhões trezentos e cinquenta e um mil e quinhentos e quarenta e dois cruzeiros e cinquenta e um centavos) provenientes da Receita Tarifária, Taxa de Melhoramento dos Portos, Fundo de Depreciação, Fundo de Dragagem e Fundo de Participação da PORTOBRÁS.

### 2.1. RECEITA TARIFÁRIA

Esta receita, especificamente destinada ao Custeio do Porto, proporcionou uma arrecadação no valor de Cr$ 105.835.164,25 (cento e cinco milhões oitocentos e trinta e cinco mil, cento e sessenta e quatro cruzeiros e vinte e cinco centavos) tendo como correspondência uma despesa no valor de Cr$ 94.013.745,36 (noventa e quatro milhões, treze mil, setecentos e quarenta e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos). O incremento destes valores, em relação a 1976, apresentam os índices de 41.33% e 39.96% respectivamente.

O Superavit financeiro do Porto foi de Cr$ ..... 11.803.418,89 (onze milhões, oitocentos e três mil, quatrocentos de dezoito cruzeiros e oitenta e nove centavos).

Para melhor análise do comportamento da Receita e da Despesa, o quadro com os valores registrados nos últimos quatro anos.

### 2.2. RECEITA E DESPESA

**QUADRO II**

**1974/1977**

| Ano | Receita Cr$ 1.000 | Variação | Despesa Cr$ 1.000 | Variação | Superavit Cr$ 1.000 | Variação |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1974 ..... | 33.764,00 | 100% | 31.162,00 | 100% | 2.602,00 | 100% |
| 1975 ..... | 45.770 00 | 135% | 43.467.00 | 139% | 3.303,00 | 126% |
| 1976 ..... | 74.885,00 | 221% | 67.186,00 | 215% | 7.699,00 | 295% |
| 1977 ..... | 105.835,00 | 313% | 94.031,00 | 301% | 11.804,00 | 453% |

### 2.3. TAXA DE MELHORAMENTO DO PORTO

A arrecadação desta taxa em 1977 atingiu a importância de Cr$ 162.711.538,15 (cento e sessenta e dois milhões setecentos e onze mil, quinhentos e trinta e oito cruzeiros e quinze centavos), correspondendo a um acréscimo de 40,80% em relação ao valor arrecadado no exercício de 1976.

O desenvolvimento da arrecadação desta taxa no período de 1974 a 1977 encontra-se demonstrado no quadro a seguir:

**QUADRO III**
**1974/1977**

| Ano | Arrecadação Cr$ | Variação |
|---|---|---|
| 1974 ..... | 28.214.593,58 | 100% |
| 1975 ..... | 60.604.141,17 | 214% |
| 1976 ..... | 115.564.935,23 | 409% |
| 1977 ..... | 162.711.538,15 | 576% |

O restante do movimento financeiro está assim representado:

| | | |
|---|---|---|
| Fundo de Depreciação ..... | Cr$ | 685.715,52 |
| Fundo de Dragagem ..... | Cr$ | 3.728.114,85 |
| Repasse do Fundo de Participação da PORTOBRÁS (PARA OBRAS) ..... | Cr$ | 175.391.009 74 |

### 2.4. APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos no valor de Cr$ 175.391.009,74, proveniente da PORTOBRÁS, foram assim aplicados:

| | | |
|---|---|---|
| 1) Silo para Cereais de Capuaba | Cr$ | 149.100.580,69 |
| 2) Reforço do Cais Atalaia e Fundação dos Transportadores de Cereais ..... | Cr$ | 12.186.342,04 |
| 3) Derrocagem junto ao Cais Comercial ..... | Cr$ | 7.780.619 22 |
| 4) Melhoramento do Pátio de Estocagem ..... | Cr$ | 1.860.357,33 |
| 5) Prédio da CIPA e da Escola da APV ..... | Cr$ | 1.878.039,47 |
| 6) Instalação da Balança ..... | Cr$ | 258.065,56 |
| 7) Equipamentos de Comunicação | Cr$ | 52.923,04 |
| 8) Saldo Disponível ..... | Cr$ | 2.274.082 39 |

Pelo que se depreende a Administração do Porto de Vitória cumpriu a programação estabelecida para 1977.

Até 31/12/77, os recursos aplicados nas obras do Silo, Reforço do Atalaia e derrocagem das pedras submersas já atingiram a expressiva importância de ..... Cr$ 407.227.749 98 assim distribuída:

| | | |
|---|---|---|
| 1) Silo de Cereais ..... | Cr$ | 346.424.896,68 |
| 2) Reforço do Cais de Atalaia e Fundação dos Transportadores de Cereais ..... | Cr$ | 21.480.099,03 |
| 3) Decorrocagem das pedras submarinas do Cais Comercial .... | Cr$ | 39.322.754,27 |

## 3. CAIS DE CAPUABA DE ARACRUZ E PRAIA MOLE

As obras do Cais de Capuaba, propriamente dito, e o Cais de Celulose de Aracruz estão sob a administração direta da PORTOBRÁS.

O primeiro deverá estar totalmente terminado em dezembro e será inaugurado em janeiro de 1979 e o segundo em abril de 1978.

As obras do reforço do Cais de Atalaia e das fundações dos Transportadores já se encontram concluídas e o Silo para Cereais deverá ficar pronto, para funcionamento em fins de julho do corrente ano.

Quanto ao Cais de Praia Mole, já foram concluídos todos os serviços de sondagens batimétricas, geofísicas e geotécnicas, estando o projeto em mãos da PORTOBRÁS, já concluído.

## 4. PROGRAMAÇÃO PARA O ANO DE 1978

A Administração do Porto de Vitória estabeleceu seu programa para 1978, encaminhando à PORTOBRÁS para aprovação. Dele consta basicamente a continuidade de todas as obras do complexo Portuário de Capuaba, da decorrocagem de pedras submarinas, projeto de regularização, alargamento e aprofundamento do canal de acesso ao Porto de Vitória e os equipamentos operacionais necessários à Capuaba.

A PORTOBRÁS incluiu, para 1978, em seu programa global, recursos destinados ao início das obras do Porto de Praia Mole.

## COMDUSA

Com sua principal atividade voltada para urbanização e saneamento de áeas, a COMDUSA vem desenvolvendo desde 1969, urbanização da Ilha do Príncipe, já ligada em parte à Ilha de Vitória, tendo por objetivo o aproveitamento racional de uma área com cerca de 385.000m2 de baixos, utilizados como depósitos de lixo, bota-fora de desaterros e onde vinha se formando, estava sendo, paulatinamente uma favela, destituida dos mínimos requisitos de habitabilidade.

Os estudos que se desenvolveram inicialmente, com vistas à utilização desse terreno, evoluiram em função dos novos projetos posteriormente escolhidos para o local. Assim, passaram a integrar o projeto de urbanização o acesso à segunda ponte, o terminal rodoviário de passageiros e a construção de um centro comercial.

A COMDUSA recebeu também, a incumbência de executar os projetos citados, de acordo com o contrato de delegação de poderes que foi firmado entre a Companhia e a Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes.

Após a celebração do documento, datado de 28.07.77, o órgão contratou, de imediato, a elaboração do projeto arquitetônico completo e coordenação dos projetos complementares do terminal rodoviário; projeto de instalação elétrica hidro-sanitária e de ar condicionado; projeto e cálculo estrutural da estrutura de concreto armado para ante-projeto da cobertura metálica e assessoramento ao projeto arquitetônico; execução de estaqueamento para fundações, tudo com referência ao terminal rodoviário.

Iniciou-se o aterro necessário à execução do acesso à 2a. ponte e apresentou-se, ao INER, o projeto final.

Pelo contrato de delegação de poderes, passou para a Companhia a execução dos serviços de implantação do sistema aquaviario, executando-se de imediato, os serviços de topobatimetria em área destinada ao terminal aquaviário de Vila Velha.

No exercício de 1977, foram movimentados fundos na ordem de Cr$ 85.751.719,00 (oitenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e um mil, setecentos e dezenove cruzeiros) e as vendas de lotes propiciaram uma receita de Cr$ 80.838.848 00 (oitenta milhões, oitocentos e trinta e oito mil e oitocentos e quarenta e oito cruzeiros).

A Companhia teve seu Capital elevado de Cr$ .... 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para Cr$ .. 53.356.562,00 (cinquenta e três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e quinhentos e sessenta e dois cruzeiros).

## DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS

Não obstante os percalços, não tem faltado apoio e estímulo para que o DEO possa cumprir suas metas na área de projetos e construções das obras estaduais.

Acrescenta-se, com sucesso entre as novas atribuições deste Departamento, a permanente assistência técnica às Prefeituras do interior do Estado minorando as dificuldades dos municipes. Tal prestação de serviços, sem ônus para o erário municipal, contribui efetivamente para um relacionamento positivo e cordial entre as duas áreas executivas do comando político-administrativo estadual.

É válido ressaltar que o DEO elaborou projetos importantes tais como os dos Centros Sociais Urbanos e o da Penitenciária Semi-Aberta de Viana, carreando vultosos recursos federais para o Estado.

A Diretoria de Construção manteve sob seu controle 50 (cinquenta) obras, sendo quase todas por meio de empreitada, através de contrato com firmas particulares ou por convênio com as Prefeituras Municipais.

Das obras mencionadas já foram concluídas 36 (trinta e seis), estando 14 (quatorze) em andamento, demonstradas nos quadros 01 e 02.

A Diretoria de Estudos e Projetos elaborou 202 (duzentos e dois) projetoe e orçamentos e mantém em estudo 7 (sete) projetos de obras.

### RELAÇÃO DE OBRAS CONCLUIDAS NO ANO DE 1977 — QUADRO I

| Nº | Obras | Município | Valor Cr$ | Conclusão |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Reforma e ampliação da Agência do BANESTES .. .. .. | Alfredo Chaves | 521.180,02 | 25/02/77 |
| 02 | Reforma e ampliação da Agência do BANESTES ..... | Aracruz | 1.026.023,61 | 17/10/77 |
| 03 | Reforma do Fórum ... ... ... ... ..... | C. Itapemirim | 493.403,91 | 23/06/77 |
| 04 | Serviços de Conservação da Escola de 1º Grau Cerqueira Lima em Campo Grande ... ... ..... | Cariacica | 26.353,00 | 01/06/77 |
| 05 | Conclusão da Unidade Sanitária de Irupi ..... | Iúna | 59.259,21 | 29/03/77 |
| 06 | Construção da Agência do BANESTES .. .. ..... | Mantenópolis | 375.493,44 | 10/01/77 |
| 07 | Construção da Unidade Sanitária de Vila Pavão ..... | Nova Venécia | 79.309,20 | 25/08/77 |
| 08 | Construção da Unidade Armazenadora .. ..... | Pancas | 2.652.904,32 | 21/06/77 |

| N.º | Obras | Município | Valor Cr$ | Conclusão |
|---|---|---|---|---|
| 09 | Construção de um quiosque na residência oficial (mão-de-obra) ... ... ... ... ... ..... | Santa Tereza | 26.087,72 | 07/02/77 |
| 10 | Serviços complementares no Centro de Assistência Social de Carapina ... ... ... ... ..... | Serra | 66.166,63 | 25/01/77 |
| 11 | Pavimentação do piso em granito na Residência Oficial da Praia da Costa ... ... ... ... ..... | Vila Velha | 28.144,04 | 08/06/77 |
| 12 | Reforma do Teatro Estúdio da Fundação Cultural do Espírito Santo ... ... ... ... ... .. ..... | Vitória | 31.879,04 | 28/03/77 |
| 13 | Construção da Galeria de Artes Homero Massena ..... | Vitória | 118.805,02 | 25/03/77 |
| 14 | Remodelação do 1º andar do prédio da Fundação Jones dos Santos Neves ... ... ... ... ... ..... | Vitória | 170.746,13 | 15/07/77 |
| 15 | Instalação do PABX e da Sala de Rádio no Palácio Anchieta ... ... ..... ..... ..... ..... | Vitória | 91.333,11 | 13/04/77 |
| 16 | Serviços diversos na Assembléia Legislativa ..... | Vitória | 171.039,70 | — |
| 17 | Reforma das instalações eltéricas do Palácio da Justiça .. | Vitória | 418.136,33 | 01/02/77 |
| 18 | Ampliação da sede do IPAJM ... ... .. ..... | Vitória | 405.973,31 | 30/12/77 |
| 19 | Adaptação da Sede da Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar .. .... ... ... ..... | Vitória | 664.963,84 | 23/08/77 |
| 20 | Construção do Centro de Saúde de Santo Antonio ..... | Vitória | 987.274,82 | 13/04/77 |
| 21 | Modificações na ala esquerda do Palácio Anchieta (Secretaria de Estado do Planejamento) ..... | Vitória | 401.384,45 | 04/02/77 |
| 22 | Reforma da Escola Herminio Blackman ..... | Vitória | 179.488,53 | 17/03/77 |
| 23 | Reforma da Escola Marieta Escobar ..... | Vitória | 125.116,83 | 14/03/77 |
| 24 | Reforma do pavimento térreo, sobre loja, 4º e 5º pavimentos do Ed. das Repartições Públicas (Secretaria da Fazenda) ... ... ... ... ... ..... | Vitória | 842.827,29 | 22/07/77 |
| 25 | Ampliação da Rádio Espírito Santo ... ... ..... | Vitória | 121.204,04 | 16/02/77 |
| 26 | Revestimento da escada de acesso à Residência Oficial no Palácio Anchieta .. .... ... ... ... ..... | Vitória | 18.852,00 | 11/01/77 |
| 27 | Reforma da Escola Lions Clube ..... | Vitória | 184.108,94 | 30/06/77 |
| 28 | Adaptação do 8º andar do Ed. das Fundações para a instalação da TV Espírito Santo ... ... ..... | Vitória | 405.774,15 | 30/09/77 |
| 29 | Reforma e acréscimos nos terminais das lanchas em Vitória e Paul ... ... ... ... ..... | Vitória/V. Velha | 763.572,00 | 15/12/77 |
| 30 | Pavimentação do pátio do G. E. Gomes Cardim ..... | Vitória | 78.000,00 | 01/11/77 |
| 31 | Reforma e ampliação de um prédio para a instalação do Juizado de Mencres ... ... ... ..... | Vitória | 50.601,48 | 22/11/77 |
| 32 | Colocação de divisórias na SEIT ... ... . ..... | Vitória | 22.300,00 | 22/11/77 |
| 33 | Reofrma da entrada de corrente em alta tensão para o Palácio Anchieta ... ... ... ... ... .. ..... | Vitória | 85.448,76 | 05/12/77 |
| 34 | Serviços diversos na Residência do Governador na Praia da Costa ... ... ... ... ..... | Vila Velha | 54.679,81 | — |
| 35 | Colocação de divisórias na SEJU ... ... .. ..... | Vitória | 21.439,00 | 04/05/77 |
| 36 | Construção do 2º DRE-DER ... ... ... ..... | C. Itapemirim | 1.762.799,50 | 27/06/77 |

## RELAÇÃO DAS OBRAS EM ANDAMENTO — QUADRO II

| Nº | Obras | Município | Área Construída M2 | Valor Cr$ | Conclusão Prevista |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Construção do Centro Obstétrico do Hospital São Camilo ..... .... .. ... ..... | Aracruz | 916,35 | 1.403.810,06 | 09/08/78 |
| 02 | Construção da Unidade Sanitária de Vila Betânia | Conc. de Castelo | 109,08 | 294.657,16 | 28/02/78 |
| 03 | Construção da Unidade Sanitária de Ibatiba .... | Iuna | 106,92 | 312.184,56 | Paral. |
| 04 | Construção da Unidade de Pequiá ..... | Iúna | 105,56 | 260.333,17 | Paral. |
| 05 | Construção do Centro de Saúde de Carapina .... | Serra | 763,79 | 1.361.200,33 | 28/02/78 |
| 06 | Construção da Penitenciária de Segurança Média em Regime Semi-Aberto ... ... ... ..... | Viana | 8.060,00 | 13.725.414,03 | 01/03/78 |
| 07 | Reforma do Instituto de Readaptação Social .... | Vila Velha | — | 509.675,18 | 30/01/78 |
| 08 | Construção do Centro Social Urbano de Santa Inês | Vila Velha | **1.170,00** | **2.663.121,28** | 30/03/78 |
| 09 | Construção do Centro de Recuperação Física-Motora ... ... ... ... ... ..... | Vila Velha | 3.746,83 | 10.002.911,52 | 30/06/78 |
| 10 | Construção do Centro Social Urbano de Santo Antônio ... ... ... ... ..... ... ..... | Vitória | 1.178,00 | 2.624.684,48 | 30/05/78 |
| 11 | Construção da Sede da Secretaria de Estado da Educação (Centro de Estudos Supletivos) ..... | Vitória | 4.060,00 | 10.659.850,74 | 30/07/78 |
| 12 | Adaptação de um Teatro de Arena ..... | Vitória | — | 749.259,76 | Paral. |
| 13 | Construção do Centro Cirúrgico do Hospital Infantil N. S. da Glória ... .. ..... | Vitória | 580,00 | 2.040.871,63 | 30/01/78 |
| 14 | Recuperação da Escola Hildebrando Lucas ..... | Vitória | — | 206.055,64 | 03/04/78 |

Dentro das dificuldades financeiras que todos os Setores atravessam, foi elaborado um plano calcado em estudos econômicos, onde se estabeleceram prioridades e mensuraram-se os níveis de serviços. Com isto, o DER-ES não se descuidou da manutenção rodoviária e teve oportunidade de executar obras que fossem de encontro à problemática, dotando o Estado de vias que permitem movimentação de veículos a qualquer época do ano, mesmo nas condições adversas do tempo.

Fundamental para que se processe satisfatoriamente o desempenho de qualquer repartição, é estar sua estrutura orgânica em dimensões adequadas e integrada por setores racionalmente bem constituídos.

Defasada como se acha, a organização de DER não está permitindo que os serviços apresentem resultados razoáveis e, por isso, vem sendo um obstáculo à operacionalidade do órgão.

Com vistas a dotá-lo de uma estrutura organizacional atualizada e capaz de amoldar-se ao crescimento de volume de encargos que o desenvolvimento econômica motivar, firmou o DER contrato com a Fundação Getúlio Vargas, pelo qual esta entidade federal se obrigou a implantar a Reforma Administrativa naquela autarquia estadual.

Dentre os diversos itens de seu programa de trabalho executado em 1978, deve-se ressaltar a restauração e melhoramentos em estradas municipais e complementação de trechos de rodovias integrantes do Plano Rodoviário Estadual, a pavimentação asfáltica da Rodovia ES-431, trecho BR-101 — Conceição da Barra, em Conceição da Barra, e o recapeamento alfáltico da Rodovia ES-080, trecho BR-262 — Cariacica, em Cariacica, já entregues ao trânsito público.

Os quadros que se seguem oferecem dados, com pormenores dos serviços executados.

QUADRO 01

RELAÇÃO DAS ESTRADAS QUE ESTIVEREM EM OBRA

PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL

| SIGLA DO P.R.E. | TRECHO | CLASSE | REDE ESTADUAL EM TRÁFEGO | | | PLANO RODOV. ESTADUAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | PAVIMENTADA | NÃO PAVIM. | TOTAL | A CONSTRUIR | TOTAL |
| ES-060 | V. Velha - B. do Jucu - P. da Fruta | I | 22,0 | - | 22,0 | - | - |
| ES-060 | Ponta da Fruta - Setiba | I | 14,0 | - | 14,0 | - | - |
| ES-060 | Guarapari - Meaípe | I | - | 6,0 | 6,0 | 1,8 | 6,0 |
| ES-060 | Meaípe - Ubu - Anchieta | I | - | 17,3 | 17,3 | 2,8 | 17,3 |
| ES-080 | BR.262 - Cariacica | I | 10,0 | - | 10,0 | - | - |
| ES-080 | Cariacica - Santa Leopoldina | I | 10,0 | 20,0 | 30,0 | - | - |
| ES-080 | Colatina - Frechiani | I | 28,0 | - | 28,0 | - | - |
| ES-165 | Afonso Cláudio - BR.262 | II | - | 42,8 | 42,8 | - | - |
| ES-181 | Alégre - Muniz Freire | II | - | 42,0 | 42,0 | - | - |
| ES-245 | Linhares - Regência | II | - | 29,4 | 16,6 | 16,6 | 46,0 |
| ES-257 | Ibiraçu - Aracruz - B.do Riacho | II | 13,6 | 22,7 | 36,3 | - | - |
| ES-320 | S. Francisco - Ecoporanga | I | - | 56,0 | 56,0 | - | - |
| ES-341 | Pancas - Frechiani | I | - | 24,0 | 24,0 | - | - |
| ES-421 | Conceição da Barra - BR.101 | I | 18,8 | - | 18,8 | - | - |
| ES-482 | Posto Max - Posto Jovino | I | 1,9 | - | 1,9 | - | - |

QUADRO 02

REALIZAÇÃO FÍSICA DE CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS POR TRECHO RODOVIÁRIO

| SIGLA DO P.R.E. | TRECHO | EXTENSÃO DO TRECHO KM | REALIZAÇÃO FÍSICA KM | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | EXERCÍCIOS ANTERIORES | NO EXERCÍCIO | |
| | | | | PROGRAMADA | REALIZADA |
| ES-060 | Guarapari - Meaípe | 6,000 | 4,000 | 2,000 | 0,200 |
| ES-060 | Meaípe - Ubu - Anchieta | 17,300 | 14,000 | 0,500 | 0,500 |
| ES-181 | Alegre - Muniz Freire | 42,000 | 41,000 | 1,000 | 1,000 |
| ES-185 | Guaçui - São Tiago | 0,400 | - | 0,400 | 0,400 |

QUADRO 03

REALIZAÇÃO FÍSICA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS POR TRECHO

RODOVIÁRIO

| SIGLA DO P.R.E. | TRECHO | EXTENSÃO DO TRECHO KM | REALIZAÇÃO FÍSICA KM | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | EXERCÍCIOS ANTERIORES | NO EXERCÍCIO | |
| | | | | PROGRAMADA | REALIZADA |
| ES-060 | V. Velha - B. do Jucu - Ponta da Fruta | 22,000 | 21,500 | 0,500 | 0,500 |
| ES-060 | P. da Fruta - Setiba | 14,000 | 5,000 | 9,000 | 9,000 |
| ES-080 | Colatina - Frechiani | 28,000 | - | 4,000 | 4,000 |
| ES-080 | BR.262 - Cariacica | 10,000 | - | 10,000 | 10,000 |
| ES-080 | Cariacica - Santa Leopoldina | 30,000 | 10,000 | 1,500 | - |
| ES-165 | Afonso Cláudio - BR.262 | 42,800 | - | - | - |
| ES-257 | Ibiraçu - Aracruz - Barra do Riacho | 36,280 | 13,570 | - | - |
| ES-320 | São Francisco - Ecoporanga | 56,000 | - | - | - |
| ES-341 | Pancas - Frechiani | 24,000 | - | - | - |
| ES-421 | Conceição da Barra - BR.101 | 18,800 | - | 18.800 | 18,800 |
| BR-482 | Posto Max - Posto Jovino | 1,900 | - | 1,500 | 0,500 |
| | Av. Lacerda de Aguiar - Ligação Cais das Barcas-Viaduto Paul - Av. Graça Aranha | 1,100 | - | 1,100 | 0,580 |
| | São Torquato - Viaduto de Paul - Viaduto de Paul-Entroncamento ligação Rod. Carlos Lindemberg -Cais Capixaba. | 3,900 | - | 2,900 | 1,200 |

QUADRO 04

REALIZAÇÃO FÍSICA DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS, POR TRECHO RODOVIÁRIO E TIPO DA OBRA

| SIGLA DE P.R.E. | TRECHO | TIPO DA OBRA | DESIGNAÇÃO E LOCALIZAÇÃO | EXTENSÃO DA OBRA (M) | REALIZAÇÃO FÍSICA % | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | EXERCÍCIOS ANTERIOR % | NO EXERC. % |
| ES-416 | Alfredo Chaves | Concreto | Ponte s/o Rio Benevente | 52,00 | 10 | 90 |
| ES-481 | BR.101 - Conceição da Barra | Concreto | Entre as estacas 769+15 a 771..... | 25,00 | - | 100 |
| - | Aribiri - Munic. Vila Velha | Concreto | Ponte s/o Canal Aribiri | 34,00 | - | 60 |
| - | Itaguaçu - Munic. de Itaguaçu | Concreto | Ponte s/o Rio S.Joana | 17,50 | - | 90 |
| ES-490 | Safra - Marataízes | Bueiro de Concreto | Cerejeira | - | - | 100 |
| ES-162 | Presidente Kennedy - BR.101 | Concreto | Ponte s/o Rio Muqui | 31,70 | - | 100 |
| ES-320 | Ecoporanga | Concreto | Cidade de Ecoporanga | 11,00 | - | 30 |
| | Cariacica - Sta. Leopoldina | Concreto | Ponte s/o Córrego São Miguel, local chamado 3 pontes, estacas 423 a 425..... | 23,00 | - | - |
| ES-181 | BR.262 - Piaçu - Muniz Freire | Concreto | s/o Córrego Guarani.... | 20,00 | - | - |

QUADRO 05

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

POR TRECHO RODOVIÁRIO E TIPO DA OBRA

| SIGLA DO P.R.E. | T R E C H O | TIPO DA OBRA | DESIGNAÇÃO E LOCALIZAÇÃO | EXTENSÃO DA OBRA (M) | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|
| ES-080 | Colatina - São Silvano | | Ponte s/o Rio Doce | 680,00 | Restauração do Pavimento |
| ES-414 | Alfredo Chaves | Cortina pedra seca | Abaixo da ponte de Alfredo Chaves | - | |

QUADRO 06

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS,

POR TRECHO E TIPO DE OBRA

| MUNICÍPIO | ESPÉCIE | T R E C H O | TIPO DE OBRA | EXTENSÃO DO TRECHO KM | QUANTIDADE | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | UNIDADE | REALIZAÇÃO |
| Afonso Cláudio | Est.Municipal | S. Luiz da Boa Sorte -V.Pontões | Reabertura | 8,00 | h | 350:30 |
| | " | A. Cláudio - Brejetuba | " | 34,00 | " | 188:00 |
| | " | S. Domingos Pequeno-S.Vicente Firme | " | 26,00 | " | 96:00 |
| | " | A. Cláudio - Est. Vicinais | " | 4,500 | " | 194:30 |
| Alegre | " | Ibirama - S. José | " | 6,000 | " | 282:00 |
| Alfredo Chaves | " | Ponte do Gavião - Crubixá | " | 13,00 | " | 199:43 |
| | " | Crubixá - S. Joaquim | " | 4,00 | " | 66:00 |
| | " | S. Joaquim - Nove Estrela | " | 3,00 | " | 60:00 |
| | " | Crubixá - S. Mateus | " | 4,00 | " | 60:00 |
| | " | Crubixá - Ipê | " | 3,00 | " | 71:79 |
| Anchieta | Municipal | BR.101 - Itajubais - Salinas | " | 10,00 | " | 130:00 |
| | " | Rodovia do Sol - Castelhanos | " | 2,00 | " | 50:00 |
| | " | Jabaquara - Belo Horizonte | " | 5,00 | " | 75:25 |
| | " | Pongal - Dois Irmãos-Caneia | " | 8,00 | " | 109:45 |
| | " | BR.101 - Pongal - Jocba | " | 6,00 | " | 90:00 |
| Apiacá | " | Floresta - Pernambuco e Batatal-D. Helena | " | 2,500 | " | 357:00 |

QUADRO 06

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS,

POR TRECHO E TIPO DE OBRA

| MUNICÍPIO | ESPÉCIE | T R E C H O | TIPO DE OBRA | EXTENSÃO DO TRECHO KM | QUANTIDADE | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | UNIDADE | REALIZAÇÃO |
| Atílio Vivácqua | Municipal | A. Vivácqua - Est. Vicinais | Reabertura | 1,00 | h | 30:00 |
| Baixo Guandu | " | Dois Irmãos - Ibituba | " | 4,500 | " | 200:00 |
| B.S. Francisco | " | Água Doce - B. Jesus - Bom Destino | " | 25,00 | " | 288:00 |
| | " | Vermelha - Cabeceira do Rio | " | 15,00 | " | 200:00 |
| | " | Cachoeirinha - José Bahiano | " | 1,00 | " | 30:00 |
| C. Itapemirim | " | Castelinho - Maravilha | " | 5,00 | " | 461:37 |
| Castelo | " | Castelo - Est. Vicinais | " | 7,000 | " | 318:30 |
| C. do Castelo | " | Monforte Frio - Via Rib. do Meio | " | 29,00 | " | 379:00 |
| | " | Conc. Castelo - Est. Vicinais | " | 8,500 | " | 385:30 |
| Colatina | " | Escola Agrícola - S. Pedro Frio | " | 20,00 | " | 250:00 |
| | " | Marilândia - Alto Liberdade | Abertura | 11,00 | " | 67:00 |
| | " | Estrada Santa Joana | " | 9,00 | " | 490:00 |
| Div.S.Lourenço | Est.Municipal | Div. S. Lourenço - S. Maurício | Reabertura | 8,00 | " | 150:00 |
| | " | Perdido - Floresta | " | 7,00 | " | 150:00 |
| D. Martins | " | D. Martins - Est. Vicinais | " | 3,500 | " | 153:30 |
| | " | Biriricas - Tijuco Preto - S. Rafael | " | 2,000 | " | 87:00 |
| Guaçui | " | Guaçui - São Romão | " | 12,00 | " | 150:00 |

QUADRO 06

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS,

POR TRECHO E TIPO DE OBRA

| MUNICÍPIO | ESPÉCIE | T R E C H O | TIPO DE OBRA | EXTENSÃO DO TRECHO KM | QUANTIDADE | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | UNIDADE | REALIZAÇÃO |
| Guaçui | Est.Municipal | S. Romão - Minério - S. Tiago | Reabertura | 18,00 | h | 200:00 |
| | " | Guaçui - Stº Antonio -S. Felipe | " | 15,00 | " | 261:00 |
| | " | S. Romão - S. Pedro | " | 12,00 | " | 100:00 |
| Iconha | " | Stº Antonio - Duas Barras | " | 2,000 | " | 93:00 |
| Itaguaçu | " | Alto Sobreiro - Caparaó | " | 1,000 | " | 38:00 |
| | " | Sobreiro - Alto Sobreiro - Caparaó | Abertura | 1,500 | " | 69:30 |
| Itapemirim | " | Itapemirim de Marataíses - Estrada Vicinal | Reabertura | 1,000 | " | 38:30 |
| Itarana | " | Itarana - Est. Vicinais | " | 7,500 | " | 339:00 |
| | " | Itarana - St.ª Maria Jatibocas | " | 2,000 | " | 77:30 |
| Iúna | " | Princípe - BR 262 | " | 14,00 | " | 558:00 |
| | " | Laranja da Terra - BR 262 | " | 10,00 | " | 392:46 |
| | " | Crisciúma - St.ª Clara de Ibatiba | " | 6,00 | " | 235:46 |
| Mantenópolis | " | Faz. Expedicionária - Faz. Joaquim Ramiro (Via St.ª Ana) | " | 18,00 | " | 200:00 |
| | " | Faz. Rui Nogueira - Faz. St.ª Ana | " | 13:00 | " | 160:00 |
| | " | Faz. Nilson Teixeira - St.ª Luzia | " | 15,00 | " | 142:00 |

QUADRO 06

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS,

POR TRECHO E TIPO DE OBRA

| MUNICÍPIO | ESPÉCIE | TRECHO | TIPO DE OBRA | EXTENSÃO DO TRECHO KM | QUANTIDADE | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | UNIDADE | REALIZAÇÃO |
| Mantenópolis | Est.Municipal | Igrejinha do Alto S. Francisco - Manoel H. | reabertura | 15,00 | h | 80:00 |
| | " | Edvaldo Ricate - Faz. Nildo N.Moraes | " | 7,00 | h | 60:00 |
| | " | Faz. Januário - Stª Luzia | " | 12,00 | h | 90:00 |
| Mimoso do Sul | " | Mimoso do Sul - Est. Vicinais | " | 5,000 | h | 230:00 |
| Muniz Freire | " | Menino Jesus - Vila Piaçú | " | 7,00 | h | 275:00 |
| | " | Muniz Freire - Vila Itaicí | " | 12,00 | h | 471:00 |
| Muqui | " | Recreio - Alto Cravo | " | 1,000 | h | 33:00 |
| Nova Venécia | ES.80.CERMAG | Nova Venécia - Vila Pavão | " | 18,000 | h | 804:00 |
| | Est.Municipal | Guararema - Boa Vista | " | 10,00 | h | 100:00 |
| | " | N. Venécia - Cristalino - Cedrolândia | " | 35,00 | h | 399:00 |
| Pancas | " | Vila Verde - Pancas | " | 3,00 | h | 30:00 |
| | " | Pancas - V.Verde - Via Paranazinha | " | 12,00 | h | 200:00 |
| | " | Morro da Sapucaia - Faz.Melguiaves | " | 10,00 | h | 637:00 |
| | " | Vila Verde - Faz. Alagoano | " | 2,00 | h | 60:00 |

QUADRO 06

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS,

POR TRECHO E TIPO DE OBRA

| MUNICÍPIO | ESPÉCIE | T R E C H O | TIPO DE OBRA | EXTENSÃO DO TRECHO KM | QUANTIDADE | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | UNIDADE | REALIZAÇÃO |
| Pancas | Est.Municipal | Vila erde - Faz. Gonçalves | reabertura | 15,00 | h | 250:00 |
| | " | Vila Verde - Morro do Sapucaia | " | 15,00 | " | 247:00 |
| Rio Novo Sul | " | Virginia Nova - Est. Vicinais | " | 6,00 | " | 270:30 |
| Santa Leopoldina | " | Stª. Maria - Jetibá | " | 5,00 | " | 150:00 |
| | " | Stª. Maria - Recreio | " | 7,00 | " | 101:00 |
| | " | Stª. Maria - Rio das Pedras | " | 4,00 | " | 150:00 |
| Santa Teresa | " | Stª. Teresa - Est. Vicinais | " | 6,00 | " | 282:30 |
| | " | São Paulo - Várzea Alegre | " | 0,500 | " | 20:30 |
| | " | Stº Antonio - Lombardia | " | 7,00 | " | 290:00 |
| S.Gabriel Palha | " | Itaquarussu - Águas Claras-ES-137 | " | 12,00 | " | 300:00 |
| S.José Calçado | " | Sede Município - Distrito Alto Calçado | " | 13,00 | " | 139:00 |
| | " | Faz. Areial - Faz. J.Gastão Wantuil - Dr. Cleber | " | 10,00 | " | 40:00 |

QUADRO 07

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS, POR TRECHO RODOVIÁRIO E TIPO DA OBRA

| SIGLA DO P.R.E. | TRECHO | EXTENSÃO DO TRECHO KM | LARGURA DA PISTA M | TIPO DA OBRA | QUANTIDADE | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | UNIDADE ESPECIFICA | TOTAL | |
| | | | | | | PROGRAMADA | REALIZADA |
| E.Munic | Colonia Penal Agrícola | 1,200 | 4,00 | Alargamento p/ 8,00m | h | 164:90 | 163:00 |
| ES-245 | Linhares - Bananal | 87,00 | 10,00 | Recup. erosões | m3 | 4.000 | 4.611 |
| | | | | Rev. Primário | Km | 5,500 | 5,500 |
| | | | | Drenagem | ml | 40 | 40 |
| ES-248 | Linhares - Colatina | 78,00 | 10,00 | Ref. subleito | | | |
| | | | | Lev. de greide | m3 | 39.280 | 39.280 |
| | | | | Drenagem | ml | 219 | 152 |
| | | | | Rev. Primário | Km | 34.500 | 34.500 |
| ES-250 | [illegible] Teresa - Itarana | 48,00 | 8,00 | Rec. erosões | m3 | 3.700 | 3.700 |
| | | | | Rev. Primário | Km | 11.50 | 11.50 |
| | | | | Drenagem | ml | 207 | 123 |

QUADRO 07

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS, POR TRECHO RODOVIÁRIO E TIPO DA OBRA

| SIGLA DO P.R.E. | T R E C H O | EXTENSÃO DO TRECHO KM | LARGURA DA PISTA M | TIPO DA OBRA | Q U A N T I D A D E | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | UNIDADE ESPECIFICA | T O T A L | |
| | | | | | | PROGRAMADA | REALIZADA |
| ES-162 | BR.101 - Pres. Kennedy - Neves | 36,00 | 7,00 | Const. Aterro | m3 | 6.790 | |
| | | | | Confec. alas c/ pedras argamassadas | m3 | 38 | |
| ES-181 | Placa - Anutiba | 30,00 | 7,00 | Rev. Primário | Km | 9,100 | |
| | | | | Rec. erosões | m3 | 400 | |
| ES-375 | Iconha - Varqem Alta | 40,00 | 7,00 | Alargamento | m3 | 140.795,00 | 132.184,00 |
| | | | | Drenagem | ml | 220 | - |
| ES-259 | Baixo Guandu - Colatina | 54,00 | 5,00 | Alargamento | m3 | 46.215 | |
| | | | | Rec. Aterros | m3 | 750 | 1.845 |
| | | | | Drenagens | ml | 520 | 102 |
| | | | | Rev. Primário | Km | 16,400 | 5,00 |

QUADRO 07

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS, POR TRECHO RODOVIÁRIO E TIPO DA OBRA

| SIGLA DO P.R.E. | T R E C H O | EXTENSÃO DO TRECHO (Km) | LARGURA DA PISTA (m) | TIPO DA OBRA | QUANTIDADE | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | UNIDADE ESPECIFICA | TOTAL PROGRAMADA | TOTAL REALIZADA |
| ES 080 | Colatina - Stª Teresa | 62,00 | 7,00 | Rev. Primário | Km | 14,300 | - |
| | | | | Drenagem | ml | 140 | - |
| | | | | Alargamento pista p/ 8,00m | h | 355:00 | - |
| ES-164 | Itarana - Itaguaçu | 11,00 | 10,00 | Drenagem | ml | 121 | 96 |
| | | | | Rev. Primário | Km | 8.50 | 8,50 |
| ES-355 | Santa Leopoldina - Santa Maria | 46,00 | 7,00 | Rev. Primário | Km | 29 | 29 |
| | Jetibá - Caldeirão | | | Drenagem | ml | 218 | 40 |
| ES-181 | BR. 262 - Muniz Freire | 31,09 | 7,00 | Rev. Primário | Km | 15.500 | 4,00 |
| | | | | Rec. erosões | m3 | 4.130 | 1.620 |
| | | | | Drenagem | ml | 200 | 200 |

QUADRO 07

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS, POR TRECHO RODOVIÁRIO E TIPO DA OBRA

| SIGLA DO P.R.E. | TRECHO | EXTENSÃO DO TRECHO KM | LARGURA DA PISTA M | TIPO DA OBRA | QUANTIDADE | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | UNIDADE ESPECIFICA | TOTAL | |
| | | | | | | PROGRAMADA | REALIZADA |
| ES-181 | Alegre - Arraial do Café | 15,00 | 7,00 | Rev. Primário | | | |
| | | | | Trator D4-D | hs | 590:00 | - |
| | | | | Carro Pipa | hs | 254:00 | |
| ES-381 | Conc. do Muqui - Mimoso | 28,00 | 8,00 | Alarg. p/ 8,00 m | hs | 1.150:00 | - |
| ES-165 | BR.262 - Afonso Cláudio | 42,00 | 8,00 | Rev. Primário | Km | 6,00 | |
| | | | | Drenagem | ml | 72 | |
| ES-177 | Jerônimo Monteiro - Muqui | 25,00 | 7,00 | Reabertura | hs | 3,636 | 3.636 |

## QUADRO 08

### REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

### POR TRECHO RODOVIÁRIO E TIPO DA OBRA

| Sigla do P.R.E. | Trecho | Tipo da Obra | Designação e Localização | Extensão da Obra (M) |
|---|---|---|---|---|
| ES-162 | BR.101 — Presidente Kennedy — Neves ... ... ... ... ... .. ..... | Restauração | Ponte s/ rio Norte a OKm de Pacotuba ... ... ... ... ... ..... | 104,60 |
| ES-487 | BR.101 — Itapemirim .. .. .. | Restauração.. | Ponte s/rio Cor. Burarama a 2Km de Burarama ... ... . .. ... ..... | 9,00 |
| ES-289 | Muqui — C. do Muqui .. ..... | Restauração | Ponte s/Cor. Biquinha a 11, 2 Km de Alegre .. .... ... ... ... ... ... | 11,00 |
| ES-487 | BR. 101 — Itapemirim .. ..... | Restauração | Ponte s/rio Norte a 12,5 Km de Alegre ... ... ... ... .. ..... | 100,00 |
| ES-483 | Pacotuba — Burarama .... .. | Restauração | Ponte s/ rio Cor. S. Francisco a 5,4Km de Alegre .. .... ... ... ... ..... | 6,00 |
| ES-483 | Burarama — Pacotuba ... ... | Restauração | Ponte s/ rio Cor. Paraíba a 12,5Km Alegre ... ... ... ... ..... | 6,30 |
| ES-181 | Alegre — Anutiba ..... | Restauração | Ponte s/ Cor. do Jaca a 2,2Km de (Asf.) S.J.C. ... ... ... .. .. . | 8,00 |
| ES-181 | Alegre — Anutiba ... .. ..... | Restauração | Ponte s/ rio Sto. André a 27 Km B. 262 ... ... ... ... ... ... ..... | 11,00 |
| ES-181 | Alegre — Café ... ... .. ..... | Restauração | Ponte s/ rio Cor. Canela a 9Km BR. 101 ... ... ... ... ... ..... | 17,40 |
| ES-387 | Alegre — S. Rafael ... . .. .... | Restauração | Ponte s/ rio Sta. Rosa a 16Km de Ara- | |
| ES-289 | S. José Calçado — C. do Muqui | Restauração | cruz ... ... ... ... ... ... ..... | 13,00 |
| ES-146 | Araguaia — Matilde ... ... ... | Restauração | Ponte s/rio Cor. Reis Magos a 0Km de | |
| ES-146 | BR. 101 — Alfredo Chaves .... | Restauração | de N. Almeida ... ... ... ... .. | 110,00 |
| ES-124 | Aracruz — N. Almeida .. .. .. | Restauração | Ponte s/rio Cor. Constantino 8Km | |
| ES-010 | Sta. Cruz — N. Almeida .. .... | Restauração | S. Cruz ... ... ... ... ..... | 6,00 |
| ES-010 | Sta. Cruz — V. do Riacho ... ... | Restauração | Ponte s/ rio Cor. Gimunhuma a 26Km | |
| ES-010 | S. Cruz — V. do Riacho ... ... | Restauração | S. Cruz ... ... ... ... ..... | 24,00 |
| ES-010 | S. Cruz — B. do Riacho ... ... | Restauração | | |
| ES-134 | Aracruz — Cor D Agua ... .. .. | Restauração | | |
| ES-010 | Sta. Cruz — V. do Riacho ..... | Restauração | | |
| ES-248 | Linhares — Colatina — V. B. R.o | Restauração | | |
| ES-248 | Linhares — Colatina — V. Bananal ... ... ... ... ..... | Restauração | | |
| ES-185 | Guaçuí — Ibitirama ... ... ... | Restauração | | |
| ES-185 | Guaçuí — Iúna ... ... ... ... | Restauração | | |
| ES-185 | Guaçuí — Iúna ... ... ... ... | Restauração | | |

| | | |
|---|---|---|
| Ponte s/rio Muqui a 7Km da Br. 101 ... ... ... ... ... ..... | 32,00 | |
| Ponte s/Vala a 2,4Km da Br. 101 | 13,00 | |
| Ponte s/rio Cor. Muqui do Sul a 19Km a 19K Muqui ... ... ... ..... | 10,70 | |
| Ponte s/ rio Mauá a 3,3 Km da BR. 101 ... ... ... ... ... ..... | 33,00 | |
| Ponte s/rio Bananal a 44 Km de Linhares | | 28,00 |
| Ponte s/rio Veado a 14,3Km de Guaçuí | | 19,00 |
| Ponte s/rio Norte a 31,5Km de Guaçuí .. | | 42,50 |
| Ponte s/rio Cor. Bonito a 4,6 Km de Guaçuí | | 8,60 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| ES-387 | Alegre — S. Rafael ... ... ... | Restauração | |
| ES-185 | Guaçuí — Ibitirama ... ... ... | Restauração | |
| ES-387 | Celina — Pratinha ... .. ..... | Restauração | |
| ES-185 | Guaçuí — Iúna ... ... ..... | Restauração | |
| Ponte s/rio Cor. Paraíso a 7,8Km de Alegre ... ... ... ... ... ... ..... | 9,50 | | |
| Ponte s/rio Cor. Uricanga a 6,8Km Guaçuí | 5,20 | | |
| Ponte s/rio Cor. Jacutinga a 13,9Km Pratinha ... ... ... ... ..... | 4,50 | | |
| Ponte s/rio Cor. S. Romão a 4,6Km Guaçuí | 6,60 | | |
| ES-185 | Guaçuí — Iúna ... ... ..... | Restauração | |
| ES-185 | Guaçuí — Iúna ... ... ..... | Restauração | |
| ES-358 | BR. 101 — Barra Seca ... ... .. | Restauração | |
| ES-358 | BR. 101 — Barra Seca ... ... .. | Restauração | |
| ES-388 | Amarelos — B. do Jucu .. .. . | Restauração | |
| ES-375 | BR. 101 — Piúma ... ... ..... | Restauração | |
| ES-146 | Marechal — Alfredo Chaves .. | Restauração | |
| ES-477 | Praia do Sol — Amarelos .. ... | Restauração | |
| ES-146 | BR. 101 — Anchieta ... ... ... | Restauração | |
| ES-146 | Marechal — Alfredo Chaves .. | Restauração | |
| ES-146 | Marechal — Alfredo Chaves .. | Restauração | |
| Não consta no P.R.E. | Viana — Baía Nova ... ... | Restauração | |
| Não consta no P.R.E. | Viana — Baía Nova . .... | Restauração | |

## QUADRO 08

### REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

### POR TRECHO RODOVIÁRIO E TIPO DA OBRA

| Sigla do P.R.E. | Trecho | Tipo da Obra | Designação e Localização | Extensão da Obra (M) |
|---|---|---|---|---|
| ES-146 | Araguaia — Matilde | Restauração | Ponte s/rio da Prata a 16,4K da Penha | 17,00 |
| ES-060 | Anchieta — Piúma | Restauração | Ponte s/Cab. do Taquaral a 15,2Km Itarana | 5,00 |
| ES-245 | Linhares — Colatina — Bananal | Restauração | | |
| ES-248 | Linnares — Colatina — V. B. Rio Doce | Restauração | | |
| ES-245 | Linhares — Colatina — V. Bananal | Restauração | | |
| ES-248 | Linhares — Colatina — V. B. Rio | Restauração | | |
| ES-248 | Linhares — Povoação | Restauração | | |
| ES-355 | Caldeirão — Itarana | Restauração | | |
| ES-080 | Cariacica — Santa Leopoldina | Restauração | | |
| ES-259 | Santa Teresa — Caldeirão | Restauração | | |
| ES-165 | Afonso Cláudio — Pinga Fogo | Restauração | | |
| ES-080 | Santa Teresa — Santa Leopoldina | Restauração | | |
| ES-484 | Itarana — Afonso Cláudio | Restauração | | |
| | Ponte s/rio Cor. S. Felipe a 8Km Guaçuí | 11,00 | | |
| | Ponte s/ Cor. Uberaba a 58 Km Guaçuí | 12,00 | | |
| | Ponte s/rio Jundiá a 18K BR. 101 — B. Seca | 7,50 | | |
| | Ponte s/rio Caximbaú a 7Km da BR.101 — B. Seca | 10,00 | | |
| | Ponte s/rio Cor. Amarelo a 12 Km de Amarelos | 19,00 | | |
| | Ponte s/rio Cor. Iconha a 10 Km de Piúma | 6,00 | | |
| | Ponte s/rio Cor. Alto Batatal a 6Km BR. 262 | 9,00 | | |
| | Ponte s/rio Cor. Rucinho a 1Km Rod. do Sol | 11,00 | | |
| | Ponte s/rio Salina | 10,00 | | |
| | Ponte s/rio Cor. Olaria a 2,5 Km BR. 262 | 5,50 | | |
| | Ponte s/rio Cor. da Curva a 3Km BR. 262 | 6,00 | | |
| | Ponte s/rio Canto Grande a 18 Km de Viana | 5,00 | | |
| | Ponte s/rio Cor. So. Agostinho a 0,5Km Viana | 11,80 | | |
| | Ponte s/rio Cor. S. Martins a 20Km BR. 262 | 8,00 | | |
| | Ponte s/rio Benevente a 0Km dentro de Anchieta | 100,00 | | |
| | Ponte s/rio Bananal a 37Km de Linhares | 18,00 | | |
| | Ponte s/rio Lagoa Nova a 11 Km de Linhares | 11,50 | | |
| | Ponte s/rio Bananal a 45Km de Linhares | 28,00 | | |
| | Ponte s/ rio Cor. Faz. Aliança a 29Km Linhares | 5,50 | | |
| | Ponte s/ rio Cor. Limão a 21Km Linhares | 12,00 | | |
| | Ponte s/rio Cor. Limoeiro a 12,90Km Caldeirão | 21,00 | | |
| | Ponte s/rio Cor. Mangarí a 3Km de Sta. Leopoldina | 5,00 | | |
| | Ponte s/rio Alto S. Maria a 13,30K Santa Teresa | 19,00 | | |
| | Ponte s/Cor. João Tomé a 26,2 Km de Afonso Cláudio | 4,50 | | |

**Estudos de viabilidade econômica**

Realizaram-se os seguintes, sob a responsabilidade do DER:

- Rodovias Turísticas;
- Rodovias que servem às regiões cafeeiras;
- Rodovias para escoamento da produçao agrícola;
- Rodovia situada em área de exploração de mármore.

Além desses estudos, fez-se a contagem volumétrica de tráfego, semestralmente, em todas as rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual.

**Recursos Financeiros**

A receita total do Departamento fixado em Cr$ 387.801.937,00 (trezentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e hum mil, novecentos e trinta e sete cruzeiros), teve a seguinte origem:

RECEITA CORRENTE

| | | |
|---|---|---|
| Cota parte F.P.E. | 13.566.000,00 | |
| Cota parte I.U.S.C.L. | 36.424.000,00 | |
| Cota parte Taxa Rod. Única | 13.730.000,00 | |
| Contribuição do Estado | 77.653.000,00 | |
| Transp. veículos balsa | 56.000,00 | 141.429.000,00 |

RECEITAS DE CAPITL

| | | |
|---|---|---|
| Contribuição do Estado | 85.535.780,00 | |
| Cota parte I.U.S.C.L. | 84.989.000,00 | |
| Taxa Rod. Única | 21.092.000,00 | |
| I.U.S.M. | 1.885.220,00 | |
| I.U.S.T.R. | 9.795.937,00 | |
| Cota parte do F.E. | 30.600.000,00 | |
| Convênio DER/EBTU | 11.475.000,00 | |
| Convênio DER/CEPLAC | 1.000.000,00 | 246.372.937,06 |
| Total | | 387.801.937,00 |

Realizaram-se, no exercício de 1977, despesas da ordem de Cr$ 291.679.196,55 (duzentos e noventa e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, cento e noventa e seis cruzeiros e cinquenta e cinco centavos), das quais Cr$ 81.678.391,63 (oitenta e um milhões, seiscentos e setenta e oito mil, trezentos e noventa e um cruzeiros e sessenta e três centavos) com juros e amortizações.

No tocante às despesas com obras públicas, referente aos serviços executados por empreiteiros contratados pelo DER-ES, os pagamentos efetuados atingiram a cifra de Cr$ — 83.634,183,00 (oitenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e cento e oitenta e três cruzeiros).

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

Em face das perspectivas de desenvolvimento que se deparam para o Espírito Santo, notadamente, pelo seu caráter de urgência, para a área da Grande Vitória, entre outras providências paralelas situadas na área da Pasta da Justiça, deu-se prioridade à solução do angustioso problema penitenciário.

A constatação do inevitável crescimento demográfico do município da Capital e dos circunvizinhos de Vila Velha, Viana, Cariacica e Serra, em cujos territórios estão se ampliando as atividades industriais, haveria de provocar, inevitavelmente, dificuldades inúmeras às autoridades que têm sobre seus ombros a grande responsabilidade pelos setores da Justiça e da Segurança Pública.

## PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÉDIA E REGIME SEMI-ABERTO DE VIANA-ES

Os estabelecimentos penais existentes já não suportam, lamentavelmente, a demanda de quantos infelizes se colocam à margem da lei.

Daí, o empenho pela construção da Penitenciária de Segurança Média e Regime Semi-Aberto de Viana, empreendimento que poderá ser situado como o mais importante nos limites específicos dessa Secretaria e, ainda, um dos mais expressivos no campo generalizado das realizações do Governo Estadual não só porque permitirá equacionar o problema da atual superlotação nos presídios, mas, igualmente, pelo atendimento a condições mais compatíveis com a dignidade e o sentimento humano.

O projeto de construção desse novo e modelar estabelecimento penal mereceu aprovação e integral apoio do Ministério da Justiça que, inclusive, autorizou, em 1977, a liberação de Cr$ 8.000.000,00 — (oito milhões de cruzeiros), parte dos recursos à realização da obra.

Em janeiro do ano passado, procedeu-se a concorrência pública e no mês seguinte já a obra era iniciada.

Convém sejam anunciados alguns dados técnicos do empreendimento, a fim de que se avalie seu porte.

A Penitenciária de Segurança Média e Regime Semi-Aberto de Viana ocupará uma área total de 54 (cinquenta e quatro) alqueires mineiros, destes 7.100 e. destinados às obras, num conjunto de 20 (vinte) pavilhões ou blocos de 600 m2 cada, com capacidade para 400 (quatrocentos) internos, aproximadamente.

Disporá de dependências destinadas à guarda militar externa; agentes penitenciários; lavanderia, padaria, refeitórios; alojamento específico para interno na faixa de jovem-adulto, ou seja entre 18 a 21 anos; alojamento somente para adultos; blocos contendo celas individuais; blocos com celas para 3 a 5 internos; bloco para interno do sexo feminino; blocos para oficinas (mecânica, carpintaria, marcenaria, alfaiataria etc.); almoxarifado geral; pavilhões para os setores educacional e de saúde (médico e odontológico); hall para visitas aos internos; pequenos apartamentos para visita aos internos casados; auditório para conferências; recinto destinado a cultos religiosos; depósito para material esportivo; blocos para setores administrativos e sub-estação para rede elétrica.

Entrementes, já estão sendo delineadas as áreas destinadas ao cultivo agrícola diversificado, inclusive produtos horti-granjeiros, setor de pecuária e de suinocultura etc.

A recente liberação de mais Cr$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) pelo Ministério da Justiça permitirá a conclusão da obra e sua inauguração em maio vindouro.

Vale acentuar, ainda, a participação do Estado que destinou recursos na importância total de Cr$ ..... 5.946.977,12 (cinco milhões, novecentos e quarenta e seis mil, novecentos e setenta e sete cruzeiros e doze centavos), sendo Cr$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) referentes ao Fundo Especial e o restante de recursos não vinculados, créditos orçamentários, já empenhados, correspondentes aos exercícios de 1977 e 1978.

## OUTRAS OBRAS AINDA NO SETOR PENITENCIÁRIO

Ainda no setor penitenciário, foi procedida a restauração das celas, dos setores hidráulico e sanitário no Instituto de Readaptação Social, bem assim o Gabinete Dentário já equipado dentro de modernas técnicas.

No Manicômio Judiciário, além dos serviços próprios da instalação de água pela CESAN e da rede de esgotos, prosseguiram as obras do Pavilhão feminino e deu-se início à construção do muro de arrimo na lateral do prédio principal.

Várias outras prosseguiram em ritmo acelarado, entre elas a construção de mais duas guaritas, em pontos de segurança para maior vigilância, no Instituto de Readaptação Social, bem assim a reforma da sala de recreação para adaptação do setor de Assistência Social; reforma do muro que contorna o pátio externo, com alambrado; construção do jardim na área que dá frente para a entrada principal do prédio.

## COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS

O Complexo Penitenciário do Estado, constituido dos estabelecimentos penais:

— Instituto de Readapção Social "Prof. Jair Etiene Dessaune";
— Manicômio Judiciário "Manoel Araújo"; está subordinado a esta Secretaria, com a supervisão da Coordenação dos Serviços Penitenciários.

Este órgão, nos limites de sua atribuição, através do seu titular, tem realizado um trabalho de considerável alcance social pelo permanente contato com os referidos estabelecimentos, auscultando suas necessidades, fiscalizando e inspecionando as obras que ali se realizam, promovendo palestras para funcionários, internos etc..

Na articulação e no aperfeiçoamento da mecânica relacionada com o ingresso de sentenciados nos nossos estabelecimentos penais tem requerido do Coordenador um trabalho de difícil aplicação, em face do problema de superlotação existente nas cadeias públicas do interior e na Casa de Detenção além de, em certos casos, o internamento do apenado, por natureza diversa, contrariar disposições legais que regulam e disciplinam o regime de funcionamento desses estabelecimentos penais.

A exemplo de anos anteriores, no exercício findo, manteve estreito contato com o Poder Judiciário Estadual, com a Justiça Federal, Superintendência de Polícia Civil, Polícia Federal e demais autoridades, visando a estabelecer um maior e melhor entrosamento, assim atendendo aos altos objetivos de uma sadia política penitenciarista.

## A VALIDADE DE UM ESTUDO EM ELABORAÇÃO

Em razão das dificuldades acima enumeradas, muitas das quais gerando, por vezes, decisões conflitantes entre as áreas do Judiciário, da Segurança e da Secretaria do Estado da Justiça, pela natureza desconforme de disposições legais que regulam estes três (3) setores, esta Pasta, vem promovendo estudos, dos quais participam os demais órgãos, no sentido de transferir para a área de sua competência a responsabilidade total dos infratores da lei, qualquer que seja o estágio do processo aos quais estejam respondendo.

Viabilizada esta possibilidade, mantenho vivas esperanças de que pequenas divergências, ocasionalmente ocorridas no entendimento de textos legais específicos a estas três (3) áreas bem assm de disposições constantes na Lei Adjetiva Penal, estarão superada , com o consequente aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário.

## CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO

O Conselho Penitenciário do Estado se constitui em um órgão de deliberação coletiva e tem por finalidade precípua apreciar os processos de indulto, comutação de penas e livramento condicional dos presos da Justiça.

Os seus integrantes por seus conhecimentos jurídicos e pela dedicação a que se entregam aos deveres do seu mister têm prestado a relevância de um trabalho perfeitamente com os altos objetivos da Justiça.

## DEFENSORA PÚBLICA

Conquanto integrando a Procuradoria Geral do Estado, dada a natureza de seus propósitos e a pertinência de sua atividade administrativa, a Defensoria Pública veio, sem dúvida, preencher uma lacuna de enorme significação no contexto social do Estado.

Se bem que constituindo um capítulo na história administrativa de outro órgão, não poderia deixar de mencioná-lo no texto do relatório da Secretaria de Estado, pois foi no âmbito daquela Pasta que se iniciaram os estudos, realizaram-se pesquisas e avaliaram-se os possíveis resultados do órgão que cuida dos interesses dos menos afortunados.

## VARAS FORUNS COMARCAS

Ação da Secretaria de Estado da Justiça não se limitou a medidas exclusivamente ligadas ao setor penitenciário.

Sensibilizou-se, também, com outros problemas, de ordem material e de caráter administrativo, no que se relaciona com as atividades da Justiça em nosso Estado.

Promoveu a criação de uma 3ª Vara em Cachoeiro de Itapemirim, da 4ª Vara Criminal de Vitória e de uma 3ª Vara em Linhares, comarcas cujo crescimento gera, a cada dia, um considerável aumento dos seus serviços forenses, tornando, assim, indispensável a providência requerida a fim de que se permitisse a usar maior agilização.

Estão previstas ainda, para o corrente exercício, a criação de uma Vara em Viana, bem assim a de algumas outras varas na área da Grande Vitória.

No setor de Foruns form concluídos os de Ecoporanga e Domingos Martins, igualmente indispensáveis ao funcionamento da Justiça naquelas Comarcas, além de haver determinado o início da reforma no de Conceição da Barra.

Com vistas a uma melhor condição de funcionalidade, agilização da execução de serviços, conforto de comodidade de serventários, advogados e autoridades, realizaram-se obras de vulto no edifício do Forum de Cachoeiro de Itapemirim, inauguradas em junho último.

Para o presente exercício e 1978, a Secretaria estabeleceu algumas prioridades, como o término dos Foruns de Alegre, Guaçuí e Colatina, bem assim a ampliação do de Linhares e a construção dos de Iconha, Nova Venécia e São Mateus.

Outros projetos estão sendo examinados, com a construção dos Foruns de Pinheiro, Anchieta e Serra, este pelo surpreendente desenvolvimnto que vem experimentando o município com a instalação do centro industrial no planalto de Carapina.

A instalação da Comarca de Pinheiro, até então pertecente à de Conceição da Barra, se constitui em outra medida salutar, seja pelo desenvolvimento que ali se manifesta, seja pelo congestionamento que estava a provocar nos serviços forenses de Conceição da Barra.

## INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL
### "Prof. Jair Etienne Dessaune"
### SECÇÃO PENAL E DISCIPLINAR

**Demonstrativo da Movimentação de Reclusos no Exercício de 1977:**

| | | |
|---|---|---|
| Segregados existentes em 31.12.1976 | | 184 |
| **Recolhidos em 1977, a saber:** | | |
| Condenados no Município | 28 | |
| Condenados em outros Municípios | 10 | |
| Recapturados | 14 | |
| Recolhidos na Colônia Penal | 7 | 59 |
| | | 243 |
| **Saídos em 1977, a saber:** | | |
| Transferido para outro estabelecimento | 7 | |
| Liberados | 16 | |
| Falecidos | 3 | |
| Evadidos | 13 | 39 |
| Segregados existentes em 31.12.1977 | | 204 |

**Demonstrativos das Entradas de Reclusos, quanto aos Delitos, referente ao ano de 1977:**

| | |
|---|---|
| Estelionato | 1 |
| Homicídio | 29 |
| Furto | 15 |
| Lesões Corporais | 2 |
| Roubo | 4 |
| Assalto | 3 |
| Falsificação | 2 |
| Asfixia e Tortura | 2 |
| TOTAL | 48 |

**Demonstrativo das Entradas de Reclusos, quanto a procedência das Comarcas, referente ao ano de 1977:**

| | |
|---|---|
| Capital | 34 |
| Conceição da Barra | 1 |
| Domingos Martins | 1 |
| Vila Velha | 3 |
| Nova Venécia | 1 |
| Cariacica | 4 |
| Pancas | 3 |
| Serra | 1 |
| Ecoporanga | 1 |
| TOTAL | 48 |

**Demonstrativo das entradas de Reclusos, quanto a naturalidade, referente ao ano de 1977:**

| | |
|---|---|
| Espírito Santo | 32 |
| Minas Gerais | 11 |
| Santa Catarina | 1 |
| Bahia | 3 |
| Alagôas | 1 |
| TOTAL | 48 |

**Demonstrativo das Entradas de Reclusos, quanto ao Estado Civil, referente ao ano de 1977:**

| | |
|---|---|
| Casado | 16 |
| Solteiro | 31 |
| Viúvo | 1 |
| TOTAL | 48 |

**Demonstrativo das Entradas de Reclusos, quanto a idade, referente ao ano de 1977:**

| | |
|---|---|
| De 21 à 30 anos | 25 |
| De 31 à 40 anos | 12 |
| De 41 à 50 anos | 5 |
| De 51 à 60 anos | 4 |
| De 61 à 70 anos | 2 |
| TOTAL | 48 |

**Demonstrativo das Entradas de Reclusos, quanto às profissões, referente ao ano de 1977:**

| | |
|---|---|
| Pedreiro | 3 |
| Pintor | 2 |
| Carpinteiro | 1 |
| Braçal | 15 |
| Lavrador | 15 |
| Mecânico | 2 |
| Eletricista | 1 |
| Cavoqueiro | 1 |
| Comerciário | 1 |
| Marítimo | 1 |
| Doméstica | 1 |
| Fotógrafo | 2 |
| Arrumador | 1 |
| Auxiliar de Escritório | 2 |
| TOTAL | 48 |

**Demonstrativo das Entradas de Reclusos, quanto a Instrução, referente ao ano de 1977:**

| | |
|---|---|
| Analfabeto | 16 |
| Primário | 27 |
| Rudimentar | 5 |
| TOTAL | 48 |

**Demonstrativo das Entradas de Reclusos, quanto a côr, referente ao ano de 1977:**

| | |
|---|---|
| Branca | 17 |
| Preta | 6 |
| Parda | 25 |
| TOTAL | 48 |

**Demonstrativo das Saídas de Reclusos através do Livramento Condicional, segundo às Comarcas, referente ao ano de 1977:**

| | |
|---|---|
| Capital | 8 |
| Ecoporanga | 1 |
| Muniz Freire | 1 |
| Linhares | 1 |
| Baixo Guandú | 1 |
| TOTAL | 12 |

**Demonstrativo das Saídas de Reclusos, através de Alvará de Soltura, conclusão de Pena, indulto e absolvição, referente ao ano de 1977:**

**Conclusão de Pena:**

| | |
|---|---|
| Cariacica | 1 |
| Ibiraçu | 1 |

**Indulto:**

| | |
|---|---|
| Vila Velha | 1 |
| Santa Tereza | 1 |
| TOTAL | 4 |

**Demonstrativo das Entradas de Reclusos, quanto a condenação, referente ao ano de 1977:**

| | |
|---|---|
| De 3 a 6 anos | 12 |
| De 6 a 10 anos | 13 |
| De 10 a 20 anos | 18 |
| De 20 a 30 anos | 2 |
| De 31 a 40 anos | 2 |
| A 154 anos | 1 |
| TOTAL | 48 |

**Demonstrativo das Evasões de Reclusos, quanto às Comarcas, referente ao ano de 1977:**

| | |
|---|---|
| Capital | 10 |
| Conceição da Barra | 1 |
| São Mateus | 1 |
| Iúna | 1 |
| TOTAL | 13 |

**Coordenação dos Serviços Penitenciários**
**— INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL —**
**"Prof. Jair Etienne Dessaune"**

**Movimento do "PECÚLIO DE RESERVA" dos segregados, durante o exercício de 1977.**

| | | |
|---|---|---|
| Saldo do exercício de 1976 | 62.639,83 | |
| Recebido no exercício de 1977 e registrado nas respectivas cadernetas de cada interno | 138.627,31 | |
| Pago no exercício de 1977 a reclusos | | 119.433,86 |
| SOMA | 201.267,14 | 119.433,86 |
| Saldo existente em 31.12.977 | | 81.833,28 |
| TOTAL | 201.267,14 | 210.267,14 |

**Movimento do "PECÚLIO DISPONIVEL" dos segregados, durante o exercício de 1977.**

| | | |
|---|---|---|
| Saldo do exercício de 1976 | 16.597,39 | |
| Recebido no exercício de 1977 e registrado nas respectivas cadernetas de cada recluso | 152.802,09 | |
| Pago no exercício de 1977 a reclusos | | 134.093,59 |
| SOMA | 169.399,48 | 134.093,59 |
| Saldo existente em 31.12.977 | | 35.305,89 |
| TOTAL | 169.399,48 | 169.399,48 |

**Movimento da verba sob o título "FUNDO DE TRABALHO PENITENCIÁRIO" no exercício de 1977, conforme Processos enviados à Coordenação dos Serviços Penitenciários da SEJU.**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Saldo do exercício de 1976 ..... | | 36.605,94 | |
| Recebido no exercício de 1977, conforme Processos de Prestações de Contas enviadas à Coordenação ..... | | 479.695,27 | |
| Pagamentos efetuados no exercício de 1977, conforme Processos enviados à Coordenação a saber: | | | |
| PESSOAL ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ..... | 27.649,00 | | |
| MATERIAL DE CONSUMO ..... ... ... ..... | 384.185,80 | | |
| SERV. DE TERCEIROS ... ... ... ... ... ... ..... | 12.320,10 | | |
| ENCARGOS DIVERSOS ... ... ... ... ... ... ..... | 34.214,96 | | |
| DESP. E. ANTERIORES ... ... ... ... ... ... ..... | 15.574,14 | | |
| EQ. E INSTALAÇÕES ... ... ... ... ... ... ..... | 7.361,90 | | |
| MATERIAL PERMANENTE ... ... ... ... .. ..... | 6.871,80 | ..... ... ... ... ... ... ..... | 488.127,70 |
| SOMA ... ... ... ... ... ... ... ... ... ..... | | 516.301,20 .. .. .. ..... | 488.127,70 / 28.173,50 |
| Saldo para o exercício de 1978 ... ... ..... | | ... ... ... ... ... ..... | |
| TOTAL ... ... ... ... ... ... ..... | | 516.301,20 ... ... ... ... ... | 615.301,20 |

**Resumo da produção das oficinas e outros serviços deste Instituto, no exercício de 1977.**

| | | |
|---|---|---|
| A — ALFAIATARIA: | | |
| 1 — Para o I.R.S. ... ... ..... | 59.580,00 | |
| 2 — Para o Fundo T. Penitenciário ... ... ... ..... | — | 59.580,00 |
| B — CARPINTARIA: | | |
| 1 — Para o I.R.S. ... ... ... ... | 3.290,00 | |
| 2 — Para o Fundo T. Penitenciário ... ... ... ... ..... | 4.970,00 | 8.260,00 |
| C — SAPATARIA: | | |
| 1 — Para o I.R.S. ... ... ..... | 9.780,00 | |
| 2 — Para o Fundo T. Penitenciário ... ... ... ..... | — | 9.780,00 |
| D — SETOR AGRICOLA: | | |
| 1 — Para o I.R.S. ... ... ... | 3.620,00 | |
| 2 — Para o Fundo T. Penitenciário ... ... ... ..... | 23.437,00 | 27.057,00 |
| E — COZINHA: | | |
| 1 — Para o I.R.S. ... ... ..... | 353.623,50 | |
| 2 — Para o Fundo T. Penitenciário . ... ... ..... | 922.035,80 | 1.275.659,90 |
| TOTAL ... ... ... ..... | | Cr$ 1.380.336,30 |

(Hum milhão, trezentos e oitenta mil, trezentos e trinta e seis cruzeiros e trinta centavos).

## SERVIÇO DE ASSISTENCIA E SAÚDE PENITENCIARIA

RELAÇÃO DAS ATIVIDADES DO S.A.S.P. — ANO 1977

| | |
|---|---|
| Consultas ... ... ... ..... | 900 |
| Receitas aviadas ... ... ... ... ... ..... | 850 |
| Laudos Médicos p/Comutação de Pena e Livramento Condicicnal ... ... ... ... ... ... ..... | 22 |
| Abreugrafias ... ... ... ... .. ..... | 60 |
| R. X. de Tórax ... ... ... ... ..... | 3 |
| R. X. Femural .. .. .. ..... | — |
| R. X. crâneo perfil .... .. ..... | 1 |
| R. X. Pulmão 70 mm. ... ... ... ..... | 16 |
| Parasitológica de fézes .. .. ..... | 38 |
| Exame de urina ... ... ... ... ..... | 15 |
| Exame de escarro ... ... ... ... ... ..... | 36 |
| Hemograma ... ... ... ... ... ..... | 29 |
| Seriografia ... ... ... ... ... ..... | 26 |
| Secreção uretral .. .. .. ..... | — |
| P. P. D. ... ... ... ... ..... | — |
| V. R. D. L. ... ... ... .. .... ..... | 10 |
| E. E. G. ... ... ... ... ... ..... | 1 |
| Encaminhamento para O. R. C. . ... ..... | 26 |
| Encaminhamento para Oftalmologia ... ..... | 41 |
| Encaminhamento para Ortopedista ... ..... | 15 |
| Encaminhamento para Gastroenterologista .... | 8 |
| Encaminhamento para Neurologista ... ... .. | 15 |
| Encaminhamento para Proctologista ... ..... | 3 |
| Encaminhamento para Clínica Cirúrgica ..... | 8 |
| Encaminhamento para Cardiologista ..... | 3 |
| Encaminhamento para Psiquiatra ... ... ... .. | 15 |
| Encaminhamento para Psicólogo ... ... ... .. | 8 |
| Internações (Hospitais da Grande Vitória) .... | 4 |
| Pequenas Cirúrgias realizadas no I.R.S. ..... | 12 |
| Internações na Enfermaria do I.R.S. ..... | 10 |
| Curativos ... ... ... .. ..... | 400 |
| Reclusos encaminhados ao Manicômio Judiciário | 6 |
| Óbitos ... ... ... ... ... ... .. ..... | — |
| Doações Voluntárias de sangue p/Hospitais da Grande Vitória ... ... ... ... ..... | 90 |
| Tratamento de S. Mansoni ... ... ... ..... | 3 |
| Aplicações de injeções intra musculares ..... | 600 |
| Aplicações de injeções endovenosas .. ..... | 400 |
| Lipidograma ... ... ... ... ... ..... | 1 |
| Hepatograma ... ... .. ..... | 1 |
| Tratamento T. P. ... ... ... .. ..... | 4 |

**Demonstrativo dos trabalhos Dentários executados nos Reclusos deste Instituto durante o exercício de 1977.**

SENDO:

| | |
|---|---|
| Obturações ... ... ... ... ..... | 127 |
| Forramentos de cavidade ... ... .. ..... | 97 |
| Extrações dentárias ... ... ... ..... | 137 |
| Curetagens alveolares ... ... ... ..... | 41 |
| Tratamentos de alveolite .. .... ..... | 15 |
| Tratamentos de abcessos ... ... .. ..... | 11 |
| Tratamentos de canais ... ... ..... | 17 |
| Tartaratomias ... ... ... ... ..... | 16 |
| Extirpação de nervo ... ... ... ..... | 1 |
| Conserto de dentaduras ... ... ... ..... | 1 |
| Tratamentos de gengivite ... .. ..... | 144 |
| Frequências ... ... ... .. ..... | 278 |

Coordenação dos Serviços Penitenciários
— INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL —
"Prof. Jair Etienne Dessause"
SERVIÇO SOCIAL

**Relatório Estatístico Anual do Serviço Social do I.R.S. — 1977.**

| | | |
|---|---|---|
| 1 — MATRICULAS | | 276 |
| Casos abertos | 41 | |
| Caso sem prosseguimento | 264 | |
| Cascs encerrados | 38 | |
| 2 — MOTIVAÇÃO DE PROBLEMAS | | 622 |
| Familiar | 121 | |
| Saúde | 121 | |
| Financeiro | 211 | |
| Emprego | 31 | |
| Educação | 21 | |
| Adaptação | 24 | |
| Relacionamento | 36 | |
| Habitação | 41 | |
| Outrcs | 53 | |
| 3 — ATENDIMENTO A GRUPOS | | 25 |
| Orientação direta | 2 | |
| Frequência | 85 | |
| Orientação indireta | 15 | |
| Frequência | 792 | |
| 4 — PESQUISAS DE GABINETE | | 7 |
| Em execução | 4 | |
| Encerrados | 3 | |
| 5 — LEVANTAMENTOS | | 3 |
| Em execução | 0 | |
| Encerrados | 3 | |
| 6 — CAMPANHAS EDUCATIVAS | | 5 |
| Iniciadas | 2 | |
| Encerradas | 3 | |
| 7 — PARTICIPAÇÃO E/OU ORG. FESTIVIDADES | | 13 |
| 8 — OUTRAS ATIVIDADES | | 55 |
| 9 — ENTREVISTAS | | 1.181 |
| Preliminares | 61 | |
| Subsequentes | 956 | |
| Colateriais | 264 | |
| 10 — VISITAS | | 297 |
| Domiciliares | 61 | |
| Hospitalares | 29 | |
| Obras e Instituições | 207 | |
| 11 — ENTROSAMENTOS | | 1.405 |
| Com Serviços do I.R.S. | 1.304 | |
| Com a Comunidade | 371 | |
| 12 — ENCAMINHAMENTOS | | 647 |
| A Serviço do I.R.S. | 456 | |
| À Serviço da Comunidade | 191 | |
| 13 — CORRESPONDÊNCIA | | 176 |
| Recebida | 49 | |
| Expedida | 132 | |
| 14 — REQUERIMENTOS RECEBIDOS E INFORMADOS | | 822 |
| 15 — EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS | | 192 |
| 16 — REUNIÕES | | 54 |

**Demonstrativo do movimento Hospitalar no período de 1º de janeiro de 1977 a 31 de dezembro do ano de 1977.**

| | |
|---|---|
| Pacientes internados de 1º.01.77 a 31.12.77 | 44 |
| Pacientes com Liberdade Vigiada | 04 |
| Pacientes com término de pena | 05 |
| Foragidos | 01 |
| Internos Falecidos | 00 |
| Internos existentes em 31.12.77 | 60 |

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
MANICÔMIO JUDICIÁRIO

**ATIVIDADES DO SETOR DE ENFERMAGEM**

| | |
|---|---|
| MEDICAÇÃO ORAL | 65.333 |
| Medicação I/M | 532 |
| Medicação I/V | 214 |
| Fisiológicos | 06 |
| Soro Glicosado | 10 |
| Curativos | 772 |
| Exames de fezes | 47 |
| Exames de Urina | 21 |
| Exames de Sangue | 35 |
| Exame V.D.R.L. | 29 |
| Exames Hemogramas | 20 |
| Exames Liquor | 10 |
| Exames Abreugrafia | 44 |
| Exames E.E.G. | 19 |
| Operações Cirurgicas | 05 |
| Exames de Vista | 04 |

**SUMÁRIO DOS PACIENTES NO MANICÔMIO JUDICIÁRIO**

| | |
|---|---|
| Pacientes Internos | 60 |
| Trabalhando na Pocilga | 02 |
| Trabalhando na Horta | 02 |

COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
MANICÔMIO JUDICIÁRIO

**ATIVIDADE DO SERVIÇO ODONTOLÓGICO — 1977**

| | | |
|---|---|---|
| 01 — Pacientes do Manicônio Judiciário atendidos | — | 57 |
| 02 — Pacientes do IRS atendidos | — | 36 |
| 03 — Pacientes femininas atendidas, internas no Hospital Colonia "Adauto Botelho" | — | 1 |
| 04 — Exames Clinicos efetuados | — | 80 |
| 05 — Atendimentos efetuados | — | 242 |
| 06 — Extrações dentárias efetuadas | — | 224 |
| 07 — Preparo de Cavidade efetuadas | — | 70 |
| 08 — Forramento de Cavidade efetuados | — | 70 |
| 09 — Obturações à Porcelana efetuadas | — | 14 |
| 10 — Restaurações à Amalgama efetuadas | — | 56 |
| 11 — Curativos efetuados | — | 4 |
| 12 — Tartaratomias efetuadas | — | 24 |
| 13 — Desdentados Totais | — | 1 |
| 14 — Pacientes com Dentição Hígida | — | 1 |
| 15 — Outros Serviços executados | — | 63 |
| 16 — Tratamento Concluidos | — | 48 |
| 17 — Serviços Executados | — | 605 |

COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
MANICÔMIO JUDICIÁRIO

**SERVIÇOS SOCIAL**

**MAPA ESTATISTICOS DAS ATIVIDADES DO SERVIÇOS SOCIAL DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO NO PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1977**

| | | |
|---|---|---|
| 1 — Entrevistas: TOTAL | | 1.205 |
| Com o cliente: Preliminares | | 53 |
| Subsequentes | | 133 |
| Contatos rápidos | | 421 |
| Com colaterais | | 71 |
| Com familiares | | 174 |
| Com outros profissionais | | 353 |

| | | |
|---|---|---|
| II — Motivação do problema: Total | ..... | 1.205 |
| Admissão | .. .. .. ..... | 53 |
| Economico | .. .. .. ..... | 27 |
| Saúde | .. .. .. .. ..... | 40 |
| Familiar | .. .. ..... | 174 |
| Relacionamento interno | .. .. ..... | 55 |
| Trabalho | .. .. .. ..... | 57 |
| Documentação | .. .. .... .. ..... | 71 |
| Situação Judicial | .. .. .. ..... | 131 |
| Pedidos para saídas | .. .. ..... | 79 |
| Controle de liberdade vigiada | ..... | 26 |
| Outros | .. .. .. .. .. ..... | 484 |
| III — Visitas: Total | .. .. .. ..... | 183 |
| Domiciliares | .. .. .. ..... | 10 |
| Obras e Instituições | .... .. ..... | 35 |
| Outras | .. .. .. .. ..... | 136 |
| IV — ENTENDIMENTOS: Total | .. .. ..... | 1.681 |
| Com diversos recursos da comunidade | | 175 |
| Com Diretor | .. .. .. ..... | 108 |
| Com administradora | .. .. ..... | 168 |
| Com serviço médico | .. .. ..... | 146 |
| Com serviços de enfermagem | ..... | 144 |
| Com serviços de segurança | ..... | 164 |
| Com serviço dentario | .. .. ..... | 31 |
| Com guradas de presidios | ..... | 217 |
| Com militares | .. .. .. ..... | 163 |
| Com Juizes de Direito | .. .. ..... | 09 |
| Com outros asssitentes sociais | ..... | 96 |
| Com outros profissionais | .. .. ..... | 250 |
| V — ENCAMINHAMENTOS EXTERNOS . | | |
| Total | .. .. .. .. ..... | 116 |
| De clientes | .. .. ..... | 38 |
| De familiares | .. .. .. ..... | 71 |
| De colaterais | .. .. .. .. ..... | 07 |
| VI — CORRESPONDÊNCIA: Total | .. ..... | 64 |
| Expedida | .. .. .. .. ..... | 61 |
| Recebida | .. .. .. .. ..... | 03 |
| VII — REUNIÕES DE SERVIÇOS: | .. ..... | 50 |
| VIII — **ESTUDO SOCIAL DE CASO** | | |
| Para laudo psiquiatrico e sessões clínicas | .... .. .. .. ..... | 53 |
| IX — ESTUDO DE PROCESSO CRIME | ..... | 113 |
| X — TRABALHO INTERNO | .. .. ..... | 206 |
| XI — OUTRAS PROVIDENCIAS | .. .. ..... | 236 |
| XII — VIAGENS ÀS COMARCAS | .. .. ..... | |

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA**
**COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS**

**COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA**

INTRODUÇÃO: — A COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA, órgão integrante do sistema Penitenciário do Estado, com sedr em Viana, criada pelo Decreto-Lei nº 13.231 de 26.01.44. têm como finalidade precípua, em regime de prisão aberta proporcionar aos internos condições de retorno à sociedade, através do aprendizado profissional.

A atual Direção da CPA, faz marcar suas atividades a partir de 1º de janeiro de 1977.

**A ADMINISTRAÇAO** da CPA é constituida de:
1 — Diretor
1 — Chefe do Serviço de Administração
1 — Chefe do Serviço de Segurança e Contrôle
1 — Chefe do Serviço Médico

FUNCIONARIOS — o quadro de funcionários está assim constituido:
1 — Guardas de presídios
1 — Auxiliar de Campo
1 — Contínuo

**AGRICULTURA:** — A agricultura é a principal fonte de rendimento da CPA, O ano de 1977, apresentou rendimento baixo. Os principais produto agrícolas, são: O feijão arroz, banana, mandioca e cana; apesar do mau tempo, este exercício de 1977 acusou um aumento da base de 50% (cinquenta por cento).

Provavelmente a falta de maquinário próprio, para o preparo do terreno, na devida oportunidade, não permitiu um maior êxito no rendimento.

O cultivo de bananas não é dos melhores. Não desenvolveu em proporção, naturalmente por falta de assistência técnica. A produção satisfez no consumo para aos internos e seus familiares. A venda foi de pequena escala.

**SUINOCULTURA** — A citação de suinos é vital para a Colônia. Em primeiro lugar, porque é, sem dúvida alguma, de importância para alimentação dos internos e suas famílias. Em segundo lugar, porque constitui parte destacável no aspecto econômico da Colônia.

A colaboração dos técnicos da Empresa de assistência técnica e Extensão Rural do Estado do Espírito Santo — EMATER — órgão vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura, foi sem dúvida, de grande valia, para o setor.

**PECUÁRIA** — Foi vendido um lote de 30 (trinta) cabeças de gado entre vacas, bezerros, e um touro Gir, que havia sido adquirido a Empresa Espírito Santense de Pecuária.

A assistência técnica veterinária, foi prestada pela Empresa Espírito Santense de Pecuária que muito orientou na criação de bovinos e suínos, na aplicação de remédios e na divisão de pastos.

**RENDA INTERNA** — Mesmo com as dificuldades que enfrenta a CPA, com falta de pessoal e de maquinário, sua renda atingiu aproximadamente Cr$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros).

**PECÚLIO DOS INTERNOS** — De conformidade com o Regulamento da CPA, por tarefas realizadas, os internos recebem salário.

A metade do salário — Pecúlio Reserva —, é depositado no BANESTES, e a outra metade — Disponível —, entregue contra recibo, para compras de pequenos objetos para uso pessoal.

O Saldo para 1978, desses pecúlios é o seguinte:
RESERVA ..... Cr$ 980,00
DISPONIVEL ..... Cr$ 620 00

**HORTICULTURA** — Conforme Planejamento a previsão desta Direção, o resultado das atividades deste setor, foi superior à do ano anterior. Mesmo assim aguardava-se melhor rendimento considerando-se os esforços dos internos que labutam nesta área e a orientação técnica de funcionários da EMATER, postos à disposição da Colônia.

**FRUTICULTURA** — O laranjal produziu em têrmos regulares, mas, com a adubação recente, a produção de 1978 provavelmente superará muito a de 1977. Ha, ainda, a cultura do limão e de bananas em extensão modesta.

**POPULAÇAO CARCERARIA** — A população carcerária em 1º de janeiro de 1977, era de 16 (dezesseis) internos. Durante o ano a CPA recebeu 11 (onze) internos procedentes do Instituto de Readaptação Social "Prof. Jair Etienne Dessaune". Por motivo da infração disciplinares, foram devolvidas ao I.R.S., 10 (dez) internos, foram registrados 3 (três) evasões e 2 (duas) recapturas. Assim, a Colônia Penal Agrícola, em 31.12.1977 contava com a população carcerária composta de 13 (treze) internos.

**CONVIVENCIA FAMILIAR** — Existem nos terrenos da Colônia Penal Agrícola 5 (cinco) internos, com suas respectivas famílias, em casas rústicas pertencentes ao estabelecimento penal. Este privilégio está previsto no Regulamento, para os internos que apresentam bem comportamento e rendimento no trabalho rural.

**DISCIPLINA INTERNA** — A disciplina no ano recém findo não foi das melhores. For indisciplina foram recolhidos ao INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL I.R.S., 11 (onze), 3 (três) se evadiram, sendo que 2 (dois) foram recapturados.

**ASSISTÊNCIA RELIGIOSA** — A população carcerária e seus familiares, assistiram durante o ano, cultos religiosos celebrados pelo Sr. Vigário da Paróquia de Viana e pelo pastor da Igreja Batista de Viana e Campo Grande.

**SERVIÇO MÉDICO** — Durante o ano de 1977, foram dadas diversas consultas e distribuido remedios para os internos e seus familiares. Foram realizados 25 (vinte e cinco) exames de fezes e 6 (seis) de sangue, no Posto de Saúde de Jardim América. A assistência médica teve a atenção do Chefe do Serviço Médico da Colônia Penal Agrícola.

## SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

### DESPESAS REALIZADAS

A Secretaria da Fazenda liberou recursos financeiros na ordem de Cr$ 5.470.742,20 (cinco milhões quatrocentos e setenta mil setecentos e quarenta e dois cruzeiros e vinte centavos), excetuando deste total os recursos alocados para as Despesas de Pessoal Civil — Vencimentos e Vantagens fixas — cuja movimentação esta a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda, encerrando o exercício com um saldo de Cr$ 12.816 24 (doze mil oitocentos e dezesseis cruzeiros e vinte e quatro centavos).

A despesa orçamentária atingiu o total de Cr$ .... 4.608.241,40 (quatro milhões seiscentos e oito mil duzentos e quarenta e um cruzeiros e quatro centavos) enquanto a conta de restos a pagar, remanescente de 1976, no valor de Cr$ 2.298.887,72 (dois milhões duzentos e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e sete cruzeiros e setenta e dois centavos) se reduziu para Cr$ .. 661.804,78 (seiscentos e sessenta e hum mil oitocentos e quatro cruzeiros e setenta e oito centavos).

As despesas registradas como restos a pagar referentes ao exercício de 1977, atingiram o total de Cr$ .. 3.915.943,22 (três milhões novecentos e quinze mil novecentos e quarenta e três cruzeiros e vinte e dois centavos), sendo que Cr$ 2.519.409,13 são despesas exclusivas com obras, a cargo do Departamento de Edificações e Obras, na Penitenciária de Viana e no Forum de Conceição da Barra.

O Ministério da Justiça alocou para essa Secretaria, através do Fundo para execução de convenio, recursos financeiros na ordem Cr$ 8.000.000,00, destinados à construção da Penitenciária de Viana, havendo um saldo credor de Cr$ 174.388,42.

Os registros e as demonstrações contábeis, bem como os documentos que deram origem aos elementos constantes dos processos que tramitaram na Contadoria, até o mês de novembro, foram examinados e aprovados devidamente pelo Tribunal de Contas, sendo também consideradas regulares as contas dos agentes responsáveis por suprimento de fundos.

As unidades orçamentárias processaram as contratações e aquisições de bens e serviços com base nos cronogramas de desembolso e nos limites de créditos distribuídos.

Foram processados, no exercício de 1977, 1750 Notas de empenho, 269 Notas de anulações de empenhos, 869 Notas de pagamentos orçamentárias, 650 Notas de pagamento extraorçamentárias e 20 Autorizações de créditos.

O saldo de Caixa no exercício de 1976, Cr$ ..... 939.633 11 (novecentos e trinta e nove mil seiscentos e trinta e três cruzeiros e onze centavos).

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PUBLICA

Como órgão-base do sistema estadual de segurança pública e integrante do conjunto de Secretarias da área social do Governo, desincumbiu-se a SESP de sua árdua missão, atuando dentro do sistema misto da Lei nº.. 3043-75 e da Lei nº 2296-67.

Entende-se que uma reforma administrativa, a nível de Estado, é obra de grande envergadura, cujos efeitos auspiciosos só se podem verificar, após sua total implantação.

A SESP, esteve no exercício de 1977, na dependência de providências, em termos de organização, por parte das Secretarias Instrumentais, em que só a Secretaria de Estado da Fazenda criou e implantou, dentro da SESP, o Grupo Setorial respectivo, sem dúvida um grande passo, mas que não foi de todo expressivo, vista a Secretaria de Segurança Pública globalmente.

Não se implantando dentro da SESP os Grupos Setoriais Administrativos, de Recursos Humanos e de Planejamento, deu-se ensejo a que não fosse assegurada a linguagem uniforme, que não se desse e universalização de conceitos e que não houvesse e execução integrada e tempestiva, como preconizado pela Lei de Modernização Administrativa.

Descendo a nível de execução programática, a análise das estruturas organizacionais, vigentes em 1977, dos órgãos em regime especial da SESP, permitiu observar alguns entraves funcionais, por não contar a Superintendência de Polícia Civil com regulamento adequado, estando, ainda, este órgão sob a estrutura do Decreto nº 107-N, de 18.01.71.

Donde se conclui que a Superintendência de Polícia Civil permaneceu sob a égide da filosofia da reforma administrativa da Lei nº 2.296, de 17.07.67, por falta de um regulamento que tivesse por objetivo ajustar as normas administrativas à demanda existente, face ao crescimento sócio-econômico do Estado, o qual viria proporcionar à S.P.C. a autonomia necessária que, por sua vez, agilizaria a sua atuação, contribuindo, inclusive, para a melhoria operacional desta Pasta.

A despeito dessa duplicidade de orientação legal, conciliaram-se as normas executivas tão habilmente nas unidades administrativas que o resultado do trabalho empreendido, quer dos serviços auxiliares ou das atividades essenciais da SESP, não sofreu restrições, em quantidades ou qualidade.

A situação organizacional da Polícia Militar, prevista na Lei Orgânica da PM, de nº 3.044, de 31.12.75, que estrutura os órgãos de Direção, Apoio e de Execução da PM, apresenta-se de um modo compatível à atual conjuntura, decorrente do desenvolvimento econômico do Estado. No entanto, esta estrutura não foi ainda implantada na sua totalidade, o que vem sendo feito de forma gradativa.

A Escola de Polícia Civil do Espírito Santo, compondo a estrutura organizacional básica da SESP, tendo como finalidade o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal para os serviços de segurança pública, foi regulamentada pelo Decreto nº 955-N, de 07.02.77.

Estão sendo tomadas as providências necessárias para que no exercício de 1978, a parte administrativa da referida Escola, a se instalar, inicialmente, em salas modestas, entre em funcionamento, o mais breve possível, pelo menos como local para formação de corpo docente avulso para cursos variados de curta duração, ficando as salas de aulas a serem conseguidas, através de empréstimos, por órgãos de ensino existentes no Estado, até que seja construída a respectiva sede-própria, para o que já se providenciou empenho prévio, com recursos do Fundo Especial.

O Gabinete do Secretário, dando cumprimento do disposto na Lei nº 3043, de 31.12.75 e às responsabilidades e atribuições constantes do artigo 27, do Decreto nº 915-N, de 16.11.76, que regulamenta a Secretaria de Estado da Segurança Pública, realizou as seguintes principais atividades:

a) — Implantou a nova estrutura da SESP, de conformidade com o Decreto nº 915-N, de 16.11.76;

b) — Propiciou a implantação do Grupo Financeiro Setorial na Secretaria;

c) — Promoveu estudos visando à captação de recursos oriundos do DETRAN, da ordem de Cr$ 1.082.000,00 (um milhão, oitenta e dois mil cruzeiros) .

d) — Referendou decreto executivos, normativos e de pessoal, no total de 540;

e) — Promoveu atividades relativas a informações, contra-informação e diligências de natureza reservada e de caráter especial, bem como a articulação com os órgãos congêneres;

O Gabinete do Subsecretário, atuou, de forma plena e eficiente, posição de Gerente da SESP, desenvolvendo as responsabilidades e atribuições respectivas, dispostas no artigo 32, do Decreto nº 915-N, de 16.11.76, além daquelas que lhe foram delegadas pelo Gabinete do Secretário de Estado.

Os recursos financeiros, aplicados na SESP, no exercício de 1977, somam, aproximadamente, o total de Cr$ 196.766.762,00 (cento e noventa e seis milhões, setecentos e sessenta e seis mil, e setecentos e sessenta e dois cruzeiros), sendo que, deste total, 16, 91% referem-se a recursos extra do setor correspondente à despesa com pessoal da Polícia Militar, cuja defasagem é justificada a seguir.

## SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PUBLICA

### RECURSOS FINANCEIROS — 1977

### PROGRAMADO — REALIZADO — DEFASAGEM

174.736.000 — 196.766.762 — 29.539.200

Confrontando-se a despesa programa à despesa empenhada, verifica-se que houve uma defasagem de Cr$ 29.539.200,00, na unidade orçamentária 2.304 — Polícia Militar. Esta defasagem deu-se, principalmente, em consequência do aumento de 20% sobre o soldo, referente à compensação orgânica que foi estendida a toda a corporação e que, anteriormente, era percebida apenas pelo pessoal militar do Corpo de Bombeiros.

### QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA EM CADA ORGÃO DA SESP

| Unidade Orçament. — | Valor Empenhado | Valor Pago | — Restos a Pagar |
|---|---|---|---|
| Gab. do Sec. . . . . | 1.214.118,15 | 1.089.929,17 | 124.188,98 |
| Div. de Ad. e Enc. Div. . . . . | 1.676.942,00 | 1.397.444,99 | 279.497,01 |
| Sup. da Pol. Civil . . . . . | 25.000.866,20 | 19.142.368,78 | 5.858.497,42 |
| Pol. Militar* . . . . . | 167.865.886,00 | 129.393.051,91 | 38.472.834,09 |
| Esc. da Pol. Civil . . . . . | 850.000,00 | | 850.000,00 |
| Coord. Est. de Def. Civ. . . . . | 158.950,00 | 155.066,05 | 3.883,05 |
| | 196.766.762,35 | 151.177.861,80 | 45.588.900,55 |

* Valores estimados

Encontram-se demonstrados, a seguir, os dados referentes à quantidade de combustível consumida pela SESP, correspondente aos anos de 1976 e 1977, que possibilitam uma análise comparativa, a qual comprova o esforço desta Pasta em reduzir o consumo do referido produto, sem prejuizo operacional, no propósito de seguir a política de racionalização recomendada pelo Governo Federal:

### DEMONSTRATIVOS DA DESPESA COM VEÍCULOS DA S.E.S.P.

| | Gasolina | | Óleo | | Reparos | Lavagem | Total das Despesas Em Cr$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1976 | Qt. Litros 289-495,1 | Valor 1.089.018,63 | Qt. Litros 3.763,0 | Valor 37.844,22 | 655.412,46 | 9.008,42 | 1.801.283,73 |
| 1977 | 211.878,0 | 1.156.705,86 | 1.941,0 | 34.373,99 | 682.835,39 | 2.585,52 | 1.876.500,76 |

A seguir, as obras iniciadas e concluídas no ano de 1977 e outras a concluir no ano de 1978:

**Nº Ordem — Município — Descrição da Obra — Valor Cr$**

01 — ALEGRE * — Reforma e ampliação do prédio da Subdelegacia de Celina — 81.210,00

02 — SERRA * — Reforma e ampliação do prédio da Del. Dist. São Sebastião — 161.989,00

03 — CARIACICA — Ampliação do prédio da Companhia Escola da Polícia Militar — 90.000,00

04 — NOVA VENÉCIA — Ampliação e reaparelhamento do Quartel do 2º B.P.M. — 30.000,00

05 — VITÓRIA — Reforma do prédio do Quartel Central da PMES — 450.000,00

06 — ALEGRE — Ampliação do prédio do 3º BPM — 174.749,00

TOTAL — 987.948,00

* Obras concluídas em 1977.

No corrente exercício de 1978 a SESP adotará as seguintes medidas em caráter prioritário:

1º) — Implantação efetiva da Modernização Administrativa;

2º) — Implantação do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos;

3º) — Implantação da Escola de Polícia Civil do Espírito Santo;

4º) — Propiciar a implantação dos Grupos Setoriais administrativo e de Recursos Humanos e de Planejamento;

5º) — Promover o treinamento de pessoal de cada unidade administrativa para atuação junto aos Grupos Financeiro de Planejamento;

6º) — Construir um prédio para o funcionamento da Escola de Polícia Civil do E.S. e da Divisão de Polícia Técnica;

7º) — Reformular o sistema carcerário do Estado, dentro das disponibilidades financeiras;

8º) — Equipar adequadamente os órgãos em implantação, bem como reaparelhar aquelas já existentes;

9º) — Melhoria no serviço de informação com, a implantação de um perfeito sistema de estatística e informações técnicas.

## COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL CEDEC

A CEDEC|ES criada pela lei nº 2.929, de 06.08.74, somente no ano de 1975 foi efetivamente implantada. Pelo art. 120, da Lei nº 3.043, de 31|12|75, passou a integrar a estrutura da SESP, cuja situação foi reeditada pelo Decreto nº 915-N, de 16 de novembro de 1976. Em data de 06.05.77, pelo Decreto nº 1.006-N, foi regulamentada.

## IIº SIMPÓSIO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL (REGIÃO SUDESTE)

No período de 09 a 11 novembro, no auditório da Secretaria de Estado da Agricultura, foi realizado o IIº Simpósio Estadual de Defesa Civil, da Região Sudeste, com presenças do Coordenador Geral do GEACAP, do Coordenador Regional do GEACAP|Sudeste, e de dirigentes das CEDECs dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Foi um acontecimento marcante, oportunidade em que vários assuntos ligados aos problemas de Defesa Civil foram tratados. O Simpósio terminou com a elaboração de um documento contendo 13 (treze) conclusões, sendo que a de nº 7 já foi atingida com a publicação da Portaria nº 233, de 12 de dezembro de 1977.

### ATUAÇAO

Como não foi um ano de grandes registros, a atuação do CEDEC pode ser resumida nos seguintes itens:

a — visita a alguns municípios mais sujeitos a problemas naturais e mais distantes da Capital, mostrando a necessidade de se organizarem em termos de Defesa Civil;

b — atuação na sede dos municípios de Colatina e Vila Velha (São Torquato), assolados por violentas chuvas no mês de dezembro passado. A situação obrigou inclusive, a presença do Coordenador Regional do GEACAP|Sudeste, com o qual foi elaborado um relatório dirigido ao Sr. Ministro do Interior, cujo resultado já parece positivo com destinação de verbas, em primeira escalada, para atendimento da recuperação de obras públicas no município de Colatina. Para Vila Velha, aguarda-se a elaboração de um Plano de Aplicação e que esta sendo providenciado pelo DNOS (Vitória). Neste município, cerca de 37 famílias, num total de 129 pessoas, foram abrigada inicialmente, na Escola de 1º Grau Silvio Rocio. (São Torquato), e, depois, transportadas para o Departamento de Educação Física (Bento Ferreira).

O Governo não pretendendo permitir o regresso das famílias a suas casas, barracão de dois pavimentos sem condições de segurança, preparou um plano para distribuição de lotes urbanizados (Boa Vista-mesmo município), onde estão sendo alojados sob o controle do CEDEC juntamente com a Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social. Nessa grande tarefa de assistência e socorro, foi de grande valia a colaboração da Polícia Militar, que forneceu alimentação aos desabrigados.

c — visita também, aos municípios de Alegre e de Baixo Guandu, fazendo vistorias, em atendimento às solicitações das autoridades locais.

No desempenho de suas atividades o CEDEC esteve sempre em contacto com à Coordenadoria Geral do GEACAP (Grupo Especial para assuntos de Calamidades Públicas), em Brasília e, com a Coordenadoria Regional do GEACAP Sudeste, no Rio de Janeiro. Desta última, mediante convênio, para emprego exclusivo em atividades de Defesa Civil, recebeu algum material de campanha que, em parte será redistribuido, para emprego adequado, aos batalhões da P.M. sediados em Alegre e Nova Venécia.

POLÍCIA MILITAR

O Efetivo da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo foi fixado para o ano de 1.977 em 3.788 (tres mil e setecentos e oitenta e oito) policiais militares, pelas leis de números 2581 de 02MAR71 e 2901 de 25JUN74, distribuídos pela de nº 3160 de 26SET77.

1. EFETIVO:

a) Quadro de Oficiais Policiais Militares - QOPM

| POSTOS | PREVISTO | EXISTENTE | CLAROS | Obs. |
|---|---|---|---|---|
| CEL PM | 6 | 6 | - | |
| TEN CEL PM | 8 | 8 | - | |
| MAJ PM | 15 | 15 | - | |
| CAP PM | 45 | 45 | - | |
| 1º TEN PM | 40 | 40 | - | |
| 2º TEN PM | 77 | 58 | 19 | |
| TOTAL | 191 | 162 | 19 | |

b) Quadro de Oficiais de Saúde - Qs - MÉDICOS.

| POSTOS | PREVISTO | EXISTENTE | CLAROS | |
|---|---|---|---|---|
| CEL PM | 1 | 1 | - | |
| TEN CEL PM | 1 | - | 1 | |
| MAJ PM | 1 | 1 | - | |
| CAP PM | 5 | 4 | 1 | |
| 1º TEN PM | 2 | 3 | - | Um em excesso. |
| TOTAL | 10 | 9 | 2 | |

b.1) Quadro de Oficiais de Saúde - QS -Dentistas e Farmacêutico

| POSTOS | PREVISTO | EXISTENTE | CLAROS | |
|---|---|---|---|---|
| MAJ PM | 1 | 1 | - | FARMACÊUTICO |
| MAJ PM | 1 | 1 | - | DENTISTA |
| CAP PM | 1 | 1 | - | " |
| 1º TEN PM | 4 | 4 | - | " |
| TOTAL | 7 | 7 | - | |

## 3. MOVIMENTO DO SETOR DE JUSTIÇA E DISCIPLINA:

a) Justiça:

PPMM que se encontram na situação de sub judice:

— Oficiais:—

| | |
|---|---|
| Cel PM | 01 |
| Maj PM | 01 |
| 1º Ten PM | 03 |
| 2º Ten PM | 02 |

— Praças:

| | |
|---|---|
| Sub Ten PM | 02 |
| 1º Sgt PM | 04 |
| 2º Sgt PM | 08 |
| 3º Sgt PM | 24 |
| Cabo PM | 31 |
| Soldado PM | 210 |
| Total Geral | 286 |

b) Disciplina:

ELOGIOS:

Oficiais:

| | |
|---|---|
| Cel PM | 007 |
| Ten Cel PM | 010 |
| Major PM | 008 |
| Capitão PM | 025 |
| 1º Ten PM | 013 |
| 2º Ten PM | 018 |
| Asp Of PM | 002 |
| Total | 083 |

— Praças:

| | |
|---|---|
| Sub Ten PM | 006 |
| 1º Sgt PM | 009 |
| 2º Sgt PM | 025 |
| Soldados | 006 |

2) Licenciados a pedido:
3º Sargento — 001
Cabo — 001
Soldados — 055

3) Licenciado por conveniencia do serviço:
3º Sargento — 001
Soldados — 038

4) Licenciado a Bem da Disciplina:
3º Sargento — 001
Soldados — 024

5) Excluídos por deserção:
Soldados — 002

6) Excluídos por falecimento:
1º Sargento — 001
3º Sargento — 001
Soldados — 009

7) Exoneração (demitido) a pedido:

2º Tenente — 002

d) Transferidos para a reserva remunerada:
— 2º Tenente — 001
— Sub Ten — 004
— 2º Sgt — 001
— 3º Sgt — 001
— Cabo — 005

e) Reformados Ex-Ofício:
— 3º Sargento — 002
— Cabo — 002
— Soldado — 012

f) Desincorporados:
— Soldado — 002

h) Quadros em Extinção — De Oficiais
1) Advogado de Ofício (Justiça Militar):

— Um Major PM
2) Serviço Jurídico — QGC
— Um Cel PM
— Um Ten Cel PM
— UM Major PM
— Cap PM

i) Oficiais em exercício de funções, fora do Quadro de Organização da PMES: à disposição, comissionados e destacados:

— Cel PM — 3
— Ten Cel PM — 4
— Major PM — 6
— Cap PM — 13
— 1º Ten PM — 7
— 2º Ten PM — 8 — Total — 41 Oficiais

j) Praças em funções, não previstas no Quadro de Organização da PMES à disposição, comissionados e destacados:

— Sub Ten PM — 6
— 1º Sgt PM — 13
— 2º Sgt PM — 40
— 3º Sgt PM — 59
— Cabo PM — 92
— Soldado PM — 652

## 2. DADOS RELATIVOS A MOVIMENTAÇÃO DO EFETIVO

a) Incorporação:
Soldados — 321

b) Reincorporação:
Soldados — 008

c) Excluídos do Serviço Ativo —

1) Por conclusão de tempo do serviço:

c) Quadro de Oficiais de Administração - QOA

| POSTO | PREVISTO | EXISTENTE | CLAROS | Obs |
|---|---|---|---|---|
| CAP PM | 4 | 5 | - | 1 em excesso |
| 1º TEM PM | 5 | 5 | - | |
| 2º TEM PM | 13 | 12 | 1 | |
| TOTAL | 22 | 22 | 1 | 1 |

d) Quadro de Oficiais Especialistas -QOE

| POSTOS | PREVISTO | EXISTENTE | CLAROS | OBS |
|---|---|---|---|---|
| 1º TEM PM | 1 | 1 | - | |
| 2º TEM PM | 3 | 3 | - | |

e) Praças Especiais

| GRADUAÇÃO | PREVISTO | EXISTENTE | CLAROS | OBS |
|---|---|---|---|---|
| ASP OF PM | Até 20 | 6 | 14 | |
| AL OF PM | Até 60 | 33 | 27 | |
| TOTAL | Até 80 | 39 | 41 | |

F) Praça de Prê

| GRADUAÇÃO | PREVISTO | EXISTENTE | CLAROS | OBS |
|---|---|---|---|---|
| Sub Tem PM | 43 | 43 | - | |
| 1º Agt pm | 70 | 66 | 4 | |
| 2º Sgt PM | 136 | 135 | 1 | |
| 3º Sgt PM | 277 | 208 | 69 | |
| Cabo PM | 385 | 351 | 34 | |
| Soldado PM | 2642 | 2138 | 504 | |
| TOTAL | 3553 | 2941 | 612 | |

g) Alunos Soldados PM

- Matriculados na Cia de Cmde de Cfar, Fcs/2º e Pcs/3º PM - 541
- Incorporados ..... 321
- Desligados ..... 134
- Pendentes de Publicação..... 137

| | |
|---|---|
| 3º Sgt PM .. ..... | 035 |
| Cabo PM . . . ..... | 082 |
| Soldado PM . . . ..... | 927 |
| Total. . . . .. ..... | 1084 |

**PUNIÇÕES —**

Oficiais:

**PRISÃO**

| | |
|---|---|
| Major PM . . . . ..... | 01 |
| Cap PM . . . . ..... | 04 |
| 1º Ten PM . . . .. ..... | 06 |
| 2º Ten PM ..... | 10 |
| Total . . . . ..... | 21 |

**DETENÇÃO**

| | |
|---|---|
| 1º Ten PM . . . ..... | 07 |
| 2º Ten PM . . . ..... | 11 |

**REPREENSÃO**

| | |
|---|---|
| Cap PM .. . . ..... | 07 |
| 1º Ten PM . . . ..... | 08 |
| 2º Ten PM . . . ..... | 06 |
| Asp Of PM . . . ..... | 07 |
| Total . . . . ..... | 22 |

Total Geral de Punições Disciplinares Aplicadas a Oficiais 61.

Praças:

**PRISÃO**

| | |
|---|---|
| Sub Ten PM . . . ..... | — |
| 1º Sgt PM . . . ..... | 04 |
| 2º Sgt PM . . . ..... | 12 |
| 3º Sgt PM . . . ..... | 12 |
| Cabo PM . . . ..... | 14 |
| Soldado PM . . . ..... | 275 |
| Total . . . . ..... | 317 |

**DETENÇÃO**

| | |
|---|---|
| Sub Ten PM ..... | 03 |
| 1º Sgt PM . . ..... | 02 |
| 2º Sgt PM . . . ..... | 10 |
| 3º Sgt PM . . . ..... | 14 |
| Cabo PM . . . ..... | 61 |
| Soldado PM . . . ..... | 484 |
| Total . . . ..... | 574 |

**REPREENSÃO:**

| | |
|---|---|
| Sub Ten PM . . . ..... | 01 |
| 1º Sgt PM . . . ..... | 01 |
| 2º Sgt PM . . . ..... | — |
| 3º Sgt PM . . . ..... | 07 |
| Cabo PM . . . ..... | 07 |
| Soldado PM . . . ..... | 168 |
| Total . . . . ..... | 185 |

TOTAL GERAL DE PUNIÇÕES DISCIPLINARES APLICADAS A PRAÇAS 1.137

**4 — MOVIMENTO DE PRESOS DA JUSTIÇA E DISCIPLINAR:**

a) Justiça Militar

civil —
militar —

b) Justiça Comum

PESSOAL — ENTRADA — SAIDA — EXISTENTE

Civil — — 04
Militar — 06 — 03 — 13
Total — 06 — 03 — 17

c) Disciplinar:

PESSOAL — ENTRADA — SAIDA — EXISTENTE

Civil — 07 — 07 —
Militar — 71 — 69 — 02
Total — 78 — 76 — 02
Total Geral de Presos Recolhidos — 19.

**PRIMEIRO BATALHÃO**

Unidade operacional, isolada, com a missão principal de executar o policiamento preventivo e repressivo. O 1º BPM tem uma área de jurisdição limitada em treze municípios, que são: Vitória, Cariacica, Vila Velha, Viana, Serra Domingos Martins, Guarapari, Ibiraçu, Aracruz, Santa Tereza, Fundão, Itarana e Itaguaçu. O primeiro Batalhão, exerce ainda a missão de preservar e conservar os recursos naturais renováveis, proteção da flora e da fauna e principalmente o combate à pesca predatória, em convênio entre a PMES e o Instituto Estadual de Floresta.

1 — ORGANIZAÇÃO:

— Cnt, Sub-Cnt e Ch do EM
— P.1, P.2, P.3 e P.4
— 1ª Cia, 2ª Cia e um Pel de Cmdo e Serviço.

2 — EFETIVO:

a) Oficiais:

POSTO — ORÇADO — EXISTENTE — FALTAS — EXCESSO

Ten Cel PM — O1 — 01
Maj PM — 01 — O1 —
Cap PM — 04 — 03 — 01
1º Ten PM — 06 — 04 — 02
2º Ten PM — 08 — 09 — 01
Asp Of PM — 02 — 02
Total — 20 — 19 — 04 — 03

b) Alunos Soldados em estágio de adaptação para soldados PM|1 — efetivo: 96.

c) Praças de Pré:

GRADUAÇÃO — ORÇADO — EXISTENTE — FALTAS — EXCESSO

Sub Ten PM — 04 — 15 — — 11
1º Sgt PM — 02 — 11 — 09
2º Sgt PM — 11 — 30 — 19
3º Sgt PM — 36 — 35 — 01 —
Cabo PM — 51 — 97 — 49
Soldado PM — 249 — 699 — 450
Total — 253 — 887 — 01 — 535

3 — MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Inclusão — 214
Exclusão, por: Falecimento — 04
Reforma — 09
Licenciamento 37
Total 50 — SALDO — 164

4 — DISCIPLINA

ELOGIO — REPREENSÃO — DETENÇÃO — PRISÃO

78 — 83 — 225 — 71

Houve em 1.977, no 1º Btl, 379 punições disciplinares.

**SEGUNDO BATALHÃO**

O 2º BPM é uma Unidade da PMES isolada, na zona norte do Estado.

A sua jurisdição se compõe de quinze municípios, com sede na Cidade de Nova Venécia. Possui uma de suas SU destacada no município de Colatina e com a jurisdição estendida aos municípios de Baixo Guandu, Pancas e São Gabriel da Palha. Outra Cia está propensa a ser instalada no município de Ecoporanga, com jurisdição estendida aos municípios de Barra de São Francisco, Mantenópolis, Mucurici e Montanha.

Planeja-se instalar a 3ª SU, na cidade de Linhares, tendo a sua área de jurisdição aos municípios de São Mateus, Conceição da Barra, Boa Esperança e Pinheiro.

**1 — ORGANIZAÇÃO:**

O Segundo Batalhão, possui um Pelotão de Cmdo de Serviço e tres companhias Operacionais, órgãos auxiliares e seu Estado Maior.

2 — EFETIVO:

— De Oficiais — 26
— De Praças 379 — Total — 405

3 — DISCIPLINA:

a) Oficiais

ELOGIOS — REPREENSÃO — DETENÇÃO — PRISÃO

21 — 04 — 06 — 04

b) Praças

ELOGIOS — REPREENSÃO — DETENÇÃO — PRISÃO

89 — 26 — 56 — 74

4 — INSTRUÇÃO:

a) Formaram na Unidade duas turmas de Soldados PM, num total de setenta homens.

Em 13DEZ77 teve inicio a mais um curso de Formação de Soldados com 94 alunos.

b) A instrução para Oficiais e praças no decorrer do ano, transcorreu de acôrdo com o PGEI/77, cuja carga horária prevista para cada matéria, foi cumprida.

c) Obedecendo os planos de instrução elaborados pelo P/3 deste BPM, houve participação ativa dos componentes do Batalhão no primeiro ACISO, tendo alcançado o objetivo desejado.

d) Semana da Criança — a Unidade participou ativamente da semana da criança, inclusive promovendo recreações, na qual tomaram parte diversos estabelecimentos de ensino da cidade de Nova Venécia.

e) No dia 11 DEZ77, na cidade de Conceição da Barra, houve um desfile do Batalhão, pela passagem do aniversário do 86º anos de Emancipação política daquele município; contando-se também, desfile de sete de setembro "Independência do Brasil" na cidade de Nova Venécia, em que tomaram parte todo o efetivo do Batalhão, na sede, e deram entusiasmo incomum de civismo e amor à Pátria, recebendo os aplausos da população.

**TERCEIRO BATALHÃO**

Em 1977, o 3.º BPM desenvolveu inúmeras atividades, quer no aquartelamento, quer nos municípios aos quais serve. Integrando-se de maneira definitiva no contesto de segurança e anseio de bem servir a população do sul do Estado, mentalidade esta almejada por este Comando e fortemente incutida na consciência dos policiais militares pertencentes à esta Unidade.

1 — INSTRUÇÃO

a) Da tropa — cumpriu o estabelecido no PGEI/77 do CFAP.

b) Dos Cursos de Formação de Soldados:

1.ª Turma — iniciou em 03.JAN.77 — encerrou em 03.JUN.77

2.ª Turma — iniciou em 04.JUL.77 — encerrou em 05.DEZ.77

3.ª Turma — iniciou em 13.DEZ.77 — encerramento previsto para 15.MAI.78.

2 — EFETIVO

| Posto ou Graduação | Previsto | Existente | Faltas | Excesso |
|---|---|---|---|---|
| Ten Cel PM | 01 | 01 | — | |
| Maj PM | 01 | 01 | — | |
| Cap PM | 09 | 03 | 06 | |
| 1.º Ten PM | 10 | 06 | 04 | |
| 2.º Ten PM | 13 | 13 | — | |
| Soma | 34 | 24 | 10 | |
| Sub Ten PM | 04 | 01 | 03 | |
| 1.º Sgt PM | 04 | 07 | — | excesso 3 |
| 2.º Sgt PM | 16 | 13 | 03 | |
| 3.º Sgt PM | 48 | 38 | 10 | |
| Cabo PM | 55 | 42 | 13 | |
| Sd | 549 | 263 | 286 | |
| Soma | 676 | 364 | 315 | |
| TOTAL | 710 | 388 | 325 | |

Observação: Além do presente efetivo, existe mais 60 AL SD PM.

3. JUSTIÇA E DISCIPLINA:

| Postos ou Graduações | Elogios | Repreensão | Detenção | Prisão |
|---|---|---|---|---|
| Oficiais | 02 | 00 | 01 | 03 |
| Praças | 77 | 43 | 117 | 110 |
| TOTAL | 79 | 43 | 118 | 113 |

Total geral das punições disciplinares aplicadas 274.

— N.º de IPM Instaurados ..... 05
— Sindicâncias ..... 06
— Conselho de Disciplina ..... 01
— Praças Sub-Júdice ..... 33

4. ADMINISTRAÇÃO:

O 3.º BPM se encontra instalado em imóvel Estadual na Cidade de Alegre. Possui a 1.ª Cia. instalada no Muni-

cípio de Afonso Cláudio e a 2.ª Cia. instalada na Cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

5. VIATURAS:

A Unidade conta com uma frota de doze viaturas

6. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS:

a) Durante o ano de 1977, o 3.º BPM alcançou um bom nível de relacionamento com a comunidade alegrense e de uma maneira geral com todas do Sul do Estado;

b) Promoveu visitas por ocasião dos festejos máximos de diversas cidades sob sua jurisdição;

c) A Banda de Música do BPM prestou seus serviços ão só nas festividades da área, mas também, abrilhantando as comemorações do dia do município de Colatina no norte do Estado;

d) Ainda por ocasião da Semana da Pátria, o Terceiro Batalhão, participou intensamente no seio da sociedade, efetuando diversas palestras pelos Oficiais da Unidade, junto aos Educandários do Sul do Estado, inspirando-lhes maiores sentimentos de patriotismo:

**CORPO DE BOMBEIROS**

O Corpo de Bombeiros, fundado em 31.DEZ.2 pela Lei n.º 1.316, como Unidade Especial da Polícia Militar com a finalidade precípua de prevenir, combater e extinguir incêndios, salvamentos e auxílios em casos de calamidades públicas, inundações, desastre ou em qualquer outras situações onde haja vítimas fatais ou pessoas em perigo.

**INSTRUÇÃO**

A P.3, em trabalho conjunto com Cia. de Cmdo. do CFAP, formou duas turmas de Recrutas em 1977, num total de 87 soldados, além de organizar estágios para 15 soldados formados pela Cia. do CFAP, que posteriormente foram servir naquele Corpo, com duração de dois meses.

Num excelente trabalho de divulgação, conseguiu a P.3, inscrever para seleção ao CFSD Bombeiro, um total de 375 candidatos, o que provou mais uma vez a boa receptividade que teve a propaganda usada pela seção.

Foram realizados quatro cursos para Empresas privadas, coordenados pela P.3.

Em conjunto com a INFRAERO, foi realizado um Estágio de Adaptação de Motoristas e Bombeiros de Aeroportos: participaram 36 praças.

a) — Visitas
Dos Colégios da Área da Capital, compareceram 550 alunos

b) — Palestras
Foram feitas em alguns Colégios da Área da Grande Vitória, por solicitação destes.

**EFETIVO**

Fixado em 512
Existentes 452

4. DISCIPLINA

| Elogios | Repreensão | Detenção | Prisão |
|---|---|---|---|
| 135 | 22 | 49 | 22 |

5. VIATURAS

*Existentes: 16*

6. ATENDIMENTOS FEITOS PELA UNIDADE

| | |
|---|---|
| — Incêndios | 41 |
| — Princípios de Incêndios | 71 |
| — Fogo no mato | 80 |
| — Retirada de cadáveres | 04 |
| — Incêndios em autos | 18 |
| — Enguiços em elevadores | 04 |
| — Fogo em Lixeiras | 09 |
| — Inundações | 49 |
| — Desabamentos | 26 |
| — Enxames de Abelha | 20 |
| — Salvamentos | 07 |
| — Abalroamento de veículos | 12 |
| — Vasamento de gasolina | 02 |
| — Escapamento de gás | 02 |
| — Abrir portas de edifícios | 16 |
| — Fogo em pó de serra | 02 |
| — Fogo em madeiras | 06 |
| — Deslisamento de pedras | 03 |
| — Certidões fornecidas | 200 |
| — Perícias realizadas | 07 |
| — Projetos aprovados | 165 |
| — Afogamentos | 19 |
| — Corte de árvores | 297 |
| — Vistorias realizadas | 197 |
| — Explosão em oxigênio | 02 |

7. CONCLUSÃO

Uma das grandes conquistas do Corpo de Bombeiros foi a criação da Taxa de Segurança Contra Incêndio, aprovada pelo Poder Legislativo e em vias de sanção pelo Governador do Estado.

Essa Taxa significa a redenção da Unidade e abre perspectivas de um futuro promissor para o Corpo de Bombeiros.

Outra conquista em vias de estudo nos Órgãos de Assessoramento do Governo do Estado e que oferecerá a Unidade suporte legal para sua missão, é o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico, que vem tendo boa receptividade por parte daqueles que entenderam muito bem o seu significado. Transformado em diploma legal, estará o Corpo de Bombeiros em condições de exercer com plenitude sua ação fiscalizadora, no que diz respeito à segurança contra incêndio e oferecer à comunidade espiritossantense a segurança necessária que ela tanto almeja.

**CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS**

CFAP é um órgão da Corporação participante de todo planejamento, coordenação e supervisão das atividades relacionadas com o Ensino e a Instrução das praças.

PLANEJAMENTO:

a) Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino para o ano de 1978;

b) Normas para o Planejamento e Conduta da Instrução para o ano de 1978;

c) Normas Reguladoras para o Concurso de Plantonistas Acadêmicos de Medicina;

d) Diretriz de Ensino para o Estágio de Adaptação para Soldados;

e) Diretriz de Ensino para o Curso de Formação de Soldado a ser realizado no 1.º BPM;

f) Diretriz para o Concurso de Admissão e Matrícula na Escola de Formação de Oficiais;

g) Instrução Reguladora para Seleção e matrícula em diversos cursos que estão sendo realizados e programados para o ano de 1978, fora da Corporação.

ATIVIDADES:

Setor de seleção para os diversos cursos da PMES:

— Candidatos à Escola de Formação de Oficiais:
Inscritos ..... 148
Aprovados ..... 048

— Candidatos ao Curso de Formação de Sargentos:
Inscritos ..... 061
Aprovados ..... 041

— Candidatos ao Curso de Formação de Cabos:
Inscritos ..... 089
Aprovados ..... 055

— Candidatos ao Concurso de Cabos Corneteiros:
Inscritos ..... 13
Aprovados ..... 13

— Candidatos ao Curso de Formação do Policial Militar:
Inscritos ..... 1.052
Aprovados ..... 489 — No Quartel do Cmdo. Geral

— Quartel do Corpo de Bombeiros:
Inscritos ..... 315
Aprovados ..... 092

— Zona Norte do Estado-ES:
Inscritos ..... 496
Aprovados ..... 140

— Zona Sul do Estado-ES:
Inscritos ..... 473
Aprovados ..... 156

— No Estado do Rio de Janeiro:
Inscritos ..... 617
Aprovados ..... 428

**TOTAL GERAL DE CANDIDATOS AO CFSd**

Inscritos ..... 2.953
Aprovados ..... 1.305

CURSOS E ESTÁGIOS:

O CFAP desenvolveu e controlou os Cursos e Estágios:

— Curso Superior de Polícia
— Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
— Curso de Formação de Oficiais
— Curso de Formação de Sargentos
— Curso de Formação de Cabos
— Curso de Formação de Soldados
— Curso Auxiliar de Relações Públicas
— Assuntos Civis
— Sgt Auxiliar de Comunicações
— Curso de Monitor de Educação Física
— Curso de Instrutor de Educação Física

EMPENHOS E MISSÕES

A SE/S-4, além da administração do Ginásio de Esportes, administra a Praça de Esportes. Esteve empenhado nas seguintes missões:

— Instrução de Educação Física para Oficiais
— Torneios diversos, de Oficiais e Praças
— Provas de pedestrianismo
— Treinamento e apresentação da equipe de Judô no 1.º Campeonato Nacional de Judô das PM/BM, realizado em Belo Horizonte, conseguindo 4 medalhas de prata (2.º lugar) e 3 medalhas de bronze (3.º lugar).
— Treinamento da equipe de Atletismo para a seletiva realizada em São Paulo, conquistando duas medalhas de prata.
— Treinamento e apresentação da equipe de Tiro no 1.º Campeonato Nacional de Tiro das PM/BM, realizado em Porto Alegre, conquistando uma medalha de bronze (4.º lugar) e uma medalha de bronze (5.º lugar).
— Atividades desportivas por ocasião do Aniversário da PMES
— Atividades desportivas por ocasião da Semana da Pátria.
— Semana da Criança.
— Representações em solenidades desportivas externas.
— Natal das praças.
— Aplicação de exames físicos para oficiais e praças para os cursos no EB, MAR e outras PM/BM.
— Aplicação de exame físico para candidatos à EsEC, CFS, CFC e CFSd: num total de 2.682 exames realizados.

COMPANHIA DE COMANDO DO CFAP — CC/CFAP

a) Instrução:
Em 1977, funcionaram os seguintes Cursos:
Curso de Formação de Sargentos
Curso de Formação de Cabos
Curso de Formação de Soldados

**POLICLÍNICA**

No decurso de 1977, firmaram-se vários convênios com hospitais, médicos, especialistas e laboratórios de análises, tanto na Capital quanto no Interior.

Mais uma vez realizou-se um concurso para doutorandos estagiários na área médica, com pleno êxito. Cumpre salientar que tais doutorandos excelentes serviços vêm prestando à Corporação, substituindo, assim, uma equipe médica que no momento seria altamente onerosa.

**Efetivo**

— Oficiais — médicos ..... 9
— QOA ..... 1
— Médicos civis ..... 3
— Acadêmicos ..... 10

**Praças**

Sub Ten. PM ..... 4
1.º Sgt. PM ..... 2
2.º Sgt. PM ..... 2
3.º Sgt. PM ..... 3
Cabos PM ..... 5
Total Geral ..... 39

**Principais Trabalhos Realizados**

a) **Ambulatório dos Dependentes do Militar:**
— Nebulizações em crianças ..... 3.144
— Consultas ..... 7.307

b) **Ambulatório dos Militares**
— Eletrocardiogramas ..... 154
— Consultas ..... 7.602
— Curativos ..... 3.492
— Injeções ..... 1.534
— Exames radiográficos ..... 682
— Pacientes engessados ..... 631

c) **Baixas Hospitalares**
— Em diversos Hospitais da Capital 71

d) **Enfermaria da Corporação**
— Baixas ..... 194
— Altas ..... 191
— Baixados ..... 003

e) **Da Visita Médica**
— Convalescença na residência ..... 2.048
— Dispensas médicas (geral) ..... 5.406
— Permissão p/usar óculos de grau 123

f) **Das Inspeções de Saúde**

| | |
|---|---|
| — Juntas: Especial | 5 |
| — 3 membros | 91 |
| — Aptos | 1.986 |
| — Incapacidades: | |
| definitiva | 23 |
| temporárias | 276 |

g) **Principais Incapacidades:**

| | |
|---|---|
| — Aparelho circulatório | 86 |
| — Patologia óssea e articular | 73 |
| — Psicopatias | 49 |
| — Aparelho digestivo | 20 |
| — Sistema Endócrino | 15 |
| — Aparelho respiratório | 14 |
| — Outras incapacidades (4) | 18 |

**Diretoria de Finanças**

A Diretoria de Finanças foi criada com a Lei n.º 3.044 de 31DEZ.73 (Lei Orgânica da PMES).

**Efetivos**

| | Previsto | Existente | Excesso |
|---|---|---|---|
| — Oficiais | 08 | 09 | 01 |
| — Praças | 11 | 18 | 07 |

| | |
|---|---|
| — Orçamento da PM para o exercício de 1977 | 157.125.500,00 |
| — Anulado em 09.DEZ.77 | 20.513.000,00 |
| | 136.612.500,00 |
| — Despesas Com Pessoal Militar e Civil | 147.537.012,91 |
| — Despesas Empenhadas | 128.228.646,84 |
| — Recebimentos da Tesouraria Geral do Estado | 162.025.116,38 |
| — Saldo anterior do último exercício (976) | 48.557,57 |
| TOTAL | 162.073.673,95 |
| — Pagamentos realizados no exercício de 1977 | 161.588.928,43 |
| SALDO REAL | 484.745,52 |

**ASSISTÊNCIA RELIGIOSA**

ATIVIDADES EM 1977

| | |
|---|---|
| Missas Celebradas | 0058 |
| Intenções de Missas | 0663 |
| Batizados | 1217 |
| Casamentos | 0071 |
| Comunhões Eucarísticas | 7857 |
| Confissões | 1648 |
| Aulas Catequéticas | 0050 |
| Pregações da Palavra de Deus | 0151 |
| Sacramento dos Enfermos | 0020 |
| Encomendações | 0012 |
| Benção Automóveis | 0024 |
| Benção em residências | 0004 |
| Processos Matrimoniais | 0047 |

**Companhia de Policiamento de Rádio Patrulha**

A CPRP com uma frota de viaturas em bom estado de conservação e com um efetivo de praças suficiente, é empregada na repressão e prevenção ao crime na Grande Vitória, adjacências e até no interior do Estado.

**Efetivo**

| | |
|---|---|
| a) de Oficiais | 03 |
| b) de Praças | 168 |

**Disciplinas**

| Elogios | Repreensão | Detenção | Prisão |
|---|---|---|---|
| 15 | 22 | 22 | 12 |

**Viaturas**

A CPRP se encontra com:

| | |
|---|---|
| Cofre p/transporte de presos | 15 |
| Patrulha volkswagen | 22 |

Diariamente circulam 15 viaturas e são empregadas todas; sendo que, em dias alternados, com as suas respectivas guarnições com atividades, em serviços de escala de 24 horas.

**Atividades**

De 15.AGO. a 15.DEZ.77:

| | |
|---|---|
| Averiguações | 462 |
| Ocorrências de Trânsito | 041 |
| Tentativa de homicídio | 034 |
| Tentativa de furto | 050 |
| Embriaguês | 116 |
| Desacatos | 058 |
| Homicídio | 002 |
| Furto | 111 |
| Auxílio em Público | 374 |
| Desordem | 515 |
| Transporte de detidos | 213 |
| Agressões | 174 |
| Contingências diversas | 082 |
| Porte de Armas | 054 |
| Auxílios à Autoridades | 043 |
| Aos Costumes | 037 |

Em 1977 a Cia. de Rádio Patrulha esteve presente em todas festividades da Grande Vitória, prestando seus serviços, assim como atendeu inúmeras solicitações da Superintendência da Polícia Civil, dando cobertura aos trabalhos daquela organização policial.

**Companhia de Trânsito**

**Instrução**

Os integrantes da SU, no ano de 1977, receberam no âmbito da Cia. instruções específicas de policiamento de trânsito.

**Efetivo**

| | |
|---|---|
| — Oficiais: | |
| 1.º Ten PM | 01 |
| 2.º Ten PM | 05 |
| — Praças: | |
| Sub Ten PM | 01 |
| 1.º Sgt PM | 01 |
| 2.º Sgt PM | 03 |
| 3.º Sgt PM | 16 |
| Cabo PM | 15 |
| Soldado PM | 139 |
| TOTAL | 175 |

**Disciplina**

| Elogios | Repreensão | Detenção | Prisão |
|---|---|---|---|
| 20 | 14 | 29 | 18 |

**Atividades Extras**

a) Analista de tacógrafo para Oficiais e Sargentos
b) Treinamento no uso e manejo de equipamentos Ex. radar
c) Formaram-se sete praças para motociclistas.

**Material**

Dois radares

**Viatura**

A Companhia possui treze veículos automotores e dez motocicletas.

**Atividades de Trânsito**

| | |
|---|---|
| — Carteira Nacional de Habilitação apreendidas | 448 |
| — Autos de Infrações encaminhados ao DETRAN/ES | 67.089 |
| — Boletins de Ocorrências de Trânsito encaminhado ao DETRAN | 2.437 |
| — Veículos rebocados por estacionamento proibido | 487 |
| — Autos de Vistorias | 343 |
| — Veículos rebocados pelo DR-1 envolvidos em acidentes | 562 |
| — Veículos rebocados pelo DR-2 envolvidos em acidentes | 352 |

**Superintendência de Polícia Civil**

Na Delegacia de Ordem Política e Social, durante o ano findo registrou-se intenso movimento podendo-se bem avaliá-lo através das estatísticas que se seguem.

**Serviço de Investigação e Informação**

| | |
|---|---|
| — Processos recebidos | 059 |
| — Radiogramas recebidos | 368 |
| — Boletins internos recebidos | 004 |
| — Pedidos de Busca recebidos | 663 |
| — Informações recebidas | 327 |
| — Informes recebidos | 034 |
| — Encaminhamentos recebidos | 081 |
| — Dossiês abertos | 1.181 |
| — Fichas abertas | 1.988 |
| — Buscas diversas | 6.981 |
| — Requerimentos de atestados de ediologia política recebidos | 6.660 |
| — Foram expedidos 6.660 atestados, a Cr$ 26,00 a taxa | Cr$ 173.160,00 |

**Registro de Arma e Munições**

| | |
|---|---|
| — Registro de armas | 689 |
| — Portes concedidos e renovados | 115 |
| — Autorizações para compra de armas e munições | 415 |
| — Certificados de blaster | 020 |
| — Alvarás de licença | 007 |

Armas apreendidas e encaminhadas a esta seção - 193 (cento e noventa e três) revólveres, 05 (cinco) pistolas, 171 (cento e setenta e um) garruchas, 05 (cinco) carabinas, 119 (cento e dezenove) espingardas, 672 (seiscentos e setenta e duas) facas de diversos tipos e tamanhos, 39 (trinta e nove) canivetes, 09 (nove) navalhas, 04 (quatro) chuchos

Total de armas ..... 1.217

**Munições**

— Cartuchos cal. 22 — 6826 (seis mil oitocentos e vinte e seis), cartuchos cal. 38 — 3686 (três mil seiscentos e oitenta e seis), cartuchos cal. 32 — 715 (setecentos e quinze), cartuchos cal. 320 — 235 (duzentos e trinta e cinco), cartuchos cal. 6,35 — 06 (seis), cartuchos cal. 44 — 05 (cinco), cartuchos para caça cal. 32 — 65 (sessenta e cinco), cartuchos cal. 28 — 30 (trinta), cartuchos cal. diversos 303 (trezentos e três), total de cartuchos 11.871 (onze mil oitocentos e setenta e um).

— Espoletas (latas de 100 cada) 273 (duzentos e setenta e três), pólvora 33 (trinta e três) quilos, chumbo 10 (dez quilos).

Armas encaminhadas ao SFILT ..... 1.217

193 (cento e noventa e três) revólveres, 05 (cinco) pistolas, 171 (cento e setenta e um) garruchas, 05 (cinco) carabinas, 119 (cento e dezenove) espingardas, 672 (seiscentos e setenta e duas) facas de diversos tipos e tamanhos, 39 (trinta e nove) canivetes, 09 (nove) navalhas, 04 (quatro) chuchos.

— Munições encaminhadas ao SFIDT

| | |
|---|---|
| — Cartuchos cal. 22 | 6.826 |
| — Cartuchos cal. 38 | 3.686 |
| — Cartuchos cal. 32 | 0 715 |
| — Cartuchos cal. 320 | 0 235 |
| — Cartuchos cal. 6,35 | 0 006 |
| — Cartuchos cal. 44 | 0 005 |
| — Cartuchos cal. diversos 303 (trezentos e três), espoletas latas de 100 cada 273 (duzentos e setenta e três), pólvora 33 (trinta e três) quilos, chumbo 10 (dez) quilos | |
| — Cartuchos para caça cal. 32 | 0 065 |
| — Cartuchos para caça cal. 28 | 0 030 |
| — Total de Cartuchos | 11.871 |

**Taxas**

| | | |
|---|---|---|
| Requerimentos diversos | Cr$ | 15.750,00 |
| Licenças diversas | Cr$ | 1.431,00 |
| Registros de armas | Cr$ | 36.517,00 |
| Portes de armas | Cr$ | 24.380,00 |
| Total | Cr$ | 78.078,00 |

**SERVIÇO DE PERÍCIAS:**

| | |
|---|---|
| Laudos elaborados e expedidos | 232 |
| Inquéritos recebidos | 14 |

**SEÇÃO DE LEVANTAMENTOS DE CRIMES**

| | |
|---|---|
| Fuga de presos | 6 |
| Afogamentos | 14 |
| Encontro de Cadáveres | 44 |
| Arrombamentos | 184 |
| Legitimação de local de crime | 43 |
| Homicídio | 27 |
| Danos Materiais | 77 |
| Legitimação de Veículos | 52 |
| Atropelamentos | 27 |
| Incendios | — |
| Acidentes de Tráfego | 37 |
| Suicídios | 8 |
| Locais Diversos | 53 |
| TOTAL | 586 |

**SEÇÃO DE PERÍCIAS FOTOGRÁFICAS**

| | |
|---|---|
| Fotografias aplicadas em laudos | 4.349 |
| Fotografias de Presos | 3.279 |

| | |
|---|---|
| Fotografias para exames documentoscópicos | 456 |
| Fotografias tipo reprodução — 6/9 | 140 |
| Fotografias tipo reprodução — 13/18 | 68 |
| Chapas aplicadas em local de crime | 7.478 |
| Fotografias de Presos (negativos) C. Detenção | 692 |
| Negativos queimados | 320 |
| Fotografias diversas | 290 |
| TOTAL | 9.444 |

### SEÇÃO DE PERICIAS DE LABORATÓRIO

| | |
|---|---|
| Eficiência de Disparos de arma de fogo | 3 |
| Exames em armas branca | 5 |
| Exames documentos copicos | 25 |
| Exames grafotécnicos em manuscritos | 5 |
| Exames Mecanográfico em documentos | 1 |
| Exames em matérias diversos | 4 |
| TOTAL | 43 |

### SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

#### IDENTIFICADOS

| | |
|---|---|
| Atestado de Antecedentes | 6.698 |
| Guia de Isenção | 234 |
| Legitimação | 4 |
| Segregado | — |
| TOTAL | 6.936 |

#### ANOTADOS

| | |
|---|---|
| Atestado de antecedentes | 26.758 |
| TOTAL GERAL | 33.758 |

#### DOCUMENTOS ESTRADOS

| | |
|---|---|
| Cédulas de Identidade expedida pela Cias. Fotográfica Euclydes | 44.641 |
| Atestado de Antecedentes | 33.113 |
| Retificações | 1.369 |
| Guia de Isenção | 550 |
| TOTAL | 79.672 |

### SEÇÃO CRIMINAL

**Comunicações Criminais, recebidas e registradas**

| | |
|---|---|
| Denuncias | 2.348 |
| Pronuncias | 122 |
| Condenações | 873 |
| Absolvições | 470 |
| Extinções de pena | 327 |
| Livramentos condicionais | 52 |
| Prescrições de pena | 104 |
| Processos arquivados | 401 |
| Sursis | 118 |
| Indultos | 69 |
| Impronuncias | 2 |
| Apelações | 3 |
| Suspensões de Pena | 6 |
| Boletins Individuais recebidas | 2.004 |
| Boletins Individuais registrados | 2.473 |
| Mandados de Prisão recebidos de registrados | 595 |

### OUTROS SERVIÇOS

| | |
|---|---|
| Cancelamentos de Nota Criminal | 333 |
| Guias p/Polícia Militar do Estado | 880 |
| Folhas de Antecedentes Criminais Expedidas p/INI | 1.249 |
| Folhas de Antecedentes Criminais Expedidas p/esta seção | 3.136 |
| Pesquisas feitas p/DOPS, SI, ATICI e DPF | 1.363 |
| Pesquisas feitas no Arquivo Criminal | 41.545 |

### CONTROLE DE FILIAIS DE IDENTIFICAÇÃO

| | |
|---|---|
| Atestados de Antecedentes | 4.122 |
| Retificações | 429 |
| TOTAL | 4.421 |

### SERVIÇO MÉDICO LEGAL

| | |
|---|---|
| Clínica Médico Legal | |
| Exames de Lesões Corporais | 1.852 |
| Exames de Conjunção Carnal | 114 |
| Exames de Etilico | 99 |
| 2ª Vias de Laudos p/ autoridades diversas | 513 |
| 2ª Vias de Laudos p/autoridades diversas | 252 |
| Exames Cadavéricos | 975 |
| Sepultamentos de Cadáveres Indigentes ou não Identificados | 89 |
| Exames p/Pesquisa e Identificação de Drogas (laudos) | 58 |
| Exames p/Constatação de Gravidez (ex.Urina) | 23 |
| Exames Toxicologicos realizados em cutros IM. | 06 |
| TOTAL GERAL | 4.191 |

### SERVIÇO MÉDICO LEGAL — (Cachoeiro de Itapemirim)

| | |
|---|---|
| Cadavérico | 162 |
| Conjunção Carnal | 131 |
| Lesões Corporais | 452 |
| Exames Complementares | 240 |
| Constatação de Gravidez | 56 |
| Coito Anal | 15 |
| Exame Etilico | 62 |
| Verificação de óbito | 85 |

### SERVIÇO MÉDICO LEGAL — (COLATINA)

| | |
|---|---|
| Lesões Corporais | 76 |
| Exames Complementares | 10 |
| Exames Cadavéricos | 27 |

a) 7 por instrumento contundente (tiro)
b) 7 por acidente automobilisticos
c) 6 por atropelamento
d) 4 por arma branca (Faca)
e) 1 por causa indeterminada
f) 1 por agressão com TCE
g) 1 TCE por queda

| | |
|---|---|
| TOTAL | 114 |

### ATENDIMENTOS MÉDICOS

| | |
|---|---|
| Clínica Geral | 001242 |
| Clínica Dentário | 000902 |
| Pronto Socorro de Urgência | 000314 |
| Centro de Saúde da Glória | 000171 |

## ALIMENTAÇÃO

| | |
|---|---|
| Refeições Fornecidas aos Presos Pobres ..... | 146.091 |

## OCORRENCIAS

| | |
|---|---|
| Homicídios ... ... ... ... ..... | 000002 |
| Tentativas de Fugas ... ... ... ..... | 000008 |
| Presos Autuados em Flagrantes ... ... ..... | 000002 |
| Tentativas de Suicídio ... ... ... .. ..... | 000003 |

## MOVIMENTAÇÃO DE PRESOS

| | |
|---|---|
| Aguardando Julgamento ... ... ... ..... | 001140 |
| Sentenciados ... ... ... ... ..... | 001153 |
| Movimentação durante o período de 1977 Presos | 002293 |
| Entradas de presos ... ... ... ..... | 000402 |
| Liberados por Alvará da Soltura ... ... ..... | 000227 |
| Transferidos para o IRS ... ... ..... | 000051 |
| Transferidos para a S.P.C. ... ... .. ..... | 000024 |
| Transferidos para o Manicômio Judiciário .... | 000013 |
| Transferidos para a Delegacia de Vila Velha .. | 000020 |
| Transferidos para a Delegacia de Caravaca — ES .. .... ... ... ..... | 000007 |
| Transferidos para a Delegacia de Argolas .... | 000045 |
| Transferidos para a Comarca de Pinheiros .... | 000001 |
| Transferidos para Belo Horizonte — MG ..... | 000001 |
| Transferidos para Afonso Cláudio — ES ..... | 000005 |
| Transferidos para Comarca de Ibiraçú — ES .. | 000011 |
| Transferido para Comarca de Rio Novo do Sul — ES ... ... ... ... ... .. ..... | 000001 |
| Transferidos para o Rio de Janeiro .... ... ... | 000002 |
| Transferidos para Comarca de Teixeira de Freitas — Bahia ... ... ... ... ... ..... | 000004 |
| Transferido para Comarca de Mucurici — ES | 000001 |
| População Carceraria em 31/12/977 .. .. .. ... | 000183 |

Na DPC, foram fichados e fotografados 854 elementos, detidos por motivos diversos, muitos dos quais, após as necessária averiguações, foram liberados. Nessas Triagens foram capturados vários presos da Justiça deste Estado, como também de outros, para onde foram recambiados. Também foram descobertos vários furtos e roubos cujo produtos foram devolvidos aos seus donos ou, quando não identificados ou não procurados, encaminhados à Tesouraria.

Através dessas triagens, foram desbaratadas diversas quadrilhas de ladrões que vinham agindo na Grande Vitória, e no interior do Estado.

| | |
|---|---|
| Ofícios Expedidos ... ... ... ... ..... | 373 |
| Ofícios Carta Precatória ... ... ... ... ..... | 455 |
| Telex Expedidos ... ... ... .. ..... | 282 |
| Prisões efetuadas .. .... ... .. ..... | 37 |
| Telex Recebidos ... ... ... ... ... ..... | 983 |
| Ofícios Recebidos ... ... ... ... ..... | 600 |
| Boletins de Capturas Recebidos ... .. ..... | 32 |
| Mandatos de Prisão Recebido ... ... .. ..... | 172 |
| Cartas Precatória Recebidas ... .. ..... | 231 |
| Cartas Precatórias Restituidas ... ... ..... | 174 |
| Cartas Precatórias Aguardando .. .. .. ..... | 89 |

## DELEGACIA ESPECIAL

| | |
|---|---|
| 1 — Ofícios expedidos .. .... ... ..... | 223 |
| 2 — ST expedidas ... ... ... ... ..... | 325 |
| 3 — Termos de Declarações . .... ... ..... | 453 |
| 4 — Atestados Diversos ... ... ... ..... | 207 |
| 5 — Radiogramas Expedidos .. .... ..... | 006 |
| 6 — Ordens de Serviço ... ... ..... | 067 |
| 7 — Portarias ... ... ... ... ..... | 010 |
| 8 — Relatórios ... ... ... ... ..... | 041 |
| 9 — Inquéritos Policiais ... ... ... ..... | 067 |
| 10 — Exp. Div. Encaminhados a SPC ..... | 015 |
| 11 — Cartas Precatórias ... ... ... ..... | 009 |
| 12 — Informação de Habeas-Corpus .. ..... | 002 |
| 13 — Auto de Reconhecimento de Pessoas .... | 003 |
| 14 — Acareações ... ... ... ..... | 002 |
| 15 — Auto de Apreensão ... ... .. ..... | 002 |
| 16 — Mandados Expedidos ... .. ..... | 026 |
| 17 — Representações .. ... ... ..... | 003 |
| 18 — Despachos ao MM. Juiz ... ... ..... | 002 |
| 19 — Expedientes ... ... ... .. ..... | 005 |
| 20 — Auto de Sindicância ... ... ... ..... | 008 |
| 21 — Informações ... ... ... ... ..... | 001 |

| | |
|---|---|
| 1 — Ofícios Expedidos-Diversos ... ..... | 398 |
| 2 — Ofícios Expedidos — SML ... ... ..... | 395 |
| 3 — Ofícios Recebidos ... ... ..... | 90 |
| 4 — Ordens de Serviço Expedidos ... ..... | 118 |
| 5 — Ordens de Serviço Recebidas ..... | 35 |
| 6 — C. I. Recebidas ... ... .. ..... | 55 |
| 7 — Ocorrências dos Plantões ... ... ..... | 56 |
| 8 — Certidões Expedidas ... ... ..... | 227 |
| 9 — Inquéritos Repetidos p/Conclusão .. ... | 74 |
| 10 — Inquéritos Repetidos s/Presos ... ..... | 61 |
| 11 — Licenças Exp. p/Clubes e Boites ..... | 260 |
| 12 — Licenças Exp. p/Parques Diversões .... | 72 |
| 13 — Licenças Exp. p/Sinuquinhas / Similares | 1.494 |
| 14 — Atestados de Residência .. .... ..... | 201 |
| 15 — Atestados de Pobreza ... ... ..... | 284 |
| 16 — Licenças Exp. Centro Espíritas ..... | 238 |

| | |
|---|---|
| Ofícios expedidos ... ... ... ... ..... | 1.290 |
| Ofícios recebidos ... ... ... ..... | 53 |
| Atestados diversos .. ... ... ..... | 1.067 |
| Certidões ... ... ... ... ..... | 214 |
| Autos de prisões em flagrantes . ..... | 09 |
| Têrmos de Fiança ... .. .... ... ..... | 11 |
| Inquérito encaminhado à Justiça ... ... ..... | 23 |
| TOTAL de Taxas Diversas ..... Cr$ | 18.756,00 |
| (Dezoito mil, setecentos cinquenta e seis cruzeiros) | |

| | |
|---|---|
| Ofícios expedidos ... .. .... ..... | 1013 |
| Ofícios recebidos ... ... ... ..... | 262 |
| Inquéritos encaminhados a Justiça ..... | 175 |
| Relatórios de Inquéritos ... .. ..... | 90 |
| Partes de Ocorrências ... .. ..... | 51 |
| Queixas registradas no livro próprio ..... | 494 |
| Auto de Qualificação e Interrogatório ..... | 90 |
| Declarações tomadas a termo ..... | 349 |
| Auto de Prisão em Flagrante ... .. ..... | 14 |
| Portarias Baixadas ... ... ... ..... | 84 |
| Boletins de Ocorrências recebidas ... ... ..... | 423 |
| Mandados de Intimações ... ... ... ..... | 240 |
| Mandados de citação ... ... ... ..... | 70 |
| Habeas-Corpus informados ... ... .. ..... | 04 |
| Ordens de Serviços Baixadas ... ... ..... | 83 |
| Cartas Precatórias recebidas ... ... ..... | 07 |
| Cartas Precatórias expedidas ... .. ..... | 05 |
| Cartas Precatórias cumpridas ... ... ..... | 12 |
| Memorandos recebidos ... ... ... ... ..... | 11 |
| Memorandos expedidos ... ... ... ..... | 06 |
| Atestados diversos expedidos ... ... .. ..... | 421 |
| Guias de atestados arrecadados .. ..... Cr$ | 6.274,00 |
| Certidões expedidas do livro e da P.O. ..... | 491 |
| Guias arrecadas das Certidões .. .. ..... Cr$ | 11.561,00 |
| Certidões extraídas do Boletins de Ocor. de Trânsito ... ... ... ... ... ..... | 286 |
| Guias arrecadadas dos Bol. de Ocorr. de Trânsito ... ... .. ... . ... ... ... ... ... ... Cr$ | 14.417,00 |
| Total geral arrecadado . ... ... ... ..... Cr$ | 32.252,00 |

| | |
|---|---|
| Autos de Prisão em flagrante ... ... ..... | 2 |
| Autos de Depósito ... ... ... ... ... ..... | 32 |
| Autos de Entrega ... ... ... .. ..... | 55 |
| Autos de Apreensão ... ... .. ..... | 87 |
| Cartas Precatórias recebidas ... ... .. ..... | 30 |
| Cartas Precatórias recebidas ... ... ... ... ... | 10 |
| Certidões de Queixas expedidas ... ... .. .... | 79 |
| Certidões negativas expedidas .. .... .. ..... | 4.808 |
| Expedientes existentes ... ... ... ..... | 63 |
| Inquéritos em tramitação ... ... .. ..... | 26 |
| Inquéritos encaminhados à Justiça solicitando prazo ... ... ... ... ... ... ... ..... | 17 |
| Inquéritos concluídos e encaminhados à Justiça | 13 |
| Instruções de serviço recebidas ... ... ... .... | 40 |
| Fichas de carro roubado provenientes dos telex recebidos ... ... ... ... ... ... ..... | 4.007 |
| Fichas de carro recuperado provenientes do telex recebidos ... ... ... .. ..... | 846 |
| Fichas atualizadas de carros roubados ... ..... | 35.500 |
| Ofícios expedidos ... ... ... ..... | 509 |
| Ofícios recebidos ... ... .. .... ..... | 412 |
| Requerimentos diversos recebidos ... ... ..... | 81 |
| Ordens de Serviço expedidas ... ... ..... | 39 |
| Telex expedidos ... ... ... ..... | 335 |
| Telex recebidos .. .... ... .. ..... | 1.150 |
| Termo de declarações prestadas ... ... ..... | 175 |
| Valor total das taxas recebidas provenientes de laudos de vistorias, certidões negativas, certidões de queixas e atestados diversos . . .. | Cr$ 260.772,00 |
| Veículos furtados neste Estado ... ... ..... | 71 |
| Veículos apreendidos e entregues aos seus legítimos proprietários ... ... ... ... ..... | 52 |
| Veículos em investigações ... ... ... ..... | 38 |

| | |
|---|---|
| 1 — Ofícios Expedidos ... .. ... ... ... .. | 850 |
| 2 — Certidões Expedidas ... ... ..... | 296 |
| 3 — Termo de Declaração que Presta ..... | 501 |
| 4 — Atestados Diversos .. .... ..... | 404 |
| 5 — Relatórios de Inquéritos Policiais ..... | 079 |
| 6 — Inquéritos Encaminhados à Corregedoria | 093 |
| 7 — Auto de Prisão em Flagrantes .....°... | 008 |
| 8 — Parte de Ocorrência ... .. .....°..... | 045 |
| 9 — Ordens de Serviço ... ... .....°..... | 023 |
| 10 — Cartas Precatórias Expedidas ..... | 003 |
| 11 — Inquéritos encaminhados à D.P.T. ..... | 002 |
| TOTAL ... ... ... ... ... ..... | 2.304 |

**SUMULA DAS ATIVIDADES DA DELEGARIA ESP. DE SEGURANÇA PATRIMONIAL DO ANO DE 1977**

| | |
|---|---|
| Ofícios Expedidos ... ... ... ..... | 1.404 |
| Ofícios Recebidos ... ... ... ... ..... | 180 |
| C. P. Recebidas ... ... ... ..... | 44 |
| Relatórios de Inquéritos ... ... ..... | 66 |
| Representações ... ... ... ..... | 34 |
| Atestados com taxa ... ... ... ... ..... | 305 |
| Atestados sem taxa ... ... ... ..... | 119 |
| Inquéritos Remetidos ... .. ..... | 129 |
| Instruções de Serviço Recebidas ..... | 18 |
| Certidões Expedidas com taxa ... ... ..... | 697 |
| Certidões Expedidas sem taxa ... ... ..... | 8 |
| Certidões Recebidas: ... ... ... ..... | 85 |
| 305 Atestados com taxa a Cr$ 26,00 — .... | Cr$ 7.930,00 |
| 697 Certidões Expedidas com taxa a Cr$ 53,00 — Cr$ .. .... ... ... ... ..... | 36.941,00 |
| TOTAL ... ... ... ... ... ..... | Cr$ 44.971,00 |

| | |
|---|---|
| a) Inquéritos concluídos e encaminhados à Justiça ... ... ... ..... | 38 |
| b) Inquéritos não concluídos encaminhados à Corregedoria ... ... ... ... ..... | 122 |
| c) Inquéritos em andamento nesta Delegacia .. | 394 |
| d) Atestados Diversos ... ... ... ..... | 621 |
| e) Certidões Diversas .. .... ... ..... | 274 |
| f) Autos de Flagrantes ... ... ... ..... | 020 |
| g) Autos de Apreensão ... ... ... ..... | 026 |
| h) Autos de Entrega ... ... ... ..... | 007 |
| i) Relatórios ... ... ... .. ..... | 040 |
| j) Correspondências recebidas ... ... ..... | 283 |
| l) Ofícios Expedidos ... ... ... ... ... ..... | 1.742 |

| | |
|---|---|
| Inquéritos encaminhados à Justiça ..... | 24 |
| Ofícios Expedidos ... ... ... ... ..... | 700 |
| Ofícios Recebidos ... ... .. .... ..... | 38 |
| Atestados Diversos ... ... ... .. ..... | 330 |
| Relatórios ... ... ... ... ... ..... | 23 |
| Certidões ... ... ... ... ... ... ..... | 276 |
| Ordens de Serviço expedidas .. ... ..... | 16 |
| Partes de Ocorrência ... ... ... ... ..... | 60 |
| Inst. de serviço recebidas ... .. ..... | 8 |
| Autos de Apreensão ... ... ... ... ..... | 28 |
| Autos de Entrega ... ... ... ..... | 6 |
| Autos de Prisão em Flagrante ... ... ... ..... | 26 |
| Valos das guias p/documentos expedidos .. | Cr$ 14.436,00 |

Diligências realizadas: Belo Horizonte, São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Conselheiro Penna, Ipatinga e Caratinga.

Ligações Telefônicas Interrubanas: Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Bahia e Rio Grande do Sul.

Comunicações Internas: 72 expedidas.

Comunicações Externas: 149 expedidas

Portarias da SPC: 37 recebidas

Boletins Internos: 68 recebidos

Ordens de Serviços: 15 ordens expedidas diversas

Escalas de Serviço: 43 expedidas e cumpridas

Serviço de Patrulhamentos Diversos: 17 realizados

Circulares de Captura: Solicitando a captura de 773 elementos procurados pela Justiça, Expedidas Circulares 0001/77 a 00011/77 para todos Estados da Federação e Municípios deste.

Mandados de Prisões Cumpridos: 52 cumpridos

Mandados de Prisões Devolvidos as Comarcas de Origem: 186 devolvidos

Patrulhamentos Realizados: 28 realizados

Expedientes Arquivados: 1 expediente

Fichas de Elementos Procurados por outros Estados: 22.000

Fichas de elementos procurados pela Justiça do Estado do Espírito Santo: 1.128

Escoltas de Presos Hospitalizados: 9 escoltas

Reforço de Plantão a Autoridade de Dia: 5

Serviço de Policiamento de Festejos: 12

Serviço de Patrulhamento por solicitação da DPC; 8.

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, iniciou a gestão de 1977, extinguindo o transporte de Massa em Caminhões por um sistema mais humano, através de entendimentos mantidos junto às empreiteiras que operam na área do Porto de Tubarão e vizinhanças.

Com essa medida, o transporte passou a ser feito através do conterno de Vitória, com veículos (Caminhões) fechados do ados de bancos além de ônibus fretados pelas empreiteiras.

Foram adquiridas 06 (seis) motocicletas de 1.200 CC, para a composição do Pelotão da 1ª Cia. de Trânsito. Este Pelotão destina-se ao policiamento especializado na Grande Vitória, para orientar e educar os motoristas, além de caráter repressivo aos infratores de trânsito, bem

como, servir de batedor na escolta das Autoridades que visitam o Estado.

Em 1977 foram adquiridos e entregues à 1ª Cia. de Trânsito 12 (doze) rádios "WALK-TALK" (RPV — com Antena Unidirecional) para o controle de tráfego na área da Grande Vitória e uma máquina destinada a pintura de faixa, através do convênio DETRAN-EBTU, bem como, todo o material (tintas e acessórios) destinados ao funcionamento da referida máquina. Diante deste fato, várias ruas e Avenidas da Capital foram beneficiadas com faixas o que vêm dar maior segurança não só aos pedestres como também aos veículos.

Em síntese o DETRAN-ES, investiu no ano de 1977 a soma de Cr$ 3.572.262,39 (três milhões, quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois cruzeiros e trinta e nove centavos), na aquisição de móveis e utensílios, aparelhos destinados a Exames Médico e Psicotécnico, Motocicletas, Radares, Analisadores de Fumaça, etc.

De acordo com o Convênio firmado entre o DETRAN e a EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos), foi empregado na aquisição de materiais diversos a importância de Cr$ 1.383.895, 26 (Hum milhão, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e noventa e cinco cruzeiros e vinte e seis centavos), sendo este valor repassado pelo Governo Federal.

No exercício de 1977 foi transferida a importância de Cr$ 1.082.000,00 (Hum milhão e oitenta e dois mil cruzeiros) para a Secretaria de Estado da Segurança Pública, Órgão a que o DETRAN está vinculado, através de Convênio aprovado pelo Governo do Estado.

Ainda no ano próximo passado foram criados 02 (duas) CIRETRAN's, sendo uma no Município de Alegre e outra no Município de Guaçuí-ES. A CIRETRAN do Município de Alegre (5ª), que teve aprovada sua criação pela Resolução do Conselho Deliberativo do DETRAN — ES de nº 127/77 tem sua Jurisdição sobre os Municípios de Muniz Freire, Jerônimo Monteiro, Iúna. A CIRETRAN do Município de Guaçuí foi criada através de Resolução nº 46/77, do Conselho Deliberativo do DETRAN-ES, e sua Jurisdição alcança os Municípios de Dores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, São José do Calçado Bom Jesus do Norte e Apiacá.

Estas CIRETRAN's estão em pleno funcionamento cabendo-lhes a tarefa de habilitar motoristas, licenciar veículos, além de executarem todas as tarefas que lhes são atribuídas pelo Código Nacional de Trânsito. Estão devidamente equipadas e aparelhadas, para atenderem os usuários que as procurem no Sul do Estado.

A Divisão de Licenciamento e Habilitação, à qual são autoridades os Serviços de Habilitação, Supervisão e Controle de Aprendizagem para Conduzir, Exames Médicos e Psicotécnicos e Licenciamento, sob a nova estrutura dada pela Resolução nº 69/75, do Conselho Deliberativo, apresentou resultados a contento, atendendo perfeitamente todas as atividades de sua competência.

O Serviço de Habilitação, realizou durante o exercício de 1977, um total de 96 (noventa e seis) exames para candidatos a motorista na Capital. Realizou ainda, no interior do Estado, o número de 41 (quarenta e um) exames nos seguintes Municípios: Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Aracruz, Alegre, Afonso Cláudio, Domingos Martins, Montanha, Castelo, Nova Venécia, Itapemirim, Iúna, São Gabriel da Palha, Conceição do Castelo e Barra de São Francisco. Um total de 8.954 (oito mil, novecentos e cinquenta e quatro) candidatos, submetendo-se a exames para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, na Capital, tendo sido aprovados 6.445 (seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco) candidatos.

O Serviço de Supervisão e Controle de Aprendizagem p/Conduzir, teve inicialmente, preocupação maior em estabelecer normas para atividade de Representações de Partes (DESPACHANTES). Isto porque, anteriormente, essa atividade era exercida por pessoas sem uma prévia qualificação, fato que trazia problemas que impediam o normal desenvolvido das atividades do Setor, inclusive com reflexos nas atuações externas. A solução foi encontrada pela Direção Geral, com a Instrução de Serviço nº 003/76-N, datada de 16.03.78. Normalizada tal situação, que trazia interferência ao próprio serviço interno do setor, melhores resultados logo se fizeram sentir. Outras exigências feitas ao Serviço, foram as oriundas da Resolução nº 504/78, do CONTRAN, que estabeleceu novas normas para registro do Auto-Escolas.

O Serviço de Licenciamento, um dos de maior atividade do Órgão, o que tem dentro de suas competências, perícias de acidentes de trânsito, emplacamento, registros e vistorias de veículos, cadastro de infrações de trânsito, controle de documentos, apresentou resultados positivos. Foram realizados um total de 113.024 (Cento e treze mil e vinte e quatro) emplacamentos, foram providenciados 999 (Novecentos e noventa e nove) 2as. vias de Certificados de Registro de Veículos, tendo sido autenticado um total de 3.338 (três mil, trezentos e trinta e oito) Certificados, 8.412 (Oito mil, quatrocentos e doze) multas enviadas para outros Estados 31.356 (trinta e um mil, trezentos e cinquenta e seis) multas enviadas para os Municípios do Interior, 61.667 (Sessenta e mil, seiscentos e sessenta e sete) DADs, expedidos e pagos. Foram realizados, na Capital, 28.438 (Vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e cinco) vistorias e no Interior do Estado, 114.258 (cento e quatorze mil, duzentos e cinquenta e oito) vistorias. Foram emplacados na Capital 44.831 (quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e um) veículos. Todos estes dados, foram devidamente cadastrados e registrados, para controle de documentos.

Com a instalação das CIRETRAN's recentemente criadas, é de presumir-se que o referido serviço, venha a apresentar futuramente, resultados melhores, uma vez que, pela descentralização, menor deverá ser o número de solicitações, eliminando a precariedade em que o mesmo vinha sendo prestado, apesar de o DETRAN no ano de 1977, ter dotado os Postos de Emplacamentos de Veículos, de melhores instalações.

O Serviço de Exames Médicos e Psicotécnicos no exercício de 1977, teve melhoradas suas condições funcionais, através da aquisição de modernos aparelhos para atendimento aos candidatos a motoristas Amador e Profissional. Foi mantido Convênio celebrado com o Instituto Euvaldo Lodi-TEL, visando ao aproveitamento de estagiários em tarefas, nas áreas de Medicina, Pedagogia e Assistente Social.

A Divisão de Engenharia de tráfego, também, modificada pela nova estrutura do Órgão, vem exercendo suas atividades, por meio que o compõem, de maneira satisfatória, tendo atualmente, a grande responsabilidade de uma função que, até então, não era exercida diretamente pelo DETRAN e sim por firma particular, mediante Contrato de Prestação de Serviço. Esta função, é a Manutenção e Instalação de Sinalização Luminosa.

O Serviço de Manutenção e Instalação de Semáforos, a partir do segundo semestre de 1976, passou a ser feito pelo DETRAN-ES, após ter rescindido o Contrato anteriormente celebrado. Para a implantação deste serviço a Administração teve que investir vultosa soma para a aquisição de equipamentos e peças essenciais.

O Serviço de Planejamento de Tráfego procedeu levantamento de sinalização vertical na área da Grande Vitória e Município do Interior do Estado para posterior implantação da mesma. Os dados relativos às atividades da Divisão de Engenharia de Tráfego, são os constantes dos Anexos.

Através da Divisão de Engenharia de Tráfego, serão implantados no ano de 1978 "DEFENSAS" na Avenida Roberto Kennedy, no Bairro de São Torquato, visando a um melhor controle do tráfego naquele local.

A Divisão de Transportes Coletivo, possui pela nova estrutura, o Serviço de Controle Geral ao qual são subordinadas as seguintes Seções: Tranportes Intermunicipais e Semiurbanos, Tarifas, Fiscalização de Transporte Coletivo, Cadastro de Rodovias e Controle do Imposto de Passageiros. As principais atividades exercidas pela Divisão, podem ser resumidas no seguinte:

Durante o exercício de 1977, foram expedidos pela Divisão 696 Ofícios, versando sobre o Transporte Coletivo e assuntos outros. Realizadas 13 viagens ao Interior do Estado e um ao Estado do Rio de Janeiro. Expedidas 478 Licenças Especiais para diversas Empresas, inclusive para as que não são de concessão de Autarquia. Foram procedida 385 vistorias em Empresas concessionárias deste órgão. Foram também efetuados, o levantamento dos Itinerários, bem como das Quilometragens de todas as Linhas Intermunicipais Rodoviárias, para efeito de cálculos Tarifários. Foram também elaboradas as Tabelas de Preços, constando, quilometragem e seccionamento da Linha, valor da passagem e coeficiente tarifário, concedido pelo Conselho Interministerial de Preços — CIP.

Através da Seção de Fiscalização de Transportes Coletivo, foram realizados estatísticas com a finalidade de se verificar as frotas operantes, número de passageiros transportados e, a forma de atendimento aos usuários, nas seguintes Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros de caráter Semiurbanos, Viação Alvorada Ltda., Viação Planeta Ltda., Viação Santa Maria Ltda., Viação Rio Doce Ltda., Viação Serrana Ltda., Viação Capixaba Ltda., Viação Formate Ltda., e Viação Águia Branca Ltda..

Foi ainda, executado pelos Fiscais de Transporte Coletivo, o Serviço de contagem de passageiros no horário de 00,00 (zero) às 05.00 (cinco), horário este, implantado em caráter experimental, com a finalidade de ser conhecido o aproveitamento dessa modalidade de transporte nos seguintes setores: São Sebastião, Serra, Vila Velha, Cariacica, Rosa da Penha e Campo Grande.

Foi tambm criado um Quadro, contendo horário e oscilação da frota operante das Empresas Semiurbanas, estudo que se encontra junto ao Conselho Deliberativo, para apreciação, que será, após aprovação, cumprido pelas Empresas.

Cabe aida ressaltar que, a Seção de Fiscalização de Transporte Coletivo mantém, através de seu corpo de fiscais uma permanente observância, verificação, manutenção da ordem, apontando irregularidades, nos termos do Decreto nº 084-N, de 18.09.1970, atinentes ao Transporte Coletivo Rodoviário e Semiurbano, em todas as Empresas concessionárias do DETRAN-ES.

E' mantido pelo corpo de Fiscais, um plantão permanente, inclusive aos Sábados, Domingos e Feriados, para a fiscalização rigorosa das Rodovias, especialmente nos Postos da Polícia Rodoviária Federal, para constatar as eventuais viagens que não estejam devidamente acobertadas.

Pretende o DETRAN, durante o ano de 1978, a fim de melhor implantar-se para bem cumprimentos missão, providenciar a: de Avenidas e Rodovias sob nossa Jurisdição.

2 — Aquisição de dois Traillers para permitir à CITRAN uma maior mobilidade em sua ações, tanto na Capital como na área litorânea.

3 — Aquisição de estações fixas com três repetidoras marca "Motorola", para formar uma melhor rede de rádio, ligada à Sede.

4 — Aquisição de um Ramal TELEX, para as nossas necessidades de comunicações com outros Estados.

5 — Construção de uma "Cidade Mirim" no centro da Cidade (Parque Moscoso), para educaçao de transito a crianças.

6 — Aquisição de viaturas visando a um melhor atendimento, nao só para seus serviços internos, bem como para sua ação externa.

EXAMES DE CANDIDATOS A MOTORISTA EFETUADOS NO INTERIOR DO ESTADO, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1977

| MUNICIPIO | DATA |
|---|---|
| Cachoeiro de Itapemirim | 08 e 09 de janeiro |
| Colatina | 22 e 23 de janeiro |
| Cachoeiro de Itapemirim | 05 e 06 de fevereiro |
| Colatina | 26 e 27 de fevereiro |
| Aracruz | 25 de fevereiro |
| Alegre | 12 e 13 de março |
| Colatina | 25 de março |
| Nova Venécia | 26 e 27 de março |
| Cachoeiro de Itapemirim | 09 e 10 de abril |
| Colatina | 23 e 24 de abril |
| Domingos Martins | 06 de maio |
| Cachoeiro de Itapemirim | 07 e 08 de maio |
| Colatina | 21 e 22 de maio |
| Cachoeiro de Itapemirim | 03 de junho |
| Iúna | 04 e 05 de junho |
| Colatina | 17 de junho |
| Linhares | 18 e 19 de junho |
| Cachoeiro de Itapemirim | 01 de julho |
| Guaçuí | 02 e 03 de julho |
| Colatina | 15 de julho |
| Barra de São Francisco | 16 e 17 de julho |
| Afonso Cláudio | 05 de agosto |
| Alegre | 06 e 07 de agosto |
| Colatina | 19 de agosto |
| Nova Venécia | 20 e 21 de agosto |
| Muniz Freire | 02 de setembro |
| Cachoeiro de Itapemirim | 03 e 04 de setembro |
| Colatina | 16 de setembro |
| Montanha | 17 e 18 de setembro |
| Cachoeiro de Itapemirim | 30 de setembro |
| Conceição do Castelo | 01 e 02 de outubro |
| Colatina | 14 de outubro |
| São Gabriel da Palha | 15 e 16 de outubro |
| Cachoeiro de Itapemirim | 04 de novembro |
| Guaçuí | 05 e 06 de novembro |
| Colatina | 18 de novembro |
| Barra de São Francisco | 19 e 20 de novembro |
| Cachoeiro de Itapemirim | 02 de dezembro |
| Castelo | 03 e 04 de dezembro |
| Colatina | 16 de dezembro |
| Linhares | 17 e 18 de dezembro |

OBS:

| | |
|---|---|
| Nº DE CANDIDATOS | |
| Aprovados: .. .. .. .. .. | 4.754 |
| Reprovados .. . ... .. .. | 5.743 |
| TOTAL: ... . . ... ... | 10.497 |

EXAMES DE CANDIDATOS A MOTORISTA EFETUADOS EM VITÓRIA, NO PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1977

| Mês | Nº de Candidatos Aprovados | Nº de Candidatos Aprovados |
|---|---|---|
| Janeiro | 379 | 202 |
| Fevereiro | 346 | 155 |
| Março | 526 | 228 |
| Abril | 363 | 151 |

| | | |
|---|---|---|
| Maio | 724 | 254 |
| Junho | 661 | 215 |
| Julho | 666 | 177 |
| Agosto | 638 | 287 |
| Setembro | 644 | 202 |
| Outubro | 446 | 219 |
| Novembro | 406 | 158 |
| Dezembro | 646 | 261 |
| | Total: 6.445 | Total: 2.509 |

## QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE SUPERVISÃO E CONTROLE DE APRENDIZAGEM — 1977

| Nº de Ordem | Especificação | Total |
|---|---|---|
| 01 | Emissão de Licença de Aprendizagem | 3.019 |
| 02 | Emissão de Carteira de Instrutor de Escola de Formação de Condutor de Veículo Automotor | 23 |
| 03 | Vistoria em Veículo de Escola de Formação de Condutor de Veículo Automotor | 113 |
| 04 | Reunião com Componentes de Auto Escola | 36 |
| 05 | Vistoria em Auto Escola | 29 |
| 06 | Planejamento junto ao SENAC, p/realiíação de Curso de Examinadores de Trânsito, Diretores e Instrutores de Auto Escola de Formação de Condutores de Veículos Automotores, está tendo continuidade, tendo atualmente 6 desistências. contendo o Curso com um total de 59 alunos. | |
| 07 | O curso de Examinadores de Trânsito, Diretores e Instrutores das Escolas de Formação de Condutores de Veículos Automotores, está tendo continuidade, sem desistências contando o curso com um total de 44 alunos. | |
| 08 | Número de candidatos apresentados para exames de Legislação de Trânsito na Grande Vitória | 4.847 |
| 09 | Aplicação de testes de máquina | 4.082 |

## EXAMES MÉDICOS EFETUADOS EM VITÓRIA-ES

| Meses | Total |
|---|---|
| Janeiro | 1.699 |
| Fevereiro | 1.288 |
| Março | 1.536 |
| Abril | 1.079 |
| Maio | 1.381 |
| Junho | 1.426 |
| Julho | 1.928 |
| Agosto | 1.569 |
| Setembro | 1.269 |
| Outubro | 1.375 |
| Novembro | 1.427 |
| Dezembro | 1.368 |

## EXAMES MÉDICOS EFETUADOS EM COLATINA-ES

| Meses | Total |
|---|---|
| Janeiro | 546 |
| Fevereiro | 421 |
| Março | 537 |
| Abril | 455 |
| Maio | 406 |
| Junho | 485 |
| Julho | 597 |
| Agosto | 587 |
| Setembro | 542 |
| Outubro | 634 |
| Novembro | 499 |
| Dezembro | 542 |

## QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE EXAMES MÉDICO E PSICOTÉNICO — 1977

### EXAMES PSICOTÉCNICOS EFETUADOS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

| Meses | Total |
|---|---|
| Janeiro | 956 |
| Fevereiro | 401 |
| Março | 524 |
| Abril | 400 |
| Maio | 414 |
| Junho | 350 |
| Julho | 383 |
| Agosto | 517 |
| Setembro | 452 |
| Outubro | 562 |
| Novembro | 462 |
| Dezembro | 470 |

### EXAMES PSICOTÉCNICOS EFETUADOS EM COLATINA-ES

| Meses | Total |
|---|---|
| Janeiro | 734 |
| Fevereiro | 485 |
| Março | 497 |
| Abril | 513 |
| Maio | 499 |
| Junho | 530 |
| Julho | 710 |
| Agosto | 624 |
| Setembro | 559 |
| Outubro | 631 |
| Novembro | 524 |
| Dezembro | 560 |

### EXAMES MÉDICOS EFETUADOS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

| Meses | Total |
|---|---|
| Janeiro | 479 |
| Fevereiro | 479 |
| Março | 350 |
| Abril | 364 |

| | |
|---|---|
| Maio | 370 |
| Junho | 260 |
| Julho | 325 |
| Agosto | 404 |
| Setembro | 408 |
| Outubro | 496 |
| Novembro | 400 |
| Dezembro | 472 |

## EXAMES PSICOTÉCNICOS EFETUADOS EM VITORIA-ES

| Meses | Total |
|---|---|
| Janeiro | 1.738 |
| Fevereiro | 1.742 |
| Março | 1.981 |
| Abril | 1.197 |
| Maio | 1.530 |
| Junho | 1.497 |
| Julho | 1.862 |
| Agosto | 1.655 |
| Setembro | 1.312 |
| Outubro | 1.438 |
| Novembro | 1.480 |
| Dezembro | 1.419 |

## QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE EXAMES MÉDICOS E PSICOTÉCNICOS DA 3ª CIRETRAN DE VILA VELHA/ES, NO PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1977

## EXAMES MÉDICOS EFETUADOS EM VILA VELHA-ES

| Meses | Total |
|---|---|
| Janeiro | 484 |
| Fevereiro | 346 |
| Março | 366 |
| Abril | 332 |
| Maio | 396 |
| Junho | 424 |
| Julho | 558 |
| Agosto | 555 |
| Setembro | 425 |
| Outubro | 392 |
| Novembro | 503 |
| Dezembro | 376 |

## EXAMES PSICOTÉCNICOS EFETUADOS EM VILA VELHA-ES

| Meses | Total |
|---|---|
| Janeiro | 513 |
| Fevereiro | 682 |
| Março | 419 |
| Abril | 366 |
| Maio | 430 |
| Junho | 476 |
| Julho | 607 |
| Agosto | 594 |
| Setembro | 452 |
| Outubro | 447 |
| Novembro | 440 |
| Dezembro | 481 |

Levantamento de acidentes verificados na Grande Vitória, conforme ocorrências registradas pelos Postos DR-1 e DR-2 — Boletins fornecidos pela 1ª Cia. de Trânsito da PMES.

**Acidentes Registrados de Janeiro a Dezembro de 1977**

| Tipo de Veículo | Número de Veículo |
|---|---|
| Caminhão | 436 |
| Coletivo | 927 |
| Particular | 2.880 |
| Taxi | 209 |
| Oficial | 70 |
| Outro Estado | 377 |
| Diversos | 77 |
| Não Identificados | 12 |

| Número de Vítimas | Número de Vítimas não Fatais |
|---|---|
| 81 | 600 |

**Dia da semana com maior número de acidentes**

| | |
|---|---|
| Domingo | 333 |
| Segunda | 378 |
| Terça | 358 |
| Quarta | 333 |
| Quinta | 348 |
| Sexta | 394 |
| Sábado | 473 |

## DISTRIBUIÇÕES DOS ACIDENTES

**Tipo e número de acidentes**

| | |
|---|---|
| Abalroamento | 2.042 |
| Choque em Objeto Fixo | 123 |
| Atropelamento | 346 |
| Capotagem e Derrapagem | 39 |
| Outros Tipos | 67 |

**Principais causas dos acidentes**

— Falta Total de atenção e cautela
— Excesso de velocidade
— Motoristas alcoolizados

**Locais onde ocorrem maior índice de acidentes**

| | |
|---|---|
| Rodovia Carlos Lindenberg | 277 |
| Avenida Vitória | 203 |
| Avenida Jerônimo Monteiro | 138 |

**Maior número de acidentes p/Km.**

| | |
|---|---|
| Avenida Duarte Lemos | 173,33 |
| Avenida Robert Kennedy | 135,56 |
| Avenida Jerônimo Monteiro | 115,00 |

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DA 1ª CIRETRAN, NO MUNICIPIO DE COLATINA-ES, DURANTE O PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1977

| Nº de Ordem | Especificação | Total |
|---|---|---|
| 01 | Emissão de 1ªs vias de CNHs amador | 1.147 |
| 02 | Emissão de 1ªs vias de CNHs profissional | 1.137 |
| 03 | Emissão de 2ªs vias de CNHs amador | 1.149 |
| 04 | Emissão de 2ªs vias de CNHs profissional | 2.998 |
| 05 | CNHs de outros Estados registradas e expedidas na 1ª CIRETRAN | 131 |
| 06 | Pedidos de Averbação de Carteiras | 26 |
| 07 | CNHs apreendida por psicotécnico vencido | 52 |
| 08 | CNHs com exame médico vencido | 87 |
| 09 | Licenças de Aprendizagem Expedidas | 576 |
| 10 | Candidatos Examinados | 6.428 |
| 11 | Candidatos Aprovados | 2.670 |
| 12 | Candidatos Reprovados | 3.574 |
| 13 | Candidatos Faltosos | 184 |
| 14 | Ofícios Recebidos | 84 |

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DA 2ª CIRETRAN NO MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, DURANTE O PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1977

| Nº de Ordem | Especificação | Total |
|---|---|---|
| 01 | Emissão de 1ªs Vias de CNHs Amador | 854 |
| 02 | Emissão de 1ªs Vias de CNHs Profissional | 669 |
| 03 | Emissão de 2ªs Vias de CNHs Amador | 1.569 |
| 04 | Emissão de 2ªs Vias de CNHs Profissional | 2.389 |
| 05 | CNHs de outros Estados Registrado e expedidas | 206 |
| 06 | Averbação de Carteiras | 78 |
| 07 | CNHs apreendidas por prontuários vencidos | 125 |
| 08 | CNHs com exame médico vencido | 132 |
| 09 | Licença de aprendizagem expedidas | 276 |
| 10 | Candidatos examinados | 2.503 |
| 11 | Candidatos aprovados | 1.465 |
| 12 | Candidatos Reprovados | 1.888 |
| 13 | Candidatos faltosos | 150 |
| 14 | Ofícios recebidos | 612 |

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DA 3ª CIRETRAN NO MUNICIPIO DE VILA VELHA, DURANTE O PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1977

| Nº de Ordem | Especificação | Total |
|---|---|---|
| 01 | Emissão de 1ªs vias de CNHs amador | 3.832 |
| 02 | Emissão de 1ªs vias de CNHs profissional | 3.930 |
| 03 | Emissão de 2ªs vias de CNHs amador | 1.743 |
| 04 | Emissão de 2ªs vias de CNHs profissional | 1.568 |
| 05 | Averbação de Carteiras | 115 |
| 06 | Ofícios Recebidos | 572 |
| 07 | Expediente Diversos | 715 |
| 08 | Candidatos Examinados | 5.157 |
| 09 | Candidatos Aprovados | 3.202 |
| 10 | Candidatos Faltosos | 4 |
| 11 | Candidatos Reprovados | 1.951 |

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURIDICA, NO PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1977

| Atividades | Quantidade |
|---|---|
| CNHs Apreendidas | 416 |
| Ocorrências de Trânsito | 43 |
| Processos Administrativos Instruídos | 72 |
| Processos Judiciais | 09 |
| Ofícios Expedidos | 06 |
| Termos de Declaração | 03 |
| Minutas de Instrução de Serviço | 01 |
| Minutas de Contratos Diversos | 12 |
| Representação Judicial | 01 |
| Elaboração de Convênio | 39 |
| Assessoramento à Comissão de Licitação | 311 |
| Pareceres Emitidos | 01 |
| Minutas de Decretos | 61 |
| Diversos | |

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES, NO PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1977

| | |
|---|---|
| Reunião Realizada | 61 |
| Processos Atendidos (julgados) | 78 |
| Correspondências Expedidas | 44 |
| Correspondências Recebidas | 9 |

Est. Espírito Santo
ARQUIVO PUBLICO
Sec. de Administração